UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LUCAS COELHO BRANDÃO

# Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

# Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular

Lucas Coelho Brandão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Brasilio Sallum Jr.

São Paulo
2011

# Folha de Aprovação

NOME: Lucas Coelho Brandão

TÍTULO: Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Sociologia

Aprovado em: _____/_____/_____

**Banca examinadora:**

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Ao meu pai, amigo, companheiro, interlocutor e eterno professor: Gildo Marçal Bezerra Brandão (1949-2010) – *In Memoriam*

## AGRADECIMENTOS

Presto minhas homenagens a todos aqueles que se mobilizaram e ajudaram a escrever a história da cidadania no Brasil.

O trabalho acadêmico, embora por vezes solitário, é em sua essência uma empreitada coletiva. Agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

Em especial, agradeço:

Ao Prof. Brasilio Sallum Jr., pela valorosa orientação e amizade. Agradeço-o também por ter me apresentado à maravilhosa história das emendas populares e, sempre com paciência e sabedoria, por ter me ensinado a ajustar o foco da análise.

À Profa. Ângela Alonso e ao Prof. Cícero Araújo, pelos preciosos comentários e sugestões na banca de qualificação. Ressalto a importância para esta pesquisa do curso da professora Ângela, ainda durante a graduação, no qual fui apresentado às teorias sobre movimentos sociais. Destaco também os instigantes diálogos com Cícero no grupo do CEDEC sobre o Processo Constituinte.

Aos meus professores na graduação e na pós, pela sempre excelente qualidade das aulas, pela seriedade das pesquisas e pelo comprometimento com a USP. Especialmente ao Prof. Eduardo Marques, que me orientou durante três importantes anos de iniciação científica e cuja amizade e carinho permanecem até hoje.

Ao Prof. Lúcio Kowarick e aos membros do Grupo de Estudos Sobre Movimentos Sociais da USP: Itaquê, Felipe, Flávia, Catalina, Rafaela, Débora e Marcos. Devo muito da minha formação acadêmica aos instigantes debates quinzenais sob o comando do professor Lúcio.

Aos funcionários do Departamento de Sociologia, sobretudo à Angela e Vicente, pelo apoio.

À CAPES, pela bolsa de estudos que permitiu esta pesquisa.

Ao Arquivo Nacional, que possibilitou a exploração de seu vasto acervo.

Aos amigos do mestrado pelos comentários na disciplina Seminário de Projetos.

À coordenação da APG/USP-Capital: Ester, Felipe, Pati Magalhães, Rica, Stefan e, principalmente, ao meu caro companheiro Ilan.

Aos meus grandes amigos, pelo apoio nos momentos difíceis e pelas muitas alegrias compartilhadas: Luis Felipe Hirano, Milena Lima, Roberta Jereissati, Mariana Tavares, Chico Toledo, Túlio Custódio, Paula Delage, Uyrá Santos, Natália Lago, Felipe Moreira, Vando da Paz, Luísa Valentini, Sidney Ferrer, Bruno Ranieri e Marcos Iki.

Aos amigos de longa data: Luis Franco, Guilherme Gabarra e Beatriz Setúbal.

Aos amigos que me acolheram: Rossana, Bernardo, Ana, Gabi, Fernando, Maria Fernanda, Patrício, Flávia, Bibia, Helinho, Lucinha, Alceu, Marisa, Humberto e Sueli.

Aos membros da minha querida família mineira-paulista-alagoana, que plantaram em mim, desde pequeno, a curiosidade sociológica e política. Agradeço, em especial, pela leitura e revisão cuidadosa de Simone, Marco, Terezinha e Amanda.

Nada seria possível sem os movimentos líricos de Carol, o sorriso amoroso de Joana e Andrés, o “atum” do pequeno Felipe, os ensinamentos de Marquinho, a inspiração de meus avós e o carinho e a dedicação de minha mãe.

À Amanda, pelo amor, pela cumplicidade e pela nossa bela história, que em muito se confunde com a história desta dissertação.

Ao meu saudoso pai, Gildo Marçal Bezerra Brandão, cuja luz e sabedoria me guiam a cada palavra escrita. Esta tese é para você.

## RESUMO

A dissertação analisa a interação entre a dinâmica da participação popular e a dinâmica político-legislativa a partir do exame da mobilização social ocorrida ao longa da elaboração da Constituição de 1988. Defendo a hipótese de que, no período da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), essa interação foi intensificada e requalificada em função: primeiro, do contexto de crise do estado desenvolvimentista e de crise político-institucional que possibilitou o processo de transição democrática e favoreceu a mobilização social; segundo, do uso, até então inédito no mundo, de instrumentos de democracia direta (como a emendas populares) já no processo de elaboração da nova Constituição, o que criou novas oportunidades para a mobilização social na ANC.

Utilizando um arcabouço conceitual e analítico das teorias sobre movimentos sociais (especialmente a Teoria do Processo Político), construo e analiso um banco de dados das ações coletivas realizadas ao longo da Constituinte. Demonstro, por meio desta análise, que esses instrumentos populares geraram uma institucionalização da interação entre os parlamentares e os atores extraparlamentares. E isto produziu impactos significativos tanto na dinâmica político-legislativa quanto na dinâmica da participação popular, influenciando a mobilização social, o jogo político e os resultados da Assembleia Nacional Constituinte.

**Palavras-Chaves:** Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988; Democracia – Brasil; Movimentos sociais – Brasil; Dinâmica da participação popular; Dinâmica político-legislativa

## ABSTRACT

The dissertation analyzes the interaction between the popular participation dynamics and the political-legislative dynamics by investigating the social mobilization that occurred during the preparation of the 1988's Constitution. I support the hypothesis that, during the National Constitutional Assembly (NCA), this interaction was increased and requalified according to: first, the context of the of the developmental state crisis and the political-institutional crisis, which allowed the process of democratic transition and favored social mobilization; and second, the use of direct democracy instruments (like the popular amendments) already in the process of drafting the new Constitution, which created new opportunities for social mobilization in the ANC.

Using a conceptual and analytical framework of the theories of social movements (especially the Political Process Theory), I construct and analyze a database of collective actions carried out during the Constituent Assembly. This analysis shows that these popular instruments created an institutionalization of the interaction between the parliamentary and extra-parliamentary actors. And that this produced significant impacts both on political-legislative dynamics and on the dynamics of popular participation, influencing social mobilization, the political game and the results of the National Constituent Assembly.

**Keywords:** National Constituent Assembly of 1987-1988; Democracy – Brazil; Social movements – Brazil; Popular participation dynamics; Political-legislative dynamics.

# Sumário

**Introdução** ..... **10**

**Cap. 1 – Interações entre Movimentos Sociais e o Estado** ..... **13**

1.1 A literatura sobre movimentos sociais ..... 13

1.2 Proposta analítica para a abordagem da interação entre a dinâmica da participação popular e a dinâmica político-legislativa ..... 31

**Cap. 2 – Oportunidades Políticas e Interação Institucionalizada** ..... **32**

2.1 Estrutura de Oportunidades Políticas no Processo de Democratização . 33

2.2 Os Movimentos Sociais e a Luta por uma Constituinte Popular ..... 52

2.3 A Composição do Congresso Constituinte ..... 58

2.4 A disputa pelo Regimento Interno ..... 63

2.5 O Mecanismo das Emendas Populares ..... 75

**Cap. 3 – A Participação Popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88** ..... **80**

3.1 Os Movimentos Sociais na Constituinte ..... 80

3.2 Repertório de Ação Coletiva ..... 83

3.3 Ciclo de Confronto e Fases de Mobilização Social na ANC ..... 92

1ª Fase ..... 94

2ª Fase ..... 97

3ª Fase ..... 104

4ª Fase ..... 115

**Cap. 4 – Conclusão: As Consequências da Participação Popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988** ..... **145**

4.1 Impactos da interação entre as dinâmicas da participação popular e político-legislativa ..... 145

4.2 Avanços e Limites da Nova Carta Magna: impactos diretos da mobilização social na Constituição de 1988 ..... 156

**Bibliografia:** ..... **185**

**ANEXO - Linha de Eventos da Mobilização Social na Assembleia Nacional Constituinte** ..... **202**

# Introdução

A grande mobilização social ocorrida ao longa da elaboração da Constituição de 1988 é o cenário desta análise sobre a interação entre a dinâmica da participação popular e a dinâmica político-legislativa. Defendo a hipótese de que, no período da Assembleia Nacional Constituinte, essa interação foi intensificada e requalificada em função: primeiro, do contexto de crise do estado desenvolvimentista e de crise político-institucional que possibilitou o processo de transição democrática e favoreceu a mobilização social; segundo, do uso, até então inédito no mundo, de instrumentos de participação popular já no processo de elaboração da nova Constituição, o que criou novas oportunidades para a mobilização social na ANC.

Uma série de perguntas nortearam o desenvolvimento da investigação dessa hipótese. Afinal, qual foi a extensão e a dinâmica da mobilização social na Constituinte? Quais foram as formas de ação utilizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais e associações de bairro para tentar fazer com que as suas vozes chegassem até a Assembleia Nacional Constituinte (ANC)? Como os deputados e senadores constituintes reagiram às mobilizações e interagiram com estes ativistas? Quais foram as consequências desta interação para a mobilização social e para o jogo político da ANC? E, finalmente, qual impacto que esta interação teve na *Carta Magna* promulgada em 1988?

Assim, procurarei mostrar como os instrumentos de participação popular, assegurados e regulados pelo Regimento Interno da ANC, tiveram como consequência uma institucionalização da interação entre os parlamentares e os atores extraparlamentares. Demonstrarei também que esta institucionalização produziu impactos tanto na dinâmica político-legislativa quanto na dinâmica da participação popular, influenciando a mobilização social e o jogo político da Constituinte.

Dessa forma, esta dissertação começa, no primeiro capítulo, com um balanço das diferentes teorias sobre movimentos sociais presentes na literatura e da forma como elas abordaram o problema da relação entre as ações institucionais e as ações não-institucionais.

O segundo capítulo analisa o processo de transição democrática que culminou no processo constituinte. Assim, discuto elementos principais da Estrutura de Oportunidades Políticas do processo de democratização, assim como as principais ações e características das estruturas de mobilização social que surgiram no período. No mesmo capítulo, trato das disputas em torno do modelo da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e traço um perfil geral da composição dos deputados e senadores eleitos em 1986. Em seguida, analiso a disputa pela inclusão dos instrumentos de participação popular no Regimento Interno da Constituinte, encerrando o capítulo com uma explicação acerca do mecanismo das emendas populares.

O terceiro capítulo traz uma análise detalhada da mobilização social ao longo da Constituinte. Examino tanto o repertório de ação coletiva utilizado pelos movimentos quanto as diferentes fases de mobilização social que compuseram o ciclo de confronto criado no período. Assim, analiso, em casa fase, de que forma os movimentos interagiram com as mudanças na Estruturas de Oportunidades Políticas.

Com base nisso, concluo esta dissertação com uma análise das consequências da participação popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Faço, portanto, uma reflexão sobre os impactos diretos e indiretos da interação entre as duas dinâmicas (da participação popular e político-legislativa).

Cabe dizer ainda que a análise desenvolvida utiliza o arcabouço conceitual e analítico das teorias sobre movimentos sociais, principalmente do enquadramento oferecido pela Teoria do Processo Político (e pela sua vertente mais recente, a Teoria do Confronto Político). Para examinar a mobilização social na Assembleia Nacional Constituinte, construí um banco de dados com a finalidade de dimensionar minimamente a vasta mobilização dos movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais e associações de bairro cuja ação coletiva contemplasse o tema da Constituinte. Embora o foco do banco de dados seja o período analisado pela pesquisa – entre novembro de 1986 e setembro de 1988 –, ele também abrange (com menor detalhe e representatividade) o período pré-Constituinte, no qual diferentes atores sociais e políticos agiram de forma coletiva em torno do tema.

Este banco de dados, que traz a linha de eventos de ações coletivas relacionadas ao processo constituinte, foi elaborado a partir de pesquisa nos arquivos do Conselho Nacional de Segurança, do Serviço Nacional de Informações e da Polícia Federal, assim como em mais de 7 mil das 30 mil notícias de jornais que trataram sobre a Constituinte (reunidas pela Câmara Federal), em 70 edições semanais da

Revista Veja do período e, por fim, na vasta literatura existente sobre a ANC. Cabe apontar, portanto, as limitações naturais decorrentes da cobertura da mídia e do que era considerado notícia relevante, o que tentamos contornar com as outras fontes. Embora algumas ações dos movimentos sociais inevitavelmente ficaram de fora, é seguro afirmar que este banco construído ao longo da pesquisa abrange a grande maioria dos eventos no período, especialmente aqueles que foram mais relevantes para a mobilização social na Constituinte.

# Cap. 1 – Interações entre Movimentos Sociais e o Estado

## 1.1 A literatura sobre movimentos sociais

O breve século XX foi o palco de eventos e processos que impactaram profundamente as estruturas e as trajetórias da ação coletiva. Também foi a época em que os efeitos das grandes mudanças do século XIX se fizeram sentir para a grande massa da população. Assim, a urbanização, a industrialização, a formação e expansão do Estado-Nação e, principalmente, a expansão do capitalismo revolucionaram as formas em que as pessoas se relacionam, se percebem e se constituem enquanto sujeitos coletivos.

Os movimentos sociais e a ação coletiva foram explicados, até a década de 1970, por duas vertentes. De um lado, as teorias inspiradas pelo estrutural-funcionalismo e pela tradição psicológico-social da Escola de Chicago que, segundo Gohn (1997), formariam o chamado paradigma *clássico* ou do *comportamento coletivo*. Os principais expoentes desta vertente foram Smelser, K. Kornhauser , Huntington e Blumer[1].

As explicações psicossociais, com uma forte influência durkheimiana, se preocuparam em compreender o "comportamento coletivo", que seria uma reação às mudanças sociais geradas pelo processo de modernização. Dessa forma, haveria uma tensão estrutural provocada pela transformação das normas, das hierarquias, dos laços entre grupos intermediários e das incongruências entre o *status* e as expectativas (especialmente em relação à renda, educação e ocupação). Esta tensão estrutural geraria uma situação de anomia e um estado patológico e disruptivo, que poderia,

---

[1] Para as teorias da sociedade de massa, ver KORNHAUSER, W. *The Politics of Mass Society*. New York: Free Press, 1959; assim como ARENDT, Hannah (1951). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1973. Para a teoria das privações coletivas, ver BLUMER, Herbert. "Collective Behavior". In: McCLUNG LEE, Alfred (ed.). *New Outline of the Principles of Sociology*. New York: Barnes & Noble, 1951; assim como BLUMER, Herbert. "Collective Behavior". In: GITTLER, J. B. (ed.). *Review of Sociology: Analysis of a Decade*. New York: Wiley, 1957. Para o modelo estrutural-funcionalista do comportamento coletivo, ver SMELSER, Neil. *The Theory of Collective Behavior*. New York: Free Press, 1962.

portanto, levar à perturbações da ordem. Segundo Alonso, para esta vertente, "(...) a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade ou, conforme, Smelser, como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não lograriam canalizar"[2]. Assim, o foco estaria nas explicações da participação dos indivíduos nos movimentos sociais a partir das suas frustrações e dos seus valores frente às transformações sociais.

Para as diversas versões do paradigma do comportamento coletivo, haveria uma distinção radical entre a ação institucional-convencional e o comportamento coletivo não-institucional. Enquanto a primeira se orientaria pelas normas sociais vigentes, a segunda seria consequência de situações indefinidas e não-estruturadas, que provocariam o colapso dos órgãos de controle social ou o colapso da integração normativa (em função das mudanças estruturais)[3]. Tamanha distinção não contempla a complexidade da interação política em um processo de democratização no qual não houve propriamente uma ruptura da ordem institucional.

Em contraposição a este paradigma do comportamento coletivo, alguns autores inspirados pela tradição marxista clássica (como Barington Moore e Eric Wolf) destacaram a racionalidade das ações coletivas[4]. A origem destas ações também seria estrutural, mas os principais conflitos (inclusive as revoluções) seriam frutos da lógica de exploração do sistema político e econômico, não desaparecendo, portanto, assim que se "normalizasse" a transição para a modernidade. A ação coletiva na sociedade capitalista seria condicionada pela exploração presente no processo produtivo e, portanto, seriam as classes sociais não só os agentes das ações coletivas, mas também os sujeitos históricos das transformações revolucionárias.

Um importante ponto de inflexão histórica e teórica foi a irrupção de inúmeros protestos sociais *sui generis* nos países capitalistas desenvolvidos nos anos 60 e 70[5].

---

[2] ALONSO, Ângela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, nº 76, 2009, p. 50.

[3] Cf. COHEN, Jean L. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. In: *Social Research*, v. 52, nº 4, 1985, pp. 671-672.

[4] MOORE, Barington. *Social Origins of Ditactorship and Democracy*. Boston: Beacon, 1966. Assim como WOLF, Eric. *Peasant Wars of the Tweintieth Century*. New York: Harper & Row, 1969. Para uma análise desta tradição marxista, ver TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Menlo Park: Addison-Wesley Publishing Company, 1978, p. 43-46.

[5] Estes protestos coletivos aconteceram principalmente nos Estados Unidos e na Europa no fim dos anos 1960 e meados dos anos 1970. No Brasil, apesar da onda de manifestações em 1968 que culminaram na edição do Ato Institucional nº 5, e na América Latina, "o *boom* de protestos coletivos ocorreu a partir de meados da década de 1970 e durante a década seguinte" (BERTONCELO, Edison. *A Campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2007, p. 23).

Estas mobilizações e confrontos mostraram a necessidade de uma reformulação das teorias de ação coletiva, incapazes de explicar porque os movimentos de protesto eram encabeçados não pelos trabalhadores, mas sim por estudantes, donas-de-casa, idosos, etc. Da mesma forma, as reivindicações eram predominantemente pluriclassistas, colocando em pauta temas como etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o movimento feminista) e estilo de vida (os movimentos pacifistas e ambientalistas)[6]. Assim, estes movimentos não visavam uma revolução política por meio da tomada do poder de Estado (como previam as teorias marxistas), mas também não eram reações irracionais de indivíduos isolados (como nas explicações psicossociais), "mas movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas"[7].

Ao longo do debate sobre os significados desta inflexão, três vertentes apresentaram novas abordagens teóricas acerca do fenômeno dos movimentos sociais. De um lado os europeus, com contribuições significativas de Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, reunidos sob a ótica da "Teoria dos Novos Movimentos Sociais"; de outro os americanos, primeiro por meio da Teoria de Mobilização de Recursos, defendida por McCarthy e Zald (1977), e depois por Charles Tilly, Sidney Tarrow, Doug McAdam, Jack Goldstone e o italiano Mario Diani, que olharam para os movimentos sociais sob a ótica da Teoria do Processo Político ou, mais recentemente, de uma Teoria do Confronto Político (*Contentious Politics*).

Ao contrário do paradigma clássico, a Teoria de Mobilização de Recursos, influenciada pela teoria da escolha racional de Mancur Olson, enfatizou a racionalidade das mobilizações coletivas: "longe de emotiva, a decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos"[8]. Para McCarthy e Zald, apesar das privações e dos interesses de classe serem constantes, as reações coletivas são esporádicas. Assim, o essencial seria investigar o processo pelo qual os recursos necessários para agir coletivamente são mobilizados – por exemplo, dinheiro, estruturas, contatos, conhecimento, ativistas, apoiadores, tempo, e, entre outros, recursos de organização que permitiriam a coordenação entre todos os outros recursos. Segundo Bertoncelo, "Nessa perspectiva, os movimentos

---

[6] Ronald Inglehart qualificou estas novas reivindicações como demandas "pós-materiais". INGLEHART, R. The Silent Revolution in post-industrial societies. In: *American Political Science Review*, nº 65, 1971.
[7] Alonso, 2009, *opus cit.*, p. 51.
[8] Idem, ibidem, p. 52.

sociais são concebidos como parte das formas legítimas de ação política e os indivíduos que neles se engajam como bem-integrados à vida social"[9].

Também haveria uma separação radical entre as ações institucionalizadas e as não-institucionalizadas. O uso dos canais políticos convencionais estaria relacionado à quantidade e qualidade dos recursos disponíveis a determinado grupo social. Dessa forma, as ações institucionais seriam mobilizadas principalmente via competição partidária e grupos de interesse. Os grupos desprovidos dos recursos necessários para garantir um amplo acesso à esfera institucional, lançariam mão de formas de ação não-institucionalizadas por meio da mobilização coletiva. Assim, as manifestações, passeatas, greves e ações violentas seriam recursos produzidos para, face às barreiras da política institucional, buscar a realização de interesses por meio de ações não-institucionais.

Um dos grandes embates na tradição das teorias sobre os movimentos sociais surgiu com a tese de Mancur Olson do "carona", na qual a ação lógica de um indivíduo seria a de não se mobilizar enquanto outros se mobilizam em prol de bens comuns/públicos (e, portanto, não sofre os custos de se mobilizar ao mesmo tempo em que recebe, eventualmente, os benefícios das mobilizações de outrem). Assim, para que a ação coletiva ocorresse, os movimentos deveriam distribuir benefícios seletivos ou imporem sanções à não-participação.

A crítica de Jean Cohen se firma na ideia de que Olson – ao tomar como pressuposto que as pessoas que se mobilizam em ações coletivas são indivíduos não-organizados – não percebe o impacto da solidariedade em grupos previamente organizados. Além disso, se considerarmos os grupos cujos objetivos são justamente a formação de solidariedade ou identidade, a ação coletiva não teria, para eles, custo algum[10]. A formação e os impactos de um *esprit de corps* a partir das solidariedades coletivas entre agentes com condições e condicionamentos semelhantes foi analisada por Pierre Bourdieu. Para o autor, esta solidariedade acarretaria em uma experiência prática de transcendência do grupo, de suas maneiras de ser e de agir: "(...) cada um encontrando na conduta de todos os seus pares a ratificação e a legitimação ("isso se faz") de sua própria conduta a qual, por sua vez, ratifica e, se for o caso, retifica a conduta dos outros. (...) há toda espécie de condutas que a tradição utilitarista não

---

[9] Bertoncelo, *opus cit.*, p. 24.

[10] COHEN, Jean L. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. In: *Social Research*, v. 52, nº 4, 1985, pp. 674-675.

consegue dar conta, como as lealdades ou as fidelidades em relação a pessoas ou grupos e, de modo mais amplo, todas as condutas de desprendimento, cujo caso limite é o *pro pátria mori*, analisado por Kantorowicz, o sacrifício do ego egoísta, desafio absoluto a quaisquer calculistas utilitaristas"[11].

Dessa forma, a excessiva racionalidade da Teoria de Mobilização de Recursos acabou por subestimar a importância da cultura. Ao tomar como unidade de análise o ator individual, não se atentou para o complexo processo de formação de uma identidade coletiva, assim como para o poder da formação de solidariedades no processo de mobilização coletiva. A chave de análise da Teoria de Mobilizações de Recursos também era excessivamente conjuntural, sem considerar as mudanças macroestruturais ou tampouco as transformações culturais e políticas de longo prazo.

Para Touraine[12], maio de 68 faz parte de um processo de mudança estrutural do ocidente rumo a uma "sociedade pós-industrial" (ou o que ele chamou anteriormente de "sociedade programada"), na qual a produção industrial e o trabalho perdem a proeminência na organização da vida social. Este diagnóstico é semelhante ao de Melucci acerca das *sociedades complexas* (1985) e ao de Offe com a *sociedade de* serviços (1985). Assim, os conflitos por bens não-materiais se intensificariam, ganhando uma dimensão simbólica que tenderia a ser predominante. As novas tecnologias sociais produziriam não só instrumentos mecânicos e sistemas de organização (como a sociedade industrial), mas também bens simbólicos, línguas e informação; produção esta que é capaz de moldar ou transformar a nossa representação da natureza humana e do mundo externo. Para Touraine, o conceito de movimentos sociais seria relativo apenas às disputas em torno do controle social dos principais padrões culturais (um dos oito diferentes tipos de conflitos coletivos por ele identificados[13]), que estariam na base do que o autor chama de "Novos Movimentos Sociais".

Na medida em que a dominação fosse cada vez mais cultural, com uma tecnocracia controlando a informação, estes conflitos se tornariam centrais nas

---

[11] BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Trad. de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 2007, p. 177-179.

[12] Principalmente em seus livros *La voix et le regard* (1978) e *O retorno do ator* (1983) .

[13] Os oito tipos de conflitos coletivos seriam, segundo Touraine: 1) Busca competitiva por interesses coletivos; 2) Reconstrução de uma identidade social, cultural ou política; 3) Pressão/Força Política que busca mudar as regras do jogo; 4) Defesa de um *status* ou privilégio; 5) Disputa pelo controle social dos principais padrões culturais; 6) Criação de uma nova ordem (no extremo, uma revolução); 7) Conflitos de cunho nacional; e 8) Neocomunitarismo (Cf. TOURAINE, Alain. An Introdution to the study of social movements**.** In: *Social Research*, v.52, n.4, 1985, pp. 751-760).

sociedades pós-industriais e os movimentos sociais seriam os sujeitos coletivos por excelência: "técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas"[14].

O foco dos movimentos sociais, na perspectiva da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, deixa de ser o combate ao (ou pelo) Estado. Ao transferir o *locus* das lutas sociais para a Sociedade Civil, Touraine inverte o sentido da separação entre a política institucional e não-institucional. Os movimentos sociais passam a disputar projetos culturais no interior de um espaço social apartado do Estado e do Mercado. Jürgen Habermas enfatiza os riscos do processo de "colonização do mundo da vida", no qual a racionalidade instrumental (característica da economia e da política institucional) passa a se expandir para o mundo cultural. Assim, o que antes era interação e comunicação intersubjetiva, passa paulatinamente a ser empobrecida pela monetarização das relações sociais e pela burocratização das formas de interação[15]. Os novos movimentos sociais surgiriam, portanto, como formas de resistência à colonização do mundo da vida: "Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo"[16].

A crítica à Teoria dos Novos Movimentos Sociais se respaldou, de um lado, em pesquisas empíricas que mostraram que os conflitos por bens não-materiais já existiam muito antes da chamada "sociedade pós-industrial" e que os conflitos por bens materiais continuam sendo uma dimensão central (embora não única) das ações contenciosas[17]. Ainda, uma definição de (novos) movimentos sociais lastreada somente nos conflitos por padrões culturais seria uma definição restritiva e

---

[14] Alonso, 2009, *opus cit.*, p. 60.
[15] Cf. HABERMAS, Jürgen. New Social Movements. In: *Telos*, New York, nº 49, pp. 33-37.
[16] Alonso, 2009, *opus cit.*, p. 67.
[17] Ver *From Mobilization to Revolution* (1978) de Charles Tilly. Ou também o seu artigo *Models and reality of popular collective action*, publicado em 1985. Em 1995, Craig Calhoun escreveu o artigo *Novos movimentos sociais do começo do século XIX*, no qual ele "(...) argumenta que as características que a TNMS considera novas e peculiares a movimentos do século XX já estavam em seus similares do XIX: multidimensionalidade; demandas não materiais; criação de identidades. (...) Assim, a tese da novidade de agenda das mobilizações nas sociedades pós-industriais, mais culturais que econômicas, expressaria mais os óculos dos analistas que as motivações dos agentes." (Alonso, 2009, *opus* cit., p. 70).

substancialista: o que define um movimento não é mais a sua organização ou a sua forma de realizar uma demanda ou desafio aos detentores de poder (como defende Tilly), mas sim a própria natureza do que está sendo disputado (padrões culturais). Segundo Alonso, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais foi acusada "de se restringir ao plano societário, negligenciando a relação dos movimentos sociais com a dinâmica político-institucional"[18]. O próprio Alain Touraine reconheceu (justamente em 1989) a dificuldade de transpor o seu esquema para a realidade latino-americana em função da relevância das demandas econômicas, produzindo nos trópicos uma "combinação *sui generis*" de demandas materiais e pós-materiais[19].

Em seu *Models and Realities of Popular Collective Action*, escrito em 1985, Charles Tilly procurou construir um modelo de (inter)ação estratégica na qual o conflito e a ação coletiva descontínua e dinâmica seriam características centrais para se compreender os movimentos sociais. Para ele, as teorias anteriores (principalmente as teorias do comportamento coletivo e as primeiras versões da teoria da mobilização de recursos) não explicam as conexões entre a decisão individual e a decisão coletiva, assim como, ao utilizarem modelos individualistas (*single-actor models*, como o de *rational choice*), não percebem que o componente principal da ação coletiva é justamente a interação estratégica intra e intergrupos. Tilly defende a necessidade de se abandonar o uso de modelos estáticos e explicações causais; segundo o autor, ao focarmos o olhar nas interações, é possível desenvolver um modelo no qual a ação coletiva seja compreendida enquanto uma ação dinâmica dentro de um modelo propositivo de interação com atores múltiplos.

Seguindo a ênfase na interação, na informalidade e na ação contenciosa enquanto componentes-chaves, Mario Diani afirma que "Um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em um conflito político ou cultural, e baseada no compartilhamento de uma identidade coletiva"[20]. Em outro artigo escrito em parceira com Doug McAdam, Diani ressalta ainda que a adoção de formas radicais de ação, a preferência por formas soltas e informais de organização e o interesse por temáticas novas não são elementos peculiares e distintivos dos movimentos sociais. Para os

---

[18] Idem, ibidem, p. 70.
[19] Cf. TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. In: *Lua Nova*, São Paulo, no 17, 1989, pp. 5-18.
[20] DIANI, Mario. The Concept of social movement. In: *The Sociological Review,* 1992, p. 13. (Tradução minha)

autores, a característica *sui generis* dos movimentos sociais seria justamente o fato deles serem constituídos por atores formalmente independentes e imersos em contextos 'locais'[21] específicos; atores estes que carregam identidades, valores e orientações específicas e perseguem metas e objetivos específicos, mas que, no entanto, são, ao mesmo tempo, conectados por meio de diversas formas de cooperação concreta e/ou de reconhecimento mútuo – formando uma ligação que se estende para além de qualquer protesto ou campanha específicos[22]. Para Charles Tilly, apesar de ter estruturas e histórias bem definidas, um movimento social não é um grupo, mas sim uma forma complexa de interação social cujos participantes são provenientes (em graus desproporcionais) de diferentes redes sociais já existentes. Ele chama esta ligação de solidariedade, que seria produto de uma *catnet*: um conjunto de indivíduos que pertencem tanto a uma mesma categoria (compartilhando características) quanto a uma mesma rede interpessoal[23]. Quanto maior for a sobreposição entre a identidade comum e as redes internas, maior será o grau de organização do grupo.

Tilly retoma a compreensão marxista de que o conflito é inerente à nossa sociedade, utilizando-a em sua definição dos movimentos sociais. Dessa forma, ele afirma que: "um movimento social consiste em um desafio sustentado aos detentores de poder em nome de uma população morando sob a jurisdição daqueles detentores de poder, por meio de repetidas manifestações públicas do número, comprometimento, unidade e valor. Um movimento social pressupõe interação contenciosa; ele envolve a realização mútua de demandas entre os desafiantes e os detentores de poder"[24]. É importante ressaltar aqui o caráter relacional e processual da sua análise, em contraposição às definições "substancialistas" de Habermas e Touraine[25]. Tilly, ao contrário, enfatiza os processos de interação entre os atores sem definir *a priori* quais demandas e interesses fazem parte do que podemos chamar de movimentos sociais. Essa diferença é importante para a análise que farei sobre a interação e competição

---

[21] O qualificativo 'local' teria, para os autores, um sentido tanto territorial quanto social.

[22] Cf. DIANI, Mario & McADAM, Doug. "Networks and Social Movements: a research program". In: *Social Movements Analysis: The Network Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

[23] Segundo Tilly, "A full-fledged *category* contains people all of whom reconizes as having that characteristic. There are also *networks* of people who are linked to each other, directly or indirectly, by a specific kind of interpersonal bond." (Tilly, 1978, *opus cit*, p. 62).

[24] TILLY, Charles. "Social Movements as Historically Specific Cluster of Political Performances". In: *Berkeley Journal of Sociology: A Critical Review*, vol. XXXVIII, 1993-1994, p. 7 (Tradução minha).

[25] Cf. HABERMAS, Jürgen. "New Social Movements". In: *Telos*, nº 49, 1981, pp. 33-37. Assim como TOURAINE, Alain. "Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos". In: *Lua Nova*, nº17, junho 1989.

dos movimentos com agendas mais progressistas com os movimentos de caráter conservador, que também disputaram os rumos da Constituinte.

Para a Teoria do Processo Político – especialmente para Charles Tilly, Doug McAdam, Sidney Tarrow, Jack Goldstone e Mário Diani – falar em movimento social significa falar em ação coletiva, em interação entre atores em prol de algum objetivo ou valor. Nesse sentido, uma das maiores descobertas de Charles Tilly foi que, historicamente, dentre as infinitas possibilidades de ação coletiva, o conjunto de formas de ação e de estratégias utilizadas por diferentes grupos ou indivíduos para efetuarem as suas demandas é surpreendentemente limitado. Assim, existiria um "repertório de ações coletivas" que seria tanto estrutural quanto cultural: "não é só o que as pessoas *fazem* quando elas têm uma demanda; mas é também o que elas *sabem como fazer* e o que a sociedade passou a esperar que elas escolham fazer dentro de um conjunto de opções sancionado culturalmente e limitado empiricamente"[26]. Para Mayer N. Zald, os movimentos extrairiam do "estoque cultural" de uma sociedade informações sobre como protestar e sobre como se organizar: de um lado, os "repertórios de ações coletivas" ou de ações "contenciosas", que incluiriam desde ações mais pacíficas como organizar passeatas e carreatas, até ações mais disruptivas, como montar barricadas, realizar ataques com bombas, entre outros; do outro lado, também se extrairia deste estoque cultural uma série de "modelos de organização" (*templates of organization*), que incluiriam habilidades e tecnologias de comunicação, de captação de recursos, de gerenciamento de um escritório, de recrutamento de ativistas, entre outros[27].

Embora repertório não seja algo estático, as suas transformações ao longo do tempo são lentas, graduais e marginais. Transformações que, em geral, estariam relacionadas às mudanças no Estado e no sistema econômico (como a formação do Estado-nação e a expansão do capitalismo). Um exemplo seria a transformação de um repertório de confrontos locais, violentos, estreitos e particulares no século XVIII (como as revoltas por terra, comida, crença ou contra alguma morte considerada

---

[26] TILLY, Charles. A*pud* TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action.* Durham: Duke University Press, 1995, p. 91. No entanto, o conceito foi elaborado inicialmente em 1978, no livro de Charles Tilly, *From Mobilization to Revolution*. Menlo Park: Addison-Wesley Publishing Company, 1978, p. 151.

[27] Cf. ZALD, Mayer N. Culture, ideology, and strategic framing. In: McADAM, D.; McCARTHY, J.; & ZALD, M. (eds.). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 267.

injusta), para, a partir do século XIX, um repertório de confrontos cosmopolitas e autônomos, mobilizando formas modulares de ação[28], como o boicote, as petições de massa e a insurreição urbana.

Assim, novas formas de ação podem trazer vantagens táticas, mas também são arriscadas quando não são culturalmente aceitas, especialmente se o ritmo da mudança for muito acelerado. Estas rotinas são fruto de um processo de aprendizagem e de socialização, cujos limites restringiriam "as opções disponíveis para a interação coletiva" e estabeleceriam "as bases para futuras escolhas"[29]. Analisarei, ao longo desta dissertação, as dificuldades e vantagens que os movimentos sociais se depararam ao utilizarem novos instrumentos de ação coletiva (como as emendas populares). O trabalho de socialização das novas formas de ação e de organização em torno da Constituinte foi um fator chave no período, algumas organizações mais experientes e estruturadas despenderam tempo e recursos significativos para ensinarem outras associações e movimentos as "técnicas" necessárias para a utilização do novo repertório de ação. Ainda, boa parte dos atores políticos mais progressistas (sejam eles movimentos, associações ou partidos políticos) desenvolveram estratégias e enquadramentos interpretativos para legitimar os novos instrumentos e repertórios de ação, inclusive valorizando-os como mecanismos aptos a participarem e influenciarem o processo institucional da Assembleia Nacional Constituinte.

O domínio e a reprodução de um conjunto de formas de ação coletiva, ou seja, de uma técnica social, é um instrumento também de poder interno em um movimento social. Os ativistas mais experientes, que sabem como organizar greves e passeatas teriam, naturalmente, mais poder do que os novos membros que nunca participaram de uma mobilização coletiva de grande porte e complexidade.

A tentativa de introdução de uma inovação no repertório de ação por parte de um movimento pode também estar ligada à uma estratégia para ocupar uma posição diferenciada na relação entre diferentes movimentos com temáticas semelhantes. Um exemplo marcante foi o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no final da década de 80 e, principalmente, em meados da década de

---

[28] Cosmopolitas porque os conflitos diziam respeito à muitas localidades. Modulares porque as formas de confronto podiam ser facilmente transferidas de um local ou circunstância para outro. E, finalmente, autônomas porque quem as iniciavam eram, agora, os próprios reclamantes, que estabeleciam contatos diretos com centros de poder nacionais (Cf. TARROW, Sidney. O Poder em Movimento. Trad. de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp. 51-52).

[29] Idem, ibidem, p. 51.

90[30]. Ao disseminarem a forma de ocupações de terras como meio de luta pela reforma agrária, o MST conseguiu se diferenciar do tradicional sindicalismo rural e superar a crise de mobilização por conta do esgotamento e da ineficácia das velhas formas de ação e reivindicação. A forma ocupação foi peça-chave para as transformações na dinâmica das lutas agrárias, tanto no que diz respeito à competição entre os diferentes movimentos, quanto no que diz respeito à competição entre as diferentes gerações no interior do próprio movimento sindical. Assim, as disputas internas se travaram em torno das formas de luta, tornando-se um aspecto essencial no posicionamento dos agentes e dos movimentos: uma geração socializada nas greves e passeatas de 1979/1980, lutando prioritariamente por direitos trabalhistas, valia-se das glórias passadas e da experiência de negociações para defender um movimento reconhecido enquanto interlocutor dentro dos marcos da lei; do outro lado, se constituiu, com o tempo, um grupo de lideranças mais jovens que tinham pouco espaço nas diretorias (dos sindicatos e federações) e foram socializadas neste momento em que as velhas práticas de mobilização já não surtiam efeito, sendo seduzidos pela disseminação e sucesso das ocupações realizadas, principalmente, pelo MST[31]. A ascensão da União Democrática Ruralista entre os movimentos e sindicatos dos proprietários rurais também se deu, como veremos nos capítulos 3 e 4, com a ajuda da adoção de novas táticas e estratégias de ação direta que a diferenciaram de grupos como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Sociedade Brasileira Ruralista (SBR).

O conceito de repertório de Tilly é complementado pelo conceito de "ciclos contenciosos" (ou ciclos de protestos) de Sidney Tarrow, que procura demonstrar a

---

[30] Mais precisamente a partir de 1993, quando, no Brasil, o próprio Estado acabou por estimular uma espiral de ocupações ao estabelecer, no Congresso Nacional, que "a improdutividade das terras caracterizava o não-cumprimento da função social da propriedade, caso previsto pela Constituição de 1988 para proceder à desapropriação" (SIGAUD, Lygia. As Condições de Possibilidade das Ocupações de Terra. In: *Tempo Social.* São Paulo, vol. 17, n° 1, junho de 2005, p. 2). De fato, Lygia Sigaud argumenta que se estabeleceu uma interdependência entre o Estado e os movimentos sociais, mostrando que quase todas as desapropriações subsequentes tiveram como alvo terras que eram ou já tinham sido ocupações, assim como os beneficiários da reforma agrária foram, em boa parte, os membros mobilizados e pertencentes aos movimentos de ocupação.

[31] Para a competição entre o MST e o Sindicalismo Rural e o conflito geracional no interior do próprio sindicalismo, ver ROSA, Marcelo. As Novas Faces do Sindicalismo Rural Brasileiro: A Reforma Agrária e as Tradições Sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 47, n° 3, 2004. Para uma análise sobre o papel do Estado na disseminação da forma ocupação, ver SIGAUD, Lygia. As Condições de Possibilidade das Ocupações de Terra. In: *Tempo Social*. São Paulo, vol. 17, n° 1, junho de 2005. E, finalmente, para uma análise sobre o processo de mobilização e interação em torno da forma ocupação, ver MACEDO, Marcelo Ernandez. Entre a 'Violência' e a 'Espontaneidade': reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. IN: *MANA*, 2005.

principal forma produtora de mudanças em um determinado repertório (tornando mais dinâmico o conceito de Tilly). Para Tarrow, estes ciclos de protesto canalizam e absorvem as inovações do repertório produzidas em momentos de grande efervescência social; segundo o autor, as principais características destas ondas de protesto seriam a existência de conflito acirrado com uma amplitude setorial e geográfica, assim como o surgimento de novas organizações de movimentos sociais e o "empoderamento" (*empowerment*) de velhos movimentos, a criação de novos "enquadramentos globais" (*master frames*) de significados e a invenção de novas formas de ação coletiva[32]. Demonstrarei ao longo desta dissertação como, entre 1987 e 1988, os movimentos sociais lograram criar um ciclo de confrontos, assim como analisarei as implicações e transformações decorrentes deste enfrentamento generalizado.

Mas quando e por que existem estes ciclos de intensa mobilização em determinados momentos históricos? A resposta está intimamente relacionada ao conceito-chave da Teoria do Processo Político: Charles Tilly elaborou em seu livro *From Mobilization to Revolution* (1978) a ideia de Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP). Para o autor, é necessário sempre analisar o conjunto de oportunidades e ameaças presentes no mundo que cerca o movimento/indivíduos e que tem alguma probabilidade de afetar o bem-estar e o sucesso dos atores. Dessa forma, do lado da oportunidade, deve-se identificar a extensão da vulnerabilidade de outros grupos (incluindo governos) em relação à novas demandas que poderiam, se bem sucedidas, aumentar a realização dos interesses do contestador. Já do lado das ameaças, é preciso atentar em que medida outros grupos ameaçam realizar demandas que, se bem sucedidas, irão reduzir a realização dos interesses do contestador[33]. Dessa forma, em certos momentos históricos – como defendo adiante que é o caso da Constituinte de 1987-88 –, abre-se uma janela de oportunidades políticas que, se *bem percebidas e interpretadas* pelos movimentos sociais e pela população potencialmente ativa, podem estimular o surgimento e a ebulição de novas mobilizações sociais.

---

[32] Cf. TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action.* Durham: Duke University Press, 1995, pp. 91-92.

[33] Cf. TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Menlo Park: Addison-Wesley Publishing Company, 1978, p. 133. O conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas foi criticado por Polletta por ser "(…) demais abrangente e, por decorrência, pouco explicativo (Polletta, 1999)." (Alonso, *opus* cit, p. 71).

É exatamente a transformação de uma Estrutura de Oportunidades e Ameaças Políticas que promove uma nova onda de mobilizações. Segundo Sidney Tarrow, em seu livro *O Poder em Movimento*: "(...) as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente, em movimentos sociais"[34].

Conforme veremos no próximo capítulo, no caso da participação popular na Constituinte brasileira, os movimentos sociais souberam não só aproveitar a Estrutura de Oportunidades Políticas do processo de transição democrática, já amplificada pelo processo de elaboração de uma nova Constituição, como também conseguiram potencializá-la de forma significativa ao incluírem no Regimento Interno da Constituinte[35] um conjunto de instrumentos de democracia direta. Mostrarei que o volume de participação popular na Constituinte de 1986-88 foi significativo e parte expressiva aconteceu em função momento político-social vivenciado pelo país (a efervescência social do período da redemocratização) e da conquista de um poder concreto de interferência popular na Constituinte.

Axel Honneth, em seu livro *Lutar por Reconhecimento*, discorre sobre as pré-condições sociais e psicológicas para a ação social transformadora. Esta discussão nos possibilita interligar a dimensão da mobilização social no âmbito da Constituinte a um contexto mais amplo de transformação da estrutura e dos padrões de racionalização e socialização na sociedade moderna[36]. Assim, a luta pelo reconhecimento é a luta pela constituição de sujeitos históricos, sendo que, para Honneth, um sujeito social precisa se reconhecer como portador de direitos e vontades, o que envolve desde o desenvolvimento da autoconfiança nas relações familiares, ao auto-respeito na relação entre os indivíduos e a sociedade (proporcionado pela gramática universalista do

---

[34] TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento*. Trad. de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 38.

[35] O Regimento Interno foi o conjunto de normas e princípios que ordenaram as funções legislativas e administrativas da Assembleia Nacional Constituinte.

[36] Cf. HONNETH, Axel. *Lutar por Reconhecimento*. São Paulo: Ed. 34, 1992, pp. 117-291.

direito, permitindo a sua constituição individual independente das suas opções morais) e até ao desenvolvimento da autoestima na luta pelo reconhecimento social (numa comunidade de valores) de determinadas propriedades e atributos relativos ao grupo social ao qual o indivíduo pertence. Este reconhecimento social e individual seria uma pré-condição para o desenvolvimento da autonomia necessária para a participação na vida pública e, portanto, para a própria mobilização transformadora dos indivíduos.

Pierre Bourdieu também aponta que a busca por reconhecimento está na raiz de todos os investimentos ulteriores, ou seja, da "disposição durável para investir no jogo social"[37]. Isto se daria em função do fato de que, dado que o homem sabe que é mortal e que esta ideia lhe é insuportável, ele seria um ser sem razão de ser. O homem teria, portanto, essa urgência de justificação, de legitimação e de reconhecimento da sua existência. Na ausência de Deus, seria, cada vez mais, o mundo social o único a oferecer, aos homens, uma justificativa para existir: o reconhecimento[38].

Haveria, portanto, uma luta simbólica pelo reconhecimento que "não se reduz a um combate **goffmaniano** para lograr uma representação favorável de si: ela é uma concorrência em torno de um poder que só pode ser obtido junto a outros concorrentes pelo mesmo poder, um poder sobre os outros que deriva sua existência dos outros, de seu olhar, de sua percepção e de sua apreciação (...), logo um poder sobre um desejo de poder e sobre o objeto desse desejo"[39]. Assim, a busca por reconhecimento também seria uma disputa pelo poder de reconhecer e consagrar formas de pensar, ser e agir.

Nesse sentido, os ritos que permeiam as instituições e, por vezes, até os movimentos não institucionalizados, são essa espécie de "magia performática" na qual os participantes incorporam os respectivos papéis na ficção social. Neste processo, definem-se quem são os membros do grupo, os direitos de cada um e, finalmente, produzem e reproduzem a própria existência do coletivo.

No que toca as ações dos movimentos, parte crucial deste jogo social seria a criação (e o domínio) de *quadros interpretativos* (*frames*) da ação coletiva que, segundo Sidney Tarrow, "justificam, dignificam e animam a ação coletiva"[40]. A redefinição do conceito de *frames* de Erving Goffman foi feita inicialmente por Snow

---

[37] BOURDIEU, *Mediatações Pascalianas, opus cit.,* p. 201.
[38] Cf. *Idem, ibidem,* pp. 292-295.
[39] *Ibidem,* p. 295.
[40] TARROW, *O Poder em Movimento*, *opus cit.*, p. 40.

e Benford (1986, 1992, 2000[41]) ao afirmarem que os movimentos sociais produziriam *quadros interpretativos* capazes de reduzir a complexidade social, destacando injustiças que demandam mobilizações. Segundo Alonso, "o conceito de *frame* enfatiza práticas interpretativas e o caráter construído e contingente dos significados que orientam mobilizações, aos quais faltaria, portanto, a organicidade de sistema suposta nos conceitos de ideologia e cultura política"[42].

Além dos quadros interpretativos próprios ao processo de mobilização, os movimentos também lutariam para criarem e disseminarem novos *quadros interpretativos globais* (*master frames*) que transformariam os significados e os valores com que a sociedade como um todo veria os temas levantados pelas mobilizações, assim como os próprios movimentos que as levantam. O período da Constituinte foi um momento chave no processo de transformação tanto dos quadros interpretativos dos movimentos sociais, quanto do próprio quadro global de interpretação do significado da participação popular na política, da importância da cidadania enquanto valor social e, portanto, da luta pela ampliação dos direitos civis, sociais e políticos.

Existiria, no entanto, uma série de obstáculos à formação e disseminação destes quadros interpretativos que seriam próprios do jogo social e do embate entre os dominantes e os dominados. Em relação ao processo de formação de um novo quadro interpretativo, talvez o maior empecilho seja a violência simbólica resultante da necessária adesão que o dominado concede ao dominante por ter ao seu dispor apenas categorias de percepção, de classificação e instrumentos de conhecimento partilhados que naturalizam a relação de dominação. Dependendo do tamanho da ruptura proposta pelo novo quadro interpretativo, seria preciso romper com toda uma multiplicidade de formas incorporadas das estruturas de dominação.

De um lado, a opção metodológica de Tilly complexifica a ação coletiva, analisando as suas dinâmicas, os seus pressupostos e as suas contradições internas. No entanto, por outro lado, ela toma a (inter)ação racional estratégica (ou "relacionada a fins", como diria Weber) como a principal forma possível de ação coletiva. Dessa forma, há uma dificuldade em se analisar as mobilizações coletivas quando se trata de

---

[41] Ver BENFORD, R.; SNOW, David. Framing processes and social movements: an overview and assessment. In: *Annual Reviw of Sociology*, nº 26, 2000. Assim como SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven London: Yale University Press, 1992.

[42] Alonso, *opus cit,* p. 78.

uma "ação social relacionada a valores", ou tampouco de uma ação social de "modo afetivo" ou de "modo tradicional"[43]. Ao enfatizar o processo de organização e mobilização em prol de interesses coletivos mediados por detentores de poder locais, as dimensões relativas à identidade e aos padrões culturais é marginalizada, especialmente quando se trata de um movimento expressivo, cujo objetivo é justamente uma transformação no estatuto social e simbólico de determinada identidade ou padrão cultural.

No entanto, a convergência recente entre as teorias, com a disseminação de conceitos como "repertórios de ação coletiva", solidariedade, identidade coletiva, quadros interpretativos e quadros interpretativos globais acabou por oferecer aos pesquisadores um amplo leque de ferramentas para analisar o papel da cultura nos movimentos sociais. Segundo Tilly, Tarrow e McAdam (2001), as identidades políticas variam ao longo de um continuum que vai do *embedded* ao *detached*. As identidades *embedded* seriam um amplo espectro de relações sociais cotidianas, elas seriam relativas às múltiplas categorias sociais das quais qualquer indivíduo pertence. Já as identidades *detached* seriam um conjunto estreito e especializado de relações sociais intermitentes, que "seriam produzidas pela hipérbole de uma das facetas *embedded*, no curso de um conflito específico e em relação a um interlocutor e a uma estrutura de oportunidades políticas. Seria essa identidade contextual a que orientaria mobilizações políticas"[44].

No caso da América Latina, uma contribuição à discussão sobre a influência da cultura nos movimentos sociais é o livro *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70,* de Ana Maria Doimo, que acaba utilizando a ideia de campo (mais a ideia do que o conceito e a metodologia de Bourdieu) para teorizar sobre um *campo ético-político* autodenominado de Movimento Popular: "Trata-se de um campo que, ancorado em instituições de porte como a Igreja Católica, o ecumenismo secular e entidades de cooperação internacional, não sem enraizamento na intelectualidade e grupos de esquerda, constituiu-se à base de extensas redes *movimentalistas*, predispostas ao incremento de

---

[43] Para a tipologia weberiana de ação social, ver WEBER, Max. *Economia e Sociedade*: *fundamentos da Sociologia Compreensiva.* Brasília: Ed. Unb, vol I, 1999, p. 13-16.

[44] Alonso, *opus cit.*, p. 72. Segundo Tilly, McAdam e Tarrow, "The labels "embedded" and "detached", in short, do not describe the contents of identities, but their connections with routine social life." (McADAM, D.; TARROW, S.; & TILLY, C. *Dynamics of Contention*. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 135).

ações-diretas de tipo reivindicativo"[45]. O contexto que a autora trata é, principalmente, o das lutas de 1970 e 80, em um país em desenvolvimento, ainda sob o regime militar, em transição para uma democracia. Lócus de lutas por direitos sociais, civis e políticos de primeira ordem, muito diversas daquelas travadas então na Europa e nos Estados Unidos.

Os desdobramentos recentes da Teoria do Processo Político também resultaram numa expansão face a problemas e características contemporâneas, como o terrorismo, a burocratização e a globalização do ativismo. Em seu *Dynamics of Contention*, Tilly, Tarrow e McAdam redefiniram os movimentos sociais como uma das formas possíveis de ação "contenciosa", ao lado de partidos, nacionalismo, guerrilhas, terrorismo, guerras civis e revoluções.

Os autores propõem, portanto, uma Teoria da Política Contenciosa ou Teoria do Confronto Político (a tradução do *Contentious Politics Approach* ainda é objeto de discussão no Brasil) que, inclusive, tem como um de seus destaques, a capacidade de trazer um novo olhar para os processos de democratização, enfatizando o papel da "política contenciosa" nas transições políticas (os autores analisam o caso do México e da Suiça)[46]. Entre as diversas possibilidades de processos, mecanismos, interações e confrontos que têm uma alta probabilidade de influenciar o processo de democratização, eles os dividem em três categorias: Desigualdade, Redes de Confiança e Políticas Públicas[47].

A relação entre a política institucional e a política não-institucional também aparece como uma problemática central entre os autores da Teoria do Processo Político/Teoria do Confronto Político. Cada vez mais, busca-se analisar o processo político de forma relacional, colocando em cheque as fronteiras entre a política institucional e não-institucional; estas fronteiras são vistas agora como turvas e permeáveis. A própria substituição da palavra Estado pela "detentores de poder" na definição de Tilly está ligada à tentativa de "suplantar as barreiras convencionais que definem "Estado" e "sociedade" como duas entidades coesas e monolíticas"[48]. Assim,

---

[45] DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995, p. 32.

[46] "Democratization, in other words, is not A Single Thing, but the contingent outcome of interactions among a number of claims and couterclaims. (...) Contentious processes can also combine to detour polities from democratization, not only because some people oppose democracy itself, but also – and probably primarily – because claims made in the name of democracy threaten their vested interests." (McAdam, Tarrow & Tilly, *opus cit*, p. 268).

[47] McAdam, Tarrow & Tilly, 2001, *opus cit*, p. 275.

[48] Alonso, *opus cit.*, p. 56.

a perspectiva de Tilly analisa os movimentos sociais no âmbito de um conflito entre diferentes partes em que uma delas pode estar momentaneamente ocupando o Estado ou posições de poder, enquanto a outra representaria momentaneamente a sociedade (ou parte dela). Dessa forma, movimentos sociais e estado nacional não seriam atores, mas sim formas de ação coletiva[49].

Jack Goldstone afirma que, assim como não é mais possível analisar os movimentos sociais de forma isolada de seu contexto político, o inverso também seria verdade; ou seja, nós "não podemos compreender o trabalho normal e institucional de cortes, legislaturas, executivos ou partidos sem compreender o processo íntimo e contínuo de moldagem destas esferas pelos movimentos sociais"[50]. Para o autor, os partidos e as instituições estatais na sociedade contemporânea estão cada vez mais interpenetrados por movimentos sociais, que passaram a fazer parte das estruturas sociais e "ambientais"[51] que moldam e formam partidos, cortes, legislaturas e eleições. Segundo Tarrow, sob a ótica da participação, ao contrário do que era pregado, pessoas que protestam possuem mais probabilidade de se envolverem em toda uma gama de formas convencionais de participação cívica e política[52]. Outros autores como Kenneth Andrews, Daniel Cress e David A. Snow[53] sugerem, ao contrário dos teóricos de 50/60, que a habilidade de combinar as formas de protesto (associação, demonstrações, passeatas, etc.) com as táticas políticas convencionais (lobby, campanhas eleitorais, candidaturas a cargos públicos, o próprio ato de votar, etc.) para influenciar atores governamentais é o melhor caminho para o sucesso dos movimentos.

As duas formas de atuação política se complementam tanto temporalmente (os protestos podem existir e emergir ao longo do tempo enquanto que existem ciclos eleitorais regulares) quanto em temáticas (geralmente as ações de protestos possuem um foco temático mais específico do que a rotina eleitoral e a política partidária

---

[49] Cf. Idem, ibidem, p. 56.

[50] GOLDSTONE, Jack A. Bridging Institutionalized and Noninstitutionalized Politics. In: *States, Parties, and Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 2.

[51] No sentido amplo da tradução de *environment*, ou seja, as circunstâncias e condições do contexto que cercam os partidos, cortes, legislaturas e eleições.

[52] Cf. MEYER, David & TARROW, Sidney. A Movement Society: Contentious Politics for a new Century. In: *The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century*. Lanham: Rowman & Little Field, 1998, p. 7.

[53] Ver ANDREWS, Kenneth. Social Movements and Policy Implementation: The Mississipi Civil Rights Movement and the War on Poverty, 1965 to 1971. In: *American Sociological Review*, nº66, 2001, pp. 71-95. Assim como CRESS, Daniel M. & SNOW. The Outcomes of Homeless Mobilization: The influence of Organization, Disruption, Political Mediation and Framing. In: *American Journal of Sociology*, nº 105, 2000, pp. 1063-1104.

consegue atingir). Além disso, os protestos são formas de refinar e complementar os resultados de eleições convencionais de acordo com a Estrutura de Oportunidades Políticas que se apresenta aos movimentos. Por fim, a ação e os protestos dos movimentos sociais têm impacto eleitoral, seja em termos de votos, seja no sucesso em pautar determinados interesses e demandas de grupos específicos, colocando-os na agenda política eleitoral.

## 1.2 Proposta analítica para a abordagem da interação entre a dinâmica da participação popular e a dinâmica político-legislativa

Em suma, as teorias aqui discutidas, em especial a Teoria do Processo Político (e a sua vertente mais recente, a Teoria do Confronto Político), oferecem um proveitoso enquadramento analítico para se pensar as possibilidades, limites, sentidos, mecanismos e consequências da mobilização social na Assembleia Nacional Constituinte.

A discussão acerca das relações entre as ações institucionais e as ações não-institucionais, entre os movimentos sociais e o Estado, ganha novos contornos em uma análise da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). A singularidade do período faz com que a questão seja redimensionada para uma análise das interações entre a dinâmica político-legislativa e a dinâmica da participação popular, das interações entre os parlamentares e os atores extraparlamentares. Isto porque, no período, as fronteiras entre o institucional e o não-institucional se tornaram ainda mais turvas na medida em que ambos tipos de atores circularam entre as duas esferas e, mais importante, na medida em que certas ações que usualmente são consideradas "não-institucionais" passaram a ser regidas por um conjunto de regras internas à ANC. Normatização que transformou não só a dinâmica da participação popular, mas também alterou de forma relevante a dinâmica político-legislativa.

Considerando esta peculiaridade, uma pesquisa sobre os movimentos sociais na Constituinte é, certamente, um objeto de pesquisa privilegiado para discutir empiricamente os limites e as possibilidades da interação entre dinâmicas comumente

vistas como tão diversas. Enfoque analítico concreto que, diga-se de passagem, é escasso mesmo na literatura internacional sobre movimentos sociais.

# Cap. 2 – Oportunidades Políticas e Interação Institucionalizada

Neste capítulo busco analisar o processo de transição democrática que acabou por engendrar o processo constituinte para a reordenação jurídica, social e política do Brasil após o regime militar. Primeiro, identificarei os principais elementos que compuseram a estrutura de oportunidades políticas do processo de democratização, assim como as principais ações e características das estruturas de mobilização social que surgiram no período.

Em seguida, discutirei a organização e a mobilização social em torno das reivindicações por uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Na seção acerca da composição do Congresso Constituinte oriundo das urnas de 1986, traço um perfil geral daquele grupo de parlamentares que, em seu papel de protagonista da reordenação do país, seria simultaneamente alvo, interlocutor, aliado e opositor dos movimentos sociais que se organizaram para participar daquele momento histórico.

As discussões e pressões intra e extraparlamentares em torno do Regimento Interno da Constituinte foram, como veremos, determinantes para a transformação da relação entre os constituintes e os movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais, e, inclusive, parcela da população brasileira. Por fim, apresentarei de forma mais detalhada aquele que foi o principal instrumento de participação popular e, talvez, a principal inovação do processo constituinte: o mecanismo das emendas populares e a institucionalização da interação entre constituintes e atores extraparlamentares.

## 2.1 Estrutura de Oportunidades Políticas no Processo de Democratização

A história da cidadania no Brasil ao longo da segunda metade do século XX foi marcada por dois pontos de inflexão que culminaram no processo Constituinte aqui tratado. Primeiro, o longo período de suspensão de grande parte dos direitos civis, políticos e sociais durante o regime militar e, segundo, a década que antecedeu a promulgação da Constituição de 1988, caracterizada pela intensificação da luta contra a ditadura militar e por novos direitos.

Um dos pilares de sustentação do regime militar foi abalado com a deterioração da situação econômica a partir da crise do petróleo em 1973, encerrando o chamado período do "milagre econômico" (de 1968 a 1973), no qual a economia brasileira havia registrado taxas de crescimento que variavam entre 9,5% e 13,97% ao ano. Entre 1973 e 1974, houve uma desaceleração do ritmo de crescimento econômico (passando de 13,97% para 8,15% ao ano) e, mais importante ainda, a inflação anual duplicou (passando de 15,54% para 34,55% ao ano).

Como é possível observar na tabela a seguir, os indicadores econômicos pioraram significativamente ao longo das décadas de 70 e 80. Em 1980, os três diferentes índices apontavam que a inflação havia crescido e já estava em torno de 100% ao ano; três anos depois, ela havia novamente duplicado. Após um breve respiro com o Plano Cruzado em 1986, período no qual caiu para 65,03% ao ano, a inflação voltou a crescer exponencialmente, atingindo 415,83% em 1987 e 1.037,56% em 1988 – justamente ao longo dos dois anos em que os trabalhos constituintes se desenrolaram. De forma concomitante, em 1987 a variação anual do PIB tinha caído para 3,53% e, no ano seguinte, ela foi de -0,06%.

**Tabela 1 - Inflação e Variação do PIB no Brasil (1968-1988)**

| Data | Inflação - IGP-DI - (% a.a.) - Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica - IGP (FGV/Conj. Econ. - IGP) - IGP_IGPDIG[54] | Inflação - INPC - (% a.a.) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC) - PRECOS_INPCBR[55] | PIB - Brasil – var. real anual – (% a.a.) (IBGE/SCN 2000 Anual) - SCN_PIBG |
|---|---|---|---|
| 1968 | 25,49 | – | 9,80 |
| 1969 | 19,31 | – | 9,50 |
| 1970 | 19,26 | – | 10,40 |
| 1971 | 19,47 | – | 11,34 |
| 1972 | 15,72 | – | 11,94 |
| 1973 | 15,54[56] | – | 13,97 |
| 1974 | 34,55 | – | 8,15 |
| 1975 | 29,35 | – | 5,17 |
| 1976 | 46,26 | – | 10,26 |
| 1977 | 38,78 | – | 4,93 |
| 1978 | 40,81 | – | 4,97 |
| 1979 | 77,25 | – | 6,76 |
| 1980 | 110,24 | 99,70 | 9,20 |
| 1981 | 95,20 | 93,51 | -4,25 |
| 1982 | 99,72 | 100,30 | 0,83 |
| 1983 | 210,99 | 177,97 | -2,93 |
| 1984 | 223,81 | 209,12 | 5,40 |
| 1985 | 235,11 | 239,06 | 7,85 |
| 1986 | 65,03 | 59,20 | 7,49 |
| 1987 | 415,83 | 394,60 | 3,53 |
| 1988 | 1.037,56 | 993,28 | -0,06 |

[54] O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O IGP-DI, criado em 1947, mede os preços que afetam diretamente as unidades econômicas situadas dentro do território brasileiro. Das ponderações é excluída a parte do produto interno que é exportada. O IGP-DI é uma média aritmética ponderada do IPA (Índice de Preços no Atacado, que representa 60%), do IPC (Índice de Preços ao Consumidor, que representa 30%) e do INCC (Índice Nacional de Construção Civil, que representa 10%). Cf. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: outubro de 2011.

[55] O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor,** utilizado como indexador oficial no período de 11/86 a 06/87, **é** calculado pelo IBGE com o objetivo de balizar os reajustes de salário. A composição dos grupos de despesas para o cálculo do índice é o seguinte: Alimentação (33,10%), Artigos de Residência (8,85%), Habitação (12,53%), Transportes e Comunicação (11,44%), Vestuário (13,16%), Saúde e Cuidados Pessoais (7,56%) e Despesas Pessoais (13,36%). Cf. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: outubro de 2011.

[56] Os índices oficiais de inflação de 1973 (da FGV) foram questionados por um relatório secreto do Banco Mundial trazido a público. "O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo imediatamente solicitou um estudo do DIEESE (...) para averiguar quanto os trabalhadores haviam perdido com as distorções trazidas a público. Como a própria FGV acaba decretando uma "revisão das contas nacionais", alterando a taxa de inflação do ano de 1973, houve uma espécie de reconhecimento público da manipulação das estatísticas (...)." (Sader, *opus cit.*, p. 183).

A deterioração econômica, marcada pela hiperinflação[57] (ou, segundo alguns autores, pela "megainflação"[58]) e pela diminuição do ritmo de crescimento econômico, foi um elemento central no processo de transição democrática. A política econômica do período foi caótica e, em geral, pouco eficiente. Entre 1980 e 1993, o Brasil teve: "54 mudanças na política de preços; 21 propostas de pagamento da dívida externa; 16 políticas salariais; 11 índices de preços; 9 planos de estabilização econômica; 5 congelamentos de preços e salários; e 4 moedas diferentes"[59].

No entanto, as mudanças políticas não foram um produto direto da deterioração econômica, mas sim uma combinação de fatores na qual foram centrais as cisões internas do regime e o amplo processo social que se desenvolveu para além do projeto inicial de abertura. Brasilio Sallum argumenta que "o impulso imediato para a liberalização do regime militar-autoritário surgiu do seu próprio interior. Sua fonte, seu núcleo gerador, foi uma aliança entre duas facções militares que empolgaram a sucessão do presidente Garrastazu Médici, impondo ao conjunto das Forças Armadas a candidatura do general Ernesto Geisel"[60]. Dentre os objetivos da aliança, destacava-se a restauração da hierarquia militar[61] e a "normalização institucional" – a liberalização do regime não visava superar a ordem autoritária, mas sim institucionalizá-la[62].

O processo de descompressão política foi composto por uma série de reformas políticas que, apesar de ampliarem as liberdades públicas, eram realizadas de forma gradual, descontínua e não linear. Não obstante, os militares arquitetos do projeto de

---

[57] "A hiperinflação é caracterizada, quando o aumento dos preços for igual ou acima de 60% (sessenta por cento)." (NETO, Mário Ferreira . A História da Inflação e dos Juros no Brasil – A Evolução da Inflação e a Mudança de Moeda no Brasil . Disponível em: http://www.webartigos.com/articles/64195/1/A-HISTORIA-DA-INFLACAO-E-DOS-JUROS-NO-BRASIL-/pagina1.html .Acesso em: 23 jul. 2011, p. 4)

[58] "Por megainflação entendemos uma inflação muito alta que supere o nível de 100% ao ano, que perdure por um período superior a um ano e que fundamentalmente não desemboque em um processo de fuga generalizada para ativos reais, em especial o dólar, nem em pânico – corridas a bancos, supermercados, etc." (CERQUEIRA, Luiz Fernando. *Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005* (mimeo). Universidade Federal Fluminense, setembro de 2006, p. 7.)

[59] Cf. Mário Ferreira Neto, *opus cit.*, p. 8.

[60] SALLUM JÚNIOR, Brasilio. Labirintos: dos generais à Nova República. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 20.

[61] A hierarquia militar tinha sido, segundo a corrente "profissionalizante" das Forças Armadas, "(...) abalada pelo surgimento de facções políticas internas à corporação e pela atuação indisciplinada dos órgãos de segurança e informação" (Brasilio Sallum Júnior, *opus cit*., p. 21).

[62] Cf. *Idem, ibidem*, pp. 21-22. Ver também CARDOSO, Fernando Henrique. Regime político e mudança social. In: *Revista de Cultura e Política.* São Paulo: CEDEC & Paz e Terra, nº 3, nov-jan 1981. Assim como FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: Zahar Editores, 1981.

liberalização "(...) enfrentaram dificuldades crescentes de "enquadrar" as diversas forças políticas e o conjunto dos cidadãos na estratégia previamente traçada"[63].

O processo de liberalização acabou se tornando mais amplo do que o projeto inicial. Entre as inúmeras razões para tal, as principais foram, primeiro, "o sucesso apenas parcial na despolitização da cúpula militar"[64] e a incapacidade do "grupo de Geisel" em conseguir com que os setores mais à direita aceitassem o processo de institucionalização do regime autoritário, culminando numa série de atos terroristas planejados por grupos organizados para interromper a liberalização (o atentado fracassado do Rio Centro, em 30 de abril de 1981, foi o caso mais emblemático desta oposição interna ao regime, comandado desde 1979 pelo general João Baptista Figueiredo[65]).

Outra razão para a liberalização ter sido parcialmente diversa do projeto originário foi o conjunto de dificuldades enfrentadas pelo esquema de sustentação político-partidária do regime militar-autoritário. A partir de 1974, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) começou a crescer eleitoralmente, passando de 87 para 161 cadeiras na Câmara dos Deputados. A política de liberalização promovida pelo regime militar, aliada à insatisfação popular com a economia (especialmente com a inflação), à reorganização dos setores de esquerda – que, com a derrota da luta armada, se uniram em torno da aposta na luta democrática via MDB –, fez com que o crescimento eleitoral da oposição se confirmasse em 1978, quando o MDB conquistou 189 cadeiras na câmara baixa.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos – sancionada pelo governo militar no final de 1979 com o objetivo de dividir e enfraquecer a oposição, assim como possibilitar o surgimento de um partido alternativo que, embora fosse de situação, não estivesse identificado com o governismo – restabeleceu o pluripartidarismo (que seria expandido para as eleições estaduais em 1982). Assim foram criados 6 partidos políticos: o PSD (Partido Democrático Social – sucessor da extinta ARENA); o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – sucessor do extinto MDB);

---

[63] Brasilio Sallum Júnior, *opus cit*., p. 24. Os arquitetos do processo de liberalização eram os militares identificados com a orientação do primeiro presidente do regime militar, general Castelo Branco, liderados pelo então presidente Ernesto Geisel e pelo seu estrategista Golberi do Couto e Silva.

[64] *Idem, ibidem*.

[65] Apesar de ter sido imposto pelo presidente Geisel ao Alto Comando das Forças Armadas, a difícil vitória do general João Figueiredo implicou na absorção, em seu governo, de "importante contingente de tecnocratas da "era Médici" e de militares "duros", quando muito resignados com a liberalização." (Brasilio Sallum Júnior, *opus cit*., p. 25).

PP (Partido Popular – agremiação que se pretendia de centro, reunindo dissidentes da ARENA e moderados do MDB sob a liderança de Tancredo Neves e Magalhães Pinto); PT (Partido dos Trabalhadores – partido de origem extraparlamentar, com base no sindicalismo emergente das greves de 78 e 79, nas Comunidades Eclesiais de Base e em antigos grupos guerrilheiros de esquerda); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro – após disputa judicial, a tradicional sigla ficou com o grupo moderado liderado por Ivete Vargas); PDT (Partido Democrático Trabalhista – composto pelos remanescentes mais reformistas do PTB liderados por Leonel Brizola).

A ampla liberdade partidária só viria, contudo, com a Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985, à antiga Constituição de 1967; com ela, suspendeu-se quase todas as restrições à formação de novos partidos políticos, expressamente permitindo a reorganização dos daqueles que tiveram os seus registros indeferidos, cancelados ou cassados[66] (como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil e o Partido Socialista Brasileiro). Assim, a disputa pela nova *carta magna* aconteceu em meio ao processo de reformulação do sistema pluripartidário. As alianças dos partidos entre si e com os atores extraparlamentares ainda estavam em construção e consolidação, tendo a Assembleia Nacional Constituinte funcionado como um agente catalisador destas interações.

A estrutura de oportunidades políticas do período também foi impactada pelas transformações nas estruturas de organização e mobilização social. Após o período mais repressivo da ditadura militar, houve um processo de reconstrução de velhas e construção de novas estruturas que ampliaram a capacidade de ação coletiva de centenas de movimentos sociais, sindicatos, associações de bairros, associações profissionais e religiosas.

Eder Sader, em seu livro *Quando novos atores entram em cena*, ao discorrer sobre os movimentos populares do período entre 1978 e 1985, destaca a importância das questões do cotidiano, compreendidas por eles enquanto expressões de resistência, autonomia e criatividade, transformando-as em eixos da luta política. Assim, os movimentos populares passaram a reivindicar novos direitos relacionados às questões de moradia, educação, saúde, trabalho, lazer, e dos direitos da criança e do adolescente, entre outros. Como veremos mais adiante, estas reivindicações, em sua

---

[66] "(...) desde que atendidos os princípios estabelecidos no "caput" e itens do art. 152 da Constituição." (Art. 6 da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985. In: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103906/emenda-constitucional-25-85).

grande maioria, se traduziram na Constituinte em emendas populares – levadas adiante por estes grupos que surgiram no processo de abertura política.

Dentre os novos movimentos investigados por Sader, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se destacam pela sua capilaridade e pelo seu discurso inovador. De fato, as estruturas criadas neste período alavancaram a coleta de assinaturas de algumas emendas populares patrocinadas pelo clero na Constituinte; assim como o enquadramento interpretativo trabalhado no cotidiano de grupos católicos estimulou a disseminação da ideia de que a participação ativa e cristã era um desígnio do "Povo de Deus".

Inspiradas pelas orientações do Concílio Vaticano II (1962-1965) e pelas Declarações de Medellín (1968), as primeiras CEBs em São Paulo surgiram na Capela do Socorro em 1968 com um grupo de jovens católicos. A ascensão de dom Paulo Evaristo Arns na estrutura da Igreja (ele se tornou arcebispo de São Paulo em 1970 e foi sagrado cardeal em 1973) disseminou estes grupos e provocou uma reorientação das prioridades do clero no país: ele vendeu um luxuoso palácio episcopal e utilizou os recursos para lançar o projeto "Operação Periferia", cujo objetivo era criar centros comunitários nos bairros pobres[67].

Também em 1973, frades dominicanos na região sudeste de São Paulo (liderados pelo Frei Giorgio Callegari) criaram o Centro Pastoral Vergueiro, com o "objetivo de resgatar a memória de lutas e iniciativas populares, organizando-se aí um arquivo para subsidiar os movimentos que surgissem"[68]. A articulação entre as atividades pastorais de 80 paróquias da região sul de São Paulo, promovida por Irma Passoni na Paróquia de Vila Remo, não só impactou na organização de grupos católicos, como também colocou a educação da população na pauta dos movimentos populares: foi com um trabalho de alfabetização segundo o método Paulo Freire (então proibido pelo regime militar) que o grupo procurou fugir do que classificavam como "pretensões vanguardistas de grupos de esquerda que não se preocupavam com a participação ativa e consciente da população. Para os educadores, a alfabetização era um meio para a formação de consciências críticas no interior de coletividades

[67] Cf. SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 149.
[68] *Idem, ibidem*, p. 148.

auto-organizadas. Para os educandos, a motivação inicial era a capacitação para melhor enfrentar o mercado de trabalho e poder 'melhorar a vida'"[69].

O crescimento das comunidades eclesiais de base é notável, especialmente na zona rural e nas periferias das grandes cidades. Durante os anos 70 e meados da década de 80, dezenas de milhares de CEBs foram criadas: "em 1981, calculava-se em 80 mil para todo o país, mas os números eram muito imprecisos"[70]. Tamanha estrutura de reflexão e mobilização construída ao longo dos anos 70 e 80 explicará boa parte da proeminência e capilaridade da mobilização social dos grupos católicos na Assembleia Nacional Constituinte.

O impacto dos vínculos criados nos espaços comunitários que surgiram desta reorientação do clero (notadamente as CEBs, grupos de jovens, grupos de educação popular, clubes de mães e centenas de centros comunitários) foram, segundo Sader, para além dos seus objetivos imediatos[71], proporcionando um efeito pedagógico no qual os participantes "(...) constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas – quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade"[72].

A ideia de matrizes discursivas proposta por Eder Sader é muito similar ao conceito de *quadros interpretativos* de Snow e Benford por também procurar investigar as relações entre o processo cognitivo e coletivo de percepção da realidade com os impulsos para a ação coletiva. Sader defende que os movimentos sociais no Brasil dos anos 70 e 80 recorriam a três matrizes diferentes, mescladas entre si e adaptadas às necessidades momentâneas.

Além da matriz discursiva da teologia da libertação, orientadora destes novos grupos e organizações religiosas descritos acima, haveria também uma matriz dos

---

[69] *Idem, ibidem*, p. 148.

[70] *Idem, ibidem*, pp. 155-156. "Frei Betto calculou em 80 mil o número de CEBs, congregando cerca de 2 milhões de pessoas em todo o país em 1981 (*O que é comunidade eclesial de base*, Brasiliense, 1981, p. 17). Esse é o número citado também por J. Sidney, O. Truzzi e Y. Fernandes em "Igreja e mobilização popular: as comunidades eclesiais de base" *in Cadernos do CEAS,* nº 75, 1981, p. 34. Já Roseli Elias em 1979 apontava o número de 50 mil núcleos com 1,2 milhão de participantes ("CEBs: movimento de base da Igreja ou popular?" *in Cadernos do CEAS*, nº 69, 1980, p. 48). A. Pierucci diz que mesmo o organismo de estatísticas da CNBB tinha apenas estimativas, e cita, para 1974, o número de 40 mil e, para 1979, 80 mil ("Comunidades eclesiais: origens e desenvolvimento" *in Novos Estudos*, Cebrap, abril 1982)." (Sader, *opus* cit., p. 156)

[71] Sader afirma que, "Ainda quando o objetivo inicial de tais iniciativas parecia simplesmente complementar ao da hierarquia, de combater o marxismo, o materialismo, fazer crescer a influência cristã na sociedade, os vínculos criados produziam efeitos que alteravam o sentido original dessas práticas." (Sader, *opus* cit., p. 150)

[72] *Idem, ibidem,* p. 143.

grupos de esquerda que, desarticulados pela derrota política, passaram a buscar "novas formas de integração com os trabalhadores"[73]. Assim, antigos "militantes operários", oriundos de várias organizações revolucionárias, passaram a atuar em grupos de fábricas, oposições sindicais e movimentos de bairro, levando consigo um referencial ideológico (marxista) que influenciaria estas novas organizações e, em alguns casos, seria por elas influenciado.

A terceira matriz discursiva apontada por Sader era a do "novo sindicalismo" (ou do "sindicalismo autêntico"), que surgiu, ainda de forma minoritária, durante os anos 70 sob a gestão de Paulo Vidal no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e, após 1975, de Luiz Inácio Lula da Silva: "A matriz sindicalista não extrai sua força nem das tradições populares nem da sistematicidade teórica, mas do lugar institucional em que se situa, lugar constituído para agenciar os conflitos trabalhistas. Por isso mesmo a categoria da eficácia será central nas suas representações"[74]. Este "novo sindicalismo" buscou superar o esvaziamento e a perda de representatividade dos seus sindicatos, aparelhando-se tecnicamente para apoiar os trabalhadores nos conflitos diários das fábricas (fazendo o que chamavam de "trabalho de base") e incorporando pautas como a política salarial, a negociação direta com os patrões, contratos coletivos de trabalho e a defesa da plena liberdade sindical. Seu discurso se apoiava na importância dos trabalhadores (qualificados) para o processo produtivo e na reivindicação das suas formas de organização (os sindicatos) como sujeitos reconhecidos no plano dos direitos[75].

De fato, o mesmo discurso não tinha uma eficácia semelhante no caso dos trabalhadores precários, das donas de casa e dos moradores de favelas, que, a partir da percepção da sua falta de poder de barganha e pressão na esfera da produção, desenvolveram reivindicações centradas na esfera da reprodução e apoiadas em estruturas comunitárias fundadas na solidariedade grupal[76]. Por isso, a presença da Igreja entre estes grupos foi central para a sua mobilização e organização: "Apoiando-

---

[73] Sader relata, a título de exemplo, como alguns ativistas do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), formados em medicina, passaram a estimular a formação de movimentos populares na periferia (zona leste) de São Paulo em torno da questão da saúde pública (Sader, *opus cit.*, pp. 174-175).

[74] *Idem, ibidem,* p. 144. Sader cita também as gestões de: Benedito Marcílio, no Sindicato dos Metalúrgicos de São André; de Henos Amorina no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; de Marcelo Gatto e Arnaldo Gonçalves no Sindicato dos Metalúrgicos de Santos; e de Jacó Bittar no Sindicato dos Petroleiros em Paulínia. (Cf. Sader, *opus* cit., pp. 180-181)

[75] Cf. *Idem, ibidem,* p. 194.

[76] Cf. *Idem, ibidem,* p. 195.

se na Igreja, encontraram tanto uma instituição poderosa em condições de proteger suas lutas quanto, principalmente, um discurso sobre a solidariedade e a justiça em nome dos quais as travaram"[77].

Ao atuar entre as margens da legalidade, o "novo sindicalismo" explorou as possibilidades da distensão política. A reorganização do poder de mobilização do sindicalismo (e do seu enquadramento interpretativo) atingiu o seu apogeu nas grandes greves de São Bernardo do Campo em 78, 79 e 80. Nelas, os trabalhadores contaram com o apoio da Igreja Católica, de intelectuais e de estudantes. Após 60 dias de greve e a prisão de vários líderes sindicais em 1979, as autoridades governamentais foram pressionadas por parte dos industrialistas para que permitissem um retorno harmonioso ao trabalho. Os industrialistas temiam que os trabalhadores descontentes pudessem colocar as instalações das fábricas em risco depois da greve. Assim, os lideres sindicais foram liberados da prisão sob a condição de que os trabalhadores retornassem pacificamente ao trabalho[78].

Os dirigentes sindicais que emergiram das greves dos anos 70 se aliaram à intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação para fundarem, no dia 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores. Do seio do partido e do chamado "novo sindicalismo" surgiu, em 28 de agosto de 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – um dos principais atores da sociedade ao longo da ANC.

Assim, o caminho democrático, que passava também pela Anistia e pela Reformulação Partidária, trouxe à cena política novos (e velhos) atores políticos que engrossariam o caldo da luta por uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 1983 e 84, a insatisfação social com o regime militar e com a economia foi canalizada na Campanha das Diretas Já, que, embora tenha visto a Emenda Dante de Oliveira ser derrubada, teve um enorme impacto político no país – mais de 5 milhões de pessoas saíram às ruas para participarem da maior manifestação de massas na história brasileira[79].

O movimento sindical e o movimento pela democratização caminharam lado a lado, ora focando em pautas específicas, ora priorizando reivindicações comuns. Após

---

[77] *Idem, ibidem,* p. 195.

[78] Cf. SANDOVAL, Salvador A. M. Social Movements and Democratization: the case of Brazil and the Latin Countries. In: GIUGNI, Marco G.; McADAM Doug & TILLY, Charles (ed.). From Contention to Democracy. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998, p. 178.

[79] Para uma análise da campanha das Diretas Já, ver BERTONCELO, Edison. *A Campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2007.

as grandes greves, o período entre 1981 e 1984 foi marcado por uma redução no número médio de grevistas por greve (de 6.107 no ano de 1981 para 2.946 em 1984); assim como por uma diminuição no tempo médio das greves (de 8,8 dias para 3,9 dias)[80]. Sandoval aponta um conjunto de fatores para explicar esta redução: primeiro, o aumento no número de greves (a taxa anual de greve[81] cresceu 243,24% no período), pulverizando a participação dos ativistas em greves mais frequentes, porém menores; segundo, o aumento da repressão do governo às greves; terceiro, uma mudança na estratégia de ação do movimento sindical, que optou por aumentar o número de atividades voltadas ao fortalecimento das estruturas de mobilização e à diversificação da base de sindicalizados entre a classe trabalhista; e, finalmente, uma mudança estratégica significativa do movimento sindical ao priorizar e se unir à ampla coalizão de oposição que reivindicava a democratização da sociedade brasileira[82].

**Tabela 2 - Greves no Processo de Redemocratização**

| ANO[83] | 1981 | 1984 | 1985 |
|---|---|---|---|
| **Nº Médio de Grevistas por Greve** | 6.107 | 2.946 | 11.016 |
| **Tempo Médio das Greves** | 8,8 dias | 3,9 dias | 6,3 dias |
| **Taxa Anual de Greve (Greves/100mil trabalhadores em forças não agrárias)** | 0,74 | 2,54 | 3,28 |
| **Coeficiente de Força das Greves (Duração X Tamanho/1000 X Taxa de Greve)** | – | 29,18 | 227,63 |

Em 1985, com a eleição (indireta) do primeiro presidente civil desde 1964, ganhou força a mobilização e intensa disputa política e social em prol de uma nova Constituição democrática. O ano foi marcado por um ciclo de protestos, com um aumento na quantidade de greves (a taxa anual de greves cresceu para 3,28), na

[80] Cf. Sandoval, idem, p. 179.
[81] Greves/100mil trabalhadores em forças não agrárias. Cf. Sandoval, opus cit, p. 175.
[82] Cf. Idem, ibidem, p. 179.
[83] Tabela baseada em dados recolhidos por Sandoval, opus cit, pp. 169-201.

duração média (subindo para 6,3 dias) e com um significativo acréscimo no número médio de participantes (apresentando uma taxa de crescimento de 273,93% no período, passando de 2.946 para 11.016 ativistas).

Embora tenha ganhado prioridade na agenda política após a derrubada da Emenda Dante de Oliveira e a eleição de Tancredo Neves, a necessidade de uma nova ordem constitucional vinha sendo pleiteada desde a década anterior. O VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado na clandestinidade em dezembro de 1967, registrava entre as suas deliberações a "busca de uma ampla frente política como estratégia de superação da ditadura, mediante seu enfraquecimento continuado que, a longo prazo, desaguaria em eleições constituintes" [84].

Em 1971, após a renúncia do jovem prefeito de Olinda, Marcos Freire, lançou-se formalmente, pela primeira vez, a ideia da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte no que ficou conhecido como "A Carta de Recife"[85]. No dia 8 de agosto de 1977, outra carta marcou a organização da oposição à ditadura militar: cerca de duzentos juristas proeminentes lançaram a "Carta aos Brasileiros" na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo repudiando o Pacote de Abril. O principal redator do texto foi Goffredo da Silva Telles Jr. Entre os signatários, estavam os juristas Fábio Konder Comparato, Tércio Sampaio Ferraz Júnior, Miguel Reale Júnior, e ainda o professor de literatura Antonio Candido e o bispo Dom Cândido Padin.

O Movimento Democrático Brasileiro estabeleceu, no mesmo ano, a elaboração de uma "Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana" como sua prioridade suprema – consequência do mesmo Pacote de Abril, que cassou o líder do MDB, Alencar Furtado, e estabeleceu o recesso orçado do Congresso[86]. Entre as ações programadas, estavam a promoção de atos, seminários e publicações sobre a Constituinte; assim, o MDB lançou no dia 3 de novembro 100 mil exemplares do seu

---

[84] WERNECK VIANNA, Luiz Jorge. Travessia da abertura à Constituinte 86. Rio de Janeiro: Taurus, 1986, pp. 143, 217, 218 e 248 apud VIANNA LOPES, Júlio Aurélio. A Carta da Democracia: o processo constituinte da ordem pública de 1988. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, p. 23.

[85] Cf. Michilles et all, 1989, opus cit, p. 22.

[86] Ibidem, p. 22. Ver também WERNECK VIANNA, Luiz Jorge. Travessia da abertura à Constituinte 86. Rio de Janeiro: Taurus, 1986, p. 248. O Pacote de Abril, conjunto de leis outorgado em 13 de abril de 1977, também estabeleceu que metade das vagas em disputa no pleito de 1978 seria preenchida pelo voto indireto do Colégio Eleitoral (cuja composição comportava os membros da Assembleia Legislativa e delegados das Câmaras Municipais). Assim, 22 senadores biônicos seriam referendados após uma indicação do presidente da República para um mandato de 8 anos. A participação dos senadores biônicos eleitos em 1982 seria uma das maiores polêmicas nas primeiras votações da Assembleia Nacional Constituinte.

"Manual da Constituinte", elaborado pelo senador Agenor Maria e pelos deputados Alceu Collares, Celso Barros, João Gilberto e Aldo Fagundes, sob a supervisão geral de Ulysses Guimarães.

Em 1980, a mobilização em prol da Constituinte começou a ir além dos partidos políticos: no dia 22 de maio a OAB lançou a "Carta de Manaus", onde criticava a ideia de "remendos constitucionais" e defendia a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 15 de novembro, a Câmara Municipal de São Paulo foi o palco de um ato em prol da Constituinte que reuniu dezenas de lideranças partidárias e sociais[87]. No ano seguinte, a Federação das Mulheres Paulistas ressurgiu com o objetivo de lutar pela convocação de uma ANC; já o Congresso Pontes Miranda da OAB, realizado em Porto Alegre em 1981, aprovou um anteprojeto de sugestões para uma futura Constituição.

Veremos mais adiante como se deu o crescimento da participação popular em meio à luta por uma Assembleia Nacional soberana, unicameral e exclusiva entre 1984 e 1987. Mas, por ora, o importante é frisar que a Constituinte de 1987/88 está inserida em um amplo contexto de transição democrática, marcado por um longo processo de negociação permanente entre as novas e as velhas regras, entre os novos e velhos atores sociais e políticos. Os limites foram testados a todo momento, ora postos em cheque ora reafirmados e renovados.

De fato, é um período de constituição de um novo arranjo social, jurídico, político e cultural. Fábio Konder Comparato afirma, em seu anteprojeto de Constituição escrito em 1986, que a peculiaridade do contexto da ANC se dava na medida em que "O regime instaurado em 1964 não foi propriamente derrotado pelos adversários. Ele evoluiu e se transformou por si mesmo, sob o comando das mesmas forças que sempre o controlaram: os militares e os empresários"[88]. Embora não tenha sido propriamente uma ruptura, é, em sua essência, um período de crise sistêmica: uma crise política e institucional, interconectada com uma crise econômica e social e,

---

[87] Entre as lideranças regionais e nacionais do PMDB, PP e PDT, estavam o ex-deputado Mário Covas (presidente do PMDB paulista), o senador Orestes Quércia (líder do PMDB na Câmara Federal), o Dep. Freitas Nobre, o dep. Federal Aberto Goldman, o Cláudio Lembo (Secretário do PP de São Paulo) e o prefeito de Osasco Guaçu Piteri (que também era o então presidente regional do PDT).O ato público contou com a participação de representantes de várias associações e movimentos, entre eles a UNE, a Ordem dos Advogados do Brasil, a União Estadual dos Estudantes, o Movimento Contra a Carestia e Oposições metalúrgicas. (Fonte: Oposições realizam ato a favor da constituinte. In: Folha de São Paulo. São Paulo, 16 de novembro de1980.)

[88] COMPARATO, Fábio Konder. Muda Brasil! Uma Constituição para o Desenvolvimento Democrático. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 06

sobretudo, com uma profunda crise do modelo de estado desenvolvimentista. Segundo Brasilio Sallum Jr., a crise do Estado Desenvolvimentista é uma força crucial de impulsão da crise do regime militar e da consequente democratização política do país. A estratégia de expansão econômica por meio do endividamento crescente, levada a cabo pelo núcleo dirigente da aliança desenvolvimentista, foi posta em xeque a partir da alta violenta da taxa internacional de juros em 1979 e da nova elevação do patamar dos preços do petróleo[89].

A crise da aliança que sustentava o padrão desenvolvimentista implicou no rompimento da aliança entre alguns segmentos que compartilhavam o poder e que arquitetavam a transição via institucionalização do regime autoritário: "Essa crise, que se instaura no Brasil a partir de 83, quebra o padrão hegemônico de dominação vigente desde os anos 30"[90]. A ausência de um novo modelo hegemônico até o início da década de 90 foi um componente balizador da maior parte das disputas estruturais que perpassaram a ANC.

Analisar o período da Constituinte sob a ótica da crise altera significativamente o cálculo sobre o universo de possibilidades e de limitações dos atores. A crise do estado desenvolvimentista, ainda sem uma alternativa clara e articulada, certamente foi um dos principais fatores que levaram à desorganização dos atores mais conservadores, especialmente no momento inicial da Constituinte. Um importante exemplo disso foi a ausência formal de um anteprojeto à Assembleia Nacional Constituinte. Apesar do governo Sarney ter instituído a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (a chamada "Comissão Afonso Arinos" ou "Comissão dos Notáveis"), para a construção de um anteprojeto, as forças conservadoras não lograram uma articulação teórica e prática de um projeto de estado capaz de substituir o modelo desenvolvimentista que apresentava sinais de esgotamento. Assim, os resultados da comissão – com alguns itens identificados à época como progressistas – acabaram sendo criticados pelos próprios setores conservadores e o presidente Sarney acabou não encaminhando oficialmente o anteprojeto para a Assembleia Nacional Constituinte.

O então senador Fernando Henrique Cardoso, escolhido por Ulysses para ser o relator do Regimento Interno, relata o desdenho dos parlamentares para com o

---

[89] Cf. Brasilio Sallum Júnior, *opus cit.,* 60.
[90] SALLUM JÚNIOR, Brasilio. Labirintos: dos generais à Nova República. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 63.

anteprojeto da Comissão Arinos e de outras iniciativas (como a do jurista de oposição, Fábio Konder Comparato) que não partissem por completo da ANC: "Os constituintes recusavam partir de um texto elaborado fora da Assembleia"[91].

Mesmo assim, entre os cerca de 25 anteprojetos escritos pelos mais diferenciados atores sociais, o que mais influenciou os trabalhos constituintes foi naturalmente o da "Comissão Afonso Arinos", sendo sempre consultado e, em muitos casos, servindo de base ou norte para diversos artigos que configuraram na carta final. Entre as feições progressistas e inovadoras incluídas no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos e criticadas por setores mais conservadores, cabe destacar alguns mecanismos de democracia participativa como a iniciativa popular de leis e a previsão de possibilidades de realização de referendo.

A importância dessa ausência de um anteprojeto formal não pode ser desprezada, pois este vácuo acabou contribuindo para aumentar significativamente o universo de possibilidades na ANC. Não havia, a priori, um limite formal a ser respeitado no que diz respeito ao tamanho da *carta magna* e à legitimidade de algumas temáticas serem ou não matéria constitucional. Também o conteúdo dos artigos não estava pré-definido, permitindo uma maior liberdade para os atores envolvidos. Tamanha abertura no processo institucional, além de alongar os trabalhos, contribuiu significativamente para a expansão do potencial de ação dos movimentos sociais ao longo da Constituinte. Abertura esta que, é claro, foi contrabalanceada pelos "vícios de origem" da Constituinte – oriundos da sua emenda de convocação – que facilitavam a manutenção do *status quo* em certas questões: a sua estrutura bicameral; inclusive mantendo os senadores biônicos que assumiram em 1982; e a não exclusividade dos trabalhos constituintes, desenvolvidos de forma concomitante com os trabalhos congressuais cotidianos, não prevendo a dissolução do Congresso logo após a promulgação da nova *carta magna* (os mesmos deputados eleitos pelas velhas regras seriam os autores e os beneficiários imediatos do novo processo, teoricamente dificultando mudanças mais radicais nas regras eleitorais).

A disputa pelo poder, pelo modelo de organização do Estado e pelo modelo de cidadania por ele assegurado, teve, apesar das limitações que a transição "lenta, gradual e segura" impunha, um componente de indeterminação que favoreceu a interação entre os atores extraparlamentares e os constituintes. Uma vez feita a opção

---

[91] CARDOSO, Fernando Henrique. A Arte da Política: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 107.

por não adotar um anteprojeto que norteasse (e limitasse) o trabalho dos constituintes, seguiu-se outra importante escolha pela descentralização dos trabalhos ao longo da Constituinte de forma a atender a pressão por uma maior participação de todos os parlamentares: assim, os trabalhos constituintes se desenvolveram inicialmente em 24 Subcomissões, que depois se transformaram em 8 Comissões Temáticas, e por fim se concentraram na Comissão de Sistematização, antes de seguir para as votações em Plenário.

Esta dinâmica acabou permitindo uma maior participação e influência (positiva e negativa) tanto dos deputados não ligados às elites partidárias quanto dos próprios movimentos sociais. Kinzo também aponta que esta ausência de estrutura prévia (sem anteprojeto e sem uma comissão central inicial) fez com que a Assembleia Constituinte fosse mais aberta em direção às demandas dos "grupos de interesse e dos grupos de protesto", que fizeram lobby em prol da criação de subcomissões sobre tópicos relacionados às suas respectivas agendas[92].

Segundo o artigo 14 do Regimento Interno da ANC (RIANC), as 24 Subcomissões teriam que destinar entre 5 a 8 reuniões às audiências públicas com especialistas e entidades representativas de segmentos da sociedade. Como veremos no capítulo seguinte, a importância deste momento (proporcionado em parte pela lógica descentralizadora e pelo espaço de participação popular conquistado já no RIANC) foi ter proporcionado uma interação mais direta entre os movimentos sociais e os constituintes mais ligados às suas respectivas temáticas, adiantando já aos parlamentares o conteúdo das reivindicações que constariam posteriormente nas emendas populares encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte e estabelecendo vínculos que seriam a base para futuras negociações.

João Gilberto Lucas Coelho confirma o impacto desta descentralização aliada a um canal de participação da sociedade: "O período das subcomissões será refletido durante décadas; os testemunhos trazidos pelas entidades fizeram desnudar o Brasil diante da Constituinte; a colheita da realidade foi profunda. Ali estava um Brasil que se redescobriu como ainda tendo quilombos – e propõe-se entregar as terras, onde vivem, a essas comunidades herdeiras da realidade do século XIX; mas, ali também

[92] Cf. Kinzo, 2001, apud ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. The Formation of the Brazilian Environmental Movement. Brigthon: Institute of Development Studies Working Paper, 2005, p. 16.

apresentou-se o Brasil indeciso diante da possibilidade de ter a curto prazo artefatos nucleares e discutiu-se regras proibitivas ou regulamentadoras a respeito"[93].

Outro efeito indireto da descentralização foi o de legitimar certos temas nos quais haviam dúvidas se deveriam ou não ser incorporados à Constituição. Ao apontar uma Subcomissão para determinado tema, além de avalizá-lo como tema constitucional, a subsequente dinâmica dos trabalhos praticamente assegurou que ele entrasse na carta final (um caso exemplar seria o capítulo sobre o meio ambiente) ao atribuir a um grupo de parlamentares certa parcela de responsabilidade sobre o tema.

O arranjo regimental descentralizador, a ausência de um anteprojeto oficial, em meio a uma crise do modelo de estado desenvolvimentista (sem ainda uma alternativa hegemônica) atestava um cenário de fragmentação do poder que também era fruto do período de anomalia da conjuntura política, que criava uma dinâmica delicada entre o presidente Sarney e o seu partido (PMDB).

A fragilidade do Executivo na condução do processo Constituinte, atuando com uma agenda extremamente restrita, também foi um fator que favoreceu a descentralização e a influência maior da participação popular. Esta fragilidade se deu em parte pelas circunstâncias peculiares da posse de um vice-presidente cujo titular não chegara nem mesmo a tomar posse[94], assim como cuja filiação partidária ao

---

[93] COELHO, João Gilberto Lucas. Uma Constituinte que ousa. In: Jornal da Constituinte. Brasília, DF, n. 3, 15 jun. 1987.

[94] Tancredo Neves, eleito pelo Colégio Eleitoral, foi internado no Hospital de Base de Brasília na véspera de sua posse, falecendo 38 dias depois (em 21 de abril de 1985). Seu vice, José Sarney, que havia sido presidente nacional do partido governista até apenas seis meses antes do lançamento da candidatura na chapa de Tancredo, acabou assumindo a presidência. Segundo Fernando Henrique Cardoso, "(...) além das razões políticas que levaram Tancredo a preferi-lo, Sarney se tornou Vice-Presidente graças a uma tecnicalidade. Aqui, cabe recordar que a eleição de Tancredo só foi possível diante da inconformidade de importantes setores do PDS com o crescimento – graças a práticas de aliciamento que condenavam – da candidatura Maluf dentro do partido. Esse grupo, tendo à frente os senadores Marco Maciel (PDS-PE) e Jorge Bornhausen (PDS-SC) e o Vice-Presidente de Figueiredo, Aureliano Chaves (PDS-MG), afastou-se do partido oficial, agrupou-se na Frente Liberal (que não tardaria a se tornar o PFL) e, em coligação com o PMDB, formou a Aliança Democrática que derrotaria Maluf. Aureliano chegara a aspirar à Presidência, mas desistira de disputar. Sarney, que se integraria aos dissidentes, havia sido eleito senador pelo Maranhão pela legenda da Arena sete anos antes, em 1978. Outro candidato, que talvez gozasse da preferência do PMDB, Marco Maciel, se elegera senador por Pernambuco já pelo PDS, uma reformatação da Arena. Segundo as leis partidárias de então, parlamentares eleitos pelos vários partidos criados após a Emenda Constitucional nº 11 perderiam o mandato se concorressem à Presidência trocando de legenda. Essa regra, descobriu-se logo, não alcançava Sarney, que poderia filiar-se sem problemas ao PMDB e disputar pelo partido." (CARDOSO, Fernando Henrique. A Arte da Política: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 97) Na ocasião da internação de Tancredo Neves, haviam dúvidas sobre quem deveria sucedê-lo durante o impedimento, que todos ainda imaginavam ser temporário. Fernando Henrique conta que o constitucionalista Afonso Arinos havia declarado pelos meios de comunicação seu entendimento de que corresponderia ao Vice-Presidente, e não ao presidente da Câmara (Ulysses Guimarães), assumir a interinidade. Em uma consulta à Leitão de Abreu, o ministro aposentado do STF e então ministro-chefe da Casa Civil da Presidência do governo Figueiredo parecia pender para a

PMDB tinha sido fruto de acordo político circunstancial, não tendo, portanto, um controle sobre o partido: "'Sarney tem um problema de origem: a ilegitimidade de seu mandato', disse o senador Affonso Camargo a um grupo de parlamentares. 'Ele precisa desesperadamente do Ulysses para legitimá-lo, principalmente quando a popularidade começa a cair, como agora'.[95]".

O titular do Executivo nacional tinha consciência das limitações que as circunstâncias lhe impunham: "Eu fui um grande crítico da Constituinte. Eu achava que eu ia presidir um processo no qual iriamos fazer uma grande Constituição. Se o poder do governo estava comigo, o poder político estava com o Ulysses Guimarães. Essa era a grande coisa que existia naquele tempo. (...) Eu tinha noção de que nós estávamos vivendo, pisando sobre ovos naquele momento. E havia, primeiro, a necessidade de eu buscar a minha legitimidade, que aconteceu com o Plano Cruzado. E, segundo lugar, eu tinha que realmente ter noção de que as únicas forças organizadas que tinha no país naquele momento eram as forças armadas"[96].

Uma das principais facetas pela qual esta crise de legitimidade se traduziu ao longo da Constituinte foi a disputa em torno da duração do mandato presidencial de Sarney. O mandato inicial de 6 anos acabou sendo reduzido para 5, à revelia de movimentos sociais, sindicatos, associações, partidos e outros setores ligados a Mário Covas, Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva que construíram uma campanha[97] dentro e fora do Congresso em defesa dos 4 anos para Sarney, com a realização de eleições diretas em 1988 logo após a promulgação da nova carta. O tema mobilizou movimentos, sindicatos e partidos políticos e valeu-se de duas emendas populares em defesa de eleições já em 1988: a de nº88, sob a responsabilidade do PT, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e da CUT (apoiada pelos constituinte Luiz Ignácio Lula da Silva, Plínio de Arruda Sampaio, José Genoino Neto e Cunha Bueno) angariou 49.178 assinaturas; já a emenda nº100, promovida pela Federação

---

interpretação que favorecia o presidente da Câmara como sucessor constitucional, posto que ainda não ocorrera a posse do vice. No entanto, o próprio Ulysses, apoiado pelo então presidente do Senado (José Fragelli), defendeu a tese de Arinos, convencendo inclusive Leitão de Abreu. Segundo Fernando Henrique, presente na reunião na casa de Leitão de Abreu, o general Leônidas Pires Gonçalves afirmara na ocasião que não era jurista e acataria qualquer decisão (Cf. Cardoso, opus cit., pp. 102-103).

[95] VEJA. Pensando o Verde. São Paulo, 11 de fevereiro de 1987, p. 24.

[96] SARNEY, José. Depoimento em: FONTOURA, João Carlos (direção e roteiro) & PAULA, Renata Telles de (roteiro). A Constituição da Cidadania. Brasília: TV Senado, 2008.

[97] A campanha em prol das Diretas Já em 88 foi, na verdade, múltiplas campanhas ao mesmo tempo, ora unindo as vertentes, ora mesclando-se com a pré-campanha eleitoral para a sucessão presidencial, na qual as três lideranças despontavam na época como fortes contendores.

Nacional dos Jornalistas Profissionais (FENAJ), pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), foi apoiada pelo Senador Mário Covas (PMDB-SP) e logrou arregimentar 96.863 assinaturas.

Com o mandato ameaçado constantemente e encurralado pela atitude ambígua do PMDB (que estava "no poder", mas mantinha um discurso oposicionista e relutava em arcar com o ônus de medidas impopulares dos planos econômicos), Sarney se apoiou de um lado no PFL e em setores do PMDB e, de outro lado, nos governadores e nas suas máquinas políticas estaduais em troca de concessões fiscais.

A queda da popularidade de Sarney (tanto dentro do PMDB quanto na sociedade como um todo) e a fragilização do poder do Executivo estavam intimamente relacionadas com a crise econômica que se aprofundou em 1987. O sucesso inicial do Plano Cruzado, que tinha contribuído para a vitória acachapante do PMDB no pleito de 1986, rapidamente se converteu em uma crise econômica e inflacionária que derrubou o outrora todo-poderoso Ministro Dilson Funaro e acarretou na moratória da dívida externa em 1987.

De fato, Sarney acabou perseguindo apenas três grandes prioridades na Constituinte: assegurar o papel das Forças Armadas, a duração do seu mandato presidencial e o próprio sistema presidencialista. Em prol destas prioridades, ele negociou, em maior ou menor grau, todo o resto da agenda. Negociação esta que se deu principalmente por intermédio dos governadores, cujo apoio ao seu mandato ocorreu em troca de concessões federativas, especialmente de uma maior descentralização fiscal.

Retomando, este período de transformações no arranjo social e político brasileiro foi marcado pela interconexão entre a crise do estado desenvolvimentista e a crise político-institucional[98]. Este conjunto de crises transformou a Estrutura de Oportunidades e Ameaças Políticas no Brasil, possibilitando a construção do processo de transição democrática, que, apesar de manter sua característica conciliatória, foi

[98] Os principais elementos da crise político-institucional foram: a reorganização dos setores de esquerda em torno da luta pela democracia (onde a Constituinte configurava como objetivo final); o crescimento eleitoral do MDB/PMDB; a luta pela Anistia; a grande mobilização promovida pela campanha das Diretas-Já; o racha na base política de sustentação ao regime com a candidatura de Paulo Maluf à presidência pelo PDS; a formação da Aliança Democrática para a eleição de Tancredo Neves; a construção do consenso de que a ordem constitucional oriunda do regime militar precisava ser alterada; o fim trágico de Tancredo, que levou o antigo presidente do PDS, José Sarney, à presidência pelo PMDB, que oscilava entre o apoio e à oposição ao titular do Executivo.

para além do projeto inicial dos militares de institucionalização do regime autoritário. Dentre as razões que levaram à ampliação do processo da redemocratização para além dos limites do projeto inicial, destacam-se:

- As resistências internas de setores das Forças Armadas ao projeto de liberalização;
- A construção de novas alianças políticas entre setores democráticos e setores dissidentes da elite governista;
- A construção de novas estruturas de mobilização a partir da reorganização, do crescimento e do surgimento de grupos comunitários, movimentos sociais, sindicatos e movimentos/partidos políticos;
- A transformação dos enquadramentos interpretativos e das matrizes discursivas destes movimentos em defesa tanto de melhores qualidades sociais e econômicas de vida, quanto de um aprofundamento do processo de abertura política;
- A diminuição dos custos de mobilização com a distensão política-militar;
- A construção de uma ampla mobilização social em defesa das eleições diretas;
- A construção do consenso de que a ordem constitucional oriunda do regime militar precisava ser alterada, não por emendas, mas sim por uma Constituinte;

A convocação de uma Constituinte levou a uma ampliação na Estrutura de Oportunidades Políticas do processo de democratização. Abriu-se a possibilidade de reescrever o ordenamento jurídico, político, econômico e social do Brasil – embora, como veremos adiante, o alcance desta possibilidade foi disputado a todo momento, tanto pelas garantias formais da soberania da ANC quanto pelas reações às limitações informais, oriundas do processo conciliatório de transição.

As crises (do estado desenvolvimentista e político-institucional) que levaram ao processo de democratização também tiveram reflexos na própria ANC, provocando um cenário de fragmentação do poder na Constituinte, expressa: pela ausência de um anteprojeto oficial; pelo arranjo regimental descentralizador; pela desorganização dos atores políticos mais conservadores no momento inicial da Constituinte; e pela diminuição do poder de condução do processo Constituinte por parte do Executivo

(Sarney enfrentava as oscilações em sua base de apoio e tinha de se contrapor aos questionamentos acerca da legitimidade da duração do seu mandato).

A percepção por alguns movimentos sociais de que a Constituinte representava uma mudança Estrutura de Oportunidades Políticas, no ápice do longo processo de democratização da sociedade brasileira, foi crucial para a organização da mobilização em defesa de uma maior participação popular já no processo constituinte. A posterior conquista de instrumentos de participação no Regimento Interno – como as emendas populares, as audiências públicas e as sugestões de instituições e segmentos da sociedade – acabou por redimensionar novamente a Estrutura de Oportunidades que se apresentava inicialmente: potencializou-se a efervescência social do período da redemocratização e construiu-se um norte comum às diversas mobilizações sociais em torno do poder institucionalizado de interferência no processo legislativo. Veremos, a seguir, como foi a mobilização de setores da sociedade para interferir no desenho institucional da ANC, assim como de que forma esta mobilização se desenvolveu dentro dos debates iniciais no interior da Constituinte.

## 2.2 Os Movimentos Sociais e a Luta por uma Constituinte Popular

As lutas do fim da década de 70 e meados da década de 80 fizeram com que os movimentos sociais chegassem à Constituinte em um processo de ascensão. Com o processo de abertura gradual, diminuíram-se os custos de mobilização e multiplicaram-se tanto as reivindicações como as próprias organizações sociais. Embora as poucas vitórias estivessem entrelaçadas a um conjunto de derrotas, a dinâmica geral do período potencializou as mobilizações sociais e contribuiu para que o projeto de institucionalização do regime autoritário fugisse do controle das forças dirigentes. Nas palavras de Siqueira Neto, advogado-chefe do departamento do Sindicato Metalúrgico do ABC entre 1981 e 1989:

> "O movimento social estava subindo a onda. É um momento em que ele tinha acabado de se constituir, rompendo com o império

> do modelo da ditadura, numa situação de sindicato-movimento, que é aquela situação em que o sindicato extrapola o espaço da institucionalidade e consegue ter uma força, uma dinâmica própria, apesar da institucionalidade. (...) Os movimentos sociais estavam rompendo a ordem estabelecida, assim como as centrais sindicais, a CUT foi criada, nós tínhamos passado por duas greves gerais importantes, que mobilizaram o país, houve a luta pelas diretas-já. O movimento social chegou na Constituinte fortalecido, até às vezes 'anabolizado', porque estávamos num ambiente de muitas vitórias, porque já estava se rompendo a ditadura. O país estava se abrindo, bem ou mal, você puxa as eleições das diretas, você perde, mas avança. Avança em mobilidade, entra com o espaço de reivindicações em todos os cantos, aparece o movimento dos sem-terra, cresce a reivindicação dos servidores públicos, abrem-se as universidades, o movimento popular na briga contra a carestia, pela moradia."[99]

Os esforços de organização e de ampliação da capacidade de mobilização dos sindicatos no período de 1981 e 1984 deram frutos na etapa posterior. Apesar do baixo grau de sindicalização (em torno de 20% entre 1986 e 1988), as atividades grevistas aumentaram gradativamente, principalmente com o crescimento da inflação e com o fracasso dos planos econômicos[100].

Neste processo de ascensão, os movimentos sociais lograram conquistar um destaque significativo na luta pela cidadania. Quirino e Montes ressaltam a importância desse fato político novo: "O fechamento do sistema político e dos canais tradicionais de participação, de reivindicação e de representação trouxe consigo a emergência, nos movimentos sociais, de uma nova consciência de direitos a serem reivindicados, coletivamente, em oposição aos favores a serem pedidos, e isso constitui um fato político novo, dos últimos dez anos, em toda a história brasileira, enquanto experiência de massa"[101].

De forma correlata, Sader afirma que "A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus

---

[99] Entrevista com Siqueira Neto. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 09 de maio 2008, pp. 5-6.

[100] SANDOVAL, Salvador A. M. Social Movements and Democratization: the case of Brazil and the Latin Countries. In: GIUGNI, Marco G.; McADAM Doug & TILLY, Charles (ed.). From Contention to Democracy. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998, pp. 185-186.

[101] QUIRINO, Célia Galvão & MONTES, Maria Lúcia. Constituições Brasileiras e Cidadania. São Paulo: Ed. Ática, 1987, p. 80.

direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos" [102]. Em entrevista para o projeto temático "Em Busca do Processo Constituinte: 1985-1988", Maria Vitória Benevides ressalta o crescimento da consciência da população acerca da importância de lutar pelos seus direitos:

> "Todo o trabalho era em cima de direitos dos pobres, direitos dos trabalhadores. A gente ia lá e pensava: 'Putz, esse pessoal sabe mais das coisas do que o pessoal lá na universidade'. Eles sabiam perfeitamente; tinham aquela noção de direito: "Ah, eu vou correr atrás dos meus direitos". Isso é fruto de todos esse anos; eles tinham muita clareza de que na Constituinte – coisa que não se tinha na classe média – que na Constituinte estariam os novos direitos dos trabalhadores. Porque é gente que veio das lutas, das greves de 1977/78/79. E que viu que, pela correlação de forças, tinham tido algumas vitórias, mas não conseguira tudo. Se vocês consultarem os documentos do pessoal militante da época, era isso. Querem ver outro slogan que havia, e que era dos mais fortes? "A luta faz a lei". E por que a lei é importante? A lei é importante porque ela vai definir os seus direitos."[103]

Com o início das mobilizações em torno da convocação de uma Constituinte, surgiu uma polêmica que perduraria até a promulgação da nova *carta magna*. O governo Sarney, ao invés de propor a eleição de uma Assembleia (unicameral) Constituinte exclusiva, decidiu conceder poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 15 de novembro de 1986. Em meio a essa disputa, surgiu uma das primeiras ações de envergadura dos movimentos sociais, que organizaram uma campanha por uma Constituinte exclusiva, enviando cerca de 70 mil telegramas e cartas destinadas ao deputado Flávio Bierrenbach, relator da Comissão Mista encarregada de dar parecer ao projeto de convocação da Assembleia Nacional Constituinte (Projeto de Emenda Constitucional de 28 de junho de 1985). No dia 15 de outubro, o relator surpreendeu o governo ao propor a realização prévia de um plebiscito para que o povo decidisse sobre as questões mais polêmicas: uma Constituinte congressual ou exclusiva; a coincidência ou não da eleição constituinte com a dos governadores; o funcionamento de uma comissão legislativa simultânea à Constituinte; e a coleta de sugestões para a Constituinte por meio das Câmaras Municipais.

---

[102] SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 26.

[103] Entrevista com Maria Vitória Benevides. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 28 de setembro de 2008, p. 22.

O governo e a liderança do PMDB derrubaram o parecer do relator, aprovando o substitutivo do deputado Valmor Giavarina – a emenda constitucional foi finalmente promulgada no dia 27 de novembro de 1985. Assim, a Assembleia Nacional Constituinte acabou funcionando, na prática, como um Congresso Constituinte, perpetuando, na sua eleição, as distorções eleitorais na proporcionalidade dos representantes em cada estado, assim como a estrutura bicameral (nas votações do Plenário da ANC, os deputados e senadores se reuniriam na mesma casa enquanto parlamentares constituintes). Ainda, optou-se por acumular, no decurso dos trabalhos de elaboração da nova *magna carta*, a dupla função legislativa-ordinária e constituinte.

Apesar da derrota, o episódio serviu para que os movimentos sociais, sindicatos e organizações sociais vislumbrassem o seu potencial de mobilização em torno da Constituinte. Ao longo de 1985 e 1986, não foram poucas as manifestações em defesa de uma maior participação da sociedade no processo de redemocratização e de elaboração da nova Constituição. Dom Paulo Evaristo Arns afirmou, em 1985: "Se queremos que nossa gente simples aceite a próxima Carta Magna como sendo sua, impõem-se, no mínimo, duas condições: a primeira, que ela tenha origem na própria vontade do povo, alertado para a importância do assunto. Depois, que o mesmo povo possa propor os tópicos que mais influem na sua vida. Além disso, a nação como tal quer asseguradas as medidas que lhe possibilitem a tutela da nova Constituição"[104]. A fala de Dom Paulo Evaristo Arns é emblemática da posição e da atuação da Igreja Católica ao longo da Constituinte. A mobilização da CNBB[105], valendo-se da enorme capilaridade da organização religiosa no Brasil vista acima, foi, como veremos no próximo capítulo, um dos principais fatores responsáveis pelo sucesso na coleta de assinaturas para algumas emendas populares (tanto de caráter mais progressista quanto aquelas de caráter mais conservador), assim como na abertura de canais de interlocução e pressão dos movimentos sobre os constituintes.

De forma similar, em um colóquio realizado no ano seguinte, João Almino de Souza avaliou que: "(...) da organização da sociedade e da possibilidade de mobilização da população antes da constituinte e durante esta depende o controle popular sobre as decisões governamentais e a capacidade de controle e vigilância da

---

[104] ARNS, Paulo Evaristo. "Contribuição da Igreja". In: SADER, Emir (org.). Constituinte e Democracia no Brasil Hoje. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 70.
[105] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Constituinte pela sociedade. A representação não elimina a necessidade desse controle e vigilância, pois, mesmo que desejemos uma Constituinte soberana, devemos estar também atentos para o fato de que toda soberania ilimitada, de quem quer que seja e independentemente de em nome de quem se exerça, pode ser fonte de tirania"[106].

Dessa disputa por uma Assembleia Constituinte livre, exclusiva e soberana, diversos grupos começaram a se organizar para influir nos rumos dos acontecimentos. Uma novidade importante foi a criação de organizações sociais voltadas diretamente para a Constituinte. Segundo Whitaker, Michiles *et all*, esta mobilização teve duas matrizes: uma no Rio de Janeiro, com o lançamento do **Movimento Nacional pela Constituinte** em um ato público com cerca de sete mil pessoas em Duque de Caxias no dia 26 de janeiro de 1985; e outra matriz em São Paulo, com a criação do **Plenário** de São Paulo **Pró-Participação Popular na Constituinte** no dia 6 de fevereiro de 1985.

Enquanto o Movimento Nacional pela Constituinte teve como objetivo primordial "o resgate da cidadania e a construção pelo povo da democracia"[107], a iniciativa paulista focou, inicialmente, a questão dos instrumentos de participação popular que poderiam ser incluídos na nova Constituição. "O movimento criado no Rio de Janeiro se desenvolveu através de viagens e contatos de seus líderes e organizadores em todo o Brasil, estimulando as iniciativas existentes ou despertando novas. Em São Paulo adotou-se o método da publicação sistemática de um pequeno boletim de notícias, enviado às pessoas e entidades que se interessassem em recebê-lo, em todo o Brasil. Os dois métodos se completavam: os que viajavam incentivavam o engajamento, que, em seguida, era aprofundado, ligando-se às propostas veiculadas nos boletins"[108].

Dessa forma, nesta primeira etapa, o Movimento Nacional pela Constituinte estimulou a criação de movimentos constituintes municipais nos quais os participantes elaborariam a sua própria proposta paralela de Constituição, levando-as para fóruns estaduais e, depois, para um fórum nacional. Já os Plenários e Movimentos Pró-Participação Popular na Constituinte procuravam articular as entidades e os militantes em prol do objetivo comum de garantir a participação

---

[106] SOUZA, João Almino de. "O Processo Político da constituinte de 1987". In: FORTES, Luiz Roberto Salinas & NASCIMENTO, Milton Meira do (orgs.). A Constituinte em Debate. São Paulo: SOFIA Editora SEAF, 1987 (Colóquio realizado entre 12 e 16 de maio de 1986), p. 81.
[107] Cf. MICHILES, Carlos, et all. Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 41.
[108] *Idem, ibidem,* p. 41.

popular no processo constituinte. Juntos, começou-se o árduo trabalho de mobilização da população em torno dos sonhos que a Constituinte poderia despertar, assim como iniciou-se o longo processo de construção de consensos e de quadros interpretativos globais e temáticos, sem os quais, dificilmente teria sido possível definir coletivamente o conteúdo das emendas populares no curtíssimo espaço de tempo que os movimentos tiveram na ANC.

Os movimentos populares em torno da Constituinte tiveram diversas facetas, origens, estruturas e composições; autores como Whitaker, Michiles e Coelho afirmam que, apesar da diversidade, estes movimentos "tinham em comum, de maneira geral, uma preocupação suprapartidária, ainda quando nasciam de iniciativas partidárias. Surgiram pela atuação de militantes políticos ou sindicais, de agentes de pastoral, de movimentos de moradores, de associações profissionais. Uns contaram com apoio e ajudas institucionais, de governos, universidades ou igrejas. Outros buscaram sua ação somente em recursos próprios"[109].

De fato, o crescimento quantitativo das estruturas de mobilização e, principalmente, a mudança qualitativa nas matrizes discursivas (apontados por Eder Sader a respeito de um conjunto de movimentos, associações e sindicatos a partir do final da década de 70) foram centrais para a construção de caminhos e estratégias de pressão social que, embora estivessem interligados, não dependiam do Estado e de partidos políticos. Boa parte dos ativistas do período atuou em mais de um espaço político, com períodos em que a "militância partidária" teve destaque maior (especialmente ao longo das eleições de 1986) e com longos períodos onde o principal canal de participação eram movimentos marcados por uma valorização da autonomia e da independência perante o Estado e os partidos.

Entre 1985 e 1988 os movimentos sociais envolvidos diretamente com a Constituinte passaram por inúmeras transformações, seja nas pautas, nos seus repertórios de ações coletivas ou seja na própria composição. Segundo os relatos dos participantes, apesar da alta rotatividade, existia um núcleo de ativistas que persistiram e que serviram de base para novas ondas de mobilizações[110]. O mecanismo das emendas populares, como veremos mais adiante, acabou sendo o principal balizador destas transformações, norteando uma inflexão tática e política e

[109] Michiles, idem, p. 38.
[110] Cf. Michiles, opus cit, p. 39.

abrindo caminho para outras inovações nas formas de atuação dos movimentos sociais.

## 2.3 A Composição do Congresso Constituinte

Após a derrota na emenda constitucional que convocava o Congresso Constituinte, grande parte dos ativistas que haviam participavam dos Plenários Pró-Participação Popular e do Movimento Nacional pela Constituinte passou a se dedicar às campanhas de candidatos progressistas em 1986. Outra parte dos ativistas optou por se dedicar à elaboração das "Propostas do Povo para o Brasil" – documento entregue aos candidatos a deputado e senadores, que propunha o apoio dos movimentos àqueles que aderissem a uma plataforma mínima de 53 propostas, muitas das quais relativas à participação popular[111].

Este conjunto de "propostas populares" foi o fruto de um longo processo de debate coletivo cujo ápice aconteceu em 7 de setembro de 1986, no intitulado "1º Dia Nacional Constituinte. Os inúmeros comícios, assembleias e festas, organizados em várias cidades, recolheram os resultados das discussões acerca da futura Constituição. Somente em São Paulo, três mil pessoas se reuniram em um comício na Praça da Sé que contou com a presença de lideranças dos movimentos sociais, políticos e candidatos constituintes.

Outra iniciativa relevante para estimular a participação da sociedade veio não dos movimentos sociais, mas sim do próprio Senado, mostrando que a interação entre as duas esferas podia, por vezes, ser de mão dupla. Em 1986, o Senado distribuiu milhões de formulários às agências de correio de todo o Brasil com o objetivo de convidar a sociedade a enviar sugestões para a Assembleia Nacional Constituinte que começaria a funcionar no ano seguinte. A resposta não tardou, 72.719 formulários foram preenchidos e passaram a integrar o banco de dados do Senado[112].

---

[111] Entre 24 e 26 de maio de 1986, 150 ativistas de 10 Estados se reuniram (muitos enquanto representantes de outros movimentos) no Rio de Janeiro e criaram o projeto "O povo discute o Brasil". (Cf. Michiles, opus cit, p. 49).

[112] SAIC – Sugestões da População para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. (Cf. MONCLAIRE, Stéphane (coord.). A Constituição Desejada: SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991. Assim como PAULA, Renata de. Cartas ao País dos Sonhos. Documentário. Brasília: TV Senado, 2007).

Entretanto, a correlação de forças entre os deputados constituintes que saiu das urnas não oferecia grandes perspectivas ao movimentos e sindicatos. De fato, diversas pesquisas demonstraram o perfil centrista que saiu das urnas em 1986[113]. O Prof. David Fleischer (UnB) realizou uma pesquisa sobre os constituintes, publicada inicialmente em um Boletim do CEAC (Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte) da Universidade de Brasília e exposta também no livreto do Movimento de Participação Popular na Constituinte, *Participação Popular: como chegar lá?*, na qual analisou a biografia dos constituintes:

a) Entre os 559 constituintes, 274 (49%) eram estreantes nos trabalhos legislativos federais.
b) O *perfil econômico* dos constituintes apontou que 37,7% deles recebem a maior parte de sua renda de investimentos e propriedades. O setor comercial é o mais bem representado (21,6%), depois o setor ligado à agricultura (16,34%), onde 91 parlamentares são proprietários. Entre os constituintes, 12,9% são funcionários públicos. O capital, tanto agrário quanto urbano é reconhecidamente representado em cerca de 45% dos constituintes.
c) *Politicamente*, dos 559 constituintes, 217 (38,82%) tiveram passagem pela extinta ARENA (Aliança Renovadora Nacional).”[114]

Em seu livro *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*, Leôncio Martins Rodrigues traz diferentes pesquisas sobre o perfil dos parlamentares. A do Prof. David Fleischer chegou aos mesmos resultados de outra classificação efetuada pelo Departamento de Pesquisa da Folha de São Paulo, com a direita e a centro-direita com 36% dos deputados contra 32% da esquerda e centro-esquerda:

---

[113] Para uma autoclassificação ideológica dos deputados, ver RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é Quem na Constituinte. [S.l.]: Oesp / Malterese, 1987. Para a visão dos militantes do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, ver Michiles et al., opus cit., p. 50.

[114] Movimento de Participação Popular na Constituinte. Participação Popular: como chegar lá?. Curitiba, nº 10, abril de 1987, p. 19. Fonte: Arquivo Nacional. Arquivos do Conselho de Segurança Nacional: Caixa 46D, p. 340.

**Tabela 3 - Tendências e/ou Perfil Ideológico dos Constituintes de 1987/88 – *Folha de São Paulo e D. Fleischer*** [115]

| Tendência/Perfil | Classificação da *Folha de S. Paulo* e classificação de D. Fleischer |
|---|---|
| Esquerda | 9% |
| Centro Esquerda | 23% |
| Centro | 32% |
| Centro-Direita | 24% |
| Direita | 12% |

Já a classificação de Said Farhat separou os deputados entre esquerda, centro e direita, focalizando a ampla maioria (quase 60%) dos deputados de centro e, desta vez, com uma pequena vantagem da esquerda sobre a direita:

**Tabela 4 - Tendências e/ou Perfil Ideológico dos Constituintes de 1987/88 – *Said Farhat*** [116]

| Tendência/Perfil | Classificação de Said Farhat |
|---|---|
| Esquerda | 22% |
| Centro | 59% |
| Direita | 19% |

Em uma autoclassificação dos constituintes, os parlamentares se afastaram dos extremos (direita e esquerda radical, nos termos da pesquisa) e a maioria (52%) se classificou como esquerda moderada ou centro-esquerda:

**Tabela 5 - Tendências e/ou Perfil Ideológico dos Constituintes de 1987/88 – *Autodefinição Política dos Deputados*** 117

| Tendência/Perfil | Autodefinição política dos deputados (parcial – 428 constituintes) |
|---|---|
| Esquerda radical | 5% |
| Esquerda moderada ou Centro Esquerda | 52% |
| Centro | 37% |
| Direita moderada ou Centro-Direita | 6% |
| Direita radical | 0% |

[115] RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é Quem na Constituinte. São Paulo: Oesp / Malterese, 1987, p. 98.
[116] *Idem, ibidem, p. 98.*
[117] Rodrigues, idem, p. 97.

Em suma, o que há de comum entre todas essas pesquisas é o predomínio do centro e a fuga dos extremos, especialmente quando a pesquisa é autoclassificatória. Esta última pesquisa aponta também para o clima político brasileiro, no qual (ao menos naquela época) a classificação de "direita" era considerada pejorativa.

Apesar da sua diversidade interna, o peso do PMDB era central: além dos 22 governadores, seus 260 deputados e 42 senadores representavam a maioria (54%) dos constituintes. Já o PFL, segunda maior força no Congresso, reuniu 24,15% dos constituintes.

**Tabela 6 - Situação dos Partidos no Congresso**

| Partidos | PMDB | PFL | PDS | PDT | PTB | PT | PL | PDC | PCB | PCdoB | PSB | PSC | PMB | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Congresso | 302 | 135 | 40 | 25 | 18 | 16 | 7 | 6 | 3 | 3 | 2 | 1 | 1 | 559 |

Fonte: 1ª Subchefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Análise do Rompimento do PFL com o Governo e sua Base de Sustentação Política. Memória Nº 050/1ª SC/87, 25 de Setembro de 1987, p. 2.

A participação dos senadores eleitos em 1982 (incluindo os *biônicos*) foi questionada na segunda sessão da Constituinte pelo o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP): "Convocada apenas no ano de 1985, não pode a Constituinte contar com a participação de membros que não receberam delegação expressa do povo para elaborar a nova Constituição do Brasil. A participação dos senadores eleitos em 1982 constitui afronta brutal ao princípio da legítima representatividade constituinte (...)"[118]. O então presidente provisório da Constituinte, José Carlos Moreira Alves (presidente do Supremo Tribunal Federal), decidiu de forma contrária à questão de ordem do deputado petista (mantendo, portanto, a participação dos senadores citados).

Fábio Lucena (PMDB-GO), um dos senadores eleitos em 1982, defendeu a participação dos seus pares, afirmando que "Colocar fora da Constituinte os senadores eleitos em 1982 será colocar fora da Constituinte a Constituição que convocou a própria Constituinte[119]. Nelson Jobim, então deputado pelo PMDB do Rio Grande do Sul, também defendeu anos mais tarde o entendimento do então presidente do STF, isto por que o texto da emenda convocatória da ANC (nº26/85) afirmava que os

[118] Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, Senado Federal, 1994, p. 10 – sessão de 02/02/87. Apud LOPES, Júlio Aurélio Vianna. A Carta da Democracia: o processo constituinte da ordem pública de 1988. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, p. 27.
[119] Idem, Ibidem, p. 28.

deputados e senadores se reuniram em 1987; assim, "Os senadores eleitos em 1982 eram Senadores de 1987, portanto, integrariam a Assembleia Constituinte"[120].

Após recurso à decisão de José Carlos Moreira Alves, a Assembleia Nacional Constituinte realizou a sua primeira votação, optando – por 394 favoráveis contra 124 contrários e 17 abstenções – por manter os senadores de 1982. Logo em seguida, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) foi eleito presidente da ANC com 425 votos; Lysâneas Maciel (PDT-RJ) obteve 69 votos e 28 parlamentares votarem em branco. A ampla votação na figura daquele que, além de presidente da ANC, também seria simultaneamente presidente da Câmara dos Deputados e presidente do Diretório Nacional do PMDB, mostrou logo no início a força de Ulysses Guimarães, único capaz de unificar o PMDB e ser um contrapeso ao então presidente da República, José Sarney.

O cenário, para os movimentos sociais com agendas mais progressivas era desanimador, mas o poder do PMDB e do centro abria a perspectiva de negociações. O investimento de alguns movimentos na defesa de mecanismos de participação direta já no processo constituinte alterou de forma substantiva a correlação de forças e a estrutura de oportunidades políticas, a começar por inserir na mesa de negociações um conjunto de atores extraparlamentares.

---

[120] Cf. JOBIM, Nelson de Azevedo. A constituinte vista por dentro – vicissitudes, superação e efetividade de uma história real. In: SAMPAIO, José Adércio Leite (org.) 15 anos de Constituição: história e vicissitudes. Belo Horizonte; Del Rey, 2004, p. 10. Apud CARDOSO, Rodrigo Mendes. A iniciativa popular legislativa da Assembleia Nacional Constituinte ao regime da Constituição de 1988: um balanço. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito). Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 48.

## 2.4 A disputa pelo Regimento Interno

A articulação política para a inserção do mecanismo das emendas populares no Regimento Interno começou na reunião nacional dos Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte, nos dias 10 e 11 de dezembro de 1986 em Vitória (Espírito Santo). Neste encontro se realizou uma avaliação inicial dos resultados eleitorais (considerados desfavoráveis aos interesses populares) e foram dados os primeiros passos no sentido de organizar um sistema de acompanhamento dos trabalhos da Constituinte e de contato com os parlamentares.

Mas foi na reunião nacional dos Plenários do dia 19 de janeiro de 1987, desta vez no Rio de Janeiro, que a batalha pelo Regimento Interno se tornou o centro das discussões e articulações entre os movimentos presentes. No final de janeiro e meados de fevereiro, os Plenários enviaram uma delegação à Brasília para apresentar, na instalação da Assembleia Nacional Constituinte, "propostas de princípios gerais visando assegurar a soberania da Constituinte e seu funcionamento democrático, entre as quais a 'iniciativa popular', (...) [mas, principalmente,] concentrando a atenção na luta pela inclusão da 'iniciativa popular' no regimento interno"[121].

A manobra ganhou corpo com a conquista do apoio do senador Mário Covas, que, após uma rodada de negociação, aceitou subscrever a emenda[122] em conjunto com os deputados Plínio de Arruda Sampaio e Brandão Monteiro[123]. Covas acompanhou o representante dos Plenários, Francisco Whitaker, em uma reunião com o recém eleito presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. Ao defender que as sugestões dos representantes da sociedade civil, desde que contivessem pelo menos 30 mil assinaturas, pudessem ser encaminhadas à ANC, Whitaker informou ao presidente que a proposta já contava com o "apoio por escrito

---

[121] Michiles et all, 1989, opus cit., p. 57.

[122] A redação da emenda pela inclusão do mecanismo de iniciativa popular contou com a importante colaboração do ex-deputado do PMDB gaúcho, João Gilberto Lucas Coelho, que dirigiu ao longo da ANC o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC) da Universidade de Brasília. Cf. Entidades têm "pool" para influir na Constituinte. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de março de 1987, p. 2.

[123] Plínio de Arruda Sampaio e Brandão Monteiro assinaram em nome das respectivas bancadas (PT e PDT); já o senador Mário Covas assinou a emenda a título pessoal. O senador gerou grande repercussão à questão quando, na ocasião de um debate na TV Cultura na véspera da instalação da Constituinte, ao ser questionado sobre a inclusão da iniciativa popular no regimento interno, afirmou ser favorável.

de 83 parlamentares do PMDB, 16 do PT, 10 do PD T, 4 do PTB, 3 do PCdoB" [124]. Whitaker foi o primeiro de muitos representantes civis a visitar a Assembleia Nacional Constituinte.

No entanto, uma real abertura à participação popular no processo Constituinte ainda era improvável. No mesmo dia da reunião da delegação com Ulysses, dois projetos foram apresentados no plenário da Constituinte – o Projeto de Resolução nº 01 (que tratava das normas preliminares para funcionamento da ANC até a aprovação do RIANC) e o Projeto de Resolução nº 02 (que dava uma primeira redação ao regimento interno propriamente dito)[125]. No artigo 14 deste Projeto de Resolução nº 02, constava apenas um único dispositivo, de limitado alcance e importância, voltado para a participação popular na ANC: "As Comissões e Subcomissões marcarão um dia cada sempre para ouvir representações da sociedade, de acordo com roteiro que estabelecerão. Parágrafo único – Às entidades representativas de segmentos da sociedade é facultada a apresentação de sugestões contendo matéria constitucional que serão remetidas pela Mesa às Comissões respectivas"[126].

Assim, a participação popular estaria restrita a um único dia de pronunciamentos de representantes da sociedade nas comissões e subcomissões, apresentando sugestões dispersas, com pouco peso político e sem nenhuma garantia de que seriam apreciadas pelos deputados.

Após a apresentação deste primeiro projeto de Regimento Interno, os movimentos sociais iniciaram uma pressão sobre o relator do RIANC, o senador Fernando Henrique Cardoso. "Este chegou a receber, em pouco mais de uma semana, mais de mil telegramas de todo o país" [127]. O senador acabou assumindo e defendendo a proposta, modificada para acalmar os que temiam que ela ferisse o princípio da representação e desvirtuassem as campanhas de coletas de assinaturas. Foi também incluso no regimento, em seu artigo 14, outras formas de participação, ampliando a exigência de que as subcomissões destinassem audiências com entidades

---

[124] O Globo, 4 de fevereiro de 87, apud BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). A sociedade no Parlamento Imagens da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008 p. 34. Cabe ressaltar o apoio expresso do Diretório Regional de São Paulo do PMDB à proposta.

[125] Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 3ª Sessão (03/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988, p. 34; Ibid., Ata da 4ª Sessão (04/02/87), p. 53.

[126] DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Projeto de Resolução Nº 2, de 1987 – Dispõe sobre Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, vol. 324, 1987, p. 8.

[127] Michiles et al., opus cit., p. 58.

representativas de segmentos da sociedade (agora entre 5 e 8 das suas reuniões), assim como recebessem as sugestões encaminhadas à ANC.

A participação popular na Constituinte foi objeto de inúmeros pronunciamentos[128] e emendas. Segundo levantamento de Rodrigo Mendes Cardoso, a maior parte das 949 emendas ao Projeto de Resolução nº 02/87 tratavam de questões voltadas para a participação popular no processo de elaboração da Constituição, como a possibilidade de apresentação de sugestões aos Constituintes, a realização de audiências públicas, o acesso ao plenário por populares, a divulgação dos trabalhos da Constituinte, referendo, plebiscito e apresentação de emendas populares ao Projeto de Constituição[129].

A oposição às emendas que defendiam mecanismos de participação popular veio dos partidos conservadores, especialmente do líder do PDS, Amaral Neto – embora alguns poucos parlamentares destes partidos tenham apresentado emendas em defesa da inciativa popular. Entre os argumentos contrários, eram frequentes as

---

[128] Ver as defesas de Haroldo Lima (PC do B); Jamil Haddad (PSB); Paulo Marcarini (PMDB); Augusto Carvalho (PCB); Cunha Bueno (PDS); Olívio Dutra (PT); Luiz Freire (PMDB); Percival Muniz (PMDB); Irma Passoni (PT); Virgílio Guimarães (PT); Carlos Cardinal (PDT). Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 4a Sessão (04/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988, p. 47-48 e 53; Ibid., Ata da 9a Sessão (10/02/87), p. 196-197; Ibid., Ata da 15a Sessão (18/02/87), p. 336 e 358; Ibid., Ata da 17a Sessão (20/02/87), p. 399 e 406; Ibid., Ata da 18a Sessão (21/02/87), p. 422, 428 e 435. *Apud* CARDOSO, Rodrigo Mendes. *A iniciativa popular legislativa da Assembleia Nacional Constituinte ao regime da Constituição de 1988: um balanço.* 2010. Dissertação (Mestrado em Direito). Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 50.

[129] As Emendas 001, 002, 005, 016-A, 089, 216, 224, 228, 295, 296, 296-A, 297, 297-A, 298, 298- A, 299, 299-A, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 325, 326, 327, 380, 410, 417, 424, 455, 573, 574, 584, 585, 587, 588, 589, 590, 591, 593, 597, 598, 599, 649, 888, 896, 918, 927, 939, 946, 947 e 948 apresentadas, respectivamente, pelos constituintes: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Brandão Monteiro (PDT), Max Rosenman (PMDB), Adhemar de Barros Filho (PDT), Stélio Dias (PFL), Jorge Hage (PMDB), Cunha Bueno (PDS), Adhemar de Barros Filho (PDT), Jamil Haddad (PSB), Renato Vianna (PMDB), Daso Coimbra (PMDB), Jorge Arbage (PDS), José Costa (PMDB), Ana Maria Rattes (PMDB), Nelson Wedekin (PMDB), Jorge Hage (PMDB), Francisco Pinto (PMDB), Messias Soares (PMDB) Nelton Friedrich (PMDB), Vasco Alves (PMDB), Vilson Souza (PMDB), Stélio Dias (PFL), Paes Landim (PFL), Artenir Werner (PDS), Adolfo Oliveira (PL), Augusto Carvalho (PCB), Hugo Napoleão (PFL), Darcy Deitos (PMDB), Gonzaga Patriota (PMDB), Francisco Pinto (PMDB), Meira Filho (PMDB), Messias Soares (PMDB), Maurício Fruet (PMDB), Paulo Macarini (PMDB), Fernando Lyra (PMDB), Koyu Iha (PMDB), Vladimir Palmeira (PT), Affonso Camargo (PMDB), Jamil Haddad (PSB), Jorge Hage (PMDB), Messias Soares (PMDB), Brandão Monteiro (PDT), Rita Camata (PMDB), Nelton Friedrich (PMDB), Antônio Carlos Konder Reis (PDS), Virgílio Guimarães (PT), Geraldo Alckmin (PMDB), Brandão Monteiro (PDT), Aldo Arantes (PC do B), Hermes Zaneti (PMDB), Jamil Haddad (PSB), Mauricio Fruet (PMDB), Carlos Mosconi (PMDB), Florestan Fernandes (PT), Simão Sessim (PFL), Nelton Friedrich (PMDB), Vilson Souza (PMDB), Jorge Hage (PMDB), José Fogaça (PMDB), Tadeu França (PMDB), Álvaro Valle (PL), Floriceno Paixão (PDT), Vicente Bogo (PMDB), Roberto Freire (PCB), Chico Humberto (PDT) e Rose Freitas (PMDB). Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 18a Sessão (21/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988, p. 439-463. Um balanço sobre as emendas aprovadas e rejeitadas pode ser visto na Ata da 18a Sessão da ANC. Ibid., p. 465. Cf. CARDOSO, Rodrigo, op. cit., p. 51.

acusações de que o instrumento corrompia o princípio da representação, de que as propostas populares seriam inócuas e que as coletas de assinaturas poderiam ser desvirtuadas[130].

Em função das 949 emendas ao Projeto de Resolução nº 02/87, Fernando Henrique Cardoso, relator do RIANC, decidiu apresentar um substitutivo, dentro do qual ele acolhia as emendas propostas pelos constituintes Mário Covas (PMDB), Brandão Monteiro (PDT), Siqueira Campos (PDC), Nelson Wedekin (PMDB), José Fogaça (PMDB), Koyu Iha (PMDB) e pela bancada do PT, todas permitindo e regulando a apresentação de emendas populares ao projeto de Constituição[131].

Muitas foram as críticas dos deputados conservadores aos mecanismos de democracia presentes no substitutivo, especialmente em relação às emendas populares, como nos mostra a seleção de falas feita por Rodrigo Cardoso:

> **José Thomáz Nonô (PFL):** "A instituição do constituinte ad hoc (...) é uma forma 'simpática, mas pouco prática' (...) na melhor das hipóteses, um ato temerário. (...) Eu vou, inegavelmente, ter prazer em ver o cartório que se vai instalar na Comissão de Sistematização para conferir 30 mil assinaturas. Lamento apenas que esse cartório não se faça no Gabinete do Presidente Ulysses Guimarães".
> **Amaral Neto (PDS):** "O artigo que determina que um mínimo de 30.000 pessoas é necessário para a apresentação de emenda é ridículo e tem o poder demagógico de apavorar o Congresso Nacional. (...).É uma demagogia incrível, (...) quem irá rever as assinaturas e conferi-las? Será a Mesa um cartório de reconhecimento de firmas? (...) Esse artigo precisa ser eliminado, porque é uma covardia dos homens que não são de esquerda aceitarem tal exigência, com medo de repercussão popular. (...) É demagogia vergonhosa. (...) Não tem cabimento o povo, depois de eleger seus representantes, ser chamado aqui, em tão grande número, como 30.000, para apresentar emendas".
> **Jesus Tajra (PFL):** Permitir a apresentação de emendas populares "é passar por cima da emenda que convocou a Assembleia Nacional Constituinte. (...) É criar uma tremenda dificuldade, a pretexto de mobilizar o povo. Nós já representamos a vontade do povo, de acordo com as ideias que defendemos. (...) É inteiramente inócua e até mesmo demagógica".
> **Inocêncio Oliveira (PFL):** "Não se justifica, a nosso ver, possibilitar a apresentação de propostas por grupos de 30.000 eleitores, sabendo-se que individualmente podem se dirigir a nós, seus delegados, para manifestares suas sugestões. Além do mais,

---

[130] Idem, ibidem, p. 50.
[131] Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 18ª Sessão (21/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988, p. 462.

> a permanecer o dispositivo, o item VI, que prevê a participação de um de seus signatários nos trabalhos das comissões, com direito inclusive a 20 minutos para discussão, estaria, na realidade, criando a figura do 'constituinte biônico', o que não nos parece razoável, e com o que não podemos concordar".
> **José Elias Murad (PTB):** "Julgamos esta proposta completamente impraticável e, na nossa opinião, com um sentido exclusivamente demagógico".
> **Cunha Bueno (PDS):** "Considero demagógico. (...) Meus eleitores não precisam se reunir em 30 mil. Basta que me escreva, me solicite, me procure, me telefone e faça sua proposta que imediatamente transformarei essa proposta numa proposta nossa, mesmo que não esteja de acordo com ela".[132]

Após pressões, tanto da direita quanto da esquerda, para se alterar o Regimento elaborado por Fernando Henrique, Ulysses Guimarães determinou uma segunda revisão. Segundo o relator, a emenda saiu pior que o soneto e "o resultado só não foi uma redução de avanços democratizadores porque eu consegui manter o essencial da proposta: as emendas populares e as cláusulas de autonomia da Constituinte"[133].

O embate se dava em torno do número de assinaturas necessárias para a apresentação das emendas populares. O relator Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo substitutivo, optou por manter a redação do texto anterior, argumentando perante o Plenário no dia 25 de fevereiro: "Não alterei nada no que diz respeito às emendas sobre a iniciativa popular. Recebi tantas e tão díspares que não me senti com autoridade para alterar aquilo que obviamente não correspondia a muito mais do que o pensamento de um só autor. Recebi emendas do próprio PFL reduzindo para cinco mil o número de assinantes. Recebi outras aumentando o número de eleitores requeridos para que tramitasse uma emenda de iniciativa popular e outras propondo pura e simplesmente o cancelamento dessa possibilidade. Achei melhor entregar ao descortino desta Casa a decisão final, mantendo o Projeto tal como estava"[134].

---

[132] Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 20a Sessão Extraordinária Noturna (22/02/1987). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987- 1988, p. 497; Ibid., Ata da 22a Sessão Extraordinária Vespertina (23/02/87), p. 515, 517 e 518; Ibid., Ata da 23a Sessão (24/02/87), p. 548; Ata da 24a Sessão (24/02/87), p. 562, 568 e 571.). Apud Cf. CARDOSO, Rodrigo, *op. cit*., pp. 55-56.
[133] CARDOSO, Fernando Henrique. *A Arte da Política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 108.
[134] Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 25ª Sessão (25/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988. Ata da 16ª Sessão Extraordinária Vespertina (25/02/87), p. 592.

A discussão sobre o Regimento Interno da Constituinte foi polarizada em duas questões centrais: o funcionamento exclusivo da ANC ou paralelo aos trabalhos cotidianos do Congresso; e a defesa de uma Constituinte soberana, sem restrições ao seu poder, inclusive com a alteração imediata de alguns itens da Constituição em vigor (de 1967), que consideravam ilegítima. A concomitância entre os trabalhos constituintes e parlamentares foi mantida, mas foi rejeitado o uso oficial de qualquer projeto preliminar de Constituição para orientar os debates. Quando um conjunto suprapartidário de parlamentares chegou a formar o grupo pró-soberania (defendendo a autonomia da Constituinte para mudar o que quisesse da Constituição antiga), o Planalto reagiu alegando que havia constituintes com vontade de desestabilizar o governo e de diminuir o mandato do Presidente eleito.

Ao mesmo tempo, questões conjunturais passaram a influenciar o jogo constituinte: no dia 20 de fevereiro, o Governo declarou moratória na dívida externa por conta da aceleração da crise, o que resultou numa tentativa (frustrada por uma votação nominal) de convocar o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, para prestar informações sobre a crise econômica perante a ANC; ao mesmo tempo, o quadro de lideranças começou a se configurar, com reuniões frequentes entre os líderes, o presidente da ANC e o relator do regimento interno, dentro das quais Carlos Sant'Anna foi escolhido por Sarney como líder do Governo na Câmara e virtual líder do Governo na Constituinte[135].

---

[135] "Ao coroar o deputado baiano Carlos Sant'Anna – ex-Arena, atual PMDB – como líder do governo na constituinte, o presidente José Sarney tentou aglutinar em torno dele o PFL e a parte mais conservadora do PMDB, num bloco de apoio ao instável barco governamental. O problema desses blocos é que eles se formam geralmente me torno de governos fortes e o de Sarney está à deriva." (Em pé de guerra: o PFL enfrenta sua maior derrota na Constituinte e, atordoado, passa a atacar o governo. In: VEJA, São Paulo, 1 de abril, 1987, p. 29). De fato, a escolha de Carlos Sant'Anna como líder do governo foi uma resposta de Sarney à reação dos setores mais progressistas do PMDB, que recusaram o deputado para ser o líder do partido na Câmara, escolhendo Luiz Henrique (defensor de uma ANC soberana) em seu lugar: "Tentando fazer do baiano Carlos Sant'Anna, ex-PDS, ex-PP e hoje moderado peemedebista, o líder da legenda na Câmara, Sarney chegou a telefonar duas vezes para o governador eleito de Minas Gerais, Newton Cardoso, pedindo votos para seu candidato – ouvindo, como resposta, que os 36 peemedebistas mineiros só fechariam com um candidato de seu Estado. Ao convencer-se de que Sant'Anna não tinha chances, o presidente o transformou em líder por decreto, criando uma nova ambiguidade: um parlamentar que é líder do governo e militante da legenda do governo – mas que não foi escolhido pelos deputados do PMDB para liderá-los. "Sarney quer mesmo dividir o PMDB com a escolha de um líder próprio", admitiu o ministro Marco Maciel, na conversa com seus colegas de governo em sua casa, na segunda-feira. A franqueza, típica de uma reunião íntima, acabou vazando para a imprensa. Maciel ficou furioso, mas o estrago já fora feito: apenas 48 horas depois, sob o patrocínio de Ulysses Guimarães, o PMDB escolhia o catarinense Luiz Henrique como seu líder, que festejou a vitória com as três palavras que, hoje em dia, costumam provocar mal-estar no Planalto, "Vamos lutar por uma Constituinte soberana", anunciou Luiz Henrique." (VEJA. *O PFL levanta a voz*. 18 de fevereiro de 1987, p. 32). Para as demais questões de conjuntura, ver também PILATTI, Adriano.

Favorecidos pela polêmica sobre a soberania, que acabou por concentrar as preocupações do governo e dos partidos mais conservadores, os defensores das emendas populares viram diminuir a resistência dos parlamentares contrários à proposta. Somado à brecha criada pelos demais embates, a disputa pelas emendas populares no Regimento Interno foi a primeira aliança significativa entre os movimentos sociais (especialmente aqueles que compunham os Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte) e grupos de constituintes tanto "de esquerda" quanto "moderados". Como demonstraram as dezenas de emendas ao Projeto de Resolução nº 02/87, a proposta de grupos extraparlamentares logrou pautar parte importante do debate na etapa inicial da ANC e, apesar de certas resistências, conseguiu angariar um apoio decisivo na esfera político-partidária e envolver diretamente figuras chaves do partido majoritário (como os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso).

A consolidação deste apoio político aos mecanismos de participação popular contidos no segundo substitutivo de Fernando Henrique aconteceu por meio de uma grande reunião do clero com os constituintes: no dia 5 de março, a CNBB promoveu em sua sede um "convívio" com cerca de 100 parlamentares de todos os partidos (a partir de convite enviado a todos os membros da ANC)[136]. Na ocasião, o então presidente da entidade, Dom Ivo Lorscheiter[137], apresentou aos constituintes o documento "Por uma Nova Ordem Constitucional" e centrou a sua fala na importância das formas de atuação do povo e dos instrumentos democráticos que permitiriam uma participação ativa da população nas decisões de interesse coletivo.

Dessa forma, tornou-se possível uma conquista inédita: o uso de mecanismos de participação popular já ao longo do processo constituinte. Cabe ressaltar que, em

---

A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p. 32.

[136] Dentre os membros do clero presentes, destaca-se a presença de Dom Ivo Lorscheiter (presidente da CNBB), de Dom Benedito Ulhoa (Vice-Presidente da CNBB), de Dom Luciano Mendes de Almeida (Secretário-Geral da CNBB), de Dom Cândido Padin (Coordenador da Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB), assim como dos demais membros da Comissão e de alguns assessores da CNBB. A Comissão de Acompanhamento à Constituinte da CNBB foi eleita na 23ª Assembleia Geral da CNBB (realizada em abril de 1985) e era composta pelos bispos D. Cândido Padin (Bauru-SP), D. Mauro Morelli (Duque de Caxias – RJ), D. José Carlos de Oliveira (Rubiataba – GO) e D. Francisco Austregésilo (Afogados da Ingazeira – PE). A Comissão era apoiada por uma equipe executiva composta por João Gilberto Lucas Coelho, os padres Virgílio Uchôa, e José Ernanne Pinheiro, os professores da UnB José Geraldo de Sousa Junior e Nielsen de Paula Pires, Ivônio Barros Nunes e Gláucia Melasso Garcia, como secretária. (Cf. Encarte Notícias-constituinte. In: *Boletim da CNBB*, 26 de março de 1987, nº 07)

[137] Dom Ivo Lorscheiter permaneceu na presidência da CNBB até o dia 27 de abril de 1987, sendo então sucedido pelo seu antigo secretário-geral, Dom Luciano Mendes de Almeida.

1985, quando o primeiro grupo se organizou em defesa do tema, a proposta ainda era altamente improvável. E mesmo ao longo da discussão do Regimento Interno, poucos constituintes foram capazes de vislumbrar o alcance das consequências daquela abertura.

No artigo 24 do Regimento Interno da Constituinte – finalmente promulgado no dia 25 de março de 1987[138] – foram estabelecidas as chamadas "emendas populares": "Fica assegurada, no prazo estabelecido no artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao Projeto de Constituição, desde que subscrita por **30.000** (trinta mil) ou mais **eleitores** brasileiros, em lista organizada por, no mínimo, **3 (três) entidades associativas**, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas (...)"[139].

No artigo que permitia e regulava a apresentação de emendas populares, cabe destacar o inciso V: "Se a proposta receber, unanimemente, parecer contrário da Comissão, será prejudicada e irá ao Arquivo, salvo se for subscrita por um Constituinte, caso em que irá ao Plenário no rol das emendas de parecer contrário"[140]. Como veremos no próximo capítulo, este item foi fundamental para que os

---

[138] O segundo substitutivo foi votado na sessão do dia 10 de março, sendo aprovado por 414 votos favoráveis, 52 contrários e 2 abstenções. Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 30ª Sessão (10/03/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987- 1988, p. 680

[139] A resolução estabelece ainda as seguintes condições para as emendas populares:

I. A assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;
II. A proposta será protocolada perante a Comissão de sistematização, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas neste artigo para sua apresentação;
III. A Comissão se manifestará sobre o recebimento da proposta dentro de 48 (quarenta e oito) horas da sua apresentação, cabendo da decisão denegatória recurso para o Plenário, se interposto por 56 (cinquenta e seis) constituintes, no prazo de 3 (três) sessões, contado da comunicação da decisão à Assembleia;
IV. A proposta apresentada na forma deste artigo terá a mesma tramitação das demais emendas, integrando sua numeração geral, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte;
V. Se a proposta receber, unanimemente, parecer contrário da Comissão, será prejudicada e irá ao Arquivo, salvo se for subscrita por um Constituinte, caso em que irá ao Plenário no rol das emendas de parecer contrário;
VI. Na Comissão, poderá usar da palavra para discutir a proposta, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, um de seus signatários, para este fim indicado quando da apresentação da proposta;
VII. Cada proposta, apresentada nos termos deste artigo, deverá circunscrever-se a um único assunto, independentemente do número de artigos que contenha;
VIII. Cada eleitor poderá subscrever, no máximo, 3 (três) propostas.

(DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Resolução Nº 2 de 1987 – Dispõe sobre Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, Ano I, nº 33, quarta-feira, 25 de março de 1987, p. 876).

[140] DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Resolução Nº 2 de 1987 – Dispõe sobre Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, Ano I, nº 33, quarta-feira, 25 de março de 1987, p. 876.

movimentos sociais garantissem, através da subscrição de constituintes, o trâmite das 39 emendas populares que não conseguiram garantir os requisitos regimentais.

Três outros dispositivos incluídos no substitutivo foram fundamentais para a valorização da participação da sociedade no processo Constituinte. O primeiro foi o artigo 40: "Será permitido, a qualquer pessoa, assistir às sessões, das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar no recinto ou fora dele"[141]. A presença nas galerias provou ser, como também veremos no próximo capítulo, um meio de pressão importante sobre os constituintes por parte dos movimentos sociais (tanto os mais progressistas quanto os mais conservadores).

A transparência do processo legislativo, fundamental para uma participação qualificada, foi reforçada pelo parágrafo único do artigo 65 do Regimento Interno: "As matérias constitucionais somente serão votadas pelo processo nominal"[142]. Aponta-se no próximo capítulo como esta publicidade das votações possibilitou a formulação de algumas estratégias de pressão, tais como os "placares de votação" e os "cartazes dos constituintes traidores do povo".

Já o terceiro dispositivo foi o 11º Parágrafo do Artigo 13 do RIANC, que estabelecia: "Às Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores e aos Tribunais, bem como às entidades representativas de segmentos da sociedade fica facultada a apresentação de sugestões, contendo matéria constitucional, que serão remetidas pelo Presidente da Assembleia às respectivas Comissões"[143]. Segundo Michiles, "a Presidência da Constituinte não foi rígida na aplicação do regimento e aceitou ideias oriundas de qualquer cidadão, de governadores ou prefeitos, categorias não incluídas expressamente no dispositivo antes citado"[144]. Assim, apesar do prazo extremamente limitado, a ANC recebeu da sociedade 11.989 sugestões, prontamente encaminhadas para as subcomissões relativas aos respectivos temas.

Certamente é impossível aferir o real impacto destas milhares de sugestões no processo decisivo da ANC. Podemos, no entanto, ressaltar a presença de sugestões inovadoras, de sonhos, histórias de vida, aflições e cobranças. Por meio delas, a

---

[141] Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 18a Sessão (21/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988, p. 469.
[142] DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Resolução Nº 2 de 1987 – Dispõe sobre Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, Ano I, nº 33, quarta-feira, 25 de março de 1987, p. 882.
[143] Idem, Ibidem, p. 874.
[144] Michiles et all., opus cit., p. 64.

sociedade achou um meio simples e fácil de se fazer ouvir no Planalto Central. A resposta, no entanto, deixou por desejar em grande parte dos casos.

Outra conclusão que podemos aferir a partir deste dispositivo que permitia o envio de sugestões abertas é justamente o caráter diferenciado do instrumento das emendas populares. Ao contrário do que muitos parlamentares conservadores afirmaram ao longo das discussões sobre o Regimento Interno, há uma distinção significativa entre apresentar uma emenda a título individual ou por intermédio de um constituinte e apresentar uma emenda respaldada por milhares de assinaturas e por grupos de ativistas empenhados em acompanhá-las até a votação final. Além do impacto de algumas emendas populares na *carta magna* (tarefa também difícil de ser aferida, mas, como veremos no capítulo 4, este impacto foi digno de nota em alguns casos), elas também desfrutaram de um destaque na mídia e entre os constituintes, o que lhes conferiu certo poder de agenda.

Algumas emendas ao 1º Substitutivo que foram rejeitadas merecem um destaque pela possibilidade que apresentavam de mudança na dinâmica da campanha dos movimentos sociais e na própria estrutura de oportunidades políticas da ANC. A primeira era a emenda de Pompeu de Souza (PMDB-DF) que modificaria o artigo relativo às emendas populares, propondo substituir a expressão "título eleitoral" por "documento de identidade". Com isso, além de ampliar a quantidade de cidadãos aptos para subscreverem as emendas populares (incluindo os não eleitores maiores de dezesseis anos, os integrantes das forças armadas e de corporações auxiliares), teria sido eliminado um dos maiores empecilhos às campanhas de coleta de assinaturas – a baixíssima quantidade de brasileiros que portava cotidianamente o exigido título eleitoral[145].

Outro conjunto de emendas rejeitadas foram aquelas que tratavam do plebiscito e do referendo, não acolhidas sob o argumento de que o momento de discussão do Regimento Interno era inconveniente para discutir tais mecanismos: "Visando minimizar as críticas por seus propositores, o relator garantiu que o tema deveria integrar o debate constitucional, assegurando a apresentação de emendas sobre o assunto, e a sua discussão, no curso dos trabalhos da ANC"[146].

---

[145] Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 25a Sessão Extraordinária Matutina (25/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988, p. 581.
[146] CARDOSO, Rodrigo, op. cit., p. 54.

Pouco tempo depois de promulgado o Regimento Interno, o Partido da Frente Liberal (PFL) sofreria uma dura derrota para o PMDB na votação para a mesa diretora da Assembleia Nacional Constituinte. Seu líder na Câmara, José Lourenço, exigira a primeira vice-presidência e a primeira-secretaria da mesa; no entanto, o PMDB, dono da maioria dos votos na Casa, havia oferecido apenas "(...) as subalternas segunda-vice-presidência e segunda-secretaria, o PFL resolveu sair da brincadeira para ver se ela desandava. Ficaram os outros, e os cargos desdenhados pela Frente Liberal acabaram nas mãos do PDS e do PDT"[147]. O PFL retirou-se da votação que comporia a mesa diretora, mas o PMDB ainda assim conseguiu o quórum, deixando o PFL de mãos vazias na sua maior derrota desde que se iniciaram os trabalhos da Constituinte. Segundo o deputado Alceni Guerra (PFL-PR e vice-líder do partido), "o gosto é amargo" entre os parlamentares da Frente Liberal[148].

Em meio à disputa por cargos nesta etapa inicial, os partidos políticos e os agrupamentos de direita (tanto os parlamentares quanto os grupos de empresários e proprietários rurais) tiveram dificuldades em se organizar. Assim, a primeira etapa da Constituinte foi marcada pelo peso de um conjunto de atores extraparlamentares, assim como pela influência desproporcional dos setores mais progressistas em relação ao tamanho da sua bancada.

O auge desta influência da esquerda se deu no dia 7 de abril de 1987, quando o senador Mário Covas (líder do PMDB na Constituinte) fechou um acordo com o deputado José Lourenço (líder do PFL na Câmara) para a divisão dos cargos nas oito Comissões Temáticas[149]: o PFL ficou com sete presidências e o PDS ficou com uma, já o PMDB ficou com os oito postos de relator. Covas indicou sete parlamentares da esquerda do partido para a relatoria, como o deputado Egídio Ferreira Lima (indicado para a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo), um membro combativo do grupo pró-soberania da Constituinte e defensor do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney; assim como o senador Severo Gomes (Comissão Da Ordem Econômica), ex-ministro dos governos Castello Branco e Geisel, que tinha se transformado na época da Constituinte um defensor de posições consideradas pela direita como extremamente audaciosas contra o capital estrangeiro[150]. Segundo o

---

[147] VEJA. Platoon. São Paulo, 1 de abril de 1987, p. 28.
[148] Cf. Idem, ibidem, p. 28.
[149] Cf. VEJA.Vincent Van Gogh. São Paulo, 8 de abril de 1987, p. 30.
[150] Os demais relatores da esquerda do PMDB eram: José Paulo Bisol (Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher); José Richa (Comissão da Organização do Estado); José

acordo, também caberia ao PMDB a relatoria da poderosa Comissão de Sistematização. O argumento que sustentava as indicações de Covas era a tentativa de equilibrar a balança da Constituinte, de um lado com conservadores presidindo as comissões e, de outro, com progressistas sendo escolhidos para relatar. Dessa forma, apesar da minoria em plenário, os progressistas avançaram sobre as 93 vagas na Comissão de Sistematização e souberam aproveitar do imenso poder que o Regimento Interno dava aos relatores.

No entanto, o governo e os militares conseguiram manter o controle de algumas posições chaves em temas que mais lhe interessavam: "Na Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, o governo marcou seu melhor ponto. A presidência da comissão ficou com o senador Jarbas Passarinho, do PDS, favorável à garantia de defesa da ordem interna pelas Forças Armadas, e o relator escolhido foi o deputado Prisco Viana [desde 1986 no PMDB-BA, mas], velho companheiro do presidente Sarney na Arena e no PDS"[151].

Das 93 cadeiras na Comissão de Sistematização, 49 pertenciam ao PMDB. De fato, a composição da Comissão de Sistematização foi o epicentro de uma polêmica na sua reunião de instalação (no dia 8 de abril de 1987): o 1º Regimento Interno previa, em seu artigo 13, que a Comissão de Sistematização seria integrada inicialmente por 49 membros e igual número de suplentes, sendo complementada com os relatores das 24 subcomissões mais os oito presidentes e os oito relatores das Comissões Temáticas. Assim, teoricamente a composição final da Comissão de Sistematização comportaria apenas 89 constituintes. No entanto, o segundo parágrafo do mesmo artigo afirmava que a composição das comissões obedeceria, "tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária"[152]. Ao invés de incluir a proporcionalidade já entre os 49 membros efetivos previstos no Regimento, decidiu-se aumentar para 53 membros efetivos para contemplar os pequenos partidos. O líder do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), protestou contra a alteração e explicitou as suas consequências práticas:

---

Serra (Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças); Almir Gabriel (Comissão da Ordem Social); e Artur da Távola (Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação).

[151] VEJA. Vincent Van Gogh. São Paulo, 8 de abril de 1987, p. 30.

[152] DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Resolução Nº 2 de 1987 – Dispõe sobre Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, Ano I, nº 33, quarta-feira, 25 de março de 1987, p. 873-874.

> "O dado concreto – e depois eu gostaria até de conversar com o Constituinte Mário Covas – é que o PMDB deveria ter dois ou três membros a menos na Comissão de Sistematização, e o PFL deveria ter um ou dois membros a menos, para que os pequenos partidos entrassem na proporcionalidade. (…) nesta brincadeira toda, quem perdeu um membro foi o Partido dos Trabalhadores, que tinha direito a dois e está com um. Somos favoráveis a que todos os partidos estejam representados, mas somos favoráveis a que o Regimento Interno seja cumprido, com a Comissão tendo apenas 49 membros efetivos.

Ao cabo, decidiu-se por manter os 53 membros efetivos, que seriam somados aos 40 relatores e presidentes, resultando em 93 constituintes na Comissão de Sistematização.

**Tabela 7 - Situação dos Partidos no Congresso e na Comissão de Sistematização**

| Partidos | PMDB | PFL | PDS | PDT | PTB | PT | PL | PDC | PCB | PCdoB | PSB | PSC | PMB | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Congresso | 302 | 135 | 40 | 25 | 18 | 16 | 7 | 6 | 3 | 3 | 2 | 1 | 1 | 559 |
| Sistematização | 49 | 24 | 6 | 3 | 3 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 93 |

Fonte: 1ª Subchefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Análise do Rompimento do PFL com o Governo e sua Base de Sustentação Política. Memória Nº 050/1ª SC/87, 25 de Setembro de 1987, p. 2.

## 2.5 O Mecanismo das Emendas Populares

A despeito das restrições apontadas ao mecanismo das emendas populares, ele exerceu uma influência central na organização da mobilização popular na Constituinte, no reforço do campo progressista no primeiro ano da ANC e na organização do embate final na fase decisiva do processo de elaboração da *carta magna*. As emendas populares contribuíram significativamente para aumentar a mobilização popular por novos direitos: "Só a partir da conquista da emenda popular como instrumento se começou a vincular mais estreitamente o trabalho de mobilização popular com o que efetivamente ocorria dentro da Constituinte"[153]. Dessa forma, com os instrumentos de participação popular no próprio processo constituinte, gerou-se uma nova Estrutura de Oportunidades Políticas[154] para os setores e

[153] Michiles et all., opus cit., p. 42.
[154] Cf. Tilly, 1978, opus cit., p.133.

movimentos sociais, possibilitando uma interferência direta das organizações populares no processo constituinte.

Além disso o instrumento das "emendas populares" funcionou como um fator agregador dos diferentes atores e organizações com interesses diversos: as entidades procuraram se articular com outros movimentos com temáticas similares para, assim, criar consensos e apresentar conjuntamente emendas dos mesmos temas.

Apesar das articulações, estimuladas pela criação de uma entidade coordenadora e pela própria exigência do Regimento Interno que impunha a condição de que três entidades associativas organizassem e se responsabilizassem por cada emenda, certas divergências entre os movimentos marcaram algumas emendas. Em geral, muitos dos desacordos decorriam de avaliações conflitantes acerca de qual era o papel e o alcance das emendas populares: "Havia os que propugnavam, como mais importante, a marcação de posições mais radicais, desconsiderando a possibilidade de sua assimilação pela Constituinte, apesar de sua conhecida correlação de forças. Outros, da tendência "realista", como se autodenominaram, ponderavam sobre a necessidade de avançar com propostas progressistas, sem transigir nos pontos fundamentais, mas nunca perdendo de vista o perfil conservador majoritário dos parlamentares ou descurando-se da busca de possíveis alianças"[155].

Alguns exemplos de divisão entre os movimentos foram os casos da Saúde (com a polêmica sobre o relacionamento do setor público com o privado), o da questão indígena (com a divergência em torno da abordagem inicial populações indígenas X nações), o da Democratização da Comunicação (sobre a questão da exploração dos veículos de comunicação por fundações ou sociedades sem fins lucrativos), o do Movimento Criança e Constituinte (com a questão da idade para admissão ao trabalho) e da Reforma Agrária e Política Agrícola (o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra apresentou outra emenda com três novas reivindicações demandadas pela sua base).

Apesar de todas as divergências e limitações, existiu uma relação essencial entre os mecanismos de participação popular na Assembleia Nacional Constituinte e a luta pela ampliação da cidadania que ali se instaurou. De fato, com o desenrolar dos trabalhos constituintes e com o crescimento da mobilização (lastreado nas emendas populares), o mecanismo serviu não apenas para levar as demandas de parcela da

[155] Idem, ibidem, p. 92.

sociedade para o centro do poder, mas também, de forma inversa, levar a própria disputa para dentro da sociedade. Os parlamentares e os grupos conservadores disputaram a opinião pública, muitas vezes valendo-se de métodos similares aos dos movimentos mais progressistas.

Os mecanismos de participação popular já no processo constituinte possibilitaram um grau de interação inédito entre constituintes e atores extraparlamentares, que passaram interferir diretamente nos trabalhos e na dinâmica da ANC. As caravanas à Brasília, as manifestações nos gramados e nas galerias do Congresso, os debates com representantes dos movimentos sociais e as reuniões de negociação aos poucos se incorporaram à rotina da Assembleia Nacional Constituinte.

No entanto, alguns autores como Quirino e Montes, apesar de apontarem para a importância das reivindicações por novos direitos que aspirem uma sociedade mais igualitária, atentam para os riscos que essas mesmas reivindicações podem trazer consigo, especialmente nos casos em que a nova consciência de direitos trouxesse um conjunto de reivindicações particularistas e construísse um modelo de cidadania unilateral e, em última instância, corporativista. "Em outras palavras, haveria o risco de que, acentuando-se na cidadania apenas o aspecto dos direitos que essa condição assegura, se acabasse por identificar no Estado, numa nova e sofisticada versão do populismo, apenas uma fonte provedora inesgotável, da qual incessantemente são cobradas garantias de liberdades específicas que facilmente poderiam converter-se em uma forma moderna de privilégios. (...) é preciso não esquecer que, transformando-se a defesa dessa igualdade bem como de sua garantia num processo incessantemente renovado de cobrança unilateral do Estado, isso permitiria ao próprio Estado estender sua esfera de ação muito além do previsto ou sequer do desejado"[156].

De certa forma, o processo de construção da mobilização em torno da Constituinte exemplifica bem a luta daquele conjunto de novos atores sociais e políticos do período da transição democrática pelo reconhecimento enquanto sujeito político e enquanto cidadão pleno[157]. Relacionado à essa luta, estava o *ethos* da participação popular e da difusão da compreensão de que o poder originário da soberania reside no próprio povo; em entrevista, Dalmo de Abreu Dallari destaca a importância desta transformação:

---

[156] QUIRINO & MONTES (1987), opus cit., pp. 81-82.

[157] Luta por reconhecimento que, relembrando Axel Honneth, seria uma pré-condição para que os indivíduos desenvolvessem a autonomia necessária para participarem da vida pública. (Cf. HONNETH, Axel. *Lutar por Reconhecimento*. São Paulo: Ed. 34, 1992, pp. 117-291)

> "O ponto que eu queria ressaltar é que havia essa ideia da participação popular, de que a soberania é do povo, que o povo deve ter o direito de participar do governo, e dentro desta ideia é que surgiu a proposta de plebiscito e referendo, que são os instrumentos de participação permanente do povo."[158]

No entanto, algumas escolhas refletiam o ceticismo de boa parte da população e dos militantes sobre as capacidades efetivas de fazerem as suas vozes serem ouvidas. Houve um longo processo, permeado de sucessivas caravanas à Brasília, em que as lideranças e os militantes passaram a se auto-reconhecer como parte do processo constituinte. No início das mobilizações, antes das eleições, impunha-se a escolha entre uma atuação paralela a Constituinte e a tentativa de influenciar diretamente algumas pautas; o mecanismo das emendas populares serviu para unificar e ampliar a ação coletiva na pressão direta aos constituintes. O processo de elaboração das emendas também foi, em muitos casos, disputado entre os que desejavam alguns avanços concretos e aqueles que avaliavam que o melhor caminho seria mostrar à sociedade quais eram os avanços ideais. Não importa fazer aqui um julgamento sobre quais caminhos estavam certos ou errados, até porque certamente a resposta varia de caso a caso, mas o que é essencial, é perceber que, ao longo da mobilização, os movimentos sociais se redefiniram internamente e externamente: nas pautas, estratégias, identidades, articulações com outros movimentos, relacionamento com a mídia, contatos e negociações com os políticos e partidos, e, finalmente, nas relação com a própria sociedade.

Um dos grandes empecilhos às emendas populares foi o prazo limite da sua entrega, fixado para o dia 13 de agosto de 1987. Os dois meses primeiros meses (após a aprovação do Regimento Interno) foram gastos principalmente com a articulação/formação dos diversos movimentos, com a difusão do novo instrumento de ação coletiva, com a unificação das pautas e a coordenação das atividades. Após o lançamento nacional da campanha de apoio às emendas populares, que aconteceu somente no dia 16 de junho, os movimentos tiveram apenas cerca de dois meses para fazerem uma campanha intensa de coleta de assinaturas em todo o Brasil. Quando finalmente foram entregues as emendas populares na primeira metade do mês de agosto, a Comissão de Sistematização já tinha recebido sete dos oito textos definitivos

---

[158] Entrevista com Dalmo de Abreu Dallari. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 09 de maio de 2008, p. 18.

das comissões temáticas (em 15 de junho) e o seu relator, Bernardo Cabral, já tinha apresentado (em 29 de junho) o seu primeiro Anteprojeto de Constituição – apelidado de *Frankenstein* por ser vasto (continha 501 artigos), com uma grande diversidade temática e com inúmeros itens polêmicos. Dessa forma, o conteúdo dos relatórios e, consequentemente, do primeiro anteprojeto passou ao largo de muitas das emendas populares apresentadas.

Caso tivessem sido apresentadas anteriormente, além das votação diretas das emendas populares, teria sido possível articular uma pressão e influência maior também no próprio relatório da Comissão de Sistematização. No entanto, muitas entidades, quando convocadas para as audiências nas subcomissões, já tinham apresentado verbalmente o conteúdo das emendas; além disso, prevendo os problemas da cronologia, muitas entidades acabaram antecipando o acompanhamento parlamentar para justamente tentar influenciar esse primeiro texto-base.

Apesar das limitações de tempo, recursos e estruturas, o saldo final da mobilização popular foi impressionante: 288 entidades diferentes apresentaram 122 emendas populares que angariaram um total de 12.277.423 assinaturas. Considerando que cada eleitor pode subscrever até três emendas, entre 6% e 18% dos eleitores da época assinaram alguma emenda[159].

O capítulo seguinte traz uma análise detalhada da mobilização social ao longo da Constituinte, dentro da qual as emendas populares exerceram um papel primordial. Também veremos de que forma os movimentos interagiram com as mudanças nas estruturas de oportunidades políticas ao longo da ANC.

[159] Segundo o Anuário Estatístico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número total de eleitores cadastrados para as eleições de 1986 foi de 69.166.810. Dessa forma, se cada cidadão tivesse assinado três emendas, teríamos 4.092.474 eleitores assinantes (5,91% do eleitorado); no outro extremo, se cada cidadão tivesse assinado apenas uma emenda, teríamos 12.277.423 eleitores assinantes (17,75% do eleitorado).

# Cap. 3 – A Participação Popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88

## 3.1 Os Movimentos Sociais na Constituinte

No dia 1 de fevereiro de 1987, os gramados de Brasília foram ocupados por cerca de 50 mil pessoas. Esperava-se que o novo Congresso que se iniciava, responsável pela árdua tarefa de construir uma nova Constituição, fosse o fim do longo processo de transição democrática. Organizadas principalmente pelas centrais sindicais e pelos movimentos sem-terra, as milhares de pessoas se uniam em torno de um extenso rol de reivindicações: reforma agrária; liberdade e autonomia sindical; salário mínimo real; revogação das leis de exceção (lei de Greve, de Imprensa e de Segurança Nacional); democratização dos meios de comunicação; estabilidade de emprego; ensino público e gratuito em todos os níveis; e, entre muitas outras exigências, eleições diretas para Presidente da República.

Embora ainda não se soubesse como, os movimentos sociais e sindicais demonstravam a vontade de participar do processo, de unir as suas forças para defender os seus interesses. Entre 29 de janeiro e 4 de fevereiro, vários foram os esforços para construir laços entre as diferentes organizações e estabelecer uma estrutura básica de articulação e pressão em cima dos constituintes. Na sede do sindicato dos professores, uma plenária do Comando de Mobilização Permanente do Distrito Federal reuniu representantes das centrais sindicais e de vários movimentos sociais para finalizar a preparação das manifestações em frente ao Congresso Nacional. Coordenado por Ulysses Riedel, o Departamento Intersindical de Acompanhamento Parlamentar (DIAP)[160] ganhava a filiação da Central Geral dos Trabalhadores, consolidando-se num dos principais órgãos de representação dos sindicatos junto aos deputados e senadores. Para organizar um acompanhamento diário dos parlamentares, o DIAP instalou uma agência de notícias na capital federal responsável por enviar semanalmente aos seus sindicatos filiados um boletim com as

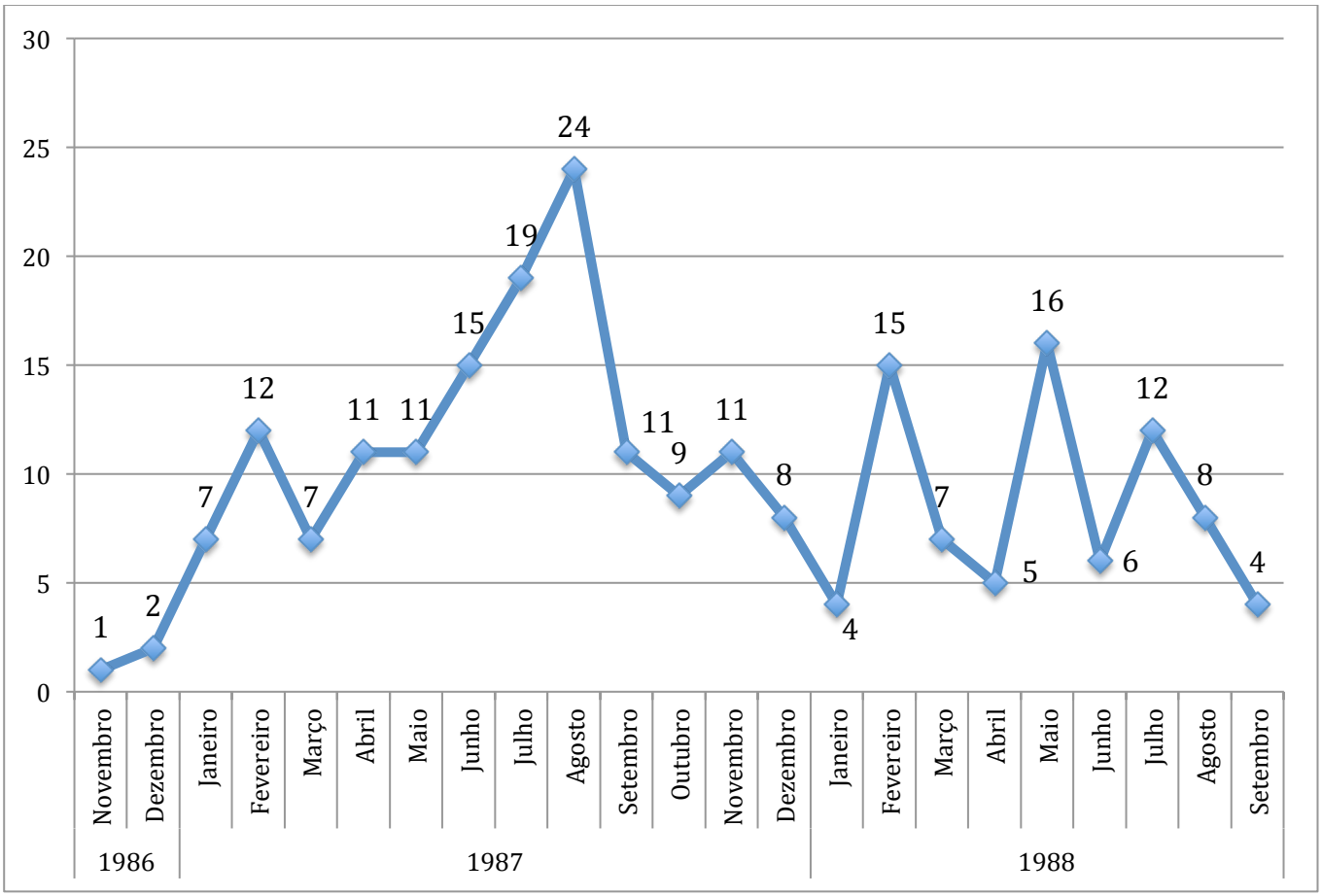
[160] O DIAP foi criado em 1983 e formado pelos sindicatos para defender seus interesses no Parlamento. O organismo reunia, em junho de 1988, 418 entidades sindicais, entre elas as nove confederações nacionais de trabalhadores e uma central, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

novidades em relação aos trabalhos, debates e propostas em andamento no Congresso. Outras estratégias organizadas naqueles dias iniciais foram um sistema de rodízio entre os sindicatos responsáveis por enviar representantes para pressionar os deputados, assim como a promessa de realizar uma publicação, ao final da Constituinte, com um balanço da atuação de cada parlamentar.

De fato, a participação dos movimentos sociais ao longo da Constituinte não foi constante e tampouco uniforme. Os obstáculos à mobilização não foram poucos: o palco principal era o inóspito planalto central; a mobilização social após a ditadura militar teve os seus altos e baixos, sem, no entanto, provocar uma ruptura com a ordem institucional; apesar do crescimento dos últimos anos, ainda era incipiente e baixo o grau de organização de grande parte dos novos movimentos que surgiam nas periferias das principais cidades em torno da luta pelas condições básicas de sobrevivência; as pautas de reivindicações de grupos temáticos que apenas começavam a atuar como movimentos nacionais ainda não estavam amadurecidas interna e externamente; com isso, a identidade e os quadros interpretativos de muitos movimentos ainda estavam em processo de formação.

Mesmo assim, entre novembro de 1986 e setembro de 1988, foi possível identificar 225 eventos diferentes de ações coletivas relacionadas ao processo constituinte. Ou seja, uma média mensal de 9,78 mobilizações sociais em torno da ANC no período. A partir deste conjunto de eventos, torna-se possível analisar as dinâmicas da participação popular naquele contexto e os fatores que facilitaram e dificultaram a mobilização social, assim como inferir de que forma se moldou a interação entre duas dinâmicas – a da participação popular e a político-legislativa.

**Gráfico 1 - Mobilização Social na ANC por Total de Eventos**




Como é possível ver no gráfico acima, a interação entre os movimentos e a ANC produziu picos de mobilização que variaram segundo as transformações nas Estruturas de Oportunidade e Ameaças Políticas (EOPs). Assim, foi possível identificar 4 fases distintas de mobilização social na Constituinte (tratadas mais adiante). Em cada uma delas, os movimentos responderam às mudanças na EOP utilizando e priorizando um conjunto específico de estratégias de mobilização e ação coletiva. Essa correlação entre as mudanças das estratégias em resposta às mudanças na estrutura de oportunidades e ameaças também foi identificada por Alonso, Costa e Maciel no caso específico do movimento ambientalista entre os anos 70, 80 e 90[161]. Entretanto, o recorte temporal desta pesquisa impede um aprofundamento semelhante ao realizado por esses autores acerca da duração das estratégias de mobilização utilizadas em longos períodos históricos.

[161] Cf. ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *The Formation of the Brazilian Environmental Movement.* Brigthon: Institute of Development Studies Working Paper, 2005, p. 25

## 3.2 Repertório de Ação Coletiva

Dentro da significativa diversidade de movimentos sociais atuantes no período e das duas centenas de ações coletivas por eles empregadas ao longo da Constituinte, foi possível identificar um estreito repertório com 15 diferentes tipos de estratégias de mobilização e ação coletiva. A limitação cultural e estrutural deste repertório é patente: apenas 8 tipos de ações foram empregados mais de 10 vezes (nota-se que em alguns dos 225 eventos identificados, foram empregados mais de um tipo de ação coletiva, elevando a soma total a 250[162]).

**Tabela 8 - Repertório de Ação Coletiva**

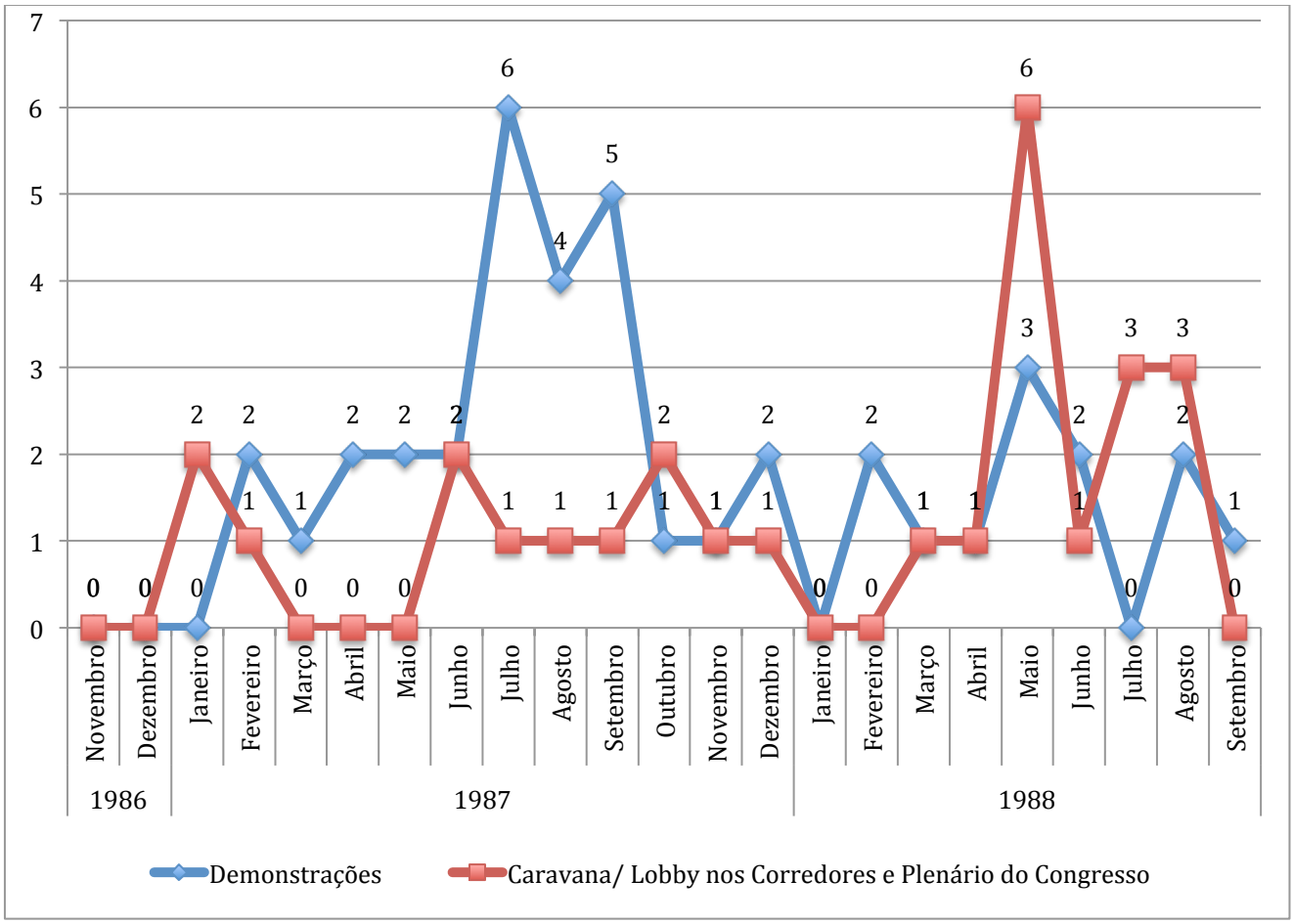
| Tipo de Ação Coletiva | Nº Abs. | % |
|---|---|---|
| Greve | 1 | 0,4% |
| Demonstrações/Manifestações/Comícios | 40 | 16,0% |
| Caravanas à Brasília/Lobby nos Corredores e Plenário do Congresso | 27 | 10,8% |
| Atos de Coleta de Assinaturas | 15 | 6,0% |
| Atos de Entrega de Emendas Populares | 17 | 6,8% |
| Envio de Proposta ou Carta Pública ao Governo/Constituintes | 20 | 8,0% |
| Reuniões com Constituintes | 35 | 14,0% |
| Reunião com Poder Executivo Federal (Ministros / Presidente/ Assessor Direto do Presidente) | 4 | 1,6% |
| Apresentação das Emendas Populares na Comissão de Sistematização | 2 | 0,8% |
| Divulgação à População do Voto dos Constituintes | 6 | 2,4% |
| Exposições artísticas sobre os temas | 1 | 0,4% |
| Propaganda Televisiva | 2 | 0,8% |
| Reuniões/Encontros de Articulação entre os Movimentos | 42 | 16,8% |
| Reuniões de Formação/Consolidação do Movimento | 36 | 14,4% |
| Levantamento de Fundos | 2 | 0,8% |
| **TOTAL** | **250** | **100%** |

[162] De agora em diante, os dados analisados sobre o repertório e as fases de mobilização na Constituinte utilizam esta base que mede os "eventos por tipos de ação". Já os gráficos por "total de eventos" levam em conta apenas os 225 eventos diferentes.

O tipo de ação coletiva mais empregado foi as demonstrações públicas (manifestações, comícios, etc.), com 40 eventos diferentes no período (16% do total), sendo complementado por 27 (10,8%) Caravanas à Brasília e lobbies de maior ou menor grau nos corredores e no Plenário do Congresso Nacional. As demonstrações públicas foram instrumentos fundamentais para que os movimentos exprimissem a sua força e unidade perante os constituintes e a opinião pública, colocassem as suas reivindicações em discussão na sociedade e no Parlamento, e, principalmente, mobilizassem as suas bases de apoio em torno das emendas populares. Como podemos ver no gráfico a seguir, a média mensal de demonstrações foi de 1,74, mas o período onde ocorreu o maior número foram nos meses de julho a setembro de 1987 (entre 4 e 6 manifestações por mês): o auge da campanha dos movimentos sociais ligados ao Plenário Pró-Participação Popular foi o desfile das emendas populares, que reuniu no dia 17 de julho entre 25 e 100 mil pessoas[163] na Avenida Rio Branco (Rio de Janeiro), divulgando 36 emendas populares e angariando o apoio de dezenas de artistas e de constituintes. Já as caravanas e lobbies, com uma média mensal de 1,17, foram mais frequentes em 1988, quando as votações finais do Plenário exigiram uma presença constante dos grupos de pressão nos corredores da Assembleia Nacional Constituinte.

[163] Compareceram 25 mil pessoas segundo a Polícia Militar, 50 mil segundo o jornal Tribuna da Imprensa e 100 mil segundo os organizadores.

**Tabela 9 - Demonstrações, Caravanas e Lobby**




As reuniões entre as organizações sociais e os constituintes eram um importante complemento a estas demonstrações de força e comprometimento dos ativistas. Ao longo da ANC, 35 reuniões (14% do total) receberam publicidade na imprensa e nos relatos dos ativistas. Estima-se que a quantidade de reuniões dos movimentos com os constituintes tenha sido ainda maior, mas estas reuniões tornadas públicas foram, em sua grande maioria, reuniões importantes com parlamentares que desempenhavam papéis centrais no processo Constituinte – como, por exemplo, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, os líderes partidários, etc. Estas reuniões são um importante indicador do grau de interação entre os movimentos e os constituintes, que acabaram legitimando alguns (poucos) movimentos não só como interlocutores mas como sujeitos políticos aptos a negociar matérias a serem votadas pelos constituintes. De fato, como veremos mais adiante, as reuniões entre os movimentos e os constituintes tiveram dois grandes picos, o primeiro no mês de abril de 1987, quando

os movimentos apresentaram as suas propostas aos Constituintes em reuniões fechadas e em audiências públicas nas Subcomissões Temáticas. O segundo pico foi em fevereiro de 1988, quando se iniciou no Plenário o 1º turno de votação do Projeto A de Constituição.

Os esforços de organização interna e externa dos grupos e movimentos também foi parte central da ação dos ativistas ao longo da Constituinte. Ao todo, foi possível identificar 78 reuniões ou encontros dos movimentos sociais no período, o que representa 31,2% do total de ações coletivas. Estes encontros foram divididos em dois eixos, aqueles de formação/consolidação de algum movimento social específico (36 reuniões) e aqueles destinados a articular a ação entre movimentos diferentes (42 reuniões). Os períodos de maior ocorrência do primeiro eixo foram nos dois primeiros meses de 1987, quando a instalação da ANC estimulou o surgimento de novos movimentos que pretendiam defender causas específicas na Constituinte. No entanto, a partir de junho do mesmo ano, estas reuniões se tornaram uma constante, variando entre 1 e 3 por mês. De um modo geral, os movimentos sociais de base mais popular se formaram logo no começo do processo constituinte até julho (em parte um reflexo da necessidade de organização e articulação para apresentar emendas populares); enquanto que os movimentos de base empresarial começaram a surgir mais tarde, aproveitando os últimos dois meses das campanhas por emendas populares e, principalmente, os últimos três meses de 1987 e primeiros quatro meses de 1988[164].

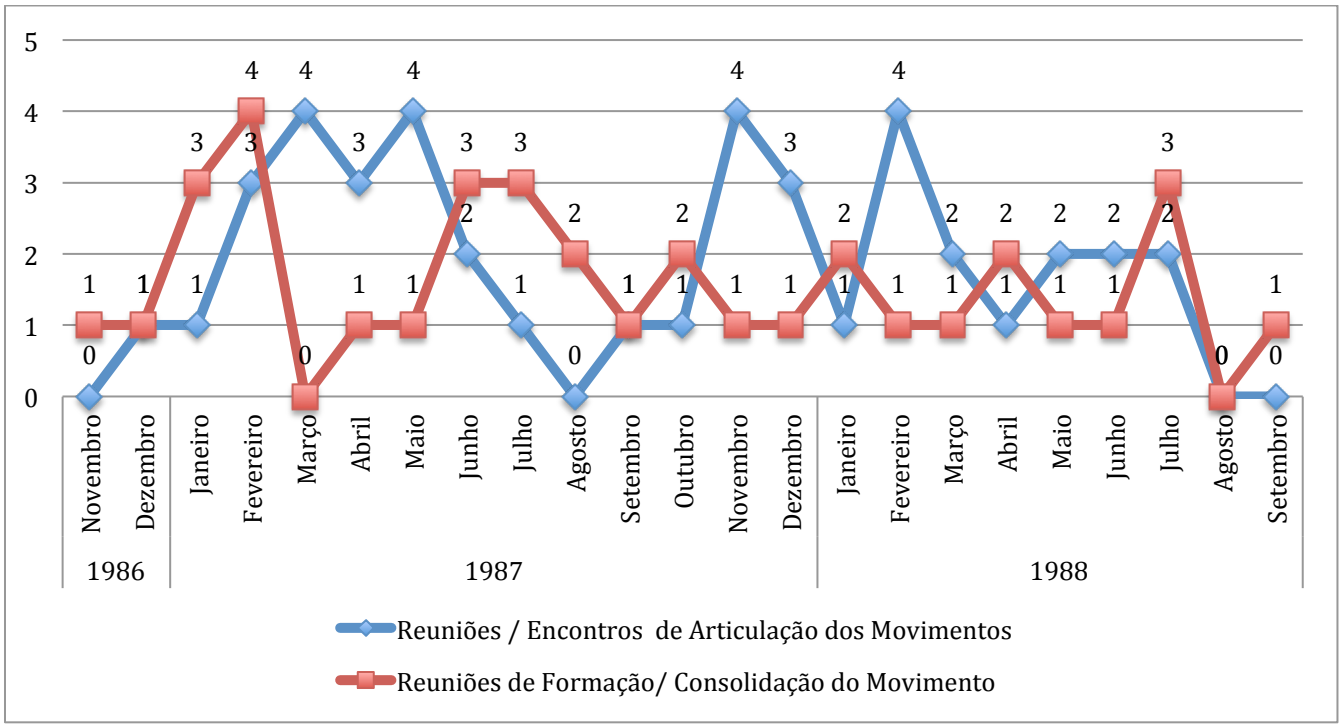
Já o segundo eixo, das reuniões destinadas à articulação entre os diferentes movimentos, também foi fortemente influenciada pelas campanhas das emendas populares. Entre fevereiro e maio de 1987, foram realizados 14 encontros dessa natureza (um terço do total); na maior parte, eles foram destinados a articular as pautas dos movimentos a serem defendidas em emendas populares, assim como a organizar como se daria o trabalho conjunto dos ativistas. Uma vez solucionado esse problema inicial, outros tipos de ações coletivas ganharam mais espaço. Em novembro, o empresariado intensificou as articulações entre os seus diferentes grupos (a União Brasileira de Empresários e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais desempenharam na ocasião um papel de destaque) para iniciar uma ofensiva em defesa da livre iniciativa e, principalmente, contra a estabilidade no emprego. Outro pico de articulação entre diferentes movimentos foi em fevereiro de 1988, mês

[164] Neste período, foram identificadas 7 (de um total de 12) reuniões de formação/consolidação de grupos com base empresarial.

decisivo de acordos e votações do primeiro turno do plenário da Constituinte, inclusive a questão dos direitos dos trabalhadores e da estabilidade no emprego.

Essa grande quantidade de esforços destinados à organização e coordenação dos movimentos indica o impulso que o contexto proporcionou tanto ao surgimento e crescimento dos movimentos, quanto ao adensamento das conexões entre eles. O mecanismo das emendas populares foi, portanto, um propulsor central tanto para o surgimento de novos movimentos sociais (inclusive propiciando a transformação de grupos temáticos em movimentos sociais nacionais) quanto para o adensamento das redes de ativismo no Brasil, estimulando articulações que se manteriam ao menos ao longo da Constituinte. Uma das consequências destas articulações em torno de emendas populares foi o desenvolvimento de interlocutores públicos legitimados pelos grupos congêneres, por milhares de assinaturas para negociar interesses específicos e pela própria estrutura institucional da ANC. Os movimentos ganharam cara e programa, facilitando enormemente a interação entre o poder legislativo e as organizações sociais.

**Tabela 10 - Reuniões/Encontros dos Movimentos na ANC**




Um fato extremamente significativo é o de que, ao longo da Constituinte, os movimentos sociais praticamente não fizeram uso de ações disruptivas, valendo-se

principalmente de ações pacíficas. A ausência de ações violentas indica como a abertura de canais de interação entre a Constituinte e a sociedade logrou fazer com que o repertório mobilizado pelos movimentos, mesmo nos momentos de maior tensão, respeitassem a ordem institucional. Um conjunto de razões explicam esta limitação do repertório de ações.

Primeiro, os mecanismos de emendas populares logo se transformaram no principal instrumento de pressão, expressão e legitimação dos movimentos sociais; com isso se abandonou a ideia de realizar uma Constituinte paralela e não se cogitou (ao menos de forma relevante) o uso de ações violentas contra a ANC e os seus representantes. Optou-se por aproveitar a veia institucional aberta pelo Regimento Interno, priorizando a formulação e articulação de entidades em torno de emendas populares, a coleta de assinaturas, a apresentação e publicização delas, e, por fim, a pressão e negociação para a sua aprovação.

Segundo, o delicado processo de transição democrática impôs certas precauções aos movimentos de esquerda; embora o uso da força para reprimir greves e manifestações tivessem diminuído nos últimos anos, uma pequena intervenção das Forças Armadas poderia escalar para uma crise capaz de por em xeque a transição democrática. De fato, logo no começo da Constituinte o governo Sarney e as Forças Armadas já demonstraram a predisposição de usar a força caso entendessem necessários: entre o dia 10 e o dia 13 de março de 1987, o Exército ocupou (com os blindados Urutus) nove das onze refinarias do país e outros portos estratégicos. A razão da ação militar – que teve, diga-se de passagem, grande repercussão nacional e repúdio da esquerda – era a ameaça de que a "operação vigilância" de 60.000 petroleiros em todo país (que iniciavam uma campanha salarial para conseguir um aumento de 94% nos salários) poderia terminar numa greve com ocupação de refinarias. O governo resolveu se antecipar e intervir militarmente após avaliar que os estoques de derivados de petróleo não aguentariam mais do que duas semanas e que os créditos externos ficariam mais curtos depois da moratória[165].

De forma correlata, as vitórias na Comissão de Sistematização (por mais limitadas que fossem, especialmente no tocante à questão agrária), colocaram boa parte dos movimentos na inusitada situação de defensores do anteprojeto lá aprovado. Os principais alvos se tornaram aqueles que queriam retirar as conquistas obtidas no

[165] O Aviso dos Tanques. In: *VEJA*. São Paulo, 18 de março de 1987, p. 21.

anteprojeto de Cabral, como os deputados que formavam o Centrão, o presidente Sarney, a UDR e a Fiesp.

Por fim, a limitação do repertório de ações também foi um fruto indireto da grande campanha dos movimentos sociais em 1986 e meados de 87 em prol de uma Constituinte livre, exclusiva e soberana. Apesar da derrota na questão do caráter exclusivo, a liberdade e soberania da Constituinte foram, ao menos na teoria, asseguradas no Regimento Interno. Dessa forma, qualquer ação de caráter mais disruptivo (seja da esquerda ou da direita) poderia ser tachada como um atentado contra a Constituinte e contra a sua liberdade e soberania; em outras palavras, o feitiço poderia virar contra o feiticeiro.

Assim, os movimentos sociais fizeram uso prioritário de formas modulares de ação (modelos de ação que podiam ser facilmente transferidas de um local, movimento ou circunstância para outro)[166]. Como veremos mais adiante, parte importante do trabalho de mobilização era a capacitação e difusão de técnicas de intervenção na Constituinte entre os movimentos (especialmente o aprendizado em torno do uso do instrumento das emendas populares e das estratégias de interação e pressão sobre os constituintes).

A abertura que a Constituinte proporcionou aos movimentos sociais possibilitou um altíssimo grau de autonomia destas formas de ação, no sentido dado por Tarrow ao medir se eram ou não os movimentos que iniciavam o conflito e estabeleciam contatos diretos com centros de poder nacional. Apesar da existência ocasional de intermediários e negociadores (sejam constituintes simpatizantes à causa, sejam lideranças de associações mais estruturadas e com maior inserção política), o contato direto dos ativistas da grande maioria dos movimentos com os deputados e senadores foi uma marca primordial da pressão social. Segundo o Dep. Bernardo Cabral (relator da Comissão de Sistematização), o corpo-a-corpo era cotidiano e benéfico ao processo democrático e republicano:

> "Os corredores estavam repletos de populares, cidadãos, que circulavam de um gabinete ao outro, de uma comissão a outra, abordando constituintes, convocando-os a ouvirem suas ideias e aspirações, numa sadia prática lobista, bem diversa das que por vezes se registram nesta República, um momento em que a

[166] Para Sidney Tarrow, as formas modulares se tornaram, no século XIX, o centro do repertório de ações dos movimentos sociais. Isto representou uma transformação significativa em relação ao repertório de confrontos locais, violentos, estreitos e particulares característicos do século XVIII. Cf. TARROW, Sidney. O Poder em Movimento. Trad. de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

> atividade política era *res publica*, coisa de todos, de todos nós, brasileiros."[167]

A difusão, por parte dos movimentos sociais, dos "placares de votações" nas principais cidades brasileiras foi outro instrumento que, além de ser um mecanismo de pressão, contribuiu para romper parcialmente com a distância entre o povo e os constituintes, levando o Congresso para as ruas. De forma semelhante, embora mais polêmica, os cartazes "traidores do povo", nos quais os sindicatos estampavam a cara dos parlamentares que votavam contra os interesses dos trabalhadores, também contribuíram para uma maior transparência e divulgação das decisões tomadas na Constituinte.

Outra importante característica do repertório de ação empregado ao longo da Constituinte é o seu cosmopolitismo, reunindo e conectando centenas de grupos locais que passaram a perceber que os conflitos diziam respeito a muitas localidades[168]. A violência no campo em Caxias, no Maranhão, e o assassinato quatro dias depois de Evandro Cavalcanti, advogado dos trabalhadores rurais, em Pernambuco, ganharam repercussão nacional e se tornaram bandeiras de luta pela reforma agrária. Cada vez mais se enxergavam as mazelas locais como parte de um sistema mais amplo no qual a Assembleia Nacional Constituinte se tornara o receptáculo das queixas e das propostas de solução.

O repertório de ação, no entanto, não era utilizado da mesma maneira por todos os movimentos. A ênfase maior ou menor em táticas de confronto ou de negociação estava longe de ser um consenso entre os movimentos, variando inclusive de acordo com o instável "clima político" da semana. Um exemplo é a disparidade das cerimônias de entrega das emendas populares. De um lado, a CNBB promoveu uma grande cerimônia de entrega de 1,7 milhão de assinaturas de quatro emendas populares de sua autoria na última semana de julho de 1987: "(...) a CNBB provocou uma cena inédita em Brasília, levando Ulysses Guimarães, em companhia do senador Mário Covas e do líder Luiz Henrique, a abandonar seu gabinete para receber as

---

[167] CABRAL, Bernardo. *Os Trabalhos Desenvolvidos na Assembleia Nacional Constituinte – 1987-1988. A Constituição Federal de 1988*. Carta Mensal. Rio de Janeiro, v. 50, n. 589, abr. 2004. p. 37.

[168] Para uma discussão sobre repertórios de confrontos cosmopolitas e autônomos, que mobilizam formas modulares de ação, ver TARROW, Sidney. O Poder em Movimento. Trad. de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp. 51-52.

125.000 folhas de papel assinadas no saguão do Congresso. "Esse trabalho vai nos ajudar a errar menos", afirmou Ulysses (...)"[169].

Quando tentaram repetir a cerimônia, duas semanas depois, para entregar 18 projetos de emendas populares, a CUT, o PT e o PCdoB acabaram levando Ulysses Guimarães de encontro a uma multidão de 2.000 pessoas espremidas no Salão Negro do Congresso que vaiavam o ex-"Senhor Diretas", chamando-o de "traidor" e entoando "Um, dois, três, puxa-saco do Sarney". Ulysses acabou indo embora constrangido e sem dizer nada[170].

Por fim, cabe ressaltar a particularidade do microcosmo da Constituinte: a presença popular no Plenário. De fato, os movimentos e grupos de interesse (da esquerda e da direita) logo perceberam que, nas palavras da deputada Márcia Kubitscheck (PMDB-DF), "está provado que a manifestação das galerias influencia fortemente o plenário"[171]. Após a regulamentação da presença no Plenário por meio de senhas distribuídas pelos deputados, o movimento indígena soube se organizar para garantir a pressão no local de votação: ao visitarem os gabinetes do deputado, mesmo que o mesmo não fosse favorável aos seus interesses, sentavam calados e só saíam quando recebiam senhas[172].

O movimento ruralista certamente foi o mais incisivo nas técnicas para ocupar as galerias nos dias de votação dos seus interesses, além de pedirem senhas para os constituintes aliados, quando não conseguiam o voto de algum deputado, pediam pelo menos uma senha[173]. Para não correr risco de ficar de fora das galerias, muitos dos ativistas da UDR apresentaram convites falsos, descobertos ao exagerarem na dose: "Cada parlamentar tinha direito a oito convites. Mas só em nome do deputado Oswaldo Trevisan (PMDB-PR) foram entregues 14 convites aos seguranças da galeria, naquele dia. Outros 31 convites, em nome dos deputados Antônio Carlos Thame (PFL-SP), Ethevaldo Nogueira (PFL-CE) e José Elias Murad (PTB-MG) e com a mesma (quase perfeita) impressão, também foram descobertos pelos seguranças"[174].

---

[169] VEJA. *Araguaia: O paraíso no coração do Brasil*. São Paulo, 5 de agosto, p. 34.
[170] VEJA. *Ulysses Vaiado*. São Paulo,19 de agosto de 1987, p. 18.
[171] Minas imita UDR para resistir ao Triângulo. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1988, p. 3.
[172] *Idem.*
[173] *Ibidem.*
[174] *Jornal do Brasil,* 06.05.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 210.

A UDR também inovou ao criar o "mercado de senhas", comprando por 300 cruzados a grande maioria dos mais de 400 convites destinados aos trabalhadores rurais. Assim, segundo relato de seu diretor nacional Cesmar Moura (que comandava o lobby da UDR em Brasília junto com outras 20 pessoas), a entidade garantia a presença de 600 representantes no Congresso nas votações da Comissão de Sistematização. Moura fazia uma pergunta retórica: "Você acha que camponês vai deixar de ganhar 300 cruzados, para ficar assistindo no plenário do Congresso a um *telecatch* promovido pelos comunistas?". Propôs-se a comprar, nas votações seguintes, "todas as senhas deles"[175].

## 3.3 Ciclo de Confronto e Fases de Mobilização Social na ANC

Entre 1987 e 1988, os movimentos sociais lograram criar um "ciclo de confronto"[176] marcado: pela existência de "conflito social acirrado" com amplitude setorial e geográfica; pelas inovações produzidas e absorvidas no repertório de ações coletivas; assim como pelo surgimento de novas organizações de movimentos sociais e o "empoderamento" (*empowerment*) de velhos movimentos.

Este ciclo amplo de ações coletivas não foi, no entanto, uniforme. De fato, a interação entre os movimentos sociais e o Congresso Constituinte produziu dinâmicas e padrões de atuação que variaram no período, especialmente em função das mudanças na Estrutura de Oportunidades e Ameaças Políticas (EOP). Com base nisso, foi possível identificar quatro fases da mobilização social na Constituinte, cada qual com um conjunto específico de estratégias de mobilização e ação coletiva utilizadas e priorizadas pelos movimentos em respostas às transformações na EOP.

Cabe ressaltar novamente a importância de observar o processo Constituinte, que, como vimos no capítulo anterior, começou muito antes das eleições de 1986. No

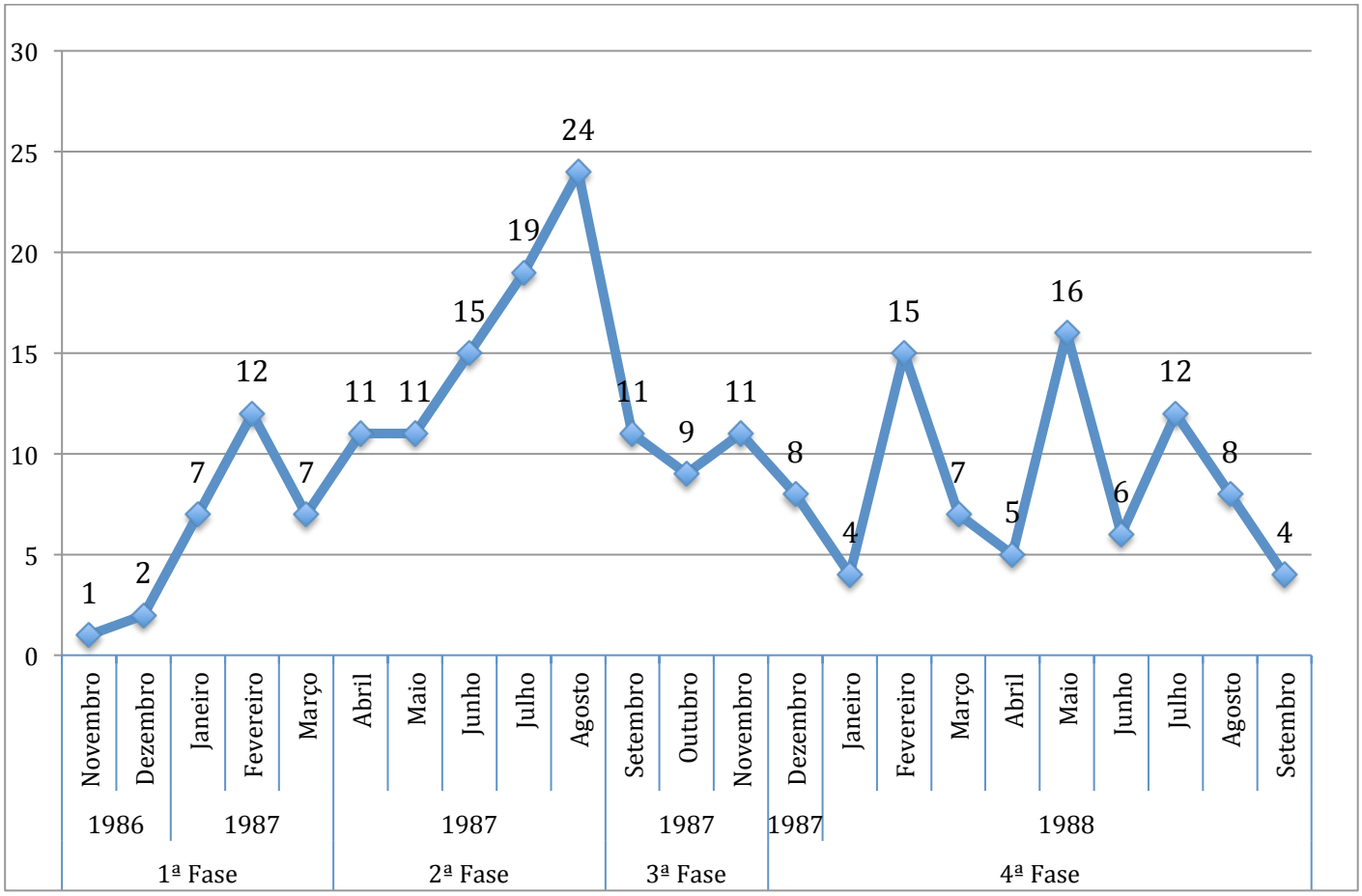
---

[175] Cf. *Jornal do Brasil*, 28.06.87 *apud* DREIFUSS, René Armand. O Jogo da Direita. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 140.

[176] Para o conceito de "ciclos de confronto", também traduzido como "ciclos contenciosos" ou "ciclos de protesto", ver TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action.* Durham: Duke University Press, 1995, pp. 91-92.

entanto, para a análise mais aprofundada da atuação dos movimentos sociais na ANC que se segue, foi necessário estabelecer limites temporais mais restritos.

**Gráfico 2 - Fases da Mobilização na ANC (por total de eventos)**




A primeira fase analisada no âmbito desta pesquisa cobre o período de mobilização social após as eleições de 15 de novembro de 1986 até a aprovação do Regimento Interno da ANC em 25 de março de 1987. Este preâmbulo da Constituinte, tratado de forma mais ampla no capítulo anterior, foi essencial para o direcionamento das estruturas de mobilização (criadas no processo de redemocratização) para atuarem diretamente no Congresso. Além da necessidade de um limite temporal restrito que permitisse o levantamento e a análise das mobilizações sociais, a data de início desta fase foi escolhida porque, somente após o pleito, vários atores extraparlamentares de peso se articularam para atuarem com o foco na disputa pela inclusão do mecanismo de iniciativa popular no regimento interno.

A segunda fase da mobilização social na Constituinte é fruto da conquista inédita dos instrumentos de participação popular no Regimento Interno. Este conjunto de mecanismos, especialmente o das emendas populares, potencializou a Estrutura de Oportunidades Políticas estabelecida pela realização de uma Constituinte e intensificou a interação entre a dinâmica da participação popular e a dinâmica político-legislativa. A novidade alterou o script previsto e passou a nortear boa parte das ações coletivas que sucederam. Assim, esta fase vai de 25 de março de 1987 até o dia 13 de agosto de 1987 – data limite da entrega das emendas populares à Comissão de Sistematização.

A terceira fase abrange um curto período entre 13 de agosto e 24 de novembro de 1987 (data da entrega ao Plenário do projeto de Constituição com 335 artigos aprovado na Comissão de Sistematização). Este interregno foi, como veremos, marcado por características peculiares da mobilização social, tanto quanti quanto qualitativamente (com uma série de inovações no repertório de ação coletiva). A interação entre os atores extraparlamentares e parlamentares foi influenciada de forma decisiva, no período, pela concentração dos trabalhos constituintes na Comissão de Sistematização – encarregada de reunir as contribuições provenientes das Comissões Temáticas e votar um anteprojeto de Constituição.

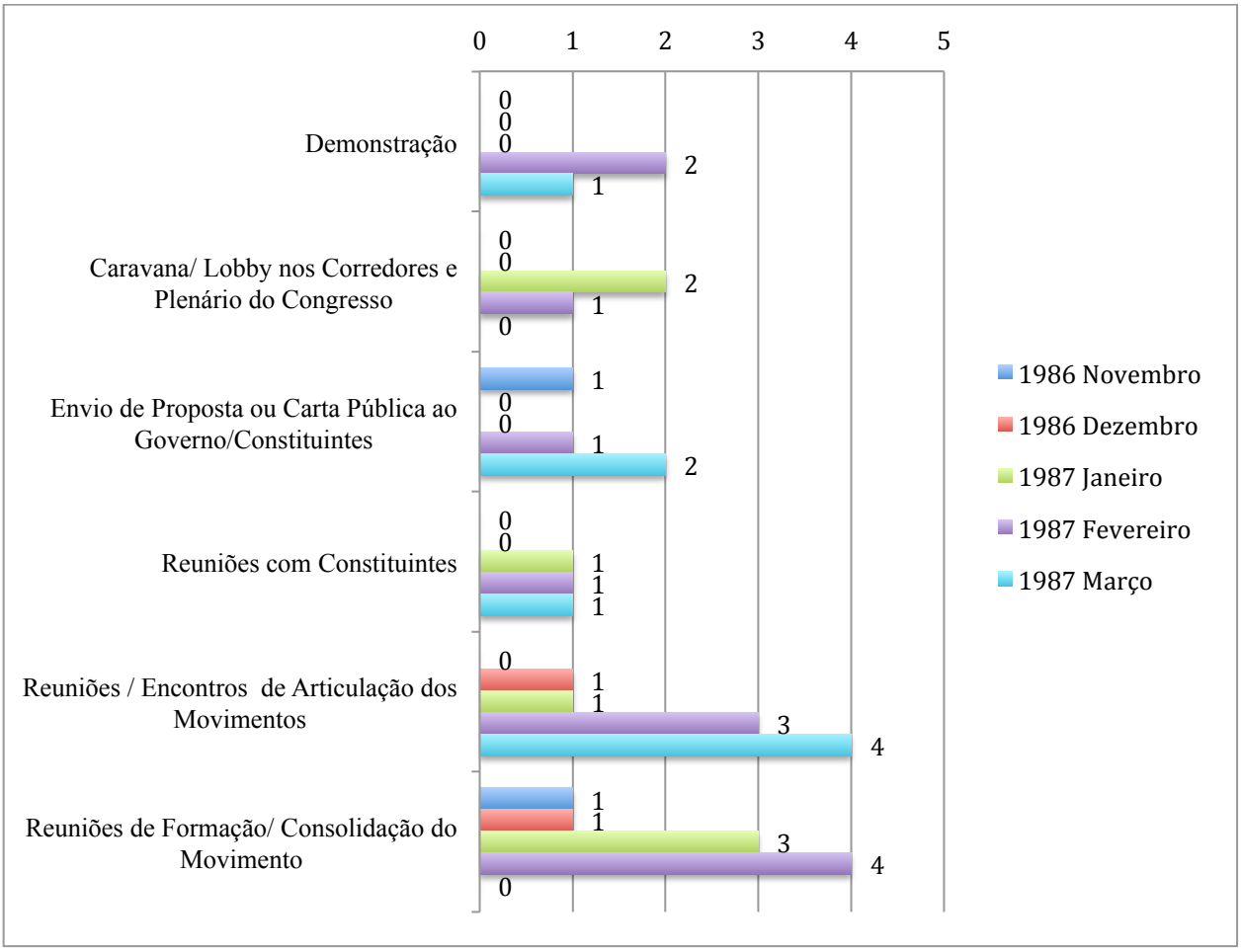
A última fase abrange todo o período decisivo de votações no Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, iniciando-se no dia 24 de novembro de 1987 e se encerrando com a promulgação da nova Constituição, no dia 5 de outubro de 1988. A Estrutura de Oportunidades Políticas do período, além de possibilitar a negociação de acordos definitivos acerca do conteúdo das emendas populares, também foi marcada por uma reação do setor conservador, tanto o parlamentar quanto o extraparlamentar.

## 1ª Fase

A primeira fase de mobilização social na Constituinte abordada nesta dissertação vai das eleições de 15 de novembro de 1986 até a promulgação do Regimento Interno da ANC em 25 de março de 1987. A principal característica deste período foi a luta pela inclusão do mecanismo de iniciativa popular no regimento interno e a organização dos movimentos sociais para atuarem diretamente na Constituinte. Como podemos ver no gráfico abaixo, dois tipos de ação foram mais

frequentes nesta primeira fase, as reuniões de formação e consolidação de movimentos em janeiro e fevereiro de 1987 e, em fevereiro e março, as reuniões/encontros de articulação entre diferentes movimentos.

**Gráfico 3 - Mobilização por Tipo de Evento na 1ª Fase da ANC**




Este adensamento da rede de movimentos contribuiu para que grupos e organizações temáticas que estavam mais ou menos dispersas se reunissem para discutir a Constituinte que se iniciava. Este foi o caso do movimento feminista, que realizou, no período, dois encontros nacionais, sendo que o de março contou com a participação de mais de 2.000 mulheres, que além de articularem "a luta das mulheres" na Constituinte, enviaram aos parlamentares a chamada "Carta das Mulheres à Assembleia Nacional Constituinte" com uma sistematização das reivindicações do movimento. Também foi o caso dos grupos de defesa da causa indígena, reunindo em 12 de março de 1987, entre outros, a União das Nações Indígenas e o Conselho Indigenista Missionário. Foi na fala de um dos participantes das reuniões iniciais dos Plenários Pró-Participação Popular que surgiu a ideia (já

utilizada anteriormente, no momento de discussão da emenda convocatória da Constituinte) de enviar telegramas e cartas ao relator da emenda do Regimento Interno. A sugestão foi acatada e difundida de "forma espontânea"[177] por diversas entidades pertencentes ao plenário, construindo uma campanha nacional que enviou milhares de telegramas e cartas pressionando o relator a acatar a iniciativa popular já no regimento interno.

Os dois principais movimentos que se fortaleceram neste período foram o sindical e o pela reforma agrária. O catalisador deste processo foi o grande protesto que reuniu 50 mil ativistas de todos os estados do Brasil em torno da instalação da ANC: além de servir uma função primordial dos movimentos sociais (o que Tilly chama de "manifestações públicas do número, comprometimento, unidade e valor"[178]), demonstrando à população e aos parlamentares a sua força e a sua exigência de participar do processo constituinte, esta grande manifestação foi complementada por diversas reuniões onde as principais lideranças sociais de todo o país se encontravam e discutiam cronogramas e estratégias de ações coletivas em conjunto.

Assim, aconteceu em Brasília o Encontro Nacional Pela Reforma Agrária entre 1 e 4 de fevereiro, a já mencionada incorporação da CGT ao DIAP, as reuniões do Comando de Mobilização Permanente do Distrito Federal (que congregava boa parte dos sindicalistas e sem-terra), e a primeira reunião do "Conselho da Cidadania dos Profissionais na Constituinte". O objetivo deste Conselho, promovido pela Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) com a assessoria direta do DIAP, era ajudar na mobilização das 33 categorias de profissionais que compunham a CNPL em torno da "problemática sindical no país e suas relações com os três poderes, bem como a definição de estrutura e financiamento do movimento sindical"[179]. Um dos principais organizadores do Conselho foi o economista Paulo César Timm (então consultor da CNPL), a presidência ficou com a OAB, a vice-presidência com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e a secretaria executiva ficou com a própria CNPL.

---

[177] A "espontaneidade" está relacionada ao fato de que não se tirou uma resolução ou votou a proposta da campanha sobre o relator, a ideia foi bem acolhida pelos participantes, que acabaram difundindo-a. No entanto, é claro que essa difusão não teria acontecido sem a existência e estrutura do Plenário.
[178] TILLY, Charles. "Social Movements as Historically Specific Cluster of Political Performances". In: *Berkeley Journal of Sociology: A Critical Review*, vol. XXXVIII, 1993-1994, p. 7 (Tradução minha).
[179] Trabalhador também faz "lobby". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20/01/ de 1987, p. 2.

A articulação para a inserção do mecanismo das emendas populares no Regimento Interno, já discutida de forma aprofundada no capítulo interior, foi central nesta primeira fase. Alguns grandes eventos dos movimentos sociais marcaram esta articulação: como a reunião nacional dos Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte (em dezembro de 1986) onde se começou a organizar um sistema de acompanhamento dos trabalhos da Constituinte e de contato com os parlamentares; ou como outra reunião nacional dos Plenários (em janeiro de 1987) que transformou o Regimento Interno em centro das atenções dos movimentos. Mas os fatores cruciais da atuação dos movimentos que pleiteavam instrumentos de participação popular já na elaboração da Constituição foram o aproveitamento da oportunidade aberta pela disputa em torno da soberania e da exclusividade da Constituinte, assim como a articulação de amplo apoio na esfera político-partidária de grupos de constituintes tanto "de esquerda" quanto "moderados".

## 2ª Fase

A segunda fase de mobilização social na Constituinte vai da conquista do mecanismo das emendas populares no Regimento Interno da ANC em 25 de março de 1987 até o dia 13 de agosto de 1987, o fim do prazo de entrega das emendas populares à Comissão de Sistematização. O impacto positivo da conquista do instrumento de iniciativa popular na mobilização é notável: a média mensal de ações quase triplicou, passando de 5,8 na primeira fase para 16 eventos por mês na segunda fase[180]. Mais importante ainda, este mecanismo foi o principal responsável pelo processo de institucionalização da participação popular. A grande maioria das ações coletivas neste período giraram em torno das emendas populares, fazendo com que

[180] A média mensal foi calculada com base no número absoluto de eventos (contando apenas uma vez os eventos que utilizaram mais de um tipo de ação coletiva). O mês de março foi, para efeitos deste cálculo mensal, contado integralmente como sendo da 1ª fase, pois o ato público de entrega oficial da "Carta das Mulheres à Assembleia Nacional Constituinte" no dia 26 foi uma decorrência direta do encontro "Mulher e Constituinte", realizado na segunda semana de março. De forma correlata, para efeitos deste cálculo mensal, o mês de agosto também foi contado integralmente como sendo da 2ª fase, dos 24 eventos ao longo do mês, apenas 4 aconteceram após 13 de agosto: dois deles foram comícios em prol das emendas populares das eleições diretas em 1988 (campanha que ganhou força com o início da coleta de assinaturas para as EPs no fim de julho/começo de agosto), o terceiro foi uma carta enviada pela CIMI criticando o substitutivo do relator Bernardo Cabral no tocante aos direitos indígenas e ainda se iniciaram, no fim de agosto, as apresentações das emendas populares no Congresso. Houve também uma caravana da UDR para Brasília em agosto de 1987, mas não foi possível descobrir a sua data exata.

boa parte dos recursos de mobilização fossem direcionados para o aproveitamento daquele "espaço institucional" tão reivindicado na primeira fase.

O crescimento do número de ações foi vertiginoso neste período, com 7 eventos em março, pulando para 11 em abril, 15 em junho, 19 em julho e 24 eventos em agosto. O mês de agosto, especialmente em função da entrega das emendas populares, foi o mês com maior número de eventos diferentes ao longo de toda a Constituinte: toda a diversidade de movimentos, associações e sindicatos em torno de emendas populares se dirigiu à Brasília para ver os seus projetos de lei serem protocolados pelo Congresso.

O repertório de ações empregado pelos movimentos sociais se tornou mais diverso e complexo nesta segunda fase. As reuniões dos movimentos sociais com os constituintes (praticamente inexistentes na fase anterior) foram a principal atividade em abril. Este crescimento da interlocução entre movimentos e parlamentares coincide com a instalação das Subcomissões Temáticas, aonde os movimentos apresentaram as suas propostas. Entre 7 de abril e 25 de maio, as subcomissões e comissões temáticas realizaram 192 audiências públicas, nas quais 974 pessoas representaram as mais diversas categorias sociais e profissionais[181]. Segundo João Gilberto Lucas Coelho, "Era organização de prostituta, era organização de menino e menina de rua, eram organizações as mais variadas de setores normalmente desorganizados em qualquer sociedade. Aqui eles apareceram, vieram depor"[182]. Muitos dos temas e propostas que configurariam as emendas populares já foram apresentados em primeira mão para os constituintes: "Alguns desses grupos deram depoimento público pela primeira vez no país. O Brasil mostrou sua cara, seus sonhos e reivindicações"[183].

Os grupos em torno dos direitos da criança (especialmente a Comissão Criança e Constituinte[184]) aproveitaram a ocasião para, no dia 7 de abril, realizarem

---

[181] Uma lista de todas as audiências, em cada uma das subcomissões e comissões, pode ser consultada no livro "O processo histórico de elaboração do texto constitucional", v. III, Mapa 5; Câmara dos Deputados, Brasília, 1993.

[182] COELHO, João Gilberto Lucas. Depoimento In: FONTOURA, João Carlos (direção e roteiro) & PAULA, Renata Telles de (roteiro). *A Constituição da Cidadania*. Brasília: TV Senado, 2008.

[183] In "O Processo constituinte". Assembleia Nacional Constituinte, 1987-1988. Separatas de discursos, pareceres e projetos. Nº 26. *Apud* BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988.* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008, p. 74.

[184] O fórum por detrás da emenda "Direitos da Criança e do Adolescente" surgiu de uma Portaria do Ministério da Educação, de setembro de 1986, que criou a Comissão Nacional Criança e Constituinte com um representante de cada UF (ela contou também com a participação da Ordem dos Advogados

manifestações em vários estados. O principal dos atos do "Dia Nacional Criança e Constituinte" foi no interior do Salão Negro do Congresso Nacional, quando os organizadores se encontraram com constituintes acompanhados de 50 crianças das aldeias "SOS" de Brasília – que recitaram trechos do poema "Os Direitos da Criança" e entregaram flores aos constituintes. Foi, segundo o presidente da comissão, Vital Didonet, uma "intimação poética e contundente"[185].

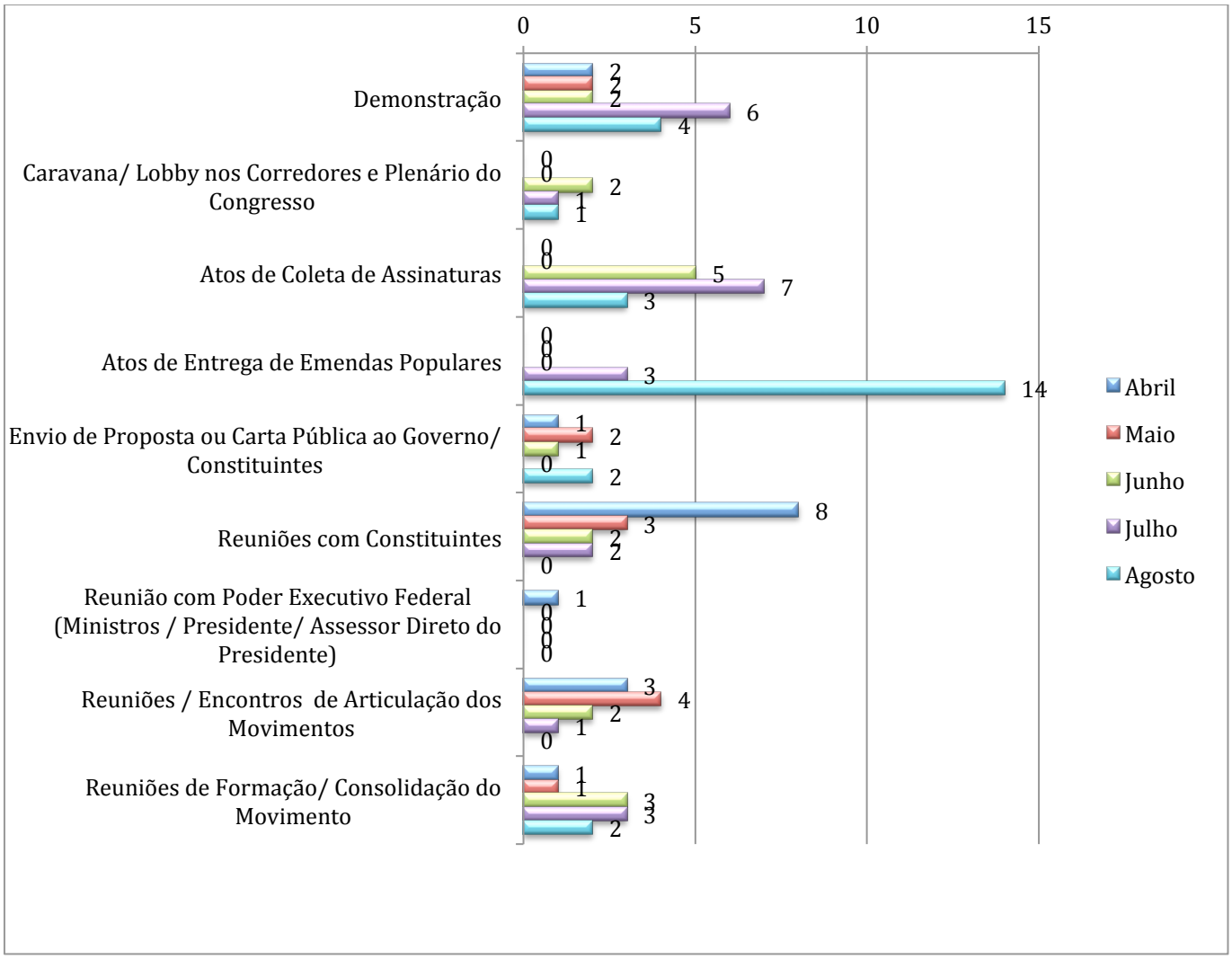
As articulações entre as diferentes organizações e movimentos continuaram sendo importantes nos dois primeiros meses da segunda fase, quando ocorreram uma série de reuniões com o objetivo de preparar o lançamento nacional da campanha de apoio às emendas populares (que aconteceu no dia 16 de junho). Nestas reuniões de maio, formou-se uma Comissão Executiva para implementar as decisões da Articulação Nacional de Entidades para a Mobilização Popular na Constituinte – a Comissão foi integrada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT); Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM). A preparação da campanha nacional das emendas também contou com a inauguração de uma banca de coleta de assinaturas na Cinelândia (local onde, no futuro, seria instalado um painel com informações sobre o andamento dos trabalhos na Constituinte).

---

do Brasil). "Apesar da entrada de Movimentos da Sociedade Civil ao longo do processo, o entrosamento inicial foi bastante difícil, dado o "caráter oficial" da Comissão, objeto de muitas críticas." (Michiles *et* all, 1989, pp. 88-89).

[185] Crianças levam reivindicações à Constituinte. In: *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4381, 07 de abril de 1987, p. 4.

**Gráfico 4 - Mobilização Mensal por Tipo de Ação na 2ª Fase da ANC**




O lançamento das campanhas pelas emendas populares fez com que a estratégia dos movimentos sociais fosse direcionada, cada vez mais, para ações públicas nas ruas, praças, faculdades, igrejas, centros de convenção, rodoviárias, etc. Os atos de coleta de assinaturas para as emendas populares foram as ações mais frequentes em junho e julho de 1987 (5 e 7, respectivamente).

Várias foram as táticas empregadas para a coleta de assinaturas, a Igreja Católica promoveu em junho o "Domingo da Constituição", instigando os fiéis a levaram os seus títulos de eleitores para as missas e divulgando principalmente as 7 emendas ligadas à Igreja Católica (4 delas promovidas pela CNBB). Já o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte transformou a Sala do Estudante do C.A XI de Agosto da Faculdade de Direito do Largo San Francisco na "Sala da Constituinte", centralizando lá a coleta de assinaturas para as emendas populares à Constituinte das organizações e movimentos ligados ao Plenário de São Paulo. A Sala da Constituinte

foi o palco da "Noite de Autógrafos" do dia 22 de junho de 1987, quando artistas, políticos e membros da comunidade acadêmica ofereceram autógrafos para quem assinasse alguma emenda popular.

Em Belo Horizonte, a Praça Sete foi o principal ponto de coleta de assinaturas, com várias mesas apresentando sete emendas populares[186] e uma Kombi branca munida com autofalantes para conclamar "os transeuntes a darem opiniões sobre a Política Econômica do Governo e a Constituinte"[187].

Em Brasília, o calçadão que liga o Conjunto Nacional à Estação Rodoviária foi tomado por um mutirão com ativistas do Plenário, militantes de partidos políticos e de entidades sindicais coletando assinaturas para 13 emendas populares – os slogans utilizados pelos ativistas eram, entre outros, "Olha aí, olha aí. São as emendas populares. Tire o título de eleitor da bolsa e dê uma paradinha" e "O povão vai por seu dedão na Constituinte. Assine as emendas populares" [188].

No centro de Curitiba, foram montadas, no dia 30 de julho, barracas na "Boca Maldita" para colher assinaturas para a Emenda Popular sobre as eleições diretas em 1988. A iniciativa contou com o apoio do então prefeito, Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB), que foi pessoalmente a uma das barracas para assinar a emenda popular e ofereceu uma estrutura tanto para a coleta quanto para um comício pelas diretas na cidade – as listas de assinaturas correram inclusive dentro do prédio da Prefeitura para, segundo a própria, "aproveitar a grande concentração de pessoas que passa por aqui"[189].

O ápice da coleta de assinaturas foi no dia 17 de Julho de 1987, quando os movimentos sociais, organizados pelo Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, realizaram uma grande manifestação na Av. Rio Branco (Rio de Janeiro – RJ) para divulgar 36 emendas populares. Cada emenda representou uma ala do desfile pensado no estilo de uma escola de samba. A manifestação atraiu entre 25 mil (segundo a Política Militar) e 100 mil pessoas (segundo os organizadores). A passeata tinha representantes de sindicatos rurais de Magé, Itaboraí, associações de moradores,

---

[186] As emendas tratavam de: direitos dos trabalhadores; democratização dos meios de comunicação; educação; reforma agrária, fundiária e política agrícola; reforma urbana; dispositivo de saúde integrado; direitos de participação popular na Constituição.

[187] Coordenação Geral de Segurança & Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais. Informe Nº 094/87/COSEG, p. 1-2.

[188] A batalha, nas ruas, pelas assinaturas. In: *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20 de julho de 1987, p. 6.

[189] CRP/SR/DPF-PR. Campanha de Coleta de Assinaturas para o Envio de Emenda Popular à ANC Visando Eleição para Presidente da República em 1988 – Paraná e Santa Catarina. ACE 007172/87, pp. 1-2.

professores públicos em greve, marinheiros pedindo anistia para os militares, e muitos outros grupos. Entre os políticos que participaram da manifestação, estavam os deputados constituintes Paulo Ramos (PMDB), Vladimir Palmeira (PT) e Lysâneas Maciel (PDT); os deputados estaduais Jandira Feghali (PC do B), Milton Temer, (PSB), Ernâni Coelho (PT) e Fernando Lopes (PDT); o Vereador Sérgio Cabral (PSB); e o Ex-deputado Modesto da Silveira (PCB). Segundo o relato do jornal *O Estado de São Paulo*, "À noite, a Cinelândia ficou lotada para ver apresentações de grupos de teatro, músicos como Paulinho da Viola e Cláudio Nucci e as atrizes Lúcia Veríssimo, Lucélia Santos e Christiane Torlone. Espalhadas pela praça, dezenas de barraquinhas colhiam apoio para as emendas"[190].

De fato, as demonstrações/manifestações se tornaram peças chaves tanto como estratégias de colocar as propostas em debate entre o grande público interessado, quanto como meios de coleta das assinaturas e de pressão sobre os constituintes. Como já foi dito na seção anterior, os meses de julho, agosto e setembro foram os com o maior número de eventos de protestos ao longo de toda a Constituinte.

A preferência por manifestações e comícios foi uma característica das mobilizações pelas emendas que pediam eleições diretas para presidente em 1988. Esta escolha de estratégia está relacionada a dois fatores: o primeiro era a reivindicação da herança das campanhas das Diretas-Já (usada como identidade capaz de conferir legitimidade ao movimento), tentando recriar o clima dos grandes comícios de 1984; o segundo fator foi a íntima ligação da campanha pelas emendas das diretas aos grandes partidos e, notadamente, aos presidenciáveis Luís Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Mário Covas – o caráter de comício eleitoral por um lado mobilizou a militância partidária, mas, por outro, foi uma das razões da fragmentação da campanha.

Mas as grandes manifestações não foram uma exclusividade dos partidos de esquerda ou dos movimentos sindicais e populares a eles associados; o movimento Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que já existia informalmente desde 1986, realizou, em 9 de junho, um grande ato de lançamento oficial do movimento e da sua campanha por uma emenda popular em defesa da livre iniciativa. A manifestação reuniu, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi (em São

[190] Nas Ruas do rio, a passeata das emendas. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, nº 34474, 18 de julho de 1987, p. 7.

Paulo), 2.000 empresários (dos 4 mil previstos pela organização)[191]. O Rio Grande do Sul também foi palco de um "protesto empresarial", quando cerca de 5.000 empresários de 180 dos 244 municípios gaúchos pagaram, cada um, CZ$250 para consumir mais de 1 mil 500 quilos de carne, milhares de litros de chope e de vinho, e se manifestarem contra a estabilidade no emprego[192]. Além de servir para financiar o movimento dos empresários e lançar o "Manifesto pela Liberdade Empresarial", durante a mobilização foram distribuídos cadernos para que os empresários colhessem assinaturas em suas localidades de origem, apoiando a emenda popular contra a estabilidade no emprego, O objetivo era, segundo os organizadores do encontro, conseguir 100 mil assinaturas, mas a emenda nº 82 alcançou no fim da campanha apenas 32.425 assinaturas[193].

Os ruralistas também mostraram a sua força ao reunirem, entre 9 e 11 de julho de 1987, cerca de 30 mil manifestantes na sua "Marcha Cívica" em Brasília. A manifestação tinha endereço certo: os 93 constituintes da Comissão de Sistematização que iriam votar as questões agrárias. O grau de organização e de suporte financeiro por trás da caravana potencializou o poder de mobilização da entidades ruralistas, em especial da UDR, cujo presidente voou, nos dias que antecederam a Marcha, 42 horas de jatinho e percorreu 23 cidades em 14 Estados convocando a classe para a concentração: "Será uma grande festa cívica, ordeira, mas com determinação (...). Vamos dar respaldo aos constituintes que nos apoiam e mostrar ao Senador Mário Covas que a UDR existe e vai crescer cada vez mais", advertiu Ronaldo Caiado[194]. A

---

[191] Sobre a formação do PNBE e as suas disputas com a Fiesp e a cúpula empresarial, ver a nota 224. Sobre o ato de lançamento, ver Movimento pretende mobilizar empresários. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de junho de 1987, p. A25. Sobre a proposta de emenda popular em defesa da livre iniciativa, ver A moção popular. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4422, 26/05/ de 1987, p. 5.

[192] Protesto contra estabilidade reúne 5 mil empresários. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 08 de julho de 1987, p. 3. Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul e do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli, um dos organizadores do encontro dos empresários, esta teria sido a maior manifestação da história do empresariado gaúcho (Cf. DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 187). A manifestação, que aconteceu no Parque Assis Brasil, em Esteio (RS), reuniu médios e grandes empresários como o presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter e o presidente do grupo Springer, Paulo Vellinho. Participou também o presidente da Federasul, César Robério Valente. Além do protesto contra a estabilidade no emprego após 90 dias, os empresários também se manifestaram contra a redução da jornada de trabalho, o direito irrestrito à greve e outros dispositivos contidos no anteprojeto de Constituição que estabelece os direitos e garantias aos trabalhadores.

[193] A emenda, proposta pela Fiergs, só inovava "em um item em relação à atual legislação, que é o que se refere ao pagamento de uma indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, na forma da Lei." (Protesto contra estabilidade reúne 5 mil empresários. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 08 de julho de 1987, p. 3)

[194] DF: UDR está chegando. *Jornal do Estado*, 09 de julho de 1987.

UDR patrocinou os custos de transporte, estadia e alimentação de todos, sendo que apenas a entidade nacional gastou em torno de 5 milhões de cruzados na operação[195].

## 3ª Fase

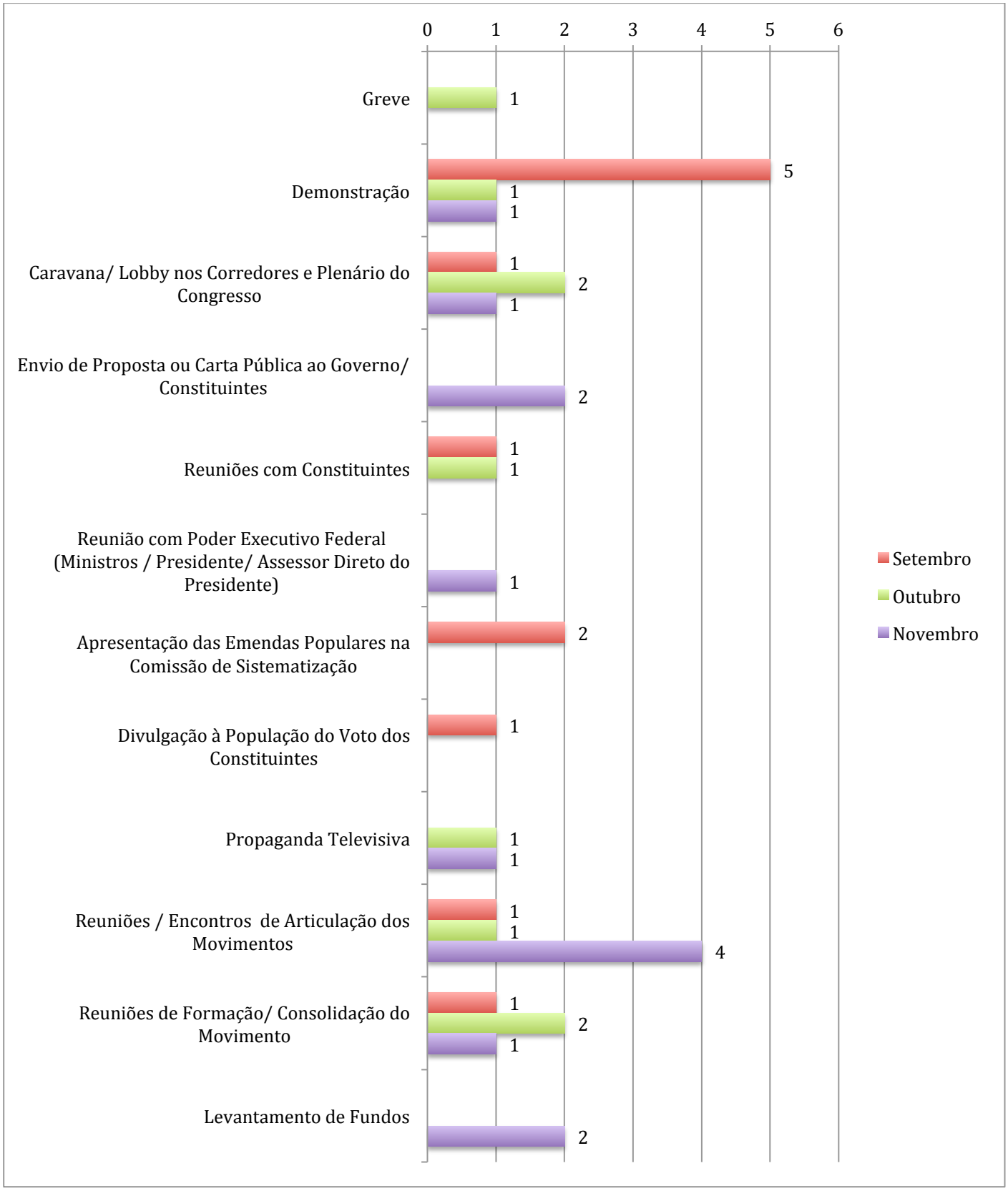
A terceira fase de mobilização social na Constituinte começou após o término do prazo de entrega das emendas populares (13 de agosto de 1987) e acabou com a entrega ao Plenário do projeto de Constituição com 335 artigos, aprovado na Comissão de Sistematização, no dia 24 de novembro de 1987. Embora ainda alta, a mobilização dos movimentos sociais caiu consideravelmente em relação à agosto (de 24 eventos em agosto para 11 em setembro), atingindo uma média mensal de 10,33 eventos no período.

Apesar da queda no número mensal de eventos, houve um considerável aumento na diversificação dos tipos de ação: nos 5 meses da 1ª fase, os movimentos empregaram apenas 6 tipos diferentes de ações coletivas; subindo para 9 tipos nos 5 meses da 2ª fase; já nos 3 meses da 3ª fase, 12 tipos diferentes de ação foram utilizados (número superior, inclusive, aos 9 tipos empregados nos 10 meses da 4ª fase). Isto indica que os movimentos começaram a investir em múltiplas frentes e formas de ação, complexificando a sua atuação no Congresso Constituinte e testando formas mais eficazes de pressão sobre os parlamentares. De fato, com o fim da concentração dos esforços na coleta e divulgação das emendas populares, houve também um vácuo tático que permitiu o surgimento de outras formas de ação que buscavam lidar com o novo contexto político e a nova dinâmica de interação entre movimentos e constituintes.

---

[195] *Idem, ibidem*. "Não faltou o toque folclórico do costume da serventia: Anselmo Rodrigues, proprietário rural em Itabuna e São Francisco, na Bahia, trouxe a mulher, oito filhos e uma baiana para fazer acarajé. Mais sofisticadas, as regionais de São Paulo e Teresina contrataram um bufê, que despejou num restaurante improvisado numa das barracas 12 toneladas de alimentos, reforçados pela carga de verduras e hortaliças trazidas por três caminhões." (*Jornal do Brasil,* 10 de julho de 1987 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 141).

**Gráfico 5 - Mobilização Mensal por Tipo de Ação na 3ª Fase da ANC**



Entre as novidades do período, destacam-se os grandes eventos promovidos pelo empresariado e pelos ruralistas com o objetivo de levantarem fundos para a ofensiva final em favor de seus interesses na Constituinte. A União Brasileira de Empresários (UB) promoveu, no dia 5 de novembro de 1987, uma reunião com alguns dos maiores empresários do país na qual, segundo um grande empresário adversário da prática, estima-se que a soma arrecadada tenha chegado aos 5 milhões de dólares[196]. O dinheiro seria, supostamente, principalmente para pagar as despesas de um andar do Hotel Nacional, em Brasília, onde estava instalado o QG da Frente da Livre Iniciativa: "Conta um empresário que se está financiando estada, passagens aéreas e tudo mais de cerca de 20 técnicos vindos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e até da Amazônia para servirem na infraestrutura do movimento"[197]. No entanto, havia especulações de que o dinheiro seria utilizado para "comprar o voto" de alguns deputados, provocando polêmica na mídia e entre o próprio empresariado: "Além do senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Antônio Ermírio de Moraes deixou claro que não concorda com a mistura de política com dinheiro alto. Mais tarde, Antônio Ermírio iria a uma reunião em uma das três casas alugadas pelo *lobby* empresarial no Lago Sul. Lá, com muito mais ênfase, avisou que não concordaria com a utilização de métodos não convencionais: "A negociação deve se dar em nível político", advertiu mais uma vez"[198].

Segundo René Dreifuss, além da arrecadação milionária e da posse de 82 dos maiores empresários do país como membros do Conselho Consultivo da União Brasileira de Empresários (UB) na presença de 250 líderes do setor, a reunião de 5 de novembro marcaria uma nova fase da campanha de luta do empresariado, "o início da ofensiva geral sobre a Constituinte, reunindo as áreas urbana e rural"[199].

De fato, os ruralistas também aproveitaram o período para juntar dinheiro para a fase final da Constituinte. Assim, a UDR recorreu ao leilão de gado (tática que tinha usado bastante no seu período de formação e preparação pré-Constituinte), arrecadando cerca de 10 milhões de cruzados com a venda de 611 animais,

---

[196] Empresário recolhe dinheiro para influenciar votação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1987, p. 8.
[197] *Idem, ibidem.*
[198] *Ibidem.*
[199] DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 181.

complementados de doações em dinheiro dos produtores que não puderam transportar o gado para a cidade[200].

Embora sem a mesma capacidade de arrecadação monetária que o empresariado urbano e rural, os líderes sindicais também perceberam a necessidade de mudar as suas táticas de pressão sobre os constituintes: "Os sindicatos deixaram de lado as grandes concentrações nos gramados em frente ao Congresso e passaram a atuar na base eleitoral dos parlamentares. Essa estratégia, garante Ulysses Riedel de Resende [diretor do DIAP], "é mais eficaz""[201].

Assim, intensificaram-se os esforços de divulgação da posição dos constituintes em relação às questões trabalhistas, procurando com isso pressioná-los a votarem em prol dos trabalhadores. Em 26 de setembro de 1987, a DIAP e a Oboré Editorial começaram a preparar o livro "Quem Foi Quem na Constituinte?", indicando aos parlamentares que os seus votos não seriam esquecidos pelo povo. Junto aos esforços de preparação do livro, o jornal do DIAP começou a publicar um resumo das mesmas informações do livro em tiragens destinados aos 3 mil e 100 sindicatos de trabalhadores urbanos e 2 mil 600 sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil na época: ""O movimento sindical será totalmente informado" sobre o que vai se passar na Constituinte, acrescentou o lobbista"[202].

A percepção, para a qual contribuíram as mais de 12 milhões de assinaturas em emendas populares, de que o jogo da Constituinte estava sendo travado tanto nos corredores do Congresso quanto na pressão da "opinião pública nacional" em cima dos parlamentares também foi compreendida pelo empresariado. Em outubro e novembro, a União Brasileira dos Empresários e a Frente Nacional Pela Livre Iniciativa[203] lançaram uma ampla campanha na mídia contra a estabilidade no

---

[200] Cz$10 milhões no leilão da UDR. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24 de novembro de 1987.

[201] Sindicalistas usam livro como arma. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1987, p. 7.

[202] *Idem, ibidem.* "Para esse cerco às bases, os sindicatos servem-se de uma rede de jornais sindicais que, segundo Sérgio Gomes, um dos diretores da Oboré, seria capaz de tiragens de até 10 milhões de exemplares. O modelo é parecido na maioria deles. O último número do boletim da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, por exemplo, publica a lista dos 93 membros da Comissão de Sistematização e respectivos telefones. O desenho de um polegar para cima, para baixo ou o de uma mão estendida indicam: "estes estão conosco", "estes podem estar" e "estes estão contra"." (Sindicalistas usam livro como arma. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1987, p. 7).

[203] A Frente Nacional pela Livre Iniciativa, cuja base era carioca, mas tinha projeção em outras regiões, "Nasceu na sede da Confederação Nacional do Comércio, no Rio, de uma reunião de representantes de associações empresariais e confederações – como a Fenaban –, que congregam as maiores empresas do país, além de pivôs políticos como a UDR." (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*.

emprego cujo símbolo foi um anúncio publicado nos jornais (sugestivamente intitulado de 'Alerta à Nação') e alguns clipes de televisão. Só os três filmes publicitários contra a estabilidade no emprego produzidos e veiculados pela Frente tiveram um custo de impressionantes Cz$ 70 milhões.

Em outubro de 1987, os funcionários da Embratel resolveram entrar em greve em defesa da emenda popular que estabelece a manutenção do monopólio estatal das telecomunicações. Foi a única greve durante a Constituinte cujo objetivo principal era influenciar a votação de alguma matéria em específico. O deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) registrou no Plenário o seu apoiou ao movimento: "E, em sendo uma questão de altíssimo interesse nacional, dessa tribuna desejamos manifestar toda a solidariedade aos servidores dessa empresa"[204].

Além das inovações táticas, as principais características desta 3ª fase foram a defesa das emendas populares na Assembleia Nacional Constituinte, a pressão para a inserção das emendas populares já no projeto de Constituição a ser votado pela Comissão de Sistematização e a organização do empresariado em torno da luta contra a estabilidade no emprego.

Entre 26 de agosto e 4 de setembro, as 83 emendas populares que tinham cumprido as exigências regimentais foram defendidas, cada uma durante 20 min, por seus respectivos representantes no plenário da Comissão de Sistematização. Cabe ressaltar que estas apresentações estão sub-representadas no gráfico acima, pois só foram contabilizadas aquelas que foram objeto de destaque na imprensa e nas articulações políticas. A abertura de um espaço no Congresso para que os movimentos defendesse as suas propostas foi, na teoria, mais um passo importante no sentido de aproximar a Constituinte da população, fortalecendo a voz das suas demandas e relembrando que a origem do poder constituinte residia no povo. No entanto, a valorização deste espaço da sociedade organizada no Congresso não encontrou um eco entre os constituintes, e tampouco entre os próprios movimentos sociais.

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, nenhuma reunião da Comissão de Sistematização para a defesa das emendas populares conseguiu reunir mais de trinta

---

Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 122) Alguns dos seus membros eram Hiram Corrêia, Stefan Bogdan Salej, Nansen Araújo, Reynaldo Ferreira, José Alencar Gomes da Silva e Francisco Horta.

[204] Diários da ANC, 28/19/87, p. 3263 *apud* BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988.* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008, p. 45.

de seus 93 membros[205]. De fato, além do baixo esforço que os constituintes da Comissão fizeram para presenciar a defesa das propostas populares, o período coincidiu com um momento de intensificação das reuniões entre constituintes para a formação dos acordos. No mesmo dia em que começaram as defesas das emendas populares, o relator da Comissão de Sistematização apresentou o 1º Substitutivo do Relator com 305 artigos (que recebeu emendas dos constituintes até 5 de setembro, um dia depois do fim da apresentação das emendas populares). O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) confirma este contexto conturbado: os grupos estão se reunindo, tentando chegar a um acordo, e as emendas populares estão sendo defendidas justamente nesta época de maior discussão"[206].

No entanto, após o pico de mobilização para a entrega das emendas populares, a defesa das mesmas não foi acompanhada de grandes manifestações. Segundo o mesmo *Correio Braziliense,* "As galerias, ao contrário do que alguns esperavam, estiveram tão ou mais vazias do que o plenário". O único dia em que elas encheram, chamando a atenção do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização, foi no dia da defesa das emendas sobre direitos da criança e do adolescente, e sobre ensino público e gratuito, quando a Fundação Educacional do Distrito Federal levou uma comitiva de mais de 400 crianças para assistir à reunião[207].

Segundo João Gilberto Lucas Coelho, ex-deputado e na época diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da UnB, "O fato de os representantes das entidades que patrocinaram emendas populares terem deposto nas subcomissões, fornecendo o maior número de informações possível, facilitou a absorção de inúmeras propostas pelo relator Bernardo Cabral"[208]. No entanto, até o relator da Comissão de Sistematização apareceu em poucas das reuniões de defesa das emendas populares[209]. A importância dessa presença se exemplificou no mesmo dia 2 de setembro das manifestações das crianças, quando ocorreu a defesa das emendas

---

[205] Cf. Milhões falam a plenário surdo. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8912, 05 de setembro de 1987, p. 6.

[206] Plenário e galerias vazias foram rotina. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8912, 05 de setembro de 1987, p. 6.

[207] "O súbito colorido das galerias não passou despercebido a Arinos: "Vocês parecem andorinhas no poleiro olhando o trabalho dos Constituintes" comparou o senador, conquistando imediatamente a garotada." (Foi uma festa. Mas durou pouco. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8912, 05 de setembro de 1987, p. 6.)

[208] João Gilberto traz texto popular. *Correio Braziliense,* Brasília, nº 9147, 03 de maio de 1988, p. 7.

[209] Foi uma festa. Mas durou pouco. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8912, 05 de setembro de 1987, p. 6. Ver também João Gilberto traz texto popular. *Correio Braziliense,* Brasília, nº 9147, 03 de maio de 1988, p. 7.

sobre direitos da criança e do adolescente; impressionado com os argumentos e com a mobilização, Cabral pediu às entidades patrocinadoras (Comissão Nacional Criança-Constituinte e Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais) para apresentarem um texto síntese das duas emendas populares, que, juntas, somaram 123.355 assinaturas. Assim, dois dias depois, acompanhado do deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), o relator se reuniu com Vital Didonet e Deodato Rivera (representantes das duas entidades), que entregaram um texto consolidado das duas propostas de emenda popular e obtiveram o compromisso de Cabral de que ele iria incluir mais um capítulo em seu novo substitutivo para tratar apenas do direito das crianças e dos adolescentes.

Assim, do capítulo apresentado pelas entidades, que possuía dois artigos (o primeiro com cinco parágrafos e quatorze incisos), o relator fez apenas uma única restrição: ""Isto eu não vou colocar", disse Cabral (…) apontando para o parágrafo segundo, que considera inimputáveis penalmente os menores de dezoito anos. "Se eu colocar isto, vai ser derrubado em plenário. É melhor ficar como está, pois isto o código penal garante" afirmou sem a concordância dos três interlocutores. "Vamos garantir também este artigo", afirmou [o dep. Nelson Aguiar], depois da entrega da emenda"[210]. Ao fim, a emenda obteve também o apoio de todas as lideranças partidárias na Constituinte, colhendo ainda 184 assinaturas dos parlamentares e exemplificando um dos casos de maior sucesso das campanhas pelas emendas populares.

Esta fase de defesa das emendas populares também seria extremamente importante para o movimento indígena, que via ameaçadas as suas conquistas nas etapas anteriores. De fato, no dia 28 de agosto, o presidente da CIMI (Conselho Indigenista Missionário), Dom Erwin Krautler, divulgou uma carta pública na qual criticava o 1º Substitutivo do Relator (apresentados dois dias antes), acusando o dep. Bernardo Cabral de ter ignorado e subvertido os debates e princípios que orientaram a redação dos dispositivos sobre os direitos indígenas na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias e na Comissão da Ordem Social: "Fez-se tabula rasa das decisões aprovadas pelo voto da imensa maioria dos membros da Subcomissão e Comissão"[211].

---

[210] Relator assume compromisso com crianças. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4510, 05 de setembro de 1987, p. 4.
[211] LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 98.

Quando chegou, no dia 4 de setembro de 1987, o momento da defesa das emendas populares nº 39 e 40 (que somavam juntas 87.994 assinaturas), dos 93 membros da Comissão de Sistematização, estiveram presentes apenas 27 e outros 20 constituintes não-membros da Comissão. No entanto, boa parte da mídia nacional e internacional voltou as suas atenções para o discurso carregado de simbolismos do coordenador da União das Nações Indígenas (UNI): Aylton Krenak pintou o rosto com uma tinta negra a base de jenipapo enquanto denunciava a campanha anti-indígena deflagrada pelo jornal "O Estado de São Paulo" e o retrocesso no Substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Com a repercussão da denúncia de Krenak, o movimento indígena organizou um *lobby* na Constituinte entre 7 a 18 de setembro para tentar influenciar a Comissão de Sistematização e o relator. Os assessores do CIMI percorreram os gabinetes e auxiliaram no contato com os constituintes, mas em função do adiamento do prazo de apresentação de emendas, muitos parlamentares estavam ausentes de Brasília. O 2º Substitutivo do Relator, lançado no dia 18 de setembro, havia, segundo a assessoria da CIMI, conseguido "piorar o texto"[212]. Nos dias que se seguiram, o movimento indígena trabalhou junto ao senador Severo Gomes (PMDB-SP) para tentar construir um acordo. Mas, apesar da boa perspectiva de vitória, a proposta de melhoria do Substitutivo nem chegou a ser posta em votação; isto porque, ao se encerrar (no dia 14 de novembro) o prazo final da Comissão de Sistematização para a votação do Título VIII, relativo à Ordem Social, os constituintes rejeitaram (por 49 a 43 votos) o requerimento para a prorrogação da sessão, implicando na aprovação automática por "decurso de prazo" da redação dada pelo 2º Substitutivo do Relator[213].

Apesar da baixa mobilização e da parca presença de constituintes na defesa das emendas populares, o sucesso da campanha de coleta de assinaturas fez com que os constituintes, estimulados e auxiliados pelas funcionárias da Comissão de Sistematização, decidissem que todas as 122 emendas apresentadas pela população fossem aprovadas para apreciação do plenário[214]. Assim, as funcionárias da secretaria se encarregaram de encontrar constituintes que subscrevessem as 39 emendas populares que não conseguiram cumprir as exigências regimentais – mínimo de 30

---

[212] *Idem,* p. 108.

[213] Além do Capítulo "Dos Índios", os capítulos "Do Meio Ambiente" e "Da Família, Criança, Adolescente e Idoso" também foram aprovados por "decurso de prazo" e remetidos ao Plenário com a mesma redação dada pelo 2º Substitutivo do relator Bernardo Cabral.

[214] Sessões de defesa terão datas amanha. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4493, 16 de agosto de 1987, p. 6.

mil assinaturas, número do título de eleitor dos signatários e apresentação por mais de três entidades. Quatro constituintes em especial se predispuseram a patrocinar várias emendas: Ronan Tito, Nilson Gibson, Nelson Carneiro e Francisco Amaral.

**Tabela 11 - Constituintes que subscreveram Emendas Populares (que não cumpriram as exigências regimentais)**

| Constituinte | Quantidade de Emendas Populares que Subscreveu[215] |
|---|---|
| Ronan Tito | 5 |
| Nilson Gibson | 5 |
| Nelson Carneiro | 4 |
| Francisco Amaral | 3 |
| Roberto d'Ávila | 2 |
| Manoel Castro | 2 |
| Lysâneas Maciel | 2 |
| Flávio Rocha | 2 |
| Vivaldo Barbosa | 1 |
| Vilson Souza | 1 |
| Miro Teixeira | 1 |
| Mello Reis | 1 |
| José Genoino | 1 |
| José Costa | 1 |
| Ivo Lech | 1 |
| Hermes Zanetti | 1 |
| Hélio Rosas | 1 |
| Fausto Rocha | 1 |
| Cristina Tavares | 1 |
| Cid Sabóia de Carvalho | 1 |
| Celso Dourado | 1 |
| Caros Alberto Caó | 1 |
| Augusto Carvalho | 1 |
| Aluizio Campos | 1 |

[215] Obs: 2 Emendas Populares foram subscritas por mais de um constituinte. A emenda nº69, sobre os direitos de pessoas portadoras de deficiência foi subscrita pelos deputados Miro Teixeira e Nelson Carneiro. Já a emenda nº58, sobre "Escolas Comunitárias" foi subscrita pelos deputados Manoel Castro e Cristina Tavares.

A organização do empresariado se intensificou em meio à luta contra a estabilidade no emprego. Além dos já citados esforços milionários de arrecadação de fundos, os empresários investiram na pressão em cima do Poder Executivo. Os empresários sabatinaram o então Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, no encontro do movimento PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) que reuniu, em 5 de outubro de 1987, 2.000 pessoas no Palácio das Convenções do Anhembi (São Paulo)[216]. Um mês depois, na véspera do já citado Encontro da União Brasileira de Empresários, um pequeno grupo de empresários se reuniu com o Presidente Sarney no Palácio do Alvorada com o objetivo principal de pressioná-lo a dar o seu apoio contra a estabilidade do trabalhador, assegurando-o que não pretendiam desestabilizar o governo, mas que alguns deles o criticariam no dia seguinte em função da necessidade de darem uma satisfação ao público interno: "Pediram, por fim, o apoio de Sarney contra algumas medidas da Constituinte, entre elas a estabilidade e a garantia de emprego. Em troca, prometeram apoiar os cinco anos de mandato"[217].

Setembro, assim como os dois meses anteriores, foi profícuo em manifestações cada vez mais espalhadas por todo o Brasil. A campanha pelas eleições diretas em 1988 continuava promovendo comícios e passeatas, especialmente em Minas Gerais, quando um comício em 3 de setembro reuniu cerca de 3.000 pessoas e contou com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva e dos senadores Mário Covas, Ruy Bacelar e Afonso Camargo[218].

No dia 29 de setembro, 2.000 estudantes e professores exigiram, em frente ao Congresso, que a Comissão de Sistematização aprovasse o ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis, gestão democrática das instituições de ensino, exclusividade de verbas públicas para escolas públicas, aposentadoria especial aos 25 anos de serviço e plano de carreira unificado. Na ocasião, um grupo de duzentos estudantes da UnB ocuparam as galerias da Câmara durante a reunião da Comissão de Sistematização que, no entanto, não estava votando nenhuma das pautas do movimento, mas sim o item sobre tortura.

Não foi a única vez em que os movimentos enfrentaram esta dificuldade em conciliar as manifestações com as datas sempre imprevisíveis da Comissão de

---

[216] Cf. Sandra Balbi, *Senhor*, 13.10.87 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita.* Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 133.

[217] Empresário recolhe dinheiro para influenciar votação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1987, p. 8.

[218] Também estiveram presentes os deputados Fernando Lyra, Otávio Elísio, Célio de Castro, Virgílio Guimarães e João Paulo Pires Vasconcelos.

Sistematização. Após o descumprimento do calendário de votação ter obrigado os organizadores a cancelarem, por duas vezes, a vinda dos trabalhadores rurais a Brasília, eles decidiram montar um acampamento composto por Caravanas vindas de todo o país durante a primeira semana de outubro, independentemente do dia em que a Comissão vier a votar a reforma agrária. Assim, cerca de 8.000 agricultores sem-terra, minifundiários, líderes sindicais e três dezenas de indígenas nordestinos invadiram a capital nacional para pressionar a aprovação do conteúdo da emenda popular sobre a reforma agrária na Comissão de Sistematização. O Congresso Constituinte não foi, no entanto, o único alvo dos sem-terra, que também realizaram manifestações em frente à embaixada americana, aos ministérios da Agricultura e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, e ao Tribunal Federal de Recursos, "onde, segundo Darci Maschio, da Executiva Regional dos Sem-Terra, "160 processos de desapropriação estão engavetados"."[219].

Já o movimento ambientalista[220] promoveu, em 21 de setembro, uma passeata pela preservação das florestas e contra a poluição ambiental, procurando conscientizar a população para a gravidade da devastação da natureza e, principalmente, sensibilizar os constituintes para a importância da inclusão, na nova Constituição, "da plataforma ecológica nacional". Ao chegar à Praça do Povo (em Brasília), os ambientalistas realizaram um ato público com a presença de constituintes, representantes de centrais sindicais, artistas, partidos políticos e entidades de defesa da natureza. Uma semana depois, foi a vez dos aposentados defenderem os direitos dos idosos na Constituinte, reunindo no Auditório Nereu Ramos (da Câmara dos Deputados) cerca de 600 aposentados[221].

---

[219] Agricultores gaúchos partem para Brasília. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1987, p. 3.

[220] A Assembleia Ecológica Permanente de Brasília, coordenada por Dora Dinato, foi uma das principais organizadoras da passeata.

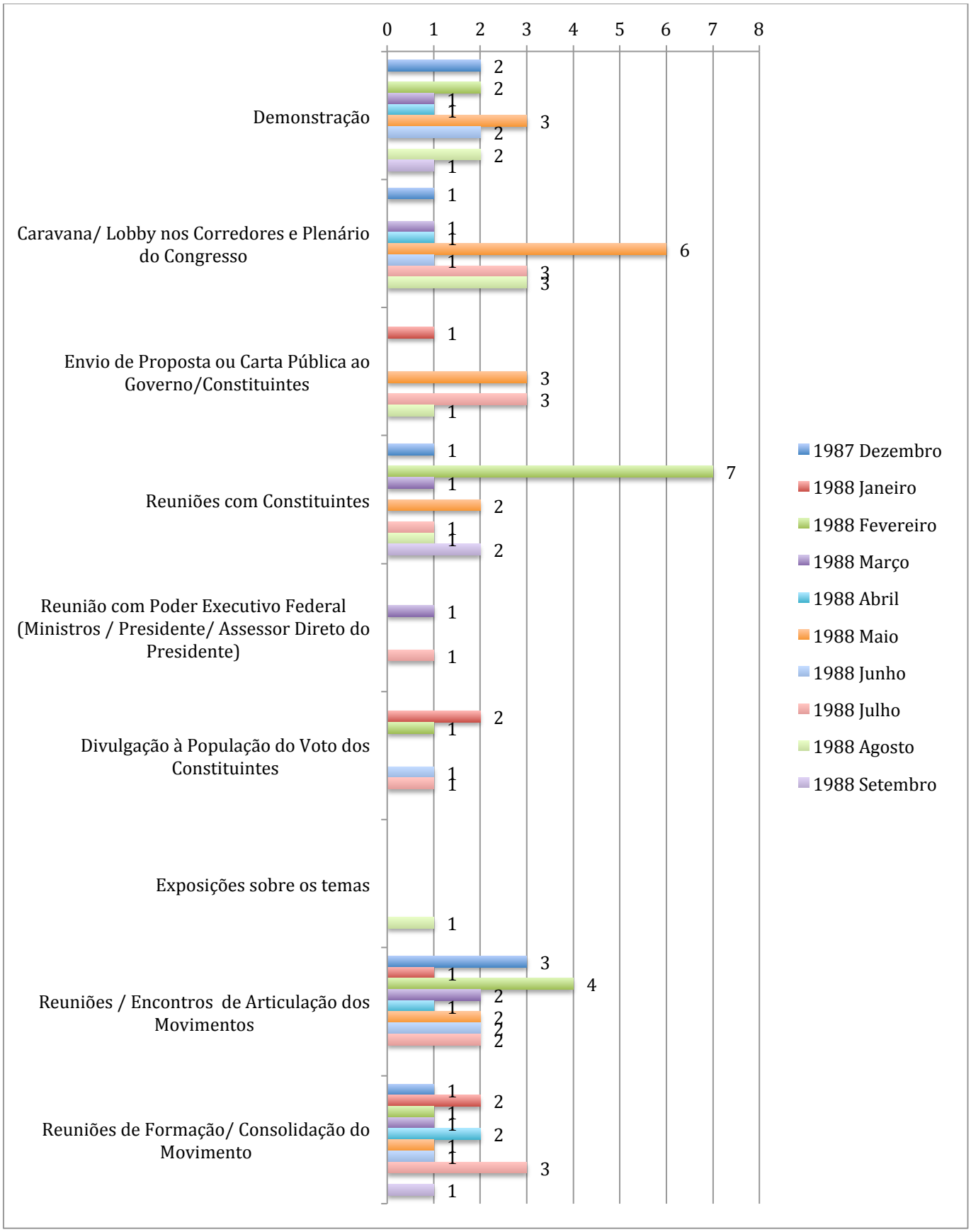
[221] Cf. BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008, p. 77.

# 4ª Fase

A quarta fase da mobilização social corresponde às estratégias utilizadas pelos movimentos ao longo do período de decisão no Plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Assim, esta última etapa começa com a entrega ao Plenário do Projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização, no dia 24 de novembro de 1987 e segue até a promulgação da nova *Carta Magna*, no dia 5 de outubro de 1988.

A quantidade de ações coletivas diminui em relação à 2ª e 3ª fase, apresentando uma média mensal de 8,5 eventos distintos. De fato, as ações no período se concentraram em três meses de intensa mobilização: fevereiro (15 eventos), maio (17 eventos) e julho (14 eventos). A criatividade e diversidade de ações presente nos três meses anteriores (da 3ª fase) também diminuiu ligeiramente (somente 9 diferentes tipos de ações foram utilizados). Como é possível ver no gráfico abaixo, os principais tipos de ação empregados foram as reuniões com constituintes (especialmente em fevereiro) e as caravanas e manifestações (mais numerosas em maio). Mas também se consolidou uma orientação estratégica adotada na fase anterior, a pressão nas bases eleitorais dos constituintes, que se tornava cada vez mais eficaz na medida em que se aproximavam as eleições municipais de 1988 (das quais vários constituintes disputavam ou apoiavam candidatos).

**Gráfico 6 - Mobilização Mensal por Tipo de Ação na 4ª Fase da ANC**



Duas características principais marcaram o período: primeiro, a fase decisória que entrou a Constituinte, multiplicando as reuniões com o objetivo de firmar acordos (muitas contaram com a presença de representantes dos movimentos sociais, que, em algumas delas, lograram se tornar sujeitos centrais nas negociações); segundo, a reação do setor conservador, tanto o parlamentar quanto o extraparlamentar.

Nesta fase decisória, os movimentos defenderam e negociaram tanto o conteúdo das emendas populares apresentadas quanto também as conquistas já asseguradas no projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. De fato, no mesmo dia em que a Comissão entregou o projeto à Ulysses Guimarães, associações, movimentos e partidos de esquerda[222] se reuniram em Brasília com o objetivo de articular a ação dos movimentos populares para garantir as conquistas ali presentes.

As negociações dos diferentes sindicatos com o Centrão e com as lideranças partidárias a respeito dos direitos trabalhistas foram intensas, somente entre 2 e 4 de fevereiro de 1988 ocorreram seis reuniões na busca por um acordo. Os principais atores desta negociação eram, da parte extraparlamentar, o DIAP, a CUT, a CGT, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. No entanto, os sindicalistas se dividiram, especialmente na negociação sobre a estabilidade no trabalho: "Meneghelli apoia o PT, Joaquinzão fica com Covas, e Magri e Medeiros tendem a fechar com o *Centrão*. Magri admitiu que fica "com a maioria" se não houver acordo e Medeiros está disposto até a convocar uma assembleia de metalúrgicos para aceitar a proposta do grupo (estabilidade vinculada à indenização) com maior respaldo"[223]. De fato, a aliança do empresariado com Luiz Antônio Medeiros, especialmente nas discussões sobre a estabilidade, já vinha desde 10 de novembro de 1987, quando o presidente do maior sindicato da América Latina foi a "vedete" do Encontro Nacional de Reflexão sobre a Estabilidade, organizado pelo movimento PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais)[224].

---

[222] Participaram da reunião, realizada no dia 24 d novembro de 1987, a CUT, CGT, ABI, OAB, Contag, MST e sete partidos (PT, PDT, PCB, PCdoB, PSB, PV e do MUP do PMDB).
[223] Sindicalistas brigam entre si. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1988, p. 4.
[224] Cf. *Senhor*, 17.11.87 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 133 e p. 189. O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) surgiu em 1986 como um foco de descontentamento e de reformulação das atitudes tradicionais do empresariado, mas só foi lançado oficialmente no dia 9 de junho de 1987. Foi formado por um "grupo de jovens empresários de mentalidade mais moderna, congregava figura oriundas de movimentos de oposição sindical, que chegaram à direção de suas agremiações com votos das pequenas e médias empresas. Em geral, reclamavam a maior participação das bases nas definições de rumos." (*Jornal do Brasil*, 09.06.87 *apud*

Nota-se que os sindicatos patronais e grandes empresários não participaram diretamente destas reuniões do começo de fevereiro, no entanto, os seus interesses estavam representados pelo deputado constituinte Guilherme Afif Domingos (presidente da Associação Comercial de São Paulo) e pela cúpula do Centrão.

Os sindicatos mais progressistas procuraram mostrar a sua força também fora das mesas de negociações, realizando, no dia 4 de fevereiro, uma manifestação chamada "Abraço à Brasília", na qual 2.000 a 2.500 ativistas de mais de 200 sindicatos deram as mãos e englobaram o Congresso Nacional para protestar contra os parlamentares do Centrão, em defesa dos direitos (entre eles a estabilidade) que constam do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização e para lutarem por eleições diretas para Presidente da República em 1988. Na manifestação, realizou-se também um enterro simbólico dos parlamentares do Centrão: ao som da Marcha Fúnebre de Chopin, os sindicalistas pregaram cerca de 150 cruzes no gramado do Congresso com o nome destes constituintes. A maior cruz foi reservada ao presidente José Sarney[225].

Esta discussão em torno dos direitos trabalhistas se tornou um caso emblemático pela participação ativa do movimento sindical nas negociações. Fortalecidos pela sua capacidade de organização e pelo seu potencial de mobilização, os sindicatos foram elevados a interlocutores diretos na mesa de decisão. No entanto, as divisões internas do movimento sindical foram exploradas em itens mais polêmicos, como a estabilidade no emprego, aprovada na Comissão de Sistematização, mas transformada em indenização por tempo de serviço no Plenário.

O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) também negociou em fins de fevereiro com o senador Mário Covas uma emenda modificativa de uma emenda do próprio senador. Apesar dele ter concordado em tirar as terras de "extintos

---

DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 130). De fato, o PNBE era visto como um sinal da disputa interna na Fiesp, questionando "a estrutura representativa do empresariado [especialmente da Fiesp], seu formato e métodos. O que diferencia a Fiesp do PNBE "é a ação prática, a tática". (...) Ou, como diria Bruno Nardini: "As bandeiras são as mesmas, a diferença está no processo" (Sandra Balbi, *Senhor,* 13.10.87). Grajew seria ainda mais claro: "A divisão no empresariado, hoje, não é mais entre grandes e pequenos e sim entre forças conservadoras e democráticas"." (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 131). Entre seus membros, estavam os presidentes de associações e sindicatos patronais: Luís Paulo Butori, da Associação Brasileira da Indústria de Fundição (Abifa); Luís Carlos Delben Leite, da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas; Oded Grajew, da Associação Brasileira de Indústrias de Brinquedos; e Adauto Porto, vice-presidente da Abifarma. O PNBE conseguiu 115 assinaturas de apoio de entidades de classe. Suas principais bandeiras eram as da livre iniciativa, da redução do papel do Estado e de uma política econômica mais consistente.

[225] Cf. Lideranças sindicais "abraçam" o Congresso. In: *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4639, 05 de fevereiro de 1988, p. 4.

aldeamentos indígenas" dentre os bens dos Estados (o que poderia estimular a volta da prática de extinção de aldeamentos, assim como representar uma ameaça às comunidades indígenas cujos aldeamentos foram ilegalmente extintos no passado, apesar dos índios existirem até hoje), o senador deixou de incluir a questão no acordo dos líderes: "Como o Plenário sequer ficou sabendo que o dispositivo emendado era, de certa forma, oriundo do próprio autor da emenda, setores de centro e de direita entenderam a emenda como uma ameaça ao patrimônio dos Estados. O próprio relator, dep. Bernardo Cabral, encaminhou contra a emenda (...)"[226]. Após o fracasso da emenda modificativa, a equipe de Covas se comprometeu com o CIMI a trabalhar para a supressão do dispositivo no segundo turno de votações em plenário.

Segunda característica marcante desta última etapa, a reação do setor conservador ao Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização (e às dificuldades regimentais de alterá-lo em Plenário) transformou de forma significativa a Estrutura de Oportunidades Políticas da Constituinte. A consequência geral da organização de uma maioria (mais ou menos estável conforme a pauta) em torno do "veto" a certos itens polêmicos foi de reforçar a característica conciliatória do projeto de transição democrática.

Assim, em novembro de 1987, 319 constituintes apresentaram o Projeto de Resolução nº 21, que propunha a alteração do Regimento Interno da ANC[227]. Aprovado no dia 3 de dezembro de 1988 sob a promessa de um novo substitutivo que seria fruto de um acordo, a principal alteração do PR nº21 era a preferência automática dada aos substitutivos subscritos por maioria absoluta (280 assinaturas) dos membros da Assembleia. Depois de uma longa disputa, no dia 5 de janeiro de 1988, aprovou-se a Resolução 03/88[228], que modificava o PR nº21, mantendo, no

---

[226] GAIGER, Júlio. *Informe Constituinte*. Brasília: CIMI, nº 30, 04 de fev., 1988 (mimeo).

[227] Já desde outubro de 1987 um grupo de 152 constituintes que se sentiam prejudicados pelos rumos da Comissão de Sistematização haviam começado a se articular. "Uma das composições para o Centrão é: PFL (80 constituintes), PMDB (43), PDS (19), PTB (6), Partido Democrata Cristão – PDC (3), Partido Liberal – PL (1) (Kinzo, 1990:120). Os líderes desse grupo eram os deputados Ricardo Fiúza (PFL), Gastone Righi (PTB), Afif Domingos (PL), Bonifácio de Andrada (PDS) e Roberto Campos (PDS). A presença do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB), como líder do governo na Assembleia Nacional Constituinte, é indicativo do apoio do presidente Sarney a esse movimento." (Gomes, Sandra. "O Impacto das Regras de Organização do Processo Legislativo no Comportamento dos Parlamentares: um Estudo de Caso da Assembleia Constituinte (1987-1988)". In: *Dados*, v. 49, nº 1, 2006, p. 219)

[228] Os cinco destaques do PT e PDT foram derrotados por 228 votos a 148. Os dois partidos pretendiam modificar alguns dispositivos como o que prevê o adiamento por 24 horas, da votação de uma matéria destacada, caso não seja alcançado o quórum de maioria absoluta na sessão do dia. O item mais combatido pelos partidos de esquerda é o que estabeleceu a preferência automática a toda emenda ou substitutivo ao projeto de Constituição subscrito por 280 constituintes. Eles tentaram também impedir a

entanto, a sua essência: além de manter a preferência aos substitutivos com maioria absoluta, estabeleceu um prazo de 24 horas para votar as matérias que não atingissem o quórum no plenário, regeu os prazos para destaque, limitou para seis o número máximo de pedidos de destaque por constituinte, possibilitou (a partir de 187 assinaturas) a apresentação de destaque de capítulos e títulos inteiros e, em seu 13º e último artigo, previu a distribuição de senhas, pelos constituintes, ao público que desejasse ingressar nas galerias[229].

Uma mudança era central, a inversão do ônus para a manutenção dos itens do Projeto-A. Assim, no primeiro Regimento Interno era exigido 280 votos para modificar o Projeto-A (que tinha saído da Comissão de Sistematização); já no novo Regimento Interno, a manutenção de *qualquer* parte do Projeto-A exigia 280 votos. Ou seja, todas as partes do Projeto-A passaram a ser submetidas à votação nominal.

O grupo por trás dessas mudanças no Regimento Interno era o Centro Democrático, que logo ficou conhecido como "Centrão", era um conjunto mais ou menos fluido, composto por uma união entre constituintes conservadores e governistas. Muitas são as explicações para a formação daquele grupo suprapartidário. Algumas delas focam no repúdio às matérias aprovadas na Comissão de Sistematização, especialmente as da Ordem Social, da Ordem Econômica e do Sistema de Governo: o deputado Marcos Lima (PMDB-MG) afirmou, na época, que "a aprovação da estabilidade no emprego foi um dos fatores que uniu os "moderados" em torno da proposta do "Centrão" de mudar o Regimento Interno para permitir a apresentação de emendas ao anteprojeto de Constituição"[230]. O peso do governo também agrupou em torno da proposta os partidários do presidencialismo e do mandato de cinco anos (embora, pela falta de consenso, o Centrão não fechou uma posição em relação a estes temas neste primeiro momento). Fernando Henrique Cardoso destaca este papel do governo na organização do Centrão: "O governo se organizou porque perdeu na Sistematização. E viu que ia perder em muitas coisas.

---

apresentação de substitutivos a títulos e capítulos, e a exigência de maioria absoluta para o encaminhamento das emendas e substitutivos ao projeto de Constituição.

[229] Pelo novo Regimento Interno surgido da Resolução nº3/88, "desde que assinadas pela maioria absoluta dos constituintes (280 constituintes), emendas a qualquer parte do texto poderiam ser apresentadas (*idem*, art.1o, § 1o) e teriam preferência automática, ou seja, seriam votadas em primeiro lugar, sem a necessidade de apresentação e votação de um requerimento de preferência de votação (*idem,* art. 1o, § 2o). Eram as chamadas emendas coletivas de que o Centrão pretendia fazer uso para alterações mais substantivas no Projeto-A." (Gomes, *opus cit.*, p. 210).

[230] Marcos Lima não acredita mais em parlamentarismo. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1987, p. 3.

Então criou o Centrão, que era um movimento de reação ao setor mais progressista da Constituinte"[231].

Outras explicações ressaltam também a importância da crítica à forma e à dinâmica que o primeiro regimento produziu. Para Márcia Teixeira de Souza, havia uma distorção do princípio representativo na qual a Comissão de Sistematização (onde a esquerda estava sobre-representada) poderia aprovar uma matéria com 42 votos, e o Plenário só poderia realizar qualquer alteração com o quórum de votação de maioria absoluta[232]. De fato, as possibilidades de mudar em Plenário o Projeto de Constituição que saiu da Comissão de Sistematização eram, pelas regras do primeiro Regimento, muito limitadas: era proibido apresentar emendas que substituíssem integralmente o Projeto ou que abordasse mais de um dispositivo; assim como, ao exigir maioria absoluta (280 votos) para qualquer mudança sob pena de ver a parte original do Projeto da Comissão de Sistematização ser mantida, tornavam os custos de modificação muito mais altos do que os de manutenção. Para Sandra Gomes, "garantir 280 votos em votação nominal era uma tarefa difícil, especialmente em casos bastante divisivos e de difícil posicionamento público (como os direitos trabalhistas)"[233].

O principal argumento utilizado pelo Centrão para a mudança das regras era de que no Regimento em vigor as possibilidades de mudar o Projeto de Constituição, em plenário, eram muito limitadas. O parágrafo 2º do artigo 23 do Regimento Interno de 1987, que tratava do modo de apreciação do projeto em 1º turno em plenário, dizia: "Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o Projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo [...]". Por outro lado, qualquer proposta de supressão de um artigo, inciso etc. que tivesse sido aprovada por um número muito menor de parlamentares nas Comissões necessitava, em plenário, de uma maioria de 280 votos. Além disto, esse procedimento significava que, se uma votação nominal não atingisse os 280 votos, 250 por exemplo, a parte original do Projeto da Comissão de Sistematização seria mantida. Nesse caso, os custos de modificação do Projeto de

---

[231] CARDOSO, Fernando Henrique. Depoimento In: FONTOURA, João Carlos (direção e roteiro) & PAULA, Renata Telles de (roteiro). *A Constituição da Cidadania*. Brasília: TV Senado, 2008.
[232] SOUZA, Márcia Teixeira de. O Processo Decisório na Constituição de 1988: Práticas Institucionais In: *Lua Nova*, nº 58, 2003, p. 44.
[233] Gomes, Sandra. "O Impacto das Regras de Organização do Processo Legislativo no Comportamento dos Parlamentares: um Estudo de Caso da Assembleia Constituinte (1987-1988)". In: *Dados*, v. 49, nº 1, 2006, p. 208.

Constituição eram muito mais altos do que a manutenção do Projeto da Comissão de Sistematização.

Já João Gilberto Lucas Coelho afirma que a tensão criada pela demora nos trabalhos da Comissão de Sistematização também pesou para os ressentimentos dos constituintes contra aquele colegiado: "O projeto vindo das comissões tinha que passar pela Comissão de Sistematização. Só que a Sistematização se enrolou, se complicou, deu um nó político. Nós tínhamos a seguinte situação, "X" [93] deputados trabalhando na Sistematização e os outros constituintes, senadores e deputados sem ter o que fazer, um mês, dois meses. Criou uma tensão enorme. Então, o que mais uniu o Centrão foi a mudança regimental, foi tirar os poderes da Comissão de Sistematização. E nisso vieram com o rolo compressor e atropelaram. Era uma rebeldia majoritária que teve de ser aceita"[234].

De fato, foi a combinação de todos estes fatores que permitiu a formação de uma frente ampla de conservadores e governistas que, face à aprovação de matérias na Comissão de Sistematização que não refletiam a vontade da maioria do Plenário e à percepção crescente de que a reversão no Plenário seria muito difícil em função do Primeiro Regimento Interno e da fragmentação partidária, se uniu em torno da mudança regimental.

O surgimento do Centrão e a mudança regimental foi encarada por parte da bibliografia como uma alteração sensível dos "recursos de poder disponíveis aos jogadores e, portanto, do resultado final da partida"[235]. Sandra Gomes, adotando uma perspectiva neo-institucionalista, chega a afirmar inclusive que a mudança regimental "fez com que o processo constituinte praticamente recomeçasse do zero"[236]. A autora afirma, no entanto, que apesar da união contra o Regimento Interno, o Centrão era um grupo bem heterogêneo nos aspectos substantivos do Projeto de Constituição, sem conseguir criar uma proposta coesa de nova ordem econômica[237]. Assim, Gomes

---

[234] COELHO, João Gilberto Lucas. Depoimento In: FONTOURA, João Carlos (direção e roteiro) & PAULA, Renata Telles de (roteiro). *A Constituição da Cidadania*. Brasília: TV Senado, 2008.

[235] PRAÇA, Sérgio & NORONHA, Lincoln. *Estimando a importância das instituições: o impacto da descentralização na Assembléia Constituinte brasileira, 1987-1988*. Paraná: UFPR, I Seminário Nacional em Sociologia e Política, 2009, p. 4. Praça e Noronha se referem, no trecho, a autores como Martinez-Lara, 1996; DIAP, 1988; Gomes, 2006; Pilatti, 2008; Souza, 2003; e Coelho, 1999.

[236] Gomes, *opus cit.,* p. 195.

[237] Gomes, 2006, *opus cit.*, p. 212. De fato, "O Centrão chegou a introduzir uma emenda coletiva que substituiria o capítulo sobre a Ordem Econômica e Financeira (no título VII), mas a questão não alcançou o quórum necessário devido a um voto. O resultado final da votação foi considerado uma vitória dos nacionalistas – 279 "sim" contra 210 "não" e 27 abstenções (Kinzo, 1990:129; Bonavides e Andrade, 1991:462). Por outro lado, muitas das questões que envolviam direitos trabalhistas,

defende que este setor logrou criar uma "coalização de veto"[238], que conseguiu (apoiada no novo Regimento) a manutenção do sistema presidencialista, a fixação do mandato presidencial em cinco anos para Sarney, a rejeição da proposta de estabilidade no emprego após 90 dias de contratação, a fixação da jornada de trabalho em 44 horas semanais e a rejeição da desapropriação de propriedades produtivas para fins de reforma agrária[239].

No entanto, embora nestes casos mais controversos a formação do Centrão e a mudança regimental tenham resultado em alterações substantivas no texto, não é possível generalizar este impacto para todo o texto constitucional, cuja maior parte não sofreu alterações, mantendo no Plenário a preferência dos parlamentares em etapas anteriores da Constituinte – Subcomissões, Comissões e Comissão de Sistematização. Segundo o levantamento realizado por Sérgio Praça e Lincoln Noronha, em apenas 32% dos dispositivos da nova *Carta Magna* "a palavra final foi do plenário, seja inovando, seja dando redação definitiva a dispositivos criados em fases anteriores"[240]. Ou seja, em 68% dos casos, a redação final foi idêntica àquela encontrada no Anteprojeto "A" (também conhecido como Anteprojeto 253) que saiu da Comissão de Sistematização. Sendo que 42% da Constituição já haviam sido definidos nas Comissões Temáticas e 26% na Comissão de Sistematização.

---

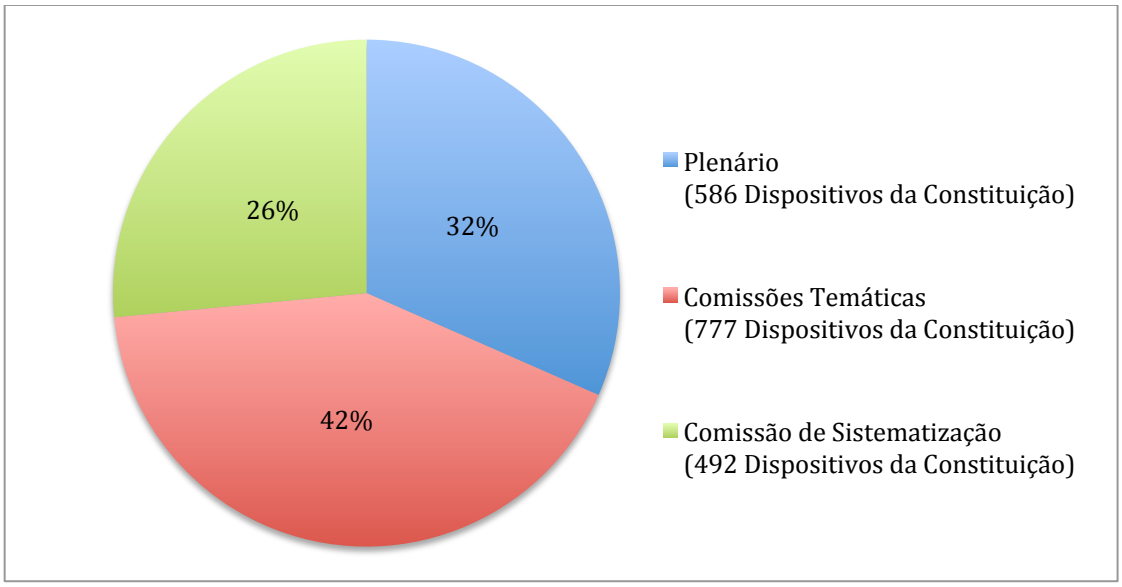
incorporadas no Projeto de Constituição logo no início da Assembléia Nacional Constituinte, tiveram aprovação consensual, como a licença-maternidade de 120 dias (98% dos votos "sim"), a licença-paternidade (83% "sim"), a jornada de trabalho de 44 horas semanais (99% "sim") ou o adicional de 33% nas férias (91% "sim")." (Gomes, *opus cit.*, p. 216).

[238] Segundo Gomes, "o Centrão parece ser melhor entendido como uma coalizão de veto que se uniu para a alteração do Regimento Interno – nos termos discutidos por Tsebelis (1997) – e não como um grupo unido e propositivo." (Gomes, *opus cit.*, p. 211).

[239] Cf. *Idem,* p. 213. No entanto, é importante lembrar que a aprovação da emenda presidencialista foi apoiada não só pelo Centrão, mas também pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que tinham candidatos liderando nas pesquisas de opinião em uma corrida presidencial.

[240] Praça & Noronha, *opus cit.*, 2009, p. 8. A base de dados dos autores conta cada artigo, inciso e alínea como um dispositivo, incluindo os presents nos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias, totalizando 1855 dispositivos.

**Gráfico 7 - Etapas em que o texto constitucional foi decidido**




Fonte: Praça & Noronha, *opus cit.*, 2009, p. 8.

A importância deste trabalho de rastreamento das decisões e do poder de agenda ao longo da Constituinte é evitar generalizações como a já citada de Gomes (2006), para quem o processo Constituinte praticamente recomeçou do zero após a aprovação do segundo Regimento Interno[241]. Para Praça e Noronha, "A mudança nas regras regimentais resultou em mudanças relevantes, porém minoritárias no texto constitucional. Mais do que "coalizões de veto", o plenário parece ter produzido maiorias *ad hoc* que aumentaram o texto constitucional em relação ao proposto pela Sistematização – ou seja, a comissão relatada por Bernardo Cabral teve impacto bem maior para o resultado final da Constituição do que a maior parte da bibliografia sobre a ANC indica"[242].

Uma inovação nas táticas dos partidos progressistas para se contrapor às ameaças que o Centrão e o novo Regimento impuseram, foi a exploração dos pedidos de Destaque para Votação em Separado. Neste sentido, é esclarecedora a fala do então deputado constituinte, José Genoíno:

> "Sobre o destaque de votações em separado, que é o DVS. Isso foi basicamente uma criação nossa, do campo progressista, que era o seguinte: o que está no projeto global

[241] Gomes, *opus cit.*, p. 195.
[242] Praça & Noronha, *opus cit.*, 2009, p. 10.

> pode ser retirado previamente sem maioria absoluta, desde que tenha 1/3 de assinaturas dos constituintes. Aí o que nós fizemos? Quando eles votaram o projeto, quando eles derrotaram o projeto na Sistematização e ganhou o Centrão, nós coletamos dezenas de listas de assinaturas prévias em só o que faltava era colocar o artigo. Então, quando o projeto do Centrão foi para o Plenário, ele estava todo fatiado. Como a gente sabia que aliança ali tinha um todo, a gente fatiou. Vamos pegar, por exemplo, a questão das 44hs – porque no projeto da Comissão de Sistematização eram 40hs. Vamos pegar a licença maternidade. Aí nós fomos pegando pontos em que era mais difícil de manter a unidade entre eles. Por isso que nós criamos o Destaque de Votações em Separado, porque você tira e fica fora, com um 1/3 você deixa ele fora. Para entrar é que tem que ter maioria, então a maioria tem que botar. Era mais ou menos isso. Como a gente queria tirar coisas do Centrão, para nós o DVS era interessante: você tira com 1/3 de votos, e 1/3 nós tínhamos, isso não era problema. O que não tínhamos era maioria absoluta. Aí a gente ia para um empate. No empate, vinha a negociação"[243].

A reação dos parlamentares conservadores e governistas que resultou na formação do Centrão e na mudança regimental não era sem respaldo de alguns setores da sociedade. De fato, como vimos na terceira fase (especialmente nos meses outubro e novembro), a articulação do empresariado em torno da luta contra a estabilidade no emprego – pressionando tanto o presidente e os deputados quanto lançando uma ampla campanha na mídia para tentar ganhar apoio de parte da opinião pública – contribuiu para a formação do Centrão, oferecendo apoio logístico, financeiro e "legitimidade" perante o empresariado. Uma das últimas mobilizações deste setor em 1987 foi o IIº Encontro do Movimento de Mulheres pela Livre Iniciativa, realizado em 8 de dezembro, contando inclusive com a participação de um dos principais líderes do Centrão, o deputado constituinte Guilherme Afif Domingos (PL-SP).

No entanto, embora parcela significativa do Centrão fosse composta por governistas e apoiasse a articulação do presidente Sarney em prol dos 5 anos, parte do Centrão e parte da sua base social de sustentação era favorável às eleições diretas em 1988. O principal articulador desta corrente era Ronaldo Caiado, presidente da UDR, que se reuniu em 2 de fevereiro, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, com 547 empresários da capital, ruralistas do interior fluminense e líderes da UDR de vários estados do país. No encontro, Caiado pregou não só as eleições em 1988, mas também

---

[243] Entrevista com José Genoíno. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 04 de julho de 2008, pp. 17-18.

a necessidade de união do empresariado urbano e rural em torno de um líder "com credibilidade reconhecida pela população"[244], único capaz de articular esse pacto social campo-cidade. Embora estivesse quase em pré-campanha presidencial, Caiado não era o candidato automático deste grupo: em uma pesquisa da Associação Comercial com os 547 empresários presentes no encontro, o candidato preferido era Antônio Ermírio de Morais, com 40,8% dos votos. A mesma pesquisa mostrou a divisão dos empresários entre os quatro ou cinco anos do mandato de Sarney: 59,5% preferiam eleições presidenciais em 1988; 31,3% em 1989 e apenas 2,5% em 1990[245].

Face às alterações regimentais, à formação do Centrão e às movimentações milionárias dos empresários e dos ruralistas, parte dos movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda começaram a se articular para denunciar a manobra e defender o projeto apresentado pela Comissão de Sistematização (nos itens considerados progressistas) e também o conteúdo das emendas populares que não tinham sido contempladas no Projeto "A". A aprovação da mudança regimental no início de dezembro fez com que os sindicatos e associações ligados ao Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte fizessem um chamado para a preparação de uma greve geral no país contra os rumos dos trabalhos na Assembleia Constituinte. O chamado não se concretizou na época, mas o documento com a proposta, enviado a centenas de sindicatos e movimentos sociais em todo o Brasil serviu como um alerta contra os riscos que corriam os avanços conquistados na Comissão de Sistematização; assim como se fixou o mês de fevereiro de 1988 como o começo de uma nova onda de mobilização em torno da Constituinte[246].

O Plenário Pró-Participação Popular voltou a se reunir em 18 de janeiro para definir uma estratégia de mobilização contra uma emenda do Centrão que suprimia os mecanismos de participação popular da Constituição. Após a reunião, o Plenário emitiu uma nota assinada pelo professor Goffredo da Silva Telles Junior e pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo protestando contra a eliminação de todos os instrumentos de participação popular. O episódio serviu para reorganizar o movimento em defesa das emendas nº 21, 22 e 56, exercendo pressão direta sobre os constituintes e procurando difundir entre a opinião pública o sucesso da campanha de coleta de assinaturas para as 122 emendas populares.

---

[244] Caiado propõe marcha cívica. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4637, 03 de fevereiro de 1988, p. 4.
[245] *Idem, ibidem.*
[246] Esquerda ameaça com greve geral. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34596, 08 de dezembro de 1987, p. 5.

Seguindo a nova estratégia de pressão nas bases regionais dos deputados, os movimentos e sindicatos intensificaram a divulgação do nome dos constituintes que não votaram de acordo com os interesses dos trabalhadores. Somente o Sindicato dos Bancários de Brasília produziu 50 mil panfletos e 20 mil cartazes "Traidores do Povo". Segundo José Sampaio de Lacerda Junior, presidente do sindicato, as emendas de interesse dos trabalhadores citadas no cartaz do sindicato foram: garantia de emprego, jornada de trabalho de 44 horas, horas extras pagas em dobro, licença maternidade de 120 dias, aviso-prévio mais justo, direito trabalhista sem prescrição, aposentadoria com salário da ativa e mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.

A campanha por eleições diretas em 1988 continuou sendo um dos pontos de convergência entre os partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais e associações. Também foi o tema que mais atraiu pessoas para manifestações de rua; no entanto, o clima e as massas da primeira campanha pelas Diretas-Já não se repetiram. Em dezembro, dois importantes comícios das Diretas Já-88 foram realizados, o primeiro em São Paulo, reunindo em torno de 15 mil pessoas em 13 de dezembro; o segundo, cinco dias mais tarde, foi no Rio de Janeiro e reuniu aproximadamente o mesmo número de pessoas. No final de janeiro, a entrada oficial da OAB na Campanha pelas Diretas em 88 representou uma nova etapa de mobilizações. O presidente da OAB nacional, Márcio Thomaz Bastos, enviou no dia 20 de janeiro uma carta aos presidentes das secções regionais afirmando que a entidade é "frontalmente contrária a um mandato de cinco anos para o presidente Sarney"[247]. Uma semana mais tarde, a OAB assumia a coordenação de todas as manifestações, em um esforço do "Comitê Interpartidário + Entidades pelas Diretas-88" para "despartidarizar" o movimento e evitar que ele fosse dividido por conta da disputa entre os presidenciáveis (notadamente Lula, Covas e Brizola)[248]. Junto a mudança de liderança, avaliou-se que era preciso de uma intensa mobilização popular para reverter a maioria governista que se desenhava em torno dos cinco anos para Sarney[249]. Além da já tradicional estratégia de afixar, nas regiões centrais das capitais do país, cartazes com a relação dos parlamentares e governadores contrários ao

[247] OAB iniciará campanha pelas diretas em 88. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4625, 20 de janeiro de 1988, p. 4.
[248] Participaram da reunião quase cem parlamentares de todos os partidos e representantes de várias entidades.
[249] Cf. Comitê aprova 'Dia Nacional de Advertência'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de janeiro de 1988, ,p. A4.

mandato de quatro anos para Sarney, a última tentativa de conquistar a opinião pública seria o "Dia Nacional de Advertência", com passeatas, greves-relâmpago, "panelaços", "buzinaços", "showmícios", entre outras ações. Assim, manifestações eclodiram por todo o país no dia 4 de março sob a coordenação da OAB, contando com a participação de mais de 100 movimentos e associações civis e do Comitê Interpartidário[250].

A mobilização de alguns movimentos mais recentes também foi central para a defesa de outros pontos do projeto da Comissão de Sistematização e das emendas populares apresentadas. A causa ecológica ganhou força na quarta fase de mobilização social: no dia 9 de dezembro de 1987, cerca de 500 ativistas fizeram uma protesto no Congresso, tingindo a cúpula do Congresso com balões em forma de gotas de sangue (denunciando a falta de patrulhamento marítimo, acarretando na caça de baleias brancas) e realizando uma passeata interna portando balões de gás em forma

[250] Em **São Paulo**, o ato no largo São Francisco começou com a execução do Hino Nacional e um discurso de abertura do presidente da OAB, Antônio Mariz de Oliveira. Em seguida falam representantes das entidades de classe e de partidos políticos e se realizou um "barulhaço". No **Rio de Janeiro**, realizou-se a chamada "boca livre" (carros de som, com microfones, circulando para manifestações de populares) nos principais locais de concentração de pessoas, a partir de 16h; o "barulhaço", das 16h às 16hl5; e um ato público, às 19h no Clube de Engenharia Além disso, os organizadores recomendaram às pessoas para se vestirem de amarelo. Em **Brasília**, além de um ato no plenário da Constituinte, as manifestações se limitaram ao "buzinaço" durante uma passeata de automóveis e a condução, por um caminhão enfeitado com faixas pró-diretas em 88, da "pira da Constituinte", novamente acesa pela OAB e que queimará até que o mandato de Sarney seja reduzido para quatro anos. Já na região do **ABC** paulista, houve um ato público na praça da matriz, seguido de uma passeata até o Paço Municipal. Na praça do Carmo (centro de Santo André) aconteceu também um "barulhaço" às 16 h, saindo em seguida uma caravana de carros em direção a São Bernardo. Em **Porto Alegre**, passeatas se encontrariam na "esquina democrática" e a OAB-RS promoveu um ato político em sua sede. Em **São Luís**, a praça Deodoro foi palco de um ato público; assim como o calçadão da rua João Pessoa em **Aracaju**. Em **Goiânia**, uma "carreata" percorreu o trajeto da Praça Universitária até a praça do Bandeirante, onde se realizou um "barulhaço". A praça da República, em **Cuiabá** foi tomada em um ato organizado por 30 entidades. Em **Curitiba**, uma passeata foi da praça Santos Andrade até a Boca Maldita, palco tradicional de manifestações dos movimentos populares em torno da Constituinte. Já em **Vitória**, uma manifestação ocorreu em frente ao Palácio Anchieta, sede do governo; e a OAB também realizou um protesto em sua sede. A mesma dinâmica ocorreu em **Maceió**, com uma concentração na sede da OAB-AL, na praça do Montepio, e uma passeata passando pela praça dos Martírios, onde está localizada a sede do governo. A banda "Olodum" animou a passeata em **Salvador**, que foi do Campo Grande até a praça Municipal (centro). No dia anterior ao protesto, o secretário do governo baiano, Carlos Meirelles (PMDB), conclamou, num programa de TV, as donas-de-casa a se unirem à passeata. Em **Teresina**, uma passeata foi da praça Rio Branco até a praça Pedro II, no centro da cidade. Em **Recife,** a concentração começou na faculdade de Direito do Recife, de onde partiu uma passeata até a praça da Independência. Finalmente, em **Belo Horizonte** houve concentrações na praça Sete (centro), praça da Assembleia e praça da Liberdade, onde fica o Palácio do Governo. No fim da tarde, os manifestantes deram as mãos num cerco ao Palácio da Liberdade e realizaram uma passeata até a praça Sete. (Cf. Movimento pelas 'diretas' realiza hoje manifestações em todo o país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04/03/ de 1988, p. A8 & Promessa: muito barulho a favor de eleições já. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6832, 04 de março de 1988, p. 3).

de uma baleia, um filhote e uma flor[251]. A manifestação ganhou a adesão maciça dos deputados constituintes, estimulados pelos ativistas que percorreriam todos os gabinetes dos deputados.

Liderando o protesto e a reunião subsequente com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, estava a Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte, que reunia constituintes, ambientalistas e pesquisadores, com o apoio da SBPC[252]. A Frente, criada em junho de 1987, era coordenada pelo dep. Fábio Feldmann (PMDB-SP), cresceu significativamente ao longo desta fase final da Constituinte: em dezembro de 1987 ela era composta por cerca de trinta constituintes (de todos os partidos); em maio de 1988 ela já contava com quase 80 parlamentares[253]. No fim da Constituinte, a Frente reunia 71 representantes de associações ambientalistas, 9 senadores e 82 deputados, em sua maioria de partidos de esquerda e centro-esquerda[254].

Além do capítulo sobre o meio-ambiente, as associações, os ativistas e os políticos que compunham a Frente também exerceram pressão para que se alterasse o capítulo relativo às nações indígenas. Segundo Fábio Feldmann, o capítulo que saiu da Comissão de Sistematização "abre as terras indígenas à exploração do subsolo por grupos estatais e privados, o que, além de empobrecer esses povos vai levar a destruição aos rios, matas e outros recursos de que o índio necessita para viver com dignidade. Sem essa pressão, a nova Constituição representará um retrocesso nesse setor"[255].

De fato, a votação do capítulo sobre as nações indígenas foi repleto de disputas, negociações e pressões dos mais diversos atores sociais. O repertório de ação empregado pelo movimento indígena combinou as formas difundidas entre os movimentos com simbolismos e ações particulares às nações indígenas (como as pajelanças, entrega de cocares, etc.). Logo após o começo das votações em Plenário

---

[251] Protesto ecologista: "gotas de sangue" no Congresso. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6762, 10 de dezembro de 1987, p. 2.
[252] Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
[253] Entre os membros da Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte, estavam, entre outros: Fábio Feldmann (PMDB-SP); o deputado Raimundo Bezerra, um médico cearense; Cunha Bueno (PDS-SP); Plínio Sampaio (PT-SP); o centrista Júlio Campos (PFL-MT - ex-Governador de Mato Grosso); a integrante do "Grupo dos 32" Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); e o Deputado Sarney Filho (PFL-MA).
[254] Hochstetler and Keck 2005 *apud* ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *The Formation of the Brazilian Environmental Movement.* Brigthon: Institute of Development Studies Working Paper, 2005, p. 17.
[255] Cf. Protesto ecologista: "gotas de sangue" no Congresso. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6762, 10 de dezembro de 1987, p. 2.

do 1º turno, o Conselho Indigenista Missionário divulgou uma lista com o posicionamento dos constituintes face à "causa indígena"; separando-os entre favoráveis, indecisos ou não-simpáticos, o levantamento orientou os esforços de *lobby* do movimento. De forma correlata, a entidade ligada à Igreja católica negociou uma emenda modificativa junto ao senador Mário Covas – negociação que acabou não se convertendo em votos no plenário por conta da já citada desarticulação e falta de comunicação entre o senador e o relator Bernardo Cabral sobre o tema. O uso do subsolo das terras indígenas se tornou um dos principais embates do período, com diversas caravanas à Brasília e protestos contra a possibilidade de exploração mineral dentro das terras indígenas. Outro embate se deu em torno do art. 271 do Projeto "A" de Constituição, que excluía da proteção específica os índios "em elevado estágio de aculturação".

Assim como o movimento ambientalista, também se formou, no início de março, uma Frente Parlamentar do Índio, com o objetivo de fazer face às articulações do Centrão e da chamada bancada "anti-índio" na ANC, assim como efetuar denúncias, dando visibilidade a casos de violências contra os povos indígenas. A Frente, coordenada pelo dep. Tadeu França (PDT-RJ), era composta inicialmente por 47 parlamentares (sendo 3 deles senadores)[256].

Os ativistas indígenas recorreram frequentemente às Caravanas à Brasília como estratégia, valorizando o contato pessoal com os constituintes e levando ao Congresso parte da sua riqueza e diversidade cultural. A primeira destas caravanas ao longo desta fase decisiva foi composta por 50 anciãos Kayapós de aldeias do sul do Pará, que entoaram, no dia 18 de março de 1988, seus cantos tradicionais no Congresso Nacional, provocando a suspensão dos trabalhos de votação no Plenário

[256] Índios ganham uma Frente na Constituinte. In: *Jornal da Constituinte*. Brasília, 11 a 17 de abril de 1988, nº 42, p. 14. A Frente Parlamentar do Índio, suprapartidária, era formada pelos senadores Mansueto de Lavor, Ronan Tito e Severo Gomes, pelas deputadas Abigail Feitosa, Anna Maria Rattes, Benedita da Silva, Beth Azize, Moema São Thiago, Myriam Portella, Raquel Capiberibe, Rita Camata e Rose de Freitas e pelos deputados Alceni Guerra, Aldo Arantes, Alexandre Puzina, Augusto de Carvalho, Cássio Cunha Lima, Célio de Castro, Chagas Duarte, Chico Humberto, Edmilson Valentim, Fábio Feldmann, Francisco Küster, Geraldo Campos, Haroldo Sabóia, Ivo Lech, José Carlos Sabóia, José da Conceição, Koyu Ilha, Lysâneas Maciel, Nélson Aguiar Nelton Friedrich. Octávio Elísio, Paulo Ramos, Paulo Silva, Pedro Canedo, Percival Muniz, Plínio Arruda Sampaio, Ruy Nedel, Sérgio Spada, Sigmaringa Seixas, Tadeu França, Uldurico Pinto, Valter Pereira, Vasco Alves, Vicente Bogo e Vilson Souza.

enquanto o presidente da ANC recebia de Raoni Mentuktire um cocar e uma série de conselhos e exigências dos povos indígenas[257].

Em maio, outra caravana do movimento indígena permaneceria em Brasília para acompanhar a votação no Plenário do capítulo "Dos Índios", o que acabou estendendo a estadia das cerca de 100 lideranças por 3 semanas. Alojados pelo CIMI na antiga Escola Santa Maria, as delegações realizavam diariamente as reuniões de avaliação e planejamento com a assessoria da entidade. Os índios percorreram quase todos os gabinetes dos constituintes e acabaram cativando as pessoas durante sua permanência no cenário da ANC: "no Congresso, podiam-se ver nos corredores diversos funcionários, repórteres e fotógrafos com o broche em favor da causa indígena pregado na lapela"[258].

O apoio de instituições importantes da sociedade às lideranças indígenas acampadas acabou sendo simbolizado por um encontro entre elas e os presidentes da OAB (Márcio Thomas Bastos), da CNBB (D. Luciano Mendes de Almeida), o reitor da UnB (Cristovam Buarque) e o Procurador-Geral da República (Sepúlveda Pertence)[259]. A pressão indígena se intensificou nos que antecederam a votação do capítulo "Dos Índios", quando o colégio de líderes se reuniu (entre 25 e 31 de maio) em busca de um acordo. Após rituais de pinturas corporais e pajelança para alcançar a vitória nas votações, os índios formavam um corredor polonês na entrada da Câmara, abordando todos os parlamentares com panfletos defendendo as emendas e destaques favoráveis a seus direitos. Em seguida, se reuniam no auditório anexo da Liderança do PMDB, onde o colégio de líderes discutia o capítulo. A longa vigília era recheada de discursos em várias línguas e de cantos de guerra[260]; sempre que um parlamentar entrava ou saía da sala de negociações, os índios os interpelavam, causando alguns embates e, eventualmente, algumas vitórias:

> "Ao saírem da sala os deputados José Lins e Bonifácio Andrade, ambos representantes do "Centrão" e defensores de propostas restritivas aos direitos indígenas, foram abordados pelo Cacique Raoni Mentuktire, que perguntou ao deputado Lins: "a verdade, sem mentir, o que você está dizendo lá dentro?". Percebendo que o parlamentar tentava desconversar, Raoni conseguiu que os parlamentares entrassem em detalhes, e se comprometessem com

[257] Cf. LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 112.
[258] LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 114.
[259] O encontro ocorreu no dia 24 de maio de 1988.
[260] CEDI. Povos indígenas no Brasil: 1987-1990. In: *Série Aconteceu Especial*. São Paulo: CEDI, nº 18, 1991, p. 27.

> a defesa da causa indígena. "Em seguida, conduzindo-os pela mão, Raoni os fez cumprimentar todos os caciques Kayapó presentes, num exercício de pedagogia política invejável"[261].

Reforçados por uma nova caravana indígena que duplicou o número de ativistas (agora com mais de 30 nações de diversas partes do país), no último dia de negociação "algumas lideranças, entre as quais Raoni Mentuktire e Prepori Kayabi, entraram na sala de reuniões e realizaram uma pajelança, para que logo mais os bons espíritos influíssem no acordo dos líderes"[262]. O exaustivo acordo foi comunicado aos índios pelos constituintes Mário Covas (PMDB-SP), Jarbas Passarinho (PMDB-PA), Tadeu França (PDT-PR), Ruy Nedel (PMDB-RS), Artur da Távola (PMDB-SP), Rose de Freitas (PMDB-ES), Benedita da Silva (PT-SP), Amaury Muller (PDT-RS) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Todos os parlamentares presentes enfatizaram "a vitória da persistência indígena"[263].

De fato, maio foi o mês com o maior número de demonstrações e de caravanas à Brasília ao longo desta 4ª fase. Os estudantes, professores e servidores universitários reuniram 4.000 ativistas entre 16 e 20 de maio em defesa de um ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis[264]. O Movimento Negro aproveitou para contestar os festejos oficiais do centenário da Lei Áurea e reivindicar os seus direitos na Constituinte, juntando cerca de 11 mil pessoas no Rio de Janeiro. Já o Movimento Nacional dos Meninos de Rua, junto com a Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo e com a Comissão Ecumênica do Menor, organizou duas manifestações simultâneas no dia 24 de maio, reunindo mil crianças nos gramados do Congresso Nacional e outras mil crianças na Praça da Sé (em São Paulo) para pressionar os constituintes a votarem em prol dos direitos das crianças e adolescentes[265].A organização e o potencial de mobilização também seriam, ao lado do caixa milionário reforçado na terceira fase e de alianças nas diferentes camadas da elite política, econômica e militar, recursos centrais para o movimento ruralista nesta etapa

---

[261] LACERDA, Rosane. Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988. Brasília: CIMI, 2008, p. 125.
[262] *Idem,* p. 126.
[263] GAIGER, Júlio. *Informe Constituinte*. nº 36, pp. 3-7. *Apud* Lacerda, *opus cit.,* p. 126.
[264] "A maioria dos manifestantes, 800, veio do Rio, que lotou 17 ônibus. Goiás enviou dez ônibus, com 400 estudantes. São Paulo, Minas e Santa Catarina trouxeram juntas 11 ônibus. Brasília se fez representar por alunos de 15 escolas." (Quatro mil pressionam a favor do ensino gratuito. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1988, p. 3)
[265] "A irmã Maria do Rosário, da coordenação da Pastoral do Menor, disse que o objetivo da manifestação era mostrar que as crianças também têm consciência dos seus direitos." (Crianças pedem direitos na Sé. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, nº 34737, 25 de maio de 1988, p. 14).

decisiva. Embora os militares não tenham sido protagonistas nas negociações sobre a reforma agrária, o monitoramento dos grupos envolvidos era meticuloso (tanto a UDR quanto o MST e a Contag eram acompanhados de perto pelos serviços de inteligência) e, no início de março, empresários rurais e industriais ligados à UDR se reuniram com um grupo de militares nas dependências do quartel da Polícia do Exército de São Paulo, criticando o governo e convocando-os a se unirem contra a "radicalização das esquerdas no processo político"[266]. Outra importante aliança se deu entre o empresariado urbano e rural, consolidada no início de novembro de 1987[267], contribuindo para o estabelecimento de consensos mínimos sobre uma agenda do setor na Constituinte (colaborando, inclusive, para o surgimento e fortalecimento do Centrão).

A coordenação nacional dos esforços da UDR era um desafio enfrentado com uma organização hierárquica e altas somas investidas na estrutura interna. No dia 17 de março de 1988, a UDR realizou, no Garye Park Hotel (em Brasília), uma grande reunião com os dirigentes das suas 244 regionais (de 22 estados da federação)[268]. O objetivo da reunião era organizar a vinda de caravanas à Brasília para pressionarem os constituintes em torno dos interesses dos proprietários rurais. Cada dirigente recebeu um dossiê com as tendências de voto dos 559 constituintes nas questões relativas à reforma agrária e à política agrícola[269].

Em maio, quando o "Capítulo da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária" entrou em discussão no Congresso, 2.000 ativistas da UDR, dentre os quais muitos prefeitos e vereadores, foram à Brasília para convencer os constituintes a votarem contra o substitutivo do Bernardo Cabral e contra a emenda coletiva da liderança do PMDB (suprimindo os trechos que tornariam possível a desapropriação das terras produtivas que não cumpram a função social). Segundo o coordenador geral da UDR, Cesmar Moura, o montante gasto pelos ruralistas somente nos dez primeiros dias maio ficou entre Cz$ 50 e Cz$ 70 milhões[270]. Foi nesta ocasião que

---

[266] *Jornal do Brasil,* 08.03.87, *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita.* Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 147.
[267] Na reunião da União Brasileira de Empresários, que ocorreu no dia 5 de novembro de 1987 (Cf. DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 181).
[268] Participaram também da reunião alguns deputados do Centrão, como Max Rosenmann, do Paraná, Roberto Cardoso Alves e Guilherme Afif Domingos, de São Paulo, e Arnaldo Rosa Prata, de Minas Gerais.
[269] Cf. Augusto Fonseca, *Tribuna da Imprensa* 18.03.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 208.
[270] Caiado cobra o voto dos omissos. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6888, 10 de maio de 1988, p. 6.

foram descobertos os convites falsos para entrar no Plenário nas mãos dos membros da UDR[271].

A articulação entre as organizações e lideranças ruralistas se deu com o estabelecimento de uma estratégia comum. No dia 9 de abril de 1988, se reuniram Ronaldo Caiado (UDR), Flávio Telles de Menezes (SRB), Roberto Rodrigues (OCB), Alysson Paulinelli (CNA, deputado pelo PFL-MG e Coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura) e o deputado Arnaldo Rosa Prata (PFL-MG)[272]. No encontro, as lideranças discutiram a necessidade de demonstrar aos parlamentares que o seu voto teria "respaldo nas ruas", acordando a realização de manifestações simultâneas em diversas capitais do país. Também se organizou a estratégia de convencimento dos constituintes, focando em duas questões centrais: impedir que o direito de propriedade da terra fosse subordinado ao cumprimento da função social (como tinha sido aprovado pela Comissão de Sistematização) e obter da Constituinte um pronunciamento explícito a respeito da não-desapropriação da propriedade produtiva[273].

O contraponto dos movimentos em prol da reforma agrária não foi tão vigoroso quanto a mobilização ocorrida nas primeiras fases da Constituinte. A apreensão face aos rumos que a Constituinte começava a tomar no tocante à reforma agrária foi o tema de uma nota pública da CNBB, assinada em 6 de maio pelo seu presidente, Dom Luciano Mendes de Almeida, onde ela reivindicava o respeito dos parlamentares ao 1,2 milhão de eleitores que tinham assinado as emendas populares em defesa da reforma agrária[274]. A estratégia foi repetida, dois dias depois, por 14 associações e movimentos, incluindo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. As cartas destinadas aos constituintes assinalavam que as entidades estavam acompanhando atentamente as votações e pediam o apoio às emendas favoráveis à reforma agrária.

Em menor número no "corpo a corpo" entre os ativistas pró e contra a reforma agrária – cerca de 200 trabalhadores rurais contra 2.000 produtores rurais, segundo o Jornal da Tarde –, os favoráveis à reforma usaram a imaginação e "formaram duas

---

[271] *Jornal do Brasil,* 06.05.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 210.
[272] União Democrática Ruralista (UDR); Sociedade Rural Brasileira (SRB)**;** Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Confederação Nacional da Agricultura (CNA).
[273] Cf. DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 209.
[274] CNBB expressa 'apreensão' sobre o tema. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 de maio de 1988, p. A5.

grandes alas em forma de "corredor polonês" nas imediações da porta de acesso ao plenário, por onde tinham que passar; os constituintes até o local de votação. Conforme a corrente do parlamentar, ele era aplaudido — como o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Quando passava alguém do Centrão o grupo parava de aplaudir, porém reforçando o refrão: "Reforma agrária tem, reforma agrária tem, se não tem reforma agrária o Brasil perde também", acrescentando o "hino do roceiro": "Eu sou roceiro, vivo de cavalo e chão, mão escravejada, meu senhor". E gritavam "Viva a reforma agrária"”[275].

O saldo final da votação foi uma derrota, embora não total, dos setores pró-reforma agrária. Segundo o deputado Roberto Freire (PCB-PE), apesar de não impedi-la, o texto aprovado no primeiro turno dificultaria a realização da reforma agrária no Brasil[276]. A avaliação do Partido dos Trabalhadores foi ainda mais dura, em nota assinada pelo deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP), o partido afirmou que: "nenhuma das normas relativas à reforma agrária em votação no plenário fornece um investimento eficaz para realizá-la. Ambas são instrumentos precários que, se não impossibilitam a reforma, deixam sem solução os obstáculos administrativos que estão provocando demora excessiva das desapropriações. (...) É lamentável que os constituintes, temerosos da reação de uma íntima minoria de grandes latifundiários, tenham se recusado a aprovar uma regulamentação da propriedade rural apta a dar solução aos gravíssimos problemas sociais que estão conflagrando o campo brasileiro”[277]. Decepcionado com a votação, o tesoureiro da Contag, Francisco Urbano, prometeu uma campanha de denúncia dos constituintes que votaram contra a reforma agrária, mas ponderou que a derrota não foi total, pois nenhuma lado conseguiu os 280 votos para ter tudo o que queria e a “esquerda” acabou angariando mais votos que o Centrão (267 contra 253)[278].

Finda as votações do primeiro turno, logo começaram a se organizar encontros para avaliar coletivamente os resultados e traçarem as estratégias de pressão sobre os constituintes para que suprimam ou mantenham partes do texto no segundo turno. O empresariado se reuniu na sede da CNI (em Brasília) ainda no final de maio para avaliar o 1º turno e reorganizar a sua atuação. O tom da avaliação era de que a falta de

---

[275] Um corredor polonês diante dos deputados. *Jornal da tarde*, São Paulo, nº 6889, 11 de maio de 1988, p. 6.
[276] A esquerda admite: perdeu a parada. *Jornal da tarde*, São Paulo, nº 6889, 11/05 de 1988, p. 6.
[277] *Idem, ibidem.*
[278] Cf. *Ibidem.*

uma coordenação e a atuação "diluída" do trabalho junto aos constituintes fez com que a classe não atingisse o mesmo "nível de organização" demonstrado pelo setor agropecuário. Dessa forma, os empresários decidiram delegar à CNI a reponsabilidade pela coordenação dos esforços no Plenário, assim como já elaboraram as emendas supressivas que pleiteariam no segundo turno: "Entre os pontos críticos estavam o turno de seis horas para atividades em regime de revezamento; o direito de greve; a obrigatoriedade de aquisição de bens e serviços de empresas nacionais; e a nacionalização da exploração dos recursos minerais" [279].

Pouco tempo depois, no início de junho a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes) patrocinou uma reunião entre militares, empresários, ruralistas, deputados do Centrão e um assessor do Palácio do Planalto[280]. O encontro, realizado numa fazenda em Araçatuba (SP) do industrial Pedro de Brito, serviu para traçar diretrizes conjuntas de ação entre os setores, que decidiram "forçar um acordo de lideranças, para a retirada de pontos polêmicos do projeto da Constituição. Se isso não fosse alcançado, o Executivo deveria fazer valer a sua força"[281]. Um mês depois, uma comitiva de empresários coordenada pelo diretor-tesoureiro da Fiesp, Ruy Altenfelder, também pediria apoio para as modificações almejadas aos Ministros da Aeronáutica, da Marinha e do Exército. O consenso gerado na reunião foi de que a jornada de seis horas era prejudicial ao desempenho dos aeronautas, principalmente no caso das atividades de proteção ao voo, que funcionam ininterruptamente. Outro interesse comum entre os militares e empresários era a preocupação com o custo das licenças para gestantes e mais (que prevaleceriam para cerca de 10 mil funcionários civis que trabalham nas organizações militares)[282].

Um grupo de 20 empresas multinacionais, diretamente afetadas pelos artigos 200, 205 e 206 do projeto aprovado no primeiro turno, decidiu se organizar de forma

---

[279] DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 231.

[280] Participaram os deputados Roberto Cardoso Alves, Afif Domingos e Luís Eduardo Magalhães; o presidente da Fiesp, Mário Amato; Romeu Trussardi Filho, da Associação Comercial do Estado de São Paulo; Amaury Temporal, da confederação das Associações Comerciais; Flávio Telles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira; Fábio Meirelles, da Federação da Agricultura de São Paulo; etc. Participaram também membros da Escola Superior de Guerra, inclusive o seu comandante, general Osvaldo Muniz Oliva; o subdiretor, major-brigadeiro Mário Fernando Cechi; e outros seis professores da ESG. Finalmente, participou também, a pedido do presidente Sarney, o assessor político do Planalto Thales Ramalho.

[281] João Domingos, *Jornal do Brasil*, 29.07.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 232.

[282] Cf. Empresários vão aos militares. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9213, 08 de julho de 1988, p. 5.

autônoma para tentar reverter a decisão da Constituinte[283]. Dois grandes encontros, sob a coordenação do vice-presidente da Shell, Omar Carneiro, ocorreram nos dias 20 de junho e 04 de julho e estabeleceram as estratégias para derrubar os artigos que tratavam da distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, do privilégio da empresa de capital nacional em vendas e serviços ao Governo e às estatais, da nacionalização da exploração mineral e do fim dos contratos de risco.

Cientes da lição que os empresários nacionais já tinham percebido desde as derrotas na Comissão de Sistematização, o empresariado multinacional organizou uma campanha para tentar influenciar tanto os constituintes quanto a opinião pública. Assim, foram organizados filmes, artigos, panfletos, anúncios em jornais e televisão, adesivos, almoços e encontros de esclarecimento com editores de política e economia. No entanto, o anúncio de que as multinacionais pretendiam gastar 2 milhões de dólares na campanha acabou provocando um "imenso mal-estar, pelo que representavam de intromissão nos assuntos internos do país"[284]. Cinco dias depois, coube aos representantes de outro grupo de 68 empresas multinacionais ligadas à Fiesp (e com um perfil mais discreto) tentar, em uma reunião com Ulysses Guimarães, amenizar o impacto negativo do anúncio do valor empregado pela campanha[285].

A articulação dos setores progressistas para o segundo turno, embora sem o mesmo suporte financeiro e sem o mesmo apoio dos militares e do Poder Executivo, também foi bem sucedida graças à organização do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que organizou um seminário de avaliação entre os dias 10 e 12 de junho, dentro do próprio Senado, no Auditório Petrônio Portela. Participaram mais de 600 ativistas e 234 associações ligadas ao Plenário, para quem, em sua maioria, o texto constitucional oriundo do primeiro turno consagrava uma série de "avanços do

---

[283] Entre as empresas, estavam: Shell, Brascan, Furukawa, Atlantic, GM, Ciba Geigy, Reynolds, Dow Química, Philips, White Martins, Ferteco, Sanbra, Saint Gobain, Xerox, British Pretoleum Mineração e Coca Cola.

[284] DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 235.

[285] Participaram do encontro o diretor-presidente da Siemens S.A., Hermann Wever; o vice-presidente da General Eletric, Nahid Chicani; e o vice-presidente da Phillip Morris, Antônio Teixeira da Silva. Cf. Ivan Marins, *Jornal do Brasil*, 14.08.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 236.

movimento sindical e popular", apesar de derrotas anotadas no capítulo da reforma agrária e na legislação trabalhista[286].

Assim, os movimentos estabeleceram uma série de estratégias, como a realização de seminários regionalizados para discutir o texto aprovado até agora, a realização de abaixo-assinados pedindo a manutenção no texto dos pontos considerados conquistas populares, o aluguel de um *outdoor* no aeroporto de Brasília com a lista de dispositivos que querem ver assegurados no segundo turno e a distribuição de cartazes regionais com o voto dos constituintes nas questões polêmicas no 1º turno. Diferente dos cartazes espalhados pela CUT no início de 1988, os novos cartazes deveriam não apenas anunciar os constituintes que votaram contra as teses defendidas pelo movimento, mas também registrariam o voto daqueles que "votaram bem": "O principal item a ser indicado pelos cartazes é a cotação da reforma agrária — a maior derrota popular na Constituinte, na opinião dos coordenadores do movimento"[287].

Os seminários regionais serviram para aprofundar a articulação dos movimentos sociais entre si e com os deputados constituintes. Em São Paulo, o seminário foi realizado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco entre 8 e 10 de julho, conseguindo reunir parlamentares, bispos, advogados e representantes de diversas entidades. De fato, falaram no evento 3 senadores e 12 deputados federais[288], além do jurista Dalmo Dallari e do bispo de Bauru, Dom Cândido Padin, coordenador da Comissão de Acompanhamento à Constituinte da CNBB. A síntese geral foi feita pelo ex-deputado federal do PMDB gaúcho, João Gilberto Lucas Coelho, coordenador do CEAC da UnB.

Após a série de reuniões de avaliação e articulação, os movimentos procuraram exercer uma pressão direta sobre os constituintes, em geral utilizando o mesmo repertório de ações já empregado anteriormente. As mulheres promoveram, em 22 de junho, uma "vigília nacional pelos direitos da mulher na Constituinte" para

---

[286] Plenário Pró-Participação conclui que Carta é 'Avanço'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de junho de 1988, p. A4.

[287] Cartaz patrulha novo turno. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9189, 14 de junho de 1988, p. 4.

[288] Os Senadores Mário Covas (PSDB-SP) José Richa (PSDB-PR) e Severo Gomes (PMDB-SP) e o Deputados Federais Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), Nelton Friedrich (PSDB-PR), Anna Maria Rattes (PSDB-RJ), José Genoino Neto (PT-SP), Vilson Souza (PSDB-SC), José Serra (PSDB-SP), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Irma Passoni (PT-SP), Fábio Feldmann (PMDB-SP), Eduardo Jorge (PT-SP), Euclides Scalco (PSDB-PR) e Carlos Alberto Caó (PDT-RJ).

defender as conquistas asseguradas no primeiro turno[289]. Os avanços que se encontravam mais ameaçados eram a licença-maternidade de 120 dias e a licença-paternidade de 8 dias[290]. As estratégias utilizadas foram a organização de um plantão permanente na entrada do Anexo II da Câmara e a promoção de uma reunião entre uma comissão formada por representantes dos movimentos com o líder do PMDB no Congresso constituinte, Nelson Jobim. Já as trabalhadoras rurais realizaram, entre 27 e 29 de julho, na Câmara dos Deputados, um Seminário Nacional da categoria, onde focaram a defesa do dispositivo que garante a concessão de título de posse rural à mulher que trabalha a terra e defenderam também o direito à licença-gestante de 120 dias, o reconhecimento da união estável e os direitos sociais dos empregados domésticos[291].

No dia 1º de agosto, o Movimento Nacional das Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançaram uma nova "vigília cívica", defendendo a licença-paternidade sob o *slogan* "Filho não é só da mãe" e lançando uma plataforma com 11 itens do texto que consideravam inegociáveis: a licença maternidade de 120 dias, licença paternidade de oito dias, proibição de diferença salarial entre homens e mulheres, creche nas empresas, educação gratuita para crianças de zero a seis anos, igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher, igualdade na sociedade conjugal, reconhecimento da união estável como entidade familiar, direito de posse à terra também à mulher, direitos trabalhistas e previdenciários da empregada doméstica e garantia de mecanismos para coibir a violência em casa[292].

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) também se mobilizou e apresentou à Ulysses Guimarães um conjunto de propostas da categoria para o segundo turno, reivindicando principalmente a supressão do inciso que garante que propriedade produtiva não é passível de reforma agrária. O presidente da Constituinte assegurou que daria andamento ao pleito dos trabalhadores rurais e ofereceu algumas sugestões à Contag: "Vocês agora têm que procurar os constituintes

---

[289] A vigília foi promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, pelos Movimentos de Mulheres de vários Estados e por líderes sindicais.

[290] Além da licença-maternidade e da licença-paternidade, os outros direitos que as mulheres tentaram defender eram: proibição de diferença salarial entre homens e mulheres; creche nas empresas; igualdade na sociedade conjugal; direito de posse da terra ao homem e à mulher; direitos trabalhistas para as empregadas domésticas.

[291] Cf. Campo mobiliza a mulher para 2º turno. *Jornal da Constituinte.* Brasília, DF, n. 57, 8 ago. 1988, p. 16. O encontro foi promovido pela Confederação Nacional e Federações de trabalhadores na agricultura e sindicatos rurais de todo o país.

[292] Cf. Plataforma da mulher tem 11 pontos-chave. *Jornal da Constituinte.* Brasília, DF, n. 56, 1 ago. 1988.

para garantir destaque (de votação em separado) da matéria. De outra forma ela vai ser votada em bloco, apenas atendendo ao parecer do relator, que pode ser bom, mas não garante sua aprovação"[293].

De fato, a influência de Ulysses Guimarães nesta fase final da Constituinte se tornou cada vez maior; praticamente todos os movimentos a ele recorreram para garantir a preservação dos direitos assegurados no primeiro turno, da mesma forma que tentavam o seu apoio para emendas supressivas. Guimarães, que durante a maior parte do processo Constituinte havia adotado uma postura de poder moderador, recebeu no seu gabinete (além dos casos já citados acima) uma comissão de ambientalistas que lhe entregou um relatório com as medidas consideradas urgentes para a defesa da ecologia na futura Constituição; o presidente acabou prometendo aos membros da Frente Verde que iria se empenhar na defesa dos princípios ecológicos na Assembleia Nacional Constituinte[294]. Garantia semelhante foi dada ao grupo de 50 representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (comandadas pela presidente do CNDM, Jacqueline Pitanguy) que também se reuniu com Ulysses Guimarães na primeira semana de setembro para pedir o seu apoio às suas causas.

Aparentemente, a briga pelas emendas supressivas fez com que alguns grupos novos e outros grupos que pouco tinham feito ao longo do processo constituinte, se posicionassem de forma autônoma na reta final. Em 21 de junho, os microempresários fizeram a sua manifestação mais significativa na Constituinte[295]; em 3 de julho, o Instituto Brasileiro de Siderurgia distribuía aos constituintes um folheto intitulado "As seis horas que abalarão o país"[296]; cinco dias mais tarde o Movimento de Unidade Empresarial também lançava o seu documento reivindicando a eliminação de uma série de artigos[297]; em 11 de julho, 200 membros do Conselho de Jovens Empresários também apresentavam dez emendas supressivas aos deputados Afif Domingos (PL-

---

[293] Cf. As sugestões da Contag. *Gazeta mercantil*, São Paulo, 21 de julho de 1988, p. 6.

[294] A reunião ocorreu entre 1 e 4 de setembro, e foi liderada por Fábio Feldmann (PSDB - SP), Augusto Carvalho (PCB - DF), Moema São Thiago (PSDB -CE) e Cunha Bueno (PDS - SP). Cf. Ecologistas se movimentam pelo verde. In: *Jornal da Constituinte*. Brasília, 29 de agosto a 4 de setembro de 1988, Nº 60, p. 15.

[295] Cf. BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). A sociedade no Parlamento Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008 p. 144.

[296] Cf. Empresários e trabalhadores discutem as seis horas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 de julho de 1988, p. 7.

[297] Entre os artigos que os empresários visavam a supressão, destacam-se a proibição a que empresas de capital estrangeiro se dediquem à pesquisa e à lavra de recursos minerais; a interdição dos contratos de risco; o veto a que multinacionais participem de programas de assistência médica; a definição de empresa brasileira de capital nacional, e a consideração do mercado interno como "patrimônio" do país. Cf. As emendas do empresariado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 de julho de 1988, p. A2.

SP) e José Maria Eymael (PDC-SP), que se comprometeram a apresentar algumas delas e a ajudá-los a achar constituintes que apresentassem as demais[298].

As 23 emendas supressivas da nova, mas já hegemônica, União Brasileira de Empresários foram apresentadas somente no dia 20 de julho, após uma longa negociação com os principais atores empresariais. Segundo Antônio de Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e coordenador da União, dos 23 pontos propostos, pelo menos 3 eram considerados imprescindíveis pelo empresariado: "o turno de 6 horas para os trabalhadores; a fixação dos juros em 12%; e o direito à greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam defender"[299].

Em reação à enxurrada de emendas supressivas, a CUT se reuniu no dia 22 de julho para organizar a mobilização para a defesa dos direitos conquistados no primeiro turno. Na ocasião, a central sindical distribuiu aos seus filiados em todo o país um documento com os nomes dos constituintes que apresentaram emendas para suprimir os pontos defendidos pela CUT. Dizia o texto: "Querem suprimir os nossos direitos, vamos suprimir-lhes um próximo mandato". Os sindicalistas também realizaram, no dia 10 de agosto, uma manifestação em frente ao Congresso Nacional para defender o direito de greve (alvo mais ameaçado, como vimos acima, pela mobilização do empresariado).

O movimento de moradia também se articulou, junto à liderança do PMDB, para tentar garantir a manutenção do artigo 188 (aprovado no primeiro turno), que concede usucapião aos que possuírem uma área urbana de até 250 $m^2$, assim como pedir pela supressão da expressão "sucessivamente" do artigo 197, que facilita a desapropriação de terrenos urbanos subutilizados (eles queriam a aplicação imediata da norma constitucional que reconhece o direito de usucapião). Assim, 400 ativistas da União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo se reuniram com vários parlamentares e conseguiram o compromisso do líder do PMDB, Nelson Jobim

---

[298] "As sugestões pretendem excluir da futura Constituição a licença-paternidade e o aviso-prévio proporcional, diminuindo de 120 para 90 dias a licença para gestantes. Querem também suprimir o artigo que prevê tratamento preferencial à empresa nacional na aquisição de bens e serviços pelo poder público. As emendas dos jovens empresários procuram igualmente suprimir o imposto sobre grandes fortunas. Pretendem modificar a política urbana estabelecida no texto, extinguindo o parcelamento ou edificação compulsória do rol de penas previstas ao proprietário que mantiver solo subutilizado. Sugerem alterações nos dispositivos que regulam o sistema tributário — para proteger o contribuinte — e procuram reverter a nacionalização da mineração, aprovada no primeiro turno". (Jovens empresários propõem 10 mudanças. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12 de julho de 1988, p. 5).

[299] Empresários querem mudar 23 pontos na próxima etapa. *Gazeta mercantil*, São Paulo, 21 de julho de 1988, p. 6.

(RS), de que "meu partido não vai transigir com relação às conquistas sociais garantidas no primeiro turno"[300]. Jobim também afirmou que desconhecia, até o momento, qualquer mobilização dos constituintes com relação à supressão do artigo 188. Mesmo com as garantias do líder do PMDB, a Confederação Nacional de Associações de Moradores resolveu realizar, na primeira semana de setembro, uma manifestação com centenas de ativistas em frente ao Congresso para assegurar no texto constitucional a manutenção dos direitos de moradia: "Com faixas, cartazes e ruidosas manifestações, os sem casa protestaram também contra a política habitacional do governo e a paralisação dos financiamentos oficiais para a construção e compra de casa própria"[301].

Fortalecidos pelo difícil e vitorioso acordo conquistado no primeiro turno, o movimento indígena partiu para o ataque no segundo turno, mobilizando-se contra a permanência do Artigo 26, inciso V do Texto Pré-Constitucional, que incluía entre os Bens do Estado as Terras dos Extintos Aldeamentos. A nova campanha dos índios começou com um encontro de avaliação e formação política em Garanhuns (PE) nos dias 30 e 31 de julho. Assessorados por missionários do CIMI, as lideranças indígenas utilizaram cartazes ilustrativos e realizaram encenações (usando os próprios índios como atores). Segundo relato de um dos consultores do CIMI: "dividiu-se o plenário em 4 grupos, e cada grupo representou a ida ao Congresso para conversar com os Constituintes, no final de cada apresentação o plenário avaliava como foi a participação daquele Lobby Indígena e apontava as falhas para serem corrigidas. Além de formativo, foi bastante divertido, todos se envolveram"[302].

Após o encontro, uma primeira caravana chegou em Brasília no dia 4 de agosto. Os 36 ativistas indígenas dos povos Potiguara (PB), Fulni-ô (PE), Kapinawá (PE), Xukuru (PE), Geripankó (AL), Xuruku-Kariri (AL), Karapó (AL) e Xokó (SE) logo começaram a pressionar os constituintes em prol da supressão do artigo 26. Seis dias depois, uma nova caravana de índios de todo o país se somaram aos índios do nordeste. Ao total, eram mais de 150 índios, agora inclusos os "Kayapó, das aldeias do sul do Pará, e mais um centena de indígenas do Sul, Centro-Oeste e Norte do país,

---

[300] Moradia tem lobby forte no 2º turno. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9252, 16 de agosto de 1988, p. 5.
[301] Moradia: luta pelo direito. Jornal da Constituinte. Brasília, DF, n. 61, 5 set. 1988.
[302] CIMI NE. *Relatório sobre a viagem dos índios à Assembleia Nacional Constituinte*. Garanhuns, s./d. (provavelmente 4 de setembro de 1988). CIMI NE, Setor de Documentação.) *apud* LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, pp. 133-134.

a exemplo dos Kaingang, Guarani, Xavante e Xerente"[303]. Assim como já ocorrera nas caravanas anteriores, o CIMI funcionou como uma entidade de apoio aos índios, providenciando transporte, alojamento, alimentação e oferecendo assessoria jurídica e política. Em uma reencenação dos acontecimentos no primeiro turno, os índios permaneceram em vigília no auditório da liderança do PMDB enquanto as lideranças partidárias negociavam um acordo, que finalmente saiu no dia 18 de agosto: todas elas, inclusive o dep. Inocêncio Oliveira (PFL), acabaram apoiando a emenda supressiva[304]. O próprio relator Bernardo Cabral, que antes havia oferecido parecer escrito contrário à supressão, acabou apoiando a emenda. A nova vitória do movimento indígena foi confirmada no Plenário por 367 votos favoráveis à emenda supressiva do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA). Somente três constituintes votaram pela sua manutenção e três se abstiveram[305].

Sem o mesmo sucesso e organização, os professores, convocados pela Confederação de Professores do Brasil, se mobilizaram em um debate em um auditório do Congresso para tentar suprimir o trecho as "escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas" do artigo 248, que garantia a destinação de recursos públicos às escolas publicas e as demais supracitadas[306]. Na ocasião, os professores divulgaram um manifesto em defesa da escola pública universal gratuita, democrática, laica, que ofereça um ensino bom e igual para todos, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática e igualitária. No entanto, não foi possível encontrar outras ações do movimento após o debate; a emenda supressiva não foi aprovada e o trecho permanece, até hoje, na Constituição Brasileira[307].

Uma das raras inovações no repertório de ações dos movimentos sociais nesta 4ª fase da Constituinte foi a exposição realizada pela Frente Verde, chamada "Renascente: um projeto de recuperação ambiental em Itu". Inaugurada somente no

---

[303] LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 134.
[304] *Idem,* p. 137.
[305] Após a votação, o Secretariado Nacional do CIMI novamente assessorou um seminário de formação política dos índios, realizando entre 1 a 4 de Setembro de 1988 o *Encontro de Estudos e Avaliação dos Índios sobre o Novo Texto Constitucional*, cujo objetivo era "sedimentar a compreensão sobe o significado destes direitos na nova Constituição do país, as suas implicações, as novas demandas que dali adviriam e os limites colocados." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 139). Participaram do encontro cerca de 110 índios, dos quais 30 eram membros de 18 povos, e 80 eram Kayapó, entre os quais três caciques.
[306] Cf. Democracia deve começar pelo ensino. *Jornal da Constituinte*. Brasília, DF, n. 58, 15 ago. 1988, p. 16.
[307] Art. 213. In: BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil:* promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

dia 17 de agosto de 1988 no Salão Negro do Congresso Nacional, seu objetivo era sensibilizar os constituintes e autoridades governamentais para a importância da preservação ambiental[308].

*

A mobilização social na Assembleia Nacional Constituinte, examinada aqui a partir das lentes dos repertórios de ações coletivas utilizados em cada uma das fases de mobilização identificadas, permitiu a visualização da influência das transformações das Estruturas de Oportunidades Políticas nas ações das associações e dos movimentos sociais e sindicais. Com base nisso, o próximo capítulo analisará os impactos destas transformações no padrão de interação entre as duas dinâmicas – da participação popular e político-legislativa no período. As consequências da institucionalização da interação foram, como veremos, tanto na ordem do desenvolvimento dos movimentos sociais nacionais quanto na construção da própria ordenação jurídica do Brasil, influenciando a forma e o conteúdo do modelo de cidadania oriundo da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88.

[308] A exposição foi produzida e realizada pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e promovida pela Associação Ituana de Proteção Ambiental (AI-PA), sendo exposta no Congresso Nacional a pedido da Frente de Ação Ecológica da Assembleia Nacional Constituinte.

# Cap. 4 – Conclusão: As Consequências da Participação Popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988

## 4.1 Impactos da interação entre as dinâmicas da participação popular e político-legislativa

A abordagem de diferentes autores e teorias sobre movimentos sociais tratou, como destaquei no primeiro capítulo, o problema da interação entre a ação institucional e a ação não-institucional de forma problemática ou insuficiente. Tanto as diversas versões do paradigma do comportamento coletivo quanto a Teoria de Mobilização de Recursos, com abordagens diametralmente opostas acerca dos movimentos sociais, estabeleceram uma distinção radical entre estas duas dinâmicas[309]. Já a Teoria dos Novos Movimentos Sociais inverteu o sentido da separação entre a política institucional e não-institucional, enfatizando a disputa dos movimentos sociais por projetos culturais no interior de um espaço social apartado do Estado e do Mercado.

No entanto, o arcabouço conceitual da Teoria do Processo Político e do *Contentious Politics* permitiu, ao longo desta dissertação, a realização de uma análise que se apoiasse no espaço turvo da interação entre as ações dos atores institucionais (especialmente dos parlamentares da Constituinte) e as ações dos atores extraparlamentares. As fronteiras entre os atores foram analisadas tendo em vista a sua permeabilidade, nem o Estado nem a sociedade foram vistos como entidades "monolíticas". O primeiro foi representado, na ANC, por grupos múltiplos de parlamentares de todo o espectro político, com maior ou menor grau de abertura à participação popular e com alianças diferenciadas em relação ao poder Executivo. A

[309] Para o Paradigma do Comportamento Coletivo, a ação institucional-convencional, orientada pelas normas sociais vigentes, seria incompatível com o comportamento coletivo não-institucional, que (por ser uma consequência de situações indefinidas e não-estruturadas) provocaria, enquanto durasse, o colapso dos órgãos de controle social ou o colapso da integração normativa. Já para a Teoria de Mobilização de Recursos, a distinção se dá pela visão de que as ações não-institucionalizadas por meio da mobilização coletiva são formas pelas quais os grupos desprovidos de certos recursos, face às barreiras da política institucional, buscam a realização de interesses.

sociedade também foi vista sob a ótica dos seus grupos diversos de atores, incluindo tanto os setores mais progressistas quanto os mais conservadores, que se mobilizaram para influir na opinião pública e, principalmente, para interferir nos trabalhos da Constituinte.

O que fica evidente com a análise da mobilização social na Constituinte, é que a interação entre os atores extraparlamentares e parlamentares foi muito mais complexa e profícua do que a literatura sobre o tema havia explorado. Esta interação alterou a dinâmica da ANC e resultou em picos de mobilização, em geral associados com as mudanças na Estrutura de Oportunidades e Ameaças Políticas que ora os movimentos conseguiram criar, ora foram ditadas pelo contexto do processo legislativo.

Essa complexidade se tornou visível a partir do uso de uma compreensão ampla do repertório de ações coletivas, incluindo tipos de ações que alguns autores deixam de observar e que se mostraram extremamente importantes no contexto analisado, principalmente, as reuniões com constituintes. Além disso, também foram importantes as reuniões de formação/consolidação de algum movimento social específico; as reuniões destinadas à articulação entre os diferentes movimentos; o uso de propagandas televisivas e de exposições artísticas; e outras ações de caráter mais "institucional" relacionadas às especificidades da ANC (como as campanhas das emendas populares).

Mesmo com esta compreensão ampla do conceito, foi possível observar que o repertório de ações coletivas empregado foi supreendentemente estreito, tendo sido mais diversificado apenas num curto espaço de tempo (nos três meses da terceira fase de mobilização social). Isto, somado às mudanças observadas no uso desses repertórios de ação nas diferentes fases da Constituinte, indica que os movimentos adaptaram as suas estratégias para serem mais eficazes e aproveitarem melhor as oportunidades (e reagirem às ameaças) que caracterizaram cada etapa.

A principal adaptação aconteceu por conta da inclusão do dispositivo de "emendas populares" no Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte (RIANC). Este foi certamente o principal mecanismo de legitimação e de conquista de poder efetivo dos movimentos sociais. Ele foi complementado por outros dispositivos presentes no RIANC, como as audiências públicas nas subcomissões e a possibilidade de que Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, Tribunais e entidades representativas de segmentos da sociedade enviassem sugestões às

comissões e à Presidência da ANC. Também foram asseguradas a publicidade das votações, através da regulamentação da presença nas galerias do Plenário e da exigência de que as matérias constitucionais fossem votadas pelo processo nominal (e não por votação simbólica ou secreta).

A consequência mais profunda desse conjunto de dispositivos, conquistados no Regimento Interno por meio da aliança entre movimentos sociais e parlamentares tanto de esquerda quanto de centro, foi a institucionalização da interação entre os atores extraparlamentares e os parlamentares. É certo que nem toda interação foi institucionalizada, mas o norte geral das relações foi estabelecido pelas oportunidades abertas pelos mecanismos do Regimento Interno, que vieram acompanhadas da normatização de canais de diálogo e de formas de ação.

De um lado, a dinâmica político-legislativa se transformou com a presença popular. Incorporou-se, à rotina da ANC, a presença constante de ativistas nos seus corredores e gramados, que defenderam as mais diversas propostas e interpelaram todos os constituintes presentes. Ainda, o próprio trabalho inicial das subcomissões e comissões temáticas contou com quase duas centenas de audiências públicas. Como vimos no capítulo anterior, 974 especialistas e representantes de entidades da sociedade foram ouvidos pelos constituintes e tiveram a oportunidade de apresentar as suas sugestões. A diversidade e a riqueza das contribuições foi ressaltada pelos constituintes e participantes[310], produzindo uma influência dispersa nos anteprojetos escritos pelas subcomissões e comissões temáticas[311].

A dinâmica político-legislativa foi novamente marcada pela presença popular regulamentada em um espaço institucional (desta vez, na Comissão de Sistematização) na ocasião da apresentação das 83 emendas populares que cumpriram todas as exigências regimentais. Apesar da queda na mobilização social no período e da modesta presença de constituintes nas sessões de defesa das emendas populares (pelas razões já expostas no capítulo anterior), este espaço institucional serviu para esclarecer os constituintes (especialmente o relator Bernardo Cabral) acerca do conteúdo e das razões de cada emenda popular (cada qual legitimada por milhares de assinaturas). Em alguns casos, como o das emendas sobre os direitos da criança e do adolescente, o efeito foi imediato (com a inclusão do conteúdo já no projeto da

---

[310] Ver COELHO, João Gilberto Lucas. Uma Constituinte que ousa. In: *Jornal da Constituinte*. Brasília, DF, n. 3, 15 jun. 1987.

[311] Anteprojetos das Subcomissões e Comissões Temáticas que foram responsáveis por 42% da redação final dos dispositivos contidos na *Carta Magna*. Cf. Praça & Noronha, *opus cit.*, 2009, p. 8.

Comissão de Sistematização); em outros casos, como o dos direitos indígenas, o espaço serviu para colocar temas na agenda pública (da ANC e da mídia), contribuindo para as posteriores ações coletivas em defesa das respectivas emendas populares.

Para além destes dois conjuntos de eventos onde o espaço institucional da ANC foi protagonizado por atores extraparlamentares, houve também uma série de momentos nos quais a dinâmica político-legislativa extrapolou os seus limites em função da interação com estes mesmos atores extraparlamentares. Isto, longe de ser uma exclusividade da ANC, foi reforçado pela intensificação desta interação no período da Constituinte de 1987-88.

Explico, para muitos parlamentares os eventos promovidos pelos movimentos em torno das emendas populares eram uma oportunidade para entrarem em contato com os seus eleitores e com ativistas que defendiam causas semelhantes às suas. De fato, dos 225 eventos promovidos por movimentos, associações e sindicatos, um quarto (57 eventos) contou com a participação de constituintes[312]. Não era só o "povo" que ia até o Congresso, os próprios constituintes também buscavam ir até o "povo". A despeito das possíveis demagogias e das diferenças numéricas e ideológicas desta *participação constituinte nos espaços populares*, a sua frequência foi significativa, reunindo, por vezes, parlamentares de todo o espectro político em um mesmo evento. Esta participação constituinte esteve, em boa parte dos casos, relacionada aos canais criados pela interação institucionalizada.

É emblemática a literal transposição da Assembleia Nacional Constituinte para fora do Congresso Nacional: no dia 6 de maio de 1987, a Subcomissão das Populações Indígenas realizou uma Audiência Pública Extraordinária na Aldeia Gorotire, no sul do Pará[313]. O próprio mecanismo das emendas populares também teve parte deste efeito simbólico por ter possibilitado aos eleitores de todos os estados a expressão das suas preferências em emendas que tramitaram no interior da ANC – de certa forma, a Constituinte também esteve presente nas mãos das mais de doze milhões de pessoas que assinaram as emendas populares.

---

[312] Destes 57 eventos em que houve a presença de constituintes, temos notícias do número exato ou aproximado de parlamentares em 13 casos: em 8 casos a participação foi superior a 10 constituintes; em dois casos ela foi de cerca de 50 constituintes e em outros três casos ela chegou a cerca de 100 constituintes.

[313] Faziam parte da comitiva recebida pelos caciques Kayapó, os constituintes Ivo Lech (presidente da Subcomissão; PMDB-RS), Benedita da Silva (PT-RJ), José Carlos Sabóia (PMDB-MA), Salatiel Carvalho (PFL-PE) e Ruy Nedel (PDT-RS).

Ainda, cabe relembrar a análise da Estrutura de Oportunidades Políticas no processo de redemocratização (capítulo 2), na qual um dos reflexos das crises do estado desenvolvimentista e político-institucional foi o cenário de fragmentação do poder na Constituinte[314] (especialmente no seu primeiro ano). Neste contexto onde os setores conservadores demoraram para se reorganizar, a institucionalização da participação popular, por ter sido aproveitada principalmente (mas não exclusivamente) pelos movimentos, sindicatos e associações de caráter mais progressista, acabou por potencializar a ação do grupo minoritário de parlamentares de esquerda e centro-esquerda ao longo da Constituinte, inclusive ao reagir (e limitar) ao avanço conservador depois do advento do Centrão[315].

Um exemplo de como a bancada de parlamentares da esquerda aproveitou a pressão exercida pelos movimentos sociais para conseguir algumas conquistas no processo constituinte é relatado em entrevista pelo ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio:

> "Bom, fizemos o primeiro turno. Aí ia para a Comissão de Sistematização. Quando nós começamos a ganhar na Sistematização, a direita se assustou. Eu não tenho elementos, tudo isso aconteceu fora do meu alcance, isso contavam para mim. Eu estou convencido que foi gente de fora. E foi multinacional forte, deve ter vindo Volkswagen, deve ter sido a Ford, esses banqueiros grandes. Reuniram-se num hotel chamado Carlton. Um nome muito sugestivo, Hotel Carlton. Nome de hotel de mistério. Reuniram-se lá e disseram "Não, isso não pode continuar. Isso precisa dar um breque, isso é um absurdo". Porque o que aconteceu? Com a pressão popular, o quadro da CUT e essa atividade tremenda – 30 mil pessoas a vaiar o sujeito da direita, a jogar moeda no Plenário quando eles votavam contra a classe trabalhadora -, eles vinham e ficavam na nossa bancada. De lá, subiam na galeria e jogavam moeda no pessoal lá

[314] Fragmentação do poder expressa: pela ausência de um anteprojeto oficial; pelo arranjo regimental descentralizador; pela desorganização dos atores políticos mais conservadores no momento inicial da Constituinte; e pela diminuição do poder de condução do processo Constituinte por parte do Executivo (em função das oscilações na base de apoio ao governo Sarney e aos questionamentos acerca da legitimidade da duração do seu mandato).

[315] A reação ao Centrão foi mais significativa no caso do movimento sindical, que radicalizou as suas ações, denunciando as manobras e as intenções dos deputados do Centrão. Radicalização esta que não o excluiu (talvez até tenha fortalecido as suas credenciais para participar) da mesa de negociações acerca dos direitos trabalhistas. No entanto, as ações mais agressivas do movimento sindical ao mesmo tempo em que fortaleceram as credenciais para as negociações, também limitaram as suas capacidades de formar acordos e amplos apoios político-partidários: "Além da articulação dos empresários, o "lobby" dos trabalhadores irá enfrentar resistências políticas das mais variadas facções. "Estamos órfãos", reclama Jair Meneguelli da CUT. Ele acredita que as posições que defende só encontrarão eco junto a representantes do PT, PDT e PSB. E diz que o diálogo com algumas lideranças do PFL, PDS e até mesmo do PTB foi impossibilitado "a partir de algumas ações da CUT"." (O movimento sindical traça suas estratégias para o segundo turno. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 8, 21 de junho de 1988).

> embaixo. Então, os deputados da direita sumiram do Plenário. E quando eles sumiram do Plenário, nos deram uma vantagem enorme, que era a seguinte: para funcionar tem que ter um quórum mínimo. Se não tem o quórum mínimo, só funciona se os líderes não pedirem verificação de voto, de presença, de quórum. E a nossa moeda de troca era a seguinte: quer funcionar? Tem que passar alguma coisa nossa. Como nós não estávamos na radicalidade absoluta, mas numa fórmula de conciliação, funcionava. Nós ganhávamos. O termo intermédio a gente conseguia e eles sumiram do Plenário, até porque tinha uma eleição municipal e eles estavam preocupadíssimos em eleger o pessoal deles."[316]

De forma inversa, os deputados dos partidos de esquerda também aproveitaram as suas prerrogativas parlamentares para potencializar as emendas populares na ANC. Um expediente utilizado pelo PT, segundo relato do constituinte José Genoíno, era a ordem de entrada das emendas para ir ao debate:

> "Se vocês olharem, toda a lógica do Regimento Interno era a seguinte: as emendas ingressavam por ordem de entrada, pelo número de entrada. Por isso que eu às vezes dormia na Câmara, para ser o primeiro a entregar a emenda na fila. Então, quem está lá, se pode, quer abrir às oito. Aí eu entregava do mesmo assunto três emendas, três: uma radical, uma moderada e uma intermediária. Fazia um festival de emendas! A bancada do PT era pequena, tinha 16 deputados. Então, como era por ordem de entrada, não adiantava o PMDB entrar com emenda, porque a minha estava em primeiro. A gente botava as emendas populares na frente. Como a gente tinha uma aliança com as iniciativas populares, a gente botava na frente, para poder ir ao debate"[317].

Do outro lado, a dinâmica da participação popular também foi transformada de forma significativa pela institucionalização da interação com a política-legislativa. Como vimos no terceiro capítulo, a maior parte da mobilização social ao longo da Constituinte girou em torno das possibilidades e dos limites criados pelos dispositivos presentes no RIANC. O uso do mecanismo das emendas populares, a despeito das suas restrições, foi o principal responsável pelo crescimento do número de mobilizações relacionadas à Constituinte, que passou de 7 eventos em março de 1987 (quando se assegurou o mecanismo no Regimento Interno) até o seu ápice de 24 eventos em agosto de 1987 (quando os movimentos entregaram as emendas).

---

[316] Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 28 de setembro de 2008, pp. 10-11.

[317] Entrevista com José Genoíno. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 04 de julho de 2008, p. 5.

Os mecanismos regimentais que alteraram a dinâmica da participação popular também mudaram, ao menos no período da Constituinte, os posicionamentos característicos de alguns movimentos em relação ao Estado. Ana Maria Doimo, ao analisar o caso brasileiro pós-70, defende que há uma ambiguidade característica dos movimentos sociais cuja raiz estaria na dupla face em que estes movimentos operam ao realizarem ações-diretas contra os detentores de poder: uma "**face *expressivo-disruptiva***, pela qual se manifestam valores morais ou apelos ético-políticos tendentes a deslegitimar a autoridade pública e a estabelecer fronteiras intergrupos, e a **face *integrativo-corporativa***, pela qual se buscam conquistar maiores níveis de integração social pelo acesso a bens e serviços, não sem disputas intergrupos e a interpelação direta aos oponentes"[318]. Deste modo, em um processo de democratização e de abertura da sociedade, tornou-se mais premente a escolha dos movimentos entre interagir positivamente com a institucionalidade política ou adotar uma perspectiva expressiva, de poder duplo e autônomo, negando qualquer conexão com o Estado ou as suas agências. Sendo frequente, ainda, a adoção de uma posição mista e dúbia. A urgência e importância desta escolha aconteceu (e ainda acontece) também por conta da intensificação do que Habermas chamou de "colonização do mundo da vida" pela razão instrumental; impondo uma lógica economicista e de resultados, de eficácia e eficiência no âmbito dos movimentos sociais[319].

Na Constituinte, a institucionalização da interação da participação popular com a política-legislativa (principalmente por meio da conquista do mecanismo das emendas populares no regimento interno) contribuiu para a superação do dilema dos movimentos que se apresentava no período pré-constituinte, qual seja, entre a proposta do Movimento Nacional pela Constituinte de promoção de "Constituintes Populares Paralelas" (potencializando a "face *expressivo-disruptiva"*) *versus* mobilizar a sociedade para exercer uma pressão focalizada em cima dos trabalhos constituintes, buscando vitórias concretas na nova legislação (potencializando, portanto, a "face *integrativo-corporativa"*). A percepção, por parte dos ativistas, de que a possibilidade de interferência direta no processo legislativo abria novas perspectivas na Estrutura de Oportunidades Políticas fez com que eles priorizassem os mecanismos conquistados. Isto balizou as mobilizações e minimizou os conflitos em relação àquela disputa de estratégia.

---

[318] DOIMO, *A Vez e a Voz do Popular*, *opus cit.,* p. 69.
[319] Cf. HABERMAS, Jürgen. New Social Movements. In: *Telos*, New York, nº 49, pp. 33-37.

A defesa e a incorporação desta institucionalização da interação junto à esfera político-legislativa significou, consequentemente, uma legitimação (apesar de todas as polêmicas sobre a exclusividade e a soberania que envolveram a convocação e instauração da ANC) daquele processo institucional. Em suma, os movimentos populares aceitaram as "regras do jogo" e procuraram desenvolver estratégias para maximizar a sua influência sobre os deputados e aproveitar o seu poder de interferência direta no processo constituinte.

Esta limitação no repertório de ações dos movimentos[320] se manifestou também na virtual ausência de ações disruptivas, levando-nos à conclusão de que a institucionalização da participação popular no processo Constituinte resultou numa supremacia do uso de ações pacíficas e no respeito à ordem institucional[321]. Mesmo o movimento sindical, que foi mais assertivo em alguns momentos, em geral se manteve dentre dos limites institucionais do processo constituinte[322] e priorizou as "pressões intramuros"[323]. Assim, apesar do número significativo de ações coletivas e de toda a diversidade dos atores sociais que participaram do processo Constituinte,

---

[320] Expressa pelo abandono da estratégia de realizar "Constituintes Populares Paralelas".

[321] Como já discutimos no capítulo anterior, além da influência da priorização dos mecanismos de participação popular, outros fatores reforçaram (em menor grau) a opção por ações pacíficas dos atores extraparlamentares, como: o receio dos movimentos em provocarem algum retrocesso no frágil processo de transição democrática; as limitações impostas pela posição (no período pré-Constituinte) de defensores da soberania da Constituição também fragilizava qualquer ação mais disruptiva contra a ANC; assim como a avaliação da maioria dos movimentos de que a melhor opção estratégica em 1988 seria defender as vitórias (insuficientes, mas significativas) presentes no projeto de Constituição que saiu da Comissão de Sistematização e nas emendas populares apresentadas, colocava-os não numa disputa externa do "tudo ou nada", mas sim no interior do processo de negociação.

[322] A única exceção foi no dia em que o Centrão conseguiu 290 votos para alterar o Regimento Interno da constituinte. Os membros das entidades sindicais (CUT, CGT e CNTI), que realizavam uma reunião em um dos auditórios do Congresso Nacional, foram alertados pelo deputado Paulo Paim (PT-RS) da vitória iminente do Centrão, imediatamente os sindicalistas tomaram conta das Galerias gritando "Para o Centrão, o paredão!" e "passaram a agredir os parlamentares com qualquer material que lhes caía a mão: papel higiênico, moedas, canetas – até uma sandália havaiana foi jogada sobre o plenário. (...) Mais tarde, quando o Centrão completou seu 280º boto, a baderna tornou-se ainda pior – os deputados passaram a ser atingidos por cusparadas. Quando deixavam o plenário, eram perseguidos, nos corredores, por bandos de sindicalistas que ameaçavam espancá-los." (O voto ganha do grito. In: *VEJA*. São Paulo: Ed. Abril, 9 de dezembro de 1987, pp. 36-37). Apesar do episódio de confronto com os deputados do Centrão, os sindicatos logo voltaram às estratégias menos disruptivas, realizando uma série de reuniões com os constituintes do Centrão para negociarem as pautas. Apesar do veto do Centrão à "estabilidade no emprego", o significativo conjunto de direitos trabalhistas assegurados ajudou a manter o movimento sindical mais moderado.

[323] Segundo Álvaro Comin, "A despeito de manter durante todo o processo constituinte o discurso de denúncias e de protesto contra a 'ilegitimidade' da Assembleia Constituinte, não foram as grandes mobilizações populares que caracterizaram a atuação da CUT, mas sim a atividade de pressão 'intramuros' sobre os constituintes para a aprovação de suas propostas, tarefa na qual, aliás, esteve frequentemente aliada à CGT". (COMIN, Álvaro. *A estrutura sindical corporativa:* um obstáculo à consolidação das Centrais Sindicais no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995, p. 99-100).

não houve uma ruptura com a característica conciliatória do projeto de transição democrática.

Com efeito, a institucionalização da interação entre atores extraparlamentares e parlamentares fez com que os movimentos combinassem as tradicionais manifestações públicas de força e comprometimento com um conjunto de ações no interior do Congresso, apresentando as propostas populares nas Comissões e, depois, participando de longas sessões de negociação. As emendas populares potencializaram estas negociações ao estimular, num primeiro momento, a articulação de associações, movimentos e sindicatos em torno de propostas comuns. Com isso, se constituiu um conjunto de interlocutores extraparlamentares legitimados tanto pelos seus grupos congêneres quanto por milhares de assinaturas para negociar interesses específicos dentro de espaços institucionais da ANC.

A combinação entre grandes mobilizações e pequenas ações e reuniões não foi somente uma escolha por conta da eficiência da estratégia, ela foi também uma necessidade. De fato, entre 1987 e 1988, o palco principal das ações coletivas passou a ser a cidade de Brasília, o que dificultava a realização de inúmeras demonstrações pequenas e médias sem grandes esforços de organização. As caravanas eram planejadas com antecedência (apesar de sempre enfrentarem os contratempos das frequentes mudanças nas datas de votação) e reuniam ativistas de todos os cantos do Brasil. No interim entre as caravanas, a pressão sobre os constituintes era feita por pequenos grupos e ações, como o sistema de rodízio entre os sindicatos responsáveis por enviar representantes para pressionar os deputados, ou como a presença constante de lideranças respaldadas pela estrutura organizacional dos movimentos (por exemplo, o caso de Ronaldo Caiado, presidente da UDR).

Ao contrário da conclusão de Salvador Sandoval, para quem a opção pela colaboração teria desmobilizado várias organizações de movimentos populares na Constituinte[324], foi possível verificar que o crescimento da mobilização social e o sucesso de várias demandas dos movimentos estiveram relacionados de forma significativa à interação com a política institucional. Mesmo o movimento sindical, por vezes mais radical do que outros atores, conseguiu a maior parte dos seus triunfos por meio da difícil combinação de estratégias de confronto com estratégias de negociação. De fato, o caminho institucional aberto por mecanismos como as

[324] Cf. Sandoval, *opus cit*., p. 188.

emendas populares e as audiências públicas possibilitou a abertura de canais de comunicação e negociação que não passavam pela via tradicional de cooptação de lideranças. Muitos movimentos, embora ainda tendo alguns partidos como "aliados preferenciais", procuraram estabelecer uma ampla base de apoio político-partidário e valorizaram a sua "autonomia", levando as suas demandas diretamente ao Congresso sob o respaldo de milhares de eleitores.

Este apoio partidário, no caso das agremiações de esquerda, foram para além do suporte no interior da ANC. De fato, muitos dos ativistas que se engajaram nas campanhas de coleta de assinaturas para as emendas populares eram militantes do PT, PCB, PCdoB, PSB, PDT e, em menor grau, do PMDB e do PH. Mesmo os membros do PFL e do PDS se engajaram nas campanhas (especialmente em Cuiabá) das emendas populares contrárias a reforma agrária[325].

Para os movimentos menos estruturados e com lideranças menos qualificadas, a aliança com os partidos de esquerda eram o principal caminho para fazerem as suas vozes serem ouvidas dentro das reuniões de negociação. De fato, José Genoíno relata a relação próxima dos deputados do PT com os movimentos sociais e com a Igreja:

> "A gente ia para as plenárias da CNBB, reunia em colégio. A gente os informava da pauta: "Amanhã vai entrar em destaque tal e tal, anota aí". E era impressionante, foi o período mais rico de aproximação. Nós tivemos um momento de democracia participativa na Constituinte, um momento em que se misturou a democracia participativa com a democracia representativa. E a Igreja deu um aparato. A quantidade de reunião que houve na CNBB não foi brincadeira. O sindicato não tinha o aparato que tem hoje"[326].

Um exemplo de apoio político-partidário foi o do movimento ambientalista, que após o dilema do período pré-Constituinte sobre se deveria ou não formar um partido, aproveitou as vantagens de se ter a liberdade de fazer alianças com vários partidos (especialmente após a organização do Centrão). Alonso, Costa e Maciel ressaltam que, ao longo do processo Constituinte, estes ativistas perceberam que eram mais influentes enquanto "ambientalistas" do que como políticos profissionais,

---

[325] Medo de assinar atrapalha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 14 de julho de 1987.
[326] Entrevista com José Genoíno. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 04 de julho de 2008, p. 36.

reconhecendo e valorizando o poder simbólico do seu conhecimento técnico e científico[327].

Em suma, tanto para os movimentos quanto para os constituintes, a escolha da via institucional de interação transformou a dinâmica do jogo político travado dentro e fora do Congresso. Para os primeiros, esta escolha, como vimos, veio carregada de limitações explícitas e implícitas; mas ao conseguirem angariar milhões de assinaturas e mobilizar milhares de ativistas em prol de objetivos específicos dentro da ANC, estes atores extraparlamentares conseguiram requalificar (sem, é claro, inverter) a hierarquia institucional na qual os constituintes (com uma composição majoritária que alternava entre o "centro" e a "direita") eram proeminentes. Ao passarem pelo crivo do voto em Plenário, as demandas contidas nas emendas populares não puderam ser sumariamente ignoradas pelos constituintes. Quando foram acompanhadas de mobilização efetiva, os custos de rejeição estimularam a negociação (ao menos dos pontos centrais contidos nas emendas populares).

Foram caminhos longos e diversos até que os movimentos e as respectivas emendas fossem postas em votação. Nesse processo, as múltiplas combinações de uma série de elementos contribuíram para o maior ou menor impacto das campanhas de emendas populares[328]. Assim, estes elementos principais foram: a capacidade de articulação organizacional das redes de ativistas, de associações e de movimentos; a formulação de propostas e a construção de quadros interpretativos que conseguissem unificar as diferentes posições acerca dos objetivos a serem perseguidos na Constituinte; a difusão do repertório de ação, capacitando os ativistas a aplicarem as técnicas e as estratégias de mobilização utilizadas na ANC; a realização de uma ampla coleta de assinaturas para as emendas populares; a organização de estruturas de acompanhamento e pressão sobre os constituintes; a realização de demonstrações públicas que mostrassem a força numérica dos movimentos, o comprometimento e a unidade dos seus ativistas e o valor das suas causas; a organização de estruturas e

---

[327] Cf. ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *The Formation of the Brazilian Environmental Movement.* Brigthon: Institute of Development Studies Working Paper, 2005, pp. 17-18. Os autores afirmam que este foi o primeiro passo em direção à profissionalização de associações ambientais como a SOS Mata Atlântica.

[328] Daniel Cress e David Snow também notaram, para o caso dos movimentos sociais dos sem tetos nos Estados Unidos, a multiplicidade dos caminhos (ao invés de um único caminho certeiro ou conjunto de condições) que levam a resultados de impacto. Cf. CRESS, Daniel & SNOW, David A. The Outcomes of Homeless Mobilization: The Influence of Organization, Disruption, Political Mediation, and Framing. In: *American Journal of Sociology.* The University of Chicago, vol. 105, nº 4 (January 2000), pp. 1063-1104

técnicas de pressão nas bases eleitorais dos constituintes (como os placares de votação e os cartazes "constituintes traidores do povo); e, finalmente, a formação de uma base ampla de apoio político-legislativo.

## 4.2 Avanços e Limites da Nova *Carta Magna*: impactos diretos da mobilização social na Constituição de 1988

A análise das interações entre atores parlamentares e extraparlamentares tornou possível a superação da frequente visão binária acerca dos resultados da relação entre movimentos sociais e Estado, na qual os resultados possíveis são sempre ou o fracasso do movimento ou a sua institucionalização (seja pela incorporação da sua demanda ou dos seus agentes).

As especificidades da Constituinte tornaram este processo algo muito mais amplo ao se estabelecer um ciclo de confrontos em que múltiplos movimentos e organizações procuraram influenciar diferentes pautas. A soma da mobilização acabou se tornando maior do que cada caso específico e a interação que caracterizou o processo Constituinte acabou estimulando transformações expressivas na dinâmica da participação popular e na dinâmica político-legislativa.

No entanto, além do impacto em ambas as dinâmicas (foco da investigação desenvolvida nesta dissertação), a interação entre atores parlamentares e extraparlamentares resultou em impactos diretos no ordenamento jurídico produzido pela Constituinte[329]. Para a análise dos principais impactos diretos das diversas campanhas discutidas anteriormente, cabem algumas considerações teóricas.

A análise dos resultados diretos dos movimentos sociais foi tratada de forma detalhada por William Gamson, que os separou em duas categorias: *novas vantagens* (benefícios decorrentes do resultado das ações e demandas de um movimento); e *aceitação* (quando um movimento social organizado ou um grupo contestador é visto pelos seus alvos como um representante de um conjunto legítimo de interesses). Assim, o cruzamento destes dois resultados gerais produziria quatro resultados

[329] Outros tipos de consequências possíveis que não serão tratadas aqui em função do recorte (temporal, geográfico e temático) da pesquisa são as mudanças na biografia dos participantes e as alterações dos quadros interpretativos de cada um dos movimentos.

específicos: resposta total (novas vantagens e aceitação); cooptação (aceitação sem novas vantagens); preempção (novas vantagens sem aceitação); e colapso (sem aceitação e sem novas vantagens)[330].

Entre as críticas à classificação de Gamson, destacam-se as de Piven e Cloward em *Poor People's Movements* (1977), no qual questionam o uso da categoria de aceitação de um movimento como evidência do sucesso do mesmo. Isto porque a construção de organizações de massa seria, segundo os autores, prejudiciais aos pobres e a aceitação de um movimento teria pouca importância para os "beneficiários" caso eles não ganhem nada diretamente[331].

Em que pese o determinismo[332] de Piven e Cloward e o radicalismo de sua crítica, ela é útil para percebemos o peso excessivo que Gamson deu à categoria de aceitação quando discutia os impactos dos movimentos sociais. Uma adaptação das categorias de Gamson é a tipologia elaborada por Daniel Cress e David Snow para investigar os impactos da mobilização dos sem-teto nos Estados Unidos. A classificação dos autores é útil para a compreensão de que existem duas categorias de favorecidos pelos impactos diretos da ação coletiva: a *população beneficiária,* que pode ser favorecida por novos direitos adquiridos ou por novas políticas de assistência desenvolvidas pelo Estado; e as próprias *organizações de movimentos sociais*, que podem ganhar poder por meio de representação ou de recursos (por exemplo o controle da gestão de serviços públicos terceirizados, ou ainda dividendos organizacionais como escritório, materiais, etc.)[333].

Entretanto, embora a tipologia de Cress e Snow seja importante para a análise de impacto dos movimentos sociais contemporâneos, um limitador é a especificidade do tipo de resultado que eles denominam de *representação.* Isto porque os autores restringem o indicador de aceitação organizacional de Gamson para meramente a participação formal de membros do movimento social em conselhos e comitês das

---

[330] "The full response and collapse categories are relatively unambiguous successes and failures – in the on case, the achievement of both acceptance and new advantages, in the other, the achievement of neither. The remainder are mixed categories: co-optation is the term used for acceptance without new advantages and preemption for new advantages without acceptance." (GAMSON, William A (1988). *The Strategy of Social Protest*. Belmont: Wadsworth Publishing (2 ed.), 1990, p. 29).

[331] Cf. PIVEN, Francis Fox & CLOWARD, Richard A. *Poor People's Movements.* New York: Vintage Books, 1977, p. xx-xxi.

[332] Um bom exemplo do determinismo da dupla é a ideia de que "protesters win, if they win at all, what historical circunstances has already made ready to be conceded." (Piven & Cloward, *opus cit.*, p. 36).

[333] CRESS, Daniel & SNOW, David A. The Outcomes of Homeless Mobilization: The Influence of Organization, Disruption, Political Mediation, and Framing. In: *American Journal of Sociology.* The University of Chicago, vol. 105, nº 4 (January 2000), pp. 1066-1068.

organizações que são os alvos de influência. A restrição, talvez adequada para a metodologia da pesquisa feita com os movimentos dos sem-teto, é limitadora para o caso da Constituinte. Opto aqui pela utilização do conceito de *aceitação*, que torna mais densa a investigação, incluindo assim elementos mais informais como consultas, negociações e reconhecimento ao lado da representação formal.

De fato, a presente análise da mobilização social na Constituinte mostrou como a institucionalização da interação entre atores extraparlamentares e parlamentares acabou resultando na construção de um mecanismo institucional de aceitação de grupos e movimentos enquanto portadores de interesses: legitimados por milhares de assinaturas nas emendas populares e, em alguns casos, legitimados pelo conhecimento técnico-científico quando seus representantes eram convidados para participarem das audiências públicas nas subcomissões e comissões temáticas.

É claro que, além deste meio institucional de legitimação, outros caminhos informais também foram importantes e que dependiam: das circunstâncias e conjunturas nas quais o movimento estava inserido; da força e organização do movimento (tanto na sociedade quanto no parlamento, sob forma de apoio político-partidário); do grau de unidade do movimento (por exemplo, mais de um grupo reivindicando a representação de determinada causa poderia fazer com que nenhum fosse legitimado a representá-la[334]); e, por fim, da existência ou não de movimentos e/ou grupos de parlamentares contrários à reivindicação.

Um bom indicador dos grupos que conseguiram esta legitimidade (seja pela via institucional, pela informal ou por ambas), foram as reuniões com constituintes que desempenharam papéis centrais no processo e que, portanto, exerceram uma função informal de avalizar certos movimentos – além de Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral, alguns líderes do governo e do Centrão como Carlos Sant'Anna e Guilherme Afif Domingos também desempenharam esse papel na última fase da ANC.

---

[334] Cabe relembrar a importância que as emendas populares tiveram no sentido de construir consensos e articulações entre diferentes movimentos, associações, grupos e ativistas (formando, em alguns casos, movimentos temporários em torno de determinada causa). Assim como, em caso de disputa, a quantidade de assinaturas que determinado grupo angariou acabou servindo como um critério. No entanto, salvo os casos em que os objetivos eram opostos, as pequenas diferenças entre os movimentos que geraram emendas populares diferentes (como no caso da reforma agrária, com a CONTAG e o MST apresentando propostas distintas) não criaram maiores empecilhos no período de negociação, visto que o que estava em pauta era a aprovação ou não da ideia geral (no exemplo, dotar ou não o Estado com o instrumental jurídico necessário para a realização de uma ampla reforma agrária).

Assim, a *aceitação* de movimentos enquanto representantes legítimos teve, na Constituinte, um ritual e um sentido próprio. No que tange a conquista de novas vantagens, esta aceitação foi uma variável importante para o sucesso da pressão dos atores extraparlamentares. Além disso, embora fuja do escopo desta pesquisa, é possível supor que a *aceitação* de certos movimentos, sindicatos e associações que conseguiram se destacar na Constituinte perdurou para além do período; ou seja, a legitimidade que certos movimentos adquiriram no período pode ter influenciado a disputa entre grupos congêneres após 1988.

A busca por *recursos* como o controle da gestão de serviços públicos terceirizados ou como certos dividendos organizacionais (espaço de escritório, materiais, etc.) para os movimentos sociais foi secundário no período da Constituinte. O que estava em pauta na interação com os deputados e senadores constituintes estava em outra alçada. No entanto, algumas organizações se beneficiaram de todo os esforços para estruturar campanhas nacionais com alto grau de articulação com outros movimentos sociais, sindicatos e associações. Tanto os sindicatos quanto a CNBB montaram estruturas em Brasília para acompanhar os trabalhos constituintes e coordenar as ações nos estados. Os grupos que compunham os Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte constituíram uma associação para o mesmo propósito, com um comitê executivo que contou com o importante auxílio do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (CEAC-UnB).

Tanto a União Brasileira de Empresários quanto a União Ruralista Brasileira levantaram somas milionárias entre os seus membros e simpatizantes para custear as caravanas e as estruturas de lobby montadas em Brasília. O crescimento de 360% no número de associados da União Democrática Ruralista – passando de 50.000 membros em 1986 para 230.000 em 1987– reflete a força que a entidade foi conquistando, especialmente entre os pequenos e médios produtores rurais. A UDR também passou por um processo de capilarização, aumentando 440,54% o número de sedes: a entidade tinha apenas 37 em 1986, já em 1987 ela passou a contar com 200 sedes. De fato, a Estrutura de Oportunidades e **Ameaças** Políticas favoreceu este crescimento surpreendente do movimento ruralista. Isto porque, as recompensas negativas (ameaças políticas) são "intrinsicamente mais motivadoras do que as suas contrapartidas positivas (as oportunidades políticas) (Berejikian 1992; Goldstone &

Tilly, 2001)"[335]. De fato, Tilly explica em seu livro *From Mobilization to Revolution* que os grupos respondem de forma mais veemente às ameaças porque eles tendem a inflar o valor dos recursos que já estão sob o seu controle, superestimando potencial negativo das ameaças[336]. Da mesma forma, estes recursos existentes geralmente estão conectados a redes sociais já estruturadas e que podem ser facilmente mobilizadas para a defesa dos seus interesses. É claro que esta motivação adicional só pode ser aproveitada a partir do trabalho eficaz das lideranças ruralistas em difundir a percepção destas ameaças entre os seus pares. Pode-se especular que as lideranças empresariais, sem a mesma penetração nas bases, não conseguiram construir e difundir um enquadramento interpretativo que esclarecesse e simplificasse as diversas ameaças postas (com a exceção da estabilidade no emprego). Assim, a percepção do conjunto de ameaças que a EOP impunha ao empresariado não foi tão ampla quanto no caso do movimento ruralista.

Um exemplo de como o processo constituinte estimulou a articulação de diferentes grupos e a formação de movimentos nacionais é o caso do movimento ambientalista: "Neste processo, grupos ambientalistas tiveram que consolidar conexões e estabelecer acordos sobre certas questões para que pudessem agir juntos. A existência de um inimigo comum e a necessidade de achar aliados foi crucial para superar a fragmentação prévia entre grupos autônomos. O Centrão forçou os grupos ambientalistas a colocarem de lado as suas diferenças e a agiram em conjunto, o que, consequentemente, os deu a capacidade de ser influentes na regulamentação legal das questões ambientais. Ao menos momentaneamente, eles transcenderam as suas identidades como grupos separados para acharem uma identidade comum enquanto movimento ambientalista"[337].

Os impactos diretos que atingiriam a população (como um todo ou somente certos grupos beneficiados) sob a forma de novas políticas de assistência desenvolvidas pelo Estado também não eram o foco da mobilização social na Constituinte. No entanto, o ciclo de protestos que marcou o período, ao potencializar o grau de organização e articulação dos movimentos, assim como disseminar um cenário de contestação ampla, contribuiu para que uma série de mobilizações

---

[335] JENKINS, J. Craig & JACOBS, David. Political Opportunities and African- American Protest, 1948–1997. In: *American Journal of Sociology*, Volume 109, Number 2 (September 2003), p. 282.
[336] Cf. Tilly, 1978, *opus cit*., pp. 134-135.
[337] ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *The Formation of the Brazilian Environmental Movement.* Brigthon: Institute of Development Studies Working Paper, 2005, (tradução minha), pp. 17-18.

paralelas ganhassem força. A crise econômica, a dívida externa e as disputas em torno dos reajustes salariais levaram os sindicatos a organizarem greves que, ao mesmo tempo em que contribuíram para criar uma espiral de confrontação social (pressionando as elites políticas e econômicas a cederem em alguns pontos, seja na disputa da Constituinte ou seja nas negociações salariais), criavam dificuldades para a mobilização em prol das emendas populares, desviando recursos como tempo, dinheiro e ativistas de Brasília[338].

Da mesma forma, a caravana à Brasília do dia 2 de outubro de 1987, que reuniu 8.000 agricultores sem terra, minifundiários e líderes sindicais com o objetivo principal de pressionar a aprovação da emenda popular sobre a reforma agrária, também foi utilizada para pressionar o Tribunal Federal de Recursos, que mantinha engavetados 160 processos de desapropriação[339]. Do lado oposto, as caravanas e manifestações de massa da UDR serviam também para negociar pautas econômicas, como preços, financiamentos e taxas de juros[340].

Finalmente, o principal impacto da mobilização social na Assembleia Nacional Constituinte foi a influência que os ativistas tiveram na aprovação de alguns dos direitos sociais presentes na nova *carta magna*. As emendas populares que tiveram maior impacto foram aquelas relativas ao meio ambiente, saúde, educação, reforma urbana, direitos das crianças e adolescentes, direitos da mulher, direitos dos trabalhadores e a emenda sobre a iniciativa popular de lei. Segundo Dalmo Dallari, a

---

[338] De fato, a greve geral convocada pela CUT foi tema de polêmica entre os participantes das mobilizações em torno das emendas populares, especialmente aqueles ligados ao Plenário Pró-Participação Popular, para quem a greve geral enfraqueceria a campanha das emendas populares (Cf. Michiles *et all*, *opus cit.*, p. 70).

[339] Agricultores gaúchos partem para Brasília. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 3, 02 de outubro de 1987.

[340] Em 12 de fevereiro de 1987, a União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Brasileira Ruralista (SBR) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) coordenaram uma grande passeata composta por uma massa de agricultores vinda de diversas partes do país – estimada em pelo menos 15.000 pessoas pela polícia e entre 20.000 e 25.000 pelos organizadores A passeata representou as transformações no comando e na representação dos agricultores, assim como a preferência da base por ações diretas: "Na semana da grande safra e do grande protesto, ele parece ter consolidado sua liderança: era [Ronaldo] Caiado, líder de uma entidade privada e "não reconhecida" pelo governo, quem falava pelos agricultores, em vez das lideranças cartoriais encasteladas em órgãos como a Confederação Nacional da Agricultura. À força de vaias, elas foram corridas do comando das manifestações. Fundador da UDR, originariamente criada para combater a reforma agrária, Caiado saiu de Brasília, com autoridade reconhecida pelos seus pares, depois de apenas 5 minutos de discurso, nascido a partir de uma recusa do presidente José Sarney em cumprimentá-lo durante uma solenidade no Palácio do Planalto. (...) Com os microfones desligados, [Caiado] pôs em votação, falando com um megafone, uma lista de protestos que inclui uma paralisação nacional do campo, com as máquinas fechando estradas e cidades, para o próximo dia 10, a inadimplência do crédito rural e a retirada de depósitos num grande banco, ainda a ser escolhido, num mesmo dia."(VEJA. *A Grande Safra.* São Paulo*, 18* de fevereiro de 1987, p. 21)

direita também soube aproveitar o instrumento, "promovendo as emendas populares pela criação do Estado do Tocantins e manutenção da estrutura do Sesc e Senac, do Sesi e Senai"[341].

Segundo João Gilberto Lucas Coelho, na época diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da UnB e relator de várias emendas populares apresentadas pelos movimentos sociais, "Ao contrário do que muita gente pensa, o aproveitamento pela Constituinte das propostas populares foi bastante razoável. (...) A grande exceção ficou por conta da emenda popular que tratava da reforma agrária. Infelizmente, por causa de tantos impasses, esta proposta foi praticamente ignorada" [342]. As vitórias dos setores mais progressistas, parlamentares e extraparlamentares, nas etapas das Subcomissões, Comissões Temáticas e Comissão de Sistematização foram passos centrais para o aproveitamento de algumas emendas populares, especialmente porque 68% dos dispositivos presentes no texto final tiveram origem nestas etapas. O caminho de muitas emendas passaram pelo relatório da Comissão de Sistematização, no qual Bernardo Cabral aproveitou sugestões de 42 emendas populares, rejeitando integralmente 36 e considerando prejudicadas outras três emendas populares[343].

Apesar de não haver ainda um levantamento rigoroso sobre o aproveitamento de cada dispositivo das emendas populares na Constituição promulgada, os dados da assessoria da Comissão de Sistematização da Constituinte e dos técnicos do Serviço de Processamento de Dados do Senado deram uma dimensão do sucesso das emendas populares, com um índice de aproveitamento superior ao das propostas dos próprios constituintes. Segundo o órgão, das 64.058 emendas apresentadas pelos constituintes, 17.375 (27%) foram aproveitadas. Ao mesmo tempo, das 122 emendas populares, 43 (35%) foram aproveitadas (na íntegra ou parcialmente) na nova *carta Magna*[344].

Em outro levantamento feito pela pesquisadora Ernestina Gomes de Oliveira (do Núcleo de Estudos Constitucionais da Universidade Estadual de Campinas), o aproveitamento das emendas populares foi ainda maior. Ela calculou que "18

---

[341] Eleição em 1988 tem origem em emenda popular. *O Globo,* Rio de Janeiro, p. 2, 23 de novembro de 1987

[342] João Gilberto traz texto popular. *Correio Braziliense,* Brasília, nº 9147, p. 7, 03 de maio de 1988.

[343] Cf. SILVA, José Gomes da. *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-1988.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 167.

[344] Carta inclui as emendas populares. *O Globo,* Rio de Janeiro, p. 7, 03 de julho de 1988. É importante lembrar que, tendo havido emendas contrárias e favoráveis ao mesmo tema, logicamente a aceitação de uma significou a rejeição da outra.

emendas populares foram aprovadas na íntegra (representando 14,75% das emendas e 14,98% do número total de subscritores); 49 parcialmente aprovadas (40,17% das emendas e 50,91% dos subscritores); e 55 consideradas rejeitadas (45,08% das emendas e 34,1% dos subscritores). Portanto, 67 das 122 emendas populares haviam obtido algum aproveitamento de conteúdo no texto constitucional ao final do primeiro turno de votações"[345].

Ressalta-se, entretanto, que mesmo quando aproveitadas (integral ou parcialmente), não necessariamente a aprovação se deu como causa direta de determinada campanha por uma emenda popular. Como qualquer impacto de movimentos sociais, o estabelecimento de uma relação causal depende muito de uma análise apurada sobre as especificidades de cada caso (especialmente porque certas matérias constitucionais tiveram várias origens, como sugestões, audiências, emendas populares e emendas individuais de constituintes). Mesmo assim, a partir da reconstrução histórica que permitiu a presente análise da mobilização social na Constituinte, é possível afirmar que várias emendas populares (patrocinadas ativamente pelos seus promotores) conseguiram influenciar a agenda de negociações. Isto é comprovado por Adolfo Oliveira (PL-RJ), um dos relatores-adjuntos da Constituinte, ao relatar que, durante os acordos de lideranças que precederam as votações no primeiro e no segundo turno da Constituinte, o conteúdo de muitas emendas populares foi discutido e aproveitado parcialmente ou integralmente[346].

Dessa forma, ora exercendo o protagonismo ora sendo uma força auxiliar, os atores extraparlamentares contribuíram de forma significativa para o estabelecimento de um conjunto de leis e direitos. Para João Gilberto Lucas Coelho, "Hoje é possível afirmar que valeu a pena o enorme esforço participativo da população e longe esteve de ser desconsiderado, muito menos de haver sido pífio o aproveitamento dos conteúdos propostos. Produziu efeitos concretos sobre a norma constitucional e também outros resultados políticos, sociológicos e culturais"[347].

---

[345] COELHO, João Gilberto Lucas. Processo Constituinte, Audiências Públicas e o nascimento de uma nova ordem. In: BACKES, Ana Luiza, AZEVEDO, Débora Bithiah de; & ARAÚJO, José Cordeiro de (orgs.). *Audiências Públicas na Assembléia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009, pp. 45-46. Ver também: Unicamp analisa os temas polêmicos. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 6, 18 de julho de 1988.

[346] Povo reúne 12 milhões de assinaturas. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4844, p. 7, 05 de outubro de 1988.

[347] COELHO, João Gilberto Lucas. Processo Constituinte, Audiências Públicas e o nascimento de uma nova ordem. In: BACKES, Ana Luiza, AZEVEDO, Débora Bithiah de; & ARAÚJO, José Cordeiro de

Um dos complicadores para o trâmite e para o seu acompanhamento ao longo da Constituinte foi o processo de desdobramento das emendas populares, com a reapresentação do conteúdo em várias emendas individuais e coletivas de parlamentares. Isto foi uma estratégia utilizada pelos partidos de esquerda e pelos movimentos por trás das emendas para superar as redações extensas e generalizadas das propostas populares[348]. Outra razão para a manobra foi a tentativa de assegurar, para as emendas populares, as mesmas prerrogativas que o novo Regimento Interno dava para as emendas coletivas: "Lula, por exemplo, aproveitou a emenda que defende a realização de eleições diretas em 15 de novembro de 88 para Presidente da República e destacou para votação em separado. O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) apresentou emenda que na verdade foi extraída de emenda popular da CNBB que defende o direito da criança à vida"[349].

Embora os instrumentos de participação popular na ANC tenham sido aproveitados principalmente pelos movimentos, sindicatos e associações de caráter mais progressista – potencializando a ação do grupo minoritário de parlamentares de esquerda –, eles também foram utilizados pelos setores conservadores. Assim, houve várias emendas populares com propostas opostas, que, assim como contribuíram para aumentar o grau de organização e mobilização de movimentos progressistas, também auxiliarem aqueles de caráter mais conservador.

Enquanto que o movimento feminista (representado pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde de São Paulo, pela União de Mulheres de São Paulo, pelo Grupo de Saúde Nós-Mulheres do Rio e apoiado por outras 19 associações) apresentou uma emenda em defesa do aborto[350] com 33.338 assinaturas, foram apresentados outras quatro emendas contrárias à prática[351] por várias instituições religiosas (como a CNBB, a Associação Católica do Brasil, a Cáritas Brasileira, etc.) e por grupos como a União Cívica Feminina Paranaense e a Sociedade Beneficente de Estudos de Filosofia. Estas quatro emendas reuniram, juntas, 591.310 assinaturas. A briga na Constituinte resultou no princípio da "inviolabilidade do direito à vida" (presente no

---

(orgs.). *Audiências Públicas na Assembléia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009, pp. 45-46.

[348] Cf. Eleição em 1988 tem origem em emenda popular. *O Globo,* Rio de Janeiro, p. 2, 23 de novembro de 1987.

[349] Emendas populares são ignoradas na Constituinte. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4676, p. 4, 20 de março de 1988.

[350] Emenda Popular Nº065.

[351] Emendas Populares Nº 007, 011, 078 e 099.

*caput* do seu artigo 5º). Dessa forma, o "espírito" das emendas populares patrocinadas pelos grupos religiosos foi mantido. Mas a derrota do movimento feminista não foi total, uma vez em que não se estabeleceu explicitamente a proibição do aborto deliberado (conforme defendiam as emendas nº7, 11, 78 e 99).

As emendas mais conservadoras também ganharam na disputa numérica no caso da defesa de um sistema de educação e ensino com abertura para o financiamento público de estabelecimentos privados. A emenda popular nº008 garantia a gratuidade do ensino do primeiro grau, estabelecendo que, caso não houvessem vagas na rede pública, o curso seria ofertado gratuitamente na rede particular (com o ressarcimento das anuidade para o estabelecimento por parte do órgão público competente). Já na emenda popular nº010, patrocinada pela CNBB, AEC e ABESC[352], procurava garantir os recursos necessários aos grupos que se dispusessem a ministrar gratuitamente a educação escolar fundamental; estabelecendo também a liberdade para que as instituições educacionais optassem por uma orientação religiosa e o ensino religioso como componente curricular no 1º e 2º grau das escolas estatais. Juntas, elas reuniram 780.881 assinaturas, mais que o dobro das 370.564 assinaturas reunidas por seis emendas populares que defendiam o ensino público e gratuito[353] e que viram boa parte dos seus dispositivos assegurados na nova Constituição. No entanto, estes grupos não conseguiram suprimir o trecho "as escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas" do artigo 248, que garantia a destinação de recursos públicos às escolas publicas e as demais supracitadas[354].

A disputa foi próxima no caso da censura, quando a Associação Nacional dos Censores Federais reuniu 67.136 assinaturas em defesa da manutenção da prática[355], enquanto que as três emendas contrárias à censura reuniram 77.137 assinaturas[356]. Como veremos adiante, as três emendas contrárias à censura foram vitoriosas.

O tema da reforma agrária, que gerou o maior embate na ANC e onde a mobilização social foi significativa tanto a favor quanto contra, foi objeto de 6 emenda populares. Apenas a emenda patrocinada pela Confederação Nacional da

---

[352] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Associação de Educação Católica do Brasil; e Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas.
[353] Emendas Populares Nº005, 028, 049, 058, 083 e 121.
[354] Cf. Democracia deve começar pelo ensino. *Jornal da Constituinte*. Brasília, DF, n. 58, 15 ago. 1988, p. 16.
[355] Emenda Popular Nº 084.
[356] Emendas Populares Nº 002, 048 e 091. As duas primeiras não cumpriram as exigências regimentais e tiveram que ser subscritas pelos constituintes José Genoíno e Lysâneas Maciel.

Agricultura (CNA), pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), procurava restringir a reforma agrária, angariando apenas 43.275 assinaturas[357]. As outras cinco emendas populares, defendidas por movimentos e organizações como o MST, a CUT, a CPT, a CONTAG e a ABRA, reuniram juntas impressionantes 1.519.057 assinaturas. Assim, este foi um caso emblemático onde a vasta preferência popular expressa nas emendas não foi suficiente para se contrapor a grupos conservadores que, como vimos ao longo do capítulo 3, conseguiram organizar um amplo apoio parlamentar – especialmente quando o baixo número de assinaturas na emenda ruralista foi minimizado por grandes caravanas ruralistas destinadas a pressionar os constituintes contra a reforma agrária.

Apesar das dificuldades que estas emendas conservadoras impunham aos setores progressistas, a importância desta diversidade ideológica no uso das emendas populares residiu na legitimação dos mecanismos enquanto instrumentos de ampliação da democracia. De fato, a disseminação de um repertório de ações modulares se expandiu para além da esquerda tradicional, transformando parcialmente a hierarquia dos setores conservador (especialmente dos rurais), oferecendo uma vantagem estratégica aos grupos que conseguiam realizar ações coletivas com alto grau de mobilização social e, por vezes, com maior grau de enfrentamento com os grupos opositores. Além do uso de emendas populares, os proprietários rurais também passaram a organizar periodicamente "caravanas à Brasília"[358] para pressionarem os constituintes.

Apesar das barreiras impostas pela correlação de forças e pela formação do "Centrão", a nova *Carta Magna* avançou significativamente na consolidação de alguns direitos civis, políticos e sociais. Embora não seja o objetivo de realizar aqui uma análise jurídica do rol de direitos, incluídos na Constituição de 1988, que se originaram ou foram apoiados por emendas populares, apresento a seguir os principais itens que indicam o impacto direto da mobilização social.

O capítulo sobre os direitos das crianças e adolescentes foi talvez o conjunto de leis onde as emendas populares tiveram maior grau de influência. O conteúdo do capítulo foi o resultado da união das duas emendas populares escritas sobre o tema: a

---

[357] Emenda Popular Nº 098.

[358] Como vimos no capítulo 3, entre 9 e 11 de julho de 1987, os ruralistas reuniram cerca de 30 mil manifestantes na sua "Marcha Cívica" em Brasília. A entrega das emendas populares também foi marcada por uma caravana ruralista.

de nº 064[359] e de nº096[360] que, juntas, reuniram 123.355 assinaturas. A apresentação das emendas na Comissão de Sistematização, feita respectivamente por Vital Didonet e Deodato Rivera e acompanhada por 400 crianças, convenceu o relator Bernardo Cabral, que pediu uma reunião para que a dupla entregasse um texto consolidado com ambas as proposta, incluindo-as no seu substitutivo como um capítulo a parte. No texto final, boa parte do capítulo VII, emendado em 2010 para contemplar também a categoria "jovens", tem a sua origem nas duas emendas[361].

A mesma facilidade não foi a marca das várias vitórias do movimento indígena na Constituinte. Neste caso, a mobilização para a coleta e apresentação das duas emendas populares (a de nº 39, sobre "Nações Indígenas", e a de nº 40, sobre "Populações Indígenas") foi apenas o passo inicial da organização de uma intensa disputa na ANC (relatada detalhadamente no capítulo 3), na qual o movimento procurou tanto aproveitar as oportunidades do processo constituinte quanto se defender das ameaças provenientes da chamada "bancada anti-índio"[362]. Entre as vitórias, destacam-se: a supressão do Artigo 26, inciso V do Texto Pré-Constitucional, que incluía entre os Bens do Estado as Terras dos Extintos Aldeamentos; a supressão do art. 271 do Projeto "A" de Constituição, que excluía da proteção específica os índios "em elevado estágio de aculturação"; a vitória sobre o lobby liderado pelas mineradoras e por alguns constituintes que visavam diminuir as áreas indígenas no País; o reconhecimento do direito originário dos índios sobre as terras "tradicionalmente ocupadas por eles, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições"[363]; a garantia aos índios do usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em suas terras[364]; e a exigência de autorização do Congresso Nacional (com a garantia de que

---

[359] Patrocinada pelo Comitê Nacional Brasileiro da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP-Brasil), pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (FENAJ).

[360] Patrocinada pela Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (FENASP), pela Ação-Vida – Associação Pró-Fundação Universidade da Vida, Serviço Nacional Justiça e Não-Violência e outras quatro entidades coletoras de assinaturas.

[361] Cf. BRASIL. Constituição (1988), *opus cit.*, Cap. VII.

[362] É importante lembrar que a mobilização incluiu também a criação de uma Frente Parlamentar do Índio, composta inicialmente por 47 parlamentares (sendo 3 deles senadores). (Cf. GAIGER, Júlio. *Informe Constituinte*. nº 36, pp. 3-7. *Apud* Lacerda, *opus cit.,* p. 126).

[363] BRASIL. Constituição (1988), *opus cit.*, art. 231.

[364] Cf. *idem, ibidem,* art. 231, parágrafo 2.

as comunidades afetadas sejam ouvidas) para o aproveitamento dos recursos hídricos e para a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas – assegurando aos índios a participação nos resultados da lavra.

De fato, os parlamentares que participaram da longa negociação destes direitos enfatizaram "a vitória da persistência indígena"[365]. São esclarecedoras do sentimento de vitória por parte dos índios, as falas de Pedro Garcia Tariano, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), e por Manoel Moura Tukano, da UNI-AM:

> Quinhentos anos depois (...) apesar da sociedade envolvente pensar que este já foi exterminado há muito tempo, houve uma surpresa na História do Brasil: ele se fez presente (...). Até o momento, ninguém tinha reconhecido o índio como primeiro habitante, dentro da Constituição brasileira, mas hoje ele manifesta sua sobrevivência e a existência de vários grupos étnicos, indo para Brasília acompanhar de perto, no Congresso Nacional, todo o processo da Constituinte, (...) e isso é a primeira vez na História. [O índio] sempre foi imaginado como um animal irracional, incapaz de desenvolver e progredir conforme a sua decisão (...) sem poder dar a opinião sobre o que ele próprio deseja. (...) A maior parte das lideranças ficou satisfeita com a nova Constituição, por motivo de que dialogaram diretamente com aqueles que eram responsáveis por toda a sociedade brasileira. Por motivo também de que tiveram direito de opinar, através do projeto de lei, sobre como deve funcionar ou como deve ser o futuro dos índios, e eles não são donos do seu destino. Não como antes, que o Conselho de Segurança Nacional, juntamente com o Ministério do Interior e a Funai, tinha que decidir quem é índio e quem não é índio, como ele deve viver, se é nu, com paletó, ou rico. Com a sua presença na Constituinte, mostraram que o índio é o dono do seu próprio destino. (CIMI. Porantim. Brasília, ano XI, nº 110, jul./ago. 1988, p. 2)"[366].

O artigo 5º da Constituição, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, também traz uma série de contribuições dos movimentos sociais, sindicais e associações que atuaram no período. Pode-se ver abaixo os principais avanços e a sua relação com algumas das propostas que as emendas populares trouxeram à ANC.

---

[365] Os parlamentares foram Mário Covas (PMDB-SP), Jarbas Passarinho (PMDB-PA), Tadeu França (PDT-PR), Ruy Nedel (PMDB-RS), Artur da Távola (PMDB-SP), Rose de Freitas (PMDB-ES), Benedita da Silva (PT-SP), Amaury Muller (PDT-RS) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Cf. GAIGER, Júlio. *Informe Constituinte*. nº 36, pp. 3-7. *Apud* Lacerda, *opus cit.,* p. 126.

[366] LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988.* Brasília: CIMI, 2008, p. 141.

**Algumas Garantias Formais da Constituição no Artigo 5º da Constituição[367]:**

1.1. Inciso III – **Proibição da Tortura:** "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante"[368]. As emenda populares nº 007 e nº 011, promovidas por entidades católicas, propunham a proibição da tortura, do aborto deliberado e da eutanásia[369]. A emenda popular nº 102, que defendia o Juizado de Instrução Criminal, também pedia o banimento da corporação dos policiais que praticarem tortura[370]. No entanto, a antropóloga Regina Braga, secretária nacional da Plenária Pró-Participação Popular na Constituinte, relata que o movimento Tortura Nunca Mais tentou promover uma emenda popular específica sobre o tema, mas fracassou em função da falta de "capilaridade" da organização e do começo tardio do trabalho de coleta das assinaturas[371].

1.2. Inciso VI – **Liberdade de Consciência e Crença:** "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias"[372]. A liberdade de culto e de consciência foi reivindicada por 212.558 eleitores que assinaram a emenda popular nº012[373] e por 7.956 eleitores que assinaram a EP nº016[374].

1.3. Inciso IX – **Proibição da Censura:** "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença". Como já relatado, três emendas populares (nº 002, 048 e 091) pediram o fim da censura e se contrapuseram à emenda popular nº84, que defendia a sua manutenção.

---

[367] Cf. BRASIL. Constituição (1988), *opus cit.*, Art. 5.
[368] *Idem, ibidem.*
[369] A emenda nº 007 foi patrocinada pela Mitra Arquiepiscopal do RJ, pela Cáritas Arquidiocesana RJ e pela Imperial Irmandade de N. Sra. Da Glória de Outeiro. A emenda nº011 foi patrocinada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pela Associação de Educação Católica do Brasil (ABC-BR) e pela Cáritas Brasileira. Cf. COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988, p. 12; p. 15.
[370] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988, p. 97.
[371] Cf. Xavantes não tem vaga nem palanque. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8889, p. 3, 13 de agosto de 1987.
[372] BRASIL. Constituição (1988), *opus cit.*, Art. 5.
[373] A emenda foi promovida pela CNBB, AEC e Cáritas Brasileira.
[374] A emenda foi promovida pela Mitra Arquiepiscopal do RJ, pela Cáritas Arquidiocesana RJ e pela Imperial Irmandade de N. Sra. Da Glória de Outeiro.

1.4. Inciso XXI - **Atribuição de Competências a Associações para a Defesa de Direitos Individuais**: "as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente" [375].

1.5. Inciso XXXIII – **Acesso às Informações Públicas:** a Constituição estabelece que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado"[376], De fato, o dispositivo constitucional repete quase que literalmente o primeiro artigo da emenda popular nº21 (que recolheu 336.047 assinaturas em defesa de instrumentos de participação popular). No entanto, a emenda popular incluía entre os alvos do dispositivo, além dos órgão públicos, também as entidades controladas pelo poder público. De qualquer forma, o aproveitamento do artigo da emenda popular ganhou força desde o substitutivo de Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização[377].

1.6. Inciso XXXIV - **Direitos de Petição e Representação**: "(...) permitem a qualquer pessoa dirigir-se a uma autoridade, pedindo providências para a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder" [378].

1.7. Inciso XLIX – **Integridade dos Presos:** "é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral"[379];

1.8. Inciso LXVIII: Mantido o **Habeas Corpus**[380]: concedido sempre que

---

[375] Dalmo Dallari pondera a importância deste direito a partir da análise de que as "pessoas mais pobres não têm o hábito de utilizar o Poder Judiciário para defender seus direitos, ou por falta de informações, ou por não conseguirem o auxílio de um advogado, ou ainda por terem medo de uma represália. O número de associações cresceu muito no Brasil nos últimos anos e por meio delas será mais fácil e menos perigoso chegar ao juiz para repelir uma agressão a direitos ou para obter a garantia de proteção judicial para um direito negado ou ameaçado" (DALLARI, Dalmo de Abreu. Os Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira. In: GRAU, Eros Roberto & FIOCCA, Demian (orgs.). *Debates sobre a Constituição de 1988*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001, p. 65).

[376] BRASIL. Constituição (1988), *opus cit.*, Art. 5.

[377] Cf. A reforma agrária nem foi votada, mas começa a se tornar inviável. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6706, p. 7, 06 de outubro de 1987.

[378] *Idem, ibidem,* p. 64.

[379] BRASIL. Constituição (1988), *opus cit.*, Art. 5.

[380] "Inciso LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder" (BRASIL. Constituição (1988), *opus cit.*, Art. 5). O habeas-corpus (suspenso em 1968 pelo Ato Institucional Nº05 nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular) já tinha sido restaurado pela emenda constitucional nº 11, promulgada pro Ernesto Geisel em 1978.

alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (é usado sobretudo para assegurar a liberdade em casos de prisão ilegal ou de sua ameaça).

1.9. Inciso LXIX - **Mandado de Segurança:** suspende a aplicação de um ato ilegal, de qualquer autoridade, que ofenda direito líquido e certo de uma pessoa física ou jurídica.

1.10. Inciso LXX - **Mandado de Segurança Coletivo:** permite que um partido político, uma organização sindical, uma entidade de classe ou uma associação legalmente constituída defendam os direitos de seus membros.

1.11. Inciso LXXI - **Mandado de Injunção**: concedido "sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania"[381].

1.12. Inciso LXXII - **Habeas Data**: permite a uma pessoa saber e retificar todas as informações que constam a seu respeito em qualquer registro ou banco de dados de entidades governamentais ou que tenham caráter público. O dispositivo foi reivindicado pela emenda popular nº 048, de autoria da Federação Nacional dos Engenheiros, pela Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica Industrial (AEIPTI) e pela Coordenação Nacional dos Geólogos (CONAGE)[382].

1.13. Inciso LXXIII - **Ação Popular**: "Por meio de ação popular qualquer cidadão é parte legítima para pedir ao juiz a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe. A inovação [de 1988] está na possibilidade de ação popular para anulação de atos que sejam lesivos à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural" [383]. O dispositivo foi tema das emenda populares nº 022 e 056 e, na forma de "ação de desconstituição ou proibição de atos praticados", pela emenda popular nº 021.

---

[381] BRASIL. Constituição (1988), *opus cit.*, Art. 5.

[382] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988, pp. 43-44.

[383] DALLARI, Dalmo de Abreu. Os Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira. In: GRAU, Eros Roberto & FIOCCA, Demian (orgs.). *Debates sobre a Constituição de 1988*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001, p. 64.

Outro instrumento importante para que a sociedade e o poder público exerça o controle da constitucionalidade das leis e atos normativos é o mecanismo da Ação Direta de Inconstitucionalidade. A emenda popular nº 57[384], além de propor o instrumento, estabelecia, dentre as partes legítimas para propor uma ADIN, alguns atores não-estatais, como o Conselho Federal e os Conselhos Estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil, as Federações e Confederações Sindicais e os Partidos Políticos (através de seus diretórios nacionais ou estaduais)[385]. O instrumento foi garantido na alínea "a" do inciso I do artigo 102 e o poder de ajuizar essa ação (chamado de legitimação) foi dado pelos incisos I a IX do artigo 103. A comparação entre a emenda popular e o texto constitucional revela que, dos atores com poder de ajuizar a ADIN, manteve-se a maior parte, apenas restringindo os atores da sociedade para as suas instâncias nacionais. Assim, manteve-se apenas o Conselho Nacional da OAB (excluindo os Conselhos Estaduais), os partidos com representação no congresso nacional e as confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional. Outras emendas populares que trataram de vários instrumentos de participação popular incluíram o mecanismo em seus artigos. Na emenda popular nº 22, também se previa que o poder de propor ADINs fosse dado à "entidades representativas de âmbito nacional"[386]. Já a emenda popular nº56 propunha que qualquer entidade associativa de âmbito nacional tivesse esse poder[387]. Por fim, a emenda popular nº021 defendia que qualquer cidadão fosse parte legítima para propor uma ação de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público[388].

Uma emenda popular derrotada foi a de nº102, que reuniu 39.247 assinaturas e propunha a substituição do "inquérito policial" pelo Juizado de Instrução Criminal, destinado a agilizar os processos judiciais (principalmente ao impedir prisões

---

[384] A emenda foi promovida pela Sociedade Pró-Desenvolvimento Integrado de Rondônia, pelo Sindicato do Comércio Varejista de Veículos do Estado de Rondônia e pela Federação das Indústrias do Estado de Rondônia.

[385] A emenda popular estabelecia também a prerrogativa de propor uma ADIN do: Presidente da República, Primeiro-Ministro, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados, Governadores de Estado, Mesa das Assembleias Legislativas, Procurador-Geral da República. Cf. COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988, p. 57.

[386] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988, p. 22.

[387] *Idem, ibidem,* p. 56.

[388] *Idem, ibidem,* p. 21.

"desnecessárias e arbitrárias" ao estabelecer que "ninguém poderá ser preso senão em flagrante de delito, ou por ordem escrita de juiz competente"[389]) e harmonizar em uma mesma fase o trabalho dos diversos agentes, da polícia ao juízo criminal, além da Defensoria Pública, advocacia privada e o Ministério Público (MP). Sobre a campanha pela emenda, Álvaro Lazzaria relata que "Na Assembleia Nacional Constituinte, o Juizado de Instrução Criminal, que defendíamos, figurou nas diversas fases do Projeto Constituição, até que o denominado Centrão o afastasse do texto, sendo, a seguir, destacado para a votação em plenário, o que acabou não ocorrendo em razão de pressões corporativas feitas sobre os constituintes que o defendiam. Fugiu-se, assim, ao célebre debate e à votação da matéria em plenário da Assembleia Nacional Constituinte, pois sabia-se que a sua aprovação, inexoravelmente, ocorreria. Mas, se abortado foi do texto constitucional o instituto do Juizado de Instrução Criminal, o mesmo não se pode dizer do seu espírito que continua presente no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos da Constituição de 1988, conforme o atesta o art. 5o , incisos XI, XII, XLIX, LVI, LXI, LXII e LXV, entre outros"[390].

O estímulo ao cooperativismo foi cobrado pela emenda popular nº 25, que reuniu 46.503 assinaturas. Ela pedia que "O Poder Público fomentará e apoiará o cooperativismo e a lei assegurará a liberdade de constituição das cooperativas, sua atuação em todos os ramos da atividade humana, livre administração, autocontrole acesso aos incentivos fiscais e constituição de seu órgão de representação legal"[391]. De fato, o fomento ao cooperativismo foi assegurado no segundo parágrafo do artigo 174 da Constituição promulgada em 1988, que determina "A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo"[392]. Já a liberdade de formação de cooperativas foi dada pelo já comentado artigo 5, inciso XVIII "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento"[393]. No entanto, a emenda

---

[389] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988, p. 95. A emenda popular foi promovida pela Polícia Militar do Estado de Goiás, pela Associação dos Militares Inativos de Goiás e pelo Clube dos Oficiais da Política Militar do Estado de Goiás.

[390] Álvaro Lazzarini. *O Poder Judiciário e o Sistema de Segurança Pública. In: Estudos de Direito Administrativo*. São Paulo: ed. RT (2. ed.), 1999, p. 155.

[391] *Idem*, *ibidem*, p. 25.

[392] BRASIL. Constituição (1988), *opus cit.*, Art. 174.

[393] *Idem*, *ibidem*, Art. 5.

popular sobre cooperativismo também pedia o veto à instituição de tributos sobre o ato cooperativo, assim como o ensino do cooperativismo e do associativismo como disciplina facultativa dos horários normais das escolas e instituições de ensino de todos os graus – ambas demandas não foram atendidas na Constituição.

Também foi significativa a mobilização social em defesa da reforma urbana, que foi tema da emenda popular nº63 (com 133.068 assinaturas). Além de assegurar o direito à moradia (art. 6), o movimento de moradia[394] conquistou o instrumento de usucapião urbano (art. 183) e rural (art. 191). O usucapião urbano que prevê, após posse ininterrupta e sem oposição durante cinco anos, o domínio de imóvel até 250m$^2$ voltado para moradia própria (ou de sua família), desde que o favorecido não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Já o usucapião rural estabelece, sob princípios semelhantes de posse durante 5 anos ininterruptos e sem oposição, o domínio de área de terra com o limite máximo de 50 hectares, desde que, além de ser a moradia do favorecido, ela seja produtiva pelo trabalho próprio ou da respectiva família.

As comunidades científica, ambientalista e pacifista se uniram na Assembleia Nacional Constituinte para pedir a proibição da fabricação, do transporte e do armazenamento de armas nucleares no Brasil. A emenda popular nº43, que reuniu 62.318 assinaturas, tratou exclusivamente da questão e foi promovida pela Sociedade Brasileira para o Progreso da Ciência (SBPC), pela Sociedade Brasileira de Física (SBF) e pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Na emenda, além de procurar proibir a fabricação, o transporte e o armazenamento de armas nucleares, estabelecia como competência da União "envidar esforços em prol do desarmamento nuclear mundial"[395].

De forma complementar, a emenda popular nº48, que reuniu apenas 14.717 assinaturas e tratou do capítulo sobre Ciência e Tecnologia, também abordou a questão nuclear, afirmando: "são vedados a produção, a construção, o armazenamento

---

[394] Os principais atores foram a União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo, a Confederação Nacional de Associações de Moradores e as entidades promotoras da emenda popular – a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA) e o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB).

[395] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988, p. 40.

e o transporte em território nacional de armas nucleares, químicas, biológicas e outras de igual efeito devastador"[396].

Nota-se que não foi apresentada à Assembleia Nacional Constituinte nenhuma emenda popular centrada na defesa ampla do meio ambiente. A emenda contra as armas nucleares, pela sua importância para o tema e pelo longo histórico em que configurava como uma das principais pautas dos grupos ambientalistas, ganhou o apoio dos ativistas que atuariam, no decorrer da ANC, junto à Frente Verde. As emendas sobre as populações e nações indígenas também continham referências ao tema, assim como as emendas relativas à saúde. Apesar disso, a extensão (já relatada) do dispositivo das ações populares para a possibilidade de também se anular atos que sejam lesivos ao meio ambiente teve grande impacto no desenvolvimento do movimento ambientalista: "Este poderoso instrumento jurídico tornou possível às organizações ambientalistas o acesso a canais institucionais sem que elas precisassem ser um partido político"[397].

O movimento dos aposentados, organizado principalmente pela Confederação e Federação de Aposentados, também "conseguiu quase tudo o que reivindicou dentro da Constituinte. Os direitos conquistados foram: dispositivo que garantiu a não redução salarial; não menos de um salário mínimo para o aposentado; pensão por morte, homem ou mulher, ao conjugue ou companheiro e dependentes; novo sistema de cálculo para a aposentadoria. Correção do benefício de aposentadoria até o último pagamento de serviço. Isto referiu-se entre 90% a 95% do salário que ganhava no emprego; os direitos de aposentados sindicalizados de participar nas eleições sindicais e na diretoria; e participar no conselho de Gestão Administrativa da Previdência Social"[398].

Ainda em relação à Previdência Social, a emenda popular nº23 reuniu 32.040 assinaturas em defesa da aposentadoria integral para as mulheres após 25 anos de

---

[396] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988, p. 44.

[397] ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *The Formation of the Brazilian Environmental Movement.* Brigthon: Institute of Development Studies Working Paper, 2005, pp. 17-18.

[398] HERNANDEZ, Marybell. *A participação política do aposentados na Constituinte de 1988*. [Dissertação de Mestrado em Serviço Social] – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992, pp. 248-249.

contribuição para a Previdência Social[399]. A emenda popular foi derrotada com o estabelecimento da idade mínima de 30 anos de contribuição para as mulheres e 35 anos para os homens. Segundo o relato da descontente constituinte amazonense Beth Azize (líder do PSB na Constituinte), no dia da defesa da emenda popular que estabelecia a aposentadoria da mulher aos 25 anos de serviço, o relator da Comissão de Sistematização (Bernardo Cabral) teria prometido publicamente acolher a iniciativa em seu trabalho, "justificando depois não haver cumprido a promessa diante dos argumentos do ministro da Previdência e Assistência Social de que a medida, se adotada, provocaria a falência da Previdência Social"[400].

Apesar da derrota na idade da aposentadoria e no direito ao aborto, o movimento feminista[401] assegurou uma série de direitos, dentro os quais a licença-maternidade de 120 dias e a licença-paternidade de 8 dias (fruto da campanha "Filho não é só da mãe" e do inspirado discurso do deputado Alceni Guerra em defesa da proposta[402], que garantiram um placar de 337 votos favoráveis contra 67 contrários e 28 abstenções) .

---

[399] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988, p. 23.

[400] Posições começam a se definir. *Jornal da Constituinte*. Brasília, DF, n. 18, 28 de setembro de 1987, p. 5.

[401] Composto principalmente pelo Movimento Nacional das Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

[402] Sobre o episódio, vale a pena reproduzir o pronunciamento do deputado constituinte Valter Pereira: "Eu vou contar para vocês um episódio. (...) Estávamos debatendo uma proposta do deputado Alceni Guerra, que concedia 5 dias de licença-paternidade. O Dr. Ulysses, sempre muito brincalhão, conseguia temperar a aridez das discussões temáticas com alguma pilhéria que ele colocava no meio da discussão. Com isso, gerava a gargalhada, renovava as energias, e a Assembléia ia tocando o barco. E ele fez uma pilhéria sobre isso. Disse o seguinte: "Esta é uma homenagem ao homem gestante". Os 5 dias de licença-paternidade. A Assembléia explodiu numa efusiva gargalhada. O Alceni ficou mais vermelho que um pimentão – ele estava aqui hoje, pela manhã. Com aquilo, ele, que não estava inscrito para sustentar a proposta que estava em discussão, pediu a palavra, foi para a tribuna, cresceu, fez um discurso memorável, depois de ter conquistado o grande silêncio de toda a plateia. E o resultado? O Dr. Ulysses foi obrigado a se desculpar, e, submetida a votos, a proposta virou lei e hoje está no inciso XIX do art. 7o da Constituição Federal. Vejam como nasceu a licença-paternidade." Senador Valter Pereira, deputado constituinte (PMDB – MS). (Pronunciamento feito no Seminário Vinte Anos da Constituição Federal, realiza- do na Câmara dos Deputados em 10/6/2008. *Apud* BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008 p. 57). De fato, o discurso de Alceni Guerra em defesa da licença-paternidade foi marcante: "O SR. ALCENI GUERRA (PFL-PR) - Sr Presidente, Sras e Srs. Constituintes, confesso-me evidentemente amargurado com a chacota e com os risos. (...) Confesso a V. Exas, com muita humildade, que tive vergonha de apresentar esta emenda na fase da subcomissão, da comissão e da Comissão de Sistematização. Mas Deus me ajudou num caso muito particular. No dia 14 de dezembro de 1987, quando nasceu minha filha Ana Sofia, para minha infelicidade, minha mulher esteve à beira da morte e depois passou duas semanas imobilizada no leito, por acidente anestésico. Sr. Presidente, não havia no mundo, naquele instante, nenhuma Assembleia Constituinte, nenhum emprego, nenhum patrão, nenhuma força do mundo, nada que me tirasse do lado dela e de meus filhos". (Encaminhamento de votação da emenda da licença paternidade. DANC, 26/2/88, pg. 7663. *Apud* BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de

Outra campanha que ganhou destaque na Constituinte foi a que reviveu a campanha "O Petróleo é Nosso!" (campanha entre 1946-1953 em defesa do monopólio estatal do petróleo). As emendas populares nº 119 e 120 reuniram, respectivamente, 53.334 e 11.782 assinaturas em defesa do monopólio da União sobre "a pesquisa, lavra, a refinação, o processamento, o transporte marítimo e em condutos do petróleo e seus derivados e do gás natural"[403]. A diferença entre as duas emendas foi que a segunda (que não conseguiu cumprir as exigências regimentais) também incluía no rol de monopólio da União "a importação e a exportação, a distribuição do petróleo e seus derivados e do gás natural"[404]. O conteúdo da emenda popular nº 119 foi assegurado no artigo 177 da Constituição, no entanto não estabeleceu o monopólio adicional pleiteado pela emenda nº 120.

A preservação do SESI, SENAI, SESC e SENAC mobilizou grande parte do empresariado e dos usuários na campanha das emendas populares nº36 e nº68. A primeira EP angariou 423.678 assinaturas e defendia a manutenção da estrutura, organização e fonte receitas das entidades[405]. Já a emenda popular nº68 reuniu 628.238 assinaturas e pedia que a folha de salários fosse a base exclusiva da seguridade social "e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição, ressalvadas as contribuições devidas, na forma e nas condições de lei vigente, às entidades de direito privado Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Social da Indústria – SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI[406]., promoveram a emenda popular nº 68, que reuniu em defesa do "Sistema S".

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo também protagonizou a emenda popular nº35, que defendia a livre iniciativa e a propriedade privada e reuniu

---

(org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008 p. 57).

[403] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃ. O, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988, p. 105.

[404] *Idem, ibidem,* p. 106.

[405] A emenda nº36 foi patrocinada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e pela Federação das Indústrias de Brasília. Cf. COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Gráfica do Senado Federal, vol. 231, agosto de 1987, p. 34.

[406] A emenda popular nº68 foi patrocinada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), pelo SENAC e pelo SESI, além de ser apoiada por outras 38 entidades. Cf. COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Gráfica do Senado Federal, vol. 231, agosto de 1987, p. 68.

pouco mais de 30.000 assinaturas[407]. Os valores da livre iniciativa, junto aos valores do trabalho social, foram incluídos já no primeiro artigo (inciso IV) da nova *carta*, que dita os fundamentos do Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil. Já a propriedade privada foi assegurada como fundamento da ordem econômica no artigo 170, inciso II.

A Constituição de 1988 também assegurou a autonomia formal do movimento sindical em face do Estado (Art. 8), assim como o direito de greve (Art. 9): ambas conquistas essenciais para as mobilizações sociais subsequentes. Nos artigos 16 e 31 da emendas popular nº 54 – que teve, no total, 743.718 assinaturas e foi patrocinada pelo Instituto Nacional de Formação da CUT, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e pela Comissão Pastoral da Terra –, o direito de greve e a autonomia sindical foram uma das reivindicações de direitos dos trabalhadores:

> "XVI – Direito de greve que não poderá sofrer restrições na legislação, sendo vedado às autoridades públicas, inclusive judiciárias, qualquer tipo de intervenção que possa limitar esse direito.
>
> XXXI – É garantida a liberdade sindical aos trabalhadores através da livre organização, constituição e regulamentação interna de entidades sindicais."[408]

A conquista do direito de greve no artigo nono da constituição (limitado nos serviços e atividades considerados essenciais) foi um importante passo para a regularização e diminuição dos custos de mobilização de uma greve. Embora as greves já ocorressem de forma corriqueira nos anos 1980, elas estavam sempre sujeitas ao arbítrio das autoridades. De fato, a disputa do direito não foi fácil, enfrentando forte oposição do empresariado (e de grande parte dos deputados do Centrão). Entre as 23 emendas supressivas promovidas no segundo turno pela União Brasileira de Empresários, o veto ao direito de greve estava entre as 3 emendas

---

[407] Os anais da Comissão de Sistematização relatam que a emenda teve "mais de 30.000 eleitores", no entanto, o levantamento de Michiles *et all* fala em 70.000 assinaturas. Cf. COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Gráfica do Senado Federal, vol. 231, agosto de 1987, p. 33. Assim como Michiles *et all,* opus cit., p. 142. A emenda popular também foi promovida pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

[408] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Gráfica do Senado Federal, vol. 231, agosto de 1987, p. 55.

consideradas imprescindíveis pelo empresariado (ao lado do veto ao turno de 6 horas ininterruptas para os trabalhadores e à fixação dos juros em 12%)[409]. A garantia de liberdade sindical, presente no artigo 8º veio acompanhada, na legislação final, de um detalhamento muito maior do que o previsto na emenda popular, proibindo a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial. Assim como estabelecendo a possibilidade de desconto em folha da contribuição sindical[410].

Uma vitória parcial do movimento sindical foi a redução da jornada de trabalho para 44hs semanais e o turno de 6hs nas empresas de trabalho ininterrupto. Os sindicalistas defendiam a redução para 40hs semanais, mas, segundo o deputado constituinte Paulo Paim (que foi quem apresentou na Comissão de Sistematização a emenda popular nº 54, patrocinada pela CUT, pelo MST e pela CPT, sobre os direitos do trabalhador), a redução para 44 horas foi "um avanço importante. É claro que a nossa luta da carga das quarenta horas semanais, continua, buscando as quarenta. Mas lembro que os números do próprio DIEESE colocam que a média semanal, no Brasil, chega a ser de sessenta horas, se computarmos junto as horas extras. A maioria dos trabalhadores da área da produção trabalham em regime, no mínimo, de quarenta e oito horas"[411].

No entanto, a principal disputa do movimento sindical na Constituinte foi em torno da proposta de "estabilidade no trabalho". De fato, a emenda popular nº54, que reuniu 743.718 assinaturas e foi patrocinada pelo Instituto Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores, pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pela Comissão Pastoral da Terra, estabelecia um conjunto de direitos dos trabalhadores dentro dos quais, previa-se a "estabilidade desde a admissão no emprego, salvo o cometimento de falta grave comprovada judicialmente e contratos a termo"[412]. A longa negociação e disputa entre os sindicatos, os deputados do Centrão e os empresários já foi relatada no capítulo 3. Assim, as divisões internas no movimento sindical e a forte oposição dos atores mais conservadores (parlamentares e extraparlamentares) conseguiram derrubar a

---

[409] Cf. Empresários querem mudar 23 pontos na próxima etapa. *Gazeta mercantil*, São Paulo, 21 de julho de 1988, p. 6.
[410] BRASIL. Constituição (1988), *opus cit.*, Art. 8 e 9.
[411] São positivas as conquistas trabalhistas. *Jornal da Constituinte.* Brasília, DF, n. 61, 5 de setembro de 1988, p. 12.
[412] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Gráfica do Senado Federal, vol. 231, agosto de 1987, p. 54.

"estabilidade no emprego" que tinha sido assegurada na Comissão de Sistematização. A estabilidade, no entanto, foi aprovada para os servidores públicos com cinco anos de trabalho, um fruto da mobilização de empregados da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, que angariaram 32.000 assinaturas para a emenda popular nº87 . Outra emenda semelhante (nº79) foi promovida pela profissionais da educação do Ceará, mas ela não preencheu os requisitos mínimos por ter reunido apenas 11.741 assinaturas[413].

Um dos principais avanços da *Carta de 1988* no que tange a ampliação dos direitos políticos é a extensão do sufrágio facultativo aos brasileiros de 16 ou mais anos de idade assim como a extensão do sufrágio aos analfabetos (com direito de votar, mas não de serem votados). Além disso, na seção dos Princípios Fundamentais, no Artigo 1º Parágrafo Único, a Constituição da República Federativa do Brasil afirma: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou *diretamente*, nos termos desta Constituição. (grifo meu)". Palavra essencial para possibilitar a legalidade e legitimidade dos mecanismos de participação direta presentes na nova *carta magna*. Já no Art. 14: "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular". Dessa forma, pela primeira vez no Brasil, a Constituição Federal articulou a democracia representativa com elementos da democracia direta (como a iniciativa legislativa, o referendo e o plebiscito). "A previsão expressa da democracia direta, ao lado da forma representativa. Isso constitui um avanço importante, pois inúmeras vezes foi recusada a participação direta ou semidireta do povo, sob a alegação de que a Constituição definia o Brasil como democracia representativa e por isso o povo só poderia participar através de representantes" [414]. De fato, os mecanismos de participação política direta foram um dos temas centrais da campanha dos movimentos sociais antes e durante a Assembleia Nacional Constituinte, com intensa articulação entre as lideranças sociais e os deputados constituintes. Foram três emendas populares que trataram sobre o tema da participação popular, as de nº 021, 022 e 056, reunindo, em conjunto, 367.301 assinaturas.

---

[413] COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Gráfica do Senado Federal, vol. 231, agosto de 1987, p. 81; p. 77. Ver também Milhares de assinaturas respaldam grandes inovações. *O Globo,* Rio de Janeiro, p. 7, 03 de julho de 1988.

[414] DALLARI, Dalmo de Abreu. A participação popular e suas conquistas. In: MICHILES *et all*, *opus cit.,* p. 384.

No entanto, um dos centros de disputa dos artigos relativos à iniciativa popular foi a porcentagem de assinaturas de eleitores necessária à apresentação de uma iniciativa. A porcentagem final acabou sendo bem mais restritiva, exigindo, para apenas se originar, um número muito mais elevado do que aquelas 30.000 assinaturas necessárias para se apresentar uma emenda popular na Constituinte. No plano federal, os Artigo 61 § 2º estabeleceu um mínimo de 1% do eleitorado nacional (o que representaria, em 2008, 1.304.696 assinaturas distribuídas por pelo menos cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles[415]). No plano estadual, cada Assembleia Legislativa tem a autonomia para dispor em lei sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual[416]. Finalmente, no caso das iniciativas populares nos municípios ou nos bairros, a barreira é de pelo menos 5% do eleitorado[417]. Ressalta-se que, no caso das emendas populares, em um momento de intensa mobilização, das 122 emendas apenas 6 obtiveram mais de 500.000 assinaturas[418], sendo que 5 destas emendas foram patrocinadas por entidades religiosas (especialmente a CNBB e a Comissão Pastoral da Terra).

Para Moisés, "autores como Benevides têm razão em creditar a dificuldade representada por um piso eleitoral tão elevado como requisito da iniciativa, à vitória dos setores conservadores no Congresso Constituinte: afinal, foi o Centrão que não aceitou a proposta da Comissão de Sistematização que estabelecia uma exigência mínima de 0,3% (três décimos por cento) para a iniciativa popular legislativa. Registra-se, aliás, que, nesse particular, a proposta da Comissão de Sistematização era até mais avançada que o anteprojeto apresentado pelo PT que previa a exigência de 0,5% do eleitorado para a apresentação da iniciativa"[419].

Duas décadas depois, torna-se possível ponderar que se, de um lado, a dificuldade em alcançar o cada vez mais alto número de assinaturas restringe o instrumento à

---

[415] Nas eleições de 2008, o Tribunal Superior Eleitoral registrou 130.469.549 eleitores. (Fonte: www.tse.gov.br)

[416] BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil:* promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990, Art. 27 Inciso IV.

[417] BRASIL. Constituição (1988). *Idem*, Art. 29 Inciso IX.

[418] Emendas com mais de 500.000 assinaturas e entidades responsáveis:

Nº 010 (Ensino Particular): 750.077 assinaturas– CNBB / AEC / ABESC
Nº 011 (Família / Contra o aborto): 516.000 assinaturas – CNBB / AEC / Cáritas
Nº 052 (Reforma Agrária): 638.469 assinaturas – CONTAG/ ABRA / CPT
Nº 053 (Reforma Agrária): 550.000 assinaturas – CUT / MST / CPT
Nº 054 (Direitos do Trabalhador): 743.718 assinaturas – CUT / MST / CPT
Nº 068 (Preservação do "Sistema S" – SESI/ SENAI / SESC / SENAC): 628.238 assinaturas – CNTC / SENAC / SESC

[419] Moisés, *opus cit*, p. 86.

iniciativas articuladas ou patrocinadas por entidades nacionais de grande porte, limitando-o também à temáticas de grande consenso nacional (impedindo assim que a "iniciativa popular" seja um instrumento corriqueiro na política brasileira); de outro lado, esta dificuldade força as entidades a promoverem um grande esforço inicial que acaba por fortalecer o peso dos projetos de lei impulsionados pela "iniciativa popular", tornando-a mais eficaz e "legítima" aos olhos dos parlamentares e da grande mídia.

Além disso, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e com o aprimoramento do repertório de ação coletiva com instrumentos online de coleta de assinaturas (como os utilizados pelo movimento Avaaz e pelo site Petição Pública), mais do que o número de assinaturas, o principal desafio reside na restrição às formas de coleta (que não prevê meios online de autenticação digital e exige o número do título de eleitor) e na ausência de uma regulação que viabilize a verificação das assinaturas (especialmente pelo uso de técnicas de amostragem).

Em relação aos outros instrumentos de participação popular, o Art. 49, Inciso XV relega ao Congresso Nacional a competência exclusiva de autorizar referendo e convocar plebiscito [420]. Além disso, os mecanismo de participação popular presentes na Constituinte de 1988 possuem duas outras limitações: a impossibilidade de usar esses mecanismos para gerar modificações no texto constitucional e a impossibilidade de usar o referendo e a iniciativa popular (em plano federal) para vetar ou propor a rejeição de lei ou norma que gere ou contrarie os interesses dos cidadãos. Ao restringir os mecanismos às leis ordinárias, a primeira limitação vai na contramão da legislação de países como a Suíça e de vários estados norte-americanos, em que o eleitor comum pode introduzir diretamente modificações no texto constitucional; o que seria, segundo José Álvaro Moisés "um importante instrumento de ampliação do conceito de cidadania que, dessa forma, expande-se para o terreno da própria produção do direito"[421], atingindo assim o núcleo dos ordenamentos que definem o sistema político. Já a segunda limitação também seria igualmente importante para o controle social do poder por parte dos cidadãos; caso o poder de veto popular tivesse sido adotado, ele seria um importante mecanismo para prevenir que os interesses de amplos setores da sociedade sejam contrariados por alguma legislatura.

---

[420] BRASIL. Constituição (1988). *Idem*, Art. 49 Inciso XV.
[421] Moisés, *opus cit,* p. 7.

Apesar das limitações dos mecanismos de participação popular, é possível indagar se a mesma mudança observada na atuação dos parlamentares para com os movimentos populares organizados ao longo do Congresso Constituinte (cada vez mais negociando e debatendo com as lideranças sociais) também não poderia acontecer a partir do uso destes mecanismos ao longo do tempo: "Sob a ameaça de pressão dos instrumentos da legislação direta, os parlamentos funcionam melhor e, além disso, eles próprios tomam a iniciativa de submeter a referendo popular leis que são da sua responsabilidade. Isso articula os efeitos da participação direta com as funções da representação, tornando essa última mais ágil, mais eficaz e, principalmente, mais adequada às demandas contemporâneas da sociedade"[422].

Não obstante as suas restrições, estes mecanismos de participação popular assegurados na Constituição de 1988 se tornaram um valioso instrumental de ação dos movimentos sociais ao longo das duas décadas que se seguiram. Segundo Goffredo da Silva Telles Júnior, após a comprovação (com a não aprovação da emenda Dante de Oliveira após a campanha das Diretas Já) de que nem sempre o Congresso faz aquilo que a população deseja, "o mais importante mesmo e talvez o maior passo no processo de aperfeiçoamento da democracia no País é o artigo que estabelece a iniciativa popular no processo de elaboração das leis. Até hoje se pensava que a democracia existia uma vez que havia o voto do povo para a eleição dos governantes. Pela prática está demonstrado que a democracia não se realiza apenas pelo voto e que não temos um verdadeiro regime representativo apenas pelo voto"[423]. Assim, entre 1991 e 2009, foram apresentados cinco projetos de lei de iniciativa popular: PL 2710/1992 (criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social); PL 4193/1993 e PL 7053/2006 (que propõem alterações na legislação penal); PL 1517/1999 (de combate à corrupção eleitoral); e, o mais célebre, o PL 518/2009 (que instituiu a "Lei da Ficha Limpa") [424].

*

[422] *Idem, ibidem,* p. 89.
[423] Goffredo defende a nova constituição. *O Globo,* Rio de Janeiro, p. 9, 04 de setembro de 1988.
[424] Ver LIN, Nelson Shih Yien. *Participação popular no legislativo federal – um estudo de seus mecanismo institucionais: emendas populares no processo constituinte, iniciativa popular de lei e Comissão de Legislação Participativa (CLP)*. [Dissertação de Mestrado em Ciência Política]. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

Em um momento histórico delicado, as possibilidades e as limitações do impacto da mobilização social na Assembleia Nacional Constituinte foram influenciadas pelos reflexos da crise do estado desenvolvimentista e da crise político-institucional, assim como pelas condições estabelecidas pelo peculiar processo de transição democrática que se deu no Brasil. No entanto, espero ter demonstrado ao longo desta dissertação a quantidade, a diversidade e a complexidade da mobilização social na ANC. O resultado foi um conjunto significativo de impactos diretos no desenvolvimento dos movimentos sociais brasileiros, assim como na própria *Carta Magna* produzida entre 1987 e 1988, influenciando dezenas de direitos, princípios e normas do texto constitucional em meio a um contexto onde a correlação de forças era desfavorável às pretensões da maior parte dos atores extraparlamentares.

Embora não tenha sido suficiente para provocar mudanças estruturais no ordenamento econômico e (com a louvável exceção dos instrumentos de democracia direta) no ordenamento político do Brasil, o impacto da mobilização social na ANC foi muito além do que podia se prever no horizonte cinzento que se formou após as eleições de 1986. Parte central desta superação foi, como analisamos, causa direta do aproveitamento das oportunidades estabelecidas com a conquista dos instrumentos de participação popular no Regimento Interno da ANC.

Esta situação, até então *sui generis* no mundo, possibilitou a análise da intensa interação entre a dinâmica da participação popular e a dinâmica político-legislativa. Este exame levou à percepção dos impactos causados pelas transformações na Estrutura de Oportunidades Políticas nas diferentes fases da Constituinte, com especial atenção para a institucionalização da interação entre os atores parlamentares e os atores extraparlamentares, para as oscilações no grau e nas formas de mobilização social na ANC e para as alterações (pontuais e gerais) na correlação de forças políticas durante o processo Constituinte.

# Bibliografia:


AGUIAR, Roberto A. R. de. *Os Militares e a Constituinte: poder civil e poder militar na Constituição*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *The Formation of the Brazilian Environmental Movement.* Brigthon: Institute of Development Studies Working Paper, 2005.

ALONSO, Ângela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, nº 76, 2009, pp. 49-86.

ANDREWS, Kenneth. Social Movements and Policy Implementation: The Mississipi Civil Rights Movement and the War on Poverty, 1965 to 1971. In: *American Sociological Review*, nº 66, 2001, pp. 71-95.

ALMEIDA, Agassiz. *A Luta na Constituinte*. Brasília: Centro de Documentação e Informações da Câmara dos Deputados, 1988.

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.* Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Arquidiocese de São Paulo (Org.). "Povo de Deus e Constituinte: Constituição justa e para valer". São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 5.

ÁVILA, Caio Márcio de Brito. *Mecanismos de Democracia Participativa no Direito Brasileiro*. Tese de Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2002.

ARAUJO, Cicero. *Cidadania Plebéia*. (mimeo), 2002.

ARENDT, Hannah (1951). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1973.

BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/198*8. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008, p. 34.

BARROSO, Pérsio Henrique. *Constituinte e Constituição: Participação Popular e Eficácia Constitucional (1987-1997)*. Tese de Mestrado em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquista. *A Cidadania Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

BERTONCELO, Edison. *A Campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2007.

BIERRENBACH, Flavio. *Quem tem medo da Constituinte.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BLUMER, Herbert. "Collective Behavior". In: McCLUNG LEE, Alfred (ed.). *New Outline of the Principles of Sociology*. New York: Barnes & Noble, 1951.

BLUMER, Herbert. "Collective Behavior". In: GITTLER, J. B. (ed.). *Review of Sociology: Analysis of a Decade*. New York: Wiley, 1957.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

_____. *O Poder Simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ª ed., 2000.

_____. *Meditações Pascalianas*. Trad. de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 2007.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da Associação: política de base e democracia no Brasil*. RJ: Iuperj / Vértice, 1987.

_____. Empresários e Constituinte: continuidades e rupturas no modelo e desenvolvimento capitalista no Brasil. In: *Cadernos de Conjuntura*, v. 11, 1990.

_____. Entre A Cruz e A Caldeira: Classes Médias e Políticas Na Terra da Transição. In: Sonia Laranjeira. (Org.). *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. 1ªed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

_____. Democratic Governance and Participation: Tales of Two Cities. In: P. McCarney; R. Stren. (Org.). Governance on the Ground. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2003, v. , p. 151-194.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil:* promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

BULMER, Martin; REES, Anthony M. *Citizenship today: the contemporary relevance of T.H. Marshall*. London: UCL Press, 1996.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *O Processo Histórico da Elaboração do Texto Constitucional*. Brasília: Ed. Da Câmara dos Deputados, 1993.

CAMPOS, Benedicto de. *Constituição de 1988: uma análise marxista*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A Arte da Política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. Regime político e mudança social. In: *Revista de Cultura e Política.* São Paulo: CEDEC & Paz e Terra, nº 3, nov-jan 1981.

CARDOSO, Rodrigo Mendes. A iniciativa popular legislativa da Assembleia Nacional Constituinte ao regime da Constituição de 1988: um balanço. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito). Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CARDOSO JR. José Celso. *A Constituição Brasileira de 1988 Revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômicas e social*. Brasília: IPEA, vol. 1, 2009.

CARDOSO JR. José Celso; CASTRO, Paulo R. Furtado de; & MOTTA, Diana Meirelles. *A Constituição Brasileira de 1988 Revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômicas e social*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2009.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: ALMEIDA, Maria H. T.; SORJ, Bernardo. *Sociedade e Política no Brasil pós-64.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Os movimentos sociais na América Latina. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 1, nº 3, 1987.

_____. Movimentos populares no contexto da consolidação democrática. In: REIS, Fábio W. & O'DONNEL, G. (Orgs.). *A democracia no Brasil- dilemas e perspectivas.* São Paulo: Vértice, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CEDI. *Dossiê Constituinte*. Rio de Janeiro, 1986.

____. *Dossiê Constituinte II – As grandes Questões Nacionais e as Propostas Populares*. São Paulo, 1987.

Centro Feminista de Estudos e Assessoria. *As Mulheres no Congresso Revisor*. Brasília: CFEMEA, 1993.

CERQUEIRA, Luiz Fernando. *Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005* (mimeo). Universidade Federal Fluminense, setembro de 2006.

CIMI. UNI estuda participação indígena na Constituinte. In: *Porantim*. Brasília, ano VIII, nº 81, nov. 1985, p. 3.

CNBB. *Por uma Nova Ordem Constituicional: declaração pastoral*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

COELHO, João G. L. *Duelo entre o novo e o antigo*. In: *Humanidades*, nº 19, 1988.

COELHO, João Gilberto Lucas & OLIVEIRA, Antonio Carlos Nantes de. *A Nova Constituição: avaliação do texto e perfil dos constituintes.* Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1989.

COHEN, Jean L. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. In: *Social Research*, v. 52, nº 4, 1985, pp. 663-716.

Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. *Emendas Populares* (volumes 1 e 2), Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, agosto de 1987.

COMIN, Álvaro. *A estrutura sindical corporativa:* um obstáculo à consolidação das Centrais Sindicais no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

COMPARATO, Fábio Konder. *Muda Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COUTO, Cláudio Gonçalves. A Longa Constituinte: Reforma do Estado e Fluidez Institucional no Brasil. In: *Dados*. Rio de Janeiro, vº 41, nº1, 1998.

CRESS, Daniel M. & SNOW. The Outcomes of Homeless Mobilization: The influence of Organization, Disruption, Political Mediation and Framing". In: *American Journal of Sociology*, nº 105, 2000, pp. 1063-1104.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

_____. *Constituição e Constituinte*. São Paulo: Saraiva, 1985.

_____. Constituinte e o Brasil Novo. In: *Revista do Tribunal Regional do Trabalho Belém*, v.18, n.35, pp.9-24, jul./dez. 1985.

_____. Formas de Participação Política. In: *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. São Paulo, n. 24, dez. 1985, pp.135-47.

_____. Incertezas da Constituinte. *Folha de São Paulo.* São Paulo, 18 abr. 1987, p. A-3.

_____. Autonomia: uma luta nossa. In: *Eureka*. Londrina, n. 4, out. 1987, p. 46.

_____. "Plebiscito e suas Limitações". *Folha de São Paulo.* São Paulo, 28 nov. 1987, p. A-3.

_____. Mecanismos de Participação Popular no Governo. In: *Problemas e Reformas, Subsídios para o Debate Constituinte*. São Paulo: Ordem dos Advogados do Brasil/Departamento Editorial, 1988.

_____. Novos Rumos Constitucionais. *Folha de São Paulo.* São Paulo, 10 set. 1988, p. A-3.

_____. Povo e Legislador. *Folha de São Paulo*, 11 nov. 1988, p. 9.

_____. "Conselhos populares e poder democrático". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 dez. 1988, p. A-3.

_____. Constituintes Municipais. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 out. 1989, p. A-3.
_____. Povo antes de tudo. *Jornal das Perdizes*, 19 out. 1989, p. 3.
_____. Constituição Traída. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 out. 1991, p. A-4.
_____. Constituição de 1988: texto e pretexto. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 13 ago. 1998, p. 3.
_____. Direito de participação. In: *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2001.
_____. Os Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira. In: GRAU, Eros Roberto & FIOCCA, Demian (orgs.). *Debates sobre a Constituição de 1988*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001, p. 64.
_____. Estado, sociedade e movimentos sociais. In: *Revista MPD Dialógico São Paulo*, v. 2, n. 6, p. 27-29, jul./ago. 2005.
_____. Democracia e participação popular. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 30 set. a 02 out. 2005, p. A-11.
DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. *Fragmentos de Estudos da História da Assembléia Constituinte do Brasil*. [S.l.]: [S.n.], Vol 66.
DIANI, Mario. The Concept of social movement. In: *The Sociological Review,* 1992.
DIANI, Mario & McADAM, Doug. Networks and Social Movements: a research program. In: *Social Movements Analysis: The Network Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
_____. *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
DIAP. *Quem foi Quem na Constituinte*. Ed. Cortez, 1988.
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Resolução Nº 2 de 1987* – Dispõe sobre Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Brasília, Ano I, nº 33, quarta-feira, 25 de março de 1987.
DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.
DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita.* Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.
ENRENBERG, John. *Civil Society: a critical history of an Idea*. New York, University Press. 1999.
FAORO, Raymundo. *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
FERNANDES, Florestan. A percepção popular da Assembléia Nacional Constituinte. *Folha de S. Paulo.* São Paulo: 11 de abril de 1988, p. A-3.
_____. *A Constituição Inacabada: vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
_____. *Que tipo de República?*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
_____. *A ditadura em questão*. São Paulo: Zahar Editores, 1981.
FIOCCA, Demian & GRAU, Eros Roberto (orgs.). *Debate sobre a Constituição de 1988*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
FORTES, Luiz Roberto Salinas & NASCIMENTO, Milton Meira do (Orgs.). *A Constituinte em Debate*. São Paulo: SOFIA Editora SEAF, 1987
GAMSON, William A (1988). *The Strategy of Social Protest*. Belmont: Wadsworth Publishing (2 ed.), 1990.
GARCIA, Marília. *O que é Constituinte*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
GIANNOTTI, Vito & NETO, Sebastião. *CUT: por dentro e por fora*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1990.

GIUGNI, Marco G.; McADAM Doug & TILLY, Charles (ed.). From Contention to Democracy. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

GOHN, M.G.M. *Novas teorias dos movimentos sociais.* São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

_____ *Teorias dos movimentos sociais : paradigmas clássicos e contemporâneos.* 5ªed. São Paulo : Loyola, 2006.

GOLDSTONE, Jack A. Bridging Institutionalized and Noninstitutionalized Politics. In: *States, Parties, and Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 1-24.

GOMES, Sandra. O Impacto das Regras de Organizacão do Processo Legislativo no Comportamento dos Parlamentares - Um Estudo de Caso da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 49, nº1, 2006, pp. 193 a 224.

HABERMAS, Jürgen. New Social Movements. In: *Telos*, nº 49, 1981, pp. 33-37.

HALL, John A. An Search of Civil Society. In: *Civil Society, theory, history, comparison*. Cambridge Polity Press. 1995.

HERKENHOFF, João Batista. *Como participar da constituinte*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

HERNANDEZ, Marybell. *A participação política do aposentados na Constituinte de 1988*. [Dissertação de Mestrado em Serviço Social] – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento* – A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e Constituições Brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

INGLEHART, R. The Silent Revolution in post-industrial societies. In: *American Political Science Review*, nº 65, 1971.

INTERVOZES. *Vozes da Democracia: Histórias da Comunicação na Redemocratização do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006.

JENKINS, J. Craig & JACOBS, David. Political Opportunities and African-American Protest, 1948–1997. In: *American Journal of Sociology*, Volume 109, Number 2 (September 2003).

KORNHAUSER, W. *The Politics of Mass Society*. New York: Free Press, 1959.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 3, vol. 1, 1987.

_____. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

KYMLICKA, Will e NORMAN, Wayne. El retorno del ciudadano: una revisión de la producción reciente en teoría de da ciudadanía. *Cuadernos del CLAEH*, n. 75, *Montevideo*, 1996, p. 81-112.

LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008.

LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos & Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90.* São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAUREANO, Delze dos Santos. *O MST e a Constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LAZZARINI, Álvaro. O Poder Judiciário e o Sistema de Segurança Pública. In: *Estudos de Direito Administrativo*. São Paulo: ed. RT (2. ed.), 1999.

LIMA, Luziano Pereira Mendes de. *A Atuação Da Esquerda No Processo Constituinte (1986-1988)*. 2002. 544 p. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. Campinas, 27 de agosto de 2002.

LIN, Nelson Shih Yien. *Participação popular no legislativo federal – um estudo de seus mecanismo institucionais: emendas populares no processo constituinte, iniciativa popular de lei e Comissão de Legislação Participativa (CLP)*. [Dissertação de Mestrado em Ciência Política]. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

LINDOSO, José. *Estado, Constituinte e Constituição*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1986.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. *A Carta da Democracia: o processo constituinte da ordem pública de 1988.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

LYRA, Fernando. *Daquilo que eu sei: Tancredo e a Transição Democrática*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2007.

MACEDO, Marcelo Ernandez . Entre a 'Violência' e a 'Espontaneidade': reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. IN: *MANA,* 2005.

MARIN, Darci Luiz (org.). *Os Cristãos e a Constituinte*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

MARSHALL, T. H. [1949]. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELHEN, Célia S.; RUSSO, Sonia M. *Dr. Ulysses – o homem que pensou o Brasil*. São Paulo: Prêmio, 2004.

MELUCCI, Alberto. *O jogo do eu.* São Leopoldo: Unisinos, 2004.

_____. *A invenção do presente* – Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEYER, David & TARROW, Sidney. A Movement Society: Contentious Politics for a new Century. In: *The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century*. Lanham: Rowman & Little Field, 1998.

MICHILES, Carlos, et. al. *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MISCHE, Ann. *Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activists Networks*. Princeton, 2008.

MOÇOUÇAH, Paulo Sergio. *Movimentos sociais, instituição e democracia: a participação popular na Constituinte 1988.* (mimeo).

MOISÉS, José Álvaro. *Cidadania e Participação: ensaio sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular na nova Constituição*. São Paulo: Marco Zero & CEDEC, 1990.

MOISÉS, José Álvaro *et all*. *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MONCLAIRE, Stéphane (Coordenador). *A Constituição Desejada: SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991.

MONTEIRO, Brandão. *A Luta na Constituinte pela Consolidação Democrática*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1988.

MOORE, Barington. *Social Origins of Ditactorship and Democracy*. Boston: Beacon, 1966.

MORAES, Alexandre de (coord.). *Os 10 anos da Constituição Federal: temas diversos*. São Paulo: Atlas, 1999.

MORAES FILHO, José Filomeno. *A Construção Democrática*. Fortaleza: Ed. Casa de José de Alencar, 1998.

MORELLI, Dom Mauro. *Como fazer Nova a República.* Petrópolis: Vozes, 1985.

NETO, José Genoino. *Nossas Exigências na Constituinte*. São Paulo: Kairós, 1986.

NETO, Mário Ferreira . A História da Inflação e dos Juros no Brasil – A Evolução da Inflação e a Mudança de Moeda no Brasil . Disponível em: http://www.webartigos.com/articles/64195/
1/A-HISTORIA-DA-INFLACAO-E-DOS-JUROS-NO-BRASIL-
/pagina1.html .Acesso em: 23 jul. 2011.

NEUMANN, Laurício & DALPIAZ, Oswaldo. *Constituinte: vez e voz do povo?*. Porto Alegre: Edições Mundo Jovem, 1986.

NOGUEIRA, André Magalhães. *Educação Superior na Assembléia Nacional Constituinte: Agenda de Transição e Debates na Constituinte.* Observatório Universitário, Documento de Trabalho nº 85, Setembro de 2009.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. *Fontes de informações sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1987: quais são, onde buscá-las e como usá-las*. Brasília: Senado Federal, 1993.

PACHECO, Eliezer; DUARTE, Ozeas & MIRANDA, Hélio Rubens. A Constituinte e as Esquerdas: Debate sobre a aliança das esquerdas. In: *Socialismo & Democracia,* Editora Alfa-Omega, n. 9.

PAOLI, Maria Celia. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. In: *Estudos Avançados*, Dez 1989, vol.3, no.7, p.40-66.

PASSARINHO, Jarbas. *Jarbas Passarinho e a Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

PILATTI, Adriano. A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

PIMENTEL, Sílvia. *A Mulher e a Constituinte: uma contribuição ao debate*. São Paulo: Cortez Editora ; EDUC, 1985.

PIVEN, Francis Fox & CLOWARD, Richard A. *Poor People's Movements.* New York: Vintage Books, 1977.

PRAÇA, Sérgio & NORONHA, Lincoln. *Estimando a importância das instituições: o impacto da descentralização na Assembléia Constituinte brasileira, 1987-1988*. Paraná: UFPR, I Seminário Nacional em Sociologia e Política, 2009.

QUIRINO, Célia Galvão & MONTES, Maria Lúcia. *Constituições*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Constituições Brasileiras e Cidadania. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

_____. *Constituições Brasileiras e Cidadania.* São Paulo: Ática, 1987

RIBEIRO, Fávila. *Constituinte e Participação Popular*. Saraiva, 1986.

RIBEIRO, Nelson de F. *Caminhada e esperança da reforma agrária: a questão da terra na constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é Quem na Constituinte*. São Paulo: *Oesp / Malterese, 1987.*

ROSA, Marcelo. As Novas Faces do Sindicalismo Rural Brasileiro: A Reforma Agrária e as Tradições Sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 47, n° 3, 2004.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (org.). *Constituinte e Democracia no Brasil Hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. "Democracia, Socialismo e Anticapitalismo". In: FORTES, Luiz Roberto Salinas & NASCIMENTO, Milton Meira do (orgs.). *A Constituinte em Debate*. São Paulo: SOFIA Editora SEAF, 1987 (Colóquio realizado entre 12 e 16 de maio de 1986).

_____. *A Transição no Brasil: da ditadura à democracia?*. São Paulo: Atual, 1990.

SALLUM Jr., Brasilio. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Classe, Cultura e Ação Coletiva. In: *Lua Nova*, São Paulo, nº 65, 2005, pp. 11-42.

SANDOVAL, Salvador A. M. Social Movements and Democratization: the case of Brazil and the Latin Countries. In: GIUGNI, Marco G.; McADAM Doug & TILLY, Charles (ed.). From Contention to Democracy. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998

SANTAYANA, Mauro. *Conciliação e Transição: as armas de Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SIGAUD, Lygia. As Condições de Possibilidade das Ocupações de Terra. In: *Tempo Social*. São Paulo, vol. 17, n° 1, junho de 2005.

SILVA, José Afonso da. *Poder Constituinte e Poder Popular*. São Paulo: Ed. Malheiros, 2007.

SILVA, José Gomes da. *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda (Orgs.) *Lições da década de 80.* São Paulo: EDUSP, 1995.

SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (orgs.). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SMELSER, Neil. *The Theory of Collective Behavior*. New York: Free Press, 1962.

SNOW, David & BENFORD, R. Framing processes and social movements: an overview and assessment. In: *Annual Reviw of Sociology*, nº 26, 2000.

_____. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven London: Yale University Press, 1992.

STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoiree of Contention. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action.* Durham: Duke University Press, 1995, pp. 89-115.

_____. *O Poder em Movimento*. Trad. de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TAVOLARO, Sergio B. F. *Quando discursos e oportunidades políticas se encontram*: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 81, p. 117-136, julho de 2008.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. In: *Polis*. São Paulo, n.14, 1994, p. 43-53.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution.* Menlo Park: Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

_____. Models and reality of popular collective action. In: *Social Research*, v.52, n.2, 1985.

_____. Social Movements as Historically Specific Cluster of Political Performances. In: *Berkeley Journal of Sociology: A Critical Review*, vol. XXXVIII, 1993-1994, pp. 1-30.

TOURAINE, Alain. An Introduction to the Study of Social Movements. In: *Social Research*, nº 52, 1985, pp. 749-787.

_____. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. In: *Lua Nova*, São Paulo, nº 17, 1989, pp. 5-18.

TURNER, Bryan S.; ISIN, Engin F. *Handbook of Citizenship Studies*. London: Sage, 2002.

_____"Outline of a Theory of Citizenship". In: TURNER, Bryan S. & HAMILTON, Peter (edited by). *Citizenship: Critical Concepts*. London and New York: Routledge, 1994.

VÁRIOS. *20 anos da Carta de 1988*. Revista Política Democrática, nº 22, ano VIII, out/Nov, 2008.

VIANNA LOPES, Júlio Aurélio. A Carta da Democracia: o processo constituinte da ordem pública de 1988. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico No Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecopolítica. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 3, 1987, p.15.

VITA, Álvaro. Constituição Constituinte. São Paulo: Ática, 1987.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*: *fundamentos da Sociologia Compreensiva.*Brasília: Ed. Unb, vol I, 1999.

WOLF, Eric. *Peasant Wars of the Twentieth Century.* New York: Harper & Row, 1969.

ZALD, Mayer N. Culture, ideology, and strategic framing. In: McADAM, D.; McCARTHY, J.; & ZALD, M. (eds.). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ZHOURI, Andréa Luisa Moukhaiber. *Discursos Verdes:* as práticas da ecologia. [Dissertação de Mestrado] Dep. De Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 57.

**ARTIGOS CITADOS EM JORNAIS E REVISTAS:**

11 de Agosto promove ato público. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de maio de 1985.

A articulação dos sindicalistas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 18 de dezembro de 1985.

A batalha, nas ruas, pelas assinaturas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 6, 20 de julho de 1987.

A Grande Safra*. VEJA.* São Paulo*,* p. 21, 18 de fevereiro de 1987.

A voz da baderna. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 18 de junho de 1987.

A esquerda admite: perdeu a parada. *Jornal da tarde*, São Paulo, nº 6889, p. 6, 11 de maio de 1988.

As emendas do empresariado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a2, 08 de julho de 1988.

As Minorias fazem suas propostas, e os constituintes quase ignoram homossexuais, negros e índios. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6572, p. 7, 02 de maio de 1987.

As sugestões da Contag. *Gazeta mercantil*, São Paulo, p. 6, 21 de julho de 1988.

Agricultores gaúchos partem para Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 02 de outubro de 1987.

ALVES, Branca Moreira. O Movimento das Mulheres. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4364, p. 10, 18 de março de 1987.

Artistas querem ser ouvidos na Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 23 de julho de 1987.

*Araguaia: O paraíso no coração do Brasil*. In: *VEJA*. São Paulo, 5 de agosto, p. 34.

Ato publico no 1º dia da constituinte Jornal de Brasília, Brasília, nº 4322, p. 13, 28 de janeiro de 1987.

Baianos contestam divisão do estado. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4481, p. 12, 02 de agosto de 1987.

Caiado propõe marcha cívica. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4637, p. 4, 03 de fevereiro de 1988.

Caiado cobra o voto dos omissos. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6888, p. 6, 10 de maio de 1988.

Camata pode definir imprescritibilidade. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4637, p. 4, 03 de fevereiro de 1988.

Campanha busca nova Carta com amplo respaldo popular. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de janeiro de 1985, p. 4.

Campo mobiliza a mulher para 2º turno. *Jornal da Constituinte.* Brasília, DF, n. 57, 8 ago. 1988.

Comitê aprova 'Dia Nacional de Advertência'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de janeiro de 1988.

Campo mobiliza a mulher para 29 turno. *Jornal da Constituinte.* Brasília, DF, n. 57, p. 16, 8 de agosto de 1988.

Carta inclui as emendas populares. *O Globo,* Rio de Janeiro, p. 7, 03 de julho de 1988.

Cartaz patrulha novo turno. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9189, 14 de junho de 1988.

'Centrão' se prepara para voltar ao cenário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 de abril de 1988.

CGT: "Fórum adequado". *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 7, 03 de fevereiro de 1987.

Comitê aprova 'Dia Nacional de Advertência'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 28 de janeiro de 1988.

COELHO, João Gilberto Lucas. Uma Constituinte que ousa. In: *Jornal da Constituinte*. Brasília, DF, n. 3, 15 jun. 1987.

CNBB apresenta emendas dia 29 com 800 mil assinaturas: comissão aceita ensino religioso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 de julho de 1987.

CNBB divulga cartilha sobre nova Constituição. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 de abril de 1986.

CNBB está atenta para evitar recuo na Carta. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4699, p. 3, 17 de abril de 1988.

CNBB expressa 'apreensão' sobre o tema. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a5, 08 de maio de 1988.

CNBB leva a Ulysses propostas de emenda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 30 de julho de 1987.

COELHO, João Gilberto Lucas. Uma Constituinte que ousa. In: Jornal da Constituinte. Brasília, DF, n. 3, 15 jun. 1987.

Cz$10 milhões no leilão da UDR. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24 de novembro de 1987.

Criança entrega emenda com Beethoven e Beatles. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 14 de agosto de 1987.

Criança em Rondônia faz seus pedidos a constituinte. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 17 de março de 1987.

Crianças levam reivindicações à Constituinte. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4381, p. 4, 07 de abril de 1987.

Crianças pedem direitos na Sé. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, nº 34737, p. 14, 25 de maio de 1988.

Cz$10 milhões no leilão da UDR. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24 de novembro de 1987).

Democracia deve começar pelo ensino. *Jornal da Constituinte*. Brasília, DF, n. 58, p. 16, 15 de agosto 1988.

Ecologistas se movimentam pelo verde. In: *Jornal da Constituinte*. Brasília, Nº 60, p. 15, 29 de agosto a 4 de setembro de 1988.

Eleição em 1988 tem origem em emenda popular. *O Globo,* Rio de Janeiro, p. 2, 23 de novembro de 1987.

Em pé de guerra: o PFL enfrenta sua maior derrota na Constituinte e, atordoado, passa a atacar o governo. In: VEJA, São Paulo, 1 de abril, 1987.

Emendas de religiosos preenchem os requisitos e deverão ser aceitas. *O Globo,* Rio de Janeiro, p. 2, 04 de agosto de 1987.

Emendas populares buscam assinaturas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 08 de maio de 1987.

Emendas populares começam a chegar à Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 de julho de 1987.

Emendas populares são ignoradas na Constituinte. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4676, p. 4, 20 de março de 1988.

Empresário recolhe dinheiro para influenciar votação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 08 de novembro de 1987.

Empresários querem mudar 23 pontos na próxima etapa. *Gazeta mercantil*, São Paulo, p. 6, 21 de julho de 1988.

Empresários vão aos militares. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9213, p. 5, 08 de julho de 1988.

Empresários e trabalhadores discutem as seis horas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 03 de julho de 1988.

Encarte Notícias-constituinte. In: *Boletim da CNBB*, 26 de março de 1987, nº 07.

Entidades promovem ato pro-constituinte em Caxias uma cidade que reflete os problemas sociais do pais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de janeiro de 1985, p. 4.

"Escola de Samba" apresentará temas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 14 de julho de 1987.

Esquerda ameaça com greve geral. O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34596, p. 5, 08 de dezembro de 1987.

Estabilidade pode ter acordo a partir da emenda de Lula. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 05 de fevereiro de 1988.

Feministas apresentam emendas e recebem garantias de Ulysses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 06 de agosto de 1987.

Fiesp acha que apelo à greve será um fracasso. O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34597, p. 5, 09 de dezembro de 1987.

Foi uma festa. Mas durou pouco. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8912, 05 de setembro de 1987.

Gesto de Peso: Quase 2 milhões de pessoas apoiam emendas da CNBB. *VEJA*. São Paulo, 1987, 5 de agosto, p. 43.

GAIGER, Júlio. *Informe Constituinte*. Brasília: Cimi, nº 30, 04 de fevereiro, 1988. Povos indígenas no Brasil: 1987-1990. In: *Série Aconteceu Especial*. São Paulo: CEDI, nº 18, 1991.

Hoje é dia da emenda popular na constituinte. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8888, p. 3, 12 de agosto de 1987.

Homossexuais contra preconceito. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4397, p. 4, 26 de abril de 1987.

Indios ganham uma Frente na Constituinte. In: *Jornal da Constituinte*. Brasília, 11 a 17 de abril de 1988, nº 42, p. 14.

Índios querem manter direitos dos aculturados. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9165, p. 6, 21 de maio de 1988.

Índios querem tomar parte na Constituinte. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 3924, 15 de outubro de 1985.

Iniciativa popular tem prazo até o dia 13. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 26 de julho de 1987.

João Gilberto traz texto popular. *Correio Braziliense,* Brasília, nº 9147, 03 de maio de 1988.

Jovens empresários propõem 10 mudanças. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 5, 12 de julho de 1988.

Lançada hoje a campanha pró-Constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de dezembro de 1984.

Lançado movimento pela constituinte manifesto clama por republica com ampla participação politica. *Folha de São Paulo*, São Paulo,12 de dezembro de 1984, p. 5.

Líder acha curto prazo para obter apoio a diretas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 04 de agosto de 1987.

Lideranças sindicais "abraçam" o Congresso. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4639, p. 4, 05 de fevereiro de 1988.

Lobby "santo"? É a CNBB na Constituinte. In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6507, 12 de fevereiro de 1987, p. 6.

Manifestação por diretas em 88 abraça o Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a7, 05 de fevereiro de 1988.

Manifestantes defendem a emenda da reforma agrária. O Globo, Rio de Janeiro, p. 5, 06 de outubro de 1987.

Manifesto clama por República com ampla participação popular. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 de dezembro de 1984, p. 5.

Marcos Lima não acredita mais em parlamentarismo. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1987.

Medo de assinar atrapalha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 14 de julho de 1987.

Milhões falam a plenário surdo. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8912, 05 de setembro de 1987.

Minas imita UDR para resistir ao Triângulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 de maio de 1988.

Mineiridade adormecida vira campanha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 de maio de 1988.

Minorias vencem pela pressão na constituinte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34433, p. 4, 31 de maio de 1987.

Moradia tem lobby forte no 2º turno. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9252, p. 5, 16 de agosto de 1988.

Moradia: luta pelo direito. Jornal da Constituinte. Brasília, DF, n. 61, 5 de setembro de 1988.

Movimento cresce com pequenas iniciativas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 7, 23 de junho de 1985.

Movimento gaúcho por diretas para presidente. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 7, 05 de maio de 1988.

Movimento Negro faz propostas à Constituinte. *Folha de São Paulo,* 8 de novembro de 1986.

Movimento pelas 'diretas' realiza hoje manifestações em todo o país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a8, 04 de março de 1988.

Movimento pro-constituinte ganha campanha nacional. *Folha de São Paulo*, São Paulo,10 de dezembro de 1984, p. 5.

Mulher diverge sobre atuação de seu Conselho. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4370, p. 4, 25 de março de 1987.

Mulher luta por emenda popular. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 de junho de 1987.

Mulheres lançam em Brasília Movimento Pró-Constituinte. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 3889, 04 de setembro 1985.

Nas Ruas do Rio, a passeata das emendas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34474, p. 7, 18 de julho de 1987.

Negros discutem reivindicações à Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1986.

Newton é vaiado em ato contra criação do estado do triângulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 de junho de 1988.

No arquivo, os sonhos populares. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34497, p. 6, 14 de agosto de 1987.

No Rio, todos os partidos participam da campanha. *Folha de São Paulo,* 21 de janeiro de 1985, São Paulo, p. 4.

O Aviso dos Tanques. In: *VEJA*. São Paulo, 18 de março de 1987, p. 21.

OAB coleta 1 milhão de assinaturas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 6, 05 de junho de 1987.

OAB iniciará campanha pelas diretas em 88. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4625, 20 de janeiro de 1988.

OAB e sindicalistas programam abertura da luta pela Constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 10 de janeiro de 1985.

OAB iniciará campanha pelas diretas em 88. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4625, p. 4, 20 de janeiro de 1988.

O movimento sindical traça suas estratégias para o segundo turno. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 8, 21 de junho de 1988

Oposições realizam ato a favor da constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 de novembro de 1980.

O voto ganha do grito. In: *VEJA*. São Paulo: Ed. Abril, 9 de dezembro de 1987, pp. 36-37

Patrões podem fazer movimento contra a carta. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9082, p. 9, 29 de fevereiro de 1988.

Pazzianotto vai debater com a CUT mudanças na lei sindical. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 9, 09 de abril de 1987.

Pensando o Verde. *VEJA*, São Paulo, 11 de fevereiro de 1987.

Plataforma da mulher tem 11 pontos-chave. *Jornal da Constituinte.* Brasília, DF, n. 56, 1 de agosto de 1988.

Plenário vai apresentar propostas no DF. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 18 de agosto de 1985.
Plenário quer ter bancada no Congresso constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 20 de setembro de 1986.
Plenário Pró-Participação conclui que Carta é 'Avanço'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 13 de junho de 1988.
Plenário e galerias vazias foram rotina. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8912, 05 de setembro de 1987.
Povo reúne 12 milhões de assinaturas. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4844, p. 7, 05 de outubro de 1988.
Promessa: muito barulho a favor de eleições já. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6832, p. 3, 04 de março de 1988.
Protesto contra estabilidade reúne 5 mil empresários. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 08 de julho de 1987.
Protesto ecologista: "gotas de sangue" no Congresso. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6762, p. 2, 10 de dezembro de 1987.
PT traz Lula para lançar as diretas. In: *O Estado do Paraná*. Curitiba, 14 de maio de 1987.
Quatro mil pressionam a favor do ensino gratuito. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 de maio de 1988.
Quatroanistas promovem abraço ao Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a12, 04 de fevereiro de 1988.
Relator assume compromisso com crianças. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4510, p. 4, 05 de setembro de 1987.
São positivas as conquistas trabalhistas. *Jornal da Constituinte.* Brasília, DF, n. 61, 5 de setembro de 1988, p. 12.
Sem-terra pressionam para que reforma saia. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4533, p. 5, 02 de outubro de 1987.
Sem-Terra terão: *lobby* de 7 mil. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8939, p. 6, 02 de outubro de 1987.
Sessões de defesa terão datas amanha. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4493, 16 de agosto de 1987.
Sindicalistas brigam entre si. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 05 de fevereiro de 1988.
Sindicalistas não aceitam indenização. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4637, p. 4, 03 de fevereiro de 1988.
Sindicalistas usam livro como arma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 27 de setembro de 1987.
Sindicatos articulam ação unificada pró-Constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de fevereiro de 1985.
Sindicatos levam propostas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 9, 09 de abril de 1987.
Sugestões pedem que cidadão participe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 de julho de 1987.
Tocantins recebe o apoio de Ulysses. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4485, p. 7, 07 de agosto de 1987.
Trabalhador também faz "lobby". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 de janeiro de 1987.
Triangulo freta avião e newton põe prefeitos contra separação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 de maio de 1988.

Tumulto marca entrega de emendas populares. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 13 de agosto de 1987.
UDR está chegando. *Jornal do Estado*, 09 de julho de 1987.
Ulysses Vaiado. In: *VEJA*. São Paulo, 19 de agosto de 1987, p. 18.
Um corredor polonês diante dos deputados. *Jornal da tarde*, São Paulo, nº 6889, p. 6, 11 de maio de 1988.
Unicamp analisa os temas polêmicos. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 6, 18 de julho de 1988.
Vincent Van Gogh. In: *VEJA*. São Paulo, 8 de abril de 1987, p. 30.

**BANCO DE DADOS:**

1ª e 3ª Subchefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Memória Nº 033/1ª SC/3ª SC/87, 8 de julho de 1987.
ACERVO DO ARQUIVO NACIONAL – Brasília. Acervos do Conselho de Segurança Nacional, da Polícia Federal e do Serviço Nacional de Informações.
Art. 6 da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985. In: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103906/emenda-constitucional-25-85.
Conselho de Segurança Nacional. *Movimento Nacional Pela Constituinte*. Caixa 46/D, Nº 0167/85, p. 396.
BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil:* promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 3ª Sessão (03/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988.
_____. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988.
_____. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 18ª Sessão (21/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988.
_____. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 20a Sessão Extraordinária Noturna (22/02/1987). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987- 1988.
_____. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 23a Sessão (24/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987- 1988.
_____. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 24a Sessão (24/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987- 1988.
_____. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 16ª Sessão Extraordinária Vespertina (25/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987- 1988.
_____. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 18a Sessão (21/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987- 1988.
_____. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Ata da 25ª Sessão (25/02/87). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987- 1988.
_____. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 1*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 230, 1987-1988.
_____. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988.
Conselho de Segurança Nacional. Caixa 56/H, p. 636.

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, Anais da Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 1*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988.

_____. Anais da Assembleia Nacional Constituinte *Diário da Assembleia Nacional Constituinte: Emendas Populares vol 2*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, vol. 231, 1987-1988.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Projeto de Resolução Nº 2, de 1987 – Dispõe sobre Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, vol. 324, 1987.

DIÁRIOS DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE (Periódicos 1987-1988).

Encarte Notícias-constituinte. In: *Boletim da CNBB*, 26 de março de 1987, nº 07.

Movimento de Participação Popular na Constituinte. Participação Popular: como chegar lá?. Curitiba, nº 10, abril de 1987, p. 19. Fonte: Arquivo Nacional. Arquivos do Conselho de Segurança Nacional: Caixa 46D, p. 340.

Revista VEJA, Acervo Digital, 1987-1988.

**FILMOGRAFIA:**

CARDOSO, Fernando Henrique. Depoimento In: FONTOURA, João Carlos (direção e roteiro) & PAULA, Renata Telles de (roteiro). *A Constituição da Cidadania*. Brasília: TV Senado, 2008.

PAULA, Renata de. *Cartas ao País dos Sonhos*. Documentário. Brasília: TV Senado, 2007.

RADIOBRÁS (Empresa Brasileira de Rádiodifusão); Serviço de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal; & ADIRP (Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara dos Deputados). Programas *Diário da Constituinte*, 1987-1988.

Debate Imposto de Renda e Sistema Tributário (Programa Roda Viva – TV Cultura, 23/03/1987)

Entrevistas no Programa RODA VIVA – TV Cultura: Almir Pazzianotto (09/03/1987); Aloizio Mercadante (4/12/1989); Eduardo Muylaert (02/02/1987); Fabio Konder Comparato (29/04/1991); Fernando Cesar Mesquita (26/01/1987); Fernando Gabeira (22/12/1986); Fernando Henrique Cardoso (04/07/1988); Fernando Lyra (12/1/1987); Jarbas Passarinho (06/10/1988 & 29/07/1996); José Aristodemo Pinotti (26/10/1987); José Serra (16/11/1987); Luís Carlos Prestes (01/01/1986)

FONTOURA, João Carlos (direção e roteiro) & PAULA, Renata Telles de (roteiro). A Constituição da Cidadania. Brasília: TV Senado, 2008.

MONCLAIRE, Stéphane (coord.). A Constituição Desejada: SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991. Assim como PAULA, Renata de. Cartas ao País dos Sonhos. Documentário. Brasília: TV Senado, 2007.

**SONOGRAFIA:**

Entrevista com o deputado constituinte José Genoino. Rádio Câmara, 2008.

Acervo da Câmera Federal com os discursos do plenário e da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

**ENTREVISTAS:**

Entrevista com Dalmo de Abreu Dallari. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 09 de maio de 2008.

Entrevista com José Genoíno. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 04 de julho de 2008.

Entrevista com Maria Vitória Benevides. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 28 de setembro de 2008.

Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 28 de setembro de 2008.

Entrevista com Siqueira Neto. Grupo de Pesquisa "Em Busca do Processo Constituinte, 1985-88". Projeto CNPq nº 485363/2007-0. 09 de maio 2008.

# ANEXO - Linha de Eventos da Mobilização Social na Assembleia Nacional Constituinte

## Índice

**PRÉ-CONSTITUINTE: ..... 202**
**1971 ..... 203**
**1977 ..... 203**
**1980 ..... 203**
**1981 ..... 204**
**1984 ..... 204**
**1985 ..... 206**
**1986 ..... 224**
**CONSTITUINTE: ..... 235**
**1987 ..... 235**
Janeiro ..... 235
Fevereiro ..... 237
Março ..... 240
Abril ..... 242
Maio ..... 247
Junho ..... 251
Julho ..... 258
Agosto ..... 268
Setembro ..... 277
Outubro ..... 280
Novembro ..... 284
Dezembro ..... 287
**1988 ..... 291**
Janeiro ..... 291
Fevereiro ..... 293
Março ..... 300
Abril ..... 303
Maio ..... 306
Junho ..... 315
Julho ..... 318
Agosto ..... 323
Setembro ..... 327

# PRÉ-CONSTITUINTE:

# 1971

- **1971: Lançamento da "Carta do Recife"**
  - **Conteúdo:** lançou-se formalmente, pela primeira vez, a ideia da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, "num momento nacional penoso, em reunião convocada logo após a renúncia do jovem prefeito de Olinda, Marcos Freire." (Michilles *et all*, 1989, p. 22).

# 1977

- **1977: Estabelecimento da Constituinte como prioridade do Movimento Democrático Brasileiro**
  - **Conteúdo:** A crise interna do MDB com o Pacote de Abril (recesso forçado do Congresso e a cassação do líder do MDB, Alencar Furtado) levou o partido à estabelecer à Constituinte como prioridade suprema, passando a "promover atos, editar publicações e realizar seminários sobre a constituinte, generalizando-se a discussão nos quadros partidários e em setores de ponta da sociedade." (Michilles *et all,* 1989, p. 22)

- **8 de Agosto de 1977: Lançamento da Carta aos Brasileiros**
  - **Localização:** a carta foi lançada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
  - **Objetivo:** Repudiar a ditadura militar.
  - **Participantes:** o texto foi redigido essencialmente pelo jurista Goffredo da Silva Telles Jr. Seus signatários, incluíam os juristas Fábio Konder Comparato, Tércio Sampaio Ferraz Júnior, Miguel Reale Júnior, e ainda o professor de literatura Antonio Candido e o bispo Dom Cândido Padin.
  - **Conteúdo:** Era uma reação ao Pacote de Abril, conjunto de leis outorgado em 13 de abril de 1977 por Ernesto Geisel.

- **3 de Novembro de 1977: Distribuição do Manual da Constituinte (feito pelo MDB)**
  - **Localização:** Brasil
  - **Participantes:** O manual foi elaborado pelo senador Agenor Maria e pelos deputados Alceu Collares, Celso Barros, João Gilberto e Aldo Fagundes, sob a supervisão geral de Ulysses Guimarães. Foram confeccionados **100 mil exemplares**.

# 1980

- **22 de Maio de 1980: A OAB lança a Carta de Manaus**
  - **Conteúdo:** Prega a Constituinte e rejeita "remendos constitucionais".

- **15 de Novembro de 1980: Ato a Favor da Constituinte**
  - **Localização:** Câmara Municipal de São Paulo

- **Objetivo:** Ato publico em favor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana
- **Participantes:** lideranças regionais e nacionais do PMDB, PP e PDT. Entre elas, estavam o ex-deputado Mário Covas (presidente do PMDB paulista), o senador Orestes Quércia (líder do PMDB na Câmara Federal), o Dep. Freitas Nobre, o dep. Federal Aberto Goldman, o Cláudio Lembo (Secretário do PP de São Paulo) e o prefeito de Osasco Guaçu Piteri (que também era o então presidente regional do PDT).O ato público contou com a participação de representantes de várias entidades, entre elas a UNE, a Ordem dos Advogados do Brasil, a União Estadual dos Estudantes, do Movimento contra a Carestia e Oposições metalúrgicas. (Fonte: Oposições realizam ato a favor da constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 de novembro de 1980)

# 1981

- **1981 Ressurge a Federação das Mulheres Paulistas para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.**
  - **Objetivo:** convocar uma Assembleia Nacional Constituinte

- **1981: Congresso Pontes de Miranda**
  - **Localização:** Porto Alegre
  - **Conteúdo:** a OAB aprovou anteprojeto de sugestão para uma futura Constituição.

# 1984

- **Agosto de 1984: Carta aos Bispos (do Conselho Permanente da CNBB)**
  - **Conteúdo:** "Só uma decidida volta aos valores éticos pode devolver a dignidade ao processo político e levar a Nação à grandeza de seu destino. Isso exige, entre outras coisas, deslocar, sem mais, o poder político do favorecimento a grupos e colocá-lo decididamente a serviço do bem comum. Exige; igualmente, reintegrar o povo, como participante ativo, no processo político, seja pela devolução imediata de seu direito de escolha e decisão, seja pela convocação de uma Assembleia Geral Constituinte realmente representativa." (Lançada hoje a campanha pró-Constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de dezembro de 1984)

- **Outubro de 1984: Criação do Movimento Nacional pela Constituinte (MNC)**
  - **Localização:** III Encontro Nacional de Municípios, em Curitiba/PR. Ou 3º Congresso Nacional de Municípios (organizado pelo Centro Brasil Democrático – CEBRADE).
  - **Objetivo:** criar o Movimento Nacional pela Constituinte, lançando uma ampla campanha de âmbito nacional visando introduzir profundas modificações na Constituição Federal do Brasil.
  - **Participantes:** O MNC foi proposto pelo Bispo Diocesano da cidade de

Duque de Caxias/RJ. "Na ocasião, o representante do Centro Brasil Democrático (CEBRADE), conhecida organização de frente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ofereceu ao prelado todas as condições e facilidades necessárias à concretização do movimento." (MNC – Bloco 1)

- **11 de Dezembro de 1984: Lançamento da Campanha Pró-Constituinte do Movimento Nacional pela Constituinte**
  - **Localização:** na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)
  - **Objetivo:** Planejar a campanha pela Constituinte.
  - **Participantes:** Mais de **50 personalidades** assinaram o manifesto de lançamento do Movimento Nacional Pela Constituinte. Os principais representantes de movimentos populares e entidades que aderiram ao MNC:
    - D. José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa
    - 11 Bispos, incluindo o dom Mauro Morelli, Bispo de Duque de Caxias/RJ:
      - Bispos: d. Estevão Cardoso de Avelar, de Uberlândia (MG); d. Moacir Greclii, do Acre e Purus; d. Adriano Hipólito, de Nova Iguaçu (RJ); d. Valdir Calheiros, de Volta Redonda (RJ); d. Vital Wildering, de Itaguaí (RJ); d. Davi Picão, de Santos (SP); d. Cândido Padim, de Bauru (SP); d. Clemente Isnard, de Nova Friburgo (RJ); d. Tomás Balduíno, de Goiás (GO), e d. Francisco Austragésilo de Mesquita Filho, de Afogados de Ingazeira (PE).
    - Paulo Rattes – Prefeito de Petrópolis/RJ
    - O arquiteto Oscar Niemeyer (presidente do Cebrade - Centro Brasil Democrático)
    - Hermann Baetta – vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
    - Jô Resende – Presidente da Federa;cão das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ)
    - Renato Guimarães (secretário-geral do CEBRADE)
    - "Participam da **comissão organizadora** o presidente do Cebrade, Oscar Niemeyer; o prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes; o vice-presidente da OAB, Hermann Baetta; o secretário-geral do Cebrade, Renato Guimarães; o bispo dom Mauro Morelli e o presidente da Famerj, Jó Rezende." (Lançado movimento pela constituinte manifesto clama por republica com ampla participação politica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 de dezembro de 1984, p. 5)
    - "Assinam o manifesto (de criação) 70 pessoas: além da comissão organizadora do Movimento, o presidente da OAB, Mário Sérgio Duarte Garcia; d. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu; o historiador Alberto Passos Guimarães; o escritor Antônio Houaiss; Cândido Mendes, presidente da Comissão Brasileira Justiça e Paz; o compositor Chico Buarque de Holanda; o procurador Hélio Bicudo, o cartunista Henfil; Margarida Genevois, da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, juristas, prefeitos, vereadores, bispos e representantes de associações e entidades civis." (Manifesto clama por República com ampla participação popular. *Folha de São Paulo*, São Paulo,12 de dezembro de 1984, p. 5)

- **Conteúdo:**
  - A perspectiva dos participantes era de que a "campanha assuma proporções elevadas, já contando inclusive com o apoio de cerca de 150 Municípios, onde funcionarão pequenas Assembleias Constituintes Populares, organizadas com o apoio do clero progressista, OAB, Prefeituras Municipais, Poder Legislativo e com a participação de moradores e suas associações." (MNC – Bloco 1)
  - "Segundo Dom ---, o manifesto da campanha Pró-Constituinte foi subscrito por 12 Bispos e o seu início deve ser imediato, já que "estamos num quadro de ilegitimidade e, sem pedir licença a ninguém, propomos a retomada da marcha do povo, bruscamente interrompida com a derrota da Emenda Dante de Oliveira"." (MNC – Bloco 1)
  - "Não podemos chegar ao primeiro centenário da República — afirma o documento — com algemas nos punhos e a maioria da Nação esfarrapada e faminta." Em outro trecho é dito que "não podemos aceitar que nasça um Brasil novo sob a tutela ou como concessão generosa, oportunista ou indevida de alguns"."(Campanha busca nova Carta com amplo respaldo popular. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de janeiro de 1985, p. 4)
  - "Não podemos reconhecer como democrática - afirma o documento - uma Constituição que venha a ser formulada sob tutela e, pior ainda, condicionada pelas expressões ilegítimas, embora legais, resíduos do autoritarismo e do arbítrio. Por esta razão, como primeiro passo à Constituinte, devem ser renovados ou alterados os seguintes instrumentos jurídicos: Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa, Lei de Greve, CLT, Lei dos Estrangeiros, Lei Orgânica dos Partidos. Pela mesma razão deve ser adiada até a promulgação da nova Carta Magna a tramitação dos ante-projetos dos códigos Civil, Penal e de Processo Penal. Desejamos uma República nova, realmente federativa, cuja unidade básica e politicamente forte seja o município". (Movimento pro-constituinte ganha campanha nacional. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de dezembro de 1984, p. 5)

# 1985

- **09 de Janeiro de 1985: Reunião de formação da Campanha pela Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte**
  - **Localização:** Sede da OAB-SP.
  - **Objetivo:** Organizar a campanha pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, articulando o seu lançamento no dia 30 de janeiro de 1985.
  - **Participantes:** OAB-SP e sindicalistas representando tendências do PT e do PMDB. Entre os participantes, estavam Márcio Thomaz Bastos (presidente da OAB-SP); José Ibrahim (sindicalista filiado ao PT, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco); Rolando Frati (representando o Fórum de Debates); Jurandir Nogueira (da União Nacional dos Servidores Públicos); Carlos Niebel (Fórum Sindical de

Debates); Osvaldo Lourenço (do Sindicato dos Portuários de Santos); e Maria Silvia Portella (presidente da Associação dos Sociólogos do Brasil). "Márcio Thomaz Bastos se reuniu em seguida com os presidentes da Associação dos Advogados, José Roberto Bartochio; Fernando Haddad, do Centro Acadêmico XI de Agosto; e Ives Gandra da Silva, do Instituto dos Advogados." (OAB e sindicalistas programam abertura da luta pela Constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo,10 de janeiro de 1985, p. 4)

- **Conteúdo:** "Márcio Thomaz Bastos citou a frase de Dom Mauro Morelli, bispo de Caxias (RJ) — "Quem fizer a Constituição será dono do Brasil" —, para demonstrar a necessidade de agilizar a campanha, organizar os setores da sociedade civil visando garantir uma constituição que atenda os interesses da maioria do povo brasileiro." (OAB e sindicalistas programam abertura da luta pela Constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de janeiro de 1985, p. 4)
- Os sindicalistas sugeriram e o presidente da OAB aceitou lançar a campanha em São Paulo e aderir ao Movimento Brasileiro pró-Constituinte criado no Rio de Janeiro. Após a deflagração da campanha serão organizados fóruns de debate em vários pontos da Capital e do Interior para esclarecer a população sobre a importância da convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

- **17 de Janeiro de 1985: Reunião do Movimento Nacional pela Constituinte**
  - **Localização:** sede do Instituto Sedes Sapientias (sob a coordenação do Bispo de Bauru/SP)
  - **Objetivo:** articulação do MNC e preparação para o lançamento da Campanha Nacional Pró-Constituinte
  - **Participantes:** A reunião foi coordenada pelo Bispo de Bauru/SP (um dos doze signatários do manifesto pró-constituinte, com a OAB e o CEBRADE). Entre as entidades presentes, destacam-se a OAB/SP, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Instituto Brasileiro de Estudos Econômicos e Sociais do Rio de Janeiro e a Associação dos Sociólogos do Brasil.
  - **Conteúdo:** "A articulação entre todas as entidades da sociedade civil paulista numa coordenação suprapartidária pela Constituinte e o início de uma campanha de debates sobre a nova Constituinte foram as principais decisões da primeira reunião sobre este tema." (MNC – Bloco 1)

- **26 de Janeiro de 1985: Ato Público de Lançamento do Movimento Nacional pela Constituinte e da Campanha Pró-Constituinte**
  - **Localização:** Praça do Pacificador - Duque de Caxias / RJ.
  - **Objetivo:** lançar a Campanha Pró-Constituinte
  - **Participantes:**
    - cerca de **7 mil** pessoas. A diocese de Caxias e a Famerj, que congrega mais de 600 associações de moradores, são as principais responsáveis pela realização do ato, que conta ainda com uma grande ajuda da OAB-RJ.
    - Participaram representantes da Comissão de Justiça e Paz (CJP), da Arquidiocese de São Paulo e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
    - "Entre os políticos, já confirmaram suas presenças o governador Leonel Brizola, do PDT, Luís Inácio Lula da Silva, presidente do

PT, os deputados federais Lúcio Alcântara, do Partido da Frente Liberal (CE), Miguel Arraes (PE) e Francisco Pinto (BA), ambos do PMDB. Estarão presentes, ainda, quatorze prefeitos de cidades de oitos Estados, representantes de entidades municipais vinculadas à Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Famerj), o presidente da Associação Brasileira de Imprensa — ABI, Barbosa Lima Sobrinho, e da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, Mário Garcia Duarte; os presidentes das OAB-RJ, Hélio Sabóia, e de São Paulo, Márcio Thomaz Bastos, além de representantes da Central Única dos Trabalhadores — CUT, Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras — Conclat, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior — Andes e União Nacional dos Estudantes-UNE.

- O coordenador do ato será o poeta e jornalista Ferreira Gullar, que fará também as apresentações, entremeando os discursos, de Chico Buarque, Sérgio Ricardo, Olívia Bygton, Monarco e Noca da Portela.
- O palanque em frente ao Cine Santa Rosa foi montado pela prefeitura (administrada pelo PDT), a aparelhagem de som foi emprestada pela prefeitura peemedebista de Petrópolis e o governador do Estado colocou à disposição ônibus que sairão de vários pontos do Rio, a partir das 14 horas, com destino a Caxias. O principal trabalho de mobilização foi feito pelas associações de moradores, comunidades de base e grupos cristãos da diocese de Caxias.
- Está decidido que o ato público será aberto pelo presidente da Famerj, Jó Resende. Em seguida, todos cantarão o Hino Nacional. Estão escalados para discursar os presidentes da OAB e da ABI, as lideranças partidárias, os prefeitos de Caxias (Hydeckel de Freitas, PDT), de Petrópolis (Paulo Rattes, PMDB) e de Curitiba (Maurício Fruet, PMDB) e representantes dos que d. Mauro Morelli chama de "grandes sofredores deste país que sempre estiveram marginalizados da vida política" — as mulheres, os negros, os posseiros, as crianças, os índios, os idosos, os deficientes físicos e os desempregados. O ato será encerrado pelo governador Leonel Brizola e por d. Mauro Morelli.” (Entidades promovem ato pro-constituinte em Caxias uma cidade que reflete os problemas sociais do pais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de janeiro de 1985, p. 4)
- Alcino Elias: presidente do Movimento União dos Bairros

- **Obs:**
  - **“**O Bispo de Duque de Caxias, d. Mauro Morelli, um dos fundadores do movimento, percorreu nos últimos 15 dias todas as igrejas e comunidades de base, discutindo a importância e o papel da Constituinte.” (No Rio, todos os partidos participam da campanha. *Folha de São Paulo,* 21 de janeiro de 1985, São Paulo, p. 4)
  - “A Famerj distribuiu na última semana 50 mil exemplares de uma edição extra do seu jornal, com a reprodução do manifesto de lançamento do movimento e uma convocação para o ato público em Caxias. Na diocese, D. Mauro e seus párocos já tiveram encontros com centenas de comunidades de base, grupos de

famílias e grupos de operários." (No Rio, todos os partidos participam da campanha. *Folha de São Paulo,* 21 de janeiro de 1985, São Paulo, p. 4)

- **27 de Janeiro de 1985: Reunião da Frente Municipalista Nacional**
  - **Localização:** São Paulo
  - **Conteúdo:** teria sido decidido a realização de um comício Pró-Constituinte em Goiânia.

- **28 de Janeiro de 1985: Reunião do Movimento Nacional Pela Constituinte (MNC)**
  - **Localização:** Plenário da Câmara Municipal de São Paulo/SP.
  - **Objetivo:** organizar o MNC.
  - **Participantes:** Entre as entidades presentes, destacam-se a OAB/SP, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Instituto Brasileiro de Estudos Econômicos e Sociais do Rio de Janeiro e a Associação dos Sociólogos do Brasil.
  - **Conteúdo:**
    - Cada uma dessas entidades comprometeu-se a convocar cinco outras para ampliar o movimento.
    - Foi decidida uma articulação permanente com o Movimento do Rio de Janeiro.
    - Foi decidido que a prioridade, no momento, deveria ser a definição dos chamados "pré-requisitos para uma constituinte livre e soberana", incluindo a remoção de pontos considerados arbitrários nas leis então vigentes.
    - "Propugnam-se por alterações preliminares na própria Constituição e outros instrumentos legais à execução do processo político: Lei de Segurança Nacional (LSN), Lei Orgânica dos Partidos Políticos – incluindo a possibilidade de legalização dos partidos comunistas – Lei Eleitoral, Lei de Imprensa, entre outras." (MNC – Bloco 1)

- **30 de Janeiro de 1985: Ato Público da Campanha pela Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte**
  - **Localização:** Pátio interno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – Centro de São Paulo/SP.
  - **Participantes:** o público presente foi de aproximadamente **800 pessoas.** Os principais organizadores do evento foram:
    - Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB/SP)
    - Associação dos Advogados de São Paulo (AASP)
    - Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP)
    - Centro Acadêmico XI de Agosto (C.A. XI de AGO)

    Entre os oradores, estavam o presidente do IASP, um membro do Sindicato dos Bancários de São Paulo, um deputado federal do PT, o presidente do CA XI de Agosto, o Bispo de Caxias/RJ, o presidente da OAB/SP.

    Estavam Presentes no Local:
    - Eduardo Matarazzo Suplicy: dep. Federal do PT/SP
    - Eduardo Muylaert: Assessor para Assuntos Jurídicos do governo do Estado (representando o Governo paulista)
    - José Carlos Dias: Secretário de Estado da Justiça

        - Michel Miguel Elias Temer Lulia: Secretário de Estado da Segurança Pública
        - José Gregori: dep. Fed. pelo PMDB/SP
        - João Orlando Duarte da Cunha: Dep. Fed. do PMDB/SP (criticou a ausência de André Franco Montoro)
        - Mário Sérgio Duarte Garcia: presidente nacional da OAB
        - José Genoino Neto: dep. Fed. pelo PT/SP e militante do Partido Revolucionário Comunista.
        - Militantes do PCB, da Convergência Socialista, do PCdoB e do PT.
        - Lideranças da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
        - Lideranças da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).
    - **Conteúdo:** Ao iniciar o evento, os presentes cantaram o Hino Nacional Brasileiro, e, no fim, cantaram novamente o hino e acenderam uma pira simbólica, que só se apagará quando da leitura da futura Constituição.

- **30 de Janeiro de 1985: Chamado aos Ecologistas**
    - **Objetivo:** Chamar as entidades e pessoas interessadas na defesa do meio ambiente a comparecerem ao evento na Faculdade de Direito para debater o problema na Constituinte.
    - **Participantes:**
        - Rossine Camargo Guarnieri - Organização Brasileira de Ecologia (Orbe)
        - Aziz Ab'Saber (geógrafo)
        - Raul Ximenes (agrônomo químico)
        - Mauro Vitor (engenheiro florestal)
        - Marcelo Borges Nunes (advogado)

- **Janeiro de 1985: Congresso Brasileiro de Professores**
    - **Participantes: 5 mil** delegados de todos os estados.
    - **Conteúdo:** os professores decidiram participar de todos os fóruns sindicais de discussão e de adesão à campanha nacional pela Constituinte.

- **1 de Fevereiro de 1985: Reunião dos Sindicatos em prol da Constituinte**
    - **Localização:** Sindicato dos Marceneiros
    - **Objetivo:** Levantar pontos e bandeiras em comum sobre a atuação do movimento sindicalista em prol de uma Constituinte.
    - **Participantes: 50 sindicalistas** representando **15 entidades** aglutinadas tanto em torno da CUT quanto em torno da Conclat (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora)**.** Alguns participantes:
        - Antônio Chamorro: Fórum Sindical.
        - Vitelbino Ferreira de Souza: Fórum Sindical.
        - Luiz Antônio Medeiros: Secretário do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo e membro da Conclat.
        - Paulo Ribeiro: representante do Sindicato dos Jornalistas.
        - Clara Ant: representante da Executiva estadual da CUT.
        - Gumercindo Milhomem: presidente da Associação dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo (Apeoesp)
    - **Conteúdo: "**Quanto à mobilização popular, vários dirigentes sugeriram a promoção de uma grande manifestação dos trabalhadores no 1° de Maio pela Constituinte, com organização unitária das duas correntes. Houve

também a proposta para a formação, de comissões pró-Constituinte por locais de trabalho, bem como a criação de uma coordenação intersindical que conduzisse as atividades e representasse o segmento nas articulações com os demais setores da sociedade." (Sindicatos articulam ação unificada pró-Constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de fevereiro de 1985)

- **6 de Fevereiro de 1985: criação do Plenário de São Paulo Pró-Participação Popular na Constituinte**
  - **Localização:** São Paulo

- **PREVISÃO de que, em Março de 1985, seria realizado o primeiro comício Pró-Constituinte em Goiânia.**
  - **Conteúdo:**
    - "A decisão foi tomada durante uma reunião da Frente Municipalista Nacional, realizada no dia 27 Jan 85, em São Paulo/SP, acatando requerimento do presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM) e prefeito de Itumbiara/GO, Waterloo Araújo, do PMDB/GO." (Movimento Pró-Constituinte em Goiás, Bloco 3)
    - "Waterloo Araújo declarou que a AGM irá promover conferências e encontros nas cidades goianas, com o objetivo de levar à população do interior esclarecimentos sobre a importância da Assembleia Nacional Constituinte. A AGM está providenciando a confecção de manuais, apostilas e livretos sobre cada tema da Constituição, em linguagem didática, além de uma "espécie de manual de campanha"." (Movimento Pró-Constituinte em Goiás, Bloco 3)

- **4 de Março de 1985: Ato de Lançamento da Campanha "Os Trabalhadores e a Constituinte"**
  - **Objetivo:** lutar contra a legislação autoritária para a eleição de uma Constituinte.
  - **Participantes:** O ato contou com a presença de aproximadamente **400 pessoas** e foi organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Capital, que representa uma categoria de 330 mil trabalhadores. O presidente do sindicato era o Joaquim dos Santos Andrade.

- **4 a 8 de Março de 1985: I Ciclo Sobre a Assembleia Nacional Constituinte – OAB/DF**
  - **Localização:** Sede da OAB do Distrito Federal
  - **Objetivo:** debater os diversos aspectos da ANC "em favor da completa realização do estado democrático no país".
  - **Conteúdo:** Em ato solene, realizado na parte externa da referida sede, com a participação de parlamentares, juristas e representantes de classe do Distrito Federal, foi acesa a *"Pira da Constituinte"*, cuja *"chama"*, segundo afirmação do Presidente da OAB/DF, Maurício Correa, *"passa a simbolizar o destino de um povo, que quer ser livre e tecer em paz a sua história"*. (Conselho de Segurança Nacional. *Movimento Nacional Pela Constituinte*. Caixa 46/D, Nº 0167/85, p. 396)

- **11 de Março: Instalação do Comitê Mineiro pela Constituinte e pelas Eleições Diretas nas Capitais**
  - **Localização: Auditório** Faculdade de Direito da UFMG – Belo Horizonte/MG.
  - **Participantes:** A sessão foi dirigida pelo Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Dep. Est. Dalton Moreira Canabrava (PMDB/MG). O evento contou com a participação de cerca de **500 pessoas**, entre representantes do PMDB, PT, PDT e PTB, partidos clandestinos e líderes sindicais, estudantis e de movimentos populares.

- **13 de Março de 1985: Palestra "Assembleia Nacional Constituinte"**
  - **Localização:** Auditório do Centro de Ciências Sociais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso(FUFMT)
  - **Participantes:** o organizador do debate foi o Centro Acadêmico de Direito VIII de Abril (CADI) da FUFMT. O palestrante foi o Dep. Fed. Gilson Duarte de Barros (PMDB/MT).

- **13 a 15 de Março de 1985: OAB-MT realizou o I Ciclo de Estudos em Prol da Assembleia Nacional Constituinte**
  - **Localização:** Sede da OAB-Mato Grosso
  - **Participantes:** Promovido pela OAB-MT, o Ciclo contou com a palestra do então presidente do Cosnelho Federal da OAB, Hermann Assis Baeta. A pira foi acesa pelo Reitor da FUFMT, Eduardo Delamônica Freire, e pelo presidente do Centro Acadêmico de Direito VIII de Abril, Wilson Pereira dos Santos.
  - **Conteúdo:** Durante a solenidade de abertura foi acesa uma pira, em homenagem à liberdade e à Constituinte.

- **PREVISÃO – 16 de março de 1985: Lançamento Simultâneo do Movimento Nacional Pró-Constituinte em vários municípios**
  - **Conteúdo:** "O próximo passo para a sua ampliação será o lançamento simultâneo do movimento, em 16 de março — dia seguinte ao da posse de Tancredo Neves —, em vários municípios. Nesse dia, cada prefeito organizará na sua cidade manifestações e atividades de apoio à convocação de uma Constituinte com participação popular." (Campanha busca nova Carta com amplo respaldo popular. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 26 de janeiro de 1985)

- **21 de Março de 1985: Debate sobre a Constituinte**
  - **Localização:** Auditório do Instituto de Ciências Exatas da UFMG (ICEx/UFMG).
  - **Participantes:** Representantes do Comitê Mineiro pela Constituinte, da Associação de Professores da Universidade de Bleo Horizonte (APUBH), da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Minas Gerais (ASSUFMG), do Diretorio Central de Estudantes da UFMG (DCE/UFMG) e da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE/MG).

- **21 de Março de 1985: Simpósio *"Propostas para a Constituinte"***
  - **Localização:** Auditório da Companhia Energética de São Paulo (CESP).
  - **Participantes:** O simpósio foi promovido pela OAB/SP, Procuradoria Geral do Estado de SP, pela Faculdade de Direito da Pontifícia

Universidade Católica (PUC-SP), dentre outras associações. A solenidade de abertura foi presidida pelo Governador André Franco Montoro.

- **21 e 22 de Março de 1985: Seminário sobre "Democracia, Constituinte e Sindicalismo"**
  - **Localização:** Auditório do SESI em Manaus/AM.
  - **Participantes:** o evento foi promovido pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Amazonas e pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário. O evento contou com a participação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Município de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade ("Joaquinzão"), e do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Calixto Ramos.

- **21 de Março de 1985: IBEAC monta Barraca para Colher Sugestões para a Constituinte**
  - **Localização:** Praça da Sé – São Paulo.
  - **Objetivo:** colher sugestões para a elaboração de uma Constituição.
  - **Participantes:** Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)

- **22 de Março de 1985: Lançamento do Comitê Goianense Pró-Constituinte**
  - **Localização:** Câmara Municipal de Goiânia-GO
  - **Participantes:** cerca de **300 pessoas** (vereadores, representantes de entidades classistas e estudantis, membros de associações de bairros, militantes de partidos, etc.)

- **25 de Março de 1985: Debate sobre a Constituinte e Apresentação das Propostas da População**
  - **Localização:** Centro Cultural São Paulo
  - **Objetivo:** debater a Constituinte e apresentar as sugestões da população para a elaboração de uma Constituição (colhidas pelo IBEAC).
  - **Participantes:** o debate contou com a participação de D. Cândido Padim (bispo de Bauru), José Carlos Dias (Secretário de Justiça), Marcos Freire (presidente da CEF) e Michel Temer (Secretário de Segurança do Estado de São Paulo).

- **26 de Março de 1985: Criação do Comitê Evangélico Pró-Assembleia Nacional Constituinte**
  - **Localização:** João Pessoa/PB.
  - **Objetivo:** conscientizar pastores e membros das Igrejas Evangélicas da Paraíba a uma maior participação na redação de nova Carta Magna.
  - **Participantes:** O Comitê está constituinte pelas seguintes pessoas: Presidente – Renault Vieira de Souza (Coordenador do Mobral/PB); Vice-Presidente – Carlos Gláucio; Secretário Mércia Ferreira Barbosa; e Tesoureiro – Amaury Carneiro da Silva.

- **28 de Março de 1985: Palestra "Assembleia Nacional Constituinte"**
  - **Localização:** Ginásio de Esportes da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT).
  - **Participantes:** o organizador do debate foi o Diretório Central dos

Estudantes da FUFMT. O palestrante foi o Dep. Fed. Dante Martins de Oliveira (PMDB/MT). Participaram do evento cerca de **350 pessoas**.

- **9 de Abril de 1985: Ciclo de Estudos Constitucionais**
  - **Localização:** Sede da Associação Paulista de Magistrados (APAMAGIS)
  - **Objetivo:** o tema deste Ciclo de Estudos Constitucionais foi "O Essencial Numa Nova Constituição Brasileira".
  - **Participantes:** vários juristas deram conferências: Raimundo Faoro, Paulo Brossard de Souza Pinto, Miguel Reale, Goffredo da Silva Telles, Josaphat Marinho e Miguel Seabra Fagundes.

- **11 a 19 de Abril de 1985: 23ª Assembleia Geral da CNBB elege uma Comissão de Acompanhamento da Constituinte**
  - **Conteúdo:**
    - A Comissão era composta pelos bispos D. Cândido Padin (Bauru-SP), D. Mauro Morelli (Duque de Caxias – RJ), D. José Carlos de Oliveira (Rubiataba – GO) e D. Francisco Austregésilo (Afogados da Ingazeira – PE).
    - A Comissão era apoiada por uma equipe executiva composta por João Gilberto Lucas Coelho, os padres Virgílio Uchôa, e José Ernanne Pinheiro, os professores da UnB José Geraldo de Sousa Junior e Nielsen de Paula Pires, Ivônio Barros Nunes e Gláucia Melasso Garcia, como secretária.
    - "As funções da equipe executiva eram de viabilizar a interação Congresso/Igreja, por meio do contato com constituintes, articulação com outras entidades religiosas e populares, recebimento de sugestões, repasse de informações aos organismos da Igreja sobre a marcha dos acontecimentos do processo constituinte, promoção de encontros com constituintes sobre temas específicos, divulgação aos constituintes dos documentos elaborados pela CNBB e grupos afins." (BARROSO, Pérsio Henrique. *Constituinte e Constituição:* Participação Popular e Eficácia Constitucional (1987-1997). Florianópolis: UFSC, 1997 [Dissertação de Mestrado em Direito], p. 109.)

- **4 e 5 de Maio de 1985: Encontro Nacional de Movimentos Negros ligados às Igrejas Católicas e Evangélicas**
  - **Localização:** Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção – São Paulo
  - **Objetivo:** debater a sua participação na Assembleia Nacional Constituinte.
  - **Participantes:** O encontro teve assessoria do jurista Francisco Barbosa, do Rio Grande do Sul, e a presença de militantes de movimentos de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Rio de Janeiro e Paraná. Um dos organizadores do encontro foi o padre Antônio Aparecido da Silva, diretor da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

- **15 de Maio de 1985: Ato de Lançamento da Campanha "Educação e Constituinte" no Paraná**
  - **Localização:** Apucarana - PR (município localizado a 364 km de Curitiba)

- **Objetivo:** Lançamento da Campanha "Educação e Constituinte"
- **Participantes: 3.000 estudantes.** O ato foi promovido pela Secretaria de Educação.
- **Conteúdo:** "Estudantes, professores e pais de alunos, além de políticos, dos doze municípios da microregião de Apucarana, superlotaram o maior cinema da cidade, para ouvir uma dezena de discursos sobre o tema Constituinte. Ao presidir a abertura do ato, a secretária da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, 49, disse que o objetivo principal da campanha é aglutinar as manifestações espontâneas da população para "garantir as mudanças que todo o Brasil deseja"." (11 de Agosto promove ato público. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de maio de 1985)

- **16 de Maio de 1985: Ato Público para Reivindicar a Imediata Publicação da Convocação da Assembleia Nacional Constituinte**
  - **Localização:** Faculdade de Direito do Largo São Francisco
  - **Objetivo:** Homenagear o Prof. Goffredo da Silva Telles, 70, que deixa o magistério por aposentadoria compulsória e reivindicar uma Constituinte "livre e soberana", conforme os termos da "Carta aos Brasileiros" que o prof. Goffredo redigiu e divulgou em agosto de 1977, quando das comemorações dos 150 anos da insta- lação dos cursos jurídicos no Brasil.
  - **Participantes:** O organizador do ato foi o Centro Acadêmico XI de Agosto. Além dos estudantes e do jurista, participaram do ato representantes da OAB, da Comissão Justiça e Paz e de pelo menos três partidos políticos — o PDT, o PMDB e o PT. Pelo Centro Acadêmico, falou seu presidente, Fernando Haddad (22 anos).

- **05 de junho de 1985: Reunião de Formação Pré-UDR**
  - **Localização:** residência do ex-prefeito de Goiânia/GO, Manoel dos Reis e Silva.
  - **Objetivo:** organização de um movimento para defender o direito de propriedade, em decorrência da aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).
  - **Participantes:** Além do anfitrião (Manoel dos Reis e Silva), participaram outras 5 pessoas (incluindo um Coronel).
  - **Conteúdo:** o nome inicial (depois alterado) decidido foi "Movimento de Defesa do Direito de Propriedade" (MDDP). Era-se contrário à qualquer avanço

- **13 de Junho de 1985: Reunião de Formação Pré-UDR**
  - **Conteúdo:**
    - O nome do movimento mudou de "Movimento de Defesa do Direito de Propriedade" (MDDP) para "Movimento Democrático Ruralista (MDR).
    - O núcleo central do MDR, na ocasião, ficou constituído por 8 membros (incluindo 2 coronéis).

- **21 de Junho de 1985: 2º Debate da Campanha "Os Trabalhadores e a Constituinte"**
  - **Participantes:** foi organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Capital, que representa uma categoria de 330 mil trabalhadores. O presidente do sindicato era o Joaquim dos Santos Andrade.

- **28 de Junho de 1985: Seminário "Organização Sindical e Constituinte**
  - **Participantes:** Foi promovido pela Associação Profissional dos Sociólogos do Estado de São Paulo e contou com a participação de parlamentares e sindicalistas.

- **Junho de 1985: Reuniões Semanais do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte**
  - **Conteúdo:** "A Plenária Pró-Participação Popular na Constituinte já reúne mais de cem entidades em encontros semanais realizados na Faculdade de Direito da USP (Largo de São Francisco), nos quais se discute não apenas o conteúdo da futura Constituição, mas todo o processo de convocação e de mobilização e participação popular na Constituinte." (Movimento cresce com pequenas iniciativas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 7, 23 de junho de 1985)

- **Junho de 1985: Encontro das Nações Indígenas**
  - **Localização:** Goiânia
  - **Conteúdo:** As nações indígenas decidiram que querem participar da elaboração da nova Constituição, porque «esta lei trata de questões de interesse imediato dos índios, tais como o direito à terra e à incorporação dos índios à sociedade nacional: a influência na forma de organização do Estado brasileiro, para que respeite os povos indígenas e garanta a liberdade e participação de todos nas decisões do país." (Índios querem tomar parte na Constituinte. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 3924, 15 de outubro de 1985)

- **8 de Julho de 1985: Lançamento do Movimento Paranaense Pró-Participação Popular na Constituinte**

- **Julho de 1985: Encontro Estadual do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte de São Paulo**
  - **Localização:** Joinville
  - **Participantes:** O encontro contou com a presença de Dom Cândido Padim.

- **1, 2 e 3 de Agosto de 1985: Carta de Curitiba**
  - **Localização:** Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba/PR
  - **Objetivo:** ganhar apoio para a elaboração de uma Constituinte no Brasil.
  - **Participantes:** Juristas de diversas partes do Brasil. Os organizadores foram o Instituto dos Advogados do Paraná (IAP), o Instituto Internacional de Direito Público e Empresarial (IDEPE), a Associação Comercial do Paraná, a Prefeitura Municipal de Curitiba e o Centro Acadêmico Hugo Simas da UFPR. A lista de participantes se encontra no final da "Carta de Curitiba".
  - **Conteúdo:** A carta contém sugestões de juristas e políticos presentes ao encontro sobre uma constituição para o Brasil. Sugere, por exemplo:
    - Referendo popular sobre temas de destaque para a promulgação da Constituição
    - Candidaturas avulsas.

- **20 de Agosto de 1985: Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte Entrega a "Carta dos Brasileiros ao Presidente da República"**
  - **Localização:** Brasília
  - **Objetivo:** entregar o presidente da República, José Sarney, e aos presidentes da Câmara e do Senado, Ulysses Guimarães e José Fragelli, emenda ao projeto do governo de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, defendendo a exclusividade da Constituinte.
  - **Participantes:** Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. A delegação de **50 pessoas** que foi a Brasília foi composta de representantes de entidades de sete Estados.
  - **Conteúdo:**
    - "Foi nessa oportunidade que o Plenário de São Paulo adotou o *slogan* "Constituinte sem Povo não cria nada de novo" e um símbolo gráfico (dois homens e uma mulher segurando uma grande caneta como se fosse um aríete) que se difundiram por todo o Brasil, ligando os diferentes grupos que se mobilizavam." (Michiles *et all*, 1989, p. 44).
    - "A emenda do Plenário foi apresentada em Brasília, para coleta de assinaturas, pelo deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que encabeçou a lista, mas não conseguiu os dois terços do Congresso necessários à sua apresentação à comissão mista. Por isso, a emenda será levada como colaboração da sociedade civil de São Paulo. Em sua proposta, o Plenário quer eleições para a Constituinte em 15 de fevereiro de 1986 e instalada, com seiscentos membros, pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em 15 de abril. Essas eleições obedeceriam às normas do Código Eleitoral, "com as derrogações determinadas nesta emenda". Define também, que o mandato constituinte é "incompatível com o simultâneo exercício de qualquer função ou cargo público, eletivo ou não". O Plenário, em sua proposta, quer a criação de comissões consultivas municipais, encarregadas de formular sugestões para a elaboração da nova Carta." (Plenário vai apresentar propostas no DF. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 18 de agosto de 1985)
    - "Nessa caravana surgiu a decisão de criar um "Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte", marcando o primeiro encontro para o dia 14 de setembro de 1985 em São Paulo." (Michiles *et all*, 1989, p. 44).

- **3 de Setembro de 1985: Formação do Movimento Pró-Mulher**
  - **Localização:** Garvey Park Hotel – Brasília
  - **Objetivo:** debater o papel feminino na Constituinte
    - "O objetivo das reuniões do Movimento Pró-Mulher, disse ela (advogada Herilda Balduíno de Souza), é principalmente mobilizar as mulheres, chamando-lhes a atenção para a importância do momento constituinte, a fim de que se possa levar, através dos de- legados eleitos, as reivindicações e posicionamentos das mulheres, que deverão se transformar em normas constitucionais. A discussão, segundo ela, deve ser a mais descentralizada possível, em todos os níveis e grupos." (Mulheres lançam em Brasília Movimento Pró-Constituinte. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 3889, 04 de setembro 1985)

- **Participantes:** líderes do Grupo de Mulheres do GDF, da Cruz Vermelha, do Clupe Soroptimista da Brasília, da Associação da Mulher Profissional e de Negócios, da Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos, entre outras. Entre elas, Herilda Balduíno de Souza (advogada, ex-conselheira da OAB-DF), Luzia Rodrigues de Souza (vice-presidente da Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos) e Zilah Reis (Grupo Mulher Ação e Democracia).
- **Conteúdo:** O movimento definiu, além das linhas básicas de ação, a elaboração de uma Cartilha da Mulher, que deverá ser distribuída a todos os grupos e também a formação de uma comissão de trabalho.

➢ **5 a 9 de Setembro de 1985: Encontro de Nações Indígenas divulga a Carta da Ilha de São Pedro**
- **Localização:** Ilha de São Pedro, Terra Indígena Xokó, no lado sergipano do baixo São Francisco.
- **Objetivo:** Reivindicar um representante indígena por estado na Constituinte, a proteção e legalização das terras indígenas e o fim da meta de incorporação do índio à comunhão nacional (artigo 8º da então Constituição).
- **Participantes:** líderes de **14 nações indígenas** e de Álvaro Tukano, coordenador geral da UNI.

➢ **9, 10 e 11 de Setembro de 1985: II Semana "Fé e Compromisso Social" discute o tema "Povo de Deus e Constituinte"**
- **Participantes:** A organizadora do encontro foi a Arquidiocese de São Paulo
- **Conteúdo:** A Arquidiocese de São Paulo transformou em livreto as exposições dos participantes do II Encontro, afirmando que "o importante é que esse conteúdo seja estudado, divulgado, e que ajude nossas comunidades, grupos de trabalho, leigos, sacerdotes, religiosos e religiosas a participarem na elaboração da nova Constituição Brasileira." (Arquidiocese de São Paulo (Org.). "Povo de Deus e Constituinte: Constituição justa e para valer". São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 5).

➢ **PREVISÃO 12 de Setembro de 1985: Constituinte Simulada**
- **Objetivo:** promover uma Constituinte simulada, durante a qual os vários segmentos e setores sociais vão defender as suas propostas para uma nova Constituição.
- **Participantes:** várias entidades, entre as quais a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Comissão Justiça e Paz e Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea)

➢ **14 de Setembro de 1985: 1º Encontro do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte**
- **Conteúdo:** "A fórmula 'Plenário Nacional' foi mantida até pouco depois do início dos trabalhos constituintes, quando se considerou que a estrutura informal de alguns plenários tornava impraticável a formação de um 'Plenário Nacional'. A instância de articulação passou a ser então o 'Secretariado Nacional dos Plenários', criado em 8 de dezembro de 1985 e instalado no Rio de Janeiro, cuja atuação passou a ser decisiva nas iniciativas tomadas pelos plenários. A função coordenadora desse secretariado coube a Regina Prado." (Michiles *et all,* 1989, p. 45).

- **Setembro de 1985: Criação da União Democrática Ruralista (UDR)**
  - **Objetivo:** criação da União Democrática Ruralista (UDR).
  - **Participantes:**
  - **Conteúdo:**
    - A UDR se estabeleceu provisoriamente na sede e sob a tutela da Federação da Agricultura do Estado de Goiás e do Distrito Federal (FAEG/DF)
    - É eleito um presidente e uma coordenação exercida por 4 pessoas.
    - **Entidades Vinculadas:**

      1) Associação Goiana de Criadores de Zebu (AGCZ)
      2) Associação Goiana de Criadores de Nelore (AGCN)
      3) Associação Goiana de Criadores de Gir (AGCG)
      4) Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA)
      5) Associação dos Produtores Rurais do Norte de Goiás (AFA), anteriormente conhecida por Associação dos Fazendeiros de Araguaína
      6) Associação dos Fazendeiros do Xingu (ASFAX)
    - **Justificativa:**
      a) Divulgação, em maio de 1985, do documento "Proposta para Elaboração do 1º PNRA da Nova República" pelo Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD)
      b) "Levado o assunto para as associações de produtores rurais existentes no Estado, verificou-se a dificuldade de fazer com que as mesmas se dedicassem ao exame da questão com a profundidade, o empenho e a agilidade que o exíguo prazo estabelecido pelo MIRAD exigia. Tais associações, além de estarem voltadas para um determinado setor da atividade agropecuária, com limitações inclusive estatutárias, tinham suas áreas de atuação restritas a certas regiões do território goiano, não congregando, dessa forma, todos os empresários do ramo.
    - **Formação:** "Após um processo de maturação ao longo de, aproximadamente, seis meses, chegou a UDR à Assembleia Geral de sua constituição, quando teve aprovado os seus estatutos. Nesse ínterim, foram realizados diversos eventos, como leilões para angariar fundos, encontros, reuniões com integrantes de outras associações e com empresários rurais de GOIÁS e de outras Unidades da Federação, debates com Secretários de Estado e parlamentares e audiências com diversas autoridades dos Governos Estadual e Federal, destacando-se as com o Governador do Estado, os Ministros da Agricultura e da Reforma Agrária e com o Presidente da República. Os dirigentes da UDR compareceram a um sem número de programas de rádio e televisão e concederam entrevistas a jornais e revistas." (UDR – Bloco 1)

- **Setembro de 1985: Leilão de Gados da UDR**

- **Localização:** Goiânia
- **Participantes:** União Democrática Ruralista
- **Conteúdo:** Foi realizado um leilão com 1.461 bois, arrecadando perto de Cr$2 bilhões.

- **Setembro de 1985: Formação do Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte de Minas Gerais**

- **3 de Outubro de 1985: Manifestação Pública pela Participação Popular na Constituinte**
  - **Localização:** Belo Horizonte/MG
  - **Objetivo:** criação e organização do "Movimento Pró-Participação Popular na constituinte (Seção Minas Gerais).
  - **Participantes:** cerca de **400 pessoas** participaram.
    - A mesa foi composta pelo Bispo de Caxias/RJ, por um padre da Coordenação Pastoral da Cidade Industrial (Belo Horizonte), por um padre da Comissão Pastoral da Terra/MG e pelo José Márcio, representante do Sindicato dos Engenheiros de MG.
    - Entre o público, estava um deputado federal e um vereador do PT, assim como o candidato a prefeito de Belo Horizonte do PT.
  - **Conteúdo:** O Bispo criticou a "comissão de notáveis" escolhida pelo Governo, "proclamando que só a efetiva participação popular na elaboração da Constituinte dar-lhe-á legitimidade" (Bloco 1).
  - **Obs:** A "Carta Aberta" do MPPC foi lida e se acolheu assinaturas de pessoas e entidades em apoio.

- **5 de Outubro de 1985: Movimento Universitário Por Uma Constituinte Livre, Soberana e Democrática**
  - **Localização:** Juiz de Fora
  - **Objetivo:** distribuir panfletos convocando para uma manifestação universitária no dia 9 e colher assinaturas para a "Carta Aberta" do Movimento pela Participação Popular na Constituinte.
  - **Participantes:** estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, membros do "Movimento Universitário Por Uma Constituinte Livre, Soberana e Democrática".
  - **Conteúdo:** a "Carta Aberta" rejeita a emenda Sarney (que atribui poderes constituintes ao Congresso) e exige a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, ela exige também a participação popular na elaboração da Constituição, a prévia retirada do "entulho autoritário e a aprovação de leis que cerceiam o uso e abuso do poder econômico na eleição dos constituintes" (Bloco 1).

- **9 de Outubro de 1985: Movimento Universitário Por Uma Constituinte Livre, Soberana e Democrática**
  - **Localização:** Juiz de Fora
  - **Objetivo:** ato em prol de uma Constituinte Livre, Soberana e Democrática.
  - **Participantes: 150 pessoas** se reuniram no Parque Halfeld.
    - Falaram um estudante organizador do ato, um militante do MR-8, o líder dos previdenciários de Juiz de Fora, um membro do Movimento Cultura Livre, um Militante do PDT, um Vereador do PCB e um representante da Sociedade Cultural Quilombo dos

Palmares.

- **Conteúdo:** "Conclamou o povo a discutir os temas referentes a nova Constituição ressaltando: "não devemos deixar que o Governo e o Congresso discutam por nós os nossos direitos. Se os brasileiros cruzarem os braços vamos correr o risco de termos uma Constituição conservadora".

- **10 e 11 de Outubro de 1985: Reunião da União das Nações Indígenas sobre a Constituinte**
  - **Localização:** Goiânia
  - **Objetivo:** Debater e divulgar carta reivindicando a representação indígena na Constituinte
  - **Conteúdo:**
    - "Decidimos participar da elaboração da nova Constituição, pois essa lei trata de questões de interesse imediato dos povos indígenas", dizia o documento final do encontro. A representação se faria através de 10 indígenas, dois por cada região do país, escolhidos pelas comunidades de cada região, e não submetidos "ao sufrágio universal e secreto e nem à forma de representação partidária" (CIMI. UNI estuda participação indígena na Constituinte. In: *Porantim*. Brasília, ano VIII, nº 81, nov. 1985, p. 3)
    - "a UNI concluiu que quer participar da Constituinte «através de representantes eleitos e indicados pelas próprias comunidades indígenas, não submetendo esses membros ao sufrágio universal e secreto e nem à forma de representação partidária». Isso se devem, segundo o documento, ao fato de que a população indígena brasileira, constituída de grupos étnicos diversos, que vivem em estágios culturais diferentes, mantém formas comuns de representação de seus interesses, os quais são diferenciados daqueles da sociedade nacional e da forma dela os representar. Os índios exigem, ainda, a sua presença na Assembleia Nacional Constituinte, entre outros motivos «porque todas as leis sobre os povos indígenas foram elaboradas» sem a sua participação. Eles querem integrá-la» com dois representantes — cada um com seu suplente — por região política em que o Brasil está dividido (Norte, Sul. Sudeste, Centro-Oestee Nordeste)." (Índios querem tomar parte na Constituinte. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 3924, 15 de outubro de 1985)

- **14 de Outubro: Entrega do documento com as reivindicações da UNI ao Ministro da Justiça da Justiça e aos deputados da Comissão Mista do Congresso Nacional que discutia a convocação da ANC**
  - **Objetivo:** entregar o documento elaborado no encontro da UNI dos dias 10 e 11 de outubro com as reivindicações das lideranças indígenas ao Ministro da Justiça da Justiça, Fernando Lyra, e aos deputados da Comissão Mista do Congresso Nacional que discutia a convocação da ANC.

- **1 a 15 de Outubro de 1985: Campanha dos Plenários em defesa de uma Constituinte Livre, Exclusiva e Soberana – Telegramas e Cartas para o Relator Flávio Bierrenbach**

- **Objetivo:** pressionar o relator da emenda de Sarney que dava poderes constituintes ao próximo Congresso a defender uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva.
- **Participantes:** A campanha surgiu de forma relativamente espontânea nas reuniões do Plenário Pró-Participação Popular na Constitutinte. Uma associação afirmou que enviaria cartas e telegramas para Bierrenbach e a ideia foi seguida e difundida pelas outras associações participantes. No fim, Bierrenbach apresentou à Comissão e aos meios de comunicação uma enorme mala contendo 70 mil telegramas e cartas recebidas de todo o país.
- **Conteúdo:** "Finalmente, no dia 15 de outubro, o relator surpreendeu com um relatório apoiado num grupo de juristas de São Paulo e contendo inovadoras propostas. Em brilhante parecer, o deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach propôs a realização prévia de um plebiscito para que o povo se definisse por uma Constituinte congressual ou exclusiva, a não coincidência da eleição constituinte com a dos governadores, o funcionamento de uma comissão legislativa enquanto estivesse sendo elaborada a Constituição, a coleta de sugestões para a Constituinte através das câmaras municipais e outras propostas interessantes." (Michiles *et all,* 1989, p. 30)

- **16 a 19 de Outubro de 1985: II Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte**
  - **Localização:** Brasília
  - **Participantes:** O congresso foi organizado pela OAB. Além dos advogados, contou com a presença da UNI, levando as reinvindicações das lideranças indígenas para a Constituinte.

- **Outubro de 1985: Plenária Nacional da Conclat (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora)**
  - **Objetivo:** articular forças para que em vários estados sejam lançadas candidaturas de "representantes do movimento sindical"
  - **Participantes:** o coordenadora da entidade era Joaquim dos Santos Andrade.

- **19, 20 e 21 de Novembro de 1985: 2ª Caravana à Brasília dos Plenários**
  - **Localização:** Brasília
  - **Objetivo:** Acompanhar a votação da emenda de Sarney de instituição de poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 1986.
  - **Participação: 73 pessoas** vindas de 5 Estados
  - **Conteúdo:** A aprovação da emenda foi uma grande derrota do movimento.

- **Fim de Novembro de 1985: fundação da Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC)**
  - **Localização:** Rio de Janeiro
  - **Participantes:** representantes do movimento ecológico do RS, SC, PR, SP, RJ e MG.

- **3 de Dezembro de 1985: Assembleia de Constituição da UDR**
  - **Objetivo:** concretização da fundação e aprovação do seu Estatuto. Assim como a Constituição da Diretoria Provisória

- **Organização:** a UDR se estrutura com os seguinte Órgãos:
  1) Assembleia Geral dos Associados;
  2) Conselho de Planejamento;
  3) Conselho Fiscal;
  4) Diretoria Executiva;
  5) Gabinete da Presidência;
  6) Seções Estaduais;
  7) Comissões Municipais
  - O Conselho de Planejamento da UDR, apontado na Assembleia de Constituição trás 30 titulares e 28 suplentes. O Conselho Fiscal é composto por 3 efetivos e 3 suplentes.
- **Participantes:** alguns dos participantes foram:
  - **Diretoria Provisória:**
    - Jairo Andrade (diretor)
    - Valdez Aires Vasconcelos (secretário)
  - **Suplentes do Conselho de Planejamento:**
    - Antonio Flávio de Lima
    - Itamar Bernardino
    - Jerônimo Maia de Mendonça
    - João Gouveia
    - Ailton C. Barra
    - José Seroni
    - Ubiratan Pereira de Rezende
    - Paulo Roberto Cunha
    - Argemiro Marques Palmeira
    - Milton Nunes de Rezende
    - Antonio Pompeu de Pina
    - Fernandino Nunes Vilela
    - José Eduardo Fleury
    - Ruy Jacinto
    - Marcos Ribeiro
    - Getúlio de Oliveira
    - Romeu Pinus(?) de Campos Júnior
    - Hugo Vilela
    - Serafim Rodrigues de Morais
    - Lourival Lousa
    - Constantino Cunha Guimaraes
  - **Conselho Fiscal:**
    - Vagney Azevedo Leão
    - Roberto Guedes Coelho
    - Iron Gomes
  - **Suplentes do Conselho Fiscal:**
    - Lady Alves Barnabé
    - Guido Mohn
    - Jerônimo Alves de Amorim
- **Conteúdo:** o item 15 do estatuto afirma como sendo uma das funções da UDR: "Defender todos os direitos e interesses dos seus associados perante qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, com o mesmo porte de ameaça a esses direitos e interesses, com assistência integral, de qualquer natureza". (UDR – Bloco 1; grifo meu)

- **7 e 8 de Dezembro de 1985: Encontro Nacional de Plenários e Movimentos e Criação da Secretaria Executiva Nacional Provisória dos Plenários**
  - **Localização:** Rio de Janeiro
  - **Participantes:** Participaram **93 pessoas** vindas de 11 estados. A função de coordenadora desse secretariado coube a Regina Prado.
  - **Conteúdo:** Criação do Secretariado Nacional dos Plenários (que se consolidou depois como Secretaria de Intercomunicação e Serviços) e formação de um grupo de trabalho para preparar instrumentos que facilitassem e garantissem o encaminhamento de propostas da sociedade civil para a nova Constituição.

- **15 e 16 de Dezembro de 1985: Plenária Nacional da CUT**
  - **Conteúdo:** A Central Única dos Trabalhadores (CUT) deve apoiar "os candidatos comprometidos com a luta dos trabalhadores".
  - **Participantes:** o secretário de imprensa da entidade era Gilmar Carneiro dos Santos.
  - **Conteúdo:** ""A CUT não lançará boletins dizendo que apoia determinada candidatura", explicou Gilmar Carneiro dos Santos, secretário de Imprensa da entidade. A estratégia é tentar assegurar a participação de candidatos comprometidos com as lutas dos trabalhadores, mas não haverá representantes da entidade disputando as eleições.

    Segundo Gilmar Carneiro, a CUT lançaria candidatos se estes fossem avulsos, mas repudia a forma, de convocação da Constituinte. Mesmo assim, alguns membros da executiva devem disputar as eleições: Jacó Bittar e Paulo Renato Paim são dois exemplos (ver matéria abaixo). O Sindicato dos Bancários de São Paulo também deve apresentar uma dupla para disputar os cargos de deputado estadual e federal. Mas as eleições, neste caso, serão disputadas em nome do PT, porque a "CUT é uma entidade pluripartidária", explicou Gilmar." (A articulação dos sindicalistas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 18 de dezembro de 1985)

- **Criação da Associação Brasileira de Apoio à Participação Popular na Constituinte**
  - **Objetivo:** o objetivo da ABAP era dar base legal e apoio jurídico às atividades e decisões tomadas pelo Plenário.
  - **Conteúdo:** A ABAP foi criada no âmbito do Plenário de São Paulo.

- **Dezembro de 1985: Leilão de Gados da UDR**
  - **Localização:** Presidente Prudente
  - **Participantes:** União Democrática Ruralista
  - **Conteúdo:** Foi realizado um leilão que arrecadou cerca de Cr$2,5 bilhões.

# 1986

- **Fevereiro de 1986: 2º Encontro da Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC)**
  - **Localização:** Curitiba
  - **Participantes:** representantes do movimento ecológico do RS, SC, PR,

SP, RJ e MG.

- **Conteúdo:** "Neste Encontro estabeleceu-se os parâmetros gerais da plataforma ecologista nacional para a Constituinte; ecodesenvolvimento, pacifismo, descentralização das fontes energéticas (contra as usinas nucleares e as grandes hidroelétricas), qualidade de vida, função social e ecológica da propriedade, justiça social, democracia participativa, reforma agrária ecológica, descentralização e democratização do sistema de comunicação de massa, educação ambiental generalizada." (VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico No Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecopolítica. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 3, 1987, p.15)

- **11, 12, 13 e 14 de Março de 1986: 3ª Caravana à Brasília dos Plenários**
  - **Localização:** Brasília
  - **Objetivo:** Entregar "aos presidentes do Senado e da Câmara um abaixo-assinado com 19.214 assinaturas pedindo a "revisão da proporcionalidade na representação de cada Estado no Congresso, o impedimento de os senadores eleitos em 1982 se tornarem constituintes penetras e a necessidade de referendo popular para homologar a Constituição que fosse elaborada." (Michiles *et all,* 1989, p. 46).
  - **Participantes: 120 pessoas** de 8 estados.
  - **Conteúdo:**
    - "Essa caravana, mais do que as anteriores, prefigurou o que seria a presença popular no recinto da Constituinte. Criando condições para que os parlamentares se entrosassem com os movimentos populares que lutavam pela sua participação no processo constituinte, elas mudavam um pouco os hábitos da vida parlamentar. Determinados partidos, como o PT, o PDT e setores do PMDB já começavam a dar um apoio explícito às caravanas que se apresentavam na capital federal. (...) Nessa terceira caravana se tornou mais claro, para os seus participantes, o que poderia vir a ser um "*lobby* popular", como instrumento de pressão quando se elaborasse a Constituição." (Michiles *et all,* 1989, p. 47).
    - A não aceitação do projeto de lei proposto por um grupo de trabalho de São Paulo (por meio de um deputado do PMDB) que procurava diminuir o "falseamento da representação parlamentar" foi a segunda grande derrota dos plenários.

- **Março de 1986: 8ª Conferência Nacional de Saúde**
  - **Participantes:** cerca de **cinco mil delegados** de dezenas de entidades sindicais, de moradores, de instituições oficiais e partidos políticos). O presidente da Conferência foi Sérgio Arouca, o mesmo que posteriormente defendeu a emenda popular subscrita por 167 entidades que compunham o Movimento Sanitário Brasileiro.

- **Abril de 1986: 24ª Assembleia Geral da CNBB e distribuição do documento "Por uma Nova Ordem Constitucional: declaração pastoral"**
  - **Objetivo:** garantir e estimular a participação da sociedade no debate constitucional.
  - **Participantes:** realizada pela CNBB, a cartilha é prefaciada pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin (coordenador da Comissão Especial de

Assessoria à presidência da CNBB sobre questões Constitucionais).

- **Conteúdo:**
  - **"**A nova Constituição brasileira "será tanto mais democrática quanto mais for expressão das aspirações de todos os segmentos da população" e "seu conteúdo deve estar centrado na defesa dos direitos humanos e na definição de uma ordem económica e social justa, que abra caminhos estáveis para a vida politica"." (CNBB divulga cartilha sobre nova Constituição. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 de abril de 1986)
  - A cartilha tem dois capítulos ("Constituinte, grande momento de participação nacional" e "Constituinte e Constituição") e apresenta uma bibliografia básica sobre o tema, com livros dos juristas Dalmo Dallari e Raymundo Faoro, do historiador Caio Prado Jr. e do bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, entre outros autores.
  - "A cartilha diz ainda que "a hora é de mobilização para criar consciência do dever de participar, criar opinião pública e discutir o próprio conteúdo básico da lei maior de todos os brasileiros"."(CNBB divulga cartilha sobre nova Constituição. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 de abril de 1986)

- **Abril de 1986: Criação do Movimento Popular na Constituinte de Pernambuco**
  - **Conteúdo**: Após uma fusão com outros movimentos, se cria o "Movimento Unificado Constituinte Popular de Pernambuco".

- **Abril de 1986: Criação da Assembleia Municipal Pró-Constituinte em Vilha Velha**
  - **Localização:** Vilha Velha, Espírito Santo.

- **Abril de 1986: 3º Encontro da Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC)**
  - **Localização:** Itapecerica da Serra, SP.
  - **Participantes:** representantes do movimento ecológico do RS, SC, PR, SP, RJ e MG.
  - **Conteúdo:** "Os 3º e 4º Encontros do CIEC (Itapecerica da Serra, SP, em abril e em Brasília em junho) fracassam na tarefa a que se tinha proposto o 2º Encontro de realizar um debate teórico em profundidade sobre os fundamentos da Ecologia Política com o objetivo de elaborar uma plataforma extensa e precisa para a Constituinte." (VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico No Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecopolítica. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 3, 1987, p.15)

- **24, 25 e 26 de Maio de 1986: Encontro do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte**
  - **Localização:** Rio de Janeiro
  - **Objetivo:** Organizar o movimento popular na Constituinte.
  - **Participantes: 150 pessoas** de 10 Estados
  - **Conteúdo:** "Decidiu-se declarar o dia 7 de setembro de 1986 como o "1º Dia Nacional Constituinte", no quadro de um projeto intitulado "O povo discute o Brasil". Esse projeto visava recolher os resultados da discussão popular sobre o conteúdo da nova Constituição, no dia 7 de setembro, em

festas, comícios e assembleias, e preparar um texto com as "Propostas do povo para o Brasil". Esse texto seria encaminhado aos candidatos a deputado e senador, para obter o seu comprometimento com o que seria uma plataforma popular para a nova Constituição." (Michiles *et all,* 1989, p. 49).

- "Nessa mesma reunião nacional, decidiu-se que um grupo de trabalho se constituísse em São Paulo para propor aos demais plenários e movimentos do Brasil sugestões de instrumentos de participação popular a serem conquistados. Era o início do processo que culminaria com a adoção da "iniciativa popular" no regimento interno da Constituinte (...) e a apresentação de uma emenda popular com mais de 400 mil subscrições sobre o mesmo tema." (Michiles *et all,* 1989, p. 49).

- **Maio de 1986: Encontro da União das Nações Indígenas para elaboração do "Programa Mínimo de Campanha Pré-Constituinte"**
  - **Localização:** São Paulo
  - **Objetivo:** elaborar um "Programa Mínimo de Campanha Pré-Constituinte".
  - **Participantes:** Coordenadores regionais da UNI, juristas e entidades ligadas à causa dos direitos indígenas. Entre os presentes, estavam os juristas Dalmo Dallari e Carlos F. Marés de Sousa Filho (CPI-SP), a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e o assessor jurídico do Cimi, Paulo Machado Guimarães.
  - **Conteúdo:**
    - O texto, chamado **"Programa Mínimo"** para os direitos indígenas na Constituinte, recebeu a assinatura de **29 entidades** indigenistas, centrais sindicais e associações profissionais e científicas.

- **Maio de 1986: Criação da Coordenação Nacional em prol dos direitos dos índios na Constituinte**
  - **Objetivo:** monitorar a evolução da discussão sobre os direitos indígenas na Constituinte.
  - **Participantes:** a coordenação nacional era formada pela UNI, Cimi, Inesc e pelo Cedi.
  - **Conteúdo:** a coordenação foi criada no encontro da UNI.

- **Maio de 1986: 1º Encontro Nacional de Entidades Ecologistas Autônomas**
  - **Localização:** Belo Horizonte
  - **Participantes:** mais de mais de uma centena de associações, a grande maioria delas dos Estados do Sul-Sudeste, mas incluindo pela primeira vez no debate nacional de ecologistas urbanos algumas associações do Nordeste, Norte e Centro-Oeste.
  - **Conteúdo:** "Os debates duram quatro dias, organizados em várias áreas temáticas: ecodesenvolvimento, educação ambiental, reforma agrária ecológica, comunicações alternativas e relações internacionais e meio ambiente. Reafirma-se uma vez mais o consenso em relação à importância de uma participação incisiva na Constituinte, mas os debates tornam-se extremadamente difíceis e ásperos quando se discute a problemática do Partido Verde. A maioria das entidades representadas no Encontro teme uma fundação apressada do Partido Verde que possa vir dispersar as energias dedicadas cotidianamente ao trabalho de base e possa atrair para

o partido vastos contingentes de oportunistas que poluiriam no seu nascedouro a proposta. (Um argumento desenvolvido contra o Partido Verde encontra-se em Schinke, 1985.).” (VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico No Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecopolítica. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 3, 1987, p.16)

- **2, 3 e 4 de Junho de 1986: Iº Congresso Nacional em Defesa da Família e dos Valores da Civilização Cristã**
  - **Localização:** Brasília (Auditório Petrônio Portela – Senado)
  - **Objetivo:**
  - **Participantes:** Delegações de vários Estados reuniram-se no Palácio das Convenções de Brasília para debater o temário proposto. A Comissão Executiva teve à sua frente a professora Maria Cora Menna Barreto Monclaro, que contou com a ajuda do seu marido, Dr. Amaury de Souza Melo. O Congresso contou com a presença do senador José Frageli, presidente do Senado Federal, e de vários parlamentares.
  - **Conteúdo:**
    - Na Comissão da defesa da família e dos valores da civilização crista, debateu-se a família e a Constituinte, a legislação em defesa da família e a problemática da censura.
    - “As conclusões dos trabalhos, em relatório a ser apresentado às autoridades, são precedidas de um preâmbulo em que se afirma a ideia essencial do Congresso: a família é anterior ao Estado e o casamento é uma instituição natural e divina.” (Uma pré-constituinte em defesa da família. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, p. 30, 11/06/ de 1986)

- **26 de Junho de 1986: Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte aprova a Plataforma Mínima de Propostas Populares**
  - **Conteúdo:** A Plataforma seria votada em 20 de setembro de 1986 com a adesão de vários candidatos a parlamentares constituintes.

- **Junho de 1986: 4º Encontro da Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC)**
  - **Localização:** Brasília.
  - **Participantes:** representantes do movimento ecológico do RS, SC, PR, SP, RJ e MG.
  - **Conteúdo:** “Os 3º e 4º Encontros do CIEC (Itapecerica da Serra, SP, em abril e em Brasília em junho) fracassam na tarefa a que se tinha proposto o 2º Encontro de realizar um debate teórico em profundidade sobre os fundamentos da Ecologia Política com o objetivo de elaborar uma plataforma extensa e precisa para a Constituinte.” (VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico No Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecopolítica. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol. 3, 1987, p.15)

- **Junho de 1987: II Congresso de Ecologistas e Pacifistas**
  - **Localização:** São Paulo
  - **Conteúdo:** “Na pauta constavam, dentre outras discussões, a organização do Movimento, sua relação com o Estado, a questão nuclear e a estratégia de participação na Constituinte através das Listas Verdes.” (ZHOURI, Andréa Luisa Moukhaiber. *Discursos Verdes:* as práticas da ecologia. [Dissertação de Mestrado] Dep. De Antropologia Social do Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 57)

- **18 de Agosto de 1986: Encontro preparatório à convenção nacional sobre "O Negro e a Constituinte"**
  - **Localização:** Belo Horizonte
  - **Objetivo:** encontro preparatório à convenção nacional sobre "O Negro e a Constituinte".
  - **Participantes:** cerca de **70 negros.** Entre eles, José Dias Pereira (integrante do Movimento Negro Unificado) e Silvani dos Santos Valentim, (grupo de União e Consciência Negra)
  - **Conteúdo:**
    - "Eles discutiram o apoio a candidatos, negros ou brancos, identificados com a luta contra a discriminação à raça negra e teses que pretendem ver incluídas na próxima Constituição brasileira." (Negros discutem reivindicações à Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1986)
    - "Em relação à terra, ele querem a modificação do conceito de propriedade rural, ou seja, a terra vista como uma questão social; o acesso aos meios de produção rural, desde a terra até a comercialização da produção, passando pela assistência técnica; a preservação ambiental e das terras indígenas; a criação de uma confederação para financiamento a pequenos produtores, sob controle destes, e a educação voltada para a agricultura.

      Em relação ao trabalho, além de defenderem reivindicações gerais (como salário mínimo real, liberdade e autonomia sindical, jornada de trabalho de 40 horas semanais, pleno direito de greve e estabilidade, entre outros) os negros querem o fim da exigência do item "boa aparência" para admissão em empregos (que, segundo afirmaram, se baseia em uma "estética branca", que dificulta o acesso dos negros ao mercado de trabalho) e o reconhecimento da profissão de doméstica (em que atua uma maioria de mulheres negras) com todos os direitos garantidos aos outros trabalhadores.

      Questões específicas dos negros foram também discutidas, nos temas cultura negra e educação. Eles querem a inclusão da história da África, dos negros no Brasil e de línguas africanas nos currículos escolares e a proibição formal da veiculação de ideias racistas e machistas nas escolas. Querem, ainda, mais verbas para a educação, melhores salários e condições de trabalho para os professores, 8 horas diárias de permanência das crianças nas escolas e a garantia de acesso à educação gratuita, desde o pré-escolar, até a universidade.

      Os negros pretendem resgatar a lei Afonso Arinos, com o estabelecimento de novas sanções para casos de discriminação; o estabelecimento de indenização por perdas e danos aos discriminados e a criação de um fórum para o debate da questão racial. A criação de espaços voltados para a cultura negra; de centros sociais nas periferias das grandes cidades; o acesso à saúde; a garantia de pagamento de salários iguais para trabalhos iguais e a criação de creches, pelo governos, são também reivindicações dos negros mineiros." (Negros discutem reivindicações à Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18

de agosto de 1986)

- **23 e 24 de Agosto de 1986: Movimento de Participação Popular na constituinte – Paraná**
  - **Localização:** Curitiba/PR
  - Realizaram uma Plenária Estadual em Curitiba. "Nestes dias com a presença de representantes de todo o Estado, foram relatados os encaminhamentos municipais ou regionais das Assembleias Populares para a Assembléia de 07 SET 86, bem como foram discutidos os rumos do M.P.P.C. no Paraná" (SNI, Bloco 1)

- **26 e 27 de Agosto de 1986: Convenção Nacional do Negro pela Constituinte:**
  - **Localização:** Conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal - Brasília
  - **Objetivo:** decidir as reivindicações do Movimento Negro para a Constituinte, assim como as formas de pressão sobre a mesma.
  - **Participação: 185 representantes de 63 entidades** (de 16 estados). A coordenação da Convenção foi do Movimento Negro Unificado e do Centro de Estudos Afro-Brasileiros.

- **31 de Agosto de 1986: Encontro Mineiro de Associações Comunitárias Pela Constituinte**
  - **Localização:** Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)– Belo Horizonte/MG.
  - **Objetivo:** debater formas de luta para a Assembleia Nacional Constituinte e elaborar as pautas de reivindicações populares.
  - **Participantes:** cerca de **500 pessoas** que representaram **85 associações comunitárias** de Belo Horizonte e do interior do Estado. O evento foi coordenado por Dalva Estela Rodrigues Medeiros – presidente da Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte e secretária da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM). O evento contou com o apoio da CGT, PCB, UNE e outros sindicatos.
  - **Conteúdo:** debateu-se vários temas, como Constituição e Participação Popular, Reforma Agrária, Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Programa de Governo, e Violência e Segurança.

- **Agosto de 1986: 2º Congresso Nacional da CUT**
  - **Localização:** Rio de Janeiro
  - **Conteúdo:** As resoluções do Congresso serviram de base para a elaboração da primeira versão da "Plataforma dos Trabalhadores para a Constituição"

- **7 de Setembro de 1986: 1º Dia Nacional Constituinte**
  - **Localização:** várias cidades do Brasil.
  - **Objetivo:** comícios, festas e assembleias que visavam recolher os resultados da discussão popular sobre o conteúdo da nova Constituição e preparar um texto com as "Propostas do povo para o Brasil". Esse texto seria encaminhado aos candidatos a deputado e senador, para obter o seu comprometimento com o que seria uma plataforma popular para a nova Constituição.
  - **Participação:** em São Paulo, na praça da Sé, foi realizado um comício com cerca de **3.000 pessoas**.

- **Conteúdo:** No comício de São Paulo, "inverteram-se os papéis: os representantes de grupos e movimentos populares que haviam trazido suas propostas subiram no palanque, para apresentá-las, e os políticos e candidatos se mantiveram na rua, para ouvi-los." (Michiles *et* all, 1989, p. 49).

- **11 e 12 de Setembro de 1986: Encontro Nacional da UDR**
  - **Localização:** Goiânia
  - **Conteúdo:** elaborou-se um documento com a sua linha de conduta:
    1. Defender a livre iniciativa e a democracia;
    2. Apoiar o produtor rural, pequeno, médio e grande;
    3. Valorizar o trabalho do produtor rural junto à opinião pública
    4. Colaborar e participar da colonização de terras que objetivem a ampliação da fronteira agrícola;
    5. Despertar a atenção do Governo e da sociedade para as necessidades do campo;
    6. Defender, de acordo com a lei, o produtor rural das desapropriações ideológicas e políticas;
    7. Participar, efetivamente, das decisões políticas;
    8. Incentivar e colaborar com as iniciativas que objetivem o aumento da produção e da produtividade agropecuária
    9. Estabelecer diálogo franco e respeito mútuo entre o Governo, os produtores rurais, a imprensa e a sociedade;
    10. Apoiar e participar dos movimentos que busquem edificar, cada vez mais, a justiça social e desenvolver as condições de vida do povo brasileiro.

- **20 de Setembro de 1986: Reunião do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte e Ato Solene de Adesão de Candidatos a uma plataforma mínima com 53 propostas**
  - **Localização:** Faculdade de Direito da USP
  - **Objetivo:** aprovar uma plataforma mínima de programa dos movimentos populares para que os candidatos se comprometam a ela.
  - **Participantes:** Dois dos coordenadores do Plenário eram o advogado Carlos Eduardo Di Pietro, e o arquiteto Francisco Whitaker Ferreira.
    - Entre os candidatos que já se dispuseram a subscrever a plataforma estão os deputados Fernando Santana (PCB-BA), Elquisson Soares (PDT-BA), Airton Soares (PMDB- SP), Alberto Goldman (PCB-SP), Irma Passoni (PT-SP), Aurélio Peres (PC do B-SP), Freitas Nobre (PMDB-SP), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Nadyr Rossetti (PDT- -RS) e Manoel Costa Jr. (PMDB- MG). Além destes, os candidatos Hélio Bicudo (PT), Martha Godinho (PMDB), Rodolfo Konder (PCB), Audálio Dantas (PMDB) e Luís Eduardo Greenhalgh (PT), todos de São Paulo.
  - **Conteúdo:**
    - **"**Entre as propostas da plataforma estão: o direito de sindicatos e associações profissionais, culturais e estudantis apresentarem projetos de lei ao Congresso; participação de entidades da sociedade civil nas discussões das comissões do Congresso constituinte; referendo popular da futura Constituição; revogação

dos mandatos de parlamentares que não estejam cumprindo suas funções; direito amplo de greve e sindicalização do funcionalismo público; criminalização da tortura; perda sumária da propriedade urbana ou rural nos casos que a lei dispuser; extinção do Senado; e exame das negociações da divida externa pelo Congresso." (Plenário quer ter bancada no Congresso constituinte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 20 de setembro de 1986)

- "A essa altura, no entanto, o trabalho já se ressentia das dificuldades criadas pela campanha eleitoral, que absorviam a maioria dos que até então tinham participado do processo de mobilização popular." (Michiles *et* all, 1989, p. 49).

- **Setembro de 1986: Reunião da Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC)**
  - **Localização:** Rio de Janeiro
  - **Conteúdo:** A sua coordenadoria estava desmembrada por conta dos desentendimentos entre seu antigo coordenador (Paulo Moura) e o grupo paulista, que passou da responder pela CIEC na figura de Luiz Carlos de Barros (do MAPE). (Cf. ZHOURI, Andréa Luisa Moukhaiber. *Discursos Verdes:* as práticas da ecologia. [Dissertação de Mestrado] Dep. De Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 107)

- **27 de Outubro de 1986: Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC) lança a Lista Verde**
  - **Objetivo:** divulgar e apoiar os candidatos alinhados com os interesses do movimento ecológico
  - **Participantes:** O coordenador da CIEC em São Paulo era, na época, Luiz Carlos de Barros.
  - **Conteúdo:**
    - a Lista Verde é publicada com o apoio da revista Pensamento Ecológico (do MAPE – Movimento Arte e Pensamento Ecológico)
    - "A Lista Verde da CIEC era composta por 15 candidatos, sendo 6 federais – 2 do PSB, 2 do PT, 1 do PMDB e 1 do PTB – e 9 estaduais – 4 do PMDB, 2 do PSB, 2 do PT e 1 do PDT." (ZHOURI, Andréa Luisa Moukhaiber. *Discursos Verdes:* as práticas da ecologia. [Dissertação de Mestrado] Dep. De Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 108)
    - "The Green List presented a juxtaposition of 18 subjects. Socio-environmentalist issues were related to the impact of environmental damage on the urban ('humanization and end of pollution in the cities – sanitation and garbage recycling') and rural (health problems caused by agro-toxins) style of life; working conditions, urban poverty and concerns of social groups living in forest areas, including indigenous people. Countercultural issues revolved around pacifism ('end of army industry'), democratization of social relations ('end of racial, sexual, religious or ideological prejudice') and a plea for alternative styles of life. There were only two conservationist issues present: 'preservation of national fauna' and of Brazilian

ecosystems. A fourth group of themes re-worked the re-democratization movement agenda: decentralizing political and economic systems, local power, democratization of media, etc." (ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *The Formation of the Brazilian Environmental Movement.* Brigthon: Institute of Development Studies Working Paper, 2005, p. 15)

- **Outubro de 1986: O grupo Ação Ecológica de São Paulo e APEDEMA-SP lançam uma outra Lista Verde**
  - **Objetivo:** divulgar e apoiar os candidatos alinhados com os interesses do movimento ecológico
  - **Participantes:** Esta segunda lista verde foi organizada por Celso Petrillo, ex-coordenador da CIEC e ativista do grupo Ação Ecológica de São Paulo, que patrocinou a lista junto com a APEDEMA-SP.
  - **Conteúdo:** Esta listagem possuía "23 indicações, sendo que dentre os nomes, 13 participavam também da lista da CIEC (exceção de dois candidatos federais, Padinha e João Baptista Breda). Dos 10 candidatos a mais indicados pela APEDEMA, 6 eram estaduais – 4 do PMDB, 1 do PT e 1 do PDT – e 4 federais – 2 do PMDB, 1 do PT e 1 do PDT." (ZHOURI, Andréa Luisa Moukhaiber. *Discursos Verdes:* as práticas da ecologia. [Dissertação de Mestrado] Dep. De Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 108)

- **Outubro de 1986: UNE envia correspondência ao Ministério da Educação contra a proposta do GERES**
  - **Objetivo**: defende posições para a Educação Superior similares às da ANDES. Nesse documento, também registrava sua "profunda estranheza que o Ministério da Educação tenha anunciado o envio do Anteprojeto do GERES ao Congresso Nacional em meio a uma greve dos servidores das Universidades".
  - **Conteúdo:**
    - "Para a UNE, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão expressava a "verdadeira reforma universitária", entrando em choque com a proposição do GERES. Quanto à gestão das universidades, a UNE defendia maior participação da comunidade universitária na escolha dos cargos dirigentes, havendo "participação equivalente de professores, estudantes e funcionários". Também defendia a participação nos colegiados deliberativos de "setores majoritários da sociedade organizados em sindicatos, associações, etc."." (NOGUEIRA, André Magalhães. *Educação Superior na Assembléia Nacional Constituinte: Agenda de Transição e Debates na Constituinte.* Observatório Universitário, Documento de Trabalho nº 85, Setembro de 2009, p. 19)
    - "A União Nacional dos Estudantes refutava o argumento de que sua proposta de maior participação fosse politizar a universidade. Em primeiro lugar, porque "a universidade, nem a ciência, nem a tecnologia [seriam] neutras ou apolíticas". Existiriam "concepções diferentes sobre o papel da universidade, ambas com fundamentação política sobre seus objetivos". Para a entidade, a do GERES representaria, na essência, a manutenção da "estrutura

atual que serve a um modelo econômico que está em vigor". Já a da UNE seria a de uma universidade democrática e progressista, que serviria "ao desenvolvimento independente do país"." (NOGUEIRA, André Magalhães. *Educação Superior na Assembléia Nacional Constituinte: Agenda de Transição e Debates na Constituinte.* Observatório Universitário, Documento de Trabalho nº 85, Setembro de 2009, pp. 19-20)

- **7 de Novembro de 1986: Movimento Negro Faz Propostas à Constituintes**
  - **Localização:** Brasil
  - **Objetivo:** Difundir entre os constituintes eleitos em novembro, os partidos políticos e à Comissão Afonso Arinos as pautas do movimento negro para a nova *carta magna*.
  - **Participantes:** O documento final da Convenção Nacional do Negro pela Constituinte reuniu contribuições de **580 entidades negras e grupos atuantes do Movimento Negro.**
  - **Conteúdo:**
    - No documento, reivindica-se: a descriminalização do aborto, a criação de um tribunal especial para julgamento dos crimes de discriminação racial, e que a tortura física e/ou psicológica seja considerada crime contra a humanidade.
    - No capitulo sobre "direitos e garantias individuais", o movimento reivindica que "seja punido pela lei o preconceito de raça, como crime inafiançável, com pena de reclusão, e que seja adotado rito sumaríssimo para o processo". Sobre as condições de vida e saúde, a entidade exige que seja proibido ao Estado a implantação de todos programas de controle da natalidade.
    - Em relação ao menor, o movimento entende que deverá ser proibida a manutenção de casas de detenção. "O menor infrator terá assistência social extensiva à sua família", diz o documento do movimento.
    - Deverá ser "assegurada a liberdade de culto religioso e garantida a prática de todas e quaisquer manifestações culturais, independentemente de sua origem racial, desde que não sejam ofensivas à moral e aos bons costumes".
    - Na questão da terra, o movimento defende que seja "garantido o título de propriedade da terra às comunidades negras remanescentes de quilombos, quer no meio urbano ou rural". Exigem também que o imóvel improdutivo não seja transmissível por herança e que o Estado promova a devida desapropriação. Reivindica ainda o rompimento das relações diplomáticas e/ou comerciais do governo brasileiro com todos e quaisquer países que tenham institucionalizado qualquer tipo de discriminação entre sua população.
    - Fonte: Movimento Negro faz propostas à Constituinte. *Folha de São Paulo,* 8 de novembro de 1986.

- **10 e 11 de Dezembro de 1986: Reunião do Plenário Nacional**
  - **Localização:** Vitória (Espírito Santo)
  - **Objetivo:** avaliar os resultados eleitorais (considerados desfavoráveis aos interesses populares) e organizar um sistema de acompanhamento dos trabalhos da Constituinte e de contato com os parlamentares.

- **Dezembro de 1986: IV Reunião de Entidades Nacionais, Conselhos e Coordenadorias de Pessoas Portadoras de Deficiência**
  - **Localização:** Belo Horizonte
  - **Objetivo:** Construção de 14 propostas para serem levadas à Subcomissão das Minorias
  - **Participantes:** Um de seus membros era Paulo Roberto Costa Beck
  - **Conteúdo:** **"**Entre as propostas da Onedef, ele destaca os direitos e garantias individuais, com a punição a preconceitos e discriminação, a prevenção de doenças ou condições que levem à deficiência, o direito à educação e atendimento precoce, a segurança social e medidas facilitadoras de integração social. Defende ainda a regulamentação e organização do trabalho nas oficinas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, enquanto não possam integrar-se ao mercado de trabalho. Ressalta, porém, que é essencial um trabalho de conscientização da sociedade para conviver sem preconceitos com os deficientes: «E preciso que a sociedade perceba que a nossa identidade é a mesma, embora sejamos diferentes e que é preciso apenas aceitar e compatibilizar nossas diferenças»." (Homossexuais contra preconceito. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4397, p. 4, 26 de abril de 1987)

# CONSTITUINTE:

# 1987

## Janeiro

1. **Janeiro de 1987: Coordenação de Mulheres do Estado de São Paulo se articula para estudar propostas ao Congresso constituinte e pedir legalização do aborto.**
   a. **Objetivo:** estudar propostas ao Congresso constituinte e pedir legalização do aborto.

2. **8 de Janeiro de 1987: Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte**
   a. **Localização:** Belo Horizonte/MG
   b. **Objetivo:** programação das atividades em 1987 e instalação da sede do Comitê no 12º andar do Edifício Pio XII, Rua Espírito Santo, nº 1059 – Belo Horizonte.
   c. **Participantes:** Não tem referência
   d. **Conteúdo:**
      i. Indicação do candidato derrotado ao Senado pelo PT para coordenar todos os trabalhos sobre debates e reuniões promovidos pelo Comitê
      ii. Realizar no dia 17 de janeiro de 1987 uma reunião com membros do Comitê para decidir as linhas de ação durante a constituinte.
      iii. Criação de um boletim quinzenal para informar a população sobre o andamento das discussões no Congresso Nacional e para mobilizar a participação popular.

iv. Reafirmação do caráter suprapartidário do movimento: "O Comitê considera importante que os partidos políticos participem do Comitê, porém, acha que não poderão faltar também todos os movimentos populares e sindicatos, uma vez que afirmam ser um movimento suprapartidário." (Investigadores do DOPS Pedro e Bruno)

v. Tentar unir os deputados dos vários partidos que estão dispostos a defender as propostas populares. Elaboração de uma lista com constituintes eleitos tidos como "confiáveis":
    1. Senador Ronan Tito de Almeida (eleito pelo PMDB com 1.619.369 votos)
    2. Dep. Fed. Célio de Castro (eleito pelo PMDB com 35.656 votos, é membro do Comitê Regional do PCdoB)
    3. Dep. Fed. Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (eleito pelo PMDB com 40.214 votos)
    4. Dep. Fed. José da Conceição Santos (eleito pelo PMDB com 47.598 votos)
    5. Dep. Fed. Otávio Elísio Alves Brito (eleito pelo PMDB com 45.250 votos)
    6. Dep. Fed. Virgílio Guimarães de Paula (eleito pelo PT com 40.179 votos, é presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais)
    7. Dep. Fed. João Paulo Pires de Vasconcelos (eleito pelo PT com 38.579 votos, é presidente da Central Única dos Trabalhadores de MG).

3. **19 de Janeiro de 1987: Reunião de representantes de vários plenários**
    a. **Localização:** Rio de Janeiro
    b. **Objetivo:** discutir a batalha pelo regimento interno (que resultou no dispositivo das emendas populares).
    c. **Participantes:** representantes de vários plenários.

4. **29 de Janeiro de 1987: Caravana da Contag à Brasília**
    a. **Objetivo:** acompanhar a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e participar da manifestação organizada pela Intersindical.
    b. **Participantes: 2.000 trabalhadores rurais.**

5. **29 de Janeiro de 1987: Plenária do Comando de Mobilização Permanente**
    a. **Localização:** Sede do Sindicato dos Professores
    b. **Objetivo:** Preparação e mobilização para a manifestação no dia seguinte.
    c. **Participantes:** representantes de movimentos sociais e das centrais sindicais.

6. **30 de Janeiro de 1987: Caravana da CGT de Belo Horizonte à Brasília**
    a. **Objetivo:** acompanhar a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e participar da Plenária Nacional da CGT (Central Geral dos Trabalhadores)
    b. **Participantes: 78 sindicalistas** mineiros

7. **30 e 31 de janeiro e 1 e 2 de fevereiro: Ida à Brasília de uma Delegação dos Plenários**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Objetivo:** apresentar, na instalação do Congresso, as "propostas de princípios gerais visando assegurar a soberania da Constituinte e seu funcionamento democrático, entre as quais a 'iniciativa popular', (...) [mas, principalmente,] concentrando a atenção na luta pela inclusão da 'iniciativa popular' no regimento interno." (Michiles *et* all, 1989, p. 57).

## Fevereiro

1. **01 de Fevereiro de 1987: Manifestação em prol das questões de interesse dos trabalhadores na Constituinte**
    a. **Localização:** Brasília.
    b. **Objetivo:** Acompanhar a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e chamar a atenção dos constituintes para as questões de interesse dos trabalhadores. Assim como entregar ao Presidente da constituinte um documento com reivindicações dos trabalhadores (como a reforma agrária, eleições diretas para Presidente da República e estatização dos setores básicos da economia)
    c. **Participantes:** cerca de **50 mil pessoas**. A manifestação foi organizada pelo Comando de Mobilização Permanente do DF e pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (que, em novembro de 1986, promoveu o protesto contra as medidas econômicas do governo) e apoiada pela CUT e CGT, assim como apoiada por partidos políticos como PCB, PCdoB, PDT e PSB. Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola são alguns dirigentes partidários que falaram no ato público. Um dos organizadores foi Chico Vigilante, presidente da CUT-DF e integrante do Comando de Mobilização Permanente do DF.
    d. **Conteúdo:** "As reivindicações básicas dos sindicatos e da CUT são: liberdade e autonomia sindical; salário mínimo real; revogação das leis de exceção (lei de Greve, de Imprensa e de Segurança Nacional); democratização dos meios de comunicação; estabilidade de emprego; ensino público e gratuito em todos os níveis. (...) Dão destaque, ainda, à definição do atual mandato presidencial, reivindicando que hajam eleições diretas já em 88 para presidente da República." (Ato publico no 1º dia da constituinte Jornal de Brasília, Brasília, nº 4322, p. 13, 28 de janeiro de 1987)

2. **01 de Fevereiro de 1987: Filiação da CGT à DIAP**
    a. **Objetivo:** articular a ação conjunta dos sindicatos na Constituinte.
    b. **Conteúdo** "Formaremos um lobby, em sistema de rodízio, para acompanhar os trabalhos de elaboração da Constituição, não só oferecendo sugestões como denunciando os que traírem os interesses dos trabalhadores", disse Joaquim dos Santos Andrade (presidente da CGT). Dentro de alguns dias a CGT já iniciará a distribuição de cartilhas com as propostas da Intersindical para a futura Constituição. (Cf. CGT: "Fórum adequado". *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 7, 03 de fevereiro de 1987)

3. **02 de Fevereiro de 1987: 1ª reunião do Conselho da Cidadania dos Profissionais na Constituinte**
    a. **Localização:** em uma sala no Congresso – Brasília.
    b. **Objetivo:** "Segundo um dos organizadores do lobby, o economista Paulo César Timm, consultor da CNPL, o conselho tem como objetivo ajudar na mobilização dos trabalhadores em torno da "problemática sindical no país e suas relações com os três poderes, bem como a definição de estrutura e financiamento do movimento sindical"." (Trabalhador também faz "lobby". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 de janeiro de 1987)
    c. **Participantes:** o promotor foi a Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) com a assessoria direta do DIAP (Departamento Intersindical de Ação Parlamentar, entidade mantida pelos sindicatos de todo o país). Foi integrado por representantes das 33 categorias de profissionais que compõem a CNPL. A presidência do Conselho ficou com a OAB e a vice-presidência com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. A secretaria executiva ficou com a CNPL. Um dos organizadores do lobby foi o economista Paulo César Timm, consultor da CNPL
    d. **Conteúdo:**
        i. "Pretendendo apresentar à nação propostas mais ou menos consensuais das diversas tendências políticas que hoje constituem o movimento sindical, assessores da secretaria executiva do lobby estão percorrendo todo o país recolhendo sugestões e editando documentos com todas as questões polêmicas do movimento sindical. O primeiro caderno editado pela CNPL, "Brasil Constituinte — Estrutura e Representatividade Sindical", é uma coletânea de assuntos de interesse dos trabalhadores e que certamente constarão das discussões na Constituinte. A única tese, apresentada de forma mais incisiva no documento do lobby, por enquanto, é a questão de greve, tida como um instrumento de pressão dos trabalhadores, que não deve ser restringido de nenhuma forma no texto constitucional." (Trabalhador também faz "lobby". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 de janeiro de 1987).
        ii. O Conselho Constituinte entregou um ofício aos líderes do PT, PCB, PFL e PMDB na Câmara e no Senado solicitando sua participação com direito a voz nas comissões técnicas que elaborarão o novo texto da Constituição brasileira.

4. **03 de Fevereiro de 1987: DIAP cria uma Estrutura de Acompanhamento e Pressão junto aos Constituintes**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Objetivo:** acompanhamento diário dos parlamentares, fornecendo subsídios à sua atuação dentro da Constituinte a partir dos pleitos do movimento sindical, e o retorno do comportamento de cada um dos constituintes às bases sindicais.
    c. **Participantes:** Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).
    d. **Conteúdo:** Foi instalada uma agência de noticias na sede do DIAP , em Brasília, de onde sairão as informações para todos os

sindicatos filiados, dando conta dos trabalhos, debates e propostas em andamento no Congresso. Além disso, o DIAP fará circular um boletim semanal de duas páginas com o resumo dos fatos do período. Um grupo de sindicalistas de várias regiões do País estará permanentemente em Brasília, atuando junto às diversas bancadas na defesa dos interesses trabalhistas. Ao final dos trabalhos do Congresso constituinte, o DIAP pretende divulgar uma publicação fazendo o balanço da atuação de cada constituinte.

5. **01 a 04 de Fevereiro de 1987: Encontro Nacional pela Reforma Agrária**

6. **4 de Fevereiro de 1987: Reunião entre Francisco Whitaker (representante do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte) e Ulysses Guimarães**
   a. **Localização:** Brasília
   b. **Participantes:** Francisco Whitaker (representante do Plenário Pró-participação Popular na Constituinte) e Ulysses Guimarães (Presidente da ANC).
   c. **Conteúdo:** "O delegado do "Plenário Pró-participação Popular na Constituinte", Francisco Whitaker, propôs ontem ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que se apresente às comissões encarregadas de elaborar o anteprojeto de Constituição as sugestões dos representantes da sociedade civil, desde que contenham pelo menos 30 mil assinaturas. Ulysses (...) comprometeu-se a encaminhar a proposta aos responsáveis pela redação do texto do Regimento Interno. Whitaker, que estava acompanhado do Senador Mário Covas, informou que sua proposta já estava com apoio por escrito de 83 parlamentares do PMDB, 16 do PT, 10 do PD T, 4 do PTB, 3 do PC do B. Whitaker foi o primeiro representante civil a visitar a Assembleia." (*O Globo*, 4/2/87. *Apud* BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008, p. 34)

7. **12 de Fevereiro de 1987: Reunião da Comissão de Acompanhamento à Constituinte da CNBB com um Grupo Executivo**
   a. **Localização:** Brasília
   b. **Objetivo:** traçar a estratégia política que a Igreja pretende adotar a fim de evitar desgastes em seu trabalho durante a elaboração da nova Carta.
   c. **Participantes:** Participaram uma comissão de acompanhamento à constituinte e um grupo executivo, este último integrado por leigos e um parlamentar, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

8. **19 e 20 de Fevereiro: Reunião de Plenários, Comitês e Movimentos Pró-Participação Popular na Constituinte**
   d. **Localização:** Brasília

9. **21 de Fevereiro de 1987: Assassinado Evandro Cavalcanti, advogado dos trabalhadores rurais de Pernambuco. O enterro se converte em ato pró-**

**reforma agrária**

10. **25 de Fevereiro de 1987 - Ato contra a violência e pela reforma agrária**
    a. **Localização**: Caxias, Maranhão.
    b. **Conteúdo:** Dois dias depois (27 de fevereiro), em Caxias, Jagunços da organização paramilitar Grupo Pernambuco expulsam 42 famílias de posseiros da fazenda Caximrimbu.

11. **Fevereiro de 1987: CNBB cria a ANA – Agência de Notícias Alternativas**
    e. **Objetivo:** transmitir boletins diários que darão destaque aos principais temas em discussão na Assembleia Constituinte.
    f. **Conteúdo:** "Os primeiros (boletins) já divulgados denunciam as manobras do Executivo para influir nas decisões do Congresso, chamam atenção para os riscos enfrentados pela Constituinte de ser atropelada pela discussão conjuntural e de acabar detonando uma crise institucional; e também da necessidade de se garantir a soberania da Constituinte." (Lobby "santo"? É a CNBB na Constituinte. In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6507, 12 de fevereiro de 1987, p. 6)

12. **Fevereiro de 1987: Pressão sobre o relator do regimento interno, o Senador Fernando Henrique Cardos, para adotar o mecanismo das Emendas Populares**
    g. **Conteúdo:** "Este chegou a receber, em pouco mais de uma semana, mais de mil telegramas de todo o país" (Michiles *et* all, 1989, *opus cit*, p. 58). O senador acabou assumindo e defendendo a proposta.

## Março

1. **5 de Março de 1987: Reunião dos Constituintes com a CNBB**
    a. **Localização:** Sede da CNBB – Brasília.
    b. **Objetivo:**
        i. Formação de um "convívio" entre a CNBB e os constituintes.
        ii. Apresentação do documento "Por uma Nova Ordem Constitucional" (aprovado na última Assembleia Geral dos Bispos do Brasil)
        iii. "O que se busca é construir uma sociedade solidária e fraterna: distribuição equitativa da riqueza, como condição para a justiça social e necessária distribuição do poder, como condição para a cidadania." (Encarte Notícias-constituinte. In: *Boletim da CNBB*, 26 de março de 1987, nº 07)
    c. **Participantes:**
        i. Participaram cerca de **100 constituintes** de todos os partidos (a partir do convite enviado a todos os membros da ANC).
        ii. Foi aberta por Dom Ivo, com a presença na mesa do Vice-Presidente da CNBB, Dom Benedito Ulhoa, e do Secretário-Geral, Dom Luciano Mendes de Almeida. Estavam também presentes à reunião os demais membros da CEP, Dom Cândido Padin, Coordenador da Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB, assessores da Entidade e os membros da Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB.

d. **Conteúdo:** Dom Ivo apresentou o documento "Por uma Nova Ordem Constitucional, centrando nas formas de atuação do povo e nos mecanismos e instrumentos democráticos que permitiriam uma participação ativa da população nas decisões de interesse coletivo.

2. **2ª Semana de Março de 1987: Encontro "Mulher e Constituinte" (Encontro Nacional do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)**
   **a. Localização:** Brasília
   **b. Objetivo:** articular a luta das mulheres na Constituinte e elaborar a "Carta das Mulheres à Assembleia Nacional Constituinte".
   c. **Participantes: 2.000 mulheres**, advindas dos movimentos de mulheres de todo o país, reunidas no Encontro Nacional do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A secretária-executiva do CNDM era Maria Aparecida Schumaer.

3. **12 de Março de 1987: Reunião de grupos de defesa da causa indígena**
   **a. Participantes:** Conselho Indigenista Missionário (CIMI), União das Nações Indígenas (UNI), entre outros.

4. **17 de Março de 1987: Passeata e Entrega da Proposta do Movimento Criança e Constituinte ao Governador de Rondônia**
   **a. Localização:** Porto Velho
   **b. Objetivo:** Passeata para entregar reivindicações em defesa da criança à Constituinte para o governador Jerônimo Santana (Rondônia). Assim como recolher assinaturas para a emenda popular em defesa das crianças.
   **c. Participantes: centenas de crianças** do pré-primário, de escolas particulares e oficiais.
   **d. Conteúdo: "**Durante a "passeata" e a concentração em frente ao Palácio, as professoras colheram assinaturas de populares no documento que Rondônia vai encaminhar à Assembleia Nacional Constituinte em defesa da criança. Ao mesmo tempo, as professoras divulgaram um documento denunciando que 350 mil crianças morrem anualmente no Brasil antes de completar quatro anos; metade da população infantil é desnutrida; e apenas 15 por cento das crianças entre dois e seis anos frequentam creches ou pré-escola." (Criança em Rondônia faz seus pedidos a constituinte. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 17 de março de 1987)

5. **20 de Março de 1987: Reunião de Entidades Ligadas à Reforma Agrária**
   **a. Participantes:** Contag, CPT, etc.

6. **23 a 28 de Março: Encontro Regional de Estudo, Avaliação e Acompanhamento da Constituinte**
   **a. Localização:** Fazenda São José, Mar Grande (Bahia)
   **b. Participantes:** o encontro foi promovido pela Cáritas Regional Nordeste III (Bahia e Sergipe). O Coordenador do evento foi o Pe. Nelson Luís da França. Entre os palestrantes estavam: D. Mathias William Schmidt (Bispo de Ruy Barbosa/Ba); Jair Meneguelli (presidente da CUT); Delúbio Soares de Castro (Secretário de Política Sindical da CUT); Jorge Eduardo Matoso, técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);

Nielsen de Paula Silva, professor da UnB e membro do CEAC.

7. **26 de Março de 1987: Ato público de entrega oficial aos constituintes da "Carta das Mulheres à Assembleia Nacional Constituinte"**
   a. **Localização:** Salão Nobre da Câmara dos Deputados.
   b. **Objetivo:** Entregar aos constituintes a "Carta das Mulheres à Assembleia Nacional Constituinte", resultado do encontro "Mulher e Constituinte".
   c. **Participantes:** Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Jacqueline Pitanguy era a presidente do CNDM e a secretária-executiva era Maria Aparecida Schumaer. A entrega simbólica do documento ao presidente Ulysses Guimarães foi feita pela sufragista de 1934, Carmem Portinho, então com 86 anos (Carmem é uma feminista histórica que lutou pelo direito do voto feminino em 1932). Participaram do ato cerca de **300 mulheres** de vários estados do País.
   d. **Conteúdo:** "(...) entre outras reivindicações, explicitam, quanto ao direito de família: a plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, a administração dos bens do casal, a responsabilidade em relação aos filhos, a fixação do domicílio da família, ao pátrio poder; à proteção da família, seja ela instituída civil ou naturalmente, e à plena igualdade entre os filhos, não importando o vinculo existente entre os pais." (ALVES, Branca Moreira. O Movimento das Mulheres. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4364, p. 10, 18 de março de 1987)
   e. **Obs:** "O documento não conta com o apoio unânime da bancada de 26 mulheres parlamentares. As deputadas Abigail Feitosa (PMDB-BA) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), por exemplo, não aceitam o assessoramento do CNDM e recusam-se a discutir a questão da mulher a partir de propostas prontas. Elas seguem o coro de criticas, desencadeado por recentes declarações da deputada Bete Azize (PSB-AM)." (Mulher diverge sobre atuação de seu Conselho. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4370, p. 4, 25 de março de 1987)

## Abril

1. **2 e 3 de Abril de 1987: Reunião do Movimento Indígena para a formatação final da Proposta Unitária sobre os Direitos Indígenas na Constituinte**
   a. **Localização:** escritório do Inesc em Brasília
   b. **Objetivo:** decidir a formatação final da Proposta Unitária sobre os Direitos Indígenas na Constituinte à ser apresentada às Comissões Temáticas.
   c. **Participantes:** representantes da UNI, Cimi, ABA, Cedi, CTI/Mirad, Inesc, CCPY, Conage e da Procuradoria-geral da República, junto com índios residentes em Brasília.

2. **4 e 5 de Abril de 1987: Reunião do DIAP com Constituintes para apresentar as propostas dos sindicatos**
   a. **Localização:** Brasília

b. **Objetivo:** Apresentar o projeto dos sindicatos a ser encaminhado à comissão de ordem social e à subcomissão de direitos dos trabalhadores.
c. **Participantes:** Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e constituintes. O diretor técnico do órgão em Brasília era Ulysses Riedel.
d. **Conteúdo:** Segundo Ulysses Riedel, "vários parlamentares participaram do encontro de fim de semana e manifestaram apoio ao projeto. "Levaremos nossa proposta com o referendo de cem constituintes", garantiu." (Sindicatos levam propostas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 9, 09 de abril de 1987)

3. **07 de Abril: Dia Nacional Criança e Constituinte**
   a. **Localização:** eventos em vários estados e um ato no Salão Negro do Congresso Nacional
   b. **Objetivo:** Pressionar os constituintes para assegurarem na carta os direitos das crianças.
   c. **Participantes:** No evento no Congresso Nacional, participaram **50 crianças** das aldeias "SOS" de Brasília.
   d. **Conteúdo:** "No Congresso Nacional, as crianças das aldeias "SOS " de Brasília vão recitar um trecho do poema "Os Direitos da Criança", disse José Loureiro e entregar flores aos constituintes. "Será uma intimação poética e contundente", afirma Vital Didonet, presidente da comissão, criada pelo Ministério da Educação." (Crianças levam reivindicações à Constituinte. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4381, p. 4, 07 de abril de 1987)

4. **07 e 08 de Abril de 1987: Encontro do Movimento de Ciência e Tecnologia na Constituinte e Entrega de Propostas do Movimento na Instalação da Comissão da Família, da Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia**
   a. **Localização:** Universidade de Brasília e Congresso Nacional
   b. **Objetivo:** Elaboração e entrega de propostas do Movimento na Instalação da Comissão da Família, da Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia.
   c. **Participantes:** representantes de **150 entidades e instituições** ligadas ao movimento.

5. **13 de Abril de 1987: Reunião da CUT com o Ministro do Trabalho**
   a. **Localização:** Ministério do Trabalho – Brasília
   b. **Objetivo:** discutir as alterações na legislação sobre organização sindical.
   c. **Participantes:** o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e o líder da CUT, Jair Meneguelli
   d. **Conteúdo:** Meneguelli levou ao ministro a proposta de que "seja instituída na nova legislação um mecanismo de obrigatoriedade das empresas em recolher a contribuição sindical determinada em assembleia da categoria. "Isto representa a defesa do sindicato", afirmou. A CUT defende a extinção da contribuição sindical obrigatória, e um sistema de autonomia e liberdade sindical, segundo o qual cabe à assembleia definir o valor da contribuição anual do

trabalhador." (Pazzianotto vai debater com a CUT mudanças na lei sindical. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 9, 09 de abril de 1987)

6. **19 a 26 de Abril de 1987: "Semana do Índio: Na Constituição os Direitos dos Povos Indígenas"**
    a. **Objetivo:** Realizada anualmente desde 1983, a Semana do Índio buscava divulgar a realidade indígena. O mote desta semana foi "Na Constituição os Direitos dos Povos Indígenas", defendendo o "Programa Mínimo" para os direitos indígenas na Constituinte (elaborado pela UNI com o apoio das entidades aliadas à causa indígena).
    b. **Participantes:** A semana foi organizada pelo Cimi.

7. **21 de Abril de 1987: Ofício Circular da Cáritas Brasileira sobre a ANC**
    a. **Localização:** Brasil
    b. **Objetivo:** Distribuir para as entidades sob sua direção informações sobre o funcionamento e andamento da Assembleia Nacional Constituinte.
    c. **Participantes:** A carta foi enviada em nome do Pe. Marino Bohn (Secretário Nacional da Cáritas Brasileira) e de Luiz Sérgio dos Santos (Assessoria de Movimentos Populares da Cáritas Brasileira)
    d. **Conteúdo:** As informações divulgadas pela Cáritas foram:
        i. Notícias-Constituinte: encartes nº 05, 06, 07, 08, 09 e 10 da Comissão de Acompanhamento à Constituinte – CNBB.
        ii. Folheto do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte
        iii. Xerox da Folha de São Paulo de 31/03/1987: parlamentares que integram as doze comissões da Constituinte
        iv. Xerox da Folha de São Paulo de 12/04/1987: os membros das subcomissões da Constituinte.

8. **22 de Abril de 1987: Movimento Indígena Apresenta a Proposta Unitária à Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias**
    a. **Localização:** Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias – Brasília.
    b. **Objetivo:** Apresentar aos constituintes da subcomissão a Proposta Unitária do Movimento Indígena.
    c. **Participantes:** cerca de **40 lideranças indígenas** dos povos Krahô (GO), Krenak (MG), Kayapó (PA/MT), Xavante (MT), Terena (MS) e alguns Xingüanos (MT). Entre as lideranças presentes, encontravam-se os Caciques Celestino (Xavante), Aritana (Kamaiurá), Raoni (Kayapó Mentuktire), Aleixo Pohi (Krahô), Inocêncio (Erikbaktsa), Alfredo Gueiro (Kaxinawá), além de Ailton Krenak, presidente da UNI, Janaculá Kamaiurá – Chefe de Gabinete do presidente da Funai, Marcos e Jorge Terena – ambos do Ministério da Cultura, e Idjarruri Karajá (Superintendente para Assuntos Indígenas do Estado de Goiás). A reunião com a subcomissãoo contou com a presença de 14 parlamentares.
    d. **Conteúdo:**
        i. "Antes de dirigir-se ao local da Audiência, o grupo, liderado pelos Kayapó, ocupou a ante-sala do gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães." (LACERDA,

Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 57)

ii. "(...) Os Gorotire e Txukarramãe, em sua maioria pintados, começaram a cantar e ameaçar alguns paços de dança. Quando Ulysses abriu a porta e viu a manifestação, nada conseguiu falar. Parou e, boquiaberto, ficou olhando. Um cocar foi colocado em sua cabeça e a proposta em suas mãos." (CIMI, *Porantim*. Brasília, ano X, nº 108, mai. 1987, p. 3).

iii. "Depois, o grupo dirigiu-se ao gabinete do líder do PMDB, Senador Mário Covas, a quem entregou um exemplar da Proposta Unitária. Subiu então a rampa do Congresso Nacional, e num gesto simbólico, realizou uma pajelança no presidente da Subcomissão, deputado Ivo Lech, para permitir que o espírito bom viesse e entrasse em suas cabeça e seu coração." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 57)

9. **30 de Abril de 1987: Manifestação de Portadores de Necessidades Especiais**
   a. **Participantes:** os portadores de necessidades especiais entregaram um conjunto de propostas ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

10. **Abril e Maio de 1987: Apresentação das Propostas dos Homossexuais, Negros, Índios e Deficientes Físicos à Subcomissão**
    a. **Localização:** Subcomissão dos Negros, Índios, Minorias e Deficientes na Constituinte
    b. **Objetivo:** Apresentar as propostas dos movimentos sociais e pressionar os deputados da subcomissão
    c. **Participantes:** A proposta dos homossexuais foi apresentada pelo representante do Grupo de Liberação Homossexual Triângulo Rosa, João Antonio Mascarenhas. Entre o movimento negro, apontado pelos constituintes como o mais radical e organizado, estava também a professor Lélia Gonzales, representante do Memorial Zumbi.
    d. **Conteúdo:**
       i. Uma das propostas dos homossexuais é a modificação do "parágrafo 1º do artigo 153 da *Constituição*, que trata da igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Os homossexuais querem a seguinte redação na nova carta: "Todos são iguais perante à lei, sem distinção de sexo, orientação sexual (esta é a novidade que pretendem introduzir), raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punida pela lei qualquer manifestação preconceituosa ou discriminatória por razão de raça, cor ou orientação sexual"." (As Minorias fazem suas propostas, e os constituintes quase ignoram homossexuais, negros e índios. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6572, p. 7, 02 de maio de 1987)
       ii. "Entre as propostas apresentadas pelo movimento negro está o respeito ao princípio da igualdade. "Já que hoje o negro no Brasil representa 60% da população — assinala o movimento — queremos garantir também a nossa participação em 60% dos empregos, das vagas nas escolas etc."" (As Minorias

fazem suas propostas, e os constituintes quase ignoram homossexuais, negros e índios. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6572, p. 7, 02 de maio de 1987)

iii. "Nas propostas que levaram à Constituinte, os índios se mostraram mais preocupados em explicitar na nova Constituição a questão das terras indígenas. Eles não abrem mão do usufruto exclusivo do solo e subsolo e querem, ainda, respeito à sua autodeterminação." (As Minorias fazem suas propostas, e os constituintes quase ignoram homossexuais, negros e índios. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6572, p. 7, 02 de maio de 1987)

iv. "Os deficientes físicos apresentaram 14 pontos em sua proposta, reivindicando um tratamento diferenciado pela Previdência Social, Igualdade de oportunidades, adaptações para os deficientes nos transportes e nos acessos aos edifícios e a destinação de 10% da verba de cada município para educação para os deficientes." (As Minorias fazem suas propostas, e os constituintes quase ignoram homossexuais, negros e índios. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6572, p. 7, 02 de maio de 1987)

v. "Já os deficientes mentais querem um salário mínimo para cada pessoa sem condições econômicas que presta assistência a um deficiente mental." (As Minorias fazem suas propostas, e os constituintes quase ignoram homossexuais, negros e índios. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6572, p. 7, 02 de maio de 1987)

e. **Obs:** Em todas as audiências públicas até agora realizadas na Subcomissão dos Negros, Índios, Minorias e Deficientes na Constituinte, o número de parlamentares presentes não passou de cinco. "O público, entretanto, vibra, aplaude ou vaia as questões levantadas, deixando perplexos os constituintes diante do grau de organização de alguns desses movimentos." (As Minorias fazem suas propostas, e os constituintes quase ignoram homossexuais, negros e índios. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6572, p. 7, 02 de maio de 1987)

11. **Abril e Maio de 1987: Distribuição de Folheto sobre a "Reforma Agrária – Constituinte: Propostas dos Trabalhadores Rurais**
    a. **Localização:** Brasil
    b. **Objetivo:** apresentar aos trabalhadores as principais propostas em relação a terra e política agrícola que saíram dos congressos da Contag, CUT e Movimento Sem-Terra.
    c. **Participantes:** o folheto foi organizado pelo:
        i. Sindicato dos Trabalhadores Rurais
        ii. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
        iii. Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais
        iv. Comissão Pastoral da Terra
        v. Secretaria Rural da CUT Nacional
    d. **Conteúdo:** enfatiza que a força dos trabalhadores rurais está tanto na organização massiva para pressionar os constituintes, quanto nos deputados eleitos que defendem as propostas dos trabalhadores e nas propostas concretas (Emendas Populares) dos trabalhadores rurais.

## Maio

1. **01 de Maio de 1987: Movimento Brasil Informática (MBI) encaminha suas propostas aos parlamentares**
    a. **Objetivo:** defender a Lei de Informática.
    b. **Participantes:** As entidades coordenadoras que fazem parte do MBI são: Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (Abicomp), Associação Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados (APPD), Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

2. **5 e 6 de Maio de 1987: Reunião de Articulação das Emendas Populares das Entidades e Movimentos Sociais**
    a. **Localização:** Congresso Nacional
    b. **Objetivo:** Articular a campanha das emendas populares e lançar uma campanha nacional de divulgação das EPs.
    c. **Participantes:** Representantes de 40 entidades populares que articularam 31 emendas populares. O representante da CUT (Central Única dos Trabalhadores) era o Delúbio Soares de Castro. Além desta entidade, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores) e Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) coordenam o movimento.

3. **6 de Maio de 1987: Audiência Pública Extraordinária da Subcomissão das Populações Indígenas realizada na Aldeia Gorotire**
    a. **Localização:** Aldeia Gorotire, no sul do Pará.
    b. **Objetivo:** realizar uma audiência pública extraordinária da Subcomissão das Populações Indígenas.
    c. **Participantes:** faziam parte da comitiva os constituinte Ivo Lech (presidente), Benedita da Silva (PT-RJ), José Carlos Sabóia (PMDB-MA), Salatiel Carvalho (PFL-PE) e Ruy Nedel (PDT-RS). Eles foram recebidos pelos caciques Kayapó.

4. **08 de Maio de 1987: Inauguração de Banca e do Painel das Emendas Populares na Cinelândia**
    a. **Localização:** Cinelândia – Rio de Janeiro.
    b. **Objetivo:** Inaugurar uma banca para colher adesões às emendas populares. Ao lado da banca, será instalado um painel com informações diárias sobre o andamento dos trabalhos das comissões em Brasília.
    c. **Participantes:** Plenário Pró-Participação Popular.
    d. **Conteúdo:** "Na sede da Famerj (rua Visconde do Rio Branco, 54) e no centro Pró-Memória da Constituinte (avenida Rio Branco, 46), voluntários também estarão explicando para o público os documentos elaborados pelo Plenário. (…) Para os participantes do Plenário, que reúne entidades como a igreja, sindicatos de classe e associações de moradores em 17 estados brasileiros, o projeto mais importante é o que defende a iniciativa popular." (Emendas populares buscam

assinaturas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 08 de maio de 1987)

5. **12 e 13 de Maio de 1987: Reunião de Articulação das Emendas Populares das Entidades e Movimentos Sociais**
    a. **Localização:** Congresso Nacional
    b. **Objetivo:** Articular a campanha das emendas populares e lançar uma campanha nacional de divulgação das EPs.
    c. **Participantes:** Representantes de 40 entidades populares que articularam 31 emendas populares. CUT, Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores) e Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) coordenaram o movimento.

6. **16 de maio de 1987: Lançamento da Campanha pelas Eleições Diretas para Presidente da República no Paraná**
    a. **Localização:** Saída da passeata da "Boca Maldita" e chegada na Praça Santos Andrade, onde ficava o "Circo da Constituinte" (onde foi realizado o ato público) – Curitiba/PR
    b. **Objetivo:** lançar a campanha no Paraná (a campanha tinha sido lançada no mês anterior em outras capitais, já tendo recebido inclusive a adesão do PDT).
    c. **Participantes:** cerca de **200** pessoas compareceram ao evento (o mau tempo foi um dos fatores que influenciaram a presença abaixo da expectativa dos organizadores). O Presidente Nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, fez o lançamento da campanha. O evento contou também com a presença do secretário-geral do PT, do Frei Beto e do dep. Olívio Dutra (PT-RS). O presidente regional do PT no Paraná era o Gil Carvalho.
    d. **Conteúdo:** Segundo Gil Carvalho, presidente regional do PT, "Queremos que as diretas sejam convocadas num clima de grande debate nacional" (PT traz Lula para lançar as diretas. In: *O Estado do Paraná*. Curitiba, 14 de maio de 1987.

7. **19 e 20 de Maio de 1987: Reunião de Articulação das Emendas Populares das Entidades e Movimentos Sociais**
    a. **Localização:** Congresso Nacional
    b. **Objetivo:** Articular a campanha das emendas populares e lançar uma campanha nacional de divulgação das EPs.
    c. **Participantes:** Representantes de 40 entidades populares que articularam 31 emendas populares. CUT, Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores) e Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) coordenaram o movimento.

8. **20 de Maio de 1987: Reunião de Nações Indígenas com Constituintes**
    a. **Localização:** Sala da liderança do PMDB
    b. **Objetivo:**
        i. Pressionar para que os deputados suprimam o artigo 271 do capítulo dos índios no projeto constitucional (de acordo com o

texto, os direitos adquiridos por esses povos não serão aplicados aos que atingirem "elevado estágio de aculturação, que mantenham convivência constante com a sociedade nacional e que não habitem terras indígenas").

ii. Pressionar para que os deputados cortem os dois primeiros parágrafos do artigo 268: p primeiro por perpetuar a dependência das tribos aos órgãos públicos, como a Funai. E o segundo por já ter sido aprovado no Capítulo que tratou da exploração mineral.

iii. "Eles vieram dizer aos deputados e senadores que "índio sem terra é índio sem vida"." (Índios querem manter direitos dos aculturados. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9165, p. 6, 21 de maio de 1988)

c. **Participantes:** representantes de **22 nações indígenas**. Incluindo Manuel Fernandes (Tukano)

d. **Conteúdo:** A Articulação por estas alterações vem sendo tentada em parceria com os deputados José Carlos Sabóia (PSB-MA) e Fábio Feldmann (PMDB-SP), que pretendem elaborar um texto substitutivo a partir de emendas suas e do senador Jarbas Passarinho (PSD PA) e deputado Alceni Guerra (PFL PR). Sabóia e Feldmann representam a Frente Parlamentar do Índio, da qual fazem parte, juntamente com outros 50 parlamentares.

9. **26 de Maio de 1987: Empresários lançam Movimento Pensamento Nacional das Bases Empresariais**

a. **Localização:** Hotel Maksoud Plaza – São Paulo

b. **Objetivo:** organizar um movimento para influir na Constituinte de maneira a preservar os princípios da livre iniciativa contra o que chamaram de tendência estatizante da economia. Um dos objetivos é justamente lançar uma emenda popular dos empresários em prol da livre iniciativa.

c. **Participantes:** Empresários do Setor Industrial. Entre eles, o presidente da Associação Brasileira de Fundição (Abifa), Paulo Butori.

d. **Conteúdo: "**Durante o encontro foi divulgado um documento contendo os cinco pontos básicos defendidos pelo movimento: demonstração da importância e da necessidade da independência da livre iniciativa no desenvolvimento político, econômico e social do País, garantindo emprego aos trabalhadores; necessidade de um plano econômico consistente de curto, médio e longo prazos; redução do papel do estado nas atividades, que devem ser de competência exclusiva do setor privado; redução urgente do déficit público; estabelecimento de uma Constituição livre e soberana, com participação ativa da iniciativa privada." (Líderes empresariais lançam movimento para preservar livre iniciativa. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 7, 27/05/ de 1987)

10. **26 e 27 de Maio de 1987: Reunião da Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte**

a. **Localização:** Câmara dos Deputados

b. **Objetivo:** Definir: 1) "estratégia na coleta de assinaturas das emendas democráticas"; 2) "realização de atos e manifestações unitárias em defesa dessas propostas"; 3)"presença efetiva dos movimentos

populares durante a discussão do projeto de Constituição".

c. **Participantes:** A convocação foi feita por um comando provisório com o apoio do CEAC (da Unb).

d. **Conteúdo:**

i. "Neste primeiro encontro, as entidades programam lançar uma campanha nacional de apoio às emendas dos populares no dia 16 de junho de 1987 em Brasília e de instituir o Dia Nacional de Mobilização para coleta de assinaturas no dia 17 de julho." (Michiles *et all*, 1989, p. 67)

ii. "Formou-se uma Comissão Executiva, necessária para implementar as decisões da Articulação, integrada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT); Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM). Infelizmente, essa Comissão Executiva não conseguiu colocar de pé num uma secretaria administrativa, nem um plano de sustentação financeira. Recorreu ao Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte/ Universidade de Brasília (CEAC/UnB) para as inadiáveis tarefas, próprias de uma secretaria nacional." (Michiles *et all*, 1989, p. 69).

11. **30 de Maio de 1987: Vitória do *Lobby* dos Homossexuais, Negros, Índios e Deficientes Físicos**

a. **Conteúdo:** "Quarenta mil sugestões, a presença constante de fortes lobbies que acompanharam cada passo das discussões e o desinteresse da maioria dos constituintes. Estes foram alguns ingredientes que fizeram com que os negros, índios, deficientes e minorias conseguissem aprovar no anteprojeto da subcomissão, que cuidou desses assuntos, as suas principais reivindicações." (Minorias vencem pela pressão na constituinte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34433, p. 4, 31 de maio de 1987)

b. Alceny Guerra "enfrentou sessões agitadas. "Os representantes do movimento negro atuaram com uma verbalização extremamente radical — afirmou — mas estiveram mais abertos à negociação. Já os Índios, principalmente através da Igreja — Conselho Indigenista Missionário — exerceram uma pressão constante e direta na tentativo de impor seus pontos de vista". Os deficientes físicos, segundo Alceny, fizeram um lobby caracterizado pela emotividade, mas acabaram entendendo que algumas de suas sugestões, como a aposentadoria precoce eram, matérias de lei ordinária." (Minorias vencem pela pressão na constituinte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34433, p. 4, 31 de maio de 1987)

c. "A comissão, por nove votos contra três, rejeitou a emenda do deputado Rui Nedel (PMDB-RS) que proibia a exploração do subsolo em áreas Indígenas por trinta anos." (Minorias vencem pela pressão na constituinte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34433, p. 4, 31 de maio de 1987)

d. Os índios temiam um Lobby forte liderado pelas mineradoras e de constituintes que pudessem defender a diminuição das áreas indígenas no País. A Funai chegou a veicular uma propaganda institucional no início dos trabalhos da Constituinte reforçando a ideia que "terra é

vida para os índios", Ailtón Krenaque, líder do movimento indígena, disse que ficou satisfeito com o anteprojeto pois as principais reivindicações constam do documento." (Minorias vencem pela pressão na constituinte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34433, p. 4, 31 de maio de 1987)

e. "Desde a sua indicação, o deputado Alceny Guerra — que pleiteava incialmente ser relator da Comissão de Saúde — anunciou que faria um trabalho avançado. Isso era uma resposta sua aos movimentos de negros, índios, deficientes e minorias que temiam a elaboração de um relatório conservador pelo fato do parlamentar pertencer ao PFL e ser proprietário de terras no Paraná. Para atingir este objetivo Alceny disse que passou por cima até de seu preconceito contra os homossexuais que foram representados pelo movimento Triangulo Rosa. Esta minora conseguiu incluir no anteprojeto aprovado que "ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de orientação sexual". Alceny admite que ficou angustiado antes de acatar esta sugestão, mas se tranquilizou quando tomou conhecimento de que o pleito dos homossexuais contava com o apoio do presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos." (Minorias vencem pela pressão na constituinte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34433, p. 4, 31 de maio de 1987)

## Junho

1. **4 de Junho de 1987: Lançamento do "Movimento Gaúcho pela Constituinte Popular"**
   a. **Localização:** Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.
   b. **Objetivo:** OAB lança campanha para recolher 1 milhão de assinaturas para as 5 Emendas Populares da entidade.
   c. **Participantes:** O ato contou com a participação do presidente nacional da OAB, Márcio Thomas Bastos. O ato de lançamento do "Movimento" foi organizado pelo Movimento Gaúcho Pró Constituinte, Comissão de Direitos Humanos da AL/RS (CDH/AL/RS) e OAB/RS, estiveram representadas, dentre outras, as seguintes entidades: Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (MJDH/RS); Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS); Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT/RS); Central Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CGT/RS); e partidos políticos de esquerda.
   d. **Conteúdo:**
      i. Os temas das propostas incluem direitos dos trabalhadores, reforma urbana, educação, reforma agrária e instrumentos de participação popular e de controle da constitucionalidade das leis.
      ii. Márcio Thomas Bastos "Disse que mediante a participação popular e o alargamento do conceito de cidadania, a Constituinte poderá reunir forças para definir o mandato do presidente José Sarney, e afirmou ser favorável á convocação de eleições diretas para a Presidência da República noventa

dias após a promulgação da Constituição. "Esse governo, que aí esta, ascendeu ao poder sob a chancela da transitoriedade, e sua permanência até 1990 constitui-se num golpe contra a Nação", declarou." (OAB coleta 1 milhão de assinaturas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 6, 05 de junho de 1987)

iii. "Cumpre destacar, dentre as propostas defendidas pelo "Movimento", as seguintes:

- quanto à Reforma Urbana, cria instrumentos tributários, fiscais e de planejamento urbano, com o intuito de possibilitar ao poder público o controle das atividades dos construtores e loteadores. A proposta estabelece, também, a separação do direito de propriedade do direito de construir, devendo este último ser autorizado pelo poder público. A emenda cria, igualmente, o usucapião especial urbano, em área não superior a 300m , com três anos de ocupação;
- quanto à Política Habitacional, é prevista a destinação, pelo poder público, de recursos orçamentários a famílias de baixa renda e prioriza a regularização e urbanização de áreas, proibindo a participação da iniciativa privada nos fundos e recursos. Defende, ainda, a equivalência salarial para pagamento dos aluguéis e proíbe o subsídio de atividades privadas na comercialização de imóveis. Com relação aos transportes coletivos, a despesa do usuário não poderá ultrapassar 6% do salário-mínimo;
- quanto à Educação, as principais exigências giram em torno do eixo orçamentário. A emenda popular sugere a destinação de 18% da receita nacional para o setor (já aprovada na Subcomissão que tratou do referido tema) e a obrigatoriedade de permanência das crianças na rede de ensino, pelo menos, de 1º grau;
- quanto aos Mecanismos de Participação, prevê a possibilidade de a sociedade "argüir a inconstitucionalidade de leis" e de poder apresentar projetos de leis. Propõe, também, a criação de um Tribunal Constitucional para julgar as arguições." (CNS, Caixa 46D, pp. 352-353/143-141)

iv. "Além da coleta de assinaturas, diversas entidades pretendem mobilizar a população de outras formas. Durante o ato de lançamento, foi aventada a instituição do "Dia Nacional da Participação Popular na Constituinte", previsto para 17 Jul 87, dois dias após ter início a entrega de emendas ao projeto de Constituição.

Existe, ainda, a intenção, das entidades, de montar um placar (nos moldes do utilizado na campanha das "Diretas já"), no centro de PORTO ALEGRE/RS, com as posições de cada parlamentar sobre os assuntos mais polêmicos." (CNS, Caixa 46D, pp. 352-353/143-141)

2. **9 de Junho de 1987: Início da campanha pela EP da legalização do aborto**
   a. **Participantes:** Movimento feminista do Rio de Janeiro, com o apoio do PCB, PT e do PCdoB.
   b. **Conteúdo:**
      i. "A coordenação nacional do movimento, que se instalou no Rio, organiza ato público simultâneo, dia 13 de julho, em

todos os estados onde estiverem sendo colhidas assinaturas. A entrega será a 12 de agosto, aniversário do assassinato da líder camponesa Margarida Alves." (Mulher luta por emenda popular. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 de junho de 1987)

ii. O movimento iniciou a sua ampliação para outros estados (São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Minas). "Mesmo que não consigam as 30 mil assinaturas necessárias, elas já têm o compromisso da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) de apresentar a emenda." (Mulher luta por emenda popular. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 de junho de 1987)

iii. "As feministas lutam para inserir na Constituição o direito da mulher de interromper a gravidez até noventa dias depois da concepção, e de recorrer ao aborto quando ficar grávida por estupro, houver mal-formação do feto ou a gravidez ameaçar a vida da mãe, casos já consagrados na legislação em vigor." (Mulher luta por emenda popular. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 de junho de 1987)

3. **9 de Junho de 1987: Ato de Lançamento do PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais**
   a. **Localização:** Palácio das Convenções do Parque Anhembi – São Paulo.
   b. **Objetivo:** lançar o movimento PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais
      i. **"**Mais que um "movimento político" para conter o "avanço do Estado na economia brasileira", o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) foi a resposta das "bases" à morosidade das decisões da cúpula empresarial do país." (Movimento pretende mobilizar empresários. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a25, 10/06/ de 1987)
      ii. O PNBE se posicionou de forma contrária à especulação, em defesa da valorização da produção.
   c. **Participantes: 2.000 empresários** (os organizadores esperavam 4.000). O movimento foi organizado por quatro entidades. A maior parte dos empresários era composta pelo setor das industrias – de fato, a base do movimento foi as delegacias regionais do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Assim, faltou uma representação mais significativa dos setores de serviços e do comércio. Falaram:
      i. Paulo Butori: presidente da Associação Brasileira da Indústria de Fundição – ABIFA. É o principal articulador do PNBE;
      ii. Fábio Starace Fonseca: diretor da CIESPE de Osasco (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo);
      iii. Bruno Nardini: vice-presidente da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ;
      iv. Luiz Carlos Delben: presidente da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ;
      v. Nildo Masini: vice-presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e presidente do Sicetel (Sindicato da Indústria de Trefilação e Laminacao de Metais Não-Ferrosos no Estado de São Paulo)

vi. Também participaram da plenária Aldo Lorenzetti, presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica; Luís Américo Medeiros, do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo; René Abi Jaoudi, presidente da Associação de Apoio à Micro, Pequena e Média Empresa do Grande Rio; Cláudio Parreira Moreira, presidente da associação de Jovens Empresários; Luís Carlos Delben Leite, presidente do Sindicato Interestadual das Indústrias de Máquinas; e Max Schrappe, da Associação Brasileira das Indústrias Gráficas (Abigraf).

d. **Conteúdo:** A proposta era apresentar um abaixo-assinado de 32 mil assinaturas em prol da livre iniciativa (Cf. A moção popular. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4422, p. 5, 26/05/ de 1987).

4. **9 a 12 de Junho de 1987: Seminário Nacional de Avaliação dos Trabalhos da Constituinte**
   a. **Participantes:** inúmeras entidades (CEAC da UnB, INESC, DIAP, CEDAC, FASE, etc.) e de **centenas de pessoas** (Cf. BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988.* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008 p. 238).

5. **10 de Junho de 1987: Ato contra o aborto, a pornografia e os homossexuais**
   a. **Localização:** Salão Verde do Congresso Nacional
   b. **Objetivo:** Protestar contra a proibição de discriminação por orientação sexual, contra a pornografia e contra o aborto.
   c. **Participantes:** cerca de **300 manifestantes evangélicos.** Entre os manifestantes, estavam Rose Mandelli, Edna Rodrigues Peixoto, Márcia Rodrigues e Mário Ferreira Dias. **"**A Associação nacional dos Censores Federais enviou representantes para apoiar especificamente "a luta contra a pornografia", segundo a censora Viviam Mendonça. O deputado João de Deus (PDT—RS), de centro-direita, evangélico e ex-delegado de Polícia, liderou a manifestação com apoio dos deputados Antônio de Jesus (PMDB—GO), direita, e Daso Coimbra (PMDB—RJ), centro-direita, também evangélico." (Evangélicos fazem ato contra pornografia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a5, 11/06/ de 1987)
   d. **Conteúdo: "**Mais de dez deputados apresentaram emenda ao relatório da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher propondo a supressão da expressão "orientação sexual", no artigo que proíbe a discriminação por motivo de raça, etnia, cor, sexo ou orientação sexual. O relator da Comissão, senador José Paulo Bisol (PMDB—RS) disse que somente retirará a expressão se a maioria dos membros da Comissão se manifestar a favor." (Evangélicos fazem ato contra pornografia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a5, 11/06/ de 1987)

6. **14 de Junho de 1987: Caravanas Ruralistas para Brasília**
   a. **Localização:** Londrina-Brasília
   b. **Objetivo:** pressionar deputados e senadores a apresentarem/apoiarem

emendas de interesse da bancada ruralista

c. **Participantes:** Um pequeno grupo de lideranças rurais ligadas a União Democrática Ruralista de Londrina. Entre as lideranças, figuram o diretor-administrativo da UDR/LDA, o presidente da Sociedade rural do Paraná, um membro do Conselho Nacional da Cafeicultura e o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)

d. **Conteúdo:** estas lideranças estão se deslocando periodicamente até Brasília, atuando mais diretamente junto aqueles constituintes pertencentes a Comissão de Ordem Econômica e Social e Subcomissão de Reforma Agrária.

e. **Obs:** Os participantes foram de avião para Brasília.

7. **14 de Junho de 1987: Igreja Católica faz o "Domingo da Constituição"**
   a. **Localização:** Paróquias do Rio Grande do Sul
   b. **Objetivo:** coletar assinaturas para as 4 emendas populares promovidas pela CNBB e outras 3 de entidades ligadas à Igreja Católica.
   c. **Participantes:** Um dos promotores foi o bispo de Santa Maria (região central do RS), Dom Ivo Lorscheiter.

8. **16 de Junho de 1987: Lançamento da Campanha Nacional de apoio às Emendas Populares na Constituinte**
   a. **Localização:** Salão Verde da Câmara dos Deputados – Brasília
   b. **Participantes:**
      i. O Lançamento foi promovido pela "Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte".
      ii. O evento contou com a participação de, aproximadamente, **200 pessoas**, dentre as quais representantes da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e de vários parlamentares.
      iii. A "Articulação de Entidades" é composta por entidades representativas de diversos segmentos da sociedade, tais como: Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central Geral dos Trabalhadores (CGT); Federação Nacional de Servidores da Justiça do Trabalho (FENASTRA); Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM); Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), além de partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e outros.
      iv. Francisco Whitaker, membro da Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB, que presidiu a solenidade de abertura e dirigiu os trabalhos, leu um documento intitulado "Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte", resultado de uma reunião, daquele movimento, realizada no mesmo dia.
      v. "Fizeram uso da palavra os seguintes oradores: RUBENS LIRA (ANDES); JUSSARA CONY (União de Vereadores do Brasil); DELÚBIO SOARES DE CASTRO (Executiva Nacional da CUT); JOÃO BOSCO (CONAM); GISELA MEIRELES, em nome do movimento Estudantil; Dep. Fed.

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ); Dep. Fed. LUÍS IGNACIO LULA DA SILVA (PT/SP); Dep. Fed. EDUARDO BONFIM (PC do B/AL); e Dep. Fed. ULDURICO PINTO (PMDB/BA). Dentre os nominados, foram bastante aplaudidos LULA e JOÃO BOSCO, este último quando pediu que os participantes gritassem, com ele, o refrão: "Constituinte sem povo, não leva a nada de novo". A imprensa esteve presente ao transcorreu em clima de normalidade." (Conselho Nacional de Segurança. Caixa 46D, pp. 355-356/145-147)

c. **Conteúdo:** "O referido documento acusa os Constituintes de estarem elaborando uma Constituição pior que a atual e tentando perpetuar, ilegitimamente, um governo sem respaldo popular; de perpetuar a intromissão indevida dos militares na vida política do País; de negar ao povo os seus mínimos anseios - Reforma Agrária, liberdades democráticas, defesa das nossas riquezas e outros.

Outrossim, conclama a todos os segmentos sociais a se engajarem em um movimento de mobilização popular, em todo o território nacional, de apoio às reivindicações populares para a Constituinte; e a participarem dos seguintes eventos: dia 17 Jul 87, "Dia Nacional de Mobilização e Coleta de Assinaturas nas Emendas de Iniciativa Popular"; e dia 12 Ago 87, "Dia Nacional de Entrega Unitária da Emendas de Iniciativa Popular", com caravanas, em BRASÍLIA/DF.

Durante o evento, foram realizadas diversos pronunciamentos, enfocando o seguinte: conclamação dos populares para a participação nas emendas da Constituinte; contra a Política Econômica do Governo - revogação do "Pacote Econômico" -; abaixo o arrocho salarial; contra a interferência das Forças Armadas no Executivo e na elaboração da Constituinte; Reforma Agrária; eleições diretas para Presidente da República em 1988; greve geral; levar as emendas populares para a rua; e preparar o "Dia Nacional de Mobilização Popular"." (CNS, Caixa 46D, pp. 355-356/145-147)

9. **17 de Junho de 1987: Pressão dos Movimentos nas Comissões Temáticas**
   a. **Localização:** Plenário da Câmara dos Deputados
   b. **Conteúdo:** "O trabalho das comissões temáticas da Assembleia Constituinte foi perturbado, em alguns casos gravemente, por uma pressão inidônea e antidemocrática. Ela começou nos corredores e se instalou nas galerias, onde grupos organizados gritavam e vaiavam sem cessar. Houve momentos em que os manifestantes jogavam moedas contra os parlamentares, acusando-os de corrupção; houve episódios de agressão física a espectadores pacíficos; houve, em suma, baderna." (A voz da baderna. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 18 de junho de 1987)

10. **22 de Junho de 1987: "Noite de Autógrafos" em prol da Emenda Popular do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte**
   a. **Localização:** Sala da Constituinte – Faculdade de Direito da USP – Largo São Francisco – São Paulo.
   b. **Objetivo:** Divulgar as emendas populares, especialmente a do Plenário reivindicando a iniciativa popular. Além de assinar esta e outras emendas populares, os presentes poderão conseguir o autógrafo de artistas, políticos e membros da comunidade acadêmica que apoiam a

iniciativa.

11. **28 de Junho de 1987: VII Assembleia Nacional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) envia Carta ao Presidente da ANC, ao líder do PMDB e ao relator da Comissão de Sistematização**
    a. **Objetivo:** defender o texto da Comissão da Ordem Social e da Proposta de Emenda Popular patrocinada pela Cimi, Associação Nacional de Apoio ao Índio/RS, Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Operação Anchieta.
    b. **Participantes: 78 representantes** do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

12. **28 de Junho de 1987: Compra de Senhas de Acesso ao Plenário Pela UDR**
    a. **Conteúdo:** a UDR mostrava seu estilo, ao comprar, por 300 cruzados, cada uma das mais de 400 senhas destinadas a camponeses, para assistir às votações da Comissão de Sistematização da Constituinte. Com isso, a entidade garantia a presença de 600 representantes no Congresso, segundo relato de seu diretor nacional Cesmar Moura, que comandava o *lobby* da UDR em Brasília, junto com outras 20 pessoas. Moura fazia uma pergunta retórica: "Você acha que camponês vai deixar de ganhar 300 cruzados, para ficar assistindo no plenário do Congresso a um *telecatch* promovido pelos comunistas?". Propôs-se a comprar, nas votações seguintes, "todas as senhas deles".(*Jornal do Brasil*, 28.06.87 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 140)

13. **Junho de 1987: Caravanas da CONTAG para Brasília**
    a. **Localização:** Londrina-Brasília
    b. **Objetivo:** pressionar deputados e senadores a apresentarem/apoiarem emendas de interesse dos trabalhadores rurais.
    c. **Participantes:** somente **2 representantes** do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina estão se deslocando periodicamente para Brasília.
    d. **Obs:** A seleção e o deslocamento dos trabalhadores estão a cargo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

14. **Junho de 1987: Criação da Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte**
    **a. Objetivo:** Criar um canal de interlocução e pressão dos constituintes com os ativistas do movimento socioambiental.
    b. **Participantes:** Em dezembro do mesmo ano, um encontro reuniu 500 ativistas da Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte (composta por constituintes, ambientalistas e pesquisadores, com o apoio da SBPC). Entre os ativistas, estava Priscila Siqueira, jornalista d'O Estado e JT e representante do Movimento de Preservação de São Sebastião. Os coordenador da Frente era o dep. Fábio Feldmann (PMDB-SP) e era composta, em dezembro de 1987, por cerca de trinta constituintes (de todos os partidos), em maio de 1988 ela já contava com quase 80 parlamentares, entre eles: Fábio Feldmann (PMDB-SP); o deputado Raimundo Bezerra, um médico cearense; Cunha Bueno (PDS-SP); Plínio Sampaio (PT-SP); o centrista Júlio

Campos (PFL-MT - ex-Governador de Mato Grosso); a integrante do "Grupo dos 32" Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); e o Deputado Sarney Filho (PFL-MA). "The Front, created in June 1987, was composed of 71 representatives from environmental associations, and included 9 senators and 82 representatives linked to left-wing and center-left parties (Hochstetler and Keck 2005 *apud* ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *The Formation of the Brazilian Environmental Movement.* Brigthon: Institute of Development Studies Working Paper, 2005, p. 17)

15. **Junho, Julho e Agosto de 1987: Criação da Sala da Constituinte**
    a. **Localização:** A Sala do Estudante do C.A XI de Agosto se transformou na "Sala da Constituinte". Faculdade de Direito do Largo San Francisco – São Paulo.
    b. **Objetivo:** centralizar a coleta de assinaturas para as emendas populares à Constituinte

## Julho

1. **1, 2 e 3 de julho de 1987: Assinaturas para EPs**
    a. **Localização:** Praça Sete (Belo Horizonte/MG)
    b. **Objetivo:** Colher assinaturas para as emendas populares.
    c. **Participantes:** a mobilização foi promovida pela CUT, CGT, CPT e outras entidades populares. O dirigente da manifestação foi um funcionário da TELEMIG, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas de Minas Gerais (SINTTEL).
    d. **Conteúdo:** As sete EPs apresentadas foram sobre:
        1) Direitos dos trabalhadores
        2) Democratização dos meios de comunicação
        3) Educação
        4) Reforma Agrária, Fundiária e Política Agrícola
        5) Reforma Urbana
        6) Dispositivo de Saúde integrado
        7) Direitos de participação popular na Constituição
    e. **Obs:** o dirigente utilizou uma Kombi branca munida com autofalantes para conclamar "os transeuntes a darem opiniões sobre a Política Econômica do Governo e a Constituinte" (Bloco 1)

2. **5 de Julho de 1987: III$^{a}$ Romaria da Terra**
    a. **Localização:** cidade da Lapa (Paraná).
    b. **Participantes:** A romaria foi organizada pela Pastoral da Terra do Paraná.
    c. **Conteúdo:** Durante o evento, o Bispo de Foz do Iguaçu disse que "a igreja acompanhará os trabalhadores rurais sem-terras que pretendem deslocar-se até Brasília, com o objetivo de pressionarem os Constituintes a fim de terem suas reivindicações atendidas, notadamente no que diz respeito à Reforma Agrária, porém estão encontrando grandes dificuldades para fretarem ônibus, pois não dispõem de dinheiro para tal" (Bloco 2 – UDR).

3. **07 de Julho de 1987: Comícios/"Showmício" Diretas Já – 1988**
    a. **Localização:** Rampa do Congresso Nacional (Brasília) e São Paulo
    b. **Objetivo:**
        i. Defender eleições diretas em 1988 para presidente;
        ii. Contra o "arroucho salarial";
        iii. Por uma Constituinte progressista marcada basicamente pela defesa da soberania nacional.
    c. **Participação:** Brasília (entre **8 a 10 mil**) e São Paulo (**35 mil**). "Seus organizadores constituíram-se em um comitê suprapartidário integrado por parlamentares do PMDB (ala progressista), PT, PDT, PCdoB e PSB, e por sindicalistas ligados à CUT." (1ª e 3ª Subchefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Memória Nº 033/1ª SC/3ª SC/87, 8 de julho de 1987)
    d. **Conteúdo:**
        i. "A autorização para o protesto na Rampa do Congresso Nacional foi concedida pelo Presidente do Senado Geral, Senador Humberto Lucena, em resposta ao ofício de solicitação encaminhado pelo Senador Afonso Camargo (PMDB)." (1ª e 3ª Subchefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Memória Nº 033/1ª SC/3ª SC/87, 8 de julho de 1987)
        ii. "O evento alternou a apresentação de artistas brasilienses e de artistas trazidos do Rio de Janeiro com discursos de políticos e de sindicalistas. Merecem registro os pronunciamentos do Deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, e do presidente da CUT, Jair Meneguelli, todos aplaudidos pelo público presente. Em contraste com esses aplausos, observou-se que foram vaiados os parlamentares do PMDB, quando anunciados ao público que assistia ao comício." (1ª e 3ª Subchefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Memória Nº 033/1ª SC/3ª SC/87, 8 de julho de 1987)
        iii. "Por oportuno, convém registrar a presença de trezentos metalúrgicos oriundos do Estado de São Paulo, trazidos por iniciativa dos organizadores, com a finalidade precípua de prover segurança a este ato público. Este fato é repetição de outros já observados em eventos similares." (1ª e 3ª Subchefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Memória Nº 033/1ª SC/3ª SC/87, 8 de julho de 1987)

4. **07 de Julho de 1987: Protesto e Emenda Popular contra a Estabilidade do Movimento pela Liberdade Empresarial**
    a. **Localização:** Parque Assis Brasil – Esteio (RS)
    b. **Objetivo:** Protestar contra a estabilidade no emprego após 90 dias, a redução da jornada de trabalho, o direito irrestrito à greve e outros dispositivos contidos no anteprojeto de Constituição que estabelece os direitos e garantias aos trabalhadores. Durante a mobilização foram distribuídos cadernos para que os empresários colham assinaturas em suas localidades de origem, apoiando emenda popular contra a estabilidade no emprego. O objetivo é conseguir 100 mil assinaturas, segundo os organizadores do encontro.
    c. **Participantes:** Cerca de **5.000 empresários** de 180 dos 244

municípios gaúchos**,** 150 entidades assinaram o "Manifesto pela Liberdade Empresarial". O presidente da Federação das Indústrias, Luiz Carlos Mandelli foi um dos organizadores do encontro dos empresários. A manifestação reuniu médios e grandes empresários como o presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter e o presidente do grupo Springer, Paulo Vellinho. Participou também o presidente da Federasul, César Robério Valente.

d. **Conteúdo:**

i. "Todos eles adquiriram convites a CZ$ 250.00 antecipadamente, para consumir mais de 1 mil 500 quilos de carne, milhares de litros de chope e de vinho, e se manifestarem contra a estabilidade no emprego." (Protesto contra estabilidade reúne 5 mil empresários. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, p. 3, 08/07/ de 1987)

ii. "Cada um dos participantes do encontro recebeu da Federação e Centro das Indústrias folhetos do movimento pela liberdade empresarial criado no dia 23 de junho último e que deu origem a toda essa organização no Sul do país." (Protesto contra estabilidade reúne 5 mil empresários. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, p. 3, 08/07/ de 1987)

iii. "Os empresários — a maioria micro, pequenos e médios do interior — recebiam a proposta de emenda popular feita pelo Centro e Federação das Indústrias, em substituição ao capítulo II do anteprojeto, que trata especificamente da estabilidade. Eles esperam colher 100 mil assinaturas para sua emenda popular. (...)A emenda proposta pela Fiergs e que já começou a colher assinaturas no Parque de Esteio, durante o jantar, só inova em um item em relação à atual legislação, que é o que se refere ao pagamento de uma indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, na forma da Lei." (Protesto contra estabilidade reúne 5 mil empresários. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, p. 3, 08/07/ de 1987)

iv. Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul e do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luis Carlos Mandelli, esta teria sido a maior manifestação da história do empresariado gaúcho (Cf. DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 187).

5. **8 de Julho de 1987: Encontro "Nações Indígenas na Constituinte"**

**a. Objetivo:** divulgar e debater o texto da Emenda Popular sobre as Nações Indígenas, oferecer subsídios para a defesa deste enfoque e discutir uma estratégia conjunta de apoio na ANC.

b. **Participantes:** O encontro foi promovido pelo Cimi, sob a coordenação do seu presidente, D. Erwin Krautler. Dos 32 constituiqntes convidados pela CNBB, apenas 4 compareceram: Nélson Jobim (PMDB-RS), José Carlos Sabóia (PMDB-MA), Alceni Guerra (PDf-PR) e Haroldo Lima (PCdoB-BA).

6. **9, 10 e 11 de Julho de 1987: Caravana Ruralista à Brasília para a "Marcha Cívica"**

a. **Localização:** Brasília. Os produtores ficaram acampados no Parque

Rogério Pitom Farias, onde foi formado um grande "camping".

b. **Objetivo:** Pressionar os 93 constituinte da Comissão de Sistematização, que irão votar as questões agrárias.

c. **Participantes:** em torno de **30 mil** manifestantes de todo o Brasil. Somente do Paraná, saíram cem ônibus, sendo 23 de Londrina, 5 do Ponta Grossa, 8 de Cascavel, 10 de Campo Mourão, 2 de Paranavaí e 24 de Maringá. Ronaldo Caiado esteve em Londrina e Maringá nos dia 1 e 2 de julho para mobilizar os ruralistas.

d. **Conteúdo:**

i. **"**Ronaldo Caiado retornou a Brasília na noite de ontem (08/07/1987), após voar 42 horas de jatinho e percorrer 23 cidades em 14 Estados, convocando a classe para a concentração. "Será uma grande festa cívica, ordeira, mas com determinação", garante Caiado. (...) "Vamos dar respaldo aos constituintes que nos apoiam e mostrar ao Senador Mário Covas que a UDR existe e vai crescer cada vez mais", adverte Ronaldo Caiado. (...) A UDR vai patrocinar os custos de transporte, estadia e alimentação de todos, sendo que apenas a entidade nacional deve gastar na operação 5 milhões de cruzados." (DF: UDR está chegando. *Jornal do Estado*, 09 de julho de 1987).

ii. Nagib Abudi Filho, diretor-administrativo da UDR em Londrina afirmou que "O que estava em discussão era um modelo econômico para o Brasil. Não se tratava só de reforma agrária. Queremos uma Constituição que deixe a livre iniciativa trabalhar e que limite o papel centralizador do Estado ao mínimo possível". (UDR poderá fazer nova concentração em Brasília. *Folha de Londrina*, 15 de julho de 1987).

iii. "Não faltou o toque folclórico do costume da serventia: Anselmo Rodrigues, proprietário rural em Itabuna e São Francisco, na Bahia, trouxe a mulher, oito filhos e uma baiana para fazer acarajé. Mais sofisticadas, as regionais de São Paulo e Teresina contrataram um bufê, que despejou num restaurante improvisado numa das barracas 12 toneladas de alimentos, reforçados pela carga de verduras e hortaliças trazidas por três caminhões." (*Jornal do Brasil,* 10.07.87 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 141).

7. **16 de Julho de 1987: Convocação da População Para o Dia de Coleta de Assinaturas para a EP das Diretas Já-88**

a. **Localização:** Curitiba

b. **Objetivo:** Convocação da População Para o Dia de Coleta de Assinaturas para a EP das Diretas Já-88

c. **Participantes:** A Kombi com alto-falantes pertencia à Fundação Cultural de Curitiba (FCC)

8. **16 de Julho de 1987: Reunião das Entidades Promotoras de Emendas Populares**

a. **Objetivo:** avaliar o andamento da campanha das emendas populares. A preocupação é evitar que haja lacunas provocadas pelo trabalho

individual de cada setor, sem a unificação da campanha.

b. **Participantes:** representantes das entidades que participarão do ato publico do dia 17 de julho.

9. **16 e 17 de Julho de 1987: Congresso Nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundários e Manifestação em frente ao Congresso Nacional.**
   a. **Localização:** Brasília e Congresso Nacional.
   b. **Participantes: 4.000 estudantes secundaristas.**

10. **17 de Julho de 1987: Protesto SOS Constituinte**
    a. **Objetivo:** convocar os trabalhadores para "salvar a Constituinte"
    b. **Participantes:** CUT e CGT.

11. **17 de Julho de 1987: Desfile das Emendas Populares no Dia Nacional de Mobilização pelas Emendas Populares**
    a. **Localização:** Avenida Rio Branco – Rio de Janeiro.
    b. **Objetivo:** Divulgar 36 emendas populares, cada uma desfilando em uma ala da "escola de samba.
    c. **Participantes:** O Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte foi quem organizou o desfile, que contou com a participação de **25 mil pessoas segundo a Polícia Militar, 50 mil segundo o jornal Tribuna da Imprensa e 100 mil segundo os organizadores**. A passeata tinha representantes de sindicatos rurais de Magé, Itaboraí, associações de moradores, professores públicos em greve, marinheiros pedindo anistia para os militares, entre outros grupos. Entre os políticos que participaram da manifestação, estavam os deputados constituintes Paulo Ramos (PMDB), Vladimir Palmeira (PT)e Lysâneas Maciel (PDT); os deputados estaduais Jandira Feghali (PC do B), Milton Temer, (PSB), Ernâni Coelho (PT) e Fernando Lopes (PDT); o Vereador Sérgio Cabral (PSB); e o Ex-deputado Modesto da Silveira (PCB).
    d. **Conteúdo:**
       i. **"**A "escola de samba" terá a sua Comissão de Frente, com um representante de cada entidade do Plenário, depois da qual vem a primeira ala: Mecanismos de Participação Popular, integrada pelas comunidades eclesiais de base. ABI, Famerj e outras entidades. A concentração começará às l6h, na Candelária." ("Escola de Samba" apresentará temas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 14 de julho de 1987)
       ii. Entre as emendas defendidas estavam as da: reforma tributária, livre organização partidária, direitos das populações indígenas e defesa do monopólio estatal do petróleo.
       iii. "A maior ala da passeata foi a dos professores públicos, em greve há mais de um mês." (Nas Ruas do Rio, a passeata das emendas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34474, p. 7, 18 de julho de 1987)
       iv. "Militantes da Brizolândia, tentaram puxar uma passeata paralela, provocando a deputada Jandirá Feghali, do PC do B, e acusando-a de traidora por ter apoiado a Aliança Democrática. Mas os organizadores conseguiram controlar os brizolistas e estes acabaram por integrar-se à passeata." (Nas

Ruas do Rio, a passeata das emendas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34474, p. 7, 18 de julho de 1987)

v. "À noite, a Cinelândia ficou lotada para ver apresentações de grupos de teatro, músicos como Paulinho da Viola e Cláudio Nucci e as atrizes Lúcia Veríssimo, Lucélia Santos te Christiane Torlone. Espalhadas pela praça, dezenas de barraquinhas colhiam apoio para as emendas. Algumas já ultrapassaram as 30 mil assinaturas necessárias para serem levadas ao Congresso, como a da reforma agrária. Mas a dos direitos das populações indígenas teve pouca repercussão." (Nas Ruas do Rio, a passeata das emendas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34474, p. 7, 18 de julho de 1987)

12. **17 de Julho de 1987: Mutirão pelas Emendas em Brasília no Dia Nacional de Mobilização pelas Emendas Populares**
    a. **Localização:** Calçadão que liga o Conjunto Nacional à Estação Rodoviária – Brasília
    b. **Objetivo:** Coletar assinaturas para 13 emendas populares.
    c. **Participantes:** ativistas do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, militantes de partidos políticos e de entidades sindicais.
    d. **Conteúdo:**
        i. "O calçadão que liga o Conjunto Nacional à estação rodoviária, onde milhares de pessoas circulam diariamente, ficou tomado por dez banquinhas improvisadas com cavaletes e tábuas, nas quais os militantes colhiam assinaturas para 13 emendas populares. Quem parava estava disposto a colaborar. Só não assinava se não estivesse com o título de eleitor." (A batalha, nas ruas, pelas assinaturas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 6, 20 de julho de 1987)
        ii. Slogans: "Olha aí, olha aí. São as emendas populares. Tire o título de eleitor da bolsa e dê uma paradinha". "O povão vai por seu dedão na Constituinte. Assine as emendas populares".

13. **20 de Julho de 1987: Manifestação das Mulheres na Constituinte**
    a. **Localização:** Congresso Nacional
    b. **Conteúdo:** Um grupo de mulheres empunham cartazes "Constituinte, as Mulheres estão de olho em você", com as pautas das mulheres. (Cf. BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008 p. 39).

14. **22 de Julho de 1987: Criação do "Movimento Pela Defesa da Cultura"**
    a. **Localização:** Teatro Maria Della Costa – São Paulo
    b. **Objetivo:** Os objetivos do movimento são o "fim da censura, democratização dos meios de comunicação, garantia de emprego e pela defesa das conquistas trabalhistas já adquiridas" (Artistas querem ser ouvidos na Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 23 de julho de 1987).
    **c. Participantes:** diversos artistas e entidades ligadas ao meio cultural paulista, como a Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais e a Cooperativa Paulista de Teatro. Uma das organizadoras foi a atriz

Lélia Abramo. Participaram também Plínio Marcos, Rodolfo Konder, Antônio Fagundes e o diretor Cacá Rosset.

d. **Conteúdo:** "(...) a ideia desse movimento nasceu com a arbitrária censura estabelecida a Teledeum, peça teatral, dirigida por Caca Rosset. "Na ocasião, reunimos mais de mil artistas no Teatro Ruth Escobar e decidimos ir a Brasília entregar, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, um documento de repúdio à censura", conta a atriz. O documento entregue a Ulysses, em maio, não teve validade porque as 37 mil assinaturas estavam desacompanhadas dos respectivos números dos títulos de eleitor. "Dessa vez engrossamos o movimento com novas propostas que vão além da censura", afirma Lélia Abramo, ao se referir a itens como a descentralização dos meios de comunicação que, segundo ela, estão restritos à região Sudeste do país, "o que leva a uma descaracterização do regionalismo cultural brasileiro". Além disso, a atriz explica, os artistas reivindicam dos constituintes a garantia de exibição de obras brasileiras no rádio e na televisão. "Já existe uma lei que obriga as emissoras a preencher 70% da programação com obras brasileiras, mas ninguém cumpre e eles acabam considerando jogo de futebol e desfile de moda como obra nacional", queixa-se ela." (Artistas querem ser ouvidos na Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 23 de julho de 1987).

15. **23 de Julho de 1987: Entrega Oficial da Primeira Emenda Popular na Constituinte**

**a. Localização:** Congresso Nacional – Brasília

**b. Participantes:** Comissão de Sistematização e representantes das entidades responsáveis pela emenda: Associação Interconfessional de Educação de Curitiba, Conselho de Igrejas para Educação Religiosa e Instituto Regional da Pastoral de Mato Grosso.

c. **Conteúdo:**

i. **"**A proposta obriga a educação religiosa no ensino de 1º e 2º graus, é subscrita por 66 mil 637 eleitores (…). Além dessa emenda popular, já foram protocoladas seis propostas, mas nenhuma delas preenche os requisitos mínimos, sendo recebidas apenas como sugestão. A defesa, no plenário, da emenda que normaliza a educação religiosa será feita pelo senador Afonso Camargo (PMDB-PR)." (Emendas populares começam a chegar à Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 de julho de 1987)

ii. **"**As demais sugestões recebidas pela Comissão de Sistematização não preencheram os requisitos mínimos para serem enquadradas como emenda popular. Uma delas é sobre os direitos da criança e não foi assinada por eleitores, apenas por crianças. Outra foi encaminhada pelo Sindicato dos Artistas e acaba com a censura. A terceira sugestão é de autoria de António Figueira Fortuna e prevê a criação da Delegacia de Defesa dos Direitos do Cidadão e de um parque-oficina e de descanso para o idoso. A proposta não diz como funcionaria o parque. Só que seja na Bahia e mantido com recursos públicos.

Uma outra sugestão chegou de entidades católicas da Áustria

pedindo o reconhecimento do direito territorial dos índios como primeiros moradores do Brasil e também a demarcação e garantias de suas terras, bem como o direito exclusivo da exploração do solo e subsolo. Essa proposta chegou com 46 mil 248 assinaturas, mas não pode ser recebida como emenda.

A Câmara Municipal de Cuiabá também fez uma sugestão, a de tornar obrigatório nos currículos de universidades e escolas para as Forças Armadas, Polícia Civil e Militar e para os órgãos paramilitares de vigilância, o estudo da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Apesar de ter 32 mil 406 assinaturas, a sugestão não é patrocinada por três entidades representativas, e por isso não é emenda. Uma última, com apenas 3 mil 785 assinaturas do Colégio dos Jesuítas de Juiz de Fora, prevê que as escolas particulares tenham direito a receber recursos públicos destinados à educação." (Emendas populares começam a chegar à Constituinte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 de julho de 1987)

d. **Obs:** Depois que os funcionários da Sistematização verificam se as propostas preenchem ou não os requisitos e conferem, por amostragem, as assinaturas, o material é guardado em caixas de papelão que já ocupam toda uma parede da sala da comissão, numeradas de acordo com o número da proposta.

16. **27 de Julho de 1987: Ato de entrega das Emendas dos Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte**
    a. **Localização:** Congresso Nacional
    b. **Objetivo:** Realizar a entrega simbólica das emendas populares dos Plenários.
    c. **Participantes:** A entrega simbólica das EPs contou com representantes dos cerca de **100 plenários.**
    d. **Conteúdo:**
        i. "Dentre as propostas que mais receberam apoio popular, está a sugestão de criação de mecanismos para participação do povo, que institui um dispositivo através do qual será possível ao cidadão propor e até rejeitar leis, e que alcançou mais de 500 mil assinaturas." (Sugestões pedem que cidadão participe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 de julho de 1987)
        ii. "Segundo o jurista Dalmo Dallari, um dos organizadores da Sala da Constituinte — que centralizou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco os demais plenários montados no interior — o grande número de assinaturas conseguidas mostra que o povo está mais do que interessado em participar dos rumos do país, ao contrário do que muitos diziam. O jurista afirmou que a intenção desse projeto era exatamente possibilitar que o cidadão fosse um pouco constituinte, "para que a nova carta tenha a cara do povo e não dos técnicos em leis"." (Sugestões pedem que cidadão participe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 de julho de 1987)

17. **29 de Julho de 1987: Ato de entrega das 4 Emendas Populares da CNBB à Ulysses Guimarães**

a. **Localização:** Salão de Entrada do Congresso Nacional
b. **Objetivo:** Entregar as Emendas Populares articuladas pela CNBB para o presidente da ANC, Ulysses Guimarães.
c. **Participantes:** O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, d. Luciano Mendes de Almeida, foi quem fez a entrega das emendas populares ao presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Estavam presentes também os senadores Mário Covas, líder no Congresso constituinte, e Fernando Henrique Cardoso, líder no Senado, além do deputado Luiz Henrique (SC). Nenhum representante do PFL ou, mesmo, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), compareceram na solenidade.
    i. "Segundo d. Luciano, a coleta de assinaturas foi feita sob a orientação da CNBB, da Associação de Educação Católica, da Associação Brasileira de Ensino Superior Católico, do Movimento de Educação de Base e da instituição religiosa Caritas." (CNBB leva a Ulysses propostas de emenda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 30 de julho de 1987)
d. **Conteúdo:**
    i. "À frente de oito automóveis que transportavam uma carga de 400 quilos de papel, dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da entidade [CNBB], aterrissou no Congresso Nacional para entregar quatro emendas ao projeto de Constituição que está sendo elaborado em Brasília – com o respaldo de 1,7 milhão de assinaturas recolhidas junto à população católica das principais cidades do país. (...) a CNBB provocou uma cena inédita em Brasília, levando Ulysses Guimarães, em companhia do senador Mário Covas e do líder Luiz Henrique, a abandonar seu gabinete para receber as 125.000 folhas de papel assinadas no saguão do Congresso. "Esse trabalho vai nos ajudar a errar menos", afirmou Ulysses" (Gesto de Peso: Quase 2 milhões de pessoas apoiam emendas da CNBB. *VEJA*. São Paulo, 1987, 5 de agosto, p. 43)
    ii. As quatro propostas de Emenda de Iniciativa Popular ao anteprojeto da Constituição foram subscritas por um total de 1.761.519 eleitores. A quantidade de folhas estava distribuídas em mais de trinta volumes e pesava cerca de duzentos quilos.
    iii. As propostas determinam a proibição expressa do aborto; a primazia do trabalho sobre o capital; a liberdade religiosa e a livre criação de escolas, admitindo que sejam apoiadas financeiramente pelo Poder Público ou por entidades privadas.
    iv. "Ao entregar as quatro propostas de emenda de iniciativa popular, d. Luciano Mendes de Almeida afirmou que o número de assinaturas obtido representava a "confiança popular" no Congresso constituinte e no "processo de democratização do país". Disse ainda que o elevado número de adesões "é uma atitude que demonstra vontade de participação" e que as sugestões apresentadas "são passíveis de modificações, cabendo aos constituintes harmonizá-las e valorizar a confiança do povo"." (CNBB leva a Ulysses propostas de emenda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4,

30 de julho de 1987)

v. "O deputado Ulysses Guimarães considerou os documentos como uma demonstração do "sucesso da mobilização popular", afirmando que a presença da Igreja "nos ajudará a errar menos". "A Constituinte dedicará apreço extraordinário a esse material, e peço à CNBB que acompanhe o seu encaminhamento", disse." (CNBB leva a Ulysses propostas de emenda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 30 de julho de 1987)

vi. A CNBB optou por não entregar as suas emendas no dia 12 de agosto ,junto com a CUT e a "Articulação Nacional de Entidades para Mobilização Popular na Constituinte", por conta da greve geral que a CUT programou para o mesmo dia. "Se a greve geral fosse transformada em uma "jornada de mudanças" com o apoio das duas centrais sindicais, as entidades ligadas à Igreja, não seriam contrárias à coincidência das datas e participariam do ato promovido pela Articulação. Como isso não ocorreu, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) entregará suas emendas ao Congresso constituinte no dia 29." (Iniciativa popular tem prazo até o dia 13. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 26 de julho de 1987)

vii. "Segundo um assessor [da CNBB], a CNBB temeu ser hostilizada por grupos de esquerda no caso das emendas contra aborto e sobre liberdade religiosa, se participasse da entrega conjunta que várias entidades promoverão dia 12 de agosto." (CNBB apresenta emendas dia 29 com 800 mil assinaturas: comissão aceita ensino religioso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 de julho de 1987)

18. **30 de Julho de 1987: Instalação de Barracas para Colher Assinaturas para a Emenda Popular das Diretas Já-88**
    a. **Localização:** Barracas na "Boca Maldita", no centro de Curitiba/PR.
    b. **Objetivo:** Colher assinaturas para a Emenda Popular sobre as Diretas Já em 1988.
    c. **Participantes:**
        i. "O prefeito de Curitiba/PR, Roberto Requião de Mello e Silva, do PMDB, que vem apoiando abertamente a coleta de assinaturas, foi pessoalmente a uma das barracas para assinar a emenda popular." (Diretas Já, Bloco 3)
        ii. Segundo o agente dos órgãos de inteligência, embora tenha sido grande a repercussão da campanha na imprensa, a participação popular e a afluência de pessoas para os atos tem sido pequena.
    d. **Conteúdo:**
        i. "A prefeitura (de Curitiba) informa que está oferecendo estrutura para coleta e também para o comício pelas diretas na cidade, previsto para 18 de Setembro de 1987." (Diretas Já, Bloco 3) As listas de assinaturas correram inclusive dentro do prédio da Prefeitura para, segundo a própria, "aproveitar a grande concentração de pessoas que passa por aqui." (Diretas Já, Bloco 3)

19. **Julho de 1987: Atos Públicos em prol da Emenda Popular pelas Diretas Já-88**
    a. **Localização:** Florianópolis/SC, Joinville/SC, Laguna/SC, Lages/SC e Chapecó/SC.
    b. **Objetivo:** Colher assinaturas para a Emenda Popular sobre as Diretas Já em 1988.
    c. **Participantes:** O senador Dirceu Carneiro e o Deputado Federal Francisco de Assis Kuster, ambos do PMDB/SC, participaram dos atos em Lages. Já o ato em Florianópolis contou com a presença do Senador José Paulo Bisol (PMDB/RS). Segundo o agente dos órgãos de inteligência, embora tenha sido grande a repercussão da campanha na imprensa, a participação popular e a afluência de pessoas para os atos tem sido pequena. "Para compensar a pequena participação popular, a exemplo do que vem acontecendo na Prefeitura de Curitiba/PR, Comissões estão percorrendo repartições públicas em Florianópolis/SC visando aumentar o número de assinaturas das listas." (Diretas Já, Bloco 3)

## Agosto

1. **01 de Agosto: Protesto em Prol da Emenda Popular pela Unidade da Bahia**
    a. **Localização:** Salvador
    b. **Participantes:** cerca de **500 pessoas**. O governador Waldir Pires encerrou a manifestação com um discurso. O promotor da emenda popular é a Assembleia Legislativa da Bahia.
    c. **Conteúdo:** "No próprio trio elétrico, e ao longo de todo o percurso da manifestação, foram instalados postos de adesão à emenda popular contra a divisão, a ser encaminhada à Constituinte." (Baianos contestam divisão do estado. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4481, p. 12, 02 de agosto de 1987)
    d. "A campanha "A Bahia não se divide" está sendo promovida pela Assembleia Legislativa do Estado, onde 62 dos 63 deputados são contrários à divisão. O movimento conta com 500 postos de adesão espalhados pela cidade e começa a distribuir material por todo o interior. A meta é conseguir, até o próximo dia 12, um milhão de assinaturas de adesão à emenda popular." (Baianos contestam divisão do estado. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4481, p. 12, 02 de agosto de 1987)

2. **03 a 08 de Agosto de 1987: VI Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra**
    a. **Localização:** Goiânia/GO
    b. **Objetivo:** Esta assembleia, que ocorre bienalmente, teve como objetivo a eleição da nova diretoria da entidade e a discussão dos seguintes temas:
        i. A Assembleia Nacional Constituinte
        ii. A Reforma Agrária
        iii. O Movimento Sindical
        iv. As Comunidades Eclesiais de Base

v. Os Movimentos Populares
vi. O aprofundamento da violência contra os trabalhadores rurais "desde a implantação da Nova República".

c. **Participantes:** cerca de **150 pessoas.**
d. **Conteúdo:**
i. Denunciaram o aprofundamento da violência contra os trabalhadores rurais e afirmaram que a União Democrática Ruralista (UDR) é corresponsável pelo agravamento da violência ao ter centralizado e organizado os latifundiários.
ii. "Essa entidade (CPT) finaliza analisando a campanha de coleta de assinaturas para a apresentação de emendas populares à Constituinte, no que concerne à Reforma Agrária, que considera vitoriosa e que significa o desejo dos agricultores brasileiros desenvolverem de modo pacífico, a situação agrária do País." (Clero Progressista, Bloco 2)

3. **03 de Agosto de 1987: Lançamento da Coleta de Assinaturas de Apoio à Emenda Popular das Diretas em 88**
a. **Localização:** Viaduto do Chá – São Paulo.
b. **Conteúdo:** "O Senador (Mário Covas) reconheceu ser curto o prazo para reunir as 30 mil assinaturas necessárias à apresentação da proposta à Constituinte até o dia 13. Mesmo assim, acredita no sucesso da campanha, pois 12 postos foram inaugurados em locais de grande concentração popular e no fim de semana haverá mutirões no interior. Alguns ativistas mais entusiasmados, encabeçados pelo Deputado estadual Waldyr Trigo (PMDB), aproveitaram para, timidamente, soltar alguns gritos de "Covas Presidente", servindo de fundo para que o parlamentar admitisse poder vir a ser candidato à Presidência da República, se o partido o convocar." (Líder acha curto prazo para obter apoio a diretas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 04 de agosto de 1987)

4. **03 de Agosto de 1987: Reapresentação de Emendas Populares que não cumpriram as Exigências**
a. **Conteúdo: "**As três emendas apresentadas por entidades leigas não conseguiram cumprir as exigências quanto ao número mínimo de assinaturas (30 mil) ou de entidades (três). Foram, no entanto, reapresentadas pelos Deputados José Genoíno (PT-SP), Nilson Gíbson (PMDB-PE) e Aluízio Campos (PMDB-PB). Genoíno encampou a proposta do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo de abolição da Censura; Gíbson assumiu a emenda do Movimento da Criança na Constituinte e Aluízio Campos subscreveu sugestão da Câmara Municipal de Cuiabá exigindo estudo pelos policiais e militares do Estatuto Universal dos Direitos do Homem." (Emendas de religiosos preenchem os requisitos e deverão ser aceitas. *O Globo,* Rio de Janeiro, p. 2, 04 de agosto de 1987)

5. **04 de Agosto de 1987: Entrega da Emenda das Donas-de-casa**
a. **Participantes:** cerca de 15 representantes das donas-de-casa. Ulysses Guimarães recebeu a emenda.

6. **05 de Agosto de 1987: Ato Público Para Recolher Assinaturas para a**

**Emenda Popular Pró-Diretas 88**

a. **Localização:** Auditório da OAB-DF – Brasília.
b. **Objetivo:** recolher assinaturas para a Emenda Popular Pró-Diretas 88
c. **Participantes:** O senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF) foi encarregado por Mário Covas para coordenar o movimento no Distrito Federal. O senador contou com a colaboração dos deputados Augusto Carvalho (PCB-DF) e Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), assim como com a presença dos senadores Maurício Corrêa (PDT-DF), Mário Covas (PMDB-SP) e deputado Geraldo Campos (PMDB-DF). Participaram também os presidentes do PCB- DF, PCdoB-DF, PDT-DF, PMDB-DF, PS B-DF e PT-DF.

7. **05 de Agosto de 1987: Entrega das Três Emendas Populares Feministas**
   a. **Localização:** Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados – Brasília.
   b. **Objetivo:** Entregar as três emendas populares ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.
   c. **Participantes:** Movimento feminista e Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. Ulysses e Covas receberam as emendas populares.
   d. **Conteúdos:**
      i. "Minhas amigas, minhas patrícias, vamos de braços dados fazer essa Constituição", disse o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, cercado por donas-de-casa, feministas e integrantes do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. Diante de uma pilha de papéis com 596 mil 893 assinaturas em apoio a três emendas populares, a plateia, com bandeirinhas, cartazes e até pandeiro, não parava de gritar: "Se você pensa que mulher é boba, mulher não é boba não. (…) [Ulysses] Encerrou o pronunciamento prometendo que as emendas não seriam esquecidas na elaboração da nova Carta, e deixou o auditório aplaudido." (Feministas apresentam emendas e recebem garantias de Ulysses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 06 de agosto de 1987)
      ii. A baiana Amanda Maria da Silva se emocionou e foi ao microfone para, em nome das donas-de-casa, fazer um apelo para que a Constituinte aprove a aposentadoria para as mulheres: "Tive 21 filhos, 13 mortos de fome, e trabalhei a minha vida toda na roça, com enxada na mão. Estou com 60 anos e não tenho mais forças para trabalhar. Quero minha aposentadoria". (Feministas apresentam emendas e recebem garantias de Ulysses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 06 de agosto de 1987)

8. **06 de Agosto de 1987: Entrega da Emenda Popular pela Criação do Estado do Tocantins**
   a. **Localização:** Brasília
   b. **Objetivo:** Entregar à Ulysses Guimarães a emenda popular, assinada por 72.958 eleitores, em prol da criação do Estado do Tocantins.
   c. **Participantes:** Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral receberam a proposta do deputado Siqueira Campos (PDC-GO).
   d. **Conteúdo:** "Ulysses acrescentou que a criação do Estado do

Tocantins é revestida de uma circunstância especial, pois foi o primeiro dos novos Estados da Federação a ser criado, cujo projeto foi vetado por Sarney ano passado, para que sua instituição fosse definida pela Constituinte. O presidente da Constituinte frisou que esta emenda popular é das mais valorizadas pelo total de assinaturas recolhidas, que dá à ela, " um caráter plebiscitário". Aliás, a emenda suprime justamente o parágrafo do texto do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, que menciona a necessidade de uma consulta popular, com o objetivo, segundo os membros do comitê, de reduzir os gastos." (Tocantins recebe o apoio de Ulysses. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4485, p. 7, 07 de agosto de 1987)

9. **08 de Agosto de 1987: Entrega da Emenda Pró-"Sistema S"(Sesi, Senai, Sesc e Senac)**
    a. **Localização:** Congresso – Brasília
    b. **Objetivo:** Entregar à Ulysses a emenda popular com mais de 500 mil assinaturas em prol do Sistema S.
    c. **Participantes:** Mário Amato (Presidente da Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira (Vice-Presidente da Fiesp**)** e os empresários Daniel Sahagoff e Rui Altenfelder.
    d. **Conteúdo:** "Acredito que os constituintes endossarão nossa posição, levada por 500 mil eleitores brasileiros residentes em São Paulo. O Sesi e o Senai representam hoje o centro mais avançado de treinamento de mão-de-obra e atendimento social aos trabalhadores no País. Por isso, 500 mil pessoas nos apoiaram. E uma resposta poderosa, uma resposta de eleitores" (Emenda Pró-Sesi e Senai tem 500mil assinaturas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 08/08/ de 1987)

10. **11 de Agosto de 1987: SBPC Entrega Emenda Popular**
    a. **Localização:** Congresso Nacional – Brasília.
    b. **Objetivo:** Entregar à Ulysses Guimarães a emenda popular patrocinada pela SBPC, que proíbe a fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares no território nacional.
    c. **Participantes:** SBPC e Ulysses Guimarães
    d. **Conteúdo:**
        i. "Vou repetir o que tenho falado de manhã, de tarde e de noite: foi em abençoada hora que permitimos a abertura de canais para a participação da sociedade". A frase foi proferida ontem pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), enquanto recebia emenda popular patrocinada pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), proibindo a fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares no território nacional, à tarde em seu gabinete." (Hoje é dia da emenda popular na constituinte. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8888, p. 3, 12 de agosto de 1987)

11. **12 de Agosto de 1987: "Dia Nacional de Entrega Unitária da Emendas de Iniciativa Popular"**
    a. **Localização:** Salão Negro do Congresso - Brasília
    b. **Objetivo:** Entregar à Ulysses Guimarães as 18 emendas populares patrocinadas por entidades como a CUT, a CGT, a Contag e a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, assim como por partidos

de esquerda. A data marcaria também o início da greve geral convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT)

i. A solenidade de entrega das emendas populares de 20 entidades civis contou com a presença de **2 mil a 4 mil pessoas**.
ii. "Articulação Nacional de Entidades para Mobilização Popular na Constituinte" e, especialmente, a Central Única dos Trabalhadores, que rachou com a CGT ao definir o início da greve no dia 12 (a CGT ainda não tinha definido seu calendário e não concordava com a data).

c. **Conteúdo:**

i. A entrega das EPs foi extremamente tumultuada: Ulysses, Lula e Meneguelli subiram no balcão do Salão Negro, "enquanto os manifestantes vaiavam e gritavam palavras como "traidor" e "diretas já". Sem condições de permanecer no local, acabou sendo escoltado por funcionários de volta a seu gabinete. E Lula também desceu do balcão." (Tumulto marca entrega de emendas populares. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 13 de agosto de 1987)
ii. "Após os incidentes, Ulysses Guimarães recebeu, em seu gabinete, mais sete grupos que foram levar-lhe emendas populares. A quase todos, afirmou que estava agradavelmente surpreso em constatar o elevado número de emendas populares ao projeto de Constituição, o que, a seu ver, constitui "uma prova de grande vitalidade democrática". "Não há democracia sem povo", repetia, assegurando que as emendas populares serão examinadas com muita atenção pelos constituintes e que algumas sugestões, ainda que não venham a ser incluídas na nova Carta, são um material valioso para a elaboração da legislação ordinária e complementar." (Tumulto marca entrega de emendas populares. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 13 de agosto de 1987)
iii. ""A vaia foi sem sentido", respondeu Ulysses. "Eles organizaram uma cerimônia, me convidaram para prestigiar e, quando apareci, começaram a me agredir." (...) "Foi um ato terrível, que o doutor Ulysses não merecia", afirma o deputado José Lourenço, líder do PFL." (Ulysses Vaiado. In: *VEJA*. São Paulo, 19 de agosto de 1987, p. 18)
iv. "Ulysses deveria receber as emendas populares no alto de uma mesa de mármore mas, após atravessar um salão [Salão Negro do Congresso] apinhado de pessoas que se empurravam, se agrediam e até rasgavam roupas em meio à confusão, ficara sem forças para chegar até lá. Foi por isso que Lula e Meneguelli foram ajudá-lo, puxando-o pelo braço. Nesse momento, as vaias se tornaram ainda mais estridentes – e quando Ulysses ficou de pé, em cima do pequeno palanque improvisado, só esperou que se fizesse um pouco de silencia para ir embora, constrangido."
v. Entre as 18 emendas populares entregues à Constituinte, as duas que tratam da reforma agrária reúnem o maior número de assinaturas: mais de um milhão e cem mil.

12. **12 de Agosto de 1987: Entrega das Emendas nº39 e nº40 sobre as Nações/Populações Indígenas e Reuniões com Constituintes**
    a. **Localização:** Congresso Nacional
    b. **Objetivo:** Entregar as duas propostas (a primeira, do Cimi, com 44.171 assinaturas e a segunda, da UNI, com 35 mil assinaturas) e garantir o apoio dos constituintes
    **c. Conteúdo:**
        **i.** A primeira reunião foi com o senador Severo Gomes (PMDB-SP), que, ao avaliar a evolução da questão indígena na Constituinte, observou que, com "a campanha iniciada pelo jornal O Estado, é necessário realizar um plano de ação para reagir". (Cf. LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 103)
        **ii.** "A segunda reunião das lideranças indígenas naquele dia, ocorreria no Congresso Nacional, com o deputado Alceni Guerra, ex-relator da Subcomissão das Populações Indígenas, que reafirmou o compromisso dos parlamentares que já vinham se posicionando favoravelmente aso direitos indígenas, para que os povos viessem a ser "donos de suas terras e de suas vidas"." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 103)

13. **12 de Agosto de 1987: FIESP e "Sistema S" entregam suas Emendas Populares à Ulysses**
    **a. Localização:** Congresso Nacional
    **b. Objetivo:** entregar a emenda da Fiesp e do "Sistema S" à Ulysses.
    **c. Participantes:** Mário Amato, presidente da Fiesp, entregou a emenda a Ulysses Guimarães.
    d. **Conteúdo:**
        i. A emenda popular entregue à Ulysses continha mais de 250 mil assinaturas, dispondo que a ordem econômica deverá ser organizada dentro do respeito à livre iniciativa, preservado o direito de propriedade e proibindo a intervenção estatal no processo econômico que resulte em limitação à rentabilidade da empresa privada.
        ii. Também foi entregue outra emenda popular que pretende manter a estrutura, organização e fontes de receita das entidades – mantidas pela indústria e pelo comércio (Senai, Sesi, Senac e Sesc).
        iii. "Ulysses observou que, como as demais camadas representativas da sociedade, o empresariado também comparece para fazer propostas à Constituinte, e prometeu encaminhá-la à Comissão de Sistematização." (Fiesp entrega sua emenda à Ulysses. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 12/08/ de 1987)

14. **12 de Agosto de 1987: Encontro da Federasul contra a Estabilidade e a Jornada Semanal de 40 horas**
    a. **Localização:** Clube Sogipa – Porto Alegre.
    b. **Objetivo:** lançar uma carta aberta aos constituintes de protesto contra as propostas de estabilidade no emprego e jornada semanal de 40

horas.

c. **Participantes:** O encontro, que teve as presenças dos deputados Afif Domingos (PL-SP), Arnaldo Prieto (PFL-RS) e Luiz Andrade Poitte (PMDB-RS). Uma comissão de **100 empresários do comércio** foi formada para entregar a carta aos constituintes em Brasília. O presidente da Federasul era César Rogério Valente.

d. **Conteúdo:** "Os empresários reivindicam "ampla liberdade de trabalho para todos, sem restrições constitucionais ou leis ordinárias que tolham a livre negociação", pedem "o fim de ação paternalista do poder público" e advertem que a estabilidade inviabilizará as micro e pequenas empresas."(Comércio gaúcho faz pressão contra emendas trabalhistas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 13/08/ de 1987)

15. **12 de Agosto de 1987: Entrega da Emenda Popular pela Criação do Estado do Triângulo**

a. **Localização:** Congresso Nacional – Brasília.

b. **Objetivo:** Entregar a emenda popular, subscrita por 202.557 pessoas, pela criação do Estado do Triângulo, que reunirá 84 municípios pertencentes a Minas Gerais.

c. **Participantes:** O Iº vice-presidente da Câmara, Homero Santos, e mais os deputados mineiros Chico Humberto (PDT), Virgílio Gallas (PDS) e José Mendonça de Moraes (PMDB), participaram da campanha que contou ainda com o apoio da AVAP (Associação dos Vereadores do Alto Para- naíba),AVETRM (Associação de Vereadores do Triangulo Mineiro) e da CET (Coordenação para Criação do Estado do Triângulo).

16. **13 de Agosto de 1987: Entrega das Emendas Populares em defesa das Crianças**

a. **Localização:** Salão Negro da Câmara – Brasília

b. **Objetivo:** Entregar à Ulysses Guimarães a emenda do movimento em da criança com 66.400 assinaturas e a emenda do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com 30 mil assinaturas.

**c. Participantes:** Comissão Criança e Constituinte, Fórum Permanente da Criança como Prioridade Nacional, com 50 mil assinaturas e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com 30 mil. Deodato Rivera falou em nome da Comissão Criança e Constituinte. Além de alunos de colégios de Brasília, a comissão trouxe uma caravana de ônibus com 150 menores abandonados do Centro de Orientação Sócio Educativo do Menor Trabalhador (Cosemt), uma fundação de São Paulo.

**d. Conteúdo:**

**i.** A emenda prevê a proteção especial do Estado ao menor, quando em situação de abandono, orfandade, deficiência física ou mental, infração às leis ou dependência de drogas, e direito ao ensino gratuito a partir dos 7 anos, até a conclusão do nível médio. Propõe, também, a proibição de trabalho para menores de 14 anos e inimputabilidade penal até os 18 anos.

ii. "Ao contrário da véspera, quando deixou o Salão Negro sob uma chuva de bolinhas de papel e vaias dos adultos, o presidente da Constituinte foi recebido com bandinha de música, show de baliza, bandeirinhas pintadas em cartolina e

muitos beijos e apertos de mão das crianças. Os professores, comandando a festa de entrega das assinaturas, faziam os discursos. — Senhor presidente, existem 12 milhões de crianças abandonadas, 7 milhões nas ruas e 400 mil morreram no ano passado. 85% dessas assinaturas foram colhidas por mãos infantis. Que as crianças tenham direito à infância e ao futuro — disse, ao microfone, Deodato Rivera, integrante da Comissão Criança e Constituinte, que usava a bandeira do Brasil como capa. — É a emenda bafejada pelas brisas do futuro — respondeu Ulysses, em seu discurso." (Criança entrega emenda com Beethoven e Beatles. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 14 de agosto de 1987)

17. **13 de Agosto de 1987: Entrega da Emenda Popular pela Unidade da Bahia**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Objetivo:** Entregar à Ulysses Guimarães a emenda popular com 400 mil assinaturas pela unidade da Bahia (contra a criação do estado de Santa Cruz).
    c. **Participantes:** Waldir Pires (governador da Bahia), cerca de 20 deputados estaduais de vários partidos, a bancada baiana e representantes da Associação Baiana de Imprensa, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Federação das Associações de Bairros de Salvador (entidades que patrocinaram a emenda).

18. **13 de Agosto de 1987: Líderes Empresariais Gaúchos entregam Emenda Popular Contra a Estabilidade de Emprego e em Defesa da Livre Iniciativa**
    **a. Localização:** Brasília
    **b. Objetivo:** entregar à ANC a emenda popular com 78 mil assinaturas contra a presença do Estado na economia e entregar uma "carta aberta aos constituinte" ao ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.
    **c. Participantes: 190 líderes empresariais gaúchos.** Entre eles, o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Carlos Mandelli.
    **d. Conteúdo:** A carta entregue assume posição contrária à estabilidade de emprego à fixação de semana de trabalho de 40 horas, em defesa da livre iniciativa, aliada à redução da interferência do Estado na economia.

19. **13 de Agosto de 1987: Entrega da Emenda (Covas) Pró-Diretas 88**
    a. **Localização:** Comissão de Relações Exteriores – Congresso Nacional – Brasília
    b. **Objetivo:** Entregar a Ulysses a emenda popular, subscrita por 96.863 pessoas, que marca para novembro de 1988 as eleições diretas para presidente da República.
    c. **Participantes:** A emenda foi entregue à Ulysses pelo líder do PMDB, senador Mário Covas, e presidentes de entidades que ajudaram na coleta de assinaturas, como a Federação Nacional dos Jornalistas, o Instituto dos Arquitetos do Brasil e a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil.

d. **Obs:** "A entrega das emendas, na verdade, acabou virando brincadeira. Representantes das entidades que patrocinaram a emenda das diretas em 88, por exemplo, ficaram esperando na sala até que alguém apresentasse a proposta de número 87. Entraram atrás e ficaram com o simbólico 88. Proposta semelhante, patrocinada pelo senador Mário Covas, entretanto, não conseguiu tanto, mas obteve o número 100." (No arquivo, os sonhos populares. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, nº 34497, p. 6, 14 de agosto de 1987)

20. **14 de Agosto de 1987: Passeata Pró-Diretas 88**
    a. **Localização:** Concentração na Praça Sete e encerramento na Praça da Rodoviária (Belo Horizonte/MG)
    b. **Objetivo:** ganhar apoio para a "Campanha Pró-Diretas 88"
    c. **Participantes:** as lideranças que participaram da mobilização foram Virgílio Guimarães (Dep. Fed.- PT), Nilmário Miranda (Dep. Est. - PT), Helena Greco (Ver. – PT e membro da comissão dos direitos humanos da Câmara Municipal), "Carlão" (membro do PT e secretário da UTE), um militante do PCdoB, Marcos Vinícius (militante do PT).
    d. **Conteúdo:** O comitê mineiro apresentou uma relação de parlamentares mineiros que apoiam a tese de diretas em 1988. A lista conta com nomes de cinco deputados federais, 37 estaduais, de 18 vereadores, assim como de 48 entidades civis e sindicais.
    e. **Obs:** ver lista de programação de manifestações elaborada pelo Comitê.

21. **15 de Agosto de 1987: 7 Pequenos Comícios da Campanha Pró-Diretas 88**
    a. **Localização:** Bairros da Periferia de Belo Horizonte
    b. **Objetivo:** ganhar apoio popular para a campanha Pró-Diretas 88 e chamar a população para o grande comício do dia 3 de setembro.

22. **26 de agosto a 4 de setembro: Defesa das Emendas Populares No Plenário da Comissão de Sistematização, por representantes da sociedade civil.**

23. **28 de Agosto de 1987: CIMI divulga nota criticando o substitutivo do relator Bernardo Cabral no tocante aos direitos indígenas**
    a. **Objetivo:** criticar o substitutivo do relator Bernardo Cabral no tocante aos direitos indígenas
    b. **Participantes:** a carta foi divulgada pelo presidente do Cimi, Dom Erwin Krautler.
    c. **Conteúdo:** "O Substitutivo apresentado pelo dep. Bernardo Cabral, no dia 26 deste mês, ignorou e subverteu os debates e princípios que orientaram a redação dos dispositivos sobre os direitos indígenas na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias e na Comissão da Ordem Social. Fez-se tabula rasa das decisões aprovadas pelo voto da imensa maioria dos membros da Subcomissão e Comissão." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 98)

24. **Agosto de 1987: Caravana da UDR pra Brasília.**
    a. **Fonte:** Sem-terra pressionam para que reforma saia. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4533, p. 5, 02 de outubro de 1987.

## Setembro

1. **02 de Setembro de 1987: Apresentação das Emendas Sobre Direitos da Criança e do Adolescente na Comissão de Sistematização**
    a. **Localização:** Comissão de Sistematização – Brasília.
    b. **Objetivo:** Apresentar as emendas populares sobre os Direitos da Criança e do Adolescente
    c. **Participantes:** professor Vital Didonet e o professor Deodato Riveira (representantes da Comissão Nacional Criança-Constituinte e do Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais com Bernardo Cabral).
    d. **Conteúdo:** O relator Bernardo Cabral pediu às entidades para apresentarem um texto síntese das duas emendas.

2. **03 de Setembro de 1987: Comício Pró-Diretas 88**
    a. **Localização:** Praça da Rodoviária (Belo Horizonte/MG)
    b. **Objetivo:** promover a campanha pelas eleições diretas em 1988.
    c. **Participantes:** promovido pelo Comitê Mineiro Pró-Diretas 88, composto pelo PCdoB, PCB, PDT, PT, PV, Partido Humanista, dissidentes do PMDB, entidades de classe como Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Professores e as Centrais de Trabalhadores. O evento reuniu cerca de **3.000 pessoas**, incluindo a presença de Luiz Inácio Lula da Silva, dos senadores Mário Covas, Ruy Bacelar e Afonso Camargo, dos deputados Fernando Lyra, Otávio Elísio, Célio de Castro, Virgílio Guimarães e João Paulo Pires Vasconcelos.

3. **04 de Setembro de 1987: Reunião da Comissão Nacional Criança-Constituinte & do Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais com Bernardo Cabral**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Objetivo:** Apresentar ao Bernardo Cabral um texto consolidado das duas propostas de emenda popular coordenadas pelas duas entidades, e que somam juntas mais de 130 mil assinaturas.
    c. **Participantes:** dep. Bernardo Cabral (relator da Comissão de Sistematização); dep. Nelson Aguiar (PMDB-ES); Vital Didonet e Deodato Rivera (representantes das duas entidades).
    d. **Conteúdo:**
        i. O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, se comprometeu a incluir mais um capítulo em seu novo substitutivo que tratará apenas do direito das crianças e dos adolescentes.
        ii. "O capítulo, que possui dois artigos, o primeiro com cinco parágrafos e quatorze incisos, sofreu uma única restrição por parte de Cabral. "Isto eu não vou colocar", disse Cabral (…) apontando para o parágrafo segundo, que considera inimputáveis penalmente os menores de dezoito anos. "Se eu colocar isto, vai ser derrubado em plenário. E melhor ficar como está, pois isto o código penal garante" afirmou sem a concordância dos três interlocutores. "Vamos garantir também

este artigo", afirmou Aguiar, depois da entrega da emenda." (Relator assume compromisso com crianças. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4510, p. 4, 05 de setembro de 1987)

iii. "A emenda, que teve o apoio de todas as lideranças partidárias na Constituinte e obteve 184 assinaturas, foi resultado de um entendimento entre as duas entidades, coordenado pelos deputados Nelson Aguiar e Robson Marinho. A consolidação das propostas foi feita a pedido do próprio Bernardo Cabral, em reunião com a Comissão Nacional Criança e Constituinte e o Foro Permanente de Entidades Governamentais." (Relator assume compromisso com crianças. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4510, p. 4, 05 de setembro de 1987)

4. **4 de Setembro de 1987: Apresentação das Emendas Populares do Movimento Indígena na Constituinte**
   a. **Localização:** Comissão de Sistematização – Congresso Nacional – Brasília.
   b. **Objetivo:** Apresentar as emendas populares nº39 e 40.
   c. **Participantes:** As duas emendas indígenas foram as últimas a serem apresentadas, num plenário esvaziado. Dos mais de 90 membros da Comissão de Sistematização, estiveram presentes apenas 27 e outros 20 constituintes não-membros da Comissão.
   d. **Conteúdo:** A fala do coordenador da UNI, Aylton Krenak atraiu a atenção de toda a mídia nacional e internacional. Krenak pintou o rosto com uma tinta negra à base de jenipapo enquanto denunciava a campanha anti-indígena deflagrada pelo "Estadão" e o retrocesso no Substitutivo do relator Bernardo Cabral.

5. **12 de Setembro de 1987: II Romaria da Terra**
   a. **Localização:** Povoado de Mangueira/MA até Bacabal/MA
   b. **Objetivo:** refletir sobre a luta dos trabalhadores rurais e demonstrar a esperança da Igreja e lavra dores na solução de conflitos agrários do Brasil, em especial do MARANHÃO. Exigir reforma agraria já na Constituinte.
   c. **Participantes:** cerca de **15.000 pessoas**, entre religiosos, leigos e políticos (incluindo dois deputados federais).

6. **7 a 18 de Setembro de 1987: Lobby do Movimento Indígena na Constituinte**
   **a. Objetivo:** defender as emendas populares do movimento e avaliar o seu impacto sobre a Comissão de Sistematização
   b. **Participantes:** diversos membros dos Regionais do Cimi
   c. **Conteúdo:** eles percorreram gabinetes e auxiliaram no contato com os constituintes. No entanto, em função do adiamento do prazo de apresentação de emendas, muitos parlamentares estavam ausentes de Brasília.

7. **16 e 17 de Setembro de 1987: Encontro de Sindicalistas da CUT e CGT "Direitos dos Trabalhadores na Constituição"**
   a. **Participantes:** O encontro foi organizado pela CUT e pelo CGT, com apoio do DIAP e do DIEESE.

8. **21 de Setembro de 1987: Passeata pela Preservação das Florestas e Contra a Poluição Ambiental**
    a. **Localização:** passeata saiu da 503/504 Sul e seguiu até a Praça do Povo, no Setor Comercial Sul – Brasília.
    b. **Objetivo:** conscientização da população para a gravidade da devastação da natureza e a sensibilização dos constituintes para a importância da inclusão, na nova Constituição, "da plataforma ecológica nacional".
    c. **Participantes:** Na praça, foi realizado ato público com a presença de constituintes, representantes de centrais sindicais, partidos políticos e entidades de defesa da natureza. O ato teve também a participação de artistas. Entre os organizadores, destaca-se Dora Dinato, coordenadora da Assembleia Ecológica Permanente de Brasília.
    d. **Conteúdo:** A plataforma ecológica nacional é contrária à construção de usinas nucleares sob qualquer hipótese. Outro ponto importante é a institucionalização do crime tecnológico, já que atualmente os atos de destruição da natureza são considerados como contravenção, cuja pena normalmente é uma simples multa.

9. **26 de Setembro de 1987: DIAP começa a preparar o livro "Quem Foi Quem na Constituinte?"**
    a. **Objetivo:** Divulgar a posição dos constituintes em relação às questões trabalhistas e, assim, pressioná-los a votar em prol dos trabalhadores.
    b. **Participantes:** DIAP e Oboré Editorial.
    c. **Conteúdo:**
        i. "A ideia de lançar o *Quem foi Quem* ocorreu em um momento em que os líderes sindicais optavam por mudar as suas táticas de pressão sobre os constituintes. Os sindicatos deixaram de lado as grandes concentrações nos gramados em frente ao Congresso e passaram a atuar na base eleitoral dos parlamentares. Essa estratégia, garante Ulysses Riedel de Resende, "é mais eficaz"." (Sindicalistas usam livro como arma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 27 de setembro de 1987)
        ii. "Ao mesmo tempo, o Jornal do Diap publicará um resumo das mesmas informações do livro em tiragens capazes de atingir, virtualmente, segundo Resende, a todos os 3 mil e 100 sindicatos de trabalhadores urbanos e 2 mil 600 sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil. "O movimento sindical será totalmente informado" sobre o que vai se passar na Constituinte, acrescentou o lobbista." (Sindicalistas usam livro como arma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 27 de setembro de 1987)
        iii. "Para esse cerco às bases, os sindicatos servem-se de uma rede de jornais sindicais que, segundo Sérgio Gomes, um dos diretores da Oboré, seria capaz de tiragens de até 10 milhões de exemplares. O modelo é parecido na maioria deles. O último número do boletim da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, por exemplo, publica a lista dos 93 membros da Comissão de Sistematização e respectivos telefones. O desenho de um polegar para cima, para baixo ou o de uma mão estendida

indicam: "estes estão conosco", "estes podem estar" e "estes estão contra".” (Sindicalistas usam livro como arma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 27 de setembro de 1987)

10. **27 e 28 de Setembro de 1987: Encontro e Manifestação de Aposentados**
    a. **Localização:** Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.
    b. **Participantes:** cerca de **600 aposentados.** (Cf. BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008 p. 77).

11. **29 de Setembro de 1987: Manifestação pelo Ensino Gratuito**
    a. **Localização:** Brasília, Comissão de Sistematização
    b. **Objetivo:** exigir o ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis, gestão democrática das instituições de ensino, exclusividade de verbas públicas para escolas públicas, aposentadoria especial aos 25 anos de serviço e plano de carreira unificado.
    c. **Participantes: 200 estudantes** da UnB ocuparam as galerias da Câmara durante a reunião da Comissão de Sistematização. Em frente ao prédio do Congresso, outros **2.000 estudantes e professores** se concentravam.
    d. **Obs:** a Comissão de Sistematização não estava votando nenhuma das suas pautas, mas sim a votação do item sobre tortura.

## Outubro

1. **02 de Outubro de 1987: Caravana à Brasília de Agricultores Sem-Terra, Minifundiários e Líderes Sindicais para pressionar a aprovação da emenda popular sobre a reforma agrária**
    **a. Localização:** Rio Grande do Sul – Brasília
    b. **Objetivo:** Se unir a cerca de 8.000 agricultores de todo o país pressionar a aprovação da emenda popular sobre a reforma agrária.
    c. **Participantes:** 400 agricultores sem-terra, minifundiários e líderes sindicais gaúchos partem, em 10 ônibus, para se unir a cerca de **8.000 agricultores de todo o país.** Entre eles, estava Darci Maschio, da Executiva Regional dos Sem-Terra.
    d. **Conteúdo:** “Os colonos programaram, para Brasília, manifestações em frente à embaixada americana, aos ministérios da Agricultura e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, e ao Tribunal Federal de Recursos, onde, segundo Darci Maschio, da Executiva Regional dos Sem-Terra, “160 processos de desapropriação estão engavetados”.” (Agricultores gaúchos partem para Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 02 de outubro de 1987)

2. **5 de Outubro de 1987: Encontro do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)**
    a. **Localização:** Palácio das Convenções, no Anhembi, em São Paulo.
    b. **Objetivo:** Agitar publicamente a bandeira do liberalismo, sabatinar o ministro Bresser Pereira e promover a aproximação direta entre empresários e trabalhadores, deixando o governo de lado (Sandra Balbi, *Senhor*, 13.10.87 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita.* Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 133)

c. **Participantes:** quase **2.000 pessoas.**

3. **5, 6 e 7 de Outubro de 1987: Manifestações em Brasília de agricultores sem-terra em prol da Emenda Popular sobre a Reforma Agrária**
   a. **Localização:** Brasília
   b. **Objetivo:** pressionar a aprovação da emenda popular sobre a reforma agrária.
   c. **Participantes:** entre **7.000 a 8.000 agricultores de todo o país.** O movimento de pressão foi coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pelo MTST. pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra}.
      i. José Rainha Júnior: representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MTST).
      ii. Hamilton Pereira: representante da CPT.
      iii. José Francisco da Silva: presidente da Contag
      iv. Paulo Farina: secretário rural da CUT.
   d. **Conteúdo:**
      i. "Viremos a Brasília fazer pressão. E voltaremos aos estados para fazer ocupação", disse o representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MTST), José Rainha Júnior, revelando que, para a categoria, a reforma agrária não será feita sem a própria iniciativa dos trabalhadores." (Sem-terra pressionam para que reforma saia. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4533, p. 5, 02 de outubro de 1987)
      ii. "José Francisco enumerou, como pontos principais para a reforma agrária, que a Indenização das áreas desapropriadas seja paga, tanto para a terra nua como para as benfeitorias, em Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e que a imissão de posse seja automática e não em 90 dias, como prevê o substitutivo do relator Bernardo Cabral." (Sem-Terra terão: *lobby* de 7 mil. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8939, p. 6, 02 de outubro de 1987)
      iii. "Eles admitem ainda negociar alguns acréscimos no substitutivo do Relator Bernardo Cabral, desde que seja rejeitada a emenda do Deputado Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG), que retira do texto a imissão na posse." (Manifestantes defendem a emenda da reforma agrária. O Globo, Rio de Janeiro, p. 5, 06 de outubro de 1987)
   e. **Obs:**
      i. "Mesmo não coincidindo com a votação da reforma agrária pela Comissão de Sistematização, cuja ata ainda está indefinida, cerca de 7 mil trabalhadores rurais de todo o País vão acampar em Brasília nos próximos dias 5, 6 e 7 para pressionar os constituintes e, principalmente mostrar a organização da categoria. (…) O descumprimento do calendário de votação pela Comissão de Sistematização obrigou essas entidades a cancelar, por duas vezes, a vinda dos trabalhadores a Brasília. Agora, o acampamento será feito, independentemente do dia em que a Comissão vier a votar a reforma agrária." (Sem-terra pressionam para que reforma

saia. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4533, p. 5, 02 de outubro de 1987)

ii. "Os trabalhadores virão de ônibus ou caminhão e montarão suas barracas no Parque da Cidade — onde no último mês de agosto, a União Democrática Ruralista (UDR), entidade dos fazendeiros, também esteve acampada no centro de treinamento da Contag." (Sem-terra pressionam para que reforma saia. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4533, p. 5, 02 de outubro de 1987)

iii. "Nos três dias de acampamento dos trabalhadores rurais haverá concentração na rampa do Congresso Nacional. E haverá também concentração na frente dos ministérios da Reforma Agrária, da Agricultura e da Justiça." (Sem-terra pressionam para que reforma saia. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4533, p. 5, 02 de outubro de 1987)

iv. "Na segunda-feira, dia 5, os trabalhadores rurais farão uma concentração em frente ao prédio do Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) e entregarão um documento ao ministro Jader Barbalho cobrando a reforma nos campos. Na terça-feira pela manhã, eles passam outro documento às mãos do ministro da Agricultura, Íris Rezende, sobre política agrícola. À tarde, visitam o que chamaram de "entidades amigas": CNBB, ABI, OAB e UnB. Às 18 horas participam de um ato público em frente ao Ministério da Justiça para denunciar a violência no campo e cobrar uma posição do ministro Paulo Brossard para coibir a "mão armada do latifúndio". A agenda dos trabalhadores na terça-feira se encerra com um show popular na rampa do Congresso Nacional. Na quarta, a mesma rampa do Congresso será palco de outra manifestação. Durante esses três dias, comissões de sindicalistas rurais manterão contatos com os constituintes, quando falarão do seu desencanto com o fato do substitutivo Bernardo Cabral não ter contemplado as propostas dos trabalhadores do campo." (Sem-Terra terão: *lobby* de 7 mil. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 8939, p. 6, 02 de outubro de 1987)

4. **5, 6 e 7 de Outubro de 1987: Caravana do Movimento Indígena se une à Caravana pela Reforma Agrária**
   a. **Objetivo:** defender as terras indígenas e a necessidade de reforma agrária como forma de eliminar as pressões sobre os territórios indígenas.
   b. **Participantes: 27 indígenas nordestinos,** dos povos Fulni-ô, Xukuru-Kariri (AL), Kariri-Xokó (AL) e Pankararu (PE).

5. **07 de Outubro de 1987: Reunião entre Empresários e o PMDB**
   a. **Objetivo:** Buscar um acordo sobre a estabilidade no emprego.
   b. **Participantes:** os principais líderes do PMDB e representantes dos empresários.

6. **23 de Outubro de 1987: Debate sobre Reforma Agrária (Belo Horizonte/MG)**

a. **Objetivo:** Debater e colher apoio para a emenda popular sobre reforma agrária.
b. **Participantes:** aproximadamente **100 pessoas** se reuniram no auditório da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para o debate "Reforma Agrária: as faces da luta", promovido pelo respectivo Diretório Acadêmico. Os debatedores foram Virgílio Guimarães de Paula (dep. Fed. Pelo PT); o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de UNAÍ/MG; e o ex-presidente da EMATER/MG.
c. **Conteúdo:** em sua fala, Virgílio afirmou que "durante a votação nas Subcomissões de Sistematização, a reforma agrária foi o tema mais polêmico e que os ânimos estiveram mais acirrados, tendo a UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA (UDR) prometido até apartamento para aqueles que votassem a seu favor, como foi o caso de um deputado do PARÁ. Disse ainda que a luta pela reforma agrária vem crescendo muito, "e só assim teremos uma reforma a altura dos anseios da população que dela precisa para tirar o sustento de sua própria família"" (Bloco 1).

7. **Outubro de 1987: Greve dos Funcionários da Embratel em defesa do Monopólio Estatal das Telecomunicações**
   a. **Participantes:** funcionários da Embratel
   b. **Objetivo:** Defender a emenda popular que estabelece a manutenção do monopólio estatal das telecomunicações.
   c. **Conteúdo:** "O SR. PAULO RAMOS (PMDB-RJ). Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assistimos, na semana passada, a um esforço desenvolvido pelos funcionários da Embratel, que entraram em greve para evitar que o monopólio das telecomunicações fosse quebrado. E, em sendo uma questão de altíssimo interesse nacional, dessa tribuna desejamos manifestar toda a solidariedade aos servidores dessa empresa."(DANC, 28/19/87, p. 3263 apud BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988.* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008 p. 45)

8. **Outubro: União Brasileira dos Empresários lança campanha na mídia contra a estabilidade no emprego**
   **a. Conteúdo:** "Em torno da questão da estabilidade no emprego a UB, junto com organizações setoriais e regionais, deslanchou uma de suas mais impressionantes campanhas de pressão e ação propagandística, cujo símbolo foi um anúncio publicado nos jornais (sugestivamente intitulado de 'Alerta à Nação') e alguns clipes de televisão." (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 188).

9. **Final de Outubro de 1987: Reunião de Lançamento da Frente Empresarial Mineira**
   a. **Localização:** sede da Associação Comercial de Minas – Belo Horizonte.
   b. **Objetivo:** lançar a Frente Empresarial Mineira com o objetivo de pressionar os constituintes à reverterem as posições da Comissão de Sistematização.

c. **Participantes:** 39 presidentes de federações, associações e sindicatos patronais 'de todos os setores da economia'.
d. **Conteúdo:** "A reunião, realizada a portas fechadas, serviu de palco a duras acusações contra 'esquerda demagógica'. A FEM contaria, para montar seu QG em Brasília, com uma ampla sala no Lago Sul, mantida pela Associação Comercial de Minas, e com um *lobby* altamente qualificado para 'esclarecer' os constituintes sobre as matérias em votação. Essa estrutura era especificamente destinada à Constituinte e seria mantida enquanto durasse a elaboração da legislação ordinária, que sucederia à Constituição." (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 124).

## Novembro

1. **04 de novembro de 1987: "Jantar do dia 4 de Novembro"**
   a. **Localização:** Sede da CNI – Brasília
   b. **Participantes: 30 empresários**, incluindo a cúpula da UB, como Albano Franco, Amaury Temporal, Camilo Cola, Antônio Oliveira Santos e Antônio de Pádua Rocha Diniz.
   c. **Conteúdo:**
      i. "O empresariado decidira agir direta e pessoalmente sobre o 'Centrão', não esperando pelo posicionamento do governo, que concentraria suas atenções em itens como o mandato presidencial e o tipo de regime." (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 198)
      ii. "O empresariado decidiu criar um grupo de mobilização pró-livre iniciativa, numa Frente Nacional articulada com o 'Centrão', mas sem vincular-se integralmente ao grupo." (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 199)

2. **04 de Novembro de 1987: Reunião de Empresários com o Presidente Sarney**
   a. **Localização:** Palácio do Alvorada
   b. **Objetivo:** pressionar o presidente a dar o seu apoio contra a estabilidade do trabalhador.
   c. **Participantes:** Estiveram presentes, na reunião com o Sarney: o presidente da Fiesp, Mário Amato; o presidente do Grupo Cataguazes-Leopoldina, Ivan Botelho; o presidente da Camargo Corrêa, Sebastião Camargo; e Murilo Mendes, da Construtora Mendes Júnior, acompanhados de dois outros empresários.
   d. **Conteúdo: "**Eles afirmaram que o empresariado não pretendia desestabilizar o governo. Informaram ao presidente que alguns deles falariam duro no dia seguinte, mas que isso era consequência da necessidade de darem uma satisfação ao público interno. Pediram, por fim, o apoio de Sarney contra algumas medidas da Constituinte, entre elas a estabilidade e a garantia de emprego. Em troca, prometeram apoiar os cinco anos de mandato." (Empresário recolhe dinheiro para influenciar votação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 08 de

novembro de 1987)

3. **04 de Novembro de 1987: Início de Propaganda Televisiva Contra a Estabilidade no Emprego**
    a. **Participantes:** Frente Nacional de Livre Iniciativa
    b. **Conteúdo:** A produção e veiculação dos **três filmes publicitários** contra a estabilidade no emprego tiveram um custo de Cz$ 70 milhões.

4. **05 de Novembro de 1987: Reunião da União Brasileira de Empresários (UB)**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Objetivo:** um dos objetivos era juntar dinheiro para a ofensiva final em favor de seus interesses na Constituinte. "Um grande empresário, adversário dessa prática, diz que a soma vai chegar aos 5 milhões de dólares." (Empresário recolhe dinheiro para influenciar votação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 08 de novembro de 1987)
    c. **Participantes:** se reuniram alguns dos maiores empresários do país. Antônio Oliveira Santos era o presidente da UBE e da Confederação Nacional do Comércio.
    d. **Conteúdo:**
        i. A arrecadação de dinheiro seria, supostamente, principalmente para pagar as despesas de um andar do Hotel Nacional, em Brasília, onde está instalado o QG da Frente da Livre Iniciativa. "Conta um empresário que se está financiando estada, passagens aéreas e tudo mais de cerca de 20 técnicos vindos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e até da Amazônia para servirem na infraestrutura do movimento." (Empresário recolhe dinheiro para influenciar votação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 08 de novembro de 1987)
        ii. No entanto, havia especulações de que o dinheiro seria utilizado para "comprar o voto" de alguns deputados. "Além do senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Antônio Ermírio de Moraes deixou claro que não concorda com a mistura de política com dinheiro alto. Mais tarde, Antônio Ermírio iria a uma reunião em uma das três casas alugadas pelo *lobby* empresarial no Lago Sul. Lá, com muito mais ênfase, avisou que não concordaria com a utilização de métodos não convencionais: "A negociação deve se dar em nível político", advertiu mais uma vez." (Empresário recolhe dinheiro para influenciar votação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 08 de novembro de 1987).
        iii. "A cerimônia de posse de 82 dos maiores empresários do país como membros do Conselho Consultivo da União Brasileira de Empresários (UB), em novembro de 87, na presença de 250 líderes do setor, marcaria uma nova fase da campanha de luta do empresariado: o início da ofensiva geral sobre a Constituinte, reunindo as áreas urbana e rural." (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 181)

5. **10 de Novembro de 1987: Encontro Nacional do PNBE com sindicalistas – dia de reflexão sobre a estabilidade**
    a. **Localização:** Centro das Indústrias de Santo Amaro (SP)
    b. **Participantes:** participaram cerca de 300 entidades empresariais e associações sindicais. O anfitrião foi Joseph Couri e a "vedete" do encontro foi Luiz Antônio Medeiros, presidente do maior sindicato da América Latina (*Senhor*, 17.11.87 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 133 e p. 189)

6. **19 de Novembro de 1987: Delegação Indígena entrega a "Carta dos Povos Indígenas na Faixa da Fronteira"**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Objetivo:** defender o direito do índio e protestar contra o 2º Substitutivo do relator Bernardo Cabral
    c. **Participantes:** representantes de **21 povos e organizações indígenas** da faixa de fronteira da região Norte. O grupo era formado por indígenas Marubo (AM), Karipuna e Galibi (AP), Apurinã (AC), Kaxarari (RO), e membros do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (AM) e Conselho Geral das Tribos Tikuna – CGTT (AM).
    d. **Conteúdo:** Pedro Inácion Rikuna (AM) denunciou o 2º Substitutivo do relator Bernardo Cabral: "dizem que Tikuna não é mais índios, porque usa sapato igual ao branco. E igual porque sabe falar português e lê um pouquinho não são mais índio. Não é verdade. São índio porque nós conhecemos a nossa história. Sabemos andar no mato, temos nossos remédio próprio. E nossa tradição, nosso costume, nossa língua. Nós escrevemos na nossa própria língua. É o próprio índio que são brasileiro. (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 109)

7. **21 e 22 de Novembro de 1987: Leilão de Gado da UDR**
    **a. Localização:** Dracena, SP.
    **b. Participantes:** O leilão foi organizado pela União Democrática Ruralista (UDR) da Região de Alta Paulista
    **c. Conteúdo:**
        **i.** "Segundo o leiloeiro oficial, Omar Fayad, 611 animais foram leiloados e muitos deles, depois de arrematados, foram novamente doados à entidade, que ainda não contabilizou o resultado dos leilões de implementos agrícolas. Os produtores que não puderam transportar o gado para a cidade fizeram doações em dinheiro, num total de Cz$1,1 milhão." (Cz$10 milhões no leilão da UDR. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24 de novembro de 1987).
        **ii.** "Para Rui Boldini, presidente da UDR de Dracena, o leilão superou todas as expectativas: "Tudo o que foi apresentado foi arrematado". E com o objetivo de demonstrar que os fazendeiros também estão preocupados com o social, foi leiloado um boné com um lance final de Cr$205 mil, quantia repartida entre as entidades assistenciais da cidade." (Cz$10 milhões no leilão da UDR. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24 de novembro de 1987).

8. **24 de Novembro de 1987: Reunião dos Movimentos para Garantir as Conquistas da Comissão de Sistematização**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Objetivo:** Garantir as conquistas da Comissão de Sistematização e articular a ação dos movimentos populares.
    c. **Participantes:** CUT, CGT, ABI, OAB, Contag, MST e sete partidos (PT, PDT, PCB, PCdoB, PSB, PV e do MUP do PMDB)

9. **25 de Novembro de 1987: Manifestação de Mulheres em Brasília**

10. **Novembro de 1987: Mobilização de Entidades de Esquerda Contra os Rumos da Constituinte**
    a. **Localização:** Londrina/PR
    b. **Objetivo:**
        i. Mobilização de grupos e entidades de esquerda de Londrina/PR para denunciar que, com a formação da Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI) – bloco de parlamentares de centro – está sendo criado um "lobby" no Congresso Nacional, integrado pela União Democrática Ruralista (UDR), federações de indústrias, comerciantes, industriais e latifundiários, objetivando fazer com que a Constituinte tome outros rumos.
        ii. Defesa das conquistas obtidas na Comissão de Sistematização, como a estabilidade no emprego, a criação de um sistema único de saúde, imissão imediata na posse da terra para fim da Reforma Agrária, pagamento em dobro das horas extras, aplicação de 18 por centro do orçamento da União para a educação, etc.
    c. **Participantes:** O movimento tem o apoio da CUT e do PT. Os seus principais líderes sindicais são:
        i. Um professor de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, militante da CUT e do PT;
        ii. "Ceará", membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de Londrina, militante da CUT e do PT;
        iii. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Londrina, , militante da CUT e do PT;
        iv. Um professor membro da Associação dos Professores do Paraná;
        v. Membro da Federação das Associações de Moradores de Londrina.

11. **Novembro de 1987: CNBB e CIMI lançam o livro "A Verdadeira Conspiração contra os Povos Indígenas, a Igreja e o Brasil**
    **a. Objetivo:** demonstrar o caráter falso das acusações veiculadas pelo jornal "O Estado de S. Paulo", e os interesses econômicos das mineradoras privadas, que estariam por trás da campanha.

## Dezembro

1. **3 de Dezembro de 1987: Sindicalistas atiram moedas, dinheiro em**

**cédulas e papel higiênico nos parlamentares**

a. **Localização:** Plenário do Congresso Nacional.
b. **Objetivo:** Protestar contra os deputados que votam contra os interesses dos trabalhadores.
c. **Participantes:** líderes sindicais. Jair Meneguelli (presidente da CUT) estava co-liderando o protesto.
d. **Conteúdo:**
   i. "Uma coisa é relatar para os companheiros algum fato, outra coisa é os próprios líderes sindicais verem a sem-vergonhice no Congresso constituinte. Temos o líder de um partido, que nem é brasileiro, fazendo gestos obscenos, e outro líder partidário dando bananas para as galerias." — Meneguelli referia-se aos deputados José Lourenço (BA), líder do PFL na Câmara, e Amaral Neto (RJ), líder do PDS, respectivamente." (Esquerda ameaça com greve geral. O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34596, p. 5, 08 de dezembro de 1987)
   ii. "A maior preocupação do sindicalista com relação ao Centrão é a Insistência do grupo suprapartidário em derrubar a estabilidade no emprego." (Esquerda ameaça com greve geral. O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34596, p. 5, 08 de dezembro de 1987)

2. **3 de Dezembro de 1987: Plenária Nacional das Entidades Democráticas, Populares e Sindicais**

a. **Localização:** Auditório Petrônio Portella – Senado Federal - Brasília.
b. **Objetivo:** Articulação para garantir ganhos na Carta, fazendo uma manifestação de "rechaço à investida reacionária de setores oligárquicos, contra o reconhecimento de direitos democráticos, reivindicações populares e liberdades sociais na Constituição".
c. **Participantes:** Sindicalistas, inclusive as duas principais centrais sindicais (CUT e CGT), CONTAG, representantes da sociedade civil, os Plenários de Participação Popular na Constituinte, União Nacional dos Estudantes (UNE), movimentos populares e ainda artistas, intelectuais e dirigentes e parlamentares de partidos políticos.

3. **6 de Dezembro de 1987: Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte faz um chamado para uma greve geral no país**

a. **Localização:** Brasília
b. **Objetivo:** Organizar uma greve geral no país contra os rumos dos trabalhos na Assembleia Constituinte.
c. **Participantes:** A informação foi dada pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli. A principal promotora da ideia foi a Frente Nacional de Entidades Sindicais e Populares pela Defesa da Democracia.
d. **Conteúdo:**
   i. "Documentos com a proposta estão sendo enviados aos sindicatos e movimentos populares em todo o território nacional e as respostas serão endereçadas à plenária, que volta a se reunir em fevereiro para definir o dia de deflagração do movimento. Meneguelli disse que o grupo ainda não decidiu se a greve vai ocorrer durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, ou logo após a promulgação da nova Carta

Magna." (Esquerda ameaça com greve geral. O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34596, p. 5, 08 de dezembro de 1987)

ii. "Na opinião do sindicalista, a paralisação deve acontecer juntamente com os debates que preparam a Constituição, para "denunciar esta democracia falsa, que não promove nenhuma segurança para o trabalhador". Meneguelli concorda que "será uma greve essencialmente política", mas não acredita na definição como um movimento de radicalização da esquerda: "A nós teríamos só duas alternativas de nos manifestar, mas não possuímos gado para colocar em leilão, nem dinheiro suficiente para formar uma caixinha entre os militantes e comprar constituintes. Também não poderíamos aceitar passivamente o retrocesso, em termos de Constituição. Assim, utilizaremos o que temos: o direito universal de protestar." (Esquerda ameaça com greve geral. O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34596, p. 5, 08 de dezembro de 1987)

4. **8 de Dezembro de 1987: "II Encontro do Movimento de Mulheres pela Livre Iniciativa"**
   a. **Participantes:** Um dos participantes foi o deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP)

5. **9 de Dezembro de 1987: Encontro dos Constituintes com Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte**
   a. **Localização:** Auditório Petrônio Portela (de manhã) e Auditório Nereu Ramos (à tarde) – Congresso Federal - Brasília.
   **b. Objetivo:** pressionar os constituintes à votarem em prol dos interesses da "Frente Ecológica" e reunirem-se com o presidente do Congresso Constituinte, Ulysses Guimarães.
   c. **Participantes: 500 ativistas** da Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte (composta por constituintes, ambientalistas e pesquisadores, com o apoio da SBPC). Entre os ativistas, estava Priscila Siqueira, jornalista d'O Estado e JT e representante do Movimento de Preservação de São Sebastião. Os coordenador da Frente era o dep. Fábio Feldmann (PMDB-SP) e era composta, em dezembro de 1987, por cerca de trinta constituintes (de todos os partidos), em maio de 1988 ela já contava com quase 80 parlamentares, entre eles: Fábio Feldmann (PMDB-SP); o deputado Raimundo Bezerra, um médico cearense; Cunha Bueno (PDS-SP); Plínio Sampaio (PT-SP); o centrista Júlio Campos (PFL-MT - ex-Governador de Mato Grosso); a integrante do "Grupo dos 32" Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); e o Deputado Sarney Filho (PFL-MA). "The Front, created in June 1987, was composed of 71 representatives from environmental associations, and included 9 senators and 82 representatives linked to left-wing and centre-left parties (Hochstetler and Keck 2005 *apud* ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *The Formation of the Brazilian Environmental Movement.* Brigthon: Institute of Development Studies Working Paper, 2005, p. 17)
   d. **Conteúdo:**
      i. **"**os líderes oriundos de quase todas as regiões brasileiras percorreram os gabinetes dos deputados de seus estados e

territórios. E acabaram tingindo a cúpula do Congresso com balões em forma de gotas de sangue, numa manifestação pró-gerenciamento costeiro." (Protesto ecologista: "gotas de sangue" no Congresso. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6762, p. 2, 10 de dezembro de 1987)

ii. "Fábio Feldmann pediu a todos que pressionem para mudar o capítulo referente às populações indígenas ("que está muito ruim e nós precisamos alterar isso"), que segundo ele "abre as terras indígenas à exploração do subsolo por grupos estatais e privados, o que, além de empobrecer esses povos vai levar a destruição aos rios, matas e outros recursos de que o índio necessita para viver com dignidade. Sem essa pressão, a nova Constituição representará um retrocesso nesse setor"." (Protesto ecologista: "gotas de sangue" no Congresso. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6762, p. 2, 10 de dezembro de 1987)

iii. "Os pesquisadores científicos externaram suas preocupações em torno da questão do gerenciamento costeiro do País: o ante- projeto recém-encaminhado ao Congresso Nacional pelos ministérios da Marinha e Desenvolvimento Urbano é muito vago sobre quem deve proteger especificamente o litoral — um órgão novo? — além de dispersar a responsabilidade pelo assunto entre os governos federal, estadual e municipal." (Protesto ecologista: "gotas de sangue" no Congresso. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6762, p. 2, 10 de dezembro de 1987)

iv. "Antes do encontro com Ulysses Guimarães, os integrantes da Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte desafiaram a própria segurança do Congresso, realizando uma passeata interna portando uma baleia, um' filhote e uma flor (balões de gás) — o que só foi possível graças à participação maciça dos deputados constituintes. (…)E acabaram a passeata fora do Congresso, mantendo sobre a cúpula da Câmara dos Deputados as gotas simbólicas de sangue. Afinal, por falta de patrulhamento marítimo, os pescadores catarinenses continuam atirando contra as baleias brancas — que pesam 30 toneladas e têm 13 metros de comprimento — que procuram as enseadas locais para acasalarem-se."(Protesto ecologista: "gotas de sangue" no Congresso. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6762, p. 2, 10 de dezembro de 1987)

6. **9 de Dezembro de 1987: Encontro de Sindicalistas**
   a. **Localização:** Câmara Federal
   b. **Participantes:** Entre os sindicalistas, estava o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli.

7. **13 de Dezembro de 1987: Comício por diretas em 88**
   a. **Localização:** São Paulo.
   b. **Participantes**: **15 mil** pessoas.

8. **18 de Dezembro de 1987: Comício por diretas em 88**
   a. **Localização:** Rio de Janeiro
   b. **Participantes**: reúnem **15 mil** pessoas.

c.

# 1988

## Janeiro

1. **16 de Janeiro de 1988: Distribuição de Cartazes "Traidores do Povo"**
    a. **Localização:** Brasil
    b. **Objetivo:** Denunciar os constituintes que não votaram de acordo com os interesses dos trabalhadores.
    c. **Participantes:** Segundo José Sampaio de Lacerda Junior, presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, a entidade produziu **50 mil panfletos e 20 mil cartazes** e conta com a ajuda de várias entidades representativas da população brasiliense, como associações de moradores, de profissionais, classistas e até setores da igreja.
    d. **Conteúdo:** As emendas de interesse dos trabalhadores citadas no cartaz do sindicato são: garantia de emprego, jornada de trabalho de 44 horas, horas extras pagas em dobro, licença maternidade de 120 dias, aviso-prévio mais justo, direito trabalhista sem prescrição, aposentadoria com salário da ativa e mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.
    e. **Obs:** Os deputados Valmir Campelo (PFL/DF), Jofran Frejat (PFL/DF), Francisco Carneiro (PMDB/DF), Márcia Kubitschek (PMDB/DF) e o senador Meira Filho (PMDB/DF) ameaçaram acionar judicialmente o Sindicato que os acusou de "traidores do povo", através de cartazes e panfletos.

2. **18 de Janeiro de 1988: Reunião do Plenário Pró-Participação Popular em Reação ao Centrão**
    a. **Localização:** Sede da OAB-SP.
    b. **Objetivo:** Definir a estratégia da mobilização contra a emenda do Centrão que suprime os mecanismos de participação popular da Constituição.
    c. **Conteúdo:** O Plenário emitiu uma nota assinada pelo professor Goffredo da Silva Telles Junior e pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo protestando contra a eliminação de todos os instrumentos de participação popular.

3. **20 de Janeiro de 1988: OAB inicia a sua participação na Campanha pelas Diretas em 88**
    a. **Objetivo:** iniciar a sua participação na Campanha pelas Diretas em 88.
    b. **Participantes:** OAB, representada pelo seu presidente Márcio Thomaz Bastos.
    c. **Conteúdo:**
        i. A mobilização dos advogados deverá incluir manifestações públicas, reuniões, cartas e telegramas aos constituintes e a elaboração de quadros com a posição dos parlamentares em relação à proposta das diretas-88.
        ii. "Em carta dirigida aos presidentes das secções regionais, o presidente da OAB nacional, Márcio Thomaz Bastos, afirma

que a entidade é «frontalmente contrária» a um mandato de cinco anos para o presidente Sarney (…). Lembra, Márcio Thomaz Bastos, que a OAB, inclusive pelo seu colégio de presidentes, já tomou posição sustentando que a transição politica deve se encerrar com a promulgação da nova Constituição e que, terminada a transição, as eleições diretas para a Presidência da República precisam ser marcadas de imediato»" (OAB iniciará campanha pelas diretas em 88. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4625, p. 4, 20 de janeiro de 1988)

4. **27 de Janeiro de 1988: Reunião do Comitê Interpartidário + Entidades pelas Diretas-88**
    a. **Localização:** Sala da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal - Brasília.
    b. **Objetivo:** pressionar o Congresso constituinte, via mobilizações de rua, a aprovar o mandato de quatro anos para o presidente Sarney.
    c. **Participantes:** Quase cem parlamentares de todos os partidos e representantes de várias entidades. Entre eles:
        i. Dep. Afif Domingos (PL-SP)
        ii. Dep. Sólon Borges dos Reis (PTB-SP)
        iii. Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)
        iv. Dep. Wilma Maia (PDS-RN)
        v. Dep. Luís Inácio Lula da Silva (SP)
        vi. Ex-governador Esperidião Amin (SC)
        vii. Ex-governador Franco Montoro (SP)
        viii. Senador José Richa (PMDB-PR)
        ix. Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP)
        x. Senador Affonso Camargo (PTB-PR), entre outros.
    d. **Conteúdo:**
        i. Aprovou-se a realização do "**Dia Nacional de Advertência**", no dia 4 de março, às 16h, em todo o país. "Segundo a proposta, aprovada sem contestação, haverá atos de protesto de todo o tipo: passeatas, greves-relâmpago, "panelaços", buzinaços" etc. A OAB coordenará todas as manifestações para "despartidarizar" a iniciativa, como disse Thomaz Bastos." (Comitê aprova 'Dia Nacional de Advertência'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 28 de janeiro de 1988)
        ii. "Uma das decisões de ontem foi a afixação de **cartazes com a relação dos parlamentares que são contra o mandato de quatro anos** para Sarney, encabeçada pelos respectivos governadores, nas regiões centrais das capitais do país." (Comitê aprova 'Dia Nacional de Advertência'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 28 de janeiro de 1988)
        iii. "Candidato do PT à Presidência da República, Lula disse ontem que seu partido aproveitará o horário gratuito de rádio e televisão que disporá no dia Iº de março para divulgar o protesto do dia 4. O "Dia Nacional de Advertência" é a última tentativa do comité interpartidário de mobilizar a opinião pública em favor dos quatro anos de mandato. Seus próprios organizadores reconhecem que se a tentativa falhar dificilmente o plenário do Congresso constituinte deixará de

aprovar o mandato de cinco anos." (Comitê aprova 'Dia Nacional de Advertência'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 28 de janeiro de 1988)

## Fevereiro

1. **02 de Fevereiro de 1988: Almoço da UDR com Empresários**
    a. **Localização:** Associação Comercial do Rio
    b. **Participantes:** estavam presentes **547 empresários.** Incluindo Ronaldo Caiado. A plateia estava repleta de ruralistas do interior fluminense, empresários da capital e líderes da UDR de vários estados do Pais.
    c. **Conteúdo:**
        i. "O presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, pregou ontem a realização de uma marcha cívica com a participação do empresariado rural e urbano a fim de que surja um líder "com credibilidade reconhecida pela população", capaz de articular o pacto social. Suas visitas pelas principais cidades do Pais tem este objetivo: estimular a aproximação campo-cidade para que desta junção apareça um nome que represente ruralistas e empresários urbanos na sucessão presidencial." (Caiado propõe marcha cívica. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4637, p. 4, 03 de fevereiro de 1988)
        ii. "A entrada de Ronaldo Caiado na sede da Associação Comercial foi tumultuada. Um grupo de manifestantes da CUT — cerca de 20 pessoas — postou-se diante do prédio e, com megafones e cartazes, protestou contra a presença do líder ruralista. O protesto teve momentos de tensão quando Caiado chegou: os manifestantes, com acusações e palavras de ordem, partiram em sua direção, mas foram contidos por sua segurança pessoal." (Caiado propõe marcha cívica. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4637, p. 4, 03 de fevereiro de 1988)
        iii. "Dos 547 empresários presentes, de acordo com pesquisa da Associação Comercial, 59,5% preferem eleições presidenciais em 88; 31,3% em 89 e apenas 2,5% em 90. O candidato da preferência do grupo ê António Ermírio de Moraes, com 40,8% dos votos." (Caiado propõe marcha cívica. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4637, p. 4, 03 de fevereiro de 1988)

2. **02 de Fevereiro de 1988: Reunião do DIAP com os Líderes e Grupos Partidários**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Participantes:** Sindicalistas e constituintes.
        i. Ulysses Riedel – diretor técnico do DIAP
        ii. Bernardo Cabral (PMDB-AM)
        iii. Guilherme Afif Domingos (PL-SP)
    c. **Conteúdo:**
        i. Discutiu-se 13 dos 18 pontos listados pelo Diap e foi apresentado alternativas de acordo para a maioria deles.
        ii. "Para a imprescritibilidade poderá ser selado um acordo em torno da emenda do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que estabelece o prazo de cinco anos para que uma ação

trabalhista prescreva." (Camata pode definir imprescritibilidade. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4637, p. 4, 03 de fevereiro de 1988)

iii. O tema mais polêmico era a estabilidade no emprego.

iv. O Diap fez uma exposição sobre as reivindicações da Comissão de Sistematização e coincidia com a posição da esquerda e da liderança do PMDB, e os grupos como Centrão, Entendimento e Grupo dos 32 ficaram de examiná-las e voltar a discutir hoje já na condição de representes autorizados a fechar ou não acordos.

3. **02 de Fevereiro de 1988: Reunião dos Dirigentes Sindicais**
   a. **Localização:** sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)
   b. **Participantes: 60 dirigentes** de federações e sindicatos. Entre eles Joaquim dos Santos Andrade (CGT)
   c. **Conteúdo:**
      i. O consenso na reunião foi de que o "movimento sindical não troca a estabilidade no emprego por indenização compensatória da demissão sem justa causa." (Sindicalistas não aceitam indenização. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4637, p. 4, 03 de fevereiro de 1988)
      ii. "O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Augusto Medeiros — que já se manifestou disposto a aceitar a indenização, em lugar da garantia de emprego — participou apenas do início da reunião, retirando-se em seguida para ir a uma audiência no Ministério da Fazenda." (Sindicalistas não aceitam indenização. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4637, p. 4, 03 de fevereiro de 1988)

4. **03 de Fevereiro de 1988: Reunião de Entidades em Prol das Diretas-88**
   a. **Localização:** Sede do Conselho Federal da OAB
   b. **Objetivo:** Articular as entidades em prol da campanha por Diretas em 88.
   c. **Participantes:** participaram **13 entidades**. A OAB foi designada, na semana passada, como entidade de articulação do movimento suprapartidário.
   d. **Conteúdo:** As entidades decidiram que, dentro de exatamente um mês, a 4 de março, pretendem promover um dia nacional pela rápida convocação de eleições presidenciais diretas. A CNBB, presente como "observadora", deixou claro por seu representante que apoiará "tudo o que for decidido pelas bases da Igreja".
      i. "Na primeira troca de experiências, seccionais como a do Rio Grande do Sul relataram operações de panfletagens nos feudos eleitorais de constituintes comprometidos com os cinco anos para Sarney, e a encomenda de placares com o nome daqueles que desejam um mandato de quatro anos. Joaquim dos Santos Andrade, presidente da CGT, declarou que o sucesso do movimento depende apenas da divulgação de que ele dispuser." (Quatroanistas promovem abraço ao Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a12, 04 de fevereiro de 1988)

5. **03 de Fevereiro de 1988: Reunião entre o presidente da CGT e Mário Covas**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Participantes:** O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade e o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Joaquim era inclusive o suplente do senador Mário Covas.
    c. **Conteúdo:** O presidente da CGT, depois de negociar paralelamente com o líder do PMDB na Constituinte, chegou à conclusão de que o melhor é apoiar a proposta da Comissão de Sistematização.

6. **03 de Fevereiro de 1988: Reunião dos Presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Eletricitários de São Paulo com o Centrão**
    a. **Localização:** Hotel onde mora o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP).
    b. **Objetivo:** Negociar as emendas de interesse dos trabalhadores, especialmente a questão da estabilidade.
    c. **Participantes:** Os presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Eletricitários de São Paulo, Luiz António Medeiros e Antônio Rogério Magri, tomaram café da manhã com Afif, almoçaram com Afif e José Geraldo (PMDB-MG) e jantaram, também no hotel, com toda a cúpula do *Centrão*. À última hora (o encontro só terminou às 2h da madrugada), foi convocado para participar da conversa o deputado Ronaldo Cézar Coelho (PMDB-RJ), do Grupo de Entendimento, autor da proposta que a ala moderada do *Centrão* aceita e os sindicalistas acham cada vez melhor.
    d. **Conteúdo:**
        i. "A emenda de Ronaldo Cézar diz que a relação de emprego é protegida contra demissão imotivada, na forma da lei, que assegurará indenização compensatória sem prejuízo de outros benefícios. Magri e Medeiros apoiam essa proposta, mas querem que nas Disposições Transitórias fique assegurado o direito de o trabalhador receber indenização já e com a maior retroatividade possível. O problema, e por isso no jantar o acordo não foi fechado, é que o *Centrão* não gosta da expressão "sem prejuízo de outros benefícios" (acha que futuramente pode vir a ser interpretada na Justiça como estabilidade) e quer que a demissão imotivada seja permitida "mediante" indenização compensatória, com a menor retroatividade possível." (Sindicalistas brigam entre si. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 05 de fevereiro de 1988)
        ii. Os sindicalistas estão divididos: "Meneghelli apoia o PT, Joaquinzão fica com Covas, e Magri e Medeiros tendem a fechar com o *Centrão* Magri admitiu que fica "com a maioria" se não houver acordo e Medeiros está disposto até a convocar uma assembleia de metalúrgicos para aceitar a proposta do grupo (estabilidade vinculada à indenização) com maior respaldo." (Sindicalistas brigam entre si. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 05 de fevereiro de 1988)

7. **03 de Fevereiro: Reunião de Sindicalistas com o Centrão**
    a. **Localização:** Brasília

b. **Objetivo:** Negociar as emendas de interesse dos trabalhadores, especialmente a questão da estabilidade.
c. **Participantes:** Centrão e Presidentes dos Respectivos Sindicatos:
    i. CGT
    ii. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
    iii. Confederação dos Profissionais Liberais
    iv. Confederação dos Trabalhadores em Educação e Cultura
    v. Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres
    vi. Federação dos Metalúrgicos de São Paulo
    vii. Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo
    viii. Sindicato dos Eletricitários de São Paulo
d. **Conteúdo:**
    i. Nessa reunião, apesar do apoio de Joaquim Santos Andrade (CGT) ao texto da Comissão de Sistematização, não se chegou a um acordo, pois, ao contrário dos presidentes dos sindicatos, Luiz António Medeiros e Antônio Rogério Magri, o líder da CGT não aceitou retirar do texto permanente o princípio da estabilidade nem vinculá-lo à indenização.
    ii. "O *Centrão* conseguiu por contra si também o presidente da CNTI, José Calixto, ao propor, através do deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), a troca da estabilidade pela manutenção do imposto sindical, que pela emenda do grupo é extinto, e a exclusão do princípio da pluralidade sindical. "Se eles querem desmantelar o movimento sindical, que o façam sozinhos", disse Calixto." (Estabilidade pode ter acordo a partir da emenda de Lula. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 05 de fevereiro de 1988)

8. **04 de Fevereiro: Reunião de Sindicalistas com Constituintes**
a. **Objetivo:** Negociar as emendas de interesse dos trabalhadores, especialmente a questão da estabilidade.
b. **Participantes:** Alguns dos participantes eram
    i. Jair Meneguelli (Presidente da CUT)
    ii. Joaquim dos Santos Andrade (Presidente da CGT)
    iii. Dep. Luís Roberto Ponte (PMDB-RS; Centrão)
    iv. Dep. Carlos Alberto Caó (PDT-RJ)
    v. Dep. Luiz Alfredo Salomão (PDT-RJ)
    vi. Dep. Edmilson Valentim (PC do B-RJ)
    vii. Dep. Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP; Centrão)
    viii. Dep. Bernardo Cabral (PMDB-AM)
    ix. Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP; 3º secretário da Constituinte)
c. **Conteúdo:**
    i. **"**Por iniciativa do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), do *Centrão,* a emenda do deputado Luís Inácio Lula da Silva (FT-SP), propondo estabilidade no emprego, foi posta na mesa de negociações dos parlamentares que discutem, com os sindicatos, o capítulo dos Direitos Sociais. De agora em diante, a proposta do líder do PT na Constituinte servirá como ponto de partida para qualquer acordo que venha a ser firmado entre a esquerda e o *Centrão,* com a participação da CUT e da

CGT." (Estabilidade pode ter acordo a partir da emenda de Lula. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 05 de fevereiro de 1988)

ii. "A emenda de Lula estabelece "garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados os casos de falta grave comprovada judicialmente, contrato a termo não superior a dois anos ou fato econômico intransponível, técnico ou infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização a critério do empregado". Ponte exige que o critério valha tanto por parte do empregado quanto do empregador." (Estabilidade pode ter acordo a partir da emenda de Lula. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 05 de fevereiro de 1988)

iii. Fala de Meneguelli: *"Aceitar o texto da Sistematização sobre estabilidade foi abrir as pernas. E eu admito que abri. Mas arreganhar as pernas, desculpem, não vi dar. Se era para fazer isso que estão fazendo era melhor não ter Constituinte.* (…) *Em nome da CUT, não posso aceitar qualquer acordo que estabeleça o princípio da venda do trabalhador, em troca de indenização. Não quero que a Constituinte negocie em nosso nome com os empresários. Queremos o embate direto com o empresariado. Em nossas negociações diretas, os empresários sempre nos mandam procurar a lei. Chegou o momento, por isso mesmo, de querermos honestidade na elaboração desta Constituição, porque até agora não se falou com honestidade em estabilidade no emprego.* (…) [*Ele manifestou, depois, a disposição da CUT em não negociar:] Nem que seja para perder tudo. O que queremos é a possibilidade de continuar a lutar junto com o trabalhador."* (Cf. Estabilidade pode ter acordo a partir da emenda de Lula. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 05 de fevereiro de 1988)

9. **04 de Fevereiro de 1988: Manifestação Abraço Brasília**
   a. **Localização:** Entorno do Congresso Nacional – Brasília.
   b. **Objetivo:** protestarcontra os parlamentares do Centrão, em defesa dos direitos que constam do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização e a luta por eleições diretas para Presidente da República este ano.
   c. **Participantes:** cerca de **2.000/2.500 ativistas** de mais de **200 entidades.**
   d. **Conteúdo:** Os ativistas deram as mãos, formando um imenso retângulo que "abraçou" o edifício e jardins dianteiros do Congresso Nacional. Eles também realizaram um enterro simbólico dos parlamentares do Centrão: ao som da Marcha Fúnebre de Chopin, os sindicalistas pregaram cerca de 150 cruzes no gramado do Congresso com o nome destes constituintes. A maior cruz foi reservada ao presidente José Sarney. (Cf. Lideranças sindicais "abraçam" o Congresso. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4639, p. 4, 05 de fevereiro de 1988)
      i. "Os manifestantes têm como ponto de reunião a Universidade de Brasília, à qual a CUT e a CGT encomendaram 1.500

refeições e a instalação de banhos, e aonde participam às lOh de uma assembleia destinada a definir as próximas etapas da campanha. No gramado diante do Congresso, terão um palanque com quatro conjuntos de caixas de som e provavelmente uma enorme faixa com o slogan "Acorda, Brasil, antes que o Centrão-Sarney acabe com você".” (Quatroanistas promovem abraço ao Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a12, 04 de fevereiro de 1988)

ii. “Um dos dirigentes do Centrão, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), qualificou a manifestação de "inoportuna", por estar "carregada de segundas intenções ideológicas" e propositalmente convocada para exercer sobre os constituintes uma "ingerência externa".” (Quatroanistas promovem abraço ao Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a12, 04 de fevereiro de 1988)

e. **Obs:**

i. a manifestação atrasou uma hora por conta de uma operação policial (da Polícia Militar Mineira, Patrulheiros Rodoviários e de agentes da Polícia Federal) que reteve durante a madrugada, em Sete Lagoas (MG), um comboio de 11 ônibus. O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, chegou a pedir que o presidente do Senado, Humberto Lucena, intercedesse por telefone junto ao governador de Minas, Newton Cardoso, para liberar o comboio.

ii. “O “ato simbólico e não de massa" — na medida em que os aguardados participantes são militantes qualificados de suas respectivas entidades – foi autorizado pela Secretaria da Segurança do Distrito Federal, e teve seu roteiro previamente negociado com a Mesa da Câmara.” (Quatroanistas promovem abraço ao Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a12, 04 de fevereiro de 1988)

10. **04 de Fevereiro de 1988: Abraço à AL da Manifestação “Acorda Brasil Antes que Acabem com Você**

a. **Localização:** Assembleia Legislativa de Belo Horizonte

b. **Objetivo:** protestar contra o Centrão e os seus 23 constituintes mineiros, do PMDB, do PDS e do PFL, que estariam se posicionando contra os interesses dos trabalhadores nas votações dos artigos e capítulos da nova Carta Magna.

c. **Participantes:** a manifestação contou com cerca de **300 pessoas** e foi organizada pela Frente Sindical e Popular de Minas Gerais.

d. **Conteúdo:** Os ativistas abraçaram o prédio da Assembleia Legislativa.

11. **04 de Fevereiro de 1988: Reunião de Entidades Paulistas Favoráveis às Diretas em 88**

a. **Localização:** Sede da OAB-SP na Praça da Sé

b. **Objetivo:** Articular a campanha em São Paulo pelas Diretas-88

c. **Participantes:** cerca de **80 pessoas**, representando **33 entidades paulistas.**

d. **Conteúdo:** Foi decidido a realização de uma marcha a Brasília, provavelmente em março, para, “segundo o presidente da OAB-SP,

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, "manifestar o desejo de São Paulo a favor de diretas para presidente neste ano”.” (Manifestação por diretas em 88 abraça o Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a7, 05 de fevereiro de 1988)

12. **04 de Fevereiro de 1988: CIMI divulga lista, por estados, dos constituintes indecisos ou não simpáticos à causa indígena**
    a. **Objetivo:** indicar os constituintes que deveriam receber atenção preferencial das bases missionárias da entidade, através de contatos pessoas e envio de cartas.
    b. **Participantes:** Conselho Indigenista Missionário.

13. **1ª Semana de Fevereiro: Negociação do CIMI com o Líder do PMDB**
    a. **Conteúdo:**
        i. A assessoria do Cimi negocia junto ao senador Mário Covas uma emenda modificativa de uma emenda do próprio senador que incluía entre os bens dos Estados as terras de “extintos aldeamentos indígenas” (o que poderia estimular a volta da prática de extinção de aldeamentos, assim como representar uma ameaça às comunidades indígenas cujos aldeamentos foram ilegalmente extintos no passado, apesar dos índios existirem até hoje).
        ii. No entanto, “O Senador imaginou que esta emenda teria trânsito fácil, e deixou de incluí-la na discussão para acordo. O resultado foi funesto. Como o Plenário sequer ficou sabendo que o dispositivo emendado era, de certa forma, oriundo do próprio autor da emenda, setores de centro e de direita entenderam a emenda como uma ameaça ao patrimônio dos Estados. O próprio relator, dep. Bernardo Cabral, encaminhou contra a emenda (Mário Covas sequer tomou o cuidado de conversar previamente com o relator). Assim, a emenda obteve apenas 250 votos favoráveis e 188 contra. Exigem-se, no mínimo, 280 votos para aprovação das emendas, e o texto foi mantido como estava, pela falta de 30 votos...” (GAIGER, Júlio. *Informe Constituinte*. Brasília: Cimi, nº 30, 04 de fev., 1988 (mimeo).)
        iii. Após o fracasso da emenda modificativa, a equipe de Covas se comprometeu, perante os assessores do Cimi, a trabalhar o quanto antes para a supressão do dispositivo no segundo turno de votações em plenário.

14. **23 de Fevereiro de 1988: Reunião dos Empresários com o Senador Mário Covas**
    a. **Participantes:** O senador Mário Covas se reuniu com empresários da Confederação Nacional do Comércio. Também participaram o Senador Fernando Henrique Cardosos e o Dep. José Serra.

15. **29 de Fevereiro de 1988: Tentativa de formação do Movimento da Insatisfação contra os rumos da transição democrática (contra os avanços progressistas da Constituinte)**
    a. **Objetivo:** pressionar a revisão das decisões “polêmicas” ou, caso contrário, deslegitimar a nova *carta magna* via desobediência civil ou

golpe.

b. **Participantes:** militares e empresários

c. **Conteúdo:** Contrários aos novos direitos dos empregados aprovados no primeiro turno do Plenário, "como a licença de 120 dias para gestantes, oito dias de folga aos maridos das gestantes, bonificação de um terço dos salários nas férias, hora extra mais cara do que a normal em pelo menos 50 por cento, e ampliação do aviso prévio na demissão" (Patrões podem fazer movimento contra a carta. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9082, p. 9, 29 de fevereiro de 1988).

## Março

1. **04 de Março de 1988: "Dia Nacional da Advertência"**
   a. **Objetivo:** pressionar pela redução do mandato do presidente Sarney para 4 anos, com a realização de eleições presidenciais em 1988. Assim como protestar "contra a crise econômica e a incompetência do governo para resolvê-la".
   b. **Participantes:** A manifestação nacional foi coordenada pela OAB e teve a participação de mais de **100 entidades civis,** incluindo um Comitê Interpartidário.
   c. **Conteúdo:**
      i. "o dia 4 de março, segundo a proposta, aprovada sem contestação, haverá atos de protesto de todo o tipo: passeatas, greves-relâmpago, "panelaços", buzinaços" etc. A OAB coordenará todas as manifestações para "despartidarizar" a iniciativa, como disse Thomaz Bastos." (Comitê aprova 'Dia Nacional de Advertência'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 28 de janeiro de 1988)
      ii. "Em **São Paulo**, o "barulhaço" começa às 16h, e às 18h, no largo São Francisco, se inicia o ato público com a execução do Hino Nacional e um discurso de abertura do presidente da OAB, Antônio Mariz de Oliveira. Em seguida falam representantes das entidades de classe e de partidos políticos.
      iii. No **Rio de Janeiro**, por interferência do PDT de Leonel Brizola, a OAB decidiu não fazer "uma coisa grandiosa". O medo do PDT é que a campanha pelas eleições seja um pretexto para defender o parlamentarismo e por isso mesmo Brizola não participará. "Essa bandeira das diretas sempre esteve nas mãos do PDT, que nunca a deixou cair. Mas em hipótese alguma vamos concordar que se concretizem rumores vindos de Brasília. Não aceitaremos as diretas com parlamentarismo, nem agora nem em 90, transformando o presidente em rainha da Inglaterra", disse o vice-presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade. Desta forma, a manifestação, no Rio, ficará limitada à chamada "boca livre" (carros de som, com microfones, circulando para manifestações de populares) nos principais locais de concentração de pessoas, a partir de 16h; o "barulhaço", das 16h às 16hl5; e um ato público, às 19h. no Clube de Engenharia Além disso, os organizadores estão recomendando às; pessoas que se vistam de amarelo."
      iv. No entanto, em **Brasília**, a manifestação só deverá ter

repercussão no plenário da Constituinte, já que as principais lideranças das entidades promotoras devem permanecer em São Paulo. Não haverá grandes concentrações, limitando-se as manifestações populares ao "buzinaço" durante uma passeata de automóveis. Antes disso, um caminhão enfeitado com faixas pró-diretas em 88 percorrerá a W3 Norte até o centro da cidade, conduzindo a "pira da Constituinte", novamente acesa pela OAB e que queimará até que o mandato de Sarney seja reduzido para quatro anos." (Promessa: muito barulho a favor de eleições já. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6832, p. 3, 04 de março de 1988)

v. "No **ABC** (região sudeste da Grande São Paulo), haverá ato público na praça da matriz, às 17h, seguido de passeata até o Paço Municipal. Na praça do Carmo (centro de Santo André) haverá um "barulhaço" às 16 h, saindo em seguida uma caravana de carros em direção a São Bernardo.

vi. **Porto Alegre** — Estão marcadas passeatas até a "esquina democrática". A OAB-RS promoverá à tarde um ato político em sua sede.

vii. **São Luís** — Ato público a partir das 16h na praça Deodoro (centro).

viii. **Aracaju** — Manifestação no calçadão da rua João Pessoa (centro), às 16h.

ix. **Goiânia** — O Comité Pró-Diretas de Goiás espera levar 500 carros e motos e mais de 2 mil pessoas às ruas em Goiânia. A "carreata" começa às 16h na praça Universitária e deve acabar às 18h na praça do Bandeirante (centro), onde será realizado um "barulhaço".

x. **Cuiabá** — As 30 entidades que organizam o "Dia do Basta" esperam reunir 10 mil pessoas na praça da República, centro, às 17h.

xi. **Curitiba** — Concentração marcada para as 16h na praça Santos Andrade e passeata a partir das 17h até a Boca Maldita, centro da cidade.

xii. **Vitória** — Manifestação marcada para as 17h manifestação em frente ao Palácio Anchieta, sede do governo. A sede da OAB também planejou uma sessão de protesto às 16h.

xiii. **Maceió** — Haverá concentração a partir das 16h, em frente a sede da OAB-AL, na praça do Montepio, centro de Maceió. Está prevista passeata passando pela praça dos Martírios, onde está localizada a sede do governo.

xiv. **Salvador** — A banda "Olodum" deve abrir às 16h30 passeata do Campo Grande até a praça Municipal (centro). Ontem pela manhã o secretário do governo baiano, Carlos Meirelles (PMDB), conclamou, num programa de TV, as donas-de-casa a se unirem à passeata.

xv. **Teresina** — Passeata a partir das 18h, da praça Rio Branco à praça Pedro 2 , no centro da cidade.

xvi. **Recife** — A partir das 14h começa a concentração na faculdade de Direito do Recife (centro), de onde parte uma passeata às 16h até a praça da Independência.

xvii. **Belo Horizonte** — Concentrações na praça Sete (centro),

praça da Assembleia e praça da Liberdade, onde fica o Palácio do Governo. Os manifestantes pretendem dar as mãos num cerco ao Palácio da Liberdade, às 17h. Em seguida, haverá passeata até a praça Sete." (Movimento pelas 'diretas' realiza hoje manifestações em todo o país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a8, 04 de março de 1988)

2. **Primeira Semana de Março de 1988: Reunião entre a UDR e Militares**:
    a. **Localização:** dependências do quartel da Política Do Exército de São Paulo.
    b. **Conteúdo**: "(...) durante homenagem de cerca de 10 empresários rurais e industriais a um major de nome Noronha, o empresário metalúrgico Roberto Alexandre, vinculado à UDR, leu um manifesto contra o governo. Alexandre abordou a situação 'caótica da economia do país' denunciando a radicalização das esquerdas no processo político e convocando os empresários e militares a se unirem para a 'grande virada'. " (*Jornal do Brasil,* 08.03.87, *apud DREIFUSS, René Armand. O Jogo da Direita. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989,* p. 147)

3. **18 de Março de 1988: Caravana de Anciãos Kayapó à Brasília**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Objetivo:** protestar contra a possibilidade de exploração mineral das terras indígenas e contra o art. 271 (incluído pelo relator da Comissão de Sistematização), que excluía da proteção específica os índios "em elevado estágio de aculturação".
    c. **Participantes: 50 anciãos Kayapó** das aldeias do sul do Pará.
    d. **Conteúdo:**
        i. "Entoando seus cantos tradicionais, os indígenas acabaram levando o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a suspender os trabalhos de votação do plenário para recebê-los. Através de Raoni Mentuktire, os Kayapó presentearam o presidente da Constituinte com um cocar, e externaram as suas preocupações e desejos em relação ao texto em construção. Depois, o grupo retirou-se executando cânticos e danças rituais, aplaudido pelos constituintes. Naquele momento, os índios afirmavam que retornariam, na companhia de lideranças de vários outros povos de todo o país." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 112)

4. **Início de Março de 1988: Formação da Frente Parlamentar Pró-Índio**
    a. **Objetivo:** fazer face às articulações do Centrão e da bancada "anti-índio" na ANC, assim como efetuar denúncias, dando visibilidade a casos de violências contra os povos indígenas.
    b. **Participantes:** A Frente era coordenada pelo dep. Tadeu França (PDT-PR) e era composta inicialmente por **46 parlamentares** de vários partidos.

5. **17 de Março de 1988: Reunião Nacional da UDR**
    a. **Localização:** Garye Park Hotel – Brasília.
    b. **Participantes:** Caiado se reuniu com dirigentes das **244 regionais da UDR**, de 22 estados da federação. Também participaram da reunião

alguns deputados do Centrão, como Max Rosenmann, do Paraná, Roberto Cardoso Alves e Guilherme Afif Domingos, de São Paulo, e Arnaldo Rosa Prata, de Minas Gerais.

c. **Conteúdo:**
   i. "Para que os presidentes regionais pudessem acompanhar o processo político interno, cada um recebeu um dossiê com as tendências de voto dos 559 constituintes, nas questões relativas à reforma agrária e à política agrícola." (Augusto Fonseca, *Tribuna da Imprensa* 18.03.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 208)
   ii. Nesta reunião, organizou-se a vinda de caravanas de milhares de filiados para pressionarem os constituintes em torno dos interesses dos proprietários rurais.

6. **19 de Março de 1988: Reunião de Empresários Paulistas com o Assessor Especial de Sarney**
   a. **Localização:** casa do líder da Cedes, Renato Ticoulat – São Paulo.
   b. **Objetivo:** convencer os empresários de que o mais importante era a preservação do regime presidencialista.
   c. **Participantes:** O assessor de Sarney era Thales Ramalho, que se reuniu em uma sucessão de conversas em pequenos grupos com, entre outros, Flávio Telles de Menezes, Eduardo da Rocha Azevedo, Mário Amato e Romeu Trussardi.
   d. **Conteúdo:** "Ramalho assustou os empresários ao comunicar-lhes que a adoção do parlamentarismo implicaria no risco de um golpe militar, como resposta de médio prazo, 'talvez daqui a uns três meses'." (*Jornal do Brasil*, 25.03.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 205)

7. **19 de Março de 1988: Reunião de Empresários Cariocas com o general Wilberto Lima**
   a. **Localização:** Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro.
   b. **Objetivo:** convencer os empresários de que o mais importante era a preservação do regime presidencialista.
   c. **Participantes:** O general Wilberto Lima, então no Comando Leste, se reuniu, entre outros, com Félix Bulhões, presidente da White Martins; Robert Broughton, da Shell; Rudolf Hohn, da IBM; Peter John Rombaut, da Souza Cruz; Gilberto Prado, da Manufatureira Hanovers e da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos; André de Botton, da Mesbla; Sérgio Quintella, da Internacional de Engenharia; Ivan Botelho, da Catguazes-Leopoldina; e Amaury Temporal; da Associação Comercial (Informe JB, *Jornal do Brasil*, 25.03.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 205)
   d. **Conteúdo:** Wilberto Lima afirmou que o Exército estava 'vigilante' e coeso em torno do general Leônidas.

## Abril

1. **16 de Abril de 1988: 26ª Assembleia Geral da CNBB**
    a. **Localização:** Bairro de Itaici, em Indaiatuba (SP)
    b. **Objetivo:** Avaliar a votação no primeiro turno do plenário da Constituinte e organizar a atuação da CNBB no segundo turno.
    c. **Participantes:** Bispos da CNBB. O relatório sobre as atividades da Constituinte foi apresentado pelo bispo de Bauru, D. Cândido Padin.
    d. **Conteúdo:**
        i. "O balance das atividades da Constituinte realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — registra a predominância de créditos sobre débitos e aponta um "apreciável saldo de acertos e avanços". Apesar disto, desconfiada, a CNBB adverte que manterá uma "legítima pressão" para que esses ganhos sejam mantidos no segundo turno de votação e que, a partir de agora entrará no "estado de vigilância"."(CNBB está atenta para evitar recuo na Carta. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4699, p. 3, 17 de abril de 1988)
        ii. **"**D. Cândido Padin não escondeu seu otimismo com o que viu implantado até agora no texto da nova Carta: "O aspecto mais positivo — relatou ele aos outros 290 bispos que participam da assembleia — esta na abertura para a implantação de uma democracia participativa". Como decorrência, ele citou a possibilidade de apresentação de projetos de lei por populares e de abertura de ação popular para anular, ato lesivo ao patrimônio público ou moralidade administrativa. Louvou o mandado de injunção, a concessão do habeas data e considerou como "mais significativos" os avanços incorporados nos capítulos dos direitos individuais e coletivos e dos trabalhadores." (CNBB está atenta para evitar recuo na Carta. *Jornal de Brasília*, Brasília, nº 4699, p. 3, 17 de abril de 1988)

2. **9 de Abril de 1988: Reunião das Lideranças Ruralistas**
    a. **Participantes:** Ronaldo Caiado (UDR), Flávio Telles de Menezes (SRB), Roberto Rodrigues (OCB), dep. Do PFL-MG Allyson Paulinelli (CNA), coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura, dep. Rosa Prata (PFL-MG).
    b. **Conteúdo:** "Os cinco montariam a 'estratégia de convencimento dos constituintes, para que o direito de propriedade da terra não fosse subordinado ao cumprimento da função social, como tinha sido aprovado pela Comissão de Sistematização. O segundo alvo da UDR era obter da Constituinte um pronunciamento explícito a respeito da não-desapropriação da propriedade produtiva." (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 209)
        i. Organizou-se, também, manifestações simultâneas em diversas capitais do país, para demonstrar aos parlamentares que eles teriam "respaldo nas ruas ", para justificar seu voto.

3. **14 de Abril de 1988: Reunião da União Brasileira dos Empresários**
    a. **Localização:** Confederação do Comércio – Brasília.
    b. **Objetivo:** discutir a evolução na Constituinte e preparar as batalhas em torno dos temas polêmicos da Ordem Econômica.

c. **Participantes:** Presidentes das confederações nacionais Albano Franco (Indústria); Alysson Paulinelli (Agricultura); e Carlos Brandão e Cristiano Buarque (CNF); Arthur Donato Júnio (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro); Hiram Corrêa (Associação Comercial de Minas Gerais); dep. Denisar Arneiro (PMDB-RJ e vice-presidente da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres); Sylvio Pedrosa (representando a CNC); e Oliveira Santos (coordenador da UB).

d. **Conteúdo:** os principais itens discutidos foram a definição de empresa nacional, a participação do capital estrangeiro no país, a política minera e a intervenção do Estado na economia. (Cf. DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 217)

4. **18 e 19 de Abril de 1988: Empresários são mobilizados para pressionarem os deputados**

a. **Localização:** Brasília

b. **Objetivo:** Reunir os empresários em Brasília para pressionar os constituintes para a votação do capítulo da Ordem Econômica.

c. **Participantes:**

i. Dep. Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA)

ii. Sen. Albano Franco (PMDB-SE) - presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

iii. Mário Amato

iv. Presidentes de Federações

d. **Conteúdo:**

i. "O deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos mais ativos líderes do *Centrão,* telefonou para o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e disparou: "Está na hora". Albano aceitou a senha: por telex, despachou mensagens para os presidentes das 23 federações de indústrias do país. Que eles fizessem o que sabiam que tinha de ser feito. Alguns desses presidentes desembarcaram em Brasília no meio da semana, entre eles o paulista Mário Amato." ('Centrão' se prepara para voltar ao cenário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 de abril de 1988)

ii. "Os presidentes de federações foram orientados para caçar senadores e deputados que insistem em permanecer nos estados e despachá-los para Brasília nos primeiros voos da próxima segunda-feira. No dia seguinte, o capítulo será Submetido a voto. Villani faz o mesmo. A UDR de Ronaldo Caiado está pronta para usar uma frota de jatinhos na captura dos votos mais difíceis e mais distantes. Dinheiro, afinal, não lhe falta — nem às entidades empresariais interessadas no sucesso do *Centrão.* Sob a supervisão do advogado Ney Figueredo, da Federação das Indústrias de São Paulo, existe um fundo, calculado em 30 milhões de dólares, que vem sendo usado, desde o final do ano passado, para pagar algumas despesas com integrantes do *Centrão* — viagens, ajudas de custo, doações para obras, coisas assim." ('Centrão' se prepara para voltar ao cenário. *Jornal do Brasil*, Rio de

Janeiro, p. 2, 22 de abril de 1988)

5. **22 de Abril de 1988: Manifestação de Professores**
    a. **Localização:** Congresso Nacional

## Maio

1. **Início de Maio (Por 3 Semanas): Caravana do Movimento Indígena à Brasília**
    a. **Localização:** Brasília
    b. **Objetivo:** Acompanhar a votação do capítulo "Dos Índios" e pressionar os constituintes à votarem em prol dos direitos dos índios.
    c. **Participantes:** mais de **100 lideranças indígenas** de diversas regiões do país.
    d. **Conteúdo:** "As delegações indígenas vieram decididas a aguardar a votação do capítulo "Dos Índios". Acabariam permanecendo no local por três semanas seguidas, alojados pelo Cimi na antiga Escola Santa Maria, na quadra 905, da Asa Norte, local onde se dariam quase que diariamente as reuniões de avaliação e planejamento com a assessoria da entidade.

    Como parte de seu trabalho de sensibilização, os índios percorreram quase todos os gabinetes dos constituintes. Para o jornal "Porantim", eles souberam cativar as pessoas durante sua permanência no cenário da ANC: "no Congresso, podiam-se ver nos corredores diversos funcionários, repórteres e fotógrafos com o broche em favor da causa indígena pregado na lapela"." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 114)

2. **4 de Maio de 1988: Movimento Gaúcho da Constituinte divulga documento pedindo eleições diretas em 1988**
    a. **Localização:** Porto Alegre
    b. **Objetivo:** divulgar, aos 559 constituintes, documento pedindo eleições diretas em 1988.
    c. **Participantes:** O Movimento Gaúcho da Constituinte representa 166 sindicatos e associações de classe no Rio Grande do Sul. Entre elas, estão a CUT, a CGT e a OAB. Um dos coordenadores do movimento gaúcho da Constituinte era o secretário-geral da CUT no Rio Grande do Sul, Ademir Wiederkehr.
    d. **Conteúdo:** "O presidente Sarney além de não ter sido eleito pelo povo, encontra-se desprovido de credibilidade, sem qualquer respaldo popular, abalado por uma profunda crise moral, incapaz de resolver os graves e urgentes problemas económicos e sociais da nação", diz o manifesto (Movimento gaúcho por diretas para presidente. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 7, 05 de maio de 1988).

3. **06 de Maio de 1988: CNBB divulga nota expressando apreensão em relação às votações sobre a reforma agrária e reivindicando o respeito ao 1,2 milhão de eleitores que assinaram as emendas populares do tema.**
    a. **Objetivo:** expressar a apreensão da entidade em relação às votações sobre a reforma agrária e reivindicar o respeito ao 1,2 milhão de

eleitores que assinaram as emendas populares do tema.

**b. Participantes:** A CNBB divulgou a nota, assinada pelo seu presidente, d. Luciano Mendes de Almeida.

c. **Conteúdo:** "Em sucessivas mensagens, bispos e pastores da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas têm solicitado medidas para distribuir mais equitativamente a terra e para implantar uma adequada politica agrícola. São meios de eliminar a pobreza que grassa no campo, o conflito rural, cada dia mais disseminado e violento, e de promover de modo pacífico, a justiça social. Respondendo a esses apelos, comunidades cristãs, em todo o país, uniram-se ao movimento que coletou 1.200.000 assinaturas de eleitores para as emendas populares da reforma agrária. Tudo isto porque a reforma agrária é tão importante que levou o santo padre João Paulo 2o, em audiência ao presidente da República, a afirmar: 'a reforma agrária no Brasil não pode fracassar. A reforma agrária é uma questão de paz e justiça social e garantia da democracia.' Por isso, a Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de Acompanhamento à Constituinte veem, com grande apreensão, o tratamento à questão na Assembleia Nacional Constituinte. Não se justificam, seja uma omissão que levaria a um lamentável retrocesso na legislação agrária, seja a dissociação indevida entre a produção e a função social da propriedade. "Pesa uma hipoteca social sobre propriedade privada", disse João Paulo II a todos os que desejam se manter unidos à Igreja do Cristo. Pedimos aos cristãos que acompanhem os trabalhos constituintes e intensifiquem suas preces neste momento grave da vida nacional, rogando a Deus luzes para que se realize a tão desejada reforma agrária e se faça justiça aos pobres." (CNBB expressa 'apreensão' sobre o tema. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a5, 08 de maio de 1988)

4. **08 de Maio de 1988: 2.000 Lobistas da UDR chegam à Brasília**
   a. **Localização:** Brasília
   b. **Objetivo:** convencer os constituintes a votarem contra o substitutivo do Bernardo Cabral e contra a emenda coletiva da liderança do PMDB (suprimindo os trechos que tornam possível a desapropriação das terras produtivas que não cumpram função social).
   c. **Participantes: 2.000 lobistas,** especialmente **prefeitos e vereadores.**
   d. **Conteúdo:**
      i. "Cesmar Moura, coordenador geral da UDR, avaliou entre Cz$ 50 e Cz$ 70 milhões os gastos na movimentação em torno da votação da reforma agrária na Constituinte, nos últimos dez dias." (Caiado cobra o voto dos omissos. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6888, p. 6, 10 de maio de 1988)
      ii. "'Hoje não vamos mais aceitar o omisso nem o voto irrefletido. Essa votação terá um significado único para o País, pois viabilizará ou decretará a morte no campo". Caiado está convencido do acerto da mudança de tática ao desistir, da apresentação da emenda coletiva em favor do destaque para votação em separado." (Caiado cobra o voto dos omissos. *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6888, p. 6, 10 de maio de 1988)
      iii. Muitos dos ativistas da UDR tinham convites falsos para

entrarem no Plenário, descobertos ao exagerarem na dose: "Cada parlamentar tinha direito a oito convites. Mas só em nome do deputado Oswaldo Trevisan (PMDB-PR) foram entregues 14 convites aos seguranças da galeria, naquele dia. Outros 31 convites, em nome dos deputados Antônio Carlos Thame (PFL-SP), Ethevaldo Nogueira (PFL-CE) e José Elias Murad (PTB-MG) e com a mesma (quase perfeita) impressão, também foram descobertos pelos seguranças (*Jornal do Brasil,* 06.05.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 210).

5. **08 de Maio de 1988: Entidades pela Reforma Agrária enviam carta aos Constituintes**
    a. **Objetivo:** enviar cartas aos constituintes assinalando que as entidades estão acompanhando atentamente as votações e apoio às emendas favoráveis à reforma agrária.
    b. **Participantes:** A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e outras 13 entidades defensoras da reforma agrária.

6. **10 de Maio de 1988: Corpo a Corpo entre os lobbies pró e contra a Reforma Agrária**
    a. **Participantes:** De um lado, cerca de **200 trabalhadores rurais** e representantes de entidades defensoras dos sem-terra. Do outro, cerca de **2.000 produtores rurais** comandados pela UDR.
    b. **Conteúdo:**
        i. "Pela manhã o corpo-a-corpo concentrou-se nos gabinetes dos parlamentares. No começo da tarde a movimentação dos lobistas da UDR dividiu-se: parte saiu para a rampa e portas de acesso ao Congresso e outra permaneceu em locais estratégicos, por onde teriam que passar obrigatoriamente os parlamentares, para uma última tentativa de convencimento. Dentro do Congresso as cúpulas das duas correntes passaram a manhã fazendo cálculos e projeções para a votação da tarde, uma ao lado da outra, mas em salas diferentes. Os dirigentes das UDR reuniram-se no centro de processamento dados do "Centrão" e nos gabinetes do deputado Daso Coimbra e do líder do PFL, José Lourenço, de onde comandavam seus filiados. O presidente da entidade, Ronaldo Caiado, chegou ao Congresso por voltadas das 10 horas, onde permaneceu trancado no gabinete de Daso Coimbra até a hora da votação em plenário.

    Os lobistas da UDR distribuíram nos gabinetes dos constituintes e pelos corredores do Congresso um panfleto creditado à Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Intitulado "A reforma agrária e o futuro do País", a nota apelava aos constituintes a votar "não" à desapropriação das propriedades produtivas para fins de reforma, agrária.

    Já os representantes dos sem-terra usaram a imaginação. Logo no começo da tarde cerca de 100 deles formaram duas grandes alas em forma de "corredor polonês" nas imediações da porta de acesso ao plenário, por onde tinham que passar; os constituintes até o local de votação. Conforme a

corrente do parlamentar, ele era aplaudido — como o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Quando passava alguém do Centrão o grupo param de aplaudir, porém reforçando o refrão: "Reforma agrária tem, reforma agrária tem, se não tem reforma agrária o Brasil perde também", acrescentando o "hino do roceiro":

"Eu sou roceiro, vivo de cavalo e chão, mão escravejada, meu senhor". E gritavam "Viva a reforma agrária".

Da mesma forma que a UDR, os sem-terra também distribuíram um folheto aos constituintes procurando explicar em dez itens a necessidade da reforma agrária: "Para distribuir os 280 milhões de hectares de terra não explorados dos latifúndios aos 12 milhões de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra", começava a nota." (Um corredor polonês diante dos deputados. *Jornal da tarde*, São Paulo, nº 6889, p. 6, 11 de maio de 1988)

ii. "A esquerda perdeu na votação da reforma agrária. Foi o que admitiu, logo após o encerramento da sessão, o deputado Roberto Freire (PCB-PE), considerando, no entanto, que embora não impeça o texto, tal como aprovado, "vai dificultar a reforma".

Para o deputado Amaury Muller (PDT- RS), que também admitiu a derrota da esquerda, o mais grave é que a emenda do deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG) foi votada sob a suspeição de fraude em algumas assinaturas de apoiamento. No seu entender, uma vez comprovada a fraude, o resultado de ontem vai ser anulado. Muller disse que, a partir de agora, o PDT lutará para que haja uma profunda investigação das acusações de fraude das assinaturas dos deputados José Carlos Vasconcelos (PE), Luís Freire (PE) e Aécio Neves (MG), todos do PMDB." (A esquerda admite: perdeu a parada. *Jornal da tarde*, São Paulo, nº 6889, p. 6, 11 de maio de 1988)

iii. "A liderança do PT na Constituinte divulgou uma nota, assinada pelo deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP), afirmando que "nenhuma das normas relativas à reforma agrária em votação no plenário fornece um investimento eficaz para realizá-la. Ambas são instrumentos precários que, se não impossibilitam a reforma, deixam sem solução os obstáculos administrativos que estão provocando demora excessiva das desapropriações". "É lamentável que os constituintes, temerosos da reação de uma íntima minoria de grandes latifundiários, tenham se recusado a aprovar uma regulamentação da propriedade rural apta a dar solução aos gravíssimos problemas sociais que estão conflagrando o campo brasileiro", afirma a nota do PT." (A esquerda admite: perdeu a parada. *Jornal da tarde*, São Paulo, nº 6889, p. 6, 11 de maio de 1988)

iv. ""A partir de agora vamos iniciar uma campanha, denunciando um a um os constituintes que votaram contra a reforma agrária, para que eles fiquem conhecidos da população e não consigam se reeleger" — anunciava Francisco Urbano, tesoureiro da Contag, decepcionado com o

resultado da votação." (A esquerda admite: perdeu a parada. *Jornal da tarde*, São Paulo, nº 6889, p. 6, 11 de maio de 1988)

v. "O presidente da CUT, Jair Meneguelli, que também acompanhou a votação nas galerias, disse que "nenhum dos textos — do PMDB, de Bernardo Cabral, do Centrão e da Sistematização — interessavam aos trabalhadores. Agora, vamos partir para a luta", dizia ele, lembrando que é preciso continuar "batalhando para que a reforma agrária seja feita no País". Esta também é a intenção da Contag, segundo revelou Francisco Urbano. Para ele, a lei ordinária poderá tornar novamente a reforma agrária exequível com a vantagem de que, durante a votação da lei ordinária, é preciso que se alcance apenas a maioria simples do plenário. Na avaliação de Urbano, embora a esquerda tenha sido derrotada, o resultado não foi considerado tão desastroso porque o Centrão conseguiu menos votos do que eles: 267 para a esquerda, contra 253 para o Centrão." (A esquerda admite: perdeu a parada. *Jornal da tarde*, São Paulo, nº 6889, p. 6, 11 de maio de 1988)

7. **11 de Maio de 1988: Marcha do Movimento Negro no Rio**
   a. **Localização:** Rio de Janeiro
   b. **Objetivo:** Contestar os festejos oficiais do centenário da Lei Áurea e reivindicar os direitos dos negros na Constituinte.
   c. **Participantes: 11 mil** pessoas.

8. **16 a 20 de Maio de 1988: Manifestações de Estudantes na Constituinte**
   **a. Localização:** Congresso Nacional – Brasília.
   **b. Objetivo:** convencer os parlamentares a aprovar a gratuidade do ensino em todos os níveis.
   **c. Participantes:** Cerca de **4.000** estudantes, professores e servidores de universidades
   d. **Conteúdo:** 600 deles ocuparam o corredor de acesso ao plenário expondo suas reivindicações.
      i. "A maioria dos manifestantes, 800, veio do Rio, que lotou 17 ônibus. Goiás enviou dez ônibus, com 400 estudantes. São Paulo, Minas e Santa Catarina trouxeram juntas 11 ônibus. Brasília se fez representar por alunos de 15 escolas." (Quatro mil pressionam a favor do ensino gratuito. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 de maio de 1988)
      ii. "No início do ato, estudantes de primeiro e segundo graus de Brasília quiseram invadir a rampa que dá acesso às galerias. Foram impedidos por um pequeno grupo de policiais e pelos organizadores." (Quatro mil pressionam a favor do ensino gratuito. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 de maio de 1988)

9. **21 e 22 de Maio de 1988: Partidários da Separação do Triângulo Mineiro levam constituinte para visitar as cidades históricas**
   a. **Localização:** Triângulo Mineiro
   b. **Participantes: 80 constituintes.** A emenda separatista é dos deputados Chico Humberto (PDT-MG) e Homero Santos (PFL-MG), contando com o apoio do dep. João Pedro Gustin (PFL), de Uberlândia.

i. **"**Entre os separatistas há ricos empresários rurais e urbanos, que financiaram desde a viagem em Boeing fretado à Vasp até a hospedagem e a alimentação dos constituintes. É o segundo grupo de parlamentares a visitar o Triângulo com o patrocínio dos separatistas." (Triangulo freta avião e newton põe prefeitos contra separação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 de maio de 1988)

c. **Conteúdo:** Os partidários da emancipação do Triângulo Mineiro deram uma resposta à lista promovida pelo governador Newton Cardoso (que contém a assinatura de 30 dos 75 prefeitos da região contra a separação): o dep. Chico Humberto desembarcou em sua cidade, Uberlândia, de um Boeing com 80 constituintes, em visita à região que pretende ver separada de Minas.

**10. 24 de Maio de 1988: Manifestações pelos Direitos das Crianças**

**a. Localização:** Praça da Sé (São Paulo) e Gramado do Congresso Nacional.

**b. Objetivo:** Pressionar os constituintes a votarem em prol dos direitos das crianças e adolescentes.

i. "A irmã Maria do Rosário, da coordenação da Pastoral do Menor, disse que o objetivo da manifestação era mostrar que as crianças também têm consciência dos seus direitos." (Crianças pedem direitos na Sé. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, nº 34737, p. 14, 25 de maio de 1988)

**c. Participantes:** Mais de **1.000 crianças em São Paulo** e outras **1.000 crianças em Brasília.** A manifestação foi organizada pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, pelo Movimento Nacional dos Meninos de Rua e pela Comissão Ecumênica do Menor.

**11. 24 de Maio de 1988: Lideranças Indígenas são Recebidas pela OAB, CNBB, UnB e Procuradoria-Geral da República**

**a. Participantes:** As lideranças indígenas acampadas em Brasília são recebidas pelo presidente da OAB Márcio Thomas Bastos, pelo presidente da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, pelo Procurador-Geral da República, Sepúlveda Pertence, e pelo Reitor da UnB, Cristovam Buarque.

**12. 25 e 26 de Maio de 1988: Manifestação e Pressão Indígena nas vésperas da votação do Capítulo "Dos Índios"**

**a. Localização:** Brasília

**b. Objetivo:** pressionar os constituintes a votarem em prol dos direitos dos índios.

**c. Participantes:** Mais de **100 lideranças indígenas**, assim como assessores de organizações de apoio, que acompanhavam as negociações e faziam traduções e avaliações do andamento dos trabalhos para os índios.

**d. Conteúdo:**

**i.** "Os índios acordaram cedo, auxiliaram-se mutuamente nas pinturas corporais e realizaram uma pajelança para alcançar a vitória nas votações, travando ao longo do dia discussões sobre os detalhes e as estratégias de sensibilização dos constituintes ainda indecisos. No Congresso Nacional, os

índios formaram um corredor polonês à entrada do plenário da Câmara, abordando os constituintes que chegavam com a distribuição de material em favor das emendas e destaques favoráveis a seus direitos no Capítulo "Dos Índios". A estratégia arrancou aplausos por parte dos representantes do movimento de servidores públicos, também em luta pelos seus interesses na ANC. (...) Após cânticos e danças rituais, os índios dirigiram-se ao auditório anexo da Liderança do PMDB, onde o colégio de líderes iniciava as negociações em torno das emendas e destaques a serem votados ao Projeto. No auditório, as lideranças indígenas discursaram em suas línguas e iniciaram uma longa vigília aguardando o resultado das negociações em torno do seu capítulo específico." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, pp. 121-123)

**ii.** As negociações foram difíceis. Os índios permaneceram no auditório ao lado da sala da liderança do PMDB, aguardando o desenrolar dos debates, cujo prolongamento "gerou situações de impaciência e cansaço entre os índios, entremados de cantos de guerra puxados pelos Kayapó e uma constante interpelação dos parlamentares que entravam e saíam da sala de negociações" (CEDI. Povos indígenas no Brasil: 1987-1990. In: *Série Aconteceu Especial*. São Paulo: CEDI, nº 18, 1991, p. 27)

**iii.** "Ao saírem da sala os deputados José Lins e Bonifácio Andrade, ambos representantes do "Centrão" e defensores de propostas restritivas aos direitos indígenas, foram abordados pelo Cacique Raoni Mentuktire, que perguntou ao deputado Lins: "a verdade, sem mentir, o que você está dizendo lá dentro?". Percebendo que o parlamentar tentava desconversar, Raoni conseguiu que os parlamentares entrassem em detalhes, e se comprometessem com a defesa da causa indígena. "Em seguida, conduzindo-os pela mão, Raoni os fez cumprimentar todos os caciques Kayapó presentes, num exercício de pedagogia política invejável"." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 125)

**13. 28 e 29 de Maio de 1988: o Movimento Cívico pela Unidade de Minas leva constituintes para passar o fim de semana em Belo Horizonte, Mariana e Ouro Preto**

**a. Localização:** Belo Horizonte, Mariana e Ouro Preto

**b. Objetivo:** Defender a integridade territorial de Minas Gerais, resistindo à proposta de criação do estado do Triângulo.

**c. Participantes: 70 constituintes** (20 já estavam em Belo Horizonte e 50 foram levados com seus parentes em *Boeing* fretado de Brasília para o triângulo mineiro). O organizador da visita foi o Movimento Cívico pela Unidade de Minas, liderado pela Associação Comercial de Minas.

**14. 30 e 31 de Maio e 1 de Junho de 1988: Nova Caravana Indígena se Junta à Pressão em Brasília nos dias de votação do capítulo "Dos Índios"**

**a. Localização:** Brasília
**b. Participantes:** Mais de **200 líderes indígenas** de mais de 30 nações de diversas partes do país.
**c. Conteúdo:**
- **i.** "Na sessão da terça-feira, 31 de maio, chegavam ao fim as negociações. Na manhã daquele dia, antes da retomada da reunião pelo colégio dos líderes partidários, os indígenas regressaram ao auditório da liderança do PMDB. Algumas lideranças, entre as quais Raoni Mentuktire e Prepori Kayabi, entraram na sala de reuniões e realizaram uma pajelança, para que logo mais os bons espíritos influíssem no acordo dos líderes." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 126)
- **ii.** "As lideranças indígenas novamente permaneceram em vigília no auditório anexo, com os Kayapó entoando cânticos rituais e alguns passos de dança. Apenas às 18h30 as discussões foram encerradas, selando-se o acordo, "um dos mais exaustivamente construídos na história atual do processo constituinte" (...) Fechava-se ali o texto da Emenda-fusão substitutiva do capítulo "Dos Índios". A notícia do resultado foi comunicada às lideranças indígenas ali presentes pelos próprios constituintes, que "enfatizaram a vitória da persistência indígena" (GAIGER, Júlio. *Informe Constituinte*. nº 36, pp. 3-7)." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 126)
- iii. Falaram aos índios, comunicando o resultado do acordo, os constituinte Mário Covas (PMDB-SP), Jarbas Passarinho (PMDB-PA), Tadeu França (PDT-PR), Ruy Nedel (PMDB-RS), Artur da Távola (PMDB-SP), Rose de Freitas (PMDB-ES), Benedita da Silva (PT-SP), Amaury Muller (PDT-RS) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

15. **31 de Maio de 1988: Estruturação do Movimento Cívico pela Unidade de Minas**
    a. **Localização:** Minas Gerais e a instalação de uma coordenação em Brasília.
    b. **Objetivo:** Defender a integridade territorial de Minas Gerais, resistindo à proposta de criação do estado do Triângulo.
    c. **Participantes:** o movimento foi formado por **43 entidades e pelo governo do estado**. O principal núcleo é formado por empresários em torno da Associação Comercial de Minas (cujo diretor era o publicitário Lindolfo Paoliello). O governador Newton Cardoso apoia o movimento, embora não assuma papel de líder por conta das divisões políticas mineiras. Adesão inicial ao movimento conta com a participação da OAB, da Academia Mineira de Letras e da União dos Varejistas, além de clubes de serviços como o Lions e o Rotary.
    d. **Conteúdo:**
        - i. "O Movimento cuidará de um detalhe que para a UDR foi decisivo durante a votação da reforma agrária: garantir senhas (ingressos distribuídos pelos constituintes) para ocupar as galerias no dia da votação, que ainda não foi marcado mas

está previsto para a próxima semana. A UDR, quando não conseguia o voto da gente, pedia pelo menos uma senha. Os índios chegam ao gabinete do deputado, sentam lá, ficam calados e só saem quando recebem senhas. Está provado que a manifestação das galerias influencia fortemente o plenário — disse a deputada Márcia Kubitscheck (PMDB- DF).” (Minas imita UDR para resistir ao Triângulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 de maio de 1988)

ii. “O Palácio da Liberdade informou que dos 75 prefeitos dessa região 58 assinaram manifesto contra a separação.” (Minas imita UDR para resistir ao Triângulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 de maio de 1988)

iii. O Movimento foi criado após a descoberta de que “os triangulinos, como são chamados os moradores dos 75 municípios do Triângulo, vinham trabalhando dentro da Constituinte há um ano. Chegaram a ter mais de 200 assinaturas de parlamentares a favor da emancipação. Minas ficou assustada.” (Mineiridade adormecida vira campanha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 de maio de 1988)

iv. “Se era para valer, os empresários e o governo não poderiam poupar dinheiro nessa campanha. Há hoje uma soma tão alta de recursos que ninguém revela, mas que dá não só para fretar avião e levar 50 pessoas para fim de semana na Minas histórica de Mariana e Ouro Preto, como para sustentar ampla campanha publicitária em rede nacional de televisão e ainda preparar grandes eventos para os próximos dez dias.” (Mineiridade adormecida vira campanha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 de maio de 1988)

16. **Final de Maio de 1988: Reunião das Entidades que compunham a UB para avaliar o 1º Turno**
    a. **Localização:** sede da CNI em Brasília.
    b. **Objetivo:** avaliar o 1º turno e reorganizar a atuação do empresariado na Constituinte.
    c. **Participantes:** representantes das diversas entidades que compunham a União Brasileira dos Empresários.
    d. **Conteúdo:**
        i. Os empresários firmaram um ‘pacto de unidade’ para agirem em conjunto no segundo turno.
        ii. A coordenação dos esforços no plenário ficaria, agora, sob a responsabilidade da CNI.
        iii. “Admitiu-se que o trabalho junto aos constituintes fora feito ‘de forma muito diluída e sem coordenação’ e não se conseguira atingir ‘o nível de organização’ demonstrado pelo setor agropecuário.” (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 231)
        iv. Elaborou-se um conjunto de emendas supressivas dos dispositivos já aprovados e indesejáveis: “Entre os pontos críticos estavam o turno de seis horas para atividades em regime de revezamento; o direito de greve; a obrigatoriedade de aquisição de bens e serviços de empresas nacionais; e a nacionalização da exploração dos recursos minerais.”

(DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 231)

## Junho

1. **Início de Junho: Reunião de Empresários, Militares, Ruralistas, Deputados do Centrão e um Assessor do Planalto**
    a. **Localização:** Fazenda do industrial Pedro de Brito, em Araçatuba (SP)
    b. **Objetivo:** Traçar as diretrizes de ação na votação do segundo turno
    c. **Participantes:** A Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes) patrocinou o encontro. Participaram os deputados Roberto Cardoso Alves, Afif Domingos e Luís Eduardo Magalhaes; o presidente da Fiesp, Mário Amato; Romeu Trussardi Filho, da Associação Comercial do Estado de São Paulo; Amaury Temporal, da confederação das Associações Comerciais; Flávio Telles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira; Fábio Meirelles, da Federação da Agricultura de São Paulo; etc. Participaram também membros da Escola Superior de Guerra, inclusive o seu comandante, general Osvaldo Muniz Oliva; o subdiretor, major-brigadeiro Mário Fernando Cechi; e outros seis professores da ESG. Finalmente, participou também, a pedido do presidente Sarney, o assessor político do Planalto Thales Ramalho.
    d. **Conteúdo:**
        i. O grupo da ESG apresentou um documento intitulado "A ESG: Segurança e Desenvolvimento, com Justiça Social para o Brasil".
        ii. "Eles decidiram forçar um acordo de lideranças, para a retirada de pontos polêmicos do projeto da Constituição. Se isso não fosse alcançado, o Executivo deveria fazer valer a sua força." (João Domingos, *Jornal do Brasil*, 29.07.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 232)

2. **9 de Junho de 1988: Ato Cívico contra a criação do estado do Triângulo**
    a. **Localização:** Jardins do Palácio da Liberdade – Belo Horizonte – MG
    b. **Objetivo:** Defender a integridade do Estado de Minas Gerais.
    c. **Participantes:** O organizador do ato foi o Movimento Cívico pela Unidade de Minas. Na plateia, **150 convidados do MCUM e 200 estudantes secundaristas** do Colégio Anchieta, de propriedade da família da deputada Maria Elvira (PMDB), foram levados de ônibus, com bandeirinhas de Minas nas mãos. Falaram, além de deputados do PMDB, o escritor Oswaldo França Júnior, a secretária de Cultura, Ângela Gutierrez, o presidente da Associação Comercial, Lúcio Assumpção e o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. Entre os convidados, estavam o presidente do PL, Aloísio Pimenta, o ex-vice-governador Pio Canedo, ligado ao PFL, e deputados do PDC. Do Triângulo e Alto Paranaíba, vieram 22 dos 68 prefeitos da região — que tem 75 municípios — que são contra a criação do novo estado.
    d. **Conteúdo:** Lúcio Assumpção "anunciou que na próxima quarta- feira irá a Brasília, ao lado de outros líderes, para iniciar o trabalho de

"corpo a corpo" junto aos constituintes, que só se encerrará após a votação.” (Newton é vaiado em ato contra criação do estado do triângulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 de junho de 1988)

3. **10, 11 e 12 de Junho de 1988: Seminário de Avaliação do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte:**
   a. **Localização:** Auditório Petrônio Portela – Senado Federal – Brasília.
   b. **Objetivo:** Avaliar a votação no 1º turno das propostas de interesse popular e preparar as ações para o 2º turno.
   c. **Participantes:** Mais de **600 participantes e 234 entidades do Plenário** Pró-Participação Popular na Constituinte. João Gilberto Lucas Coelho foi um dos coordenadores do encontro e Regina Padro foi uma das coordenadoras da campanha via cartazes.
   **d. Conteúdo:**
      i. “Para a maior parte das 234 entidades do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, o texto constitucional redigido até agora consagra uma série de "avanços do movimento sindical e popular", apesar de derrotas anotadas no capítulo da reforma agrária e na legislação trabalhista. Por isso, estas entidades vão pressionar os parlamentares para que mantenham no segundo turno de votações o texto atual. A esta conclusão chegaram os dez grupos de discussão em que se dividiram os mais de seiscentos participantes.” (Plenário Pró-Participação conclui que Carta é ‘Avanço’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 13 de junho de 1988)
      ii. No entanto, “a conclusão de que o texto deve ser mantido, e divulgado como "uma conquista dos movimentos populares", foi questionado por alguns participantes do encontro, notadamente ligados aos sindicatos rurais que lutam pela reforma agrária. "Nós não podemos aceitar passivamente a derrota que os setores conservadores nos impuseram no capítulo da reforma agrária", disse a militante Ana Maria Rizzante, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Amapá. "Da maneira como está, os parlamentares comprometidos com as causas populares não deviam contestar a Constituição, não deviam assinar a carta", propôs Ana Maria, relatora de um dos grupos de debate.” (Plenário Pró-Participação conclui que Carta é ‘Avanço’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 13 de junho de 1988)
      iii. “A maior parte dos participantes, quase todos membros de sindicatos, associações de bairro e movimentos de esquerda, preferiu abraçar a avaliação positiva do Congresso constituinte, tanto que o Plenário resolveu fazer uma divulgação, através de cartilhas, cartazes e outros meios de comunicação, das "conquistas do movimento popular", como a licença-paternidade e a ampliação da licença-maternidade.
      "É à direita que interessa divulgar uma imagem negativa da Constituinte", disse a professora de 2º grau Marlene Alves de Assis, de Belo Horizonte. "Essa visão pessimista acaba desmobilizando as pessoas, e devemos manter, ao contrário, a pressão sobre os constituintes no segundo turno de votações", disse Marlene. Com esta visão concorda o ex-deputado e

professor de Direito Constitucional João Gilberto, um dos coordenadores do encontro. "Ê melhor manter a mobilização", disse ele." (Plenário Pró-Participação conclui que Carta é 'Avanço'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a4, 13 de junho de 1988)

iv. **Estratégias Decididas:**

1. Seminários regionalizados para discutir o texto aprovado até agora.
2. Abaixo-assinados de toda a população pedindo a manutenção no texto dos pontos considerados conquistas populares.
3. colocar um *outdoor* no aeroporto de Brasília com a lista de dispositivos que quer ver assegurados no segundo turno.
4. Cartazes Regionais com o voto dos constituintes nas questões polêmicas no 1º turno: "devem apresentar pelo menos uma diferença em relação àqueles espalhados há cerca de seis meses pela CUT: não vão apenas anunciar os constituintes que votaram contra as teses defendidas pelo movimento popular, mas também registrarão o voto daqueles que, segundo a avaliação do movimento, "votaram bem". O principal item a ser indicado pelos cartazes é a **cotação da reforma agrária — a maior derrota popular na Constituinte, na opinião dos coordenadores do movimento**." (Cartaz *patrulha* novo turno.

e. **Obs:** Os relatórios dos grupos de discussão foram distribuídos às sedes das entidades participantes durante esta semana.

4. **20 de Junho de 1988: Reunião das Multinacionais**
   a. **Localização:** Sede da Shell no Brasil.
   b. **Objetivo:** Organizar a atuação do empresariado multinacional contra três itens dos artigos 200 e 205 no segundo turno.
   c. **Participantes:** quase 20 empresas multinacionais, incluindo a Esso, Atlantic, GM, Ciba Geigy, Reynolds, Dow Química, Philips, White Martins, Ferteco, Sanbra, Saint Gobain, Xerox, British Pretoleum Mineração e Coca Cola. A coordenação do encontro foi do vice-presidente da Shell, Omar Carneiro.
   d. **Conteúdo:** A campanha organizada pelo empresariado multinacional procurou tanto influenciar os constituintes quanto a opinião pública, investindo 1,5 milhão de dólares numa campanha que incluía filmes, artigos, panfletos, anúncios em jornais e televisão, adesivos, almoços e encontros de esclarecimento com editores de política e economia (estes organizados pela Shell, Brascan, Xerox e Furukawa). (Cf. DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 234)

5. **21 de Junho de 1988: Manifestação dos Microempresários**
   a. **Conteúdo:** Cf. BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). A sociedade no Parlamento Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008 p. 144.

6. **22 de Junho de 1988: "Vigília Nacional pelos Direitos da Mulher na Constituinte"**
    a. **Localização:** Congresso Nacional (com plantão na entrada do Anexo II da Câmara)
    b. **Objetivo:** Defender, no 2º turno, a licença-maternidade de 120 dias, a licença-paternidade de 8 dias e outros direitos da mulher.
    c. **Participação:** A vigília é promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, pelos Movimentos de Mulheres de vários Estados e por líderes sindicais.
    d. **Conteúdo:**
        i. Uma comissão formada por representantes desses movimentos se reuniu com o líder do PMDB no Congresso constituinte, Nelson Jobim.
        ii. As mulheres montaram um plantão permanente na entrada do Anexo II da Câmara, onde tentam persuadir os parlamentares a manter no texto constitucional os direitos aprovados em primeiro turno.
        iii. Além da licença-maternidade e da licença-paternidade, os principais direitos são: proibição de diferença salarial entre homens e mulheres; creche nas empresas; igualdade na sociedade conjugal; direito de posse da terra ao homem e à mulher; direitos trabalhistas para as empregadas domésticas.
        iv. Na semana seguinte, seria promovida uma enquete entre os parlamentares sobre seu voto em relação às licenças maternidade e paternidade.

## Julho

1. **01 de Julho de 1988: Empresários pedem apoio aos Ministros Militares**
    a. **Localização:** Ministérios da Aeronáutica, Marinha e do Exército – Brasília.
    b. **Objetivo:** pedir apoio para as modificações que julgam importantes na Constituição, no segundo turno de votação.
    c. **Participantes:** A movimentação foi coordenada pelo diretor-tesoureiro da Fiesp, Ruy Altenfelder, uma comissão de empresários esteve no gabinete do ministro Moreira Lima, da Aeronáutica, para expor os pontos considerados nocivos aos interesses das empresas.
    d. **Conteúdo:** "O ministro da Aeronáutica tem defendido junto a constituintes a necessidade de rever a aprovação da jornada de seis horas, por considerar a medida prejudicial ao desempenho dos aeronautas, principalmente no caso das atividades de proteção ao voo, que funcionam ininterruptamente. Além desse item, os militares têm outros interesses comuns aos empresários: as licenças para gestantes e pais, por exemplo, que prevalecerão para cerca de 10 mil funcionários civis que trabalham nas organizações militares. Assessores dos gabinetes dos ministros militares garantem que tais medidas não prevalecerão na próxima rodada da Constituinte. Segundo eles, uma ampla sondagem já feita pelos militares junto aos constituintes mostrou que a sua maioria está disposta a rever esses benefícios. O lobby militar é considerado um dos mais eficientes que atuam no Congresso. Conseguiu que o papel das Forças Armadas praticamente

não sofresse qualquer alteração.” (Empresários vão aos militares. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9213, p. 5, 08 de julho de 1988)

2. **03 de Julho de 1988: Distribuição de Folheto aos Constituintes contra as 6 horas**
    a. **Localização:** Congresso Nacional
    b. **Objetivo:** distribuir aos constituintes o folheto intitulado "As seis horas que abalarão o País".
    c. **Participantes:** O folheto foi distribuído aos constituintes pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) folheto intitulado "As seis horas que abalarão o País".
    d. **Conteúdo: “**De acordo com o documento, a confirmação da jornada de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento vai prejudicar seriamente diversos setores econômicos. Se o objetivo é criar benefícios para o trabalhador, segundo o folheto, a iniciativa trará consequências exatamente opostas, pois a produção não vai se alterar, embora os custos subam e as vendas acabem se reduzindo, gerando demissões.” (Empresários e trabalhadores discutem as seis horas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 03 de julho de 1988)

3. **4 de Julho de 1988: 2ª Reunião das Multinacionais**
    a. **Localização:** Jóquei Clube do Rio de Janeiro
    b. **Objetivo:** Anunciar, no almoço, a linha de ação do grupo de multinacionais para reverter o quadro da Constituinte suprimindo quatro parágrafos dos artigos 200, 205 e 206.
    c. **Participantes:** representantes de 20 grandes empresas multinacionais, incluindo os presidentes da Brascan (Roberto Andrade), da Furukawa (Anselmo Nakatani), da Xerox (Henrique Sérgio Gregory) e da Shell (Robert Broughton).
    d. **Conteúdo:**
        i. Os artigos na mira tratavam da distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, do privilégio da empresa de capital nacional em vendas e serviços ao Governo e às estatais, da nacionalização da exploração mineral e do fim dos contratos de risco.
        ii. As multinacionais anunciaram a intenção de gastar 2 milhões de dólares na campanha, o que provocou um “imenso mal-estar, pelo que representavam de intromissão nos assuntos internos do país”. (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 235)

4. **8 de Julho de 1988: o Movimento de Unidade Empresarial lança documento reivindicando a eliminação de artigos**
    a. **Objetivo**: Pressionar os constituintes a eliminarem uma série de artigos aprovados em primeiro turno no plenário.
    b. **Participantes**: Movimento de Unidade Empresarial
    c. **Conteúdo:**
        i. Entre os artigos que os empresários visam a supressão, destacam-se a proibição a que empresas de capital estrangeiro se dediquem à pesquisa e à lavra de recursos minerais; a interdição dos contratos de risco; o veto a que multinacionais participem de programas de assistência médica; a definição de

empresa brasileira de capital nacional, e a consideração do mercado interno como "patrimônio" do país.

ii. "Há outras propostas criticáveis no documento. É o corporativismo que determina, por exemplo, a postulação de estender às entidades patronais a imunidade tributária conferida aos sindicatos de trabalhadores. Mais razoável seria defender o fim deste privilégio do que candidatar-se, sem maiores pruridos, a também ser beneficiário de uma isenção fiscal." (As emendas do empresariado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. a2, 08 de julho de 1988)

5. **9 de Julho de 1988: Reunião entre Multinacionais e Ulysses Guimarães**
   a. **Objetivo:** defender os interesses das multinacionais e amenizar o impacto negativo da divulgação de que um grupo de 20 multinacionais iria gastar 2 milhões de dólares para suprimir 4 artigos.
   b. **Participantes:** Ulyssses Guimarães se reuniu com o diretor-presidente da Siemens S.A., Hermann Wever; o vice-presidente da General Eletric, Nahid Chicani; e o vice-presidente da Phillip Morris, Antônio Teixeira da Silva. Estes três representavam 68 empresas multinacionais ligadas à Fiesp "(...) que atuava de forma mais discreta e que incluía as empresas que queriam interferir no processo da Constituinte com o menor desgaste possível. No outro grupo, do qual fazia parte Luiz Carlos Ortolan, diretor jurídico da Dow, estavam as empresas capitaneadas pela Shell (Ivan Marins, *Jornal do Brasil*, 14.08.88 *apud* DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 236)
   c. **Conteúdo:** "No encontro defenderam 'o fim da discriminação entre as várias empresas brasileiras, em função da origem de seu capital'. Weber esclareceu que seu grupo pretendia agir através de contatos pessoais com os constituintes, mas sem participar de campanhas publicitárias em jornais, revistas ou televisão." (DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989, p. 236)

6. **8, 9 e 10 de Julho de 1988: Seminário do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte**
   a. **Localização:** Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – São Paulo.
   b. **Objetivo:** avaliar os resultados do primeiro turno de trabalho do Congresso constituinte e debater a mobilização social para o Segundo turno de redação da nova Carta.
   c. **Participantes:** parlamentares, bispos, advogados e representantes de entidades da sociedade civil. Além do Plenário, as entidades co-promotoras foram a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a Associação de Educação Cristã (AEC) e o Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP. Falaram no evento:
      i. Senadores Mário Covas (PSDB-SP) José Richa (PSDB-PR) e Severo Gomes (PMDB-SP).
      ii. O bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, coordenador da Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
      iii. O jurista Dalmo Dallari

iv. Os deputados federais Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), Nelton Friedrich (PSDB-PR), Anna Maria Rattes (PSDB-RJ), José Genoino Neto (PT-SP), Vilson Souza (PSDB-SC), José Serra (PSDB-SP), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Irma Passoni (PT-SP), Fábio Feldmann (PMDB-SP), Edu- ardo Jorge (PT-SP), Euclides Scalco (PSDB-PR) e Carlos Alberto Caó (PDT-RJ)

v. A síntese geral foi feita pelo ex-deputado federal do PMDB gaúcho, João Gilberto Lucas Coelho, da UnB.

7. **11 de Julho de 1988: Lobby do Conselho de Jovens Empresários**
   a. **Localização:** Brasília e São Paulo
   b. **Objetivo:** defendera apresentação de dez emendas supressivas ao texto aprovado no primeiro turno das votações.
   c. **Participantes:** Rafael Mendes Guimarães era o coordenador da Comissão de Assuntos Jurídicos e Tributários do Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial de São Paulo, composto por **200 jovens empresários paulistas.**
   d. **Conteúdo:**
      i. **"**Os deputados Afif Domingos (PL-SP) e José Maria Eymael (PDC-SP) se comprometeram a apresentar algumas emendas e se dispuseram a ajudá-los a encontrar constituintes dispostos a apresentar as demais." (Jovens empresários propõem 10 mudanças. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 5, 12 de julho de 1988)
      ii. "As sugestões pretendem excluir da futura Constituição a licença-paternidade e o aviso-prévio proporcional, diminuindo de 120 para 90 dias a licença para gestantes. Querem também suprimir o artigo que prevê tratamento preferencial à empresa nacional na aquisição de bens e serviços pelo poder público.

      As emendas dos jovens empresários procuram igualmente suprimir o imposto sobre grandes fortunas. Pretendem modificar a política urbana estabelecida no texto, extinguindo o parcelamento ou edificação compulsória do rol de penas previstas ao proprietário que mantiver solo subutilizado. Sugerem alterações nos dispositivos que regulam o sistema tributário — para proteger o contribuinte — e procuram reverter a nacionalização da mineração, aprovada no primeiro turno." (Jovens empresários propõem 10 mudanças. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 5, 12 de julho de 1988)

8. **20 de Julho de 1988: União Brasileira de Empresários Apresenta as suas Emendas Supressivas**
   a. **Localização:** Brasília
   b. **Objetivo:** Apresentar as suas sugestões para 23 emendas supressivas ao projeto de Constituição no segundo turno.
   c. **Participantes:** União Brasileira de Empresários (UBE), cujo coordenador era o presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio de Oliveira Santos.
   d. **Conteúdo:**
      i. "São 23 emendas, já apresentadas por diversos parlamentares, que nasceram nos corredores da Federação das Industrias do

Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC), e que pretendem dar nova cor ao texto constitucional aprovado em primeiro turno." (Empresários querem mudar 23 pontos na próxima etapa. *Gazeta mercantil*, São Paulo, p. 6, 21 de julho de 1988)

ii. Segundo Oliveira Santos, dos 23 pontos propostos, pelo menos 3 são considerados - "imprescindíveis": o turno de 6 horas para os trabalhadores; a fixação dos juros em 12%; e o direito à greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam defender." (Empresários querem mudar 23 pontos na próxima etapa. *Gazeta mercantil*, São Paulo, p. 6, 21 de julho de 1988)

9. **20 de Julho de 1988: Reunião da CONTAG com Ulysses Guimarães**
   - **a. Localização:** Congresso Nacional – Brasília.
   - **b. Objetivo:** Apresentar ao presidente da Constituinte algumas sugestões da categoria para o segundo turno da Constituinte.
   - **c. Participantes:** Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, e a CONTAG (incluindo o seu presidente, José Francisco da Silva)
   - d. **Conteúdo:**
     - i. **"**A questão mais polêmica trata do inciso que garante que propriedade produtiva não é passível de reforma agrária. A Contag quer a completa eliminação desse dispositivo que, segundo José Francisco, torna a questão agrária difusa e vulnerável." (As sugestões da Contag. *Gazeta mercantil*, São Paulo, p. 6, 21/07/ de 1988)
     - ii. "Ulysses Guimarães garantiu que vai dar andamento ao pleito dos trabalhadores rurais, que, afinal, já mereceu emendas supressivas, e deu algumas sugestões à Contag: "Vocês agora têm que procurar os constituintes para garantir destaque (de votação em separado) da matéria. De outra forma ela vai ser votada em bloco, apenas atendendo ao parecer do relator, que pode ser bom, mas não garante sua aprovação", ensinou o deputado." (As sugestões da Contag. *Gazeta mercantil*, São Paulo, p. 6, 21 de julho de 1988)

10. **22 de Julho de 1988: CUT se reúne para mobilizar para o segundo turno e distribui documento contra constituintes que apresentaram emendas para suprimir os pontos defendidos pela central**
    - a. **Localização:** Sede da CUT - São Paulo.
    - b. **Objetivo:** discutir a mobilização para defesa das conquistas dos trabalhadores na Constituinte e distribuir, para os sindicatos a ela filiados em todo o País, um documento com os nomes dos constituintes que apresentaram emendas para suprimir os pontos defendidos pela CUT.
    - c. **Conteúdo:** "Querem suprimir os nossos direitos, vamos suprimir-lhes um próximo mandato", diz o texto.

11. **27, 28 e 29 de Julho de 1988: 1º Seminário Nacional da Trabalhadora Rural**
    - a. **Localização:** Câmara dos Deputados

b. **Objetivo:** mobilizar as mulheres trabalhadoras para garantir, no segundo turno de votações da Constituinte, os direitos conquistados nas etapas iniciais dos trabalhos.
c. **Participantes:** "Numerosas representantes do sexo feminino participaram do evento, promovido pela Confederação Nacional e federações de trabalhadores na agricultura e sindicatos rurais de todo o país" (Campo mobiliza a mulher para 29 turno. *Jornal da Constituinte.* Brasília, DF, n. 57, p. 16, 8 de agosto de 1988)
d. **Conteúdo: "**Discutiram as questões que lhes dizem respeito e procuraram os constituintes em busca de apoio à manutenção, na futura Constituição, do dispositivo que garante a concessão de título de posse rural à mulher que trabalha a terra (…) o direito à licença-gestante de 120 dias, o reconhecimento da união estável e os direitos sociais dos empregados domésticos." (Campo mobiliza a mulher para 29 turno. *Jornal da Constituinte.* Brasília, DF, n. 57, 8 de agosto de 1988, p. 16)

12. **30 e 31 de Julho de 1988: Encontro do Movimento Indígena de Preparação para a Mobilização no 2º Turno**
    a. **Localização:** Garanhuns / PE
    **b. Objetivo:** Mobilizar a luta contra a permanência do Artigo 26, inciso V do Texto Pré-Constitucional, que incluía entre os Bens do Estado, as Terras dos Extintos Aldeamentos.
    **c. Conteúdo:** "O Encontro foi assessorado por Missionários do CIMI, e a participação dos índios foi excelente. Utilizou-se vários cartazes para ilustrar e facilitar a compreensão, foram feitas encenações onde todos os índios participaram como atores: dividiu-se o plenário em 4 grupos, e cada grupo representou a ida ao Congresso para conversar com os Constituintes, no final de cada apresentação o plenário avaliava como foi a participação daquele Lobby Indígena e apontava as falhas para serem corrigidas. Além de formativo, foi bastante divertido, todos se envolveram." (CIMI NE. *Relatório sobre a viagem dos índios à Assembleia Nacional Constituinte*. Garanhuns, s./d. (provavelmente 4 de setembro de 1988). Cimi NE, Setor de Documentação.)

## Agosto

1. **1 de Agosto de 1988: Mulheres lançam vigília cívica**
    **a. Objetivo:** lançar a campanha pela manutenção dos direitos conquistados pelo sexo feminino no primeiro turno da Constituinte.
    **b. Participantes:** Movimento Nacional das Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
    **c. Conteúdo: "**A vigília cívica feminista, sob o sugestivo *"slogan" Filho não é só da mãe,* considera inegociáveis onze itens do texto do projeto da nova Carta: a licença maternidade de 120 dias, licença paternidade de oito dias, proibição de diferença salarial entre homens e mulheres, creche nas empresas, educação gratuita para crianças de zero a seis anos, igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher, igualdade na sociedade conjugal, reconhecimento da união estável como entidade familiar, direito de posse à terra também à mulher,

direitos trabalhistas e previdenciários da empregada doméstica e garantia de mecanismos para coibir a violência em casa." (Plataforma da mulher tem 11 pontos-chave. *Jornal da Constituinte.* Brasília, DF, n. 56, 1 de agosto de 1988)

2. **4 a 14 de Agosto de 1988: Caravana dos Povos Indígenas do Nordeste à Brasília**
   a. **Localização:** Congresso Nacional – Brasília.
   b. **Objetivo:** Pressionar os constituinte à suprimirem o Artigo 26, inciso V do Texto Pré-Constitucional, que incluía entre os Bens do Estado, as Terras dos Extintos Aldeamentos.
   c. **Participantes:** a caravana era formada por **36 representantes indígenas** dos povos Potiguara (PB), Fulni-ô (PE), Kapinawá (PE), Xukuru (PE), Geripankó (AL), Xuruku-Kariri (AL), Karapó (AL) e Xokó (SE).
   d. **Conteúdo:** A caravana ficaria em Brasília por 6 dias, no entanto, ampliou-se a estadia para 10 dias por conta da lentidão dos trabalhos na ANC. Após o adiamento da votação por duas vezes, foi escolhido um grupo de 10 índios para ficar até que o artigo fosse votado.

3. **8 de Agosto de 1988: CONAGE envia telegrama ao Ministro-Chefe do Gabinete Militar alertando para o perigo de emenda supressiva que libera o capital estrangeiro na geração de hidroeletricidade e na exploração mineral**
   a. **Participantes:** Wanderlino Teixeira de Carvalho, presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos (CONAGE) e o General de Brigada Rubens Bayma Denis (Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional.
   b. **Conteúdo:** "(...) caso tais emendas [supressivas da expressão "capital nacional"] sejam vitoriosas, não somente se estará entregando o subsolo pátrio ao capital estrangeiro mas, também, se estará abrindo às multinacionais todo o setor de geração de hidroeletricidade, com a consequente possibilidade de desnacionalização de toda uma área da economia que, atualmente, é inteiramente nacional. Acreditamos que o setor elétrico é tão ou mais estratégico para a economia e a segurança nacionais que o próprio setor mineral e, daí, a nossa grande preocupação em relação ao assunto." (Conselho de Segurança Nacional. Caixa 56/H, p. 636).

4. **10 de Agosto de 1988: Manifestação de Sindicalistas pelo Direito de Greve**
   a. **Localização:** Congresso Nacional
   b. **Objetivo:** defender o direito de greve
   c. **Participantes:** Sindicalistas. O Dep. Paulo Paim (PT-RS) acompanhou o ato.(Cf. BACKES, Ana Luiza & AZEVEDO, Débora Bithiah de (org.). *A sociedade no Parlamento Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008 p.45)

5. **9 de Agosto de 1988: Caravanas Indígenas de todos o país se somam aos índios do nordeste contra o artigo 26**

a. **Localização:** Congresso Nacional – Brasília.

**b. Objetivo:** Pressionar os constituinte à suprimirem o Artigo 26, inciso V do Texto Pré-Constitucional, que incluía entre os Bens do Estado, as Terras dos Extintos Aldeamentos.

**c. Participantes:** Se somaram aos índios do nordeste os "Kayapó, das aldeias do sul do Pará, e mais um centena de indígenas do Sul, Centro-Oeste e Norte do país, a exemplo dos Kaingang, Guarani, Xavante e Xerente". (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 134) Ao total, eram mais de **150 índios.**

**d. Conteúdo:**

**i.** "Como ocorrera no primeiro turno, a mobilização indígena foi apoiada pelo Cimi, que providenciou transporte, alojamento, alimentação e condução em Brasília, além de um constante assessoramento jurídico e político." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 134)

**ii.** No dia 18 de agosto, os índios permaneciam em vigília no auditório da liderança do PMDB enquanto as lideranças partidárias negociavam um acordo, que finalmente saiu naquela manhã, para apoiar a emenda supressiva do deputado Leonelli.

**iii.** Todas as lideranças, inclusive o dep. Inocêncio Oliveira (PFL) acabaram apoiando a emenda supressiva. Outro apoio importante foi o do relator Bernardo Cabral, que antes havia oferecido parecer escrito contrário à supressão. "Então, das galerias do Plenário, as lideranças indígenas assistiram a mais uma vitória: o dispositivo indesejado foi suprimido por 367 votos. Apenas três constituintes votaram pela sua manutenção, e três se abstiveram." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 137)

**iv.** O advogado Júlio Gaiger, assessor do Cimi para a Constituinte, comentava após a vitória: "ao mesmo tempo em que aprendem novas formas de luta, os índios também ensinam aos parlamentares e ao Brasil que sua participação em todas as decisões que lhes dizem respeito, deverá ser uma constante daqui por diante." (GAIGER, Júlio. *Informe Constituinte*. Brasília: Cimi, nº 43, p. 2, 19 de agosto de 1988)

6. **14 de Agosto de 1988: Debate e Mobilização dos Professores em defesa da escola pública**

a. **Localização:** Congresso Nacional – Brasília.

b. **Objetivo:** Defender a escola pública universal gratuita, democrática e laica.

c. **Participantes:** A Confederação de Professores do Brasil foi quem convocou os representantes do ensino publico de todo o País.

**d. Conteúdo:**

i. "No artigo 248 Já está garantido, em 1º turno, que os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, ressalvando as escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas. Para os professores, o artigo deve encerrar-se na "escola pública", sem

exceções." (Democracia deve começar pelo ensino. *Jornal da Constituinte*. Brasília, DF, n. 58, p. 16, 15 de agosto 1988)

ii. "Um dos temores então manifestado foi o de que, tendo de repassar, após a promulgação da Carta, maiores recursos financeiros aos municípios, a União e os estados queiram, em compensação, reduzir suas responsabilidades quanto ao ensino público que passa na por um processo de municipalização. Acham os mestres que se isso vier a correr, a escola pública vai perder recursos materiais e humanos, além de sofrer a ingerência do c1ientelismo político e dos setores privados. Contra a ameaça os professores divulgaram um manifesto no qual condenam tais manobras, bem assim as investidas de setores que tentam desmoralizar a escola e os demais serviços públicos. No manifesto os professores defendem uma escola pública universal gratuita, democrática, laica, que ofereça um ensino bom e igual para todos, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática e igualitária. Para tanto, a Confederação dos Professores conclama pais, alunos e setores populares a um movimento permanente em defesa da escola pública, que "insere-se na luta pela democracia". (Democracia deve começar pelo ensino. *Jornal da Constituinte*. Brasília, DF, n. 58, 15 de agosto de 1988, p. 16)

7. **16 de Agosto de 1988: *Lobby* do Movimento de Moradia junto à liderança do PMDB**
   a. **Localização:** Sala da Liderança do PMDB
   b. **Objetivo:** Garantir a manutenção do artigo 188 (aprovado no primeiro turno), que concede usucapião aos que possuírem uma área urbana de até 250 $m^2$ e pedir pela supressão da expressão "sucessivamente" do artigo 197, que facilita a desapropriação de terrenos urbanos subutilizados (eles queriam a aplicação imediata da norma constitucional que reconhece o direito de usucapião).
   **c. Participantes: 400 ativistas** da União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo se reuniram com vários parlamentares.
   **d. Conteúdo:** Os representantes dos movimentos de moradia, após ouvirem diversos parlamentares de vários partidos, conseguiram arrancar do líder do PMDB, Nelson Jobim (RS), a promessa de que "meu partido não vai transigir com relação às conquistas sociais garantidas no primeiro turno". (…) Após ouvir as diversas reclamações dos posseiros urbanos quanto à política de habitação do Governo Federal, Jobim declarou que "não existe qualquer mobilização dos constituintes com relação à supressão do artigo 188; portanto, não vai ser fácil, qualquer tentativa neste sentido"." (Moradia tem lobby forte no 2º turno. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 9252, p. 5, 16 de agosto de 1988)

8. **17 de Agosto de 1988: Frente Verde inaugura, no Salão Negro, a exposição "Renascente: um projeto de recuperação ambiental em Itu"**
   **a. Localização:** Salão Negro do Congresso Nacional – Brasília
   **b. Objetivo:** Sensibilizar os constituintes e autoridades governamentais para a importância da preservação ambiental.
   **c. Participantes:** A exposição foi produzida e realizada pelo Serviço

Social do Comércio (SESC) e promovida pela Associação Ituana de Proteção Ambiental (AI- P A), sendo exposta no Congresso Nacional a pedido da Frente de Ação Ecológica da Assembleia Nacional Constituinte.

## Setembro

1. **1 a 4 de Setembro de 1988: Encontro de Estudos e Avaliação dos Índios sobre o Novo Texto Constitucional**
   a. **Localização:** Brasília
   b. **Objetivo:** **"**sedimentar a compreensão sobe o significado destes direitos na nova Constituição do país, as suas implicações, as novas demandas que dali adviriam e os limites colocados." (LACERDA, Rosane. *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008, p. 139)
   c. **Participantes:** O encontro foi organizado pelo Secretariado Nacional do Cimi e contou com a participação de cerca de **30 índios**, membros de 18 povos, além de cerca de **80 Kayapó**, entre os quais três caciques. Todos estavam em Brasília para acompanhar a votação do capítulo "Dos Índios" no 2º turno.

2. **1 a 4 de Setembro de 1988: Encontro de Ambientalistas com Ulysses Guimarães**
   a. **Participantes:** a reunião foi liderada pelos ecologistas Fábio Feldmann (PSDB - SP), Augusto Carvalho (PCB - DF), Moema São Thiago (PSDB -CE) e Cunha Bueno (PDS - SP), e contou com a presença de uma comissão de ecologistas que visitaram o presidente da ANC, deputado Ulysses Guimarães.
   b. **Conteúdo:** a "Frente Verde da Constituinte" entregou à Ulysses um relatório no qual são apontadas medidas urgentes e amplas para a defesa da ecologia na futura Constituição. "Ulysses Guimarães demonstrou seu interesse pela questão, prometendo empenhar-se na defesa dos princípios ecológicos na Assembleia Nacional Constituinte, onde a questão tem sido objeto de grande preocupação e muitos debates." (Ecologistas se movimentam pelo verde. In: *Jornal da Constituinte*. Brasília, Nº 60, p. 15, 29 de agosto a 4 de setembro de 1988).

3. **4 de Setembro de 1988: Reunião das Mulheres com Ulysses Guimarães**
   a. **Localização:** Congresso Nacional – Brasília
   b. **Objetivo:** A manutenção dos direitos das mulheres conquistados em primeiro turno
   c. **Participantes:** Acompanhadas das deputadas Raquel Cândido e Benedita da Silva, cerca de 50 representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (comandadas pela presidente do CNDM, Jacqueline Pitanguy) estiveram com o presidente Ulysses Guimarães, pedindo-lhe apoio às suas causas, entre elas os direitos como mãe, como cidadã e como trabalhadora.

4. **1ª Semana de Setembro de 1988: Manifestação da Confederação Nacional**

**de Associações de Moradores – CONAM**

d. **Localização:** Porta do Congresso Nacional

e. **Objetivo:** assegurar no texto constitucional a manutenção dos direitos de moradia.

f. **Participantes**: "Centenas de manifestantes".

g. **Conteúdo:** "Com faixas, cartazes e ruidosas manifestações, os sem casa protestaram também contra a política habitacional do governo e a paralisação dos financiamentos oficiais para a construção e compra de casa própria." (Moradia: luta pelo direito. Jornal da Constituinte. Brasília, DF, n. 61, 5 de setembro de 1988)